Diretório Cristão

por

Richard Baxter

(1615-1691)

Volume 3 de 4

ECLESIÁSTICA CRISTÃ
(ou Deveres da Igreja)

"...o melhor manual de aconselhamento bíblico já produzido..." - Timothy Keller

Casuística Puritana

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 DA ADORAÇÃO A DEUS EM GERAL 5

CAPÍTULO 2 DIREÇÕES SOBRE A MANEIRA DE ADORAR, PARA EVITAR TODAS AS CORRUPÇÕES E A ADORAÇÃO FALSA E INACEITÁVEL A DEUS 28

CAPÍTULO 3 DIREÇÕES SOBRE O PACTO CRISTÃO COM DEUS E O BATISMO. 57

CAPÍTULO 4 DIREÇÕES SOBRE A PROFISSÃO DA NOSSA RELIGIÃO AOS OUTROS. 70

CAPÍTULO 5 DIREÇÕES SOBRE VOTOS E PACTOS PARTICULARES COM DEUS. 77

CAPÍTULO 6 DIREÇÕES AO POVO CONCERNENTES AO SEU DEVER INTERNO E PRIVADO PARA COM SEUS PASTORES, E O APERFEIÇOAMENTO DO OFÍCIO E DOS DONS MINISTERIAIS. 151

CAPÍTULO 7 DIREÇÕES PARA A DESCOBERTA DA VERDADE ENTRE CONTENDEDORES E PARA EVITAR A HERESIA E O ENGANO 187

CAPÍTULO 8 DIREÇÕES PARA A UNIÃO E COMUNHÃO DOS SANTOS E PARA EVITAR A DISCORDIA E O CISMA 211

CAPÍTULO 9 COMO NOS COMPORTAR NAS ASSEMBLEIAS PÚBLICAS, E NO CULTO ALI REALIZADO, E DEPOIS DELES 303

CAPÍTULO 10 DIRETRIZES SOBRE NOSSA COMUNHÃO COM AS ALMAS SANTAS QUE JÁ PARTIRAM E AGORA ESTÃO COM CRISTO 314

CAPÍTULO 11 DIRETRIZES SOBRE NOSSA COMUNHÃO COM OS SANTOS ANJOS 332

CASOS DE CONSCIÊNCIA SOBRE ASSUNTOS ECLESIASTICOS .. 348

PARTE 3.
ECLESIÁSTICA CRISTÃ

ou,

DIRETRIZES AOS PASTORES E AO POVO SOBRE A DOUTRINA SAGRADA, ADORAÇÃO E DISCIPLINA, E SEUS DEVERES MÚTUOS.
COM A SOLUÇÃO DE UMA MULTIDÃO DE CONTROVÉRSIAS ECLESIÁSTICAS E CASOS DE CONSCIÊNCIA

Leitor,

Que esta parte e a seguinte estejam imperfeitas, e que apenas tanto quanto eu pude, e não quanto eu gostaria, tenha sido escrita, não preciso justificar-te se me conheces, e onde e quando vivo. Mas parte do que falta, se desejares, poderás encontrar: 1. Em meu *Universal Concord* [Concórdia Universal]. 2. Em meu *Christian Concord* [Concórdia Cristã]. 3. Em nosso *Agreement for Catechising* [Acordo para Catequese] e em meu *Reformed Pastor* [Pastor Reformado]. 4. Na *Reformed Liturgy* [Liturgia Reformada], oferecida aos bispos comissionados em Savoy. Passar bem.

CAPÍTULO 1
DA ADORAÇÃO A DEUS EM GERAL

Que Deus deve ser adorado solenemente pelo homem é confessado por todos os que reconhecem que existe um Deus. Contudo, sobre o objeto e a maneira de Sua adoração, não há pequenas dissensões e contendas no mundo. Não estou aqui tentando uma reconciliação desses contendores; a enfermidade das mentes e vontades dos homens torna isso impossível para qualquer um, exceto para Deus, pois, de outra forma, seria não apenas possível, mas fácil, sendo os termos da reconciliação em si mesmos tão claros e óbvios como são. Mas são diretrizes para aqueles que desejam adorar a Deus corretamente que agora devo dar.

Direção 1. Entenda o que é adorar a Deus corretamente, para que não Lhe ofereças vaidade e pecado em vez de adoração. A adoração a Deus é o reconhecimento direto do Seu ser e das Suas perfeições para a Sua honra. Indiretamente ou por consequência, Ele é reconhecido em todo ato de obediência por aqueles que verdadeiramente O obedecem e servem; e isso é adorá-Lo indireta e participativamente; e, portanto, todas as coisas são santas para os santos, porque são santas no uso de todos, e *Holiness to the Lord* [Santidade ao Senhor] está, por assim dizer, escrita sobre tudo o que eles possuem ou fazem (conforme são santos): mas esta não é a adoração da qual aqui devemos falar; mas aquela que é primária e diretamente realizada para glorificá-Lo pelo reconhecimento das Suas excelências. Assim, Deus é adorado ou interiormente apenas pela alma, ou também

exteriormente pelo corpo expressando a adoração da alma. Pois aquilo que é feito apenas pelo corpo, sem a concorrência do coração, não é verdadeira adoração, mas uma imagem ou demonstração hipócrita dela, equivocadamente chamada de adoração. A adoração interior do coração apenas, eu a tratei na parte anterior. A adoração exterior ou expressiva é simples ou mista: simples quando pretendemos apenas a adoração de Deus imediatamente na ação; e isso é encontrado principalmente em louvores e ações de graças, que, portanto, são o tipo mais puro e simples de adoração expressiva. Adoração mista é aquela na qual juntamos alguma outra intenção para nosso próprio {548} benefício na ação; como na oração, onde adoramos a Deus buscando n'Ele misericórdia; e na audição ou leitura reverente da Sua Palavra, onde O adoramos por uma santa atenção às Suas instruções e mandamentos; e em Seus sacramentos, onde O adoramos recebendo e reconhecendo Seus benefícios para nossas almas; e em oblações, onde temos respeito também ao uso da coisa oferecida; e em santos votos e juramentos, nos quais O reconhecemos como nosso Senhor e Juiz. Todos esses são atos de adoração divina, embora misturados com outros usos.

Não é adorar a Deus apenas quando nossas declarações (por palavra ou feito) são dirigidas imediatamente a Ele mesmo; mas também quando dirigimos nossa fala a outros, se os Seus louvores forem o assunto delas e se forem pretendidas diretamente para a Sua honra: tais são muitos dos salmos de louvor de Davi. Mas onde a honra de Deus não é o que se pretende diretamente, não há

adoração direta a Deus, embora as mesmas palavras sejam ditas como por outros.

Diretriz 2. Entenda os verdadeiros fins e razões de adorarmos a Deus, para que não sejas enganado pelos ímpios que consideram tudo em vão. Quando eles imaginaram algumas razões falsas para si mesmos, julgam vã a adoração a Deus, porque essas razões são vãs. E aquele que não compreende as verdadeiras razões pelas quais deve adorar a Deus não O adorará verdadeiramente, mas será profano ao negligenciá-la, ou hipócrita ao dissimular, e sem coração ao desempenhá-la. As razões, portanto, são como estas:

1. A primeira surge do uso de todo o mundo e da natureza da criatura racional em especial. O mundo inteiro é feito e mantido para ser expressivo e participativo da imagem e dos benefícios de Deus. Deus é perfeitíssimo e bendito em Si mesmo e não precisa do mundo para aumentar Sua felicidade. Mas Ele o fez para agradar à Sua vontade bendita, como um bem comunicativo, pela comunicação e aparência; para que Ele pudesse ter criaturas para conhecê-Lo e para serem felizes em Sua luz; e para que essas criaturas pudessem ter uma representação ou revelação adequada d'Ele, a fim de que pudessem conhecê-Lo. E o homem é especialmente dotado de razão e fala, para que possa conhecer seu Criador aparecendo em Suas obras e possa comunicar esse conhecimento, e expressar com sua língua aquela glória de seu Criador que as criaturas inferiores expressam a Ele em seu ser. De modo que, se Deus não fosse adorado, o fim das faculdades do homem e

de toda a criação estaria muito frustrado. A razão do homem lhe é dada para que ele possa conhecer seu Criador; sua vontade, afeições e poderes executivos são-lhe dados para que ele possa amá-Lo e obedecê-Lo livremente; e sua língua é-lhe dada principalmente para reconhecê-Lo e louvá-Lo: a quem deveria a obra de Deus ser servível, senão Àquele que a fez?

2. Como é o uso natural, também é a mais alta honra da criatura adorar e honrar seu Criador: existe um objeto mais nobre ou mais excelente para nossos pensamentos, afeições ou expressões? E a natureza, que deseja sua própria perfeição, proíbe-nos de escolher um trabalho sórdido, vil e desonroso, e de negligenciar o mais alto e mais honroso.

3. A adoração correta a Deus tende poderosamente a nos fazer, em nossa medida, semelhantes a Ele, e, assim, a santificar e elevar a alma, e a curá-la de suas distensões e imperfeições pecaminosas. O que pode nos tornar bons tão eficazmente quanto nosso conhecimento, amor e comunhão com Aquele que é o bem supremo? Na verdade, o que é a própria bondade na criatura, se não isso? Assim como a proximidade com o sol dá luz e calor, a proximidade com Deus é o caminho para nos tornar sábios e bons; pois a contemplação de Suas perfeições é o meio para nos tornar semelhantes a Ele. Os adoradores de Deus não exercem apenas o seu entendimento sobre Ele em especulações áridas; mas exercem todas as suas afeições em relação a Ele, e todas as faculdades de suas almas, da maneira mais prática e séria, e, portanto, têm maior probabilidade de ter as

impressões mais vivas de Deus em seus corações; e é por isso que os verdadeiros adoradores de Deus são realmente os mais sábios e os melhores dos homens, enquanto muitos que, à distância, estão empregados em meras especulações sobre Suas obras e sobre Ele, permanecem quase tão vãos e iníquos como antes, e, declarando-se sábios, são (praticamente) tolos (Rm 1:21, 22).

4. A adoração correta a Deus, ao trazer o coração a um estado purificado, santo e obediente, prepara-o para comandar o corpo e nos tornar retos e regulares em todas as ações de nossas vidas; pois o fruto será como a árvore; e, como os homens são, assim farão. Aquele que não honra seu Deus não é propenso a honrar bem seus pais ou seu rei: aquele que não é movido a isso por sua consideração a Deus não é propenso a ser universal e constantemente justo e fiel aos homens. A experiência nos diz que são os mais verdadeiros adoradores de Deus aqueles que são mais verdadeiros e conscienciosos em suas negociações com seus vizinhos: isso dá corda à mola, e ordena e fortalece todas as causas de uma boa conversação.

5. A adoração correta a Deus é o deleite mais alto e racional do homem. Embora para uma alma doente e corrompida seja desagradável, como comida para um estômago doente, para uma alma sábia e santa não há nada tão sólida e permanentemente satisfatório. Assim como é a sentença de condenação de Deus sobre os ímpios dizer: "Apartai-vos de mim" (Mt 25:41; 7:23), as almas santas perderiam suas alegrias e considerar-se-iam arruinadas se Deus lhes dissesse:

"Apartai-vos de mim; não Me adoreis, não Me ameis e não Me louveis mais". Elas ficariam cansadas do mundo, se não fosse por Deus no mundo; e cansadas de suas vidas, se Deus não fosse a sua vida.

6. A adoração correta a Deus nos prepara para o céu, onde devemos contemplá-Lo, amá-Lo e adorá-Lo para sempre. Deus não traz almas despreparadas ao céu: esta vida é o tempo que nos é dado propositalmente para nossa preparação; assim como o aprendizado é o tempo para aprender seus ofícios. O céu é um lugar de ação e fruição, de perfeito conhecimento, amor e louvor: e as almas que desfrutarão e louvarão a Deus ali devem estar dispostas a isso aqui; e, portanto, devem estar muito empregadas na Sua adoração.

7. E, como é necessária em todos esses aspectos como um meio, Deus a tornou necessária por Seu mandamento. Ele tornou nosso dever adorá-Lo constantemente; e Ele conhece a razão de Seus próprios mandamentos. "Está escrito: Ao Senhor, teu Deus, adorarás e só a ele servirás" (Mt 4:10). Se Deus não nos ordenasse nada, como Ele seria nosso Governador e nosso Deus? E se Ele nos ordena algo, o que Ele poderia ordenar-nos mais adequadamente do que adorá-Lo? E aquele que não O quiser obedecer nisso não é propenso a obedecê-Lo bem em coisa alguma; pois não há nada que ele possa, com menor demonstração de razão, opor-se; vendo que toda a razão no mundo deve confessar que a adoração é muito devida a Deus por Suas próprias criaturas.

Sendo essas razões para a adoração a Deus inegáveis, as objeções dos infiéis e ímpios são irracionais: como, Obj. 1:

Que nossa adoração não faz bem a Deus; pois Ele não tem necessidade dela. Resp. {549} Ela Lhe agrada e O honra, como a criação do mundo e a felicidade do homem o fazem: segue-se que não deve haver mundo, nem homem algum feliz, porque Deus não tem necessidade disso, ou não há acréscimo de felicidade por isso? É suficiente que seja necessária e boa para nós, e agradável a Deus.

Obj. 2: Homens orgulhosos são os mais dessemelhantes de Deus; e são os orgulhosos que amam ser honrados e louvados. Resp. O orgulho é a afeição por uma honra indevida, ou a afeição indevida por aquela honra que é devida. Portanto, é que essa afetação de honra na criatura é um pecado, porque toda honra é devida a Deus, e nenhuma à criatura, exceto derivativamente e subservientemente. Para um súdito afetar qualquer parte da honra de seu rei é deslealdade; e afetar qualquer parte da honra de seus co-súditos é injustiça: mas Deus não exige nada além do que é absolutamente Seu direito; e Ele nos ordenou, mesmo para com os homens, dar "tributo a quem tributo... honra a quem honra" (Rm 13:7).

Diretriz 3. Esforce-se pelo conhecimento mais verdadeiro do Deus a quem adoras. Não se diga de ti, como Cristo disse à mulher samaritana: "Vós adorais o que não conheceis" (Jo 4:22); nem como se diz dos atenienses, cujo altar estava inscrito: "Ao Deus desconhecido" (At 17:23). Deves conhecer a quem adoras; ou então não podes adorá-Lo com o coração, nem adorá-Lo sincera e aceitavelmente, ainda que tivesses tanto trabalho e custo: Deus não tem "prazer em sacrifício de tolos" (Ec 5:1, 4). Embora ninguém O conheça perfeitamente, deves

conhecê-Lo verdadeiramente. E embora Deus não tome todo homem por um blasfemador e negador de Seus atributos, a quem contendores e ranzinzas chamam assim, porque eles consequentemente cruzam algumas opiniões estimadas deles; ainda assim, o real mal-entendido da natureza e dos atributos de Deus é perigoso e tende a corromper Sua adoração pela corrupção dos adoradores. Pois, como tomas Deus como sendo, tal adoração Lhe oferecerás; pois tua adoração é apenas o reconhecimento honroso de Suas perfeições; e louvá-Lo equivocadamente por supostas imperfeições é desonrá-Lo e desmerecê-Lo. Se conhecer a Deus é a tua vida eterna, deve ser, necessariamente, a vida de toda a tua adoração. Toma cuidado, portanto, com a ignorância e o erro sobre Deus.

Diretriz 4. Entenda o ofício de Jesus Cristo como nosso grande Sumo Sacerdote, por cuja mediação somente devemos ter acesso a Deus. Se deveria haver algum sacerdócio para sacrifício ou intercessão se não houvesse pecado, a Escritura não nos diz expressamente; mas temos grandes razões para conjecturar que não haveria nenhum, porque não haveria razões para o exercício de tal ofício. Mas desde a queda, não apenas as Escrituras, mas a prática do mundo inteiro nos diz que o povo pecador é inapto para vir imediatamente assim a Deus, mas que deve vir pela mediação do sacerdote, como sacrificador e intercessor. De modo que ou a natureza ensina aos pecadores a necessidade de algum mediador, ou a tradição da igreja dispersou o conhecimento disso pelo mundo: e certamente nenhum outro sacerdote além de Cristo pode obter a aceitação de um povo pecador em sua própria conta; nem ser um mediador eficaz para eles

perante Deus, a menos que em subserviência a um mediador eficaz que possa obter-nos acesso e aceitação por Sua própria causa. Pois todos os outros sacerdotes são pecadores, assim como o povo, e têm tanta necessidade de um mediador para si mesmos. 1. Veja, portanto, que nunca apareças perante Deus senão como pecador que O ofendeu e mereceu ser lançado fora de Sua graça para sempre, e alguém que está em absoluta necessidade de um mediador para obter seu acesso e aceitação junto a Deus: não venhas a Deus sem o sentido de pecado e miséria. 2. Veja também que venhas como aqueles que têm um mediador na presença de Deus; mesmo Jesus, nosso Sumo Sacerdote, que aparece perante Deus continuamente para fazer intercessão por nós: vem, portanto, com santa ousadia, confiança e alegria, tendo um Amigo tão seguro e poderoso com Deus, o Amado do Pai, a quem Ele ouve sempre.

Diretriz 5. Cuide cuidadosamente do estado da tua alma, para que não tragas um coração impuro para adorar o Deus mais santo. Não venhas no amor ao pecado, nem no ódio à santidade; pois, de outra forma, tu odeias a Deus e és odiado por Ele, ao trazer diante d'Ele aquilo que Ele não pode deixar de odiar. E é fácil julgar quão inaptos são para adorar a Deus aqueles que O odeiam; e quão diferentes são de serem aceitos por Ele a quem Ele odeia. Sl 5:3-7: "Pela manhã ouves a minha voz, ó Senhor; pela manhã te apresento a minha oração e vigio. Porque tu não és um Deus que tenha prazer na impiedade, nem contigo habitará o mal. Os arrogantes não poderão permanecer à vista dos teus olhos; odeias a todos os que praticam a iniquidade... Destruirás os que proferem a mentira; o Senhor abomina o sanguinário e o

fraudulento. Porém eu, pela tua grande benevolência, entrarei em tua casa e me inclinarei para o teu santo templo no teu temor". Sl 66:18: "Se eu no coração contemplara a vaidade, o Senhor não me teria ouvido". Sl 15:1, 2: "Quem habitará no teu tabernáculo? Quem morará no teu santo monte? Aquele que anda em sinceridade e pratica a justiça". Deus será santificado naqueles que se chegam a Ele, Lv 10:3; e são pessoas não santificadas aptas para isso? E podem os impuros oferecer-Lhe adoração santa? "A inclinação da carne é inimizade contra Deus"; é apta, então, para servir e honrá-Lo? Rm 8:7. Veja 2 Co 6:15-18. "Aparte-se da iniquidade todo aquele que professa o nome do Senhor" (2 Tm 2:19). É um povo purificado, peculiar e santo que Cristo redimiu para ser adorador de Deus, e como sacerdotes para "oferecerem sacrifício aceitável" (Tt 2:14; 1 Pe 2:5, 9). Se quiserdes "receber um reino inabalável, tenhamos graça, pela qual sirvamos a Deus de modo agradável, com reverência e santo temor; porque o nosso Deus é um fogo consumidor" (Hb 12:28, 29). Sei que uma pessoa ímpia, tão logo tenha pensamentos de arrependimento, deve expressá-los em confissão e oração a Deus. Mas, como nenhuma oração de um homem ímpio lhe é proveitosa, exceto aquelas que são atos de seu retorno penitente a Deus; assim, nenhuma adoração a Deus tem promessa de aceitação divina, a menos que seja realizada por aqueles que sinceramente retornam a Deus (e tais não são ímpios). "O sacrifício dos perversos é abominável ao Senhor, mas a oração dos retos é o seu contentamento" (Pv 15:8). Sei que os ímpios devem "buscar o Senhor enquanto se pode achar, invocá-lo enquanto está perto"; mas deve ser "deixando o perverso

o seu caminho, e o homem iníquo, os seus pensamentos, e convertendo-se ao Senhor" (Is 55:6, 7). Simão, o Mago, deve primeiro "arrepender-se da sua maldade" e, então, orar para que, se possível, lhe seja perdoado o pensamento do seu coração (At 8:22). Ó, não venhas em teu estado impuro e carnal para adorar a Deus, a menos que seja como um penitente que retorna a Ele, para lamentar primeiro teu pecado e miséria, para que possas ser santificado, reconciliado e apto para adorá-Lo.

Diretriz 6. Contudo, não consideres suficiente que estejas em um estado de santificação, mas também santifica-te particularmente para cada abordagem específica a Deus {550} na santa adoração. Mesmo o filho de um rei não entrará rudemente, na sujeira e imundície, na presença de seu pai. Quem não examinaria seu coração e vida, e limparia sua alma de sua poluição particular, por renovado arrependimento e propósitos de reforma, antes de se aventurar a falar com Deus? Pecados particulares fizeram tristes brechas entre Deus e Seus filhos, e fizeram trabalho sujo em almas que o sangue de Cristo havia limpado. Examina, portanto, com temor, para que não haja nenhum pecado reavivante, ou qualquer raiz de amargura oculta, ou qualquer transgressão que tu ignores ou voluntariamente alimentes em ti mesmo; para que, se houver, tu possas lamentá-la e odiá-la, e não venhas a Deus como se Ele tivesse deixado de lado Seu ódio ao pecado.

Diretriz 7. Sempre que vieres adorar a Deus, esforça-te por despertar tua alma para uma apreensão reverente da presença, da grandeza e da santidade da Sua Majestade, e para uma apreensão séria da grandeza e excelência da

santa obra que empreendes. Lembra-te de com quem tens de tratar, Hb 4:13. Falar com Deus é outro tipo de obra do que falar com o maior príncipe da terra, ou mesmo com o maior anjo do céu. Sede santos, porque o Senhor vosso Deus é santo. Santificar o nome de Deus, e vir em santidade perante Ele, é apreendê-Lo como infinitamente avançado acima de toda a criação, e vir com corações que são separados de coisas comuns para Ele, e elevados acima de uma estrutura comum. Uma estrutura comum na adoração (como a que temos sobre nossos negócios comuns) é mera profanidade. Se for comum, é impura. Guarda o teu pé quando entrares na casa de Deus, Ec 5:1. Descalça as sandálias das afeições terrenas, comuns e não consagradas, sempre que pisares em solo sagrado, isto é, quando estiveres em uma obra sagrada e quando te aproximares do Deus santo. Em adoração reverente dize como Jacó: "Quão terrível é este lugar! Este não é outro senão a casa de Deus, e esta é a porta dos céus" (Gn 28:17). Veja Is 6:1, 3, 5.

Diretriz 8. Na adoração a Deus, lembra-te da tua comunhão com os santos anjos e com todos os exércitos do céu. Tu és servo do mesmo Deus e, embora ainda estejas muito abaixo deles, estás fazendo aquilo que tende à sua dignidade; pois deves ser igual a eles. Tua obra é, em parte, do mesmo tipo que a deles: é a mesma santa Majestade que admiras e louvas, embora O vejas ainda como num espelho. E os anjos estão, alguns deles, presentes contigo e te veem, embora tu não os vejas: 1 Co 11:10, és ordenado a respeitá-los em teu comportamento na adoração a Deus. Se o olho da fé estivesse tão aberto a ponto de que, em toda a tua adoração a Deus, visses as benditas companhias de anjos, embora não no mesmo

lugar e maneira que tu, contudo na mesma adoração e em comunhão contigo, admirando, magnificando, exaltando e louvando o Deus mais glorioso e o Redentor glorificado, com mentes flamejantes, fervorosas e santas, isso certamente faria muito para elevar tuas almas e erguer-te a alguma imitação ou semelhança deles. Tu vês que, na adoração pública de Deus, é uma grande ajuda para a alma, em santa alegria e fervor, juntar-se a uma assembleia plena de adoradores santos, fervorosos e alegres; e que é muito difícil para o melhor manter a vida e o fervor alegre em uma companhia tão pequena, ignorante ou profana, onde não há um número considerável para concordar conosco. Oh, então, que ajuda elevadora seria louvar a Deus como sob a visão e audição dos louvores celestiais do coro angelical! Tu vês como os homens são aptos a se conformar à companhia em que estão. Aqueles que estão entre dançarinos, jogadores, beberrões, faladores imundos, escarnecedores ou caluniadores são aptos a fazer como a companhia faz, ou pelo menos a estar mais dispostos a isso. E aqueles que estão entre santos, em santa adoração ou discurso, são aptos a imitá-los muito mais do que fariam em outra companhia. E que caminho mais provável existe para te tornar como os anjos na adoração a Deus, do que fazê-lo como em comunhão com os anjos? E, pela fé, vê-los e ouvi-los no concerto? Os anjos não desdenham estudar nossos estudos e aprender "pela igreja a multiforme sabedoria de Deus" (Ef 3:10; 1 Pe 1:12). Eles não estão tão longe de nós, nem são tão estranhos a nós e aos nossos negócios, a ponto de devermos imaginar que estamos fora de sua comunhão. Embora não devamos adorá-los (Cl 2 :18), devemos adorar como com eles.

Diretriz 9. Toma cuidado especial com o assunto da tua adoração, para que seja tal que seja agradável à vontade de Deus, à santidade da Sua natureza e às diretrizes da Sua Palavra; e tal que tenha uma promessa da Sua aceitação. Não Lhe ofereças o sacrifício de tolos, que não sabem que fazem o mal e estão acrescentando aos seus pecados enquanto pensam que estão agradando-Lhe. Não tragas fogo estranho aos Seus altares: que teu zelo por Deus seja conforme ao conhecimento. Pois nenhum zelo fará com que um tipo corrupto e ilegal de adoração seja aceitável a Deus.

Diretriz 10. Vê que desempenhes cada parte da adoração para o fim próprio para o qual é designada; tanto quanto ao fim último, remoto e imediato. O fim é essencial para esses deveres relativos. Se não pretendes o fim correto, fazes outra coisa disso: como pregar um sermão para edificar a igreja, ou fazer uma oração para obter as bênçãos de Deus, não é a mesma coisa que a repetição profana das mesmas palavras por um ator em escárnio da piedade, ou o uso delas por um hipócrita por mercadoria ou aplauso. O fim último de toda adoração e de todas as ações morais é o mesmo, a saber, agradar e glorificar a Deus (1 Co 10:31; 2 Tm 2:4). Além do qual, cada parte da adoração tem seu próprio fim imediato. Estes devem não apenas ser distintamente conhecidos, mas realmente pretendidos. É Deus em Cristo que um adorador santo tem sede e busca em cada parte da adoração, seja para conhecer mais de Deus e de Sua vontade e bênçãos; ou para ter alguma comunhão maior com Ele, ou alguma graça maior comunicada por Ele, para receber Sua graça perdoadora, ou purificadora, ou vivificante, ou confirmadora, ou confortadora, ou exaltante; para ser

honrado ou deleitado em Seu santo serviço, ou para tornar conhecida Sua graça e glória para o bem dos outros e a honra do Seu nome. Aqui é que Deus proclama o Seu nome, como Êx 34:6. As ordenanças da adoração de Deus são como a árvore na qual Zaqueu subiu (sendo ele mesmo baixo demais) para ter uma visão de Cristo. Aqui viemos para aprender a vontade de Deus para nossa salvação; e devemos entrar na assembleia com resoluções como as de Cornélio e sua companhia: "Estamos todos aqui presentes diante de Deus, para ouvir tudo quanto te foi ordenado pelo Senhor" (At 10:33); e como At 2:37 e 16:30, para aprender o que devemos fazer para sermos salvos. Para cá viemos para aquela luz santa, que pode nos mostrar nosso pecado, e mostrar-nos a graça que recebemos, e mostrar-nos o amor indescritível de Deus, até que sejamos humilhados pelo pecado, e erguidos pela fé em Cristo, e possamos com Tomé, por assim dizer, colocar nossos dedos em {551} Suas feridas e dizer com segurança: "Senhor meu, e Deus meu": e como Sl 48:14: "Este Deus é o nosso Deus para sempre; ele será o nosso guia até à morte". Aqui fazemos como Maria, sentamo-nos aos pés de Jesus, para ouvir Sua palavra (Lc 10:39), para que fogo dos céus possa descer sobre nossos corações e possamos dizer: "Porventura não nos ardia o coração quando ele, pelo caminho, nos falava e nos explicava as Escrituras?" (Lc 24:32). Aqui clamamos a Ele como o cego: "Senhor, que eu torne a ver" (Mc 10:51). Aqui clamamos aos guardas: "Vistes aquele a quem ama a minha alma?" (Ct 3:3). Aqui estamos em Sua "sala de banquete", sob a "bandeira do Seu amor" (Ct 2:4). Temos aqui o selamento e a vivificação do Seu Espírito, a mortificação de nosso pecado, o aumento da graça, e uma

perspectiva da vida eterna, e uma visão antecipada da felicidade sem fim ali. Veja, então, que venhas à adoração de Deus com essas intenções e expectativas; para que, se Deus ou a consciência te chamarem (como Deus fez outrora a Elias): "Que fazes aqui?", possas responder verdadeiramente: Vim buscar o Senhor meu Deus, e aprender Sua vontade para que pudesse fazê-la. E que teus doces deleites possam fazer-te dizer: "Bem-aventurados os que habitam em tua casa; louvam-te continuamente" (Sl 84:4). Se vieres à adoração de Deus por mero costume, ou para fazer teu coração carnal acreditar que Deus te perdoará porque o serviste até esse ponto, ou para acalmar tua consciência com o cumprimento de uma tarefa formal de dever, ou para ser visto pelos homens, ou para que não se pense que és ímpio, se estes forem teus fins, tu terás o resultado correspondente. Uma alma santa não pode viver do ar do aplauso dos homens, nem da casca das ordenanças, sem Deus, que é o núcleo e a vida de tudo: é o amor a Deus que os traz ali, e é o amor que estão exercendo ali, e o fim do amor, a saber, a maior aproximação da alma a Deus, que eles desejam e pretendem. Certifica-te, então, de que estes sejam os verdadeiros e reais propósitos do teu coração.

Como conhecer os fins corretos na adoração.

Questão. Mas como saberei se, de fato, é ao próprio Deus que estou buscando e se realizo Sua adoração conforme os fins estabelecidos?

Resposta. Em um negócio tão importante, é uma vergonha não estar familiarizado com as suas intenções. Se você prestar atenção ao que faz e vigiar seus corações,

poderá saber o que veio buscar e qual é o seu propósito ali. Mas, mais particularmente, você pode discerni-lo por estes sinais: 1. Aquele que tem fins retos e busca a Deus se esforçará para adequar todos os seus deveres a esses fins e apreciará mais o que estiver melhor ajustado a eles; ele se esforçará para pregar, ouvir e orar, não visando ao que tende mais a promoção ou aplausos, mas ao que tende mais a agradar e honrar a Deus, e a alcançar Sua graça; e ele amará mais o sermão ou a oração que for mais adequada para elevar sua alma a Deus, e não aquela que faz cócegas em um ouvido carnal. Observe para que você adapta os meios e poderá perceber qual é o seu fim. 2. Se é o próprio Deus que você busca em Sua adoração, você não ficará satisfeito sem Deus: não será o cumprimento da tarefa que o satisfará, nem o maior louvor dos homens, nem mesmo dos homens mais piedosos; mas, na medida em que tiver alcançado seu fim, na purificação, vivificação ou fortalecimento da alma, ou em chegar um pouco mais perto de Deus, ou agradá-Lo ou honrá-Lo, somente nessa medida você ficará contente. 3. Se Deus é o seu fim, você será fiel no uso daquela adoração mais privada e espiritual, onde Deus deve ser encontrado, embora nenhum aplauso humano possa ser alcançado ali. 4. E você ainda amará a mesma verdade e dever substancial e necessário, que é para suas almas o que o pão e a bebida são para seus corpos; quando aqueles que têm fins carnais estarão procurando variedade e mudança, e estarão cansados do necessário pão da vida. Ao observar essas coisas, você pode discernir quais são seus fins na adoração.

E aqui não devo deixar de lado esta direção necessária, até que tenha impelido o leitor com mais importunação

para a prática séria dela. É lamentável ver quantos transformam a adoração a Deus em vile hipocrisia e formalidade morta; e oferecem a Deus uma carniça como sacrifício; e, contudo, suas consciências estão tão longe de repreendê-los por este pecado hediondo que elas ficam muito satisfeitas e tranquilizadas por ele, como se tivessem merecido bem de Deus e provado a si mesmos pessoas muito piedosas, e, por meio deste pecado, tivessem feito a Ele reparação pelos pecados comuns de suas vidas. É o próprio Deus, e Sua graça santificadora, que esses homens buscam em Sua adoração, eles que odeiam Sua graça e desprezam a santificação, e podem deixar Deus para ser desfrutado por outros, se puderem apenas desfrutar seus prazeres carnais, riquezas e honras no mundo? Mesmo os que odeiam a Deus e a santidade são tão cegados a ponto de se persuadirem de que, em Sua adoração, estão verdadeiramente buscando aquele Deus e santidade que odeiam. E oh, que quantidade de trabalho um formalista hipócrita tem para pouco propósito; ao passar muitas horas em uma adoração exterior, sem coração e sem vida, enquanto nunca tiveram sede de Deus, nem de uma santa conformidade a Ele, comunhão com Ele ou fruição d'Ele, em todas as suas vidas. Oh, quanto trabalho esses fariseus perdem em exercício corporal que não aproveita nada, por falta de um fim correto em tudo o que fazem! porque não é a Deus que buscam: quando "a piedade para tudo é proveitosa" (1 Tm 4:8). E o que é a piedade senão a devoção da alma a Deus e a busca por Ele? Temos muita dificuldade em tirar alguns homens de suas distrações para a adoração exterior a Deus; mas oh, quão mais difícil é levar a alma a buscar a Deus sinceramente naquela

adoração onde o corpo está presente! Quando Davi, no deserto, foi expulso do santuário, ele clama na amargura de sua alma: "Como o cervo brama pelas correntes das águas, assim suspira a minha alma por ti, ó Deus! A minha alma tem sede de Deus, do Deus vivo; quando entrarei e me apresentarei ante a face de Deus? As minhas lágrimas servem-me de mantimento dia e noite, enquanto me dizem continuamente: Onde está o teu Deus?" Você vê aqui que era o próprio Deus que Davi buscava em sua adoração. Ai! o que é toda a pompa exterior da adoração, se Deus não for o fim e a vida de tudo? Sem Ele, quão vãs seriam as palavras de oração, a pregação e a administração dos sacramentos! Não é a letra morta, mas o Espírito vivificante que faz viver os mortos em pecado; que convence ou conforta a alma; ou que torna o adorador santo ou feliz. Aliás, é um agravamento de sua miséria estar destituído da verdadeira comunhão com Deus, enquanto parece adorá-Lo; e estar longe d'Ele no coração, enquanto se aproxima tanto d'Ele com os lábios; vangloriar-se do templo do Senhor e ser abandonado pelo Senhor do templo! Cafarnaum será lançada até o inferno, pois é apenas assim que ela é exaltada ao céu; e será mais tolerável para Sodoma no dia do juízo do que para aqueles que tinham as ordenanças públicas sem Deus. Davi deixou a arca com Absalão em Jerusalém; mas Deus não estava com Absalão, mas com Davi. Não é de se admirar que tais hipócritas reclamem de tudo o que é custoso no serviço a Deus; até mesmo a manutenção necessária dos ministros; pois se {552} eles têm apenas a casca das ordenanças sem Deus, isso dificilmente os compensará pelo seu custo. Não é de se admirar que pensem que todo o seu esforço é

demais, quando se contentam com a palha que mal vale o seu esforço. Não é de se admirar que encontrem pouco prazer no serviço a Deus; pois que prazer existe nas cascas ou na palha, ou em uma noz oca? Não é de se admirar que não cresçam melhores, mais santos ou mais fortes por isso; pois que força a palha e as sombras produzirão? Não é de se admirar que se cansem rapidamente, e que um pouco de tal religião pareça suficiente, quando a vida, o espírito, a força e a doçura são negligenciados. Ó pecadores, lembrem-se de que Deus não deseja o que é vosso, mas a vós mesmos, e toda a vossa riqueza e serviço são como nada para Ele, se Ele não tiver a vós mesmos (quando, ainda assim, vós sois tão pouco dignos de ser possuídos). Aliás, quão seriamente Ele roga para vos ter! quão caro Ele vos comprou! Ele pode vos reivindicar como d'Ele. Respondam a esta bondade de Deus corretamente; que nenhuma ordenança nem qualquer misericórdia comum vos satisfaça, se não tiverdes o próprio Deus. E para vos encorajar, deixem-me dizer-lhes ainda:

1. Se é o próprio Deus que tu buscas em Sua adoração (sinceramente), tu O encontrarás: porque escolheste a boa parte, ela não te será tirada. Porque tens fome e sede d'Ele, tu serás satisfeito. Que notícia alegre é esta para a alma sedenta! 2. Tu és mais bem-vindo a Deus com esses desejos elevados; esta santa ambição e aspiração de amor é a única que Lhe é aceitável. Se todas as ordenanças nada são para ti sem Deus, Ele verá que compreendes o verdadeiro uso das ordenanças e colocará teu nome entre os Seus amantes, a quem Ele não pode desprezar. Ele não gosta de ver os homens aviltarem suas almas para se

alimentarem de cascas e palha com hipócritas, tanto quanto se alimentarem de imundície e sujeira com sensualistas e mundanos. Assim como Ele aceitou a oração de Salomão porque ele não pediu coisas pequenas, mas grandes, assim Ele Se agrada muito com a alma que não está satisfeita com todo o mundo e que não pode se contentar com nada menos ou pior do que o próprio Deus. 3. Aliás, porque tu buscas o próprio Deus, terás todas as coisas com Ele que valem a pena ter (Mt 6:33; Rm 8:28). Quando os hipócritas têm apenas a carcaça e a sombra, és tu quem terá o alimento e a alegria substanciais. Como aqueles que estavam com Paulo quando ele se converteu ouviram a voz, mas não viram ninguém (At 9:7), assim outros ouvirão o som da palavra e o nome de Deus, mas és tu quem verá pela fé Aquele que é invisível e sentirá o poder e a eficácia de tudo. Tu ouvirás Deus falar contigo, quando aquele que se senta no mesmo banco que tu não ouvirá mais do que a voz do homem. É aquele que busca a Deus em Suas ordenanças que é religioso de verdade, e está empregado em uma obra que é digna de uma alma imortal e racional. Os deleites das ordenanças, conforme realizados pelo homem, terão o sabor de suas imperfeições e o gosto do instrumento, e terão uma amargura muitas vezes misturada com o doce; quando o deleite que provém do próprio Deus será mais puro. As ordenanças são incertas: tu podes tê-las hoje e perdê-las amanhã! quando Deus é eterno e eternamente para ser desfrutado. Ó, portanto, não te contentes com menos do que Deus em qualquer de Sua adoração, mas, antes de começares, chama tuas almas para lembrar o fim e

> diz-lhes o que vais fazer, para que não percas o fim por falta de buscá-lo. O diabo permitirá aos mundanos hipócritas que se divirtam com as mais excelentes ordenanças, se ele puder apenas manter Deus fora de vista, assim como você deixará seus filhos brincarem com uma caixa de ouro, contanto que ela esteja fechada e eles não vejam o que há dentro.

Direção 11. Seja laborioso com seus corações em toda a adoração a Deus para mantê-los empregados em seu dever; e seja vigilante sobre eles, para que não se tornem preguiçosos ou vagueiem. Lembre-se de que é o trabalho do coração que você está realizando principalmente. E, portanto, veja que seus corações estejam todo o tempo trabalhando. Considere-se ocioso quando seus corações estiverem ociosos. E se você não se esforçar com eles, quão pouco esforço eles farão no dever! Se você não os vigiar, quão rapidamente se deitarão, esquecerão o que estão fazendo e adormecerão quando você estiver em trato com Deus! Quão facilmente se desviarão e estarão pensando em vaidades impertinentes! Vigie, portanto, na oração e em todo dever (1 Pe 4:7; 2 Tm 4:5).

Direção 12. Olhe para o céu como o destino para o qual todos os seus deveres tendem, para que de lá você possa extrair seus motivos encorajadores. Faça tudo como um meio para a vida eterna; não separe nenhum dever de sua recompensa e fim. Como o viajante lembra-se de para onde está indo durante todo o caminho, e um fim desejado faz com que os passos mais difíceis pareçam toleráveis; assim, pense em cada oração que você faz, e em cada dever, que é tudo pelo céu.

Direção 13. Dependa do Espírito de Deus para obter ajuda. Você não pode buscar a Deus espiritual e aceitavelmente sem Ele. Não pense que você é suficiente para adorar a Deus corretamente sem a ajuda d'Ele. Onde isso é desprezado ou negligenciado, você vê que trabalho lamentável é feito pela natureza cega e corrompida no serviço a Deus. Miseráveis sensuais que não têm o Espírito são mais aptos para qualquer coisa do que para adorar a Deus. "Se alguém não tem o Espírito de Cristo, esse tal não é dele" (Rm 8:9), então aquele que pretende adorar a Deus sem o Espírito de Cristo mal pode pensar em ser ouvido por causa de Cristo.

Direção 14. Observe também suas línguas e o comportamento de seus corpos, para que o homem inteiro possa adorar a Deus em santidade como Ele requer. Não finja suas boas intenções, nem a espiritualidade de sua adoração, para se escusar de adorar também com seus corpos. Seus corações devem ser observados primeiro; mas suas palavras e corpos devem ser observados em seguida; e se você não os levar em conta, é dificilmente crível que você considere seus corações. 1. Suas palavras e gestos são a expressão devida de seus corações; e o coração desejará expressar-se como é. Muitos gostariam que seus corações parecessem melhores do que são; e, portanto, boas expressões são frequentemente suspeitas. Mas poucos gostariam de expressar seus corações como piores do que são; e, portanto, más aparências raramente mentem. 2. Suas palavras e ações são necessárias para o devido honrar a Deus. Assim como palavras e ações más O desonram, e a realização descuidada e desordenada de Seu serviço é muito injuriosa a tais coisas sagradas; assim, suas

palavras e gestos adequados e decorosos são a beleza externa da adoração que você realiza; e Deus deve ser servido com o melhor. 3. Suas palavras e gestos refletem muito em seus próprios corações. Como as ações tendem ao aumento dos hábitos; assim as expressões externas tendem a aumentar as afeições internas, sejam elas boas ou más. 4. Suas palavras e gestos devem ser considerados pelo bem dos outros, que não veem seus corações, mas por meio dessas expressões. E onde muitos têm comunhão na adoração a Deus, tais atos de comunhão são de grande consideração.

CAPÍTULO 2
DIREÇÕES SOBRE A MANEIRA DE ADORAR, PARA EVITAR TODAS AS CORRUPÇÕES E A ADORAÇÃO FALSA E INACEITÁVEL A DEUS

As lamentáveis contendas que surgiram sobre a maneira de adorar a Deus, e a crueldade, o sangue, as divisões e as censuras sem caridade que se seguiram, e também o necessário respeito que todo cristão deve ter em adorar a Deus conforme a Sua vontade, tornam necessário que eu lhe dê algumas direções neste caso.

Direção 1. Certifique-se de praticar séria e fielmente aquela adoração interior de Deus, na qual a vida da religião consiste: como amá-Lo acima de tudo, temê-Lo, crer n'Ele, confiar n'Ele, deleitar-se n'Ele, ser zeloso por Ele; e que seus corações sejam santificados para Deus e

postos no céu e na santidade: pois isso será uma ajuda indescritível para colocá-lo no caminho certo na maioria das controvérsias sobre a adoração a Deus. Nada encheu tanto a igreja com contendas, divisões e crueldades sobre a adoração a Deus como a agitação dessas controvérsias por pessoas ímpias e inexperientes: quando homens que odeiam uma vida santa, pessoas santas e a santidade do próprio Deus devem ser aqueles que disputam que maneira de adoração deve ser oferecida a Deus por eles mesmos e por outros, e quando as controvérsias sobre o serviço a Deus caem nas mãos daqueles que odeiam todo serviço sério a Ele, você pode facilmente saber que trabalho eles farão disso. Como se pessoas doentes tivessem que determinar ou disputar de que carne e bebida eles e todos os outros homens devem viver, e ninguém deve comer senão por suas prescrições, a maioria dos homens saudáveis acharia difícil viver em tal país. Como os homens são por dentro, assim se inclinarão a adorar a Deus por fora. A adoração externa é apenas a expressão da adoração interior; aquele que tem um coração repleto do amor e do temor de Deus será apto a expressá-lo por tal maneira de adoração que expresse mais vivida e seriamente o amor e o temor de Deus. Se o coração é um estranho ou um inimigo de Deus, não é de se admirar que tais O adorem correspondentemente. Oh, se pudéssemos ajudar todos os contendores sobre a adoração com a luz interior, a vida, o amor e a experiência dos cristãos santos e sérios, eles encontrariam o suficiente em si mesmos, e em suas experiências, para decidir uma abundância de controvérsias deste tipo (embora ainda existam algumas que requeiram também outros auxílios para decidi-las). É

muito observável em todos os tempos da igreja como, nas controvérsias sobre a adoração a Deus, a generalidade das pessoas piedosas e sérias, e a generalidade dos adoradores ímpios e ridículos, são ordinariamente de juízos diferentes! E que peso o temperamento da alma tem na determinação de tais casos!

Direção 2. Seja sério e diligente também em todas aquelas partes da adoração externa de Deus com as quais todos os cristãos sóbrios concordam. Pois, se você for negligente e falso até mesmo naquilo que confessa, seu julgamento sobre a parte controvertida não deve ser muito considerado. Deus não está tão propenso a direcionar os profanos e os hipócritas de coração falso, e abençoá-los com um julgamento correto nas coisas santas (onde suas vidas mostram que seus julgamentos práticos são corruptos), como os sinceros que Lhe obedecem naquilo que Ele lhes revela. Todos concordamos que a Palavra de Deus deve ser sua meditação e deleite diários (Sl 1:2); e que você deve "falar delas assentado em tua casa, e andando pelo caminho, e ao deitar-te e ao levantar-te" (Dt 6:6-8); e que devemos ser constantes, fervorosos e importunos na oração, tanto em público quanto em privado (1 Ts 5:17; Lc 18:1; Tg 5:16). Você realiza isso fielmente ou não? Se você o faz, pode esperar com mais confiança que Deus revele ainda mais Sua vontade a você, resolva suas dúvidas e o guie pelo caminho que Lhe é agradável. Mas se você omite o dever com o qual todos concordam, e é infiel e negligente no que sabe, quão inapto você é para disputar sobre as circunstâncias controvertidas do dever! Com que propósito você se mete em tais controvérsias? Você o faz voluntariamente para condenar a si mesmo diante de

Deus e envergonhar-se diante dos homens, ao declarar a hipocrisia que agrava sua impiedade? Que coisa repugnante e lamentável é ouvir um homem repreender amargamente aqueles que diferem dele em algumas circunstâncias de adoração, quando ele mesmo nunca adorou seriamente a Deus! quando ele não medita na Palavra de Deus e, em vez de se deleitar nela, a despreza, como se pouco lhe dissesse respeito; e não está familiarizado com nenhuma outra oração senão um pequeno serviço labial habitual! É tal negligente ímpio de toda a adoração séria de Deus uma pessoa apta para encher o mundo com brigas sobre a maneira de Sua adoração?

Direção 3. Não difira na adoração de Deus do senso comum dos cristãos mais fiéis e piedosos, sem grande suspeita de seus próprios entendimentos e um exame mais diligente do caso. Pois se em tais casos práticos o senso comum dos fiéis for contra você, é de se suspeitar que o ensino do Espírito de Deus seja contra você; pois o Espírito de Deus ensina principalmente Seus servos na matéria de adoração e obediência.

As desvantagens dos homens ímpios ao julgar a adoração santa.

Existem vários erros que aqui o estou avisando a evitar: 1. O erro daqueles que preferem inclinar-se ao julgamento da multidão ímpia, que nunca soube o que é adorar a Deus em espírito e em verdade. Considere as grandes desvantagens desses homens para julgar corretamente em tal caso. (1.) Eles devem julgá-los sem aquele ensino do Espírito, pelo qual as coisas espirituais devem ser discernidas (1 Co 2:13, 15). Aquele que é cego no pecado

deve julgar os mistérios da piedade. (2.) Eles devem julgar de forma contrária às suas naturezas e inclinações, ou contra os hábitos doentios de suas vontades: e se você chamar um bêbado para julgar o mal da embriaguez, ou um fornicador para julgar o mal da fornicação, ou um homem avarento, orgulhoso ou apaixonado para julgar seus vários pecados, quão parciais eles serão! E assim será um homem ímpio ao julgar os deveres da piedade. Você o coloca para julgar aquilo que ele odeia. 3. Você o coloca para julgar aquilo com que ele não está familiarizado: é provável que ele nunca tenha estudado isso completamente; mas é certo que ele nunca experimentou isso seriamente, nem tem a experiência daqueles que há muito fizeram disso uma grande parte do negócio de suas vidas. E você não tomaria mais cedo o julgamento de um homem em medicina, que fez disso o estudo e a prática de sua vida, do que o de um homem doente que fala contra aquilo que nunca estudou ou praticou, meramente porque seu próprio estômago está contra isso? Ou você não tomaria mais cedo o julgamento de um piloto antigo sobre navegação do que o de alguém que nunca esteve no mar? A diferença é tão grande neste caso presente.

1. E eu digo isso também para avisá-lo de outro erro, que você não prefira o julgamento de uma seita ou partido, ou de alguns poucos piedosos, contra o senso comum da generalidade dos fiéis; pois o Espírito de Deus é mais propenso a ter abandonado uma pequena parte de pessoas piedosas do que a generalidade, em tais opiniões particulares {554}, nas quais até mesmo homens bons podem ser abandonados: ou se for em coisas maiores, é mais irracional e mais descaridoso

para mim suspeitar que a maioria daqueles que parecem piedosos são hipócritas e abandonados por Deus, do que que um partido ou alguns poucos o sejam.

Direção 4. Contudo, não se entregue absolutamente ao julgamento de ninguém na adoração a Deus, mas use apenas o conselho dos homens em uma devida subordinação à vontade de Deus e ao ensino de Jesus Cristo. Caso contrário, você colocará o homem no lugar de Deus e rejeitará Cristo em seu ofício profético, tanto quanto usar mediadores coordenados é rejeitá-Lo em seu ofício sacerdotal. Ninguém deve ser chamado de mestre, senão em subordinação a Cristo, porque Ele é o nosso Mestre (Mt 23:8-10).

Direção 5. Não condene tudo nos outros o que você não ousa fazer; e não pratique tudo o que você não ousa condenar nos outros. Pois você é mais capaz de julgar em seus próprios casos, e obrigado a fazê-lo com mais exatidão e investigação diligente, do que no caso dos outros. Muitas vezes uma dúvida racional pode levá-lo a suspender sua prática, assim como sua crença ou julgamento é suspenso; quando ainda não lhe permitirá condenar outro cujo julgamento e prática não têm tal suspensão. Apenas você pode duvidar se ele está certo, como você duvida quanto a si mesmo. E ainda assim você pode não, por isso, aventurar-se a fazer tudo o que não ousa condenar nele; pois então você teria que cometer voluntariamente todos os pecados do mundo, dos quais sua fraqueza fará uma dúvida ou controvérsia.

Direção 6. Não ofereça a Deus nenhuma adoração que seja claramente contrária à Sua natureza e perfeições,

mas aquela que Lhe seja adequada como Ele é revelado a você em Sua Palavra. Assim, Cristo nos ensina a adorar a Deus como Ele é: e assim Deus frequentemente clama por santa adoração, porque Ele é santo. 1. "Deus é Espírito: portanto, aqueles que O adoram devem adorá-Lo em espírito e em verdade" (o que Cristo opõe a meras cerimônias externas ou sombras); "pois o Pai procura tais que O adorem" (Jo 4:23, 24). 2. Deus é incompreensível e infinitamente distante de nós: portanto, adore-O com admiração e não faça imagens visíveis ou mentais d'Ele, nem O avilte por indevida semelhança d'Ele com qualquer de Suas criaturas. 3. Deus é onipresente, portanto, você pode levantar mãos santas a Ele em toda parte (1 Tm 2:8). E você deve sempre adorá-Lo como se estivesse diante d'Ele. 4. Deus é onisciente e conhece seus corações, portanto, deixe seus corações serem empregados e observados em Sua adoração. 5. Deus é sábio, portanto, não deve ser adorado ludicamente com brinquedos, como as crianças são agradadas para serem tranquilizadas, mas com adoração sábia e racional. 6. Deus é o mais grande, portanto, deve ser adorado com a maior reverência e seriedade; e não presunçosamente, com uma mente descuidada, ou pensamentos errantes, ou expressões grosseiras. 7. Deus é o mais bom e gracioso, portanto, não deve ser adorado com atraso, falta de vontade e cansaço, mas com grande deleite. 8. Deus é o mais misericordioso em Cristo, portanto, não deve ser adorado com desespero, mas com esperança alegre. 9. Deus é verdadeiro e fiel, portanto, deve ser adorado com crença e confiança, e não com desconfiança e incredulidade. 10. Deus é o mais santo, portanto, deve ser adorado por pessoas santas, de maneira santa, e não por

corações ou lábios impuros, nem de maneira comum, como se tivéssemos de lidar apenas com um homem. 11. Ele é o Criador de suas almas e corpos, portanto, deve ser adorado tanto com a alma quanto com o corpo. 12. Ele é seu Redentor e Salvador, portanto, deve ser adorado por você como pecador no humilde senso de seu pecado e miséria, e como redimido no grato senso de Sua misericórdia, e tudo em ordem à sua limpeza, cura e recuperação ulteriores. 13. Ele é seu Regenerador e Santificador, portanto, deve ser adorado não na confiança de sua suficiência natural, mas pela luz, pelo amor e pela vida do Espírito Santo. 14. Ele é seu Senhor absoluto e o Dono de você e de tudo o que você tem, portanto, deve ser adorado com a resignação absoluta de si mesmo e de tudo, e honrado com sua substância, e não hipocritamente, com exceções e reservas. 15. Ele é seu Rei soberano, portanto, deve ser adorado de acordo com Suas leis, com um tipo de adoração obediente, e não segundo as tradições dos homens, nem a vontade ou sabedoria da carne. 16. Ele é seu Pai celestial, portanto, todas essas santas disposições devem ser resumidas no amor mais forte, e você deve correr para Ele com a maior prontidão, descansar n'Ele com a maior alegria, ter sede da plena fruição d'Ele com o maior de seus desejos e pressionar em direção a Ele por Ele mesmo com as petições mais fervorosas e importunas. Tudo isso a própria existência e perfeições de Deus lhe ensinarão em Sua adoração: portanto, se alguma adoração controvertida é certamente contrária a qualquer uma dessas, é certamente injustificada e inaceitável a Deus.

Direção 7. Não pretenda adorar a Deus pelo que é destrutivo, ou contrário aos fins da adoração. Pois a

aptidão dela como meio para seu fim próprio é essencial a ela. Ora, os fins da adoração são: 1. Honrar a Deus. 2. Edificar a nós mesmos na santidade e deleitar nossas almas na contemplação e nos louvores de Suas perfeições. 3. Comunicar esse conhecimento, santidade e deleite aos outros, e o aumento de Seu reino real no mundo. (1.) Evite, então, toda aquela pretensa adoração que desonra a Deus (não na opinião de homens carnais, que julgam a Ele por suas próprias imaginações mal orientadas, mas de acordo com a revelação d'Ele a nós em Suas obras e palavra). Muitos viajantes que conversaram com as nações pagãs e maometanas mais sóbrias nos dizem que não é o menor obstáculo à sua conversão, e causa de seu desprezo pelo cristianismo, ver os cristãos que vivem ao seu redor adorarem a Deus de forma tão ignorante, irracional e infantil como muitos deles fazem. (2.) Afete mais a maneira de adoração (*cæteris paribus* [em igualdade de condições]) que tende mais à sua própria informação correta, e resoluções e afeições santas, e a elevar suas almas para uma comunhão e deleite mais próximos em Deus: e não aquela que tende a enganar, ou bajular, ou desviar você d'Ele, nem a ser em seus ouvidos como metal que soa, ou um sino que retine, ou como alguém que está lhe tocando uma lição de música; e não tende a torná-lo melhor. (3.) Não afete a maneira de adoração que é inimiga do conhecimento {555} e tende a manter a ignorância no mundo: tal como é uma grande parte da adoração papista, especialmente a leitura das Escrituras ao povo em uma língua desconhecida, e a celebração de suas orações públicas, louvores e sacramentos em uma língua desconhecida, e sua pregação rara, e então o ensino ao povo para se contentar

com uma multidão de cerimônias tolas, em vez de conhecimento e adoração racional. Certamente aquilo que é inimigo do conhecimento é inimigo de toda santidade e obediência verdadeira, e dos fins da adoração, e, portanto, não é uma adoração aceitável a Deus. (4.) Não afete aquela pretensa adoração que é, por si mesma, destrutiva da verdadeira santidade: tal como é a pregação de doutrina falsa, não conforme a piedade, e a oposição e repreensão de uma vida e adoração santas, na aplicação incorreta da doutrina verdadeira; e então ensinando almas pobres a se satisfazerem com sua missa, e cerimônias da missa, e uma imagem de adoração, em vez da santidade séria, que é oposta: Pv 24:24: "O que diz ao ímpio: Tu és justo, a este os povos amaldiçoarão, as nações o detestarão". E se isso for feito como uma adoração a Deus, você pode daí julgar quão aceitável será: Is 5:20: "Ai dos que ao mal chamam bem, e ao bem, mal! que fazem das trevas luz, e da luz, trevas; e fazem do amargo doce, e do doce, amargo!". Fazer com que as pessoas acreditem que a santidade é apenas hipocrisia, ou uma coisa desnecessária, ou que a imagem da santidade é a própria santidade, ou que não há grande diferença entre os piedosos e os ímpios, tudo isso tende à perdição dos homens, e a condenar os homens por enganá-los, e a erradicar a santidade da terra. Veja Ez 22:26; 44:23; Jr 15:19. "Se tu extraíres o precioso do vil, serás como a minha boca" (Ml 3:18; Sl 1; 15). (5.) Não afete um modo de adoração morto e sem coração, que não tende a convencer e despertar os ímpios, nem a tornar os homens sérios como aqueles que têm de lidar com Deus.

Direção 8. Deixe a maneira de sua adoração a Deus ser adequada ao assunto que você tem em mãos. Lembre-se

de que você está falando ou para ou sobre o Deus eterno; que você está empregado na salvação eterna de suas próprias almas ou das almas dos outros; que tudo é alto e santo o que você tem a fazer: veja, então, que a maneira seja correspondente a isso.

Direção 9. Não ofereça a Deus nada como parte da adoração que seja uma mentira; muito menos uma mentira tão grosseira que seja refutada pelos sentidos comuns e pela razão de todo o mundo. Deus não precisa da nossa mentira para a Sua glória. Que adoração, então, os papistas Lhe oferecem em sua missa, que tomam como um artigo de sua fé que não há pão ou vinho após a consagração, sendo tudo transubstanciado no próprio corpo e sangue de Cristo? E quando a certeza dos sentidos de todos os homens é renunciada, então toda certeza da fé e toda religião é renunciada; pois todas pressupõem a certeza do sentido.

Direção 10. Não adore a Deus de uma maneira que seja contrária à verdadeira natureza, ordem e operações de uma alma racional. Não me refiro à natureza corrompida do homem, mas à natureza como racional em si mesma considerada. Como: 1. Não deixe sua mera vontade e inclinação sobrepujar seus entendimentos; e não diga como os amantes cegos fazem: Eu amo isso, mas não sei por que; ou como as crianças que comem carne insalubre porque a amam. 2. Não deixe a paixão superar sua razão: adore a Deus com um zelo que seja conforme ao conhecimento. 3. Não deixe suas línguas liderarem seus corações, muito menos ultrapassá-los: as palavras podem, de fato, refletir sobre o coração e aquecê-lo mais; mas esse é apenas o uso secundário: o primeiro é ser a

expressão do coração: você não deve falar sem ou contra seus corações (isto é, falsamente), para que, por tal fala, você possa melhorar seus corações (e tornar as palavras verdadeiras, que a princípio não eram verdadeiras); a menos que seja quando suas palavras são apenas recitações de leitura ou narrativas, e não faladas de você mesmo. O coração foi feito para guiar a língua, e a língua para expressá-lo, e não para guiá-lo. Portanto, não fale a Deus nem as palavras de um papagaio, que você não entende, nem as palavras de um mentiroso ou hipócrita, que não expressam o significado, ou os desejos, ou o sentimento de seus corações: mas primeiro entenda e sinta o que você deve falar, e então fale aquilo que você entende e sente.

Questão. Como, então, pode ser lícita uma oração que é lida ou ouvida a partir de um livro?

Resposta. Existe na leitura o olho, e na audição o ouvido, que primeiramente devem afetar o coração, e então a língua deve cumprir o seu ofício. E ainda que seja súbita, a passagem para o coração é a primeira, e a passagem do coração é a última: e a alma é viva e pode rapidamente, assim, tanto receber quanto ser afetada e expressar-se. E o caso é o mesmo nisto, seja a partir de um livro ou das palavras de outro sem livro: pois a alma deve fazer o mesmo, tão rapidamente, ao unir-se a outro que fala diante de nós, sem um livro como com ele.

Até que ponto as Escrituras são a lei ou regra de adoração e disciplina, e até que ponto não o são.

Direção 11. Entenda bem até que ponto Cristo deu uma lei e uma regra para a adoração à Sua igreja nas Sagradas

Escrituras e, até esse ponto, veja que você a tome como uma regra perfeita, e não se desvie dela acrescentando ou diminuindo. Esta é uma matéria de grande importância devido ao perigo de errar de ambos os lados. 1. Se você pensa que a Escritura não contém qualquer lei ou regra de adoração, ou não tanto quanto de fato contém, você negará uma parte principal do ofício de Cristo, como Rei e Mestre da igreja, e acusará Suas leis de insuficiência, sendo tentado a adorá-Lo com um tipo humano de adoração, e a pensar que está em liberdade para adorá-Lo conforme suas próprias imaginações, ou a mudar Sua adoração conforme a moda da época ou do país onde você está. E, por outro lado, se você pensa que a Escritura é uma lei e regra de adoração mais particular do que Cristo pretendeu, você envolverá a si mesmo e aos outros em escrúpulos e controvérsias sem fim, e achará falha naquilo que é lícito e um dever, porque não o encontra particularmente na Escritura: e, portanto, é extremamente necessário entender até que ponto ela pretende ser aqui nossa lei e regra, e até que ponto não o é: tratar disso plenamente seria uma digressão, mas responderei brevemente.

1. Sem dúvida, Cristo é o único Cabeça universal e Legislador da Sua igreja. E a legislação é a primeira e principal parte do governo: e, portanto, se Ele não tivesse feito leis para Sua igreja, Ele não seria o governador pleno dela. E, portanto, aquele que arroga a si mesmo este poder de ser legislador da igreja universal (como tal) usurpa o ofício real de Cristo e comete traição contra o Seu governo; (a menos que possa provar que Cristo delegou a ele esta parte principal de Seu governo, o que ninguém pode fazer);

não havendo legislador universal da igreja senão Cristo (seja papa ou concílio), nenhuma lei feita por qualquer mero homem pode ser universalmente obrigatória. Portanto, {556} vendo que a feitura de todas as leis universais pertence apenas a Cristo, podemos ter certeza de que Ele o fez perfeitamente; e não deixou nada fora de Suas leis que fosse adequado estar lá, nem nada em liberdade que fosse adequado ser determinado e ordenado. Portanto, tudo o que é de igual utilidade ou consideração para a igreja universal, assim como é para qualquer uma de suas partes, e para todos os tempos, assim como é para qualquer tempo da igreja, não deve ser feito uma lei pelo homem para qualquer parte da igreja, se Cristo não a tornou uma lei para o todo: porque, de outra forma, acusam-nO de ser defeituoso em Suas leis, e porque todos os Seus súditos dependem igualmente d'Ele como seu Rei e Juiz. E ninguém deve subir ao Seu trono pretendendo corrigir Sua obra, que Ele teria feito mal, ou suprir quaisquer necessidades que o Legislador principal deveria ter suprido.

2. Estas leis de Cristo para o governo de Sua igreja estão plenamente contidas nas Sagradas Escrituras; pois tanto quanto está na natureza, está lá também mais claramente expresso do que a natureza o expressou. Nem tudo o que é expresso de alguma forma na Escritura é lei de Cristo; mas todas as leis de Cristo estão expressas nas Escrituras; não escritas por Ele mesmo, mas pelo Seu Espírito em Seus apóstolos, a quem Ele designou e enviou para ensinar todas as nações a observar tudo o que Ele lhes ordenou (Mt 28:20): que, sendo assim comissionados e capacitados

plenamente pelo Espírito para realizá-lo, devem ser considerados como tendo executado perfeitamente sua comissão; e tendo ensinado tudo o que Cristo lhes ordenou, e nada mais como vindo de Cristo: e, portanto, assim como ensinaram aquela época presente por voz, que podia ouvi-los, assim ensinaram todas as épocas seguintes até o fim do mundo por escrito, porque sua voz não podia ser ouvida por elas.

3. Até onde, então, a Escritura é uma lei e regra, ela é uma regra perfeita; mas até onde ela é uma lei ou regra, seus próprios conteúdos e expressões devem determinar. Como: (1.) É certo que toda a adoração interior a Deus (pelo amor, temor, confiança, desejo, etc.) é perfeitamente ordenada nas Escrituras. (2.) A doutrina de Cristo que Seus ministros devem ler e pregar está perfeitamente contida nas Escrituras. (3.) Os pontos grandes e constantemente necessários de ordem na pregação também estão lá expressos: como o fato de que a abertura dos olhos dos homens, e a conversão deles do poder de Satanás para Deus, sejam primeiro buscadas, e então sua confirmação e edificação ulterior. (4.) Também que nos humilhemos diante de Deus na confissão de nossos pecados. (5.) E que oremos a Deus em nome de Cristo por misericórdia para nós mesmos e para os outros. (6.) Que demos graças a Deus por Suas misericórdias para com a igreja, para conosco mesmos e para com os outros. (7.) Que louvemos a Deus em Suas excelências manifestadas em Sua palavra e obras de criação e providência. (8.) Que façamos isso cantando salmos com santa alegria de coração. (9.) A matéria e a ordem das orações e louvores comuns dos cristãos estão

expressas na Escritura (como quais partes devem ter precedência em nossa estimação e desejo, e ordinariamente em nossas expressões). (10.) Cristo mesmo determinou que, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, os homens sejam solenemente ingressados em Seu pacto, igreja e estado de cristandade. (11.) E Ele mesmo nomeou que Suas igrejas mantenham comunhão com Ele e entre si, na administração eucarística do sacramento de Seu corpo e sangue, representado no partir, entregar, receber e comer o pão consagrado, e no derramar, entregar, receber e beber o vinho consagrado. (12.) E, quanto às circunstâncias mutáveis, subservientes, e expressões externas, ações e ordens, que não eram adequadas para serem, em particular, a matéria de uma lei universal, mas são adequadas em um lugar, ou em um tempo, e não em outro, para essas Ele deixou tanto na natureza quanto na Escritura leis tão gerais, pelas quais em ocasiões emergentes elas podem ser determinadas; e, por providências particulares, Ele ajusta as coisas, e as pessoas, e os tempos, e os lugares, de modo que possamos discernir sua concordância com as descrições em Suas leis gerais: como o fato de que todas as coisas sejam feitas decentemente, em ordem, e para edificação, e em caridade, unidade e paz. E Ele proibiu, de modo geral, fazer qualquer coisa indecente, desordenada, para o dano ou destruição de nossos irmãos, mesmo os fracos, ou para a divisão da igreja. (13.) E muitas coisas Ele proibiu particularmente na adoração: como fazer para nós qualquer imagem de escultura, etc., e adorar anjos, etc. E quanto à ordem e governo da

igreja (pois estou disposto a despachar tudo aqui junto), isto muito é claramente determinado na Escritura: 1. Que haja oficiais ou ministros sob Cristo para serem os mestres estabelecidos de Seu povo, e para batizar, e administrar o sacramento de Seu corpo e sangue, e serem a boca e o guia do povo em orações públicas, ações de graças e louvores, e para ligar os impenitentes e desligar os penitentes, e serem os diretores dos rebanhos conforme a lei de Deus, para a vida eterna; e seu ofício é descrito e determinado por Cristo. 2. É requerido que os cristãos se reúnam ordinariamente para a adoração pública de Deus; e sejam guiados nela por esses seus pastores. 3. É requerido que, além dos ministros não fixos, que se empregam na conversão de infiéis e em um serviço itinerante das igrejas, haja também ministros estabelecidos e fixos, tendo um encargo especial de cada igreja particular; e que possam conhecer seus próprios rebanhos, e de casa em casa, e o povo possa conhecer seus próprios pastores que estão sobre eles no Senhor, e honrá-los e obedecê-los em tudo o que ensinam a partir da Palavra de Deus para sua salvação. 4. Os ministros que batizam devem julgar a capacidade e aptidão daqueles a quem batizam; sejam os adultos que são admitidos mediante sua profissão pessoal e pacto, ou infantes que são admitidos mediante a profissão de seus pais e sua entrada no pacto. 5. Os pastores que administram a Ceia do Senhor às suas igrejas particulares devem discernir ou julgar a aptidão daquelas pessoas a quem recebem recém-chegadas ao seu encargo, ou a quem admitem à comunhão naquele sacramento como membros de seu

rebanho. 6. Todo pastor desses também deve observar pessoalmente todos os membros de seu rebanho, tanto quanto for capaz; para que falsos mestres não os seduzam, ou Satanás não obtenha vantagem sobre eles, ou qualquer corrupção ou raiz de amargura não surja entre eles e os contamine. 7. É o dever dos vários membros do rebanho, se um irmão pecar contra eles, dizer-lhe seus erros entre eles e ele; e se ele não ouvir, levar dois ou três, e se não os ouvir, dizer à igreja. 8. É dever do pastor admoestar os desordeiros, chamá-los ao arrependimento e orar por sua conversão. 9. E é dever do pastor declarar o obstinadamente impenitente incapaz de comunhão com a igreja, e ordenar-lhe que a evite, e à {557} igreja que o evite. 10. É dever do povo evitar tais pessoas correspondentemente, e não ter familiaridade com elas, para que se envergonhem; e com tais, nem comer. 11. É dever do pastor absolver o penitente, declarando a remissão de seu pecado, e readmitindo-o à comunhão dos santos. 12. É dever do povo readmitir os absolvidos à sua comunhão com alegria, e tomá-los como irmãos no Senhor. 13. Embora todo pastor tenha um poder geral para exercer seu ofício em qualquer parte da igreja, onde ele for verdadeiramente chamado para isso; ainda assim, todo pastor tem uma obrigação especial (e, consequentemente, um poder especial) para fazê-lo sobre o rebanho, do qual recebeu o encargo e a supervisão especiais. 14. O dia do Senhor é separado por nomeação de Deus para a comunhão santa ordinária das igrejas na adoração de Deus sob a conduta desses seus guias. 15. E é necessário que as

várias igrejas particulares mantenham o máximo de concordância entre si quanto sua capacidade permitir; e mantenham sínodos e correspondências devidos para esse fim. Assim, muita coisa da adoração a Deus, e da ordem e governo da igreja, pelo menos, é de instituição divina, determinada pela Escritura e não deixada à vontade ou liberdade do homem. Até este ponto, a forma de governo (pelo menos) é de direito divino.

Mas, pelo contrário, 1. Sobre doutrina e adoração; a Escritura não é lei em nenhum desses seguintes casos, mas os deixou indeterminados. (1.) Existem muitas verdades naturais com as quais a Escritura não trata: como física, metafísica, lógica, etc. (2.) A Escritura não diz a um ministro sobre qual texto ou assunto particular ele deve pregar neste dia ou naquele. (3.) Nem em que método seu texto ou assunto deve ser aberto e tratado. (4.) Nem que dia da semana além do dia do Senhor ele deve pregar, nem a que hora do dia do Senhor ele deve começar. (5.) Nem em que lugar particular a igreja deve se reunir. (6.) Nem quais pecados particulares devemos confessar mais; nem quais misericórdias pessoais devemos, neste momento, pedir primeiro; nem pelo que devemos agora dar graças mais copiosamente: pois ocasiões especiais devem determinar tudo isso. (7.) Nem que capítulo particular devemos agora ler; nem que salmo particular devemos agora cantar. (8.) Nem que tradução particular da Escritura, ou versão dos Salmos, devemos agora usar. Nem em que seções distribuir a Escritura, como fazemos por capítulos e versículos. Nem se a Bíblia deve ser impressa ou escrita, ou em que caracteres, ou como encadernada. (9.) Nem exatamente

por que sinal devo expressar meu consentimento às verdades ou deveres que sou chamado a expressar consentimento (além dos sacramentos e palavras comuns). (10.) Nem se devo usar notas escritas para ajudar minha memória na pregação, ou pregar sem elas. (11.) Nem se devo usar uma escrita ou livro na oração, ou orar sem eles. (12.) Nem se devo usar as mesmas palavras na pregação e oração, ou várias novas expressões. (13.) Nem quais utensílios na administração santa devo usar; como um templo ou uma casa comum, um púlpito, uma pia batismal, uma mesa, cálices, almofadas e muitos outros, que pertencem às várias partes da adoração. (14.) Nem em que gesto particular devemos pregar, ou ler, ou ouvir. (15.) Nem que vestimentas particulares os ministros ou o povo devem usar no tempo da adoração. (16.) Nem que auxílios naturais ou artificiais às nossas faculdades naturais devemos usar; como medicamentos para a voz, melodias, instrumentos musicais, óculos, ampulhetas: estes e outros semelhantes são indeterminados na Escritura e são deixados para serem determinados pela prudência humana, não como os homens desejam, mas como meios em ordem ao fim próprio, de acordo com as leis gerais de Cristo. Pois a Escritura é uma lei geral para todas essas circunstâncias, mas não uma lei particular.

Assim também para a ordem e governo, a Escritura não determinou particularmente: 1. Quais indivíduos serão os pastores da igreja. 2. Ou de quantas pessoas exatamente a congregação deve consistir. 3. Ou como os pastores devem dividir seu trabalho onde há muitos. 4. Nem quantos cada igreja deve ter. 5. Nem quais pessoas particulares serão o encargo especial de um pastor. 6.

Nem quais indivíduos ele deve batizar, receber à comunhão, admoestar ou absolver. 7. Nem com que palavras a maioria dessas coisas deve ser expressa. 8. Nem quantos pastores devem se encontrar em sínodos, para a comunhão e concordância de várias igrejas, nem com que frequência, nem em que tempo ou lugar, nem que ordem particular deve haver entre eles em suas consultas; com muitos outros semelhantes.

Quando você entender assim até que ponto a Escritura é uma lei para você na adoração de Deus, isso será a maior direção para você, para mantê-lo tanto de desobedecer a Deus quanto aos seus superiores; para que você não pretenda obediência ao homem por sua desobediência a Deus, nem pretenda obediência a Deus contra sua devida obediência aos seus governantes, como farão aqueles que pensam que a Escritura é uma regra mais particular do que Cristo jamais pretendeu; e isso evitará uma abundância de escrúpulos, contendas e divisões desnecessários.

Quais mandamentos de Deus não são universais nem perpétuos.

Direção 12. Observe bem na Escritura a diferença entre as leis universais de Cristo (que obrigam todos os Seus súditos em todos os tempos e lugares) e aquelas que são apenas leis locais, pessoais ou alteráveis; para que você não pense que está obrigado a tudo o que Deus jamais obrigou outros. As leis universais e inalteráveis são aquelas que resultam da base da natureza universal e inalterável das pessoas e coisas, e aquelas que Deus revelou sobrenaturalmente como adequadas constantemente a todos. As leis particulares, locais ou

temporárias são aquelas que resultam da natureza particular ou alterável das pessoas e coisas como mutuamente relacionadas (como a lei da natureza obrigou os filhos de Adão a casar com suas irmãs, o que obriga outros contra isso), ou aquelas que Deus sobrenaturalmente decretou apenas para algum povo ou pessoa particular, ou para o tempo. Se você confundir todas as leis judaicas com leis universais (quanto às pessoas ou duração), a quantos erros isso o levaria! Assim também, se você confundir cada mandato pessoal enviado por um profeta ou apóstolo a um homem particular como obrigando a todos, você faria disso uma armadilha. Nem todo homem deve se abster de vinhedos e vinho como os recabitas fizeram; nem todo homem deve sair para pregar na indumentária como Cristo enviou os doze e os setenta discípulos; nem todo homem deve administrar ou receber a Ceia do Senhor em um cenáculo de uma casa, à noite, apenas com onze ou doze, etc.; nem cada um deve carregar a capa e os pergaminhos de Paulo, nem ir de um lado para o outro nas mensagens em que alguns foram enviados. E aqui (em preceitos sobre {558} adoração) você deve saber o que é a coisa primariamente pretendida no mandamento, e o que é apenas um meio subserviente; pois muitas leis são universais e imutáveis quanto à matéria primariamente pretendida, que são apenas locais e temporárias quanto à matéria subserviente e secundariamente pretendida. Como o mandamento de saudar uns aos outros com ósculo santo, e usar festas de amor em sua comunhão sagrada, pretendia primariamente exercer e expressar o amor santo por sinais tão convenientes quanto eram então usados, e adequados àqueles tempos; mas que fosse

feito por esses sinais particulares era subserviente, e uma lei local e alterável; como aparece: 1. No fato de que é realmente deixado de lado pela permissão de Deus. 2. No fato de que, em outros lugares e tempos, os mesmos sinais não têm a mesma significação e aptidão para aquele uso, e, portanto, não seriam tal expressão de amor; ou, de outra forma, têm também alguma má significação. Assim, era a primeira maneira de batizar imergi-los completamente; o que era adequado naquele país quente, o que em países mais frios não seria, sendo destrutivo para a saúde e mais contra a modéstia; portanto, é claro que era apenas uma lei local e alterável. O mesmo se deve dizer de não comer coisas estranguladas e sangue, que foi ocasionado pela ofensa dos judeus; e outros semelhantes. Este é o caso em quase todos os preceitos sobre gestos de adoração externa: a coisa que Deus ordena universalmente é uma adoração humilde e reverente a Ele pela mente e pelo corpo. Ora, a adoração da mente é ainda a mesma; mas a expressão corporal altera conforme o costume dos países: na maioria dos países, ajoelhar-se ou prostrar-se são as expressões de maior veneração e submissão: em poucos países é mais significado por sentar-se com o rosto coberto com as mãos: em alguns, é significado melhor por estar de pé: ajoelhar-se é ordinariamente mais adequado, porque é o sinal mais comum de reverência humilde; mas onde não é assim, não é adequado. O mesmo devemos dizer de outros gestos e hábitos: as mulheres entre os coríntios não deviam andar descobertas por causa dos anjos (1 Co 11:10), e, contudo, em alguns lugares, onde cabelos longos ou cobertura podem ter uma significação contrária, o caso pode ser contrário. O próprio quarto

mandamento, contudo, fosse uma lei perpétua quanto à proporção de tempo, era alterável quanto ao sétimo dia. Aquelas que chamo de leis universais, alguns chamam de morais; mas esse não é um termo de distinção, mas significa a natureza comum de todas as leis, que são para o governo de nossos costumes. Alguns chamam-nas de leis naturais, e as outras de positivas: mas a verdade é que existem algumas leis da natureza que são universais, e algumas que são particulares, conforme são o resultado da natureza universal ou particular: e existem algumas leis da natureza que são perpétuas, que são o resultado de uma base inalterada: e existem algumas que são temporárias, quando é alguma coisa temporária e alterável na natureza de onde o dever resulta: assim, há algumas leis positivas que são universais ou inalteráveis (durante este mundo), e algumas que são locais, particulares ou temporárias apenas.

Direção 13. Lembre-se de que qualquer dever que você pareça obrigado a realizar, a obrigação ainda pressupõe que não é naturalmente impossível para você, e, portanto, você é obrigado a fazê-lo tão bem quanto puder; e quando a força de outros homens, ou sua incapacidade natural, o impede de fazê-lo como você gostaria, você não está, por isso, desobrigado de fazê-lo de forma alguma; mas a omissão total é pior do que o desempenho defeituoso dele, assim como o desempenho defeituoso é pior do que fazê-lo mais perfeitamente. E, em tal caso, os defeitos que são totalmente involuntários não são imputáveis a você de forma alguma, mas àquele que o impede (a menos que algum outro pecado possa ter causado isso). Como se eu estivesse em um país onde pudesse ter liberdade para ler e orar, mas não para pregar, ou para pregar apenas uma

vez por mês e não mais; é meu dever fazer tanto quanto posso fazer, por ser muito melhor do que nada, e não abster-me de tudo, porque não posso fazer tudo.

Objeção. Mas você não deve se abster de nenhuma parte do seu dever? Resposta. Verdade: mas nada é meu dever que seja naturalmente impossível para mim fazer. Ou eu posso fazê-lo, ou não posso: se posso, devo (supondo que seja um dever em todos os outros aspectos); mas se não posso, não estou obrigado a ele.

Objeção. Mas não é o sofrimento que deve dissuadi-lo, pois isso é uma razão carnal: e seu sofrimento pode fazer mais bem do que sua pregação. Resposta. O sofrimento é considerável como uma dor para a carne, ou como um impedimento irresistível para a obra do evangelho: como é meramente uma dor para a carne, não devo ser dissuadido por ele da obra de Deus; mas como me impede forçosamente daquela obra (como por prisão, morte, corte da língua, etc.) posso prever legalmente, e por meios legais evitar, quando for sinceramente para a obra de Cristo, e não para salvar a carne. Se Paulo previu que a pregação de mais um sermão em Damasco era provável de impedi-lo de pregar mais, porque os judeus vigiavam as portas dia e noite para matá-lo, era dever de Paulo ser descido pelo muro em um cesto, e escapar, e pregar em outro lugar (At 9:25). E quando os cristãos não podiam se reunir publicamente com segurança, reuniam-se em segredo (Jo 19:38; At 12:12, etc.). Se o sofrimento de Paulo em Damasco por pregar mais um sermão, ou sua pregação mais em outro lugar, deveria ser escolhido, o interesse de Cristo e do evangelho deve direcioná-lo a resolver: o que é melhor para a igreja deve ser escolhido.

Direção 14. Lembre-se de que nenhum dever material é formalmente um dever em todos os tempos: aquilo que é um dever em sua estação não é dever fora de estação. Preceitos afirmativos não obrigam a todos os tempos (exceto apenas para hábitos, ou a intenção secreta de nosso fim último, tanto quanto for suficiente para animar e ativar os meios, enquanto estamos acordados e temos o uso da razão). Orar e pregar, que são deveres muito grandes, podem ser realizados tão inoportunamente que se tornem pecados: se deixar de fazer uma oração, ou sermão, ou sacramento um dia ou mês, for racionalmente provável de obter sua ajuda ou liberdade para fazê-lo depois, quando aquela uma ou poucas vezes de fazê-lo fosse provável de impedi-lo de fazê-lo mais, seria seu dever então abster-se dele por aquele tempo (a menos que em algum caso extraordinário): pois mesmo para a vida de um boi ou um jumento, e por misericórdia aos corpos dos homens, o descanso e a obra santa de um sábado poderiam ser interrompidos; muito mais pelas almas de muitos. Aviso-o novamente: assim como você não deve pretender o interesse do fim contra um mandamento peremptório e absoluto de Deus, tampouco deve concluir facilmente que um mandamento é absoluto e peremptório para aquilo que certamente contradiz o fim; nem tomar facilmente aquilo por um dever que certamente não é meio para aquele bem que é o fim do dever, ou que é contra ele. Embora, ainda assim, nenhuma aptidão aparente como meio deva fazer aquilo parecer um dever, que a proibição de Deus tornou um pecado.

Direção 15. É sempre inoportuno realizar um dever menor de adoração quando um maior deve ser feito;

portanto, preocupa-o muito ser capaz de discernir, quando dois deveres são inconsistentes, qual é então o maior e a ser preferido: no que o interesse do fim deve direcioná-lo muito; sendo geralmente o maior aquele que tem a maior tendência ao maior bem.

Direção 16. Não pretenda uma parte da adoração de Deus contra outra, quando todas, em seu lugar e ordem, podem ser feitas. Não coloque a pregação e a oração uma contra a outra; nem a adoração pública e privada uma contra a outra; nem a adoração interior contra a externa; mas faça tudo.

Direção 17. Não deixe um respeito inordenado ao homem, ou costume comum, ser um viés forte demais para perverter seus julgamentos da regra de adoração; nem qualquer preconceito sem base fazê-lo desgostar daquilo que não deve ser desgostado. O erro nesses dois extremos enche o mundo de corrupção e contendas sobre a adoração de Deus. Entre os papistas, os russos e outros tipos ignorantes de cristãos, abundância de corrupções são continuadas na adoração de Deus pelo mero poder do costume, tradição e educação; e tudo parece certo ao que eles têm estado acostumados há muito tempo: e, portanto, as igrejas no sul, leste e oeste continuam há tanto tempo tomadas pela ignorância e recusam a reforma. E, por outro lado, o mero preconceito faz com que alguns desgostem tanto de uma forma prescrita de oração, ou do modo de adoração a que não estão acostumados, e que ouviram alguns homens bons falarem contra, cujos julgamentos eles estimavam mais, que eles não têm espaço para a razão sóbria e imparcial deliberar, tentar e julgar. As facções engajaram a maioria dos

cristãos no mundo em vários partidos, pelos quais Satanás obteve esta grande vantagem: que, em vez de adorar a Deus em amor e concórdia, eles gastam seu zelo em um reprochar invejoso, amargo, censor e sem caridade da maneira de adoração um do outro. E porque o interesse de seus partidos exige isso, eles pensam que o interesse da igreja e a causa de Deus o exigem; e que prestam um serviço a Deus quando fazem com que a religião de outros homens pareça odiosa: enquanto, entre a maioria dos cristãos no mundo, os erros de seus modos de adoração não são tão grandes como as partes adversas os representam (exceto apenas os dois grandes crimes da adoração papista: 1. Que não é compreendida, e assim é sem alma. 2. Adoram o pão como o próprio Deus, o que não sou tão capaz quanto disposto a desculpar de ser idolatria). Não julgue em tais casos pela paixão, parcialidade e preconceito.

Direção 18. Contudo, julgue em todas essas controvérsias com aquela reverência e caridade que é devida à igreja universal e primitiva. Se você encontrar algo na adoração de Deus com o qual a igreja primitiva ou universal concordou, pode ter certeza de que não é nada além do que é consistente com a adoração aceitável; pois Deus nunca rejeitou a adoração da igreja primitiva ou universal. E não é sequer para ser julgado errôneo sem grande deliberação e muito boa prova. Devemos ser muito mais desconfiados de nossos próprios entendimentos.

Direção 19. Em circunstâncias e modos de adoração não proibidos na Palavra de Deus, não afete a singularidade, e não difira facilmente da prática da igreja na qual você

mantém comunhão, nem dos mandamentos ou direções de seus governantes legais. É verdade, se formos proibidos com Daniel de orar, ou com os apóstolos de falar mais em nome de Cristo, ou formos ordenados como as três testemunhas (Dn 3) de adorar imagens, devemos obedecer a Deus antes que aos homens; e assim no caso de qualquer pecado que nos seja ordenado: mas no caso de meros modos diferentes, circunstâncias e ordem de adoração, veja que você dê à autoridade e ao consentimento da igreja onde você está o seu devido valor.

Direção 20. Olhe mais para seus próprios corações do que para as habilidades dos ministros, ou as cerimônias ou a maneira da adoração das igrejas em tais coisas menores. É o trabalho do coração e o trabalho do céu que o crente sincero realiza; e é a corrupção de seu coração que é o fardo mais pesado, sobre o qual ele geme com as queixas mais apaixonadas: uma alma faminta, inflamada de amor a Deus e ao homem, e sensível com ternura à excelência das verdades e deveres comuns, compensaria muitos defeitos na maneira da administração pública, e chegaria mais perto de Deus em um modo de adoração defeituoso e imperfeito do que outros podem fazer com os maiores auxílios; quando hipócritas encontram tão pouco trabalho com seus corações e o céu, que se ocupam com palavras, formas e cerimônias, e coisas externas, aplaudindo seu próprio caminho, e condenando o dos outros homens, e servindo a Satanás sob pretexto de adorar a Deus.

CAPÍTULO 3
DIREÇÕES SOBRE O PACTO CRISTÃO COM DEUS E O BATISMO.

Embora a primeira parte deste livro seja pouco mais do que uma explicação do pacto cristão com Deus, ainda assim, por estar aqui para falar do batismo como uma parte da adoração a Deus, é necessário que eu fale brevemente também sobre o próprio pacto.

Direção 1. É uma matéria de grande importância que você compreenda bem a natureza do pacto cristão, o que ele é. Portanto, abrirei aqui brevemente a natureza dele, e então falarei das razões para ele; e depois da sua solenização pelo batismo, e em seguida da nossa renovação dele, e, por fim, da nossa observância dele.

O pacto cristão é um contrato entre Deus e o homem, por meio da mediação de Jesus Cristo, para o retorno e a reconciliação dos pecadores a Deus, e sua justificação, adoção, santificação e glorificação por Ele, para Sua glória.

Aqui devemos considerar, primeiro, quem são as partes no pacto. 2. Qual é a matéria do pacto da parte de Deus. 3. Qual é a matéria da parte do homem. 4. Quais são os termos dele propostos da parte de Deus. 5. Onde e como Ele o expressa. 6. Quais são as qualificações necessárias da parte do homem. 7. E quais são os fins e benefícios dele.

I. As partes são Deus e o homem: Deus Pai, Filho e Espírito Santo, de uma parte, e pecadores arrependidos e crentes, da outra parte. O homem é a parte que precisa dele; mas Deus é a parte que primeiro o oferece. Aqui note: 1. Que a parte de Deus no pacto é feita universal e condicionalmente com toda a humanidade (quanto ao teor exigido), e assim já existe antes de nascermos. 2. Que não se trata do Pai, do Filho e do Espírito Santo considerados simplesmente como pessoas na Divindade, mas como relacionados ao homem para os fins do pacto. 3. Que é apenas com pecadores que este pacto é feito, porque o uso dele é para a restauração daqueles que quebraram um pacto anterior em Adão. É um pacto de reconciliação e, portanto, supõe uma inimizade antecedente. 4. Quando digo que são pecadores arrependidos e crentes as partes, quero dizer: (1.) Que, tomando o pacto em seu primeiro ato, o próprio arrependimento e a fé são o ato, e são nossa própria feitura de pacto. (2.) Mas, tomando o pacto em sua expressão externa, é um pecador arrependido e crente quem deve aceitá-lo, sendo apenas a expressão de seu arrependimento e fé por um contrato explícito com Deus. 5. Note que, embora o pacto de Deus seja por um ato universal, o do homem deve ser feito pelos diversos atos dos indivíduos, cada um por si mesmo, e não apenas pelos atos de sociedades.

II. A matéria do pacto da parte de Deus é, em geral, que Ele será nosso Deus: mais particularmente, que Deus Pai será nosso Deus e Pai reconciliado em Jesus Cristo; que Deus Filho será nosso Salvador; e Deus Espírito Santo será nosso Santificador. E a relação de um Deus para conosco contém essencialmente estas três partes: 1. Que,

pelo título de criação e redenção, Ele é nosso Dono, de modo que Ele nos toma como Seu povo peculiar. 2. Que, como Ele tem o título de ser nosso Rei ou Governador absoluto, Ele nos toma como Seus súditos. 3. Que Ele será nosso grande Benfeitor e felicidade, ou nosso Pai mais amoroso (o que compreende todo o resto). E, assim como Ele será relacionado conosco desta forma, Ele fará por nós tudo o que essas relações importam. Como: 1. Ele fará tudo o que pertence a um Criador para Sua criatura, em nossa preservação e suprimentos. 2. Ele nos salvará de nossos pecados, e de Sua ira e do inferno. 3. E Ele nos santificará para uma perfeita conformidade com nosso Cabeça. Também: 1. Ele nos usará e defenderá como Seus próprios peculiares. 2. Ele nos governará por uma lei de graça e justiça. 3. Ele nos fará plenamente felizes em Seu amor para sempre.

III. A matéria do pacto da parte do homem é: 1. Em relação ao *terminus a quo* [ponto de partida], que abandonaremos a carne, o mundo e o diabo, como eles são adversos às nossas relações e deveres para com Deus. 2. Em relação ao *terminus ad quem* [ponto de chegada], que tomaremos o Senhor como nosso Deus: e mais particularmente: 1. Que tomamos Deus Pai como nosso Pai reconciliado em Jesus Cristo, e nos entregamos a Ele como criaturas ao seu Criador. 2. Que tomamos Jesus Cristo como nosso Redentor, Salvador e Mediador, como nosso Sumo Sacerdote, Profeta e Rei, e nos entregamos a Ele como Seus redimidos para sermos reconciliados com Deus e salvos por Ele. 3. Que tomamos o Espírito Santo como nosso Regenerador e Santificador, e nos entregamos para sermos perfeitamente renovados e santificados por Ele, e por Suas operações conduzidos a

Deus em Seu santo serviço. Também: 1. Que tomamos Deus como nosso Senhor ou Dono absoluto, e nos entregamos a Ele como Seus. 2. Que O tomamos como nosso Governador soberano e universal, e nos entregamos a Ele como Seus súditos. 3. Que O tomamos como nosso Benfeitor mais generoso, Pai amoroso e felicidade, e nos entregamos a Ele como Seus filhos, para buscá-Lo, agradá-Lo, e amá-Lo perfeitamente, deleitarmo-nos n'Ele e desfrutá-Lo para sempre no céu como nosso fim último. E, ao consentir nessas relações, pactuamos fazer os deveres delas em sinceridade.

IV. Os termos ou condições que Deus requer do homem em Seu pacto são: consentimento e fidelidade ou desempenho: Ele primeiro consente condicionalmente, se nós consentirmos; e Ele consente em ser realmente nosso Deus quando consentimos em ser Seu povo: de modo que, assim como o simples consentimento, sem qualquer desempenho, fundamenta a relação entre marido e mulher, mestre e servo, príncipe e povo; mas o desempenho sincero dos deveres da relação que consentimos é necessário depois para continuar a relação e alcançar os benefícios e fins; assim também é entre Deus e o homem. Somos Seus filhos em pacto assim que consentimos; mas não seremos glorificados senão sob a condição de desempenho e obediência sinceros.

V. O pacto de Deus com o homem nada mais é do que a promessa universal no evangelho; e (para a solenização) a declaração, e aplicação, e investidura solene ou entrega por Seus ministros autorizados. 1. O evangelho, como relata os fatos sobre a obra de nossa redenção, é uma história sagrada. 2. Como contém os termos nos quais

Deus será servido e nos ordena obedecê-los para nossa salvação, é chamado de lei de Cristo ou da graça. 3. Como contém a promessa de vida e salvação oferecida condicionalmente, é chamado de promessa e pacto de Deus (isto é, da parte d'Ele, conforme é proposto apenas). 4. Quando, pelo nosso consentimento, a condição é cumprida ou o pacto aceito, então a promessa ou pacto condicional e universal de Deus torna-se real e particular quanto ao efeito; e assim o pacto torna-se mútuo entre Deus e o homem: como se um rei fizesse um ato ou lei de perdão e esquecimento para uma nação de rebeldes, dizendo: Quem vier até tal dia, confessar sua culpa, pedir seu perdão e prometer fidelidade para o futuro, será perdoado. Este ato é uma lei em um aspecto, e é um perdão universal e condicional de todos aqueles rebeldes; ou uma promessa de perdão; e uma oferta de perdão a todos a quem é revelado: mas é um perdão real para aqueles que vêm, e lhes confere os benefícios do ato como se fossem nomeados nele, e é seu próprio título ao perdão, do qual seu consentimento é a condição; e, sendo a condição cumprida, o perdão ou concessão do benefício torna-se particular e real, sem qualquer novo ato; sendo o sentido da própria lei, ou concessão condicional, que assim deveria ser. Assim, quanto à realidade do interesse interno e benefícios do pacto, justificação e adoção, é nosso em virtude deste pacto condicional universal, quando cumprimos a condição. Mas, quanto ao nosso título *in foro ecclesiæ* [no foro da igreja], e a devida solenização e investidura, é tornado nosso quando o ministro de Deus o aplica a nós no batismo por sua comissão; como o rebelde que foi fundamentalmente perdoado pelo ato de esquecimento, deve ainda ter seu

perdão pessoal entregue a ele pelo lorde chanceler sob o grande selo. Nesse sentido, os ministros são os instrumentos de Deus, não apenas declarando que somos perdoados, mas entregando-nos o perdão de nossos pecados, e solenemente nos investindo nele: como um procurador entrega a posse a alguém que antes tinha seu título fundamental. Assim, Deus entra em pacto com o homem.

VI. As qualificações de necessidade absoluta para a validade do nosso pacto com Deus *in foro interiori* [no foro interno] são estas: 1. Que compreendamos o que fazemos quanto a todos os essenciais do pacto; pois *ignorantia non est consensus* [da ignorância não há consentimento]. 2. Que seja nosso próprio ato, realizado por nós mesmos, natural ou legalmente, isto é, alguém que tenha poder para nos dispor (como os pais têm de seus filhos). 3. Que seja deliberado, sóbrio e racional, feito por alguém que esteja *compos mentis* [em perfeito juízo], em seu juízo, e não embriagado, louco ou sem reflexão. 4. Que seja feito seriamente com uma intenção real de fazer a coisa, e não histrionicamente, ludicamente ou em tom de brincadeira. 5. Que seja feito inteiramente quanto a todas as partes essenciais; pois, se deixarmos de fora qualquer parte essencial do pacto, não é um consentimento suficiente (como consentir que Cristo seja nosso Justificador, mas não o Espírito Santo nosso Santificador). 6. Que seja um consentimento presente para estar presentemente em pacto com Deus: pois consentir que você será Seu servo amanhã ou depois, mas não ainda, é apenas ter o propósito de estar em pacto com Ele depois, e não é uma feitura de pacto presente com Ele. 7. Por fim, deve ser um consentimento resolvido e

absoluto, sem quaisquer exceções ou reservas abertas ou secretas.

VII. Os frutos do pacto que Deus colhe (embora Ele não precise de nada) são o agrado de Sua vontade boa e graciosa, no exercício de Seu amor e misericórdia, e o louvor e a glória de Sua graça, no amor e felicidade de Seu povo para sempre. Os frutos ou benefícios que advêm ao homem são indescritíveis, e exigiriam um volume para abri-los competentemente: especialmente que Deus é nosso Deus, e Cristo nosso Salvador, Cabeça, Intercessor e Mestre, e o Espírito Santo é nosso Santificador; e que Deus nos considerará como Seus próprios, e nos protegerá, preservará e proverá, e nos governará, e será nosso Deus e alegria para sempre; que Ele nos perdoará, justificará, adotará e nos glorificará com Seu Filho no céu.

Direção 2. Quando você compreender bem a natureza do pacto, trabalhe para compreender as razões especiais dele. As razões da matéria do pacto você pode ver nos frutos e benefícios agora mencionados. Mas agora falo da razão dele como um pacto *in genere* [em geral], e tal pacto *in specie* [em espécie].

1. Em geral, Deus quer que o homem receba vida ou morte como um aceitante e guardador, ou um recusador ou quebrador, de Seu pacto, porque Ele não o fará apenas como um Benfeitor, ou Senhor absoluto, mas também como um Governador, e fará de Seu pacto também Sua lei, e Sua promessa e benefícios para promover a obediência; e porque Ele tratará o homem como um agente livre, e não como um bruto que não tem poder de escolha e recusa, conduzido

pela razão: a vida e a morte do homem estarão em suas próprias mãos, e ainda dependerão de sua própria vontade; embora Deus assegure Seu próprio domínio, interesse e fins, e não ponha nada fora de Seu próprio poder ao colocá-lo no do homem; nem tenha menos Sua própria vontade ao deixar o homem à sua própria vontade. Deus finalmente, como um Juiz justo, determinará todo o mundo para sua alegria ou punição final, de acordo com sua própria escolha enquanto estavam na carne, e de acordo com o que fizeram no corpo, seja bom ou mau (Mt 25). Portanto, Ele tratará conosco em termos de pacto.

2. E Ele escolheu governar e julgar os homens de acordo com um pacto de graça, por um Redentor, e não de acordo com uma lei rigorosa de obras, para que Sua bondade e misericórdia possam ser mais plenamente manifestadas aos filhos dos homens; e para que seja mais fácil para os homens amá-Lo, quando eles têm demonstrações tão maravilhosas de Seu amor; e assim para que seu serviço aqui, e seu trabalho e felicidade depois, possam consistir de amor, para a glória de Sua bondade e o agrado de Seu amor para sempre.

Direção 3. Em seguida, compreenda corretamente a natureza, o uso e o fim do batismo. O batismo é para o pacto mútuo entre Deus e o homem o que a solenização do casamento é para aqueles que antes consentem; ou o que alistar um soldado entregando-lhe as cores e escrevendo seu nome é para aquele que antes consentiu em ser soldado. Em meu *Universal Concord*, p. 29, 30, descrevi-o assim: O batismo externo é um sacramento santo instituído por Cristo, no qual uma pessoa que

professa a fé cristã (ou o infante de tal) é batizada em água em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, em significação e solenização do santo pacto, no qual, como um crente arrependido (ou a semente de tal), ele se entrega (ou é pelos pais entregue) a Deus Pai, Filho e Espírito Santo, abandonando o diabo, o mundo e a carne, e é solenemente ingressado como membro visível de Cristo e de Sua igreja, um filho de Deus perdoado e regenerado, e um herdeiro do céu.

Como a palavra batismo é tomada para a mera administração ou ordenança externa, a feitura de pacto interna ou fé e arrependimento da pessoa (adulta) a ser batizada não é parte essencial dela, nem necessária ao ser dela; mas apenas a profissão de tal fé e arrependimento, e a entrada externa no pacto; mas como o batismo é tomado para a ordenança realizada em todas as suas partes essenciais, de acordo com a verdadeira intenção de Cristo em Sua instituição (isto é, no primeiro e próprio sentido da palavra); então a feitura de pacto interna de um crente arrependido e sincero é necessária ao seu ser. E, de fato, a palavra batismo é tomada apenas equivocada ou analogicamente, no máximo, quando é tomada para a mera administração e ação externa: pois Deus não institui ordenanças de adoração apenas para movimento corporal; quando Ele fala ao homem, e requer adoração do homem, Ele fala a ele como a um homem, e requer ações humanas dele, mesmo o trabalho da alma, e não as palavras de um papagaio ou o movimento de um boneco. Portanto, a palavra batismo, na primeira e própria significação, abarca as ações internas do coração, bem como as profissões e ações externas. O batismo completo é o pacto mútuo entre Deus Pai, Filho e Espírito Santo, e

um pecador crente e arrependido, solenizado pela lavagem com água, na qual, como um sacramento de Sua própria nomeação, Deus se compromete a ser o Deus e Pai reconciliado, o Salvador e o Santificador do crente, e o toma como Seu filho reconciliado em Cristo, e lhe entrega, por investidura solene, o perdão de todos os seus pecados e o título às misericórdias desta vida e daquela que há de vir. O que digo nesta descrição de um crente arrependido também deve ser entendido dos filhos de tais que são dedicados por eles no batismo a Deus, que, consequentemente, têm sua porção no mesmo pacto de graça.

A palavra batismo é tomada no primeiro sentido quando se diz que Simão, o Mago, foi batizado (At 8). E quando falamos dele apenas no sentido eclesiástico, como é o verdadeiro batismo *in foro ecclesiæ*; mas é tomada no último sentido quando é falado como a ordenança completa de Deus, no sentido da instituição, e respeitando os fins próprios do batismo, como perdão do pecado e vida eterna; e *in foro cœli* [no foro do céu].

Nesse sentido pleno e próprio, é tomada por Cristo quando Ele diz (Mc 16:16): "Quem crer e for batizado será salvo"; isto é, quem crer e for, pelo batismo, ingressado no pacto de Deus; e nesse sentido os antigos a tomaram, quando afirmaram que todos os que eram batizados eram regenerados, perdoados e feitos filhos de Deus. E nesse sentido é muito verdade que aquele que é batizado (isto é, um pactuante sincero) será salvo se morrer naquela condição em que se encontra então. Todos os que o ministro batiza justificadamente são sacramentalmente regenerados, e são *in foro ecclesiæ* membros de Cristo,

filhos de Deus e herdeiros do céu: mas apenas aqueles que são sinceramente entregues em pacto a Deus em Cristo é que são espiritual e realmente regenerados, e são tais que serão reconhecidos como membros de Cristo e filhos de Deus *in foro cœli*. Portanto, não é impróprio que o ministro chame os batizados de membros regenerados e perdoados de Cristo, filhos de Deus e herdeiros do céu, supondo que *in foro ecclesiæ* eles fossem os devidos sujeitos do batismo. Mas se as pessoas forem tais que não deveriam ser batizadas, o pecado então não é chamar os batizados de regenerados, mas batizar aqueles que não deveriam ter sido batizados, e a quem o selo do pacto não era devido.

Ninguém deve ser batizado senão aqueles que, ou pessoalmente, se entregam em pacto a Deus Pai, Filho e Espírito Santo, professando verdadeiro arrependimento, fé e consentimento ao pacto; ou, então, são assim entregues, dedicados e ingressados no pacto em sua infância por aqueles que, sendo cristãos eles mesmos, têm tanto interesse neles e poder sobre eles que seu ato pode ser estimado como o ato dos infantes, e legalmente imputado a eles como se eles mesmos o tivessem feito. Se quaisquer outros são indevidamente batizados, não têm por meio disso nenhum título ao perdão do pecado ou à vida eterna, nem são tomados por Deus como estando em pacto, não tendo de forma alguma consentido a ele.

Direção 4. Quando você ingressar uma criança no pacto cristão com Deus, dirija-se a isso como a uma das maiores obras do mundo; como aqueles que conhecem a grandeza do benefício, do dever e do perigo. O benefício para aqueles que são sinceros no pacto não é menos do

que ter o perdão de todos os nossos pecados, e ter o próprio Deus como nosso Deus e Pai, Cristo como nosso Salvador e o Espírito Santo como nosso Santificador, e ter título às bênçãos desta vida e da futura. E quanto ao dever, quão grande obra é para um pecador entrar em um pacto tão solene com o Deus do céu, para reconciliação e novidade de vida, e para salvação! E, portanto, se alguém abusasse de Deus pela hipocrisia, e assumisse consentir aos termos do pacto (para si mesmos ou seus filhos), quando de fato não o fazem, o perigo de tal profanidade e abuso de Deus deve ser grande. Faça-o, portanto, com a devida preparação, reverência e seriedade que convém àqueles que estão transacionando um negócio de tamanha importância indescritível com Deus Todo-Poderoso.

Direção 5. Tendo sido ingressado em sua infância no pacto de Deus por seus pais, você deve, nos anos de discrição, revisar o pacto que por eles você fez, e renová-lo pessoalmente; e isto com tanta seriedade e resolução como se você agora fosse primeiro ingressar e assiná-lo, e como se sua vida ou morte eterna dependesse da sinceridade de seu consentimento e desempenho. Pois seu pacto batismal de infância não salvará nenhum de vocês que vive até os anos de discrição e não o assume tão sinceramente em suas próprias pessoas, como se tivessem agora que ser batizados. Mas passo por isso, tendo dito tanto sobre o assunto em meu *Book of Confirmation* [Livro de Confirmação].

Direção 6. Seu pacto assim: 1. Feito; 2. Solenizado pelo batismo; 3. E assumido na idade adulta; deve, 4. Ser frequentemente renovado durante todo o curso de suas

vidas. Como: (1.) Seu primeiro consentimento deve ser habitualmente continuado todos os seus dias; pois se isso cessar, sua graça e título aos benefícios do pacto de Deus cessam. (2.) Este pacto é virtualmente renovado em cada ato de adoração a Deus; pois você fala com Ele como seu Deus em pacto, e oferece-se a Ele como Seu povo pactuado. (3.) Este pacto deve ser realmente renovado frequentemente em oração e meditação, e outros atos de comunhão com Deus. (4.) Especialmente quando, após uma queda, pedimos o perdão de nossos pecados e as misericórdias do pacto, e em dias de humilhação e ação de graças, e em grandes aflições, ou misericórdias que nos alegram. (5.) E a Ceia do Senhor é uma ordenança instituída para este fim. Não é pequena parte de nossa diligência e vigilância cristã manter e renovar nosso consentimento ao pacto.

Direção 7. E tão cuidadoso você deve ser para guardar ou realizar seu pacto, quanto para entrar nele e renová-lo; o que é feito: 1. Continuando nosso consentimento; 2. Pela obediência sincera; 3. E pela perseverança. Nós não (nem ousamos) prometer obedecer perfeitamente, nem prometer ser tão obedientes quanto a classe mais alta e melhor de cristãos, embora desejemos ambos; mas obedecer sinceramente devemos prometer, porque devemos realizar isso.

A obediência é sincera: 1. Quando o consentimento radical ou submissão do coração a Deus em Cristo é habitual e cordialmente continuado. 2. Quando o interesse de Deus em nós é mais predominante, e Sua autoridade e lei podem fazer mais conosco do que qualquer concupiscência carnal ou interesse mundano,

ou do que a autoridade, palavra ou persuasão de qualquer homem, seja ele quem for. 3. Quando desejamos sinceramente ser perfeitos, e habitualmente e ordinariamente temos um amor predominante a tudo o que é bom, e um ódio ao que é mau; e preferiríamos fazer nosso dever do que ser dispensados dele, e preferiríamos ser salvos de nosso pecado do que mantê-lo.

Direção 8. Enquanto você sinceramente consente com o pacto, viva pela fé nos benefícios prometidos dele, crendo que Deus cumprirá da parte d'Ele tudo o que Ele prometeu. Tome-o como seu título ao perdão, filiação e vida eterna. Oh, pense que misericórdia é ter Deus em pacto com você para ser seu Deus, seu Pai, Salvador, Santificador e felicidade! E nisso alegre-se continuamente.

CAPÍTULO 4
DIREÇÕES SOBRE A PROFISSÃO DA NOSSA RELIGIÃO AOS OUTROS.

Direção 1. Entenda primeiro quão grande dever é a profissão da verdadeira religião, para que você não pense, como algumas pessoas tolas, que todo homem deveria esconder sua religião ou guardá-la para si mesmo. Observe, portanto, estas razões seguintes que a exigem:

1. Nossas línguas e corpos são feitos para exercer e manifestar aquele reconhecimento e adoração a Deus que está em nossos corações. E, assim como ele nega a Deus com o coração quem não crê n'Ele e não O adora

em seu coração, assim ele nega a Deus implicitamente com sua língua e vida quem não professa e O honra com sua língua e vida; e assim é um ateu prático. Is 45:23-25: "Por mim mesmo tenho jurado, a palavra da minha boca saiu em justiça e não tornará atrás: que diante de mim se dobrará todo joelho, e por mim jurará toda língua. De mim se dirá: Deveras no Senhor há justiça e força... no Senhor será justificada toda a descendência de Israel e se gloriará". Assim, Fp 2:9-11: "Pelo que também Deus o exaltou soberanamente, e lhe deu o nome que é sobre todo nome; para que ao nome de Jesus se dobre todo joelho... e toda língua confesse que Jesus Cristo é o Senhor, para glória de Deus Pai". Is 44:5: "Um dirá: Eu sou do Senhor; outro se chamará pelo nome de Jacó; outro escreverá com a sua mão: Eu sou do Senhor, e por sobrenome tomará o nome de Israel".

2. As assembleias públicas e a adoração a Deus são propositalmente nomeadas por Ele para que nelas possamos fazer profissão aberta de nossa religião. Aquele que nega a profissão, nega a fé pública e a adoração da igreja, e nega o batismo e a Ceia do Senhor, que são sacramentos nomeados para a solene profissão de nossa fé.

3. Nossa profissão é necessária para glorificarmos a Deus. Os homens não veem nossos corações, nem sabem se cremos em Deus ou não, nem o que cremos sobre Ele, até que o ouçam ou vejam em nossa profissão e ações. A vida e a morte de Paulo foram uma profissão de Cristo, para que em sua "ousadia Cristo pudesse ser magnificado em seu corpo" (Fp

1:20). Mt 5:14-16: "Vós sois a luz do mundo; não se pode esconder uma cidade edificada sobre um monte; nem se acende a candeia e se coloca debaixo do alqueire, mas no velador, e dá luz a todos os que estão na casa. Assim resplandeça a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem a vosso Pai, que está nos céus".

4. Nossa profissão é o meio de salvar os outros: aquilo que é secreto não é meio para beneficiá-los. Eles devem ver nossas boas obras para que possam glorificar a Deus (Fp 1:12-14).

5. Deus exigiu nossa profissão aberta e ousada d'Ele, com os comandos mais rígidos e sob as maiores penalidades. 1 Pe 3:15: "Antes, santificai a Cristo, como Senhor, em vossos corações; e estai sempre preparados para responder com mansidão e temor a qualquer que vos pedir a razão da esperança que há em vós". Rm 10:9, 10: "Se com a tua boca confessares a Jesus como Senhor, e em teu coração creres que Deus o ressuscitou dentre os mortos, serás salvo. Porque com o coração se crê para justiça, e com a boca se faz confissão para salvação". Mc 8:38: "Porquanto, qualquer que, entre esta geração adúltera e pecadora, se envergonhar de mim e das minhas palavras, também o Filho do homem se envergonhará dele, quando vier na glória de seu Pai com os santos anjos".

Direção 2. Em seguida, entenda o que é na religião que você deve professar principalmente. Não é toda verdade menor, muito menos toda opinião sua, na qual você está confiante de que é mais sábio do que seus irmãos. Este é o sentido de Rm 14:22: "Tens tu fé? Tem-na contigo

mesmo diante de Deus". Por "fé" aqui não se quer dizer a substância da crença cristã, ou qualquer artigo necessário dela. Mas uma crença sobre a indiferença de tais coisas como Paulo falou, em comidas e bebidas. Se você sabe que essas coisas são lícitas quando seu irmão fraco não sabe, e assim você é mais sábio do que ele, agradeça a Deus pelo seu conhecimento e use-o para sua própria salvação; mas não contenda orgulhosa e descaridosamente por isso, e não o use descaridosamente para o perigo da alma de outro, muito menos para o mal da igreja e do evangelho, e o obstáculo de verdades maiores. 2 Tm 2:14: "Traze estas coisas à memória, ordenando-lhes diante do Senhor que não tenham contendas de palavras, que para nada aproveitam, senão para subversão dos ouvintes". Contudo, "pela fé devemos batalhar" (Jd 3). 2 Tm 2:23, 24: "E rejeita as questões loucas e sem instrução, sabendo que produzem contendas. E ao servo do Senhor não convém contender, mas sim, ser manso para com todos".

Mas aquilo que é a matéria principal de nossa profissão é: o ser e as perfeições do próprio Deus; Seu amor ao homem, e poder sobre ele, e a sujeição e obrigações do homem para com Deus; a pessoa, o ofício, as obras e os benefícios de nosso Redentor, com todo o dever que Lhe devemos em perfeita santidade, e todas as esperanças que temos n'Ele; a felicidade dos santos, a odiosidade do pecado e a miséria dos ímpios. Estes, e tais como estes, são coisas que somos chamados a professar; contudo, de modo a não negar ou renunciar à menor verdade.

Direção 3. Entenda também a maneira como devemos fazer a profissão da religião. 1. Existe uma profissão por

palavras, e uma profissão por ações. 2. Existe uma profissão solene pelas ordenanças públicas de Deus, e uma profissão ocasional ou mais privada por conferência, ou por nossas conversas. E de todas essas maneiras a religião deve ser professada.

Direção 4. Entenda também a estação de cada tipo de profissão, para que você não omita a estação, nem o faça inoportunamente. 1. A profissão pelo batismo, Ceia do Senhor e assembleias da igreja deve ser feita em sua estação, que os guias da igreja conduzem. 2. A profissão por uma vida inocente, irrepreensível e obediente nunca está fora de estação. 3. A profissão por conferência privada e por atos ocasionais de piedade deve ser quando a oportunidade nos convida, e eles são propensos a alcançar seus fins. 4. Todo o arcabouço da vida de um crente deve ser tão santo, celestial, mortificado e acima do mundo, que resulte em uma profissão séria de que ele vive na esperança confiante da vida que há de vir, e pode mostrar ao mundo a diferença entre um mundano e um herdeiro do céu; entre a natureza corrompida e a verdadeira graça. Os professos da piedade devem ser um povo peculiar, zeloso de boas obras e adornado com elas.

Direção 5. Tome cuidado especial para que sua profissão seja sincera, e que você seja você mesmo tão bom quanto professa ser. Caso contrário: 1. Sua profissão condenará a você mesmo. 2. E ela desonrará a verdade que você professa enganosamente. Dificilmente pode haver um dano maior a uma boa causa do que ter um patrono mau e vergonhoso para defendê-la. Rm 2:3: "E tu, ó homem, que julgas os que fazem tais coisas, fazes as mesmas, cuidas que escaparás ao juízo de Deus?".

Versículos 23-25: "Tu, que te glorias na lei, desonras a Deus pela transgressão da lei? Porque, como está escrito, o nome de Deus é blasfemado entre os gentios por causa de vós".

Direção 6. Não deixe sua profissão ser tanto da sua própria sinceridade como de Deus e de Suas excelências: não se gabe de si mesmo, mas de Deus e de Cristo, e da promessa, e da esperança dos verdadeiros crentes; e faça-o para o louvor de Deus, e não para o seu próprio. Certifique-se de que, em toda a sua profissão de religião, você esteja buscando honra para Deus, e não para si mesmo. E então, desta maneira, aquele que duvida de sua própria sinceridade, ainda assim pode e deve fazer profissão de Cristo e da verdadeira religião; quando você não pode proclamar a retidão de seus próprios corações, você pode proclamar corajosamente as excelências da religião e a felicidade dos santos.

Direção 7. Viva somente de Deus, e confie na suficiência d'Ele, e abomine aquela pusilanimidade e baixeza de espírito que faz os homens terem medo ou vergonha de possuir abertamente a verdade. Lembre-se do exemplo de seu Senhor, que perante Pôncio Pilatos "testemunhou a boa confissão" (1 Tm 6:13); que veio "para este fim ao mundo, para testificar da verdade" (Jo 18:37). Não tema a face do homem, cujo fôlego está em suas narinas, e que perece mesmo enquanto ameaça. Se você não crê que Cristo pode protegê-lo da fúria do homem, você não crê de fato em Cristo. Se você não crê que o céu compensará tudo o que, por escárnios ou crueldades, você sofre dos pecadores, você não tem de fato a esperança de um crente. E não é de se admirar se você não professa o que

você não crê. Mas se você crê que Deus é Deus, e Cristo é Cristo, e o céu é o céu, e o evangelho é verdadeiro, você tem o suficiente em sua crença para se proteger contra todos os escárnios e crueldades do homem, e para dizer-lhe que Cristo pagará as suas contas em tudo o que você sofre por amor d'Ele. Oh, quantos são secretamente convencidos da verdade, e suas consciências testemunham a sabedoria dos santos e uma vida santa; e, contudo, não se atrevem a possuir abertamente e a manter a verdade de que estão convencidos por medo de serem ridicularizados pelas línguas dos profanos, ou por medo de perder seus cargos e promoções! Ó miserável, você não treme quando se envergonha de Cristo, ao pensar no dia em que Ele se envergonhará de você? Então, quando Ele vier na glória, ninguém se envergonhará d'Ele! Então, onde estará a língua que O zombou e aos Seus servos? Quem então ridicularizará Seus santos caminhos? Então, essa será a maior glória, da qual você agora se envergonha. Você pode crer naquele dia, e, contudo, esconder sua profissão, por medo covarde ou vergonha do homem? O homem é tão grande, e Cristo não é maior aos seus olhos do que isso? Se Ele não é mais digno de consideração do que o homem, não creia n'Ele: se Ele for, considere-O mais; e não prefira um verme ao seu Salvador.

Direção 8. Se surgir alguma dúvida sobre se você deve fazer agora uma profissão particular da verdade (como na presença de zombadores, ou quando exigido por magistrados ou outros, etc.), não deixe que o conselho ou interesse da carne tenha qualquer parte na resolução do caso; mas deixe que seja totalmente determinado como o interesse de Cristo exige. Poupe a si mesmo quando o

interesse de Cristo o exigir; não para si mesmo, mas para Ele. Mas quando o interesse d'Ele for mais promovido pelo seu sofrimento, alegre-se por ser de qualquer maneira capaz de servi-Lo.

Direção 9. Embora às vezes uma profissão particular da fé possa ser inoportuna, você nunca deve fazer qualquer profissão do contrário, seja por palavras ou ações. A verdade pode ser às vezes silenciada, mas uma mentira nunca pode ser professada ou aprovada.

Direção 10. Se alguém que professa o cristianismo o repreende pela profissão de santidade e diligência, convença-os de que eles professam hipocritamente a mesma coisa, e que a santidade é essencial ao cristianismo: abra o pacto batismal deles para eles, e a oração do Senhor, na qual eles pedem diariamente que a vontade de Deus seja feita na terra como no céu, o que é mais estritamente do que o melhor de nós pode alcançar. A diferença entre eles e você é apenas esta: se devemos ser cristãos hipocritamente, por brincadeira, ou de verdade.

CAPÍTULO 5
DIREÇÕES SOBRE VOTOS E PACTOS PARTICULARES COM DEUS.

Direções para a Correta Realização de tais Votos e Pactos.

Direção 1. Entenda a natureza de um voto e o uso para o qual ele é designado.

Um voto é uma promessa feita a Deus. 1. Não é uma simples afirmação ou negação. 2. Não é uma mera pollicitação [promessa informal], ou expressão do propósito ou resolução da mente: pois aquele que não diz ou não tenciona nada além de "tenho o propósito ou resolução de fazer isto", pode, por razões suficientes, fazer o contrário; pois ele pode mudar de mente e resolução sem qualquer falsidade ou dano a ninguém. 3. Não é uma mera consagração de uma coisa a Deus para o presente por resignação real. Pois a entrega real e presente de uma coisa para usos sagrados não é uma promessa para o futuro: embora usualmente juntemos ambas, *devovere* [consagrar] pode ser separado de *vovere* [votar]. 4. Deve ser, portanto, uma promessa, que é a obrigação voluntária de si mesmo para com outro *de futuro* [para o futuro] por algum bem. 5. Implica-se, portanto, que seja o ato de uma criatura racional, e de alguém que, naquele ato, tenha algum uso competente da razão, e não de um tolo, ou idiota, ou louco, ou de uma criança que não tem razão para tal ato, nem de uma pessoa cerebralmente doente ou melancólica, que (embora seja *cætera sanus* [são em outros aspectos]) é delirante naquele negócio, ou é irresistivelmente sobrecarregada e necessitada por sua doença a votar contra a conclusão sóbria e deliberada de sua razão em outros momentos, tendo, no momento de votar, razão suficiente para lutar contra o ato, mas não autogoverno suficiente para conter um voto passional e melancólico. 6. Enquanto alguns casuistas tornam a deliberação necessária, deve-se entender que, para o ser

de um voto, é necessária tanta deliberação quanto possa torná-lo um ato humano racional; deve ser um ato de razão; mas para qualquer deliberação adicional, é necessária apenas para o bem-estar, e não para o ser de um voto, e sem ela é um voto precipitado, mas não deixa de ser voto. 7. Quando dizemos que deve ser um ato voluntário, o significado não é que deve ser total e absolutamente voluntário, sem qualquer medo ou ameaça para nos induzir a ele; mas apenas que seja realmente voluntário, isto é, um ato de escolha, por um agente livre, que considerando todas as coisas escolhe fazê-lo. Aquele que tem uma espada apontada para o peito e jura ou vota para salvar sua vida, faz isso voluntariamente, como escolhendo antes fazê-lo do que morrer. O homem, tendo livre-arbítrio, pode escolher antes morrer do que votar, se achar melhor: sua vontade pode ser movida pelo medo, mas não pode ser forçada por ninguém ou por quaisquer meios. 8. Quando digo que um voto é uma promessa, implico que a matéria dele é necessariamente algum bem real ou suposto; ser bom, ou fazer o bem, ou não fazer o mal. O mal pode ser a matéria de um juramento, mas não é propriamente um voto se a matéria não for suposta como boa. 9. É uma promessa feita a Deus da qual estamos falando agora; se o nome de voto pertence a uma promessa feita apenas ao homem, é uma questão *de nomine* [sobre o nome], na qual não precisamos nos deter.

As espécies de votos.

Um voto é ou uma promessa simples a Deus, ou uma promessa vinculada com um juramento ou imprecação. Alguns apropriariam o nome de voto apenas a esta última

espécie (quando os homens juram que farão isto ou aquilo), o que, de fato, é a espécie de voto mais formidável; mas a verdadeira natureza de um voto é encontrada também em uma promessa simples de auto-obrigação.

O uso dos votos.

A verdadeira razão e uso dos votos é apenas para o desempenho mais certo e eficaz de nossos deveres: não para fazer novas leis, deveres e religiões para nós, mas para impulsionar a alma atrasada e relutante a cumprir seu dever e romper dificuldades e atrasos: para que, fortalecendo nossos laços e colocando o perigo diante de nossos olhos, possamos ser estimulados a evitá-lo.

A obrigação dos votos.

É uma grande questão se nossos próprios votos podem adicionar qualquer nova obrigação àquela que antes sobre nós repousava pelo mandamento de Deus. Amesius diz (*Cas. Consc.*, lib. iv, c. 16): *Non additur proprie in istis nova obligatio, neque augetur in se prior: sed magis agnoscitur et recipitur a nobis: passive in istis æque fuimus antea obligati: sed activa recognitione arctius nobis applicatur a nobismetipsis* [Não é propriamente adicionada neles uma nova obrigação, nem a anterior é aumentada em si mesma: mas, antes, é reconhecida e recebida por nós: passivamente, neles já estávamos igualmente obrigados antes: mas, pelo reconhecimento ativo, é aplicada mais estreitamente a nós por nós mesmos]. Outros falam comumente de uma obrigação adicional; e, de fato, há uma dupla obrigação adicionada pelo voto àquela que Deus antes colocou sobre nós

quanto à matéria daquele voto. Premitindo esta distinção entre *obligatio imponentis* [obrigação do imponente], uma obrigação governante (que é o efeito do direito ou autoridade de governar), e *obligatio consentientis* [obrigação do consentinte], uma auto-obrigação por consentimento voluntário (que é o efeito daquele domínio que um agente racional livre tem sobre suas próprias ações), digo: 1. Aquele que vota obriga a si mesmo, quem antes era obrigado apenas por Deus; e que um homem tem poder para obrigar a si mesmo é discernido pela luz da natureza, e é a base da lei das nações e do convívio humano: e embora esta não seja uma obrigação divina, ela não deixa, portanto, de ser uma obrigação de todo. 2. Mas, além disso, aquele que vota induz sobre si mesmo uma nova obrigação divina, ao tornar-se o sujeito dela. Por exemplo: Deus disse: "Honra ao Senhor com os teus bens": este mandamento me obriga a obedecê-lo, quer eu vote ou não. O mesmo Deus disse: "Paga os teus votos ao Altíssimo" (Sl 50:14); e "Quando fizeres algum voto a Deus, não tardes em cumpri-lo" (Ec 5:4). Isso não coloca nenhuma obrigação sobre mim até que eu vote; mas quando voto, ela coloca: de modo que agora estou sob uma dupla obrigação divina (uma quanto à matéria do dever e outra quanto a cumprir meu voto) e sob uma auto-obrigação de meu próprio voto: de onde também uma penalidade maior será devida se eu agora ofender, do que seria de outra forma.

Daqui você pode ver o que pensar da determinação comum dos casuistas sobre votos materialmente pecaminosos, quando dizem que um homem não é obrigado a cumpri-los. É verdade apenas até este ponto: que Deus não o obriga a fazer aquela coisa particular que

ele vota, pois Deus a havia proibido antes, e Ele não muda Suas leis por causa das promessas precipitadas do homem; mas ainda assim há uma auto-obrigação que ele impôs a si mesmo para fazê-lo: e esta auto-obrigação a um ato pecaminoso foi, ela mesma, um pecado, e deve ser objeto de arrependimento, e não ser cumprida; mas traz a pessoa sob uma dupla obrigação à penalidade, como uma pessoa perjura, mesmo a obrigação de Deus, que vincula o perjuro à penalidade, e a obrigação do seu próprio consentimento à punição, se houvesse qualquer juramento ou imprecação no voto. Se fosse verdade que tal pessoa não se colocou sob nenhuma obrigação, então ela não poderia ser propriamente chamada de perjura, nem punida como perjura; mas aquele que jura e vota fazer o mal (como os judeus para matar Paulo), embora não deva fazer a coisa (porque Deus a proíbe), ainda assim é uma pessoa perjura por quebrar seu voto, e merece a penalidade não apenas de um votante precipitado, mas de um perjuro. Assim, o erro pode tornar um homem pecador e miserável, embora não possa autorizá-lo a pecar.

Direção 2. Teste bem a matéria de seus votos e não se aventure neles até ter certeza de que não são coisas proibidas: coisas pecaminosas ou duvidosas não são matéria adequada para um voto: ao afirmar, subscrever e testemunhar, você deve ter o cuidado de saber com certeza que a matéria é verdadeira, e não se aventurar naquilo que pode provar ser falso; muito mais deve ter o cuidado de não se aventurar duvidosamente em votos e juramentos. São assuntos a serem tratados com temor e ternura, e não para serem objeto de jogo e aventura precipitada, como se fosse apenas o pronunciar de uma

palavra comum: "Não te precipites com a tua boca, nem o teu coração se apresse a pronunciar alguma palavra diante de Deus" (Ec 5:2). É uma armadilha grave na qual os homens são frequentemente levados por votos ignorantes e precipitados; como o caso de Jefté, de Herodes e de muitos outros nos diz para nosso aviso: um erro em tais casos é muito mais seguramente e mais facilmente discernido antes do que depois. Ter um voto precipitado ou um perjúrio do qual se arrepender é como colocar um osso no lugar ou arrancar um espinho do próprio olho; e quem escolheria tal dor e sofrimento? "Não permitas que a tua boca faça a tua carne pecar; nem digas diante do anjo que foi erro; por que se iraria Deus por causa da tua voz, e destruiria a obra das tuas mãos?" (Ec 5:6). "Laço é para o homem o dizer precipitadamente: É santo! e, feitos os votos, então fazer inquérito" (Pv 20:25). Seja cuidadoso e deliberado para prevenir tais armadilhas.

Direção 3. Não vote em meio a uma paixão: espere até que a tempestade passe: seja raiva ou desejo, ou qualquer que seja a paixão, espere e delibere antes de votar; pois quando a paixão está exaltada, o juízo está em grande desvantagem. Em sua paixão, você é propenso a ser mais peremptório e confiante quando está mais enganado: se é seu dever votar, será seu dever amanhã, quando estiver calmo. Se você diz que o dever não deve ser adiado e que deve fazê-lo enquanto o Espírito o move, eu respondo: não era tanto um dever antes de sua paixão ser acesa quanto agora? Não é um adiamento pecaminoso de um dever tão grande esperar até ter provado bem se ele é de Deus. Se é o Espírito de Cristo que o move a isso, Ele estará disposto a que você delibere e teste-o pela Palavra

que o mesmo Espírito inspirou para ser sua regra. O Espírito de Deus opera principalmente sobre o juízo e a vontade, por convicções estabelecidas, que suportarão um julgamento racional: é mais provável que seja seu próprio espírito que opera principalmente sobre a paixão e não suportará o teste, nem virá para a luz (Jo 3:18, 19; Is 8:20).

Direção 4. Não faça votos de coisas indiferentes e desnecessárias: se não forem boas, em um juízo prático verdadeiro, comparativo, que considera todos os acidentes e circunstâncias, elas não são matéria adequada para um voto. Alguns dizem que as coisas indiferentes são a matéria mais adequada tanto para votos quanto para leis humanas; mas ou falam de forma imprópria ou falsa, e, portanto, perigosamente, na melhor das hipóteses. Se uma palavra ociosa é um pecado, então uma ação ociosa não é uma coisa a ser votada, porque não é uma coisa a ser feita, sendo tão verdadeiramente um pecado quanto uma palavra ociosa: e o que é totalmente indiferente é ocioso; pois, se for bom para alguma coisa, não é totalmente indiferente; e, porque é antecedentemente inútil, é, consequentemente, pecaminoso ser feito.

Objeção 1. Mas aqueles que dizem que coisas indiferentes podem ser votadas não querem dizer coisas inúteis ou não lucrativas para qualquer fim bom; mas apenas aquelas coisas que são boas e úteis, mas não ordenadas: tais como são a matéria dos conselhos de Deus e tendem à perfeição do homem, como votar castidade, pobreza e obediência absoluta.

Resposta. Não existem tais coisas que sejam moralmente boas e não ordenadas: esta é a ficção de homens que têm a mente de acusar as leis e o governo de Deus de imperfeição, e pensam que o homem pecador pode fazer melhor do que lhe é ordenado, quando ninguém além de Cristo fez tão bem.

Questão 1. O que é bondade moral em qualquer criatura e súdito, senão uma conformidade com a vontade de seu governante expressa em sua lei? E se esta conformidade é sua própria forma e ser, não pode ser que qualquer coisa seja moralmente boa se não for ordenada.

Questão 2. A lei de Deus não nos ordena amar a Ele de todo o nosso coração, alma e força, e, correspondentemente, servi-Lo? E é possível dar-Lhe mais do que tudo; ou pode Deus vir depois e nos aconselhar a dar-Lhe mais do que é possível?

Questão 3. A lei da natureza não nos obriga a servir a Deus com o máximo de nosso poder? Aquele que nega isso tornou-se antinatural e deve negar que Deus seja Deus, ou negar que ele mesmo seja Sua criatura racional: pois nada é mais claro na natureza do que o fato de que a criatura, que nada é e nada tem senão de Deus, e é absolutamente d'Ele, deve-Lhe tudo o que é capaz de fazer.

Questão 4. Cristo não determina o caso aos Seus discípulos em Lc 17:10?

Um meio-termo entre o bem e o mal na moralidade é uma contradição: não existe tal coisa; pois o bem e o mal são a totalidade da moralidade: sem essas espécies, não há moralidade.

Objeção 2. Parece, então, que você sustenta que não há nada indiferente, o que é um paradoxo.

Resposta. Não é esse o caso: existem milhares e milhões de coisas que são indiferentes; mas são coisas naturais apenas, e não coisas morais. São indiferentes quanto ao bem e ao mal moral, porque não são nem um nem outro; mas não são *indifferentia moralia* [indiferenças morais]: a indiferença é uma negação de qualquer moralidade nelas *in genere* [em geral], bem como de ambas as espécies de moralidade. Tudo o que não participa de virtude ou vício, e não é elegível ou recusável por um agente moral como tal, não tem moralidade. Podem existir duas palavras tão iguais que pode ser indiferente qual você fala; e dois ovos tão iguais que pode ser indiferente qual você come; mas isso não é mais do que dizer que a escolha de um antes do outro não é *actus moralis* [ato moral]: não há matéria de moralidade na escolha.

Objeção 3. Mas se podem existir coisas naturais que são indiferentes, por que não coisas morais?

Resposta. Como a bondade é conversível com o ser, não há ser natural que não seja bom: como a bondade significa utilidade, não há nada que não seja lucrativo ou nocivo, e isso é bom para um, o que é nocivo para outro: mas se não fosse assim, tal bondade ou maldade é apenas acidental ao ser natural; mas a bondade e a maldade moral são a totalidade da essência da moralidade.

Objeção 4. Mas não diz o apóstolo: "Quem casa faz bem, e quem não casa faz melhor"? Portanto, nem tudo é pecado que não é o melhor.

Resposta. A questão apresentada ao apóstolo para decidir era sobre casar ou não casar, como pertencia a todos os cristãos em geral, e não como pertencia a este ou aquele indivíduo por alguma razão especial diferentemente dos outros. E assim, em relação à igreja em geral, o apóstolo determina que não há lei que os obrigue a casar, ou não casar: pois uma lei feita para muitos deve ser adequada ao que é comum a esses muitos. Ora, sendo o casamento bom para um e não para outro, não é feito matéria de uma lei comum, nem é adequado ser assim, e, até esse ponto, é deixado indiferente: mas porque, para a maioria, era mais um obstáculo ao bem naqueles tempos da igreja do que uma ajuda, portanto, pela necessidade presente, o apóstolo chama o casamento de "fazer bem", porque não era contra qualquer lei universal, e era um estado adequado a alguns; mas ele chama o não casar de "fazer melhor", porque era então mais ordinariamente adequado aos fins do cristianismo. Ora, Deus não faz uma lei distinta para cada pessoa individual na igreja; mas uma lei universal para todos: e sendo isso uma coisa variável de acordo com os vários casos das pessoas individuais, era impróprio ser particularmente determinado por uma lei universal. Mas se a questão fosse apenas sobre qualquer pessoa individual, então a decisão teria sido esta: embora casar seja uma coisa não diretamente ordenada ou proibida, contudo, para alguns é útil quanto aos fins morais, para alguns é nocivo, e para alguns é tão igual ou indiferente que não é discernivelmente útil nem nocivo; ora, pelas leis ou regras gerais da Escritura para aqueles que *consideratis considerandis* [considerado o que deve ser considerado] é discernivelmente útil, não é

indiferente, mas um dever; para aqueles que é discernivelmente nocivo, não é indiferente, mas um pecado; para aqueles que não é discernivelmente útil ou nocivo quanto aos fins morais, é indiferente, por não ser um dever nem pecado; pois não é uma coisa de escolha moral ou natureza de todo. Mas a luz da natureza nos diz que Deus não deixou indiferente aos homens impedir a si mesmos ou ajudar a si mesmos quanto aos fins morais; pois, de outra forma, por que oramos: "Não nos deixes cair em tentação"? E o casamento é uma ajuda tão grande para alguns, e um prejuízo tão grande para outros, que ninguém pode dizer que é moralmente indiferente a todos os homens no mundo: e, portanto, não sendo esse o significado do apóstolo, segue-se que seu significado é como foi dito acima.

Objeção 5. Mas existem muitas coisas indiferentes em si mesmas, embora não quando vestidas com todos os seus acidentes e circunstâncias: e essas ações sendo boas em seus acidentes, podem ser a matéria de um voto.

Resposta. Verdade, mas essas ações são deveres ordenados, e não coisas indiferentes quando assim circunstanciadas. Pouquíssimas ações no mundo são feitas simplesmente deveres ou pecados, em sua natureza simples sem suas circunstâncias e acidentes: a matéria mais comum de todas as leis de Deus são ações ou disposições que são boas ou más em suas circunstâncias e acidentes. Portanto, concluo: coisas totalmente indiferentes não devem ser votadas.

Direção 5. Não é todo dever que é a matéria de um voto lícito. De outra forma, você poderia ter tantos votos quantos deveres: cada bom pensamento, palavra e ação

poderia ter um voto. E então todo pecado que você cometesse seria acompanhado e agravado com a culpa do perjúrio. E nenhum homem sábio correria para tal armadilha.

Objeção. Mas não votamos no batismo obediência a Deus? E a obediência não contém todo dever particular?

Resposta. Votamos obediência sincera, mas não obediência perfeita. Não votamos que nunca pecaremos, nem negligenciaremos um dever (nem devemos fazê-lo). De modo que, como a obediência sincera respeita todo dever conhecido como aquilo que praticaremos na inclinação de nossas vidas, mas não em perfeita constância ou grau, até esse ponto nosso voto no batismo tem respeito a todos os deveres conhecidos, mas não mais além.

Direção 6. Para tornar um voto lícito, além da bondade da coisa que votamos, deve haver uma probabilidade racional e discernível de que o ato de votá-la fará mais bem do que mal; e isso para um julgamento sábio e que prevê. Pois este voto não é uma adoração ordinária a ser oferecida a Deus (exceto o voto batismal, renovado na Ceia do Senhor e em outras estações); mas é deixado como um meio extraordinário, para certos fins, que não podem por meios ordinários ser alcançados: e, portanto, devemos discernir a estação, discernindo a necessidade ou utilidade dele. Jurar é uma parte do serviço de Deus, mas não de Sua adoração diária, nem deve ser frequentemente e precipitadamente usado por qualquer um que não queira ser considerado culpado de tomar o nome de Deus em vão: e assim é no caso de votar. Portanto, aquele que fará um voto lícito deve ver de

antemão qual é o benefício provável dele, e qual é o dano ou perigo provável: e sem essa previsão ele deve ser precipitado, e não pode ser lícito. E, portanto, ninguém pode fazer um voto lícito, exceto pessoas sábias, que preveem, e aqueles que aconselham com tais e são guiados por eles, se não forem tais eles mesmos; a menos que em um caso onde Deus prescreveu por Seus próprios mandamentos determinantes (como no pacto da cristandade). Portanto, para um homem, o mesmo voto pode ser um pecado que, para outro, pode ser um dever; porque um pode ter mais razão para ele, ou necessidade dele, e menos perigo por ele, do que outro. Um homem pode prever que votar (no caso onde não há necessidade) pode enredá-lo ou em dúvidas perplexas ou em terrores, que tornarão toda a sua vida depois mais irregular ou desconfortável. Outro homem pode discernir que não está sujeito a tal perigo.

Direção 7. Ninguém deve pretender perigo ou escrúpulo contra sua renovação do voto da cristandade, ou qualquer parte essencial dele; viz. tomar Deus Pai, Filho e Espírito Santo para meu Deus, e Salvador, e Santificador, meu Dono, Governador e Pai; renunciando ao diabo, ao mundo e à carne. Porque há uma necessidade absoluta, *præcepti et medii* [de preceito e de meio], de realizar isto, e aquele que não o faz será certamente condenado; e, portanto, nenhuma matéria pior pode se opor a isso: aquele que o nega, entrega-se desesperadamente à condenação. Contudo, ouvi muitos dizerem: "Não ouso prometer voltar-me para Deus e viver uma vida santa, para que não quebre esta promessa e seja pior do que antes". Mas você não sabe que deve ser tanto feita quanto mantida, se você quer ser salvo? Você

escolherá ser condenado por medo de algo pior? Existe apenas um remédio para sua alma, e toda a esperança de sua salvação reside apenas nisso. E você recusará esse único, por medo de vomitá-lo e morrer? quando você certamente morrerá a menos que tanto o tome, quanto o mantenha, e o digira.

Direção 8. As resoluções deliberadas são os meios ordinários de governar nossas vidas; e os votos não devem ser usados onde estas farão o trabalho sem eles. Pois meios extraordinários não devem ser usados quando os ordinários servirão. Nem você deve inutilmente atrair uma dupla culpa sobre si mesmo em caso de pecado. E em casos mutáveis ou duvidosos, uma resolução pode ser mudada, quando um voto não pode. Experimente, portanto, o que resoluções deliberadas farão, com a ajuda de outros meios ordinários, antes de ir mais longe.

Direção 9. Quando resoluções ordinárias e outros auxílios não servirem, para engajar a vontade à abstenção de um pecado conhecido ou ao desempenho de um dever conhecido, mas as tentações são tão fortes a ponto de derrotar tudo, então é oportuno nos vincularmos por um voto solene, desde que seja cautelosa e deliberadamente feito, e nenhum perigo maior seja provável de seguir. Em tal caso de necessidade: 1. Você deve deliberar sobre os benefícios e a necessidade. 2. Você deve prever todos os ataques que provavelmente terá para tentá-lo ao perjúrio, para que não venham inesperados. 3. Você deve juntar o uso de todos os outros meios para o cumprimento de seus votos.

Direção 10. Não faça uma lei e religião para si mesmo por seus votos voluntários, que Deus nunca o fez por Sua

autoridade; nem se vincule para o futuro a tudo o que é dever no presente, onde é possível que a mudança das coisas possa mudar seu dever. Deus é nosso Rei e Governador, e não nós mesmos: não somos nós, mas Ele, que deve nos dar leis. Temos trabalho suficiente para fazer de Sua nomeação; não precisamos fazer mais para nós mesmos, como se Ele não nos tivesse dado o suficiente. Os votos não são para nos fazer novos deveres ou religiões, mas para nos promover na obediência daquilo que nosso Senhor impôs a nós. É um pecado de autocondenação dos tolos adoradores da própria vontade, estarem ocupados em colocar mais encargos sobre si mesmos, quando sabem que não podem fazer tanto quanto Deus exige deles. Sim, alguns deles murmuram contra as leis de Deus como estritas demais, e contra os observadores delas como precisos demais (embora fiquem muito aquém do que é seu dever) e, contudo, estarão cortando mais trabalho para si mesmos.

E não basta que o que você vota seja seu dever no presente, mas você deve se vincular a ele por votos não mais do que ele permanecerá sendo seu dever. Pode ser seu dever no presente viver uma vida solteira; mas se você votar, portanto, que nunca se casará, pode se vincular àquilo que pode provar ser seu pecado: você não sabe que alterações podem lhe ocorrer em seu corpo ou bens, que podem convidá-lo a isso. Tem certeza de que nenhuma mudança fará tal alteração? Ou você presumirá vincular o próprio Deus por seus votos, que Ele não fará tal alteração? Ou se você estivesse seguro de sua própria imutabilidade, você não sabe que afeições violentas e tolas outra pessoa pode possuir, que podem fazer uma alteração em seu dever. No presente pode ser seu dever

viver retirado e evitar a magistratura e empregos públicos: mas você não pode, portanto, votá-lo para continuidade; pois você não sabe que Deus pode fazer tais alterações, que podem tornar isso um dever tão grande e claro, que sem uma impiedade ou crueldade absoluta você não pode recusar. Talvez no presente possa ser seu dever dar metade de suas receitas anuais para usos caridosos e piedosos: mas você não deve, portanto, votá-lo para continuidade (sem alguma causa especial para justificá-lo); pois talvez no próximo ano possa ser seu dever dar apenas uma quarta ou décima parte, ou nenhuma parte, de acordo com o que a providência de Deus dispuser de {568} seus bens e de você. Talvez Deus possa impor uma clara necessidade sobre você de usar seus bens de outra maneira.

Direção 11. Se você está sob governo, você não pode licitamente votar sem o consentimento de seus governantes para fazer qualquer coisa que você não possa licitamente fazer sem o consentimento deles, caso você não tivesse votado. Pois isso seria: 1. Desobedecê-los realmente no presente, ao fazer um voto sem a direção e o consentimento de seus governantes. 2. E, por isso, vincular a si mesmo a desobedecê-los para o futuro, fazendo isso sem eles, o que você não deveria fazer sem eles. Mas se for uma coisa que você pode fazer, ou deve fazer, embora seus governantes o proíbam, então você pode votar, embora eles o proíbam (se você tiver um chamado pela necessidade do voto).

Direção 12. Se juramentos forem ordenados a nós por usurpadores que não têm autoridade para impô-los, não devemos tomá-los em obediência formal aos seus

mandamentos. Pois isso seria possuir a usurpação deles e encorajá-los em seu pecado. Se não lhes devemos obediência em nada, não devemos obedecer-lhes em algo tão grande; ou se eles têm alguma autoridade sobre nós em outros assuntos, mas nenhuma nisto (como um condestável não tem poder para dar um juramento), não devemos obedecer-lhes no ponto onde eles não têm autoridade. Mas ainda assim é possível que haja outras razões que possam tornar nosso dever fazê-lo, embora não como um ato de obediência formal: como posso tomar um juramento quando um ladrão ou assassino o exige, não para obedecer a ele, mas para salvar minha vida. E se alguém me ordenar fazer aquilo que Deus me ordena, devo fazê-lo, porque Deus o ordena.

Direção 13. Se um magistrado lícito lhe impuser um juramento ou voto, antes de tomá-lo você deve consultar a Deus e saber que não é contra a vontade d'Ele. Deus deve ser obedecido primeiro em todas as coisas; mas especialmente em assuntos de tão grande momento, como votos e promessas.

Questão 1. E se eu estiver em dúvida se o juramento ou promessa imposta é lícita? devo tomá-la, ou não? Se tomo um juramento que julgo ilícito ou falso, sou um perjuro ou um profano desprezador de Deus: e se um homem deve recusar todos os juramentos ou promessas que o magistrado ordena, se ele apenas duvida se são lícitos, então o governo e a justiça serão prejudicados, enquanto todo homem que tiver ignorância suficiente para deixá-lo duvidoso, recusará todos os juramentos e promessas de lealdade, ou para testemunho da verdade.

Resposta. 1. Direi primeiro o que outros dizem no caso de dúvida. O Dr. Sanderson diz (*Prælect*. iii, sect. 10, p. 74, 75): *Tertius casus est cum quis juramento pollicetur se facturum aliquid in se fortassis licitum, quod tamen ipse putat esse illicitum... Quæritur in hoc casu quæ sit obligatio? Pro Resp. dico tria: Dico 1. Non posse tale juramentum durante tali errore sine gravi peccato suscipi... Dico 2. Tale juramentum non obligare...* [O terceiro caso é quando alguém promete por juramento que fará algo em si talvez lícito, que, contudo, ele mesmo pensa ser ilícito... Questiona-se neste caso qual é a obrigação? Para a resposta, digo três coisas: 1. Digo que tal juramento, enquanto durar tal erro, não pode ser tomado sem pecado grave; pois ele peca gravemente quem peca contra a consciência, ainda que errônea... 2. Digo que tal juramento não obriga...]. Sobre a obrigação falarei logo, mas sobre o juramento ou promessa, penso que a verdade reside aqui como se segue:

1. A questão *de esse* [sobre o ser] deve ser resolvida antes da questão de conhecer ou de opinião. Ou a coisa é realmente lícita, o que é duvidado ou negado, ou não é. Se não é, então é pecado jurar ou prometer; e aqui não há caso de erro. Mas se for realmente lícito, e o voto ser lícito, então as obrigações que sobre este homem recaem são estas, e nesta ordem: (1.) Ter uma humilde suspeita de seu próprio entendimento. (2.) Pesquisar, aprender e usar todos os meios para discernir se é o que é. (3.) No uso desses meios, reconhecer a verdade. (4.) E então prometer e obedecer correspondentemente. Ora, sendo este seu dever, e a ordem de seu dever, você não pode dizer que ele não está obrigado a nenhuma parte dele,

embora esteja obrigado a fazer tudo nesta ordem, e, portanto, não fazer o último primeiro, sem o anterior: pois, embora você questione cem vezes, "O que fará enquanto não puder ver a verdade?", a lei de Deus ainda é a mesma; e seu erro não o desobriga: *Nemini debetur commodum ex sua culpa* [A ninguém é devido proveito por sua própria culpa]. Tantos atos quantos ele omitir, tanto ele pecará. É seu pecado se não obedecer ao magistrado; e é seu pecado que ele julgue mal a coisa; e seu pecado que ele não siga o uso dos meios até ser informado. De modo que sua consciência errante o enreda em uma necessidade de pecar; mas não o desobriga de forma alguma de sua obediência. 2. Mas ainda assim é certo que, em tal caso, aquele que jurará porque o homem o ordena, quando ele acha que é falso, é um perjuro, profano desprezador de Deus; mas aquele que se abstém de jurar por medo de pecar contra Deus, é culpado apenas de uma fraqueza involuntária e perdoável.

Direção 14. Tome cuidado para que a prevalência secreta de fins ou interesses carnais, e da sabedoria da carne, não influencie seu julgamento e o faça distorcer sua consciência para tomar aqueles votos ou promessas que, de outra forma, você julgaria ilícitos e recusaria. Nunca coisa boa vem de seguir os raciocínios e interesses da carne, mesmo em assuntos menores; muito menos em casos de tão grande importância. Os homens pensam que isso os atende no presente e realiza o negócio que consideram mais urgente; e, portanto, aventuram-se nisso, talvez para sua perdição. É um curso tolo curar as partes (sim, as partes mais ignóbeis) com a negligência e o detrimento do todo: é apenas como aqueles que curam

a sarna ungindo-se com mercúrio; o que faz a tarefa por eles, e os envia depois para suas sepulturas, ou os lança em alguma doença muito pior. Lembre-se de quão enganoso é o coração, e quão sutilmente tal veneno de fins carnais se insinuará. Oh, quantos milhares isso arruinou! que, antes de perceberem, têm suas vontades primeiro encantadas e inclinadas à coisa proibida, e gostariam que fosse lícita; e então se convenceram de que é lícita, e assim cometem o pecado; e depois a defendem, e depois se tornam os campeões de Satanás, para lutar as batalhas dele, e vilipendiar e abusar daqueles que, pela sabedoria santa e ternura, se mantiveram longe do engano.

Direções contra o Perjúrio e a Perfídia; E para o cumprimento de Votos e Juramentos.

Direção 1. Certifique-se de ter uma apreensão justa da grandeza do pecado do perjúrio. Se ele fosse visto pelos homens em sua forma real, isso os assustaria mais do que a visão do próprio diabo. Mostrá-lo-ei parcialmente nestes pontos:

A hediondez do perjúrio.

1. Ele contém uma mentira e possui toda a malignidade que mostrei anteriormente existir na mentira, e muito mais. 2. O perjúrio é uma negação ou desprezo de Deus. Aquele que apela ao juízo d'Ele por um juramento e faz isso na falsidade, mostra que ou não crê que há um Deus, ou não crê que Ele é o Governador justo do mundo, que determinará com justiça todas as causas que pertencem ao Seu tribunal.

A pessoa perjura, por assim dizer, desafia a Deus e O considera como nada, como alguém que não é capaz de vingar-se. 3. O perjúrio é um chamado pela vingança de Deus contra si mesmo. Você convida Deus a praguejá-lo, como se O desafiasse a fazer o Seu pior: você apela a Ele para julgamento em sua culpa, e descobrirá que Ele não o terá por inocente. Imprecações contra si mesmo estão implícitas em seus juramentos: aquele que jura diz, em efeito: "Que Deus me julgue e puna como um miserável perjuro, se eu não disser a verdade". E é coisa terrível cair nas mãos do Deus vivo, pois d'Ele é a vingança e Ele retribuirá (Hb 10:30, 31); e quando Ele julga os ímpios, "Ele é um fogo consumidor" (Hb 12:29). 4. O perjúrio e a perfídia são pecados que não deixam à consciência o alívio de uma atenuação ou desculpa; é uma vilania tão hedionda que é a semente do desespero autotormentador. Alguns pecados a consciência pode esconder por um tempo, dizendo: "É uma controvérsia" ou "Muitos sábios são de outra opinião"; mas o perjúrio é um pecado contra o qual pagãos e infiéis prestam um testemunho tão livre (à sua maneira) quanto os cristãos. Alguns pecados são desculpados dizendo-se que são pequenos. Mas cristãos e pagãos concordam que o perjúrio é um pecado quase tão grande quanto o diabo pode ensinar seus servos a cometer. Diz Plutarco: "Aquele que engana seu inimigo por um juramento confessa, com isso, que teme seu inimigo e despreza a Deus". Diz Cícero: "A penalidade do perjúrio é a destruição vinda de Deus e a vergonha vinda do homem". Diz Quinto Cúrcio: "A perfídia é um crime que nenhum mérito

pode mitigar". Leia Cícero *de Offic.*, lib. iii. Diz Aristóteles: "Aquele que quer atenuar um juramento deve dizer que aqueles miseráveis vilões que pensam que Deus não vê, pensam também em escapar impunes de seu perjúrio". Em uma palavra, os pagãos costumam considerar que a vingança do perjúrio pertence de forma tão especial aos deuses, que concluem que o homem, e usualmente sua posteridade, está destinado à ruína se for perjuro e pérfido; tanto que está escrito sobre Agesilau e muitos outros que, quando seus inimigos eram perjuros e quebravam seus pactos, tomavam isso como sinal de vitória e o melhor prognóstico de seu sucesso contra eles. Plutarco registra esta história de Cleômenes que, tendo feito uma trégua de sete dias com os argivos, atacou-os, matou e capturou muitos deles na noite; e, quando acusado de perfídia, respondeu: "Não fiz uma trégua com eles por sete noites, mas por sete dias". Mas as mulheres buscaram armas nos templos dos deuses e o repeliram com vergonha, e ele enlouqueceu, e com sua própria espada mutilou seu corpo e morreu de maneira horrorosa. Quando a consciência é despertada para ver tal pecado como o perjúrio, não é de se admirar se tais homens enlouquecem ou se enforcam, como fizeram o pérfido Aitofel e Judas. Sem dúvida, o horror eterno e o desespero serão o fim de tais pessoas, se a verdadeira conversão não o impedir. 5. É um pecado que arruína famílias e sociedades, como o fogo que, aceso no colmo, não para até consumir toda a casa. Embora "a maldição do Senhor habita na casa do ímpio, mas abençoa a habitação dos justos" (Pv 3:33), entre todos

> os ímpios há poucos tão comumente marcados com suas famílias para a vergonha e a ruína quanto os perjuros. Qualquer nação que seja estigmatizada com uma *fides Punica vel Græca* [fé púnica ou grega], com a marca do perjúrio, não é apenas sua maior infâmia, mas, como um aviso de peste escrito em suas portas, um sinal de uma praga destruidora no interior.

Diz Sílio:

> *Non illi domus aut conjux aut vita manebit*
> *Unquam expers luctus, lachrymæque: aget æquore semper*
> *Ac tellure premens; aget ægrum nocte dieque;*
> *Despecta ac violata fides—*

Diz Claudiano:

> *In prolem dilatarunt perjuria patris,*
> *Et pœnam merito filius ore luit.—*

Assim Tíbulo:

> *Ah miser: et siquis primo perjuria celat,*
> *Sera tamen tacitus pœna venit pedibus.*

Diz Pausânias: A fraude cometida pelo perjúrio recai sobre a posteridade. 6. O perjúrio e a perfídia são virtualmente traição, rebelião e assassinato contra reis e magistrados, e não devem ser mais favorecidos em um reino, por um rei que ama sua vida e segurança, do que a peste em uma cidade ou veneno no corpo. *Tristissimum et domesticum regibus omnibus pharmacum, liberorum, amicorum et exercitus perfidia*, diz Apiano. Que segurança têm os príncipes de suas coroas, ou vidas, onde juramentos e pactos parecem não ser obrigatórios? Não

resta então nada além do medo da punição para restringir a violência de qualquer um que queira causar-lhes mal; e a astúcia ou a força quebrarão facilmente os laços do medo. Aquele que quisesse dissolver o vínculo dos juramentos e ensinar os homens a fazer pouco caso do perjúrio, não deve ser mais tolerado em um reino do que aquele que convida abertamente os súditos a matar seu rei ou a levantar-se em rebelião contra ele. Se aquele que quebra o menor dos mandamentos de Deus, e ensina os homens a fazê-lo, será chamado o menor no reino de Deus (Mt 5:19), então certamente aquele que quebra os grandes mandamentos pelo pecado mais odioso do perjúrio, e ensina os homens a fazê-lo, não deveria ser grande, nem nada, nos reinos dos homens. 7. O perjúrio é o veneno de todas as sociedades, da amizade e do convívio humano, e transforma tudo em um estado de inimizade ou hostilidade, ensinando todos os homens a viverem juntos como inimigos. Aquele que não deve ser acreditado quando jura, nunca deve ser acreditado; e quando juramentos e pactos nada significam, e nenhum homem pode acreditar em outro, o que são eles senão inimigos um do outro? Como pode haver quaisquer relações de governadores e súditos? de marido e mulher? de mestre e servos? ou como pode haver qualquer comércio, quando não há confiança? O perjúrio dissolve todas as sociedades ao soltar todos os laços de associação. Com razão podia Dionísio de Halicarnasso, lib. iii, dizer: Os pérfidos são muito piores do que os inimigos abertos, e dignos de castigos muito maiores. Pois um homem pode evitar mais facilmente as emboscadas dos inimigos e repelir seus ataques do que escapar da perfídia de amigos aparentes. Diz Valério Máximo, lib. ix, c. 6: A perfídia é

uma maldade oculta e insidiosa; cuja força eficaz está em mentir e enganar: seu fruto consiste em alguma vilania horrível; que está madura e certa quando alcançou a crueldade com mãos ímpias; trazendo tanto dano à humanidade quanto a fidelidade traz de bem e segurança. Aquele que ensina a doutrina do perjúrio e da perfídia diz a todo homem que cuide de si mesmo e não confie mais em seu amigo ou vizinho, mas que todos se cuidem uns dos outros, como tantas serpentes ou bestas selvagens. Leões e ursos podem ser melhor tolerados a viver soltos entre os homens do que aqueles que ensinam os homens a fazer pouco caso dos juramentos. 8. Assim também destrói o amor pessoal e ensina todos os homens a serem odiadores uns dos outros: pois não pode ser melhor quando os homens se tornam criaturas tão odiosas umas às outras, a ponto de não serem de modo algum creditadas ou sociais. 9. O perjúrio e a perfídia proclamam homens deploráveis e os estigmatizam com este caráter: que são pessoas que não hesitarão em cometer qualquer tipo de vilania no mundo, além do que seu interesse carnal os impede. Nenhuma caridade obriga um homem a pensar que ele terá consciência de evitar o assassinato, rebelião, engano, adultério ou qualquer maldade imaginável, se ele não faz caso do perjúrio e da perfídia. Tal pessoa permite que você julgue que, se a tentação servir, ele fará qualquer coisa que o diabo lhe mandar: e que ele é virtualmente um composto de toda iniquidade e preparado para toda má obra. 10. Por fim, assim como o perjúrio dissolve sociedades e transforma a humanidade em inimizade umas com as outras, tornaria a miséria incurável, tornando incríveis até os penitentes. Quem acreditará nele, mesmo enquanto professa se

arrepender, que mostrou que, quando jura, não deve ser acreditado? Aquele que ousa perjurar-se, ousa mentir quando pretende arrependimento por seu perjúrio. Devem ser alguns atos que sejam mais críveis do que palavras e juramentos, que devem recuperar o crédito das profissões de tal homem. Se o perjúrio violou quaisquer relações, deixa a brecha quase incurável, porque não se pode confiar em nenhuma profissão de arrependimento ou fidelidade futura. Assim, mostrei-lhe em parte a malignidade do perjúrio e da quebra de pactos.

Direção 2. Certifique-se de não fazer nenhum voto ou pacto que Deus lhe proibiu de cumprir. É o votar e jurar precipitado que é a causa comum do perjúrio. Você deveria, ao fazer seu voto, ter visto o fundo dele e previsto todos os males que poderiam segui-lo, e as tentações que provavelmente o levariam ao perjúrio; os meios preventivos são aqui os melhores.

Direção 3. Certifique-se de não tomar nenhum juramento ou voto que você não esteja sinceramente resolvido a cumprir. Aqueles que juram ou votam com uma reserva secreta, de que, em vez de serem arruinados por cumpri-lo, quebrarão o voto, são pessoas habitual e reputadamente perjuras, mesmo antes de o quebrarem; além de mostrarem uma consciência baixa, hipócrita e devassa, que pode deliberadamente cometer um pecado tão grande.

Direção 4. Veja que todo interesse carnal e mundano seja plenamente subjugado ao interesse de sua alma e à vontade de Deus. Aquele que no coração valoriza mais seu corpo do que sua alma, e ama sua prosperidade mundana acima de Deus, mentirá, jurará, perjurar-se-á

ou fará qualquer coisa para salvar o interesse carnal que mais valoriza. Aquele que é carnal e mundano no coração é falso no coração; a religião de tal hipócrita dará lugar à sua segurança ou comodidade temporal, e não o levará mais longe do que o caminho for plano. Não é de se admirar que um homem orgulhoso, ou um mundano, renuncie tanto a Deus quanto à sua verdadeira felicidade pelo mundo, vendo que, de fato, ele o toma por seu deus e sua felicidade; assim como um crente renunciará ao mundo por Deus.

Direção 5. Cuidado com o medo não ordenado do homem e com um afastamento desconfiado de seu coração de Deus. Caso contrário, você será levado a concordar com a vontade do homem antes da vontade de Deus, e a evitar a ira do homem antes da ira de Deus. Leia e tema aquela maldição pesada (Jr 17:5, 6). Deus é imutável e ordenou que você O imite tanto quanto: "Se um homem fizer um voto ao Senhor, ou jurar um juramento para vincular sua alma com um laço, ele não quebrará sua palavra; ele fará de acordo com tudo o que procede de sua boca" (Nm 30:2). Mas o homem é mutável, e assim são seu interesse e seus assuntos; e, portanto, se você é servo dos homens, deve jurar um ano e perjurar-se, ou jurar o contrário, no outro: quando o interesse deles o exige, você não deve ser considerado digno de viver entre os homens, se não prometer ou jurar como eles lhe ordenam; e quando o interesse deles muda e exige o contrário, você deve considerar todos esses laços como meras palhas e quebrá-los para os fins deles.

Direção 6. Certifique-se de não perder o temor de Deus e a sensibilidade de sua consciência. Quando estes são

perdidos, sua compreensão, senso e vida estão perdidos; e você não hesitará na maior maldade, nem saberá, quando a tiver feito, o que fez. Se a fé não vê Deus continuamente presente, e não prevê o grande dia que se aproxima, o perjúrio ou qualquer vilania parecerão toleráveis, por fins mundanos: pois quando você olha apenas para o caso presente dos homens, verá que "os justos, e os sábios, e as suas obras estão nas mãos de Deus; o homem não sabe nem o amor nem o ódio que lhe estão pela frente. Tudo sucede igualmente a todos; o mesmo sucede ao justo e ao ímpio; ao bom e ao puro e ao impuro; ao que sacrifica e ao que não sacrifica; como é o bom, assim é o pecador; e o que jura, como o que teme o juramento" (Ec 9:1, 2). Mas, no fim, os homens "discernirão entre o justo e o ímpio" (Ml 3:18). Portanto, é a previsão crente do fim, que, ao preservar o temor de Deus e a sensibilidade da consciência, deve salvá-lo deste e de todos os outros pecados hediondos.

Direção 7. Não seja ousado e precipitado sobre coisas tão terríveis como votos. Não corra em direção a eles sem medo, como se estivesse apenas indo jantar; a ira de Deus não é para ser objeto de brincadeira. *Usque ad aras* [até os altares] era o limite mesmo da bondade de um pagão para com seu amigo. Trate de juramentos com o maior temor, cautela e circunspecção. É terrível aqui descobrir que você se enganou, por qualquer temeridade, ou negligência, ou sedução secreta de um interesse carnal.

Direção 8. Especialmente, seja muito temeroso de possuir qualquer doutrina pública ou praticar qualquer ato público que tenda a endurecer outros em seu perjúrio ou encorajar multidões a cometer o pecado. Ser perjuro é

um caso terrível; mas ensinar nações ou igrejas inteiras a se perjurarem, ou defender isso, ou justificá-lo como coisa lícita, é muito mais terrível. E embora você não ensine ou possua o perjúrio sob o nome de perjúrio, contudo, se primeiro você fizer com que o perjúrio claro pareça não ser perjúrio, para que assim você possa justificá-lo, ainda é um ato mais desumano e horrível. Deus sabe que não insulto os papistas com o prazer de tornar quaisquer cristãos odiosos! Mas, com tristeza, lembro-me de como eles abusaram lamentavelmente de nossa santa profissão, enquanto não apenas seus grandes doutores, mas seu aprovado concílio geral de Latrão sob o Papa Inocêncio III, no terceiro cânone, decretou que o papa pode depor senhores temporais de seus domínios e dá-los a outros, e desobrigar seus vassalos de sua lealdade e fidelidade, se eles forem hereges, ou não exterminarem os hereges (mesmo aqueles que os santos homens ali condenaram, na conta do papa). Declarar a muitas nações cristãs que é lícito quebrar seus juramentos e promessas aos seus senhores e governantes legítimos, ou seus votos a Deus, e empreender, ao defender ou possuir isso, justificar todas aquelas nações que serão culpadas desse perjúrio e perfídia, oh, que crime horrível é este! que vergonha mesmo para a natureza humana! e que grande erro para o nome cristão!

Direção 9. Entenda e lembre-se das seguintes regras, para familiarizá-lo com a extensão da obrigatoriedade de um voto: que darei em sua maior parte a partir do Dr. Sanderson, porque suas decisões sobre esses casos são agora de melhor estima.

Regra I. A regra geral (Nm 30:2, 3) torna um voto, como tal, obrigatório, embora a parte deva ter uma equívoco secreto ou intenção de que, embora fale as palavras para enganar outro, não se obrigará. Tal reserva não impede a obrigação, mas prova que a pessoa é um hipócrita pérfido. O Dr. Sanderson (p. 23) diz: *Juramentum omne ex sua natura est obligatorium: ita ut si quis juret non intendens se obligare, nihilominus tamen suscipiendo juramentum ipso facto obligetur*: isto é: Se ele entender tanto o que faz, que suas palavras possam comportar a definição de um juramento ou voto; caso contrário, se falar as palavras de um juramento em uma língua estranha, pensando que significam outra coisa, ou se falar dormindo, ou em delírio, ou distração, não é um juramento, e assim não é obrigatório.

Regra II. Aquelas condições devem ser tomadas como pretendidas em todos os juramentos (sejam expressas ou não), que a própria natureza da coisa necessariamente implica (a menos que qualquer um seja tão bruto a ponto de expressar o contrário). E estas são todas redutíveis a duas cabeças: 1. Uma impossibilidade natural e, 2. Moral. 1. Quem jura fazer algo ou dar algo, supõe-se que queira dizer: "Se eu viver; e se eu não estiver incapacitado em meu corpo, faculdades, bens; se Deus não tornar impossível, etc.". Pois nenhum homem pode supor que queira dizer: "Farei isso quer Deus queira ou não, e quer eu viva ou não, e quer eu seja capaz ou não". 2. Quem vota ou jura fazer algo, deve ser entendido como querendo dizer: "Se nenhuma mudança de providência fizer disso um pecado; ou se eu não achar, contrariamente à minha suposição presente, que Deus o proíbe". Pois nenhum homem que é cristão deve ser

suposto que quer dizer, quando vota: "Farei isto, embora Deus o proíba, ou embora se prove ser um pecado"; especialmente quando os homens, portanto, votam, porque o consideram um dever. Ora, como aquilo que é pecaminoso é moralmente impossível, existem diversas maneiras pelas quais uma coisa pode aparecer ou tornar-se pecaminosa para nós. (1.) Quando a achamos proibida diretamente na Palavra de Deus, o que a princípio não entendemos. (2.) Quando a mudança das coisas faz disso um pecado, o que antes era um dever; de que podem ser dados cem exemplos; como quando a mudança de bens de um homem, de suas oportunidades, de sua liberdade, de suas partes e habilidades, de objetos, de costumes, das leis de governantes civis, muda a própria matéria de seu dever.

Questão. Mas toda mudança nos desobriga? Se não, que mudança deve ser? Vendo que os casuistas costumam colocá-la como uma condição em geral, *rebus sic stantibus* [permanecendo as coisas como estão].

Resposta. Não: não é toda mudança das coisas que nos desobriga dos laços de um voto. Pois então os votos não teriam significação considerável. Mas, 1. Se a própria matéria que foi votada, ou sobre a qual o voto foi, cessa, *cessante materia, cessat obligatio* [cessando a matéria, cessa a obrigação]: como se prometo ensinar um aluno, estou desobrigado quando ele morre. Se prometo pagar tanto dinheiro em ouro, e o rei proibir o ouro e mudar sua moeda, não estou obrigado a isso. 2. *Cessante termino vel correlato, cessat obligatio*: Se a parte morrer para quem estou vinculado, minha obrigação pessoal cessa. E assim o laço conjugal cessa com a morte, e os

laços civis pela morte civil. 3. *Cessante fine, cessat obligatio*: Se o uso e o fim cessam inteiramente, minha obrigação, que era apenas para aquele uso e fim, cessa. Como se um médico prometesse dar {572} remédio de graça para a cura da peste, a todos os pobres da cidade; quando a peste cessa, seu fim, e assim sua obrigação, cessa. 4. *Cessante persona naturali relata, cessat obligatio personalis*: Quando a pessoa natural morre, a obrigação cessa. Não posso ser obrigado a fazer quando estou morto aquilo que é próprio dos vivos. Cessando o sujeito da obrigação, os acidentes devem cessar. 5. *Cessante relatione vel persona civili, cessat obligatio talis, qua talis*: A obrigação que estava sobre uma pessoa em qualquer relação apenas como tal, cessa quando aquela relação cessa. Um rei não é obrigado a governar ou proteger seus súditos se eles o depuserem traiçoeiramente, ou se ele os rejeitar e tomar outro reino (como quando Henrique III da França deixou o reino da Polônia): nem os súditos estão vinculados à lealdade e obediência àquele que não é de fato seu rei. Um juiz, ou justiça, ou condestável, ou tutor, não está mais vinculado pelo seu juramento a cumprir os ofícios dessas relações do que ele continua na relação. Uma esposa divorciada não está vinculada pelo seu voto conjugal ao seu marido como antes, nem mestres e servos, quando suas relações cessam; nem um soldado ao seu general pelo seu sacramento militar, quando o exército é dissolvido, ou ele é demitido ou dispensado.

Regra III. Nenhum voto ou promessa nossa pode dissolver a obrigação colocada sobre nós pela lei de Deus. Pois não temos autoridade coordenada, muito menos

superior, sobre nós mesmos; nossas auto-obrigações são apenas para o progresso de nossa obediência.

Regra IV. Portanto, nenhum voto pode desobrigar um homem de qualquer dever presente, nem justificá-lo na prática de qualquer pecado. Votos são para nos engajar a Deus, e não contra Ele: se a matéria que votamos for má, é um pecado votá-la e um pecado fazê-la sob pretexto de voto. O pecado não é um sacrifício aceitável a Deus.

Regra V. Se eu voto que farei um dever melhor, não estou, por isso, desobrigado de fazê-lo de forma alguma, quando estou incapacitado de fazê-lo melhor. Suponha que um magistrado, vendo muito erro na igreja e na comunidade, vote uma reforma e vote contra os abusos que encontra; se agora a obstinação e rebelião do povo o incapacitam de cumprir esse voto, não se segue que ele deva depor seu cetro e deixar de governá-los de todo, porque não pode fazê-lo como deveria se fosse livre. Assim, se os pastores de qualquer igreja votam a reforma de abusos da igreja, em seus lugares, se forem impedidos por seus governantes, ou pelo povo, não se segue que devam abandonar seus chamados e não adorar a Deus publicamente de todo, porque não podem fazê-lo como queriam e deveriam se fossem livres; enquanto puderem adorá-Lo sem cometer qualquer pecado. A primeira obrigação de Deus para comigo é adorá-Lo, e a segunda, quanto à maneira, fazê-lo o mais próximo possível de Sua ordem: ora, se não posso evitar as imperfeições da adoração, embora a tenha votado, não devo, portanto, evitar a própria adoração (enquanto as corrupções não destruírem a própria natureza dela, e eu não me puser em nenhum pecado real). Pois eu estava obrigado a adorar a

Deus antes de meus votos, e em ordem de natureza antes de minha obrigação *de modo*; e meu voto foi feito com uma condição implícita, de que a coisa fosse possível e lícita: e quando aquilo que votei cessa de ser possível ou lícito, devo, contudo, fazer aquilo que ainda permanece possível e lícito. Deixar de adorar a Deus solenemente com a igreja não é reforma. Preferir nenhuma adoração antes de uma adoração imperfeita é uma deformação e corrupção maior do que preferir uma adoração imperfeita antes daquela que é mais perfeita. E preferir uma adoração imperfeita na maneira antes de nenhuma adoração na igreja é uma reforma maior do que preferir uma maneira mais perfeita de adoração antes de uma mais imperfeita e defeituosa. Adorar a Deus decentemente e em ordem supõe que Ele deve ser adorado; e aquele que não adora de forma alguma não O adora decentemente. Se um médico vota que administrará um antídoto eficaz a todos os seus pacientes que têm a peste, e que não administrará uma preparação menos eficaz, que alguns boticários, por ganância ou negligência, trouxeram ao uso comum, para dano dos doentes; seu voto deve ser interpretado com estas exceções: "Farei isso se puder, sem desonestidade ou um dano maior: não administrarei o antídoto sofisticado quando puder ter melhor: voto isto para o benefício de meus pacientes, e não para sua destruição". Portanto, se o antídoto sofisticado é muito melhor do que nenhum, e pode salvar a vida dos homens, e os pacientes se tornam obstinados e não querem tomar outro, ou a autoridade proíbe o uso de qualquer outro, o médico não está obrigado a abandonar seu chamado em vez de usá-lo, nem a negligenciar a vida de seus pacientes (se suas vidas

realmente dependem de seu cuidado, e eles podem não estar em boas esperanças sem ele, e o bem de muitos não exige que ele negligencie alguns). Mas ele deve fazer o que pode, quando não pode fazer o que queria, e apenas mostrar que não consente com a sofisticação.

Regra VI. Embora aquele que vota uma coisa lícita deva ser entendido como querendo dizer "se continuar possível e lícito", contudo, se ele mesmo for a causa culpável de que depois se torne impossível ou ilícito, ele viola seu voto. Aquele que vota dar tanto aos pobres, e depois desperdiça prodigamente, e não tem o que dar, quebra seu voto; o que não faz se fogo ou ladrões o privarem disso contra sua vontade. Aquele que vota pregar o evangelho, se cortar sua própria língua, ou culposamente procurar outro para prendê-lo, silenciá-lo ou impedi-lo, quebra seu voto; o que não fez se o impedimento foi involuntário e insuperável: o consentimento torna o impedimento seu próprio ato.

Regra VII. Na tomada e guarda de juramentos e votos, devemos agir simples e abertamente, sem equívoco e engano (Sl 24:3-5).

Regra VIII. Aquele que faz jogos de palavras ou distorce sua consciência por desvios fraudulentos e interpretações depois, é tão mau quanto aquele que dissimula na tomada do juramento. Quebrar por engano é tão mau quanto tomar por engano (Sl 15:1, 4). Diz o Dr. Sanderson: "Parece-me que a maior parte dos homens destes tempos ou não pensa nestas coisas, ou pelo menos não seriamente; que não temem, largamente e em termos expressos, sem rodeios, jurar tudo aquilo, seja o que for, que lhes é proposto por aqueles que têm poder para

prejudicá-los: sim, e tomam-se pelos únicos homens sábios, e não sem certo desdém ridicularizam a simplicidade e o medo desnecessário daqueles, que para não ferir suas consciências, por certo, buscam pelo em ovo, e se opõem às formas prescritas por aqueles que têm poder para prescrevê-las. E, entretanto, libertam-se seguramente de todo crime e medo de perjúrio, e pensam que cuidaram bem de si mesmos e de suas consciências, se, ao jurarem, como os jesuítas, puderem defender-se com a ajuda de algum equívoco tácito, ou reserva mental, ou interpretação sutil que é forçada e totalmente alheia às palavras; ou então, depois de terem jurado, puderem encontrar algo para escapar, algum estratagema astuto, como um remédio sábio, pelo qual possam eludir seu juramento, de tal modo que, mantendo as palavras, o sentido possa, por algum sofisma, ser eludido, e toda a força dele totalmente enervada. Os antigos cristãos não conheciam esta divindade, nem os pagãos mais sãos esta filosofia moral. Pois, de outra forma, diz Agostinho: São perjuros aqueles que, mantendo as palavras, enganam a expectativa daqueles a quem juram: e de outra forma diz Cícero...". Ele continua a confirmar isso amplamente por argumentos.

Regra IX. Um juramento deve ser tomado e interpretado estritamente. Sanderson diz: *Juramenti obligatio est stricti juris* [A obrigação do juramento é de direito estrito]; isto é, *non ut excludat juris interpretationem æquitate temperatam; sed ut excludat juris interpretationem gratia corruptam*: "não como excluindo uma interpretação equitativa, mas como excluindo uma interpretação corrompida pela parcialidade": que seja uma interpretação justa, entre os

extremos do rígido e do favorável ou parcial; e em casos duvidosos é mais seguro seguir o sentido estrito do que o benigno ou favorável. É perigoso esticar e aventurar-se longe demais em assuntos de natureza tão sagrada e de tamanha importância como votos e juramentos.

Regra X. Na exposição de tais juramentos e votos duvidosos: 1. Devemos vigiar especialmente contra o interesse próprio ou conveniência, para que não corrompam nosso entendimento. 2. E não devemos tomar nossos juramentos ou qualquer parte deles em tal sentido que um observador piedoso e prudente, que seja imparcial e de forma alguma interessado no negócio, não possa facilmente encontrar nas próprias palavras.

Regra XI. Em casos duvidosos, o maior perigo deve ser evitado com o máximo cuidado, e o lado mais seguro preferido: mas o perigo da alma pelo perjúrio é o maior, e, portanto, nenhum perigo corporal deveria ser evitado com tanto cuidado: e, portanto, um juramento que, no sentido comum e óbvio, parece ilícito não deve ser tomado, a menos que haja evidência muito plena de que ele possui outro sentido. (Sand. p. 46, *Nititur autem*, etc.) Esta razão apoia-se naquela regra geral e utilíssima de que, em casos duvidosos, devemos seguir o lado mais seguro: mas é mais seguro não jurar onde as palavras do juramento proposto parecem, de acordo com o sentido comum e óbvio das palavras, conter algo ilícito, do que, por uma interpretação frouxa, suavizá-las tanto para nossos próprios fins que possamos jurá-las com mais segurança. Pois é claro que tal juramento pode ser recusado sem o perigo de perjúrio; mas não que ele possa

ser tomado sem algum perigo ou medo. A mesma regra deve guiar-nos também na manutenção dos votos.

Regra XII. Resolve-se ordinariamente que os juramentos impostos devem ser mantidos de acordo com o sentido daquele que os impõe. Veja Sanders, p. 191, 192. Mas concebo que essa afirmação deve ser mais exatamente aberta e delimitada. 1. Onde a justiça requer que tenhamos respeito à vontade ou direito daquele que impõe, ali o juramento imposto deve ser tomado no sentido dele; mas se deve ser mantido no sentido dele, é algo a ser considerado mais profundamente. 2. Quando fiz o meu melhor para entender o sentido daquele que impõe ao tomar o juramento, e ainda assim me equivoquei, e assim o tomei (sem fraude) em outro sentido, a questão então é um tanto difícil: se devo mantê-lo no sentido em que o tomei, ou no sentido dele, que então eu não entendi. Se não devo mantê-lo no meu próprio sentido, no qual o tomei, então seguir-se-ia que devo manter outro juramento, e não aquele que tomei: pois é o sentido que é o juramento. E nunca me obriguei a nada, senão de acordo com meu próprio sentido: e, contudo, por outro lado, se todo homem pode tomar juramentos em seu sentido privado, então os juramentos não atingirão seus fins, nem serão qualquer segurança para aqueles que os impõem.

Neste caso, você deve distinguir cuidadosamente entre a obrigação formal do juramento ou voto como tal, e a obrigação de justiça para com meu próximo, que é uma consequência do meu voto. E, quanto à primeira, concebo (com submissão) que um juramento ou voto não pode obrigar-me, formalmente como tal, em qualquer sentido

senão o meu próprio, no qual *bona fide* [de boa-fé] o tomei. Porque, formalmente, um juramento não pode me obrigar se eu nunca o tomei: mas nunca tomei aquilo que nunca entendi, nem pensei; se você define um juramento de modo a incluir o sentido, que é a alma dele.

Mas então, em relação à obrigação consequencial em termos de justiça para com o homem, a questão, creio, deve ser resolvida assim: 1. Devemos distinguir entre um imposto ou contratante lícito e um usurpador ou ladrão violento que nos obriga injuriosamente a jurar. 2. Entre o sentido óbvio e usual das palavras e um sentido inusitado e forçado. 3. Entre um mal-entendido sincero e involuntário daquele que impõe e uma reserva voluntária, fraudulenta ou sentido privado. 4. Entre alguém a quem devo algo antecedentemente e alguém a quem não devo nada senão pela mera auto-obrigação do meu voto. 5. Entre um imposto que é ele mesmo a causa culpável de eu tê-lo compreendido mal e alguém que não é a causa, mas minha própria fraqueza ou negligência é a causa. 6. Entre um caso onde ambos os sentidos podem ser mantidos e um caso onde não podem, sendo inconsistentes. Sobre essas distinções, resolvo a questão da seguinte forma:

Prop. I. Se eu, fraudulenta e voluntariamente, tomar um juramento em um sentido meu, contrário ao sentido daquele que impõe e ao sentido comum e justo das próprias palavras, sou culpado de perfídia e profanidade no próprio ato de tomá-lo.

Prop. II. Se for por minha própria ignorância ou negligência culpável que entendi mal aquele que impõe, não estou, por isso, desobrigado do sentido público.

Prop. III. Quando aquele que impõe coloca abertamente um sentido nas palavras impostas contrário ao sentido usual e óbvio, devo entendê-lo de acordo com sua própria expressão, e não tomar o juramento como imposto em qualquer outro sentido.

Prop. IV. Se aquele que impõe recusa ou negligencia me dizer seu sentido de qualquer outra forma senão nas palavras impostas, devo tomá-las e mantê-las de acordo com o sentido óbvio das palavras, conforme são comumente usadas no tempo e lugar em que vivo.

Prop. V. Se for por causa da obscuridade daquele que impõe, ou recusa em explicar-se, ou outra causa culpável, que o entendi mal, não sou obrigado a manter meu juramento no sentido dele, como diferente do meu (a menos que haja alguma outra razão para isso).

Prop. VI. Se aquele que impõe é um ladrão ou usurpador, ou alguém a quem não devo nada em justiça, exceto o que me obrigo pelo meu juramento, não estou, então, obrigado de forma alguma a manter meu juramento no sentido dele, se meu próprio sentido estava de acordo com o uso comum das palavras.

Prop. VII. Embora eu não deva mentir para um ladrão ou tirano que injustamente me impõe promessas ou juramentos, contudo, se ele me impuser um juramento ou promessa que seja bom e lícito no sentido próprio e usual das palavras, embora mau no sentido dele (o que é contrário às palavras claras), se posso tomá-lo para salvar minha liberdade ou vida, deixo à consideração dos criteriosos: o que se pode dizer contra isso é que os juramentos não devem ser usados indireta e

dissimuladamente: o que se pode dizer a favor é: 1. Que não tenho obrigação de ajustar minhas palavras ao seu sentido pessoal e privado. 2. Que não o engano, mas apenas permito que ele se engane, contanto que seja ele e não eu quem faz mau uso das palavras. 3. Que devo ter respeito principal ao sentido público; e não é o sentido dele, mas o meu, que é o sentido público. 4. Que salvar a vida ou a liberdade de um homem é causa suficiente para a tomada de um juramento lícito.

Prop. VIII. No caso de eu ter entendido mal o juramento imposto por minha própria culpa, sou obrigado a mantê-lo em ambos os sentidos (o meu e o daquele que impõe), se ambos forem consistentes e lícitos de serem feitos. Pois estou obrigado a ele no meu próprio sentido, porque foi formalmente meu juramento ou voto que pretendi. E estou obrigado a ele no sentido dele, porque fiz da coisa, em justiça, um direito dele. Como se o rei me ordenasse votar que o servirei nas guerras contra o turco; e eu o entendo mal, como se ele quisesse dizer apenas servi-lo com minha bolsa; e assim faço um voto com esta intenção, de gastar parte de meus bens para manter aquela guerra; enquanto o verdadeiro sentido era que eu deveria servi-lo com minha pessoa: neste caso, não vejo como não esteja obrigado a ambos.

De fato, se fosse uma promessa que me obrigasse apenas ao rei, então não estou obrigado além nem por mais tempo do que ele quiser; pois ele pode remitir seu próprio direito: mas se por um voto me torno obrigado diretamente ao próprio Deus como parte, então ninguém pode remitir Seu direito, e devo cumprir meu voto como feito a Ele.

Regra XIII. Se alguém impuser um juramento ambíguo, e recusar explicá-lo, e exigir que você apenas jure nestas palavras, e deixá-lo ao seu próprio sentido, o Dr. Sanderson acha que um homem honesto deveria suspeitar de alguma fraude em tal juramento, e não tomá-lo de modo algum até que todas as partes estejam de acordo quanto ao sentido. E penso que ele não deveria tomá-lo de modo algum, a menos que haja alguma outra causa que o torne seu dever. Mas se um magistrado lícito o ordenar, ou o interesse da igreja ou do estado o exigir, não vejo como ele não possa tomá-lo, sob a condição de que, no sentido simples e próprio das palavras, o juramento seja lícito, e que ele professa abertamente tomá-lo apenas naquele sentido.

Regra XIV. Se qualquer poder impuser um juramento, ou voto, ou promessa, que no sentido próprio e usual seja totalmente ímpio, ou blasfemo, ou pecaminoso, e ainda assim me disser para tomá-lo no sentido que eu quisesse, embora eu pudesse tomá-lo em tal sentido que o tornasse um não consentimento real à impiedade, ainda assim seria ímpio no sentido do mundo, e de consequência tão hedionda que o tornaria ilícito. Como se eu devesse subscrever, ou dizer, ou jurar estas palavras: "Não há Deus"; ou "A Escritura é falsa"; embora seja fácil usar estas ou quaisquer palavras em um bom sentido, se eu puder colocar o sentido que quiser nelas, ainda assim o sentido público delas é blasfêmia; e não posso blasfemar publicamente, sob pretexto de um sentido e intenção privados e corretos.

Regra XV. Se o juramento imposto for verdadeiro no sentido estrito e próprio, contudo, se esse sentido não for

vulgarmente conhecido, nem suficientemente manifesto para ser o sentido daquele que impõe, e se as palavras forem falsas ou blasfemas no sentido vulgar daqueles com quem tenho de lidar, e que devem observar e fazer uso do meu exemplo, não devo tomar tal juramento, sem permissão para tornar meu sentido tão público quanto meu juramento. Como se me fosse ordenado jurar: "Que Deus não tem presciência, nem conhecimento, nem vontade, etc."; seria fácil provar que esses termos são ditos primariamente do homem, e que são atribuídos a Deus apenas analógica ou metaforicamente, e que Deus não tem tais atos humanos *formaliter* [formalmente], mas *eminenter* [eminentemente], e que *forma dat nomen* [a forma dá o nome], e assim que, estritamente, não é conhecimento e vontade na noção primária e própria que Deus tem, mas algo infinitamente superior, para o qual o homem não tem outro nome. Mas embora, assim, as palavras sejam verdadeiras e justificáveis no sentido mais estrito e próprio, ainda assim são ilícitas, porque são blasfêmia no sentido vulgar: e aquele que fala ao vulgo presume-se falar com o vulgo; a menos que ele as explique tão publicamente.

Regra XVI. Se o poder supremo impuser um juramento ou promessa que, no sentido comum e óbvio, seja pecaminoso, e um oficial inferior me dissesse para tomá-lo no sentido que eu quisesse, eu não poderia, portanto, tomá-lo: porque tal oficial não tem poder para interpretá-lo ele mesmo; muito menos para me permitir tomá-lo em um sentido privado. Mas se o legislador que o impõe me disser para tomá-lo no sentido que eu quiser, e me der permissão para tornar meu sentido tão público quanto meu juramento, posso tomá-lo, se as palavras forem

apenas duvidosas, e não aparentemente falsas ou pecaminosas (contanto que não haja razão contra isso, *aliunde* [de outra parte], como de consequências ruins, etc.).

Regra XVII. Se alguém disser em tal caso (quando pensa que o sentido daquele que impõe é mau): "Não tomo o mesmo juramento ou compromisso que é imposto, mas outro com as mesmas palavras, e não suponho que oficiais inferiores estejam autorizados a admitir qualquer interpretação, mas olho para eles apenas como homens que podem realmente executar ou não executar as leis sobre mim; e assim tomo um voto próprio de acordo com meu próprio sentido, embora nas palavras deles, como um meio de evitar suas severidades": como isso é um conluio em um negócio muito alto e delicado, a pessoa (se o sentido público do juramento for pecaminoso) deve tornar seu sentido professado tão público quanto seu juramento ou promessa; não sendo pequena coisa fazer aquilo que, no sentido público, é ímpio, e assim ser um exemplo de perfídia para muitos.

Regra XVIII. Embora um juramento imposto por um usurpador ou pela violência não deva ser tomado em obediência formal, nem de modo algum, a menos que a grandeza do benefício o exija, contudo, sendo tomado, é, não obstante, obrigatório (supondo que nada mais o torne nulo). O homem é um agente livre e não pode ser forçado, embora possa ser assustado: se ele jura a um ladrão para salvar sua vida, ele escolhe voluntariamente os inconvenientes do juramento, como um meio para salvar sua vida. Portanto, sendo um ato voluntário, é

obrigatório; de outra forma, não haveria obrigação sobre nós de sofrer por Cristo, mas qualquer coisa poderia ser jurada ou feita para escapar do sofrimento: veja sobre isso o Dr. Sanderson amplamente, *Prælect. iv, sect. 14-16*. A imposição e o juramento são coisas diferentes: na imposição, um ladrão ou tirano é a parte mandante, e eu sou a parte mandada; e ele não ter autoridade para me mandar anula apenas seu mandamento e não me torna obrigado a obedecê-lo, nem a tomá-lo em qualquer obediência a ele; mas ainda assim, se eu o tomo sem qualquer autoridade me obrigando (como juramentos privados são tomados), ainda é um juramento ou voto, no qual as partes são Deus e o homem; o homem votando e tornando-se devedor a Deus; e Deus tem autoridade para exigir que eu mantenha meus votos, quando os homens não têm autoridade para exigir que eu os faça. Todos os homens confessam que votos privados obrigam; e a nulidade da autoridade daquele que impõe os torna apenas votos privados. Este caso é fácil e comumente aceito.

Regra XIX. Se em um voto ou promessa complexa houver muitas coisas que se provam materialmente ilícitas, e uma ou mais que são lícitas, a conjunção das coisas ilícitas não me desobriga do voto de fazer a parte lícita. De outra forma, um homem poderia anular todos os seus votos a Deus, e juramentos e pactos com os homens, colocando algo que é mau com o bom; e assim Deus, e o rei, e nossos vizinhos teriam suas dívidas pagas por nosso pecado e injúria cometida contra eles paralelamente.

Regra XX. Se alguma parte daquilo que você votou se torna impossível, isso não o desobriga daquilo que permanece possível. Como se você vota lealdade ao rei, e tiranos ou incapacidade o impedem de servi-lo como súditos de alguma maneira particular, você permanece ainda obrigado a servi-lo por aquelas outras maneiras nas quais você ainda é capaz de servi-lo. Assim, se você tivesse tomado um juramento contra o papismo, para pregar contra ele, e rejeitar a prática dele, e renunciar a ele para sempre; isso não o vincularia das verdades e deveres comuns do cristianismo, que os papistas mantêm em comum com todos os outros cristãos: nem você poderia pregar contra o papismo, se fosse impedido por prisão, banimento ou restrição; mas você ainda tem poder para abster-se de aprovar, consentir, subscrever ou praticar seus erros; e isso você ainda é obrigado a fazer.

Regra XXI. Embora você não esteja obrigado a fazer aquilo do seu voto que as mudanças tornaram impossível ou ilícito, contudo, se outra mudança as tornar possíveis e lícitas novamente, sua obrigação retorna de novo (a menos que você o tenha feito com tal limitação). Não é um cessar temporário da matéria, ou fim, ou correlato, que o descarregará perpetuamente de seu voto. Se sua esposa for levada cativa por muitos anos, quando ela retornar, você está obrigado aos deveres de um marido. Se o rei for expulso por usurpadores, você está obrigado no presente a tanto dever quanto for possível, e a obedecê-lo como seu governador atual quando ele retornar. Mas no caso de servos e soldados, e outras relações temporárias, é diferente; pois uma remoção pode acabar com a própria relação. Se você promete pregar o evangelho, medicar os doentes, aliviar os pobres,

reformar suas famílias, etc., você não está, por isso, obrigado a fazê-lo enquanto qualquer impedimento irresistível o tornar impossível; mas quando o impedimento cessa, você está obrigado a fazê-lo novamente; estando a matéria e sua capacidade restauradas.

Regra XXII. Portanto, muitos votos e promessas podem ser licitamente não cumpridos, os quais não podem ser renunciados ou repudiados. Quando você é feito cativo, deve abster-se de seu dever para com seu rei, seu pai, seu marido ou esposa, mas não pode, portanto, renunciar a eles e dizer: "Não tenho obrigação para com eles": não, nem até a morte; porque são relações para a vida; e por mais improvável que pareça que você deva retornar a eles, Deus pode fazê-lo, e você deve esperar n'Ele.

Regra XXIII. Um voto ou promessa anterior não é anulado por um posterior que o contradiz. De outra forma, um homem poderia desobrigar-se a seu bel-prazer. Contudo, aquele que faz votos contrários obriga-se a contrários e impossíveis; e traz uma necessidade de perjúrio sobre si mesmo, por não fazer as coisas impossíveis que votou. E em alguns casos uma promessa posterior aos homens pode anular uma anterior, quando fizemos a anterior com a reserva de tal poder ou liberdade, ou se supõe justamente que temos poder para revogar uma promessa anterior: ou quando é o dever de uma relação mutável que votamos (como de um médico, um mestre-escola, etc.) e por um voto posterior mudamos a própria relação (o que ainda podemos mudar licitamente).

Regra XXIV. O *actus jurandi* [ato de jurar] deve ainda ser distinguido da *materia juramenti* [matéria do juramento]; e muito frequentemente acontece que o ato de jurar (ou o juramento como nosso ato) é feito ilicitamente, e foi um pecado desde o princípio, e contudo é, não obstante, obrigatório enquanto a *res jurata*, a matéria jurada, for lícita ou necessária. O Dr. Sanderson cita o exemplo do juramento de Josué aos gabaonitas. A natureza da coisa é prova suficiente; pois muitas coisas são feitas pecaminosamente, por falta de um chamado devido, ou maneira, ou fim, que ainda assim é feito, e não é uma nulidade. Um homem pode entrar pecaminosamente no ministério, e ainda assim estar obrigado a fazer o dever de um ministro; e muitos casamentos são pecaminosos e não são nulidades.

O que é a nulidade de um juramento.

Regra XXV. A nulidade de um juramento *ab initio* [desde o princípio] é *quando realiter vel reputative non juravimus* [quando realmente ou reputadamente não juramos]. A pecaminosidade de um juramento é quando juramos realmente, mas ilicitamente quanto ao fundamento, ou fim, ou matéria, ou maneira, ou circunstâncias. Realmente aquele homem não jurou: 1. Que não disse (mental ou oralmente) as palavras de um juramento. 2. Que pensou que aquelas palavras não significavam tal coisa, e assim não teve intenção de jurar nem mental nem verbalmente. Como se um inglês fosse ensinado a usar as palavras de um juramento em francês, e levado a acreditar que têm um sentido contrário. 3. Que apenas recitou narrativamente as palavras de um juramento, como um relator ou historiador, sem uma

intenção real ou professada de jurar. Reputadamente ele não jurou: 1. Que disse as palavras de um juramento em seu sono, ou em um delírio, distração, loucura, ou tal melancolia prevalecente que domina a razão; quando um homem não está *compos mentis*, seu ato não é *actus humanus* [ato humano]. 2. Quando a mão de um homem é movida à força por outro contra sua vontade para subscrever as palavras de um juramento ou pacto; pois, se for totalmente involuntário, não é um ato moral. Mas palavras não podem ser forçadas; pois aquele que jura para salvar sua vida fá-lo voluntariamente para salvar sua vida. A vontade pode ser movida pelo medo, mas não forçada. Contudo, a pessoa que injustamente assusta outra para consentir, ou para jurar, não tem direito a nenhum benefício que pensou obter por força ou fraude; e assim *in foro civili* [no foro civil] tais promessas, ou pactos, ou juramentos podem *quoad effectum* [quanto ao efeito] ser reputadamente nulos; e aquele que, colocando sua espada no peito de outro homem, o obriga a jurar ou subscrever e selar uma escritura de doação, pode ser julgado não ter direito a ela, mas ser punível pela força; mas, embora este pacto ou promessa seja nulo *in foro humano* [no foro humano], porque a pessoa não pode adquirir um direito pela violência, contudo o juramento não é uma nulidade perante Deus; pois quando Deus é feito uma parte, Ele tem um direito que é inviolável; e quando Ele é apelado ou feito testemunha, Seu nome não deve ser tomado em vão. 3. É uma nulidade reputadamente quando a pessoa é naturalmente incapaz de auto-obrigação, como na infância, quando a razão não chegou a tal maturidade a ponto de ser naturalmente

capaz de tal obra; digo naturalmente incapaz, pelas razões que se seguem.

Regra XXVI. Devemos distinguir entre uma incapacidade natural de votar ou jurar de todo, e uma incapacidade de fazê-lo licitamente; e entre uma nulidade verdadeira, e quando o juramento é apenas *quasi nullum* [quase nulo], ou como nulo *quoad effectum* [quanto ao efeito], ou tal que não devo manter. Existem muitos juramentos e votos reais que não devem ser mantidos, e até esse ponto são *quasi nulla* [quase nulos] quanto à efetivação da coisa votada; mas não são simplesmente nulos; pois têm o efeito de tornar o homem um pecador e perjuro. São votos pecaminosos e, portanto, votos. Uma incapacidade natural prova que não é voto algum; mas se sou naturalmente capaz, e apenas proibido (por Deus ou pelo homem), isso não o torna não-voto, mas um voto pecaminoso, dos quais alguns devem ser mantidos e alguns não.

Casos em que um voto não deve ser mantido.

Nos casos seguintes, um voto real é *quasi nullum* ou não deve ser mantido.

1. No caso de a coisa votada (consideradas todas as coisas) ser algo que Deus proibiu ser feito; isto é, no caso de ser algo em si mesmo mau; mas se a coisa em si mesma for um dever, embora existam alguns pecados inseparáveis dos quais seremos culpados no desempenho, não devemos, portanto, deixar de fazer o próprio dever que votamos: como se voto louvar a Deus, e contudo tenho certeza de que não posso louvá-Lo sem um defeito pecaminoso daquele amor e

deleite n'Ele que é devido, não devo, portanto, deixar de louvá-Lo; de outra forma, devemos abandonar todo outro dever, porque não podemos fazê-lo sem algum pecado. Mas ainda assim, embora no caso de uma enfermidade involuntária, devamos, assim, fazer o dever embora tenhamos certeza de pecar nele, contudo no caso de qualquer pecado escolhido e voluntário, que temos um poder imediato para evitar, devemos antes abster-nos do próprio dever (votado ou não votado) do que cometer tal pecado; como se voto pregar o evangelho e sou forçosamente impedido a menos que voluntariamente diga uma mentira, ou cometa um pecado voluntariamente por esta liberdade; eu deveria antes nunca pregar o evangelho; nem é então um dever, mas tornou-se moralmente impossível para mim; como se na França ou Espanha eu não puder pregar a menos que aceite a confissão ou juramento de Trento do Papa Pio. Aliás, se esses próprios defeitos de amor, e pensamentos errantes, que agora inseparavelmente aderem aos meus melhores desempenhos, estivessem moral e imediatamente em meu poder, e eu pudesse evitá-los, eu não deveria eletivamente e por consentimento cometê-los, para qualquer liberdade de dever, mas antes abster-me do próprio dever como não sendo dever para mim quando ele vem sob tais condições; pois então supõe-se que eu poderia servir a Deus melhor sem esse dever, porque eu poderia amá-Lo mais, etc.

Contudo, aqui é observável uma grande diferença entre omissões e comissões. Um homem nunca pode cometer um pecado para que o bem venha dele, embora ele tenha

votado o bem; mas um homem pode muitas vezes omitir aquilo que, de outra forma, teria sido seu dever, para fazer algum bem que ele tenha votado; pois mandamentos negativos obrigam *semper et ad semper* [sempre e em todo tempo]; mas os afirmativos não (pelo menos quanto ao dever exterior); portanto, em caso de necessidade, um homem pode ele mesmo consentir à omissão presente de algum bem, para escapar de omissões maiores e inevitáveis noutra ocasião, ou para o desempenho de um voto ou dever maior que deve ser preferido.

1. Um voto não deve ser mantido quando a matéria dele é injusta e injuriosa a outro (a menos que você tenha seu consentimento): como se você vota dar as terras ou bens de outro homem, ou fazer-lhe mal por palavra ou ação; ou se você vota abster-se de pagar-lhe o que lhe é devido, ou fazer aquilo que você lhe deve: como se um servo vota abster-se do trabalho de seu mestre (a menos que seja um prejuízo tão pequeno que ele possa, de outra forma, reparar); ou um marido, ou esposa, ou pais, ou filhos, ou príncipe, ou súditos votassem negar seus deveres necessários uns aos outros. Aqui o direito do homem, juntamente com a lei de Deus, torna injusto cumprir tais votos.

2. Um voto é como nulo ou não deve ser mantido, quando a matéria é algo que está moral ou civilmente fora de nosso poder fazer: como se um servo, ou uma criança, ou súdito vota fazer uma coisa que não pode fazer licitamente sem o consentimento de seu superior: este voto não é simplesmente nulo, pois é um voto pecaminoso (a menos que tenha sido

> condicional). Toda criatura racional é tão *sui juris* [de seu próprio direito], que, sendo sua alma imediatamente sujeita a Deus, ela é capaz de obrigar-se a Deus; e assim seu voto é um voto pecaminoso real, quando ela não é tão *sui juris* a ponto de ser capaz de votar licitamente, ou fazer a coisa que vota. Tal pessoa está obrigada a esforçar-se para obter o consentimento de seu superior, mas não sem ele desempenhar seu voto; não, embora a coisa em si mesma seja lícita. Pois tendo Deus antecedentemente me obrigado a obedecer aos meus superiores em todas as coisas lícitas, não posso me desobrigar pelos meus próprios votos.

Contudo, aqui existem dificuldades muito grandes neste caso, o que causa diferença entre os casuistas mais doutos e piedosos. 1. Se um governador tiver feito de antemão uma lei para aquilo que voto contra, supõe-se por muitos que meu voto não deve ser mantido (sendo a coisa não contra a lei de Deus), porque a primeira obrigação prevalece. 2. Contudo, alguns pensam que, como as leis penais dos magistrados obrigam apenas *aut ad obedientiam aut ad pœnam* [ou à obediência ou à pena], estou, portanto, obrigado em coisas indiferentes a suportar sua penalidade, e a manter meu voto. 3. Mas se eu faço primeiro um voto absoluto em uma coisa indiferente (como não beber vinho, ou não usar sedas, etc.) e o magistrado depois me ordena isso, alguns pensam que estou obrigado a manter meu voto; porque embora eu deva obedecer ao magistrado em todas as coisas lícitas, contudo meu voto tornou esta coisa particular para mim ilícita, antes que o magistrado a tornasse um dever. 4. Embora outros pensem que,

mesmo neste caso, a obrigação geral de obedecer aos meus superiores impede que eu me obrigue a qualquer coisa particular que eles possam proibir no caso de eu não ter votado, ou contra qualquer coisa particular que eles possam ordenar. 5. Outros distinguem as coisas lícitas ou indiferentes, e dizem que algumas delas são tais que se tornam acidentalmente tão úteis ou necessárias ao bem comum, o fim do governo, que é adequado que o magistrado faça uma lei para isso, e a quebra dessa lei será tão prejudicial, que meu voto não pode me vincular a isso, não sendo agora nenhuma coisa indiferente; mas outras coisas indiferentes eles dizem que não pertencem ao magistrado determinar (como o que comerei ou beberei, se casarei ou não, que profissão terei, como cada artífice, comerciante ou professor de artes e ciências fará o negócio de sua profissão, etc.). E aqui o magistrado eles pensam que não pode obrigá-los contra seus votos, porque o poder deles sobre si mesmos em tais casos privados é maior do que o poder dele sobre eles nesses casos. Tudo isso deixo como tantas questões impróprias para mim resolver no meio das contendas dos doutos. As grandes razões que movem de ambos os lados você pode discernir facilmente. 1. Aqueles que pensam que um juramento em coisas lícitas não obriga contrariamente ao mandamento antecedente ou subsequente do magistrado, são movidos por esta razão: Que, de outra forma, súditos e filhos poderiam, por seus votos, isentar-se da obediência, e anular o mandamento de Deus de obedecer aos nossos superiores. 2. Aqueles que pensam que um voto é obrigatório contra o mandamento de um magistrado, são movidos por esta razão: Porque, dizem eles, um magistrado pode, a seu bel-prazer, dispensar

todos os votos, exceto naquelas coisas ordenadas antes por Deus: pois ele pode vir depois e cruzar nossos votos por seus mandamentos, o que, contra as pretensões do papa, os protestantes negaram estar no poder de qualquer homem mortal. E Deus, dizem eles, tem o primeiro direito, que ninguém pode tirar. Não devo ser precipitado em determinar onde os governantes estão preocupados; apenas àqueles que podem e devem determiná-lo, adiciono estes materiais adicionais para serem considerados:

1. É o mais necessário para a decisão deste caso entender até que ponto o inferior que vota era *sui juris*, e tinha o poder de si mesmo quando fez o voto, quanto à feitura dele, e até que ponto ele é *sui juris* quanto ao ato que votou; e, para esse fim, saber, em um caso onde há algum poder sobre seu ato, tanto em seu superior quanto em si mesmo, se seu próprio poder, ou o de seu superior, quanto a esse ato, é o maior.

2. É, portanto, necessário distinguir muito entre aqueles atos que são apenas de uso e significação privados, e aqueles que (antecedentemente ao mandamento do governante) são de uso e natureza públicos, ou tais que o governante está tanto preocupado neles quanto o inferior.

3. É necessário entender a verdadeira intenção e sentido do mandamento de nosso superior; se é realmente sua intenção obrigar os inferiores a quebrar seus votos, ou se eles pretendem apenas obrigar aqueles que não estão tão emaranhados e pré-comprometidos por um voto, com uma exceção tácita daqueles que o estão. E

o que é mais justo deve ser presumido, a menos que o contrário seja claro.

4. Deve ser discernido se os mandamentos dos superiores pretendem qualquer penalidade além daquela que está aposta em suas leis: como em nossas leis penais sobre o uso de arcos e flechas, e sobre pesca, caça, etc.; se é pretendido que o infrator seja culpado de condenação, ou apenas que a penalidade temporal ameaçada satisfaça a lei; e se Deus nos obriga a qualquer penalidade além da que o superior pretende.

5. O fim das leis dos homens deve ser distinguido das palavras; e uma grande diferença deve ser posta entre aqueles atos proibidos que não fazem mais mal do que meramente cruzar a letra da lei, ou vontade de um superior, e aqueles que cruzam o fim justo do mandamento ou lei; e isso ou mais ou menos, conforme é mais ou menos prejudicial aos outros, ou contra o bem comum: pois então a matéria se tornará pecaminosa em si mesma.

6. Se o perjúrio, ou a violação involuntária das leis humanas, é o pecado maior, e qual em um caso duvidoso deve ser mais temido e evitado, é fácil discernir.

Regra XXVII. Um voto pode ser consequentemente feito nulo ou vazio: 1. Por cessação da matéria, ou qualquer coisa essencial a ele, (do que antes,) ou por uma dispensa ou dissolução dele por Deus a quem estamos obrigados. Sem dúvida, está no poder de Deus desobrigar um homem de seu voto; mas como Ele sempre faz tal

coisa é toda a dúvida: sendo as revelações extraordinárias cessadas, há este caminho ainda ordinário, viz. trazendo a matéria que votei fazer, sob alguma proibição de uma lei geral, pelas mudanças de Sua providência.

Regra XXVIII. Quanto ao poder do homem de dispensar juramentos e votos, há uma diferença grande e muito notável entre aqueles juramentos e votos onde o homem é a única parte a quem estamos primariamente vinculados, e Deus é apenas apelado como testemunha ou juiz, quanto à manutenção de minha palavra ao homem; e aqueles juramentos ou votos onde Deus também é feito (seja apenas ou junto com o homem) a parte a quem primariamente me obrigo. Pois, no primeiro caso, o homem pode dispensar meu juramento ou voto, remetendo seu próprio direito e libertando-me de minha promessa; mas, no segundo caso, nenhum poder criado pode fazê-lo. Como, p. ex., se prometo pagar a um homem uma soma de dinheiro, ou fazer-lhe um serviço, e juro que o cumprirei fielmente; se, após algum acordo ou consideração, ele me liberar daquela promessa, Deus libera-me também, como as testemunhas e o juiz não têm nada contra um homem a quem o credor liberou. Mas se juro ou voto que corrigirei minha vida, ou reformarei minha família de algum grande abuso, ou que darei tanto aos pobres, ou que me entregarei à obra do evangelho, ou que nunca casarei, ou nunca beberei vinho, ou nunca consentirei ao papismo ou erro, etc.; nenhum homem pode dispensar meu voto, nem me desobrigar diretamente em qualquer caso desses; porque nenhum homem pode dar o direito de Deus: tudo o que o homem pode fazer em qualquer caso desses é tornar-se uma ocasião para Deus me desobrigar: se ele puder mudar o

caso, ou minha condição, de modo a me colocar sob alguma lei de Deus, que me ordene o contrário do meu voto, então Deus me desobriga, ou torna ilícito manter aquele voto. E aqui, porque um voto é comumente tomado como tal promessa a Deus, na qual nos vinculamos diretamente a Ele, portanto dizemos que um voto (assim tomado estritamente) não pode ser dispensado pelo homem; embora no sentido supracitado, um juramento algumas vezes possa.

Os papistas agem mais perversamente neste ponto de dispensar juramentos e votos; pois eles dão ao papa, sobre todo o mundo cristão, aquele poder — sendo ele um usurpador e nenhum de nossos governadores — que eles negam aos príncipes e pais que são nossos governantes sem dúvida: o papa pode desobrigar os vassalos de seus juramentos de lealdade aos seus príncipes (como o conselho de Latrão antes citado), mas nenhum rei ou pai pode desobrigar um homem de seu juramento ao papa: aliás, se uma criança vota uma vida monástica e parte de seus pais, eles não permitem que os pais o desobriguem.

Regra XXIX. Na determinação de controvérsias sobre a obrigação de juramentos e votos, é mais seguro observar o que a Escritura diz e não presumir, sob incerta pretensão de razão, libertar-nos, onde não temos certeza de que Deus nos libera.

Regra XXX. Aquele capítulo observável, Números 30, sobre dispensas, contém muitas coisas que são claras para a decisão de diversos grandes e usuais problemas; mas muitas coisas que alguns coletam e concluem como consequentes ou implícitas são duvidosas e

controvertidas entre os expositores e casuistas mais judiciosos.

1. É certo que este capítulo não fala de uma nulidade total de votos *ab initio* [desde o princípio], mas de uma relaxação ou anulação deles por superiores. Pois: 1. O puro silêncio (que não é causa eficiente) prova que eles estão em vigor. 2. Não é dito: "Ela está obrigada" ou "não está obrigada"; mas: "Seu voto e laço permanecerão" (v. 4, 7, 9, 11); ou: "Não permanecerão" (v. 5, 12): e: "Ele os tornará sem efeito" (v. 8). O hebraico, v. 5, significa: *Quia annihilavit pater ejus illud* [Porque seu pai o aniquilou]. E v. 8: *Et si in die audire virum ejus, annihilaverit illud, et infregerit vitam ejus* [E se no dia em que seu marido ouvir, ele o aniquilar e quebrar o laço de sua vida]. 3. É expressamente dito que ela havia ligado sua alma antes da dissolução. 4. É dito: "O Senhor a perdoará" (v. 5, 8, 12), o que significa uma relaxação de um laço anterior. Ou, no máximo, o silêncio do pai é uma confirmação, e seu desdizer apenas impede a confirmação. Assim, a paráfrase caldaica; o samaritano e o árabe, *Non erunt confirmata* [Não serão confirmados]; o siríaco, *Rata vel irrita erunt* [Serão ratificados ou irritados].

2. É certo que um pai tem o poder de relaxação aqui mencionado quanto a uma filha solteira, em sua juventude vivendo em sua casa, e um marido sobre sua esposa; pois são as palavras expressas do texto.

3. É certo que este poder estende-se aos votos sobre todas as coisas nas quais o inferior não é *sui juris* [de seu próprio direito], mas está sob o cuidado e

supervisão do superior, e não pode cumpri-lo (caso não houvesse voto) sem o consentimento do superior.

4. É certo que se estende não apenas a matérias concernentes aos próprios governantes, mas concernentes a votos a Deus, conforme sejam bons ou prejudiciais aos inferiores.

5. É certo que existem alguns votos tão necessários e claramente para o bem do inferior que, neles, ele é *sui juris* e nenhum superior pode suspender seus votos: como ter o Senhor por seu Deus; e não cometer idolatria, assassinato, roubo, etc. Nenhum superior pode nos desobrigar aqui; pois o poder dos superiores é apenas para a indenidade e bem do inferior.

6. É certo que a revogação do superior deve ser rápida ou tempestiva, antes que o silêncio possa significar consentimento e fazer uma confirmação do voto.

7. É certo que, se o superior uma vez o ratificou por silêncio ou consentimento, ele não pode depois anulá-lo.

8. Concorda-se que, se ele por um tempo discordar e anular, e depois tanto o inferior quanto o superior consentirem novamente, ele permanece ratificado.

9. Concorda-se que o superior que pode descarregar o voto do inferior não pode liberar-se de seus próprios votos. Se o papa pudesse liberar todos os homens, quem o liberaria?

Mas nos pontos seguintes não há tal certeza ou acordo de juízos, porque o texto parece silencioso sobre eles, e os homens conjecturam diversamente conforme estão

preparados. 1. É incerto se alguém além de mulheres pode ser liberado em virtude deste texto: 1. Porque o texto, distinguindo expressamente entre um homem e uma mulher, diz primeiro: *Si vir* — "Se um homem fizer um voto ao Senhor, ou jurar um juramento para vincular sua alma com um laço, ele não quebrará sua palavra; ele fará de acordo com tudo o que procede de sua boca". 2. Porque as mulheres são as únicas exemplificadas, quando a Escritura usualmente fala delas no gênero masculino, quando inclui ambos os sexos ou estende a ambos. 3. E na recapitulação no final, é dito a título de recitação do conteúdo, v. 16: "Estes são os estatutos que o Senhor ordenou a Moisés entre um homem e sua esposa; entre o pai e sua filha — na sua juventude na casa de seu pai": como se ele nos advertisse contra estendê-lo além disso. E embora muitos bons expositores pensem que se estende igualmente aos filhos como às filhas, em sua minoridade, porque há uma paridade de razão, contudo esta é uma conjectura incerta: 1. Porque Deus parece, pela expressão, limitar o sentido. 2. Porque Deus não comunica ao homem todas as razões de Suas leis. 3. Porque pode haver razões especiais para uma indulgência ao sexo mais fraco em tal caso de peso. E embora ainda haja uma probabilidade de que possa se estender aos filhos, é bom manter-se nas certezas em matérias de importância tão terrível quanto juramentos e votos a Deus.

1. É incerto se este poder de anular votos pertence também a outros superiores, a príncipes, a magistrados inferiores, a pastores, mestres, a comandantes, como aos seus soldados, bem como a pais e maridos. Alguns pensam que sim, porque há,

dizem eles, uma paridade de razão. Outros pensam que é perigoso anular juramentos e votos sob pretensões de paridade de razão, quando é incerto se conhecemos todas as razões de Deus: e eles pensam que não há paridade, e que não se estende aos outros. 1. Porque pais e maridos são tão enfaticamente nomeados no conteúdo no final, v. 16. 2. Porque teria sido tão fácil para Deus nomear o restante. 3. Porque não há instância na Escritura do exercício de tal poder, quando havia muita ocasião para isso. 4. Porque, de outra forma, os votos não significam mais em um reino do que o rei quiser, e em um exército do que o general e os oficiais quiserem, e entre servos do que o mestre quiser; o que é considerado uma doutrina perigosa. 5. Porque haverá uma incerteza total sobre quando um voto obriga e quando não obriga a quase todas as pessoas no mundo; pois um superior pode contradizê-lo, e outro ou cem podem ficar em silêncio: o rei e a maioria dos magistrados, por distância, ficarão em silêncio, quando um mestre, ou um juiz, ou um capitão que está à mão pode anulá-lo: um oficial pode ser a favor, e outro contra; um mestre ou um pastor pode ser a favor, e o magistrado contra; e assim o perjúrio se tornará o pecado mais controvertido, e uma matéria de zombaria. 6. Porque magistrados públicos, comandantes e pastores não têm o interesse próximo e natural nos seus inferiores como pais e maridos têm em seus filhos e esposas; e, portanto, os pais não têm apenas um poder de restrição (como os maridos aqui também têm), mas também um poder de disposição da relação de seus filhos infantes, e podem ingressá-los no batismo no

voto e pacto da cristandade, a vontade e o ato dos pais representando o da criança até que ela chegue à idade; mas se você disser que, por uma paridade de razão, todos os príncipes, governantes e pastores podem fazer o mesmo com todos os que são seus inferiores, parecerá incrível para a maioria dos cristãos. 7. Porque os magistrados públicos são justamente supostos como estando tão distantes de quase todos os seus súditos individuais, a ponto de não serem capazes de tal desautorização rápida de seus votos pessoais. O que quer que este texto faça, é certo que outros textos suficientes proíbem pactos e combinações contra as pessoas, ou poder, ou direitos de nossos governantes, e não apenas contra eles, mas sem eles, em casos onde nosso lugar e chamado não nos permite agir sem eles. Mas é certo que Deus, que ordenou que todo Israel fosse ingressado sucessivamente no pacto da circuncisão com Ele, não os teria considerado inocentes por recusarem aquele pacto, se o príncipe tivesse sido contra. E poucos teólogos pensam que um súdito, ou soldado, ou servo, que votou abster-se de vinho, ou banquetes, ou casamento, esteja desobrigado se seu príncipe, ou capitão, ou mestres forem contra isso. Jônatas e Davi estavam sob um juramento de amizade (chamado de juramento do Senhor, 2 Sm 21:7). Saul, como pai, não poderia desobrigar Jônatas, por ser um homem em plena idade. *Quære* [Questione]: se Saul, como rei, sendo contra, anulou o juramento a Davi e Jônatas? Não; a Escritura mostra o contrário. 8. Porque, de outra forma, aquele benefício que Deus estende apenas a um tipo mais fraco se estenderia a qualquer

um, às pessoas mais sábias e eruditas do mundo, cujos votos a Deus, mesmo para a aflição de suas próprias almas, podem ser anulados pelo rei ou outros superiores. Muitas dessas razões são instadas neste caso.

2. É incerto se este capítulo se estende a juramentos assertórios ou testemunhais (se não é certo que não se estende): fala apenas de vincular suas almas a Deus, que é oferecer ou fazer algo que, por erro, pode se provar prejudicial a eles. Mas se um pai ou marido (muito mais um rei ou general) pudesse anular todos os juramentos testemunhais de seus inferiores que são dados em juízo, ou desobrigar todos os seus súditos da culpa de todas as mentiras ou falsos juramentos que eles tomarem, isso faria uma grande mudança na moralidade do mundo.

3. Não está fora de toda controvérsia até que ponto esta lei ainda está em vigor: vendo que a lei mosaica como tal é abrogada; isso pode não estar agora em vigor além de como é a lei da natureza, ou de alguma forma confirmada ou revivida por Cristo. A equidade parece ser natural.

Regra XXXI. É certo que a quem quer que pertença este poder de anular votos, e a quem quer que possa ser dado, ele não se estende para nos descarregar da promessa ou voto daquilo que é antecedentemente nosso dever necessário, pela lei de Deus. De outra forma, eles dispensariam a lei de Deus, quando ninguém além do legislador pode relaxar ou dispensar Suas leis (a menos que seja alguém superior ao legislador): portanto, ninguém pode dispensar as leis de Deus. Mas digo isto

apenas de um dever necessário também como um meio para nossa salvação, ou o bem dos outros, ou a honra de Deus: pois, de outra forma, quanto a algumas coisas menores, o dever pode ser tal que o homem não pode dispensar, e ainda assim um voto para fazer esse dever pode ser desnecessário e pecaminoso: como se juro guardar toda a lei de Deus, e nunca pecar, ou nunca ter um pensamento pecaminoso; fazer isso é bom, mas votá-lo é mau, porque posso prever que o quebrarei.

Regra XXXII. Em alguns casos, um voto pode obrigá-lo contra aquilo que teria sido seu dever se você não tivesse votado, e a fazer aquilo que, de outra forma, teria sido seu pecado: viz. se for uma coisa que é pecado ou dever apenas por algum acidente menor, que o acidente de um voto pode preponderar ou prevalecer contra. Como se você jura dar um centavo a um mendigo errante, ou a um que não precisa, o que por todas as circunstâncias teria sido um emprego ilícito e errôneo daquilo que deveria ter sido melhor usado; contudo, parece-me seu dever fazê-lo quando você o moveu. Jogar fora uma xícara de bebida é um pecado, se for sem causa; mas se você vota fazê-lo, é difícil dizer que um homem deveria antes ser perjuro do que jogar fora uma xícara de bebida, ou um centavo, ou um alfinete. Os jesuítas pensam ser lícito exercer a obediência de seus noviços ordenando-lhes às vezes que joguem uma xícara de vinho na pia, ou façam alguma ação tal que, sem causa, seria pecado: e um voto não o exigiria mais fortemente? Suponha que seria seu dever orar ou ler a tal ou tal hora do dia (por ser o mais apto para seu corpo e ocasiões); contudo, se você (tolamente) votou contra isso, parece-me ser seu dever adiá-lo para outro momento. Pois o perjúrio é uma coisa grande

demais para ser cedida em cada pequena ocasião dessas. O Dr. Sanderson dá este exemplo: Se houver uma lei de que nenhum cidadão eleito para isso deve recusar o cargo de pretor; e aquele que o recusar será multado: Caio jura que não exercerá o cargo: seu juramento é ilícito (e a desobediência teria sido seu pecado se fosse livre), contudo parece que ele é obrigado a pagar sua multa e desobedecer ao preceito da lei, em vez de quebrar seu voto.

Regra XXXIII. Há um número tão grande de pecados e deveres que são tais por acidentes e alterações circunstanciais, e alguns desses maiores e alguns menores, que é uma matéria de dificuldade extremamente grande na moralidade discernir quando eles são de fato pecados e deveres e quando não, o que deve ser feito discernindo a preponderância dos acidentes; e, portanto, deve ser extremamente difícil discernir quando um voto pesará mais do que qualquer um desses acidentes, e quando não.

Regra XXXIV. A dificuldade e frequência extremas de tais casos tornam necessário àqueles que têm tais emaranhados de votos ter um conselheiro muito sábio e fiel para ajudá-los a resolver melhor seus casos particulares, mediante o conhecimento de cada circunstância, do que qualquer livro ou regras gerais podem fazer, ou qualquer um que não esteja tão perfeitamente familiarizado com o caso. E oh, que grande habilidade é necessária em teólogos que são empregados em tais obras!

Regra XXXV. Assim também o caso deve ser resolvido se um juramento obriga, o qual impede um bem maior

que eu poderia fazer se não o tivesse tomado. Em alguns casos pode obrigar: como se juro não informar ninguém sobre algum excelente remédio que eu não poderia ter conhecido a menos que tivesse assim jurado; ou no caso de a quebra do juramento causar mais dano a mim ou aos outros do que o bem que vem do que omito; ou no caso de, consideradas todas as coisas, fazer aquele bem *hic et nunc* [aqui e agora] não ser meu dever.

Regra XXXVI. Nenhum dano pessoal ou perda temporal é causa suficiente para a violação de um juramento. Aquele que toma um juramento falso, ou quebra um juramento promissório, para salvar sua vida, ou a vida de mil homens, ou por terras ou riquezas, ou coroas e reinos, não tem desculpa considerável para sua perfídia e perjúrio, sendo todas as coisas temporais ninharias tão insignificantes em comparação com a vontade e o agrado de Deus, e a vida eterna: aquilo que não justificará uma mentira, muito menos justificará o perjúrio.

Regra XXXVII. Se a matéria de um juramento se provar apenas uma tentação para o pecado, e não pecado em si, ele deve ser mantido: mas com a maior vigilância e resolução. Como se um homem casou com uma esposa obstinada que será uma tentação para ele por toda a sua vida, ele não está desobrigado dela.

Regra XXXVIII. Se a matéria de um juramento for tal que me torne diretamente o tentador de mim mesmo ou de outros, é um pecado, e não deve ser mantido, a menos que algum bem maior preponderasse aquele mal. Pois embora não seja pecado ser tentado, contudo é um pecado tentar: embora não seja pecado tentar por uma

provação necessária (como um mestre pode colocar dinheiro diante de um servo suspeito para tentar se ele é um ladrão), nem qualquer pecado tentar acidentalmente pelo desempenho de um dever (como uma vida santa tenta acidentalmente uma pessoa maligna ao ódio e à perseguição); contudo é um pecado ser diretamente e desnecessariamente um tentador de nós mesmos ou de outros ao pecado; e, portanto, aquele que o vota não deve executá-lo. Como se você tivesse votado persuadir alguém à impureza, intemperança, erro, rebelião, etc.

Sobre maldade ou tentação acidental votada.

Regra XXXIX. Se a matéria de um juramento for tal que coloque acidentalmente uma tentação tão forte diante dos homens (especialmente diante de uma multidão), que possamos prever que é extremamente provável que os arraste para o pecado, quando não há um bem maior para preponderar o mal de tal tentação, é um pecado fazer essa coisa, embora em desempenho de um voto. Quando as ações são boas ou más apenas por acidente, então os acidentes devem ser postos na balança uns contra os outros, e os mais pesados devem preponderar. Como na matéria de mercadoria ou desmercadoria temporal, é lícito fazer aquela ação que acidentalmente traz um dano menor a um homem, se trazer um bem maior a muitos; ou que prejudica uma pessoa privada para o grande bem da comunidade; mas não é lícito fazer aquilo que claramente tende (embora apenas por acidente) a fazer mais mal do que bem: como vender pólvora e armas, quando prevemos que serão usadas contra o rei e o reino; ou vender veneno de rato, quando você prevê que é provável que seja usado para

envenenar homens. Muito mais a salvação de muitos ou de um deve ser preferida antes de nossa mercadoria temporal; e, portanto, por um bem menor, não podemos tentar os homens ao mal, embora apenas acidentalmente: como aquele que vive onde há pouca necessidade de tavernas ou casas de bebidas, e o uso comum delas é para a embriaguez, é ilícito para ele vender ali cerveja ou vinho, a menos que possa impedir que os homens fiquem bêbados com isso (como se eles levarem para casa com eles, ou forem rebeldes, ele não pode). Pois, assim, ser um tentador e ocasião consciente, desnecessariamente, é ser uma causa moral. Duas coisas garantirão a um homem fazer aquilo que por acidente tenta ou ocasiona outros homens a pecar: uma é um mandamento de Deus, quando é um dever que fazemos: a outra é um bem maior a ser alcançado pela ação, que não pode ser alcançado de uma maneira menos perigosa. Como em um país onde há uma necessidade tão grande de tavernas e casas de bebidas que o bem feito por elas é maior do que o dano provavelmente será, embora alguns fiquem bêbados; é lícito usar esses ofícios, embora alguns sejam prejudicados por isso. É lícito vender carne, embora alguns sejam gulosos; é lícito usar ornamentos moderados e decentes, embora algumas mentes vãs sejam tentadas pela visão à luxúria; como é lícito ir ao mar embora alguns sejam afogados. Atuar uma comédia, ou jogar um jogo lícito, com todas aquelas cautelas que podem assegurar-lhe que o bem disso é provável de ser maior do que o dano, não é ilícito: mas montar uma casa de jogos comum, ou casa de apostas, onde possamos prever que a desgraça será muito maior do que o bem (embora os atos fossem lícitos em si mesmos), isto é

apenas desempenhar o papel do diabo, colocando armadilhas para almas: os homens não devem ser assim atraídos para o inferno e condenados por esporte, embora apenas acidentalmente, e embora você tenha votado o ato.

Sobre escândalo.

Regra XL. Assim também deve ser resolvido o caso de escândalo: como escândalo significa uma ação que ocasiona outro ao pecado, ou uma pedra de tropeço na qual prevemos que ele provavelmente cairá para o dano de sua alma (que é o sentido que Cristo e seus apóstolos usam usualmente), assim é o mesmo caso com este último tratado, e não precisa de outra resolução: mas como escândalo significa (no sentido abusivo tardio) o mero desagradar a outro, ou ocasioná-lo a censurá-lo como um pecador, assim você não deve quebrar um voto para escapar da censura ou desagrado de todo o mundo. De outra forma, o orgulho estaria ainda produzindo perjúrio, e assim dois dos maiores pecados seriam mantidos.

Regra XLI. Embora na questão sobre a obrigação de um juramento que é tomado ignorantemente, ou por engano, haja grandes dificuldades, contudo isto parece claro: 1. Que aquele que é culpavelmente ignorante está mais obrigado pelo seu voto ou contrato enquanto usa toda a forma externa, do que aquele que é inculpavelmente ignorante. 2. Que embora o engano (como a força) daquele a quem juro perca seu direito ao que lhe prometo, contudo meu juramento ou voto me obriga a fazer ou dar a coisa, tendo interessado o próprio Deus na causa. 3. Que todos os erros dos essenciais de um

juramento ou voto que o anulam (do que falei antes), ou tornam a matéria pecaminosa, inferem uma nulidade na obrigação (ou que ele não deve ser mantido). Mas nenhum erro menor (embora causado por engano) desobriga.

A dúvida mais comum é: um erro sobre a própria pessoa a quem juro, e isto causado pelo seu próprio engano, desobriga-me? Todos concedem que estou obrigado, apesar de qualquer erro circunstancial (como se penso que uma mulher é rica com quem me caso, e ela se prova pobre; ou sábia e piedosa, e ela se prova tola ou ímpia: aliás, se o erro é sobre qualquer parte integral; como se penso que ela tinha dois olhos ou pernas, e ela tem apenas um): e todos concedem que um erro sobre uma parte essencial, isto é, que é essencial à relação ou coisa votada (se inculpável pelo menos), desobriga: como se tomei um homem em casamento pensando que tinha sido uma mulher; ou se tomei uma pessoa para um pastor, um médico, um conselheiro, um piloto, que não tem habilidade ou competência tolerável nos essenciais de qualquer uma dessas profissões. Mas se estou obrigado se juro a Tomás pensando que era João, ou se me caso com Lia pensando que é Raquel, é a grande dúvida. E a maioria dos casuistas diz que não estou: e, portanto, não ouso ser ousado em contradizê-los. Mas suspeito muito que eles buscaram sua decisão nos advogados; que verdadeiramente dizem que *in foro civili* [no foro civil] isso não infere nenhuma obrigação: mas se não me obriga eticamente, e *in foro conscientiæ et cœli* [no foro da consciência e do céu], duvido muito, 1. Porque parece o próprio caso de Josué e os israelitas, que pela astúcia dos gabaonitas foram enganados em um erro *personarum* [de

pessoas], tomando-os por outras pessoas que não eram: e contudo que este juramento era obrigatório, diz o Dr. Sanderson, é aparente, (1.) No próprio texto, Js 9:19. (2.) No milagre realizado para aquela vitória que Josué obteve defendendo os gabaonitas quando o sol parou, Js 10:8, 13. (3.) Na vingança severa que foi tomada sobre as vidas da posteridade de Saul por oferecer-se a violá-lo, 2 Sm 21:2. 2. E este parece ser o próprio caso de Jacó, que não se considerou desobrigado de Lia, apesar do erro da pessoa por engano. E embora o *concubitus* [coito] tenha sido adicionado ao contrato, isso obrigou mais como sendo o aperfeiçoamento do contrato, o que um juramento faz tão fortemente. 3. E a natureza da coisa confirma minha dúvida; porque quando vejo a pessoa diante de mim há o *individuum determinatum* [indivíduo determinado], no *hæc homo* [este homem/pessoa], e assim tudo o que é essencial ao meu voto está incluído nele: se erro o nome, ou a qualidade, ou nascimento, ou relações da pessoa, contudo meu pacto é com esta pessoa determinada que está presente, embora eu seja induzido a isso por uma suposição falsa de que ela é outra. Mas isto deixo à discussão dos criteriosos.

Regra XLII. A questão também é pesada e de uso frequente: se um homem vota uma coisa como um dever em obediência a Deus e à consciência, o que ele não teria feito se tivesse considerado que não era dever, e se ele depois descobre que não era dever, ele está obrigado a manter este voto? E a verdadeira resposta é que a descoberta de seu erro descobre apenas a nulidade de sua obrigação de fazer aquele voto, e de fazer a coisa antecedentemente ao voto; mas se a coisa for lícita, ele

está obrigado a ela pelo seu voto, apesar do erro que o induziu a fazê-lo.

Regra XLIII. Votos sobre ninharias (não ilícitas) devem ser mantidos, embora sejam pecaminosamente feitos. Como se você vota apanhar uma palha, ou abster-se de tal bocado ou tipo de carne, ou vestimenta, etc. Mas fazer tais coisas é uma grande profanação do nome de Deus, e tomá-lo em vão como os juradores comuns fazem.

Regra XLIV. Um juramento geral, embora tomado em uma ocasião particular, deve ser interpretado geral ou estritamente (a menos que haja razões especiais para uma restrição, da matéria, fim ou outra evidência). Como se você teme que seu filho se case com tal mulher, e, portanto, jura que ele não se case sem seu consentimento; ele está vinculado por isso a não se casar nem com aquela mulher nem com outra. Ou se seu servo frequenta uma casa de bebidas particular, e você o faz jurar abster-se de todas as casas em geral, ele deve evitar todas as outras. Assim, o Dr. Sanderson cita o juramento de supremacia, p. 195.

Regra XLV. Aquele que vota absoluta ou implicitamente obedecer a outro em todas as coisas, está obrigado a obedecer-lhe em todas as coisas lícitas, onde nem Deus, nem outro superior ou outra pessoa é prejudicado; a menos que a natureza da relação, ou os fins ou razões do juramento, ou algo mais, infira uma limitação como implícita.

Regra XLVI. Distinga sempre entre a falsidade nas palavras como discordante da coisa jurada, e a falsidade delas como discordante da mente de quem jura. A

primeira é algumas vezes desculpável, mas a segunda nunca.

Existem muitas outras questões sobre juramentos que pertencem mais ao capítulo dos contratos e da justiça entre homem e homem; e para lá as remeto.

CAPÍTULO 6
DIREÇÕES AO POVO CONCERNENTES AO SEU DEVER INTERNO E PRIVADO PARA COM SEUS PASTORES, E O APERFEIÇOAMENTO DO OFÍCIO E DOS DONS MINISTERIAIS.

O dever interno e privado do povo para com seus pastores (que posso tratar sem aparência de usurpação do trabalho dos cânones, rubricas e diocesanos) exporei a você nestas direções a seguir.

Direção 1. Entenda primeiro o verdadeiro fundamento, a natureza e as razões do ofício ministerial, ou então você não entenderá os fundamentos, a natureza e as razões do seu dever para com eles. A natureza e as obras do ofício ministerial eu já abri tão claramente que o remeterei a isso para evitar repetição. Aqui estão dois tipos de razões a serem dadas a você: 1. As razões da necessidade da obra ministerial. 2. Por que certas pessoas devem ser separadas para esta obra, e ela não deve ser deixada a todos em comum.

A necessidade da obra em si aparece na própria natureza dela e na enumeração de suas partes. Cristo fez uso de dois tipos de ministros para Sua igreja: o primeiro tipo foi para a revelação de alguma nova lei ou doutrina, para ser a regra de fé ou vida da igreja; e estes deviam provar sua autoridade e credibilidade por alguma atestação divina, que era especialmente por milagres; e assim Moisés revelou a lei aos judeus, e (Cristo e) os apóstolos revelaram o evangelho. O segundo tipo de ministros é nomeado para guiar a igreja à salvação, abrindo e aplicando a regra já selada e entregue: e estes, como não devem trazer novas revelações ou doutrinas de fé, ou regra de vida, assim não precisam trazer nenhum milagre para provar seu chamado ou autoridade à igreja; pois eles não têm poder para entregar qualquer nova doutrina ou evangelho à igreja, mas apenas aquele que já está confirmado por milagres. E é impudência exigir que o mesmo evangelho seja provado por novos milagres por cada ministro que o expuser ou pregar: isso faria com que os milagres não fossem milagres.

O trabalho do ministério.

O trabalho do ministério ordinário (como os sacerdotes e mestres eram sob a lei, e os pastores e mestres ordinários são sob o evangelho), sendo apenas reunir e governar as igrejas, seu trabalho consiste em explicar e aplicar a palavra de Deus e entregar Seus sacramentos, e agora contém estes pontos a seguir: 1. Pregar o evangelho para a conversão do mundo incrédulo e ímpio. E isso é feito, em parte, expondo as palavras por uma tradução para uma língua que os ouvintes ou leitores entendem; e, em parte, abrindo o sentido e a matéria. 2. Nisso, eles não

são apenas mestres, mas mensageiros enviados por Deus Pai, Filho e Espírito Santo, para acusar, ordenar e suplicar aos homens, em Seu nome, que se arrependam e creiam, e sejam reconciliados com Deus; e, em Seu nome, oferecer-lhes um perdão selado de todos os seus pecados e título à vida eterna. 3. Aqueles que se tornam discípulos de Cristo, eles (como Seus despenseiros) devem receber em Sua casa, como concidadãos dos santos e da família de Deus; e, como Seus oficiais comissionados, solenizar pelo batismo sua entrada no santo pacto, e receber seu compromisso com Deus, e ser os mensageiros do compromisso de Deus para com eles, e, por investidura, entregar-lhes por esse sacramento o perdão de todo o seu pecado e seu título por adoção à vida eterna; como uma casa é entregue pela entrega de uma chave; ou terra, por um torrão e relva; ou cavalheirismo, por uma espada ou liga, etc. 4. Estes ministros devem reunir esses convertidos em assembleias solenes e igrejas ordenadas, para sua adoração solene a Deus e edificação mútua, comunhão e prosseguimento seguro em seu curso cristão. 5. Eles devem ser os mestres estabelecidos das assembleias, expondo e aplicando aquela palavra que é apta para edificá-los. 6. Eles devem ser os guias da congregação na adoração pública, e postar-se entre eles e Cristo em coisas pertencentes a Deus, como subservientes a Cristo em Seu ofício sacerdotal; e assim, tanto para o povo, quanto em seus nomes, elevar as orações públicas e louvores da igreja a Deus. 7. É seu dever administrar a eles, como em nome e lugar de Cristo, Seu corpo e sangue como partidos e derramados por eles, e assim, nas renovações frequentes dos santos pactos, submeter-se a Cristo, especialmente em Seu ofício sacerdotal, para

oferecer e entregar Cristo e Seus benefícios a eles, e ser seu agente em oferecerem-se a Deus. 8. Eles são nomeados para supervisionar e governar a igreja, na ordenação pública da adoração solene a Deus, e em repreender qualquer um que seja ali desordenado, e ver que todas as coisas sejam feitas para edificação. 9. Eles são nomeados como mestres para cada membro particular da igreja ter recurso privado e pessoal (tanto quanto possível), para a resolução de suas dúvidas de peso, e instrução em casos de dificuldade e necessidade, e para o estabelecimento de sua paz e conforto. 10. Eles são nomeados como médicos sob Cristo, para vigiar todos os membros individuais de seu encargo e cuidar para que não sejam infectados por heresia ou corrompidos por vício; e para admoestar os ofensores, e reduzi-los ao caminho da verdade e santidade, e, se continuarem impenitentes após admoestação pública, rejeitá-los da comunhão da igreja e ordenar à igreja que os evite. 11. Eles devem, assim como vincular os impenitentes para responder por sua contumácia no tribunal de Cristo, absolver os penitentes, confortá-los e exigir que a igreja os readmita à sua comunhão. 12. Eles são nomeados como despenseiros na casa de Cristo, para ter um cuidado terno com o próprio bem-estar corporal de seus rebanhos, de modo a esforçar-se pelo suprimento de suas necessidades, e estimular os ricos a aliviar os pobres, e fielmente (por si mesmos ou pelos diáconos) distribuir o que lhes é confiado para esse uso. 13. Eles devem especialmente visitar os enfermos e, quando forem chamados, orar por eles e com eles, e instruí-los em suas preparações especiais para a morte, e confirmá-los contra aqueles últimos ataques. 14. Eles são nomeados para ser

os campeões públicos da verdade, para defendê-la contra todos os opositores heréticos e profanos, e, assim, preservar o rebanho de ser seduzido. 15. Eles são nomeados para ser (sob Cristo, a Cabeça) os nervos e ligamentos das várias igrejas, pelos quais elas são mantidas não apenas em vigor por comunicação de nutrimento, mas também em concórdia e tal comunhão como são capazes, pelas correspondências, consultas e concílios de seus pastores. Todos estes são os usos distintos e especiais para os quais Cristo nomeou o ofício do sagrado ministério; o qual, tendo apenas nomeado a você, não preciso dizer mais para mostrar-lhe a excelência, a necessidade e os benefícios dele.

Nisto também as razões são aparentes, por que Cristo instituiu este ofício sagrado: 1. Porque era justo que Seu reino tivesse oficiais, adequados à Sua obra na administração dele. 2. Era justo que fossem homens como nós, com quem podemos conversar familiarmente. 3. A grande necessidade de Sua igreja o exigia, onde a maioria é fraca e insuficiente para realizar todos esses ofícios por si mesma; e não pode subsistir bem sem o apoio de outros. Era justo, portanto, que os pastores fossem pessoas selecionadas, mais sábias, mais santas e mais fortes do que o povo, e aptas para uma obra tão grande e necessária. 4. Era necessário também para a ordem da igreja; pois se fosse como um exército sem oficiais, não haveria nada além de confusão, e nem ordem nem edificação.

Por isso você também pode ver a natureza e as razões de sua obediência aos seus pastores: como eles não são nomeados para governar você pela força, mas

voluntariamente, "não por torpe ganância, mas de ânimo pronto, não como tendo domínio sobre a herança de Deus, mas servindo de exemplo ao rebanho" (1 Pe 5:1-3), assim você deve voluntária e alegremente obedecê-los em seu trabalho. Como seu governo não é por quaisquer penalidades corporais ou multas (pois esse é o trabalho do magistrado e não o deles), mas um governo pela força da verdade e do amor; assim sua obediência a eles consiste na recepção amorosa e agradecida da verdade que eles lhe ensinam, e das misericórdias que eles lhe oferecem de Cristo.

Você vê então que as razões de sua obediência são múltiplas: 1. Algumas delas de Deus: Ele enviou Seus mensageiros a você e colocou Seus oficiais sobre você; e Cristo lhe disse que quem os ouve, ouve-O, e quem os despreza, despreza-O, e Àquele que O enviou (Lc 10:16): Ele ordena que você os ouça e obedeça como Seus oficiais. 2. Deles mesmos: eles têm autoridade por sua comissão, e têm habilidade em suas qualificações, o que exige sua obediência e aproveitamento. 3. De você mesmo. Você tem razão para obedecer aos seus pais naturais de quem depende seu sustento no mundo? Você tem razão para obedecer àquele que lhe oferece um perdão do rei quando você está condenado? ou que lhe oferece ouro ou riquezas em sua necessidade? ou que o convida para um banquete em um tempo de fome? ou que oferece defendê-lo e salvá-lo de seus inimigos? Muito mais você tem razão para obedecer aos ministros de Cristo quando eles o chamam ao arrependimento, e lhe oferecem perdão de pecado, e paz, e salvação, e vida eterna. Você já ouviu um homem tão louco ou rude, a ponto de dizer àquele que lhe ofereceu riquezas, ou

liberdade, ou vida: "Não sou obrigado a obedecer-lhe; ofereça-as àqueles sobre quem você tem autoridade"? Quando o ofício do ministério é tão subserviente a Cristo como um Salvador e Benfeitor, quanto a Cristo como seu Mestre e seu Rei, a própria natureza do trabalho deles o engaja a obedecê-los como você ama a si mesmo. Se você estivesse no inferno, e Cristo mandasse buscá-lo, você não se recusaria a ir, até que o mensageiro tivesse provado sua autoridade. E quando você é herdeiro do inferno, condenado pela lei e indo para lá, você se recusará a voltar atrás e ceder às ofertas e mandamentos da graça, até ter habilidade suficiente para ler a comissão do ministro?

Por isso você também vê que o poder de seus pastores não é absoluto, nem coercitivo e senhorial, mas ministerial. E embora os papistas façam pouco caso da palavra "ministro", é apenas naquele orgulho, e paixão, e malícia que os faz falar contra seu conhecimento: pois seu próprio papa chama-se o servo dos servos de Deus; e Paulo diz: "Que os homens nos considerem como ministros de Cristo e despenseiros dos mistérios de Deus" (1 Co 4:1). "Quem é Paulo, e quem é Apolo, senão ministros pelos quais crestes?" (1 Co 3:5). "Que nos tornou capazes de ser ministros de um novo testamento" (2 Co 3:6). "Antes, como ministros de Deus, tornando-nos recomendáveis em tudo" (2 Co 6:4). Até mesmo magistrados, sim, e anjos, não são bons demais para serem chamados (e usados como) os ministros de Deus para o bem de Seus servos (Rm 13:3, 6); "e para ministrar a favor daqueles que hão de herdar a salvação" (Hb 1:7, 14). Sim, o próprio Cristo é assim chamado (Rm 15:8). E, portanto, você não tem mais desculpa para sua

desobediência do que para recusar a ajuda daquele que o tiraria do fogo ou da água quando você está perecendo. Você vê aqui que seus pastores não podem comandar você o que quiserem, nem como quiserem. Eles não têm nada a ver com o trabalho do magistrado; nem podem usurpar o poder de um mestre sobre seus servos, nem comandar você como fazer seu trabalho e negócios mundanos (exceto na moralidade disso). Nos quinze pontos mencionados antes consiste seu trabalho e ofício, e nesses é que você lhes deve uma obediência racional.

Direção 2. Conheça seus próprios pastores particularmente: e saiba tanto o que você deve a um ministro como ministro de Cristo em comum, quanto o que você deve a ele, além disso, como seu pastor por relação especial e encargo. Quando qualquer ministro de Cristo entrega Sua palavra a você, ele deve ser ouvido como um ministro de Cristo, e não como um homem privado; mas ao seu próprio pastor você está vinculado em uma relação particular, a uma frequência ordinária e regular sobre seu ministério em todos os pontos mencionados antes que concernem a você. Seu próprio bispo deve, de uma maneira especial, ser obedecido:

1. Como aquele que trabalha entre vocês, e está sobre vocês no Senhor, e os admoesta, e prega a vocês a palavra de Deus, vigiando por suas almas como alguém que deve dar conta (1 Ts 5:12; Hb 13:7, 17); e como aquele que governa bem, e especialmente que trabalha na palavra e na doutrina (1 Tm 5:17); "ensinando-vos publicamente e de casa em casa, atento a si mesmo e a todo o rebanho sobre o qual o Espírito Santo vos constituiu bispos, não deixando de

admoestar, noite e dia, com lágrimas, a cada um de vós" (At 20:19, 20, 24, 28, 31, 33). "Pregando a Cristo, advertindo a todo homem e ensinando a todo homem em toda a sabedoria, para que apresentemos todo homem perfeito em Cristo Jesus" (Cl 1 :28).

2. Ele deve ser obedecido como o guia da congregação na condução da adoração pública a Deus. Você deve séria e reverentemente unir-se a ele pelo menos todo dia do Senhor nas orações e louvores públicos da igreja, e não sair ordinariamente dele para outro.

3. Você deve receber dele, ou com ele, o sacramento do corpo e sangue de Cristo: o qual, antigamente, era administrado todo dia do Senhor, e isso apenas na igreja onde o bispo estava, isto é, em toda igreja dos fiéis: pois, como Inácio diz muito observavelmente, ἓν θυσιαστήριον πάσῃ τῇ ἐκκλησίᾳ, καὶ εἷς ἐπίσκοπος ἅμα τῷ πρεσβυτερίῳ, καὶ τοῖς διακόνοις — *UNUM ALTARE OMNI ECCLESIÆ, ET UNUS EPISCOPUS CUM PRESBYTERIO ET DIACONIS* [UM ALTAR PARA TODA IGREJA, E UM BISPO COM O PRESBITÉRIO E DIÁCONOS]. — EM TODA IGREJA há UM ALTAR, e UM BISPO, COM O PRESBITÉRIO e DIÁCONOS. — Assim em sua Epístola aos Magnésios: "Vinde todos como um, ao templo de Deus, como a um altar, como a um Jesus Cristo". E diz Tertuliano: *Eucharistæ Sacramentum — nec de aliorum manu quam præsidentium sumimus*: Não tomamos o sacramento da eucaristia da mão de ninguém senão dos presidentes.

4. Você deve recorrer a ele especialmente para a resolução de suas dúvidas de peso, em particular.

5. Você deve ouvir seus bispos e arrepender-se, quando em mansidão e amor eles o convencem e o admoestam contra seus pecados, e não resistir à palavra de Deus que eles poderosa e pacientemente aplicam às suas consciências, nem forçá-los com tristeza a cortá-lo, como impenitente em pecados escandalosos, da comunhão da igreja.

6. Você deve, após qualquer pecado escandaloso que o tenha colocado sob as censuras da igreja, humilhar-se por confissão penitente e implorar a absolvição e restauração à comunhão da igreja.

7. Suas esmolas públicas da igreja devem ordinariamente ser depositadas nas mãos do bispo, que alivia os órfãos e as viúvas, e é o curador ou guardião de todos absolutamente que estão em necessidade, diz Inácio a Policarpo, citado pelo Dr. Hammond em 1 Co 12:28.

8. Você deve enviá-lo em sua doença para orar por você e com você, e aconselhá-lo em suas preparações especiais para a morte, e confirmá-lo contra aqueles últimos ataques. Veja o Dr. Hammond em Tg 5:14. E em 1 Co 12:28, ele diz: O próprio Policarpo, falando dos presbíteros ou bispos, diz: Eles visitam e cuidam de todos os que estão doentes, não negligenciando as viúvas, os órfãos ou os pobres. E o Dr. Hammond em Tg 5:14 mostra, a partir da antiguidade, que uma parte do ofício do bispo é estabelecida: que eles são aqueles que visitam todos os enfermos. Não que um estranho não possa ser usado também; mas ordinariamente e especialmente seu próprio bispo deve ser chamado; porque, como você é seu encargo

especial, e ele "vigia por suas almas como quem deve dar conta" (Hb 13:17), supõe-se que ele está mais familiarizado com seu estado espiritual e vida do que outros estão, e, portanto, em menos perigo de prejudicá-lo por engano e más aplicações; pois supõe-se que você o tenha familiarizado com sua condição pessoal em sua saúde, tendo-o tomado como seu conselheiro ordinário para suas almas, e que ele se tenha familiarizado com sua condição, e o confirmado, e vigiado sobre você pelo nome, como Inácio a Policarpo, bispo de Esmirna, diz: *Sæpe congregationes fiant: ex nomine omnes quære: servos et ancillas ne despicias* [Que as congregações sejam feitas frequentemente: procure todos pelo nome: não despreze servos e servas], como a antiga tradução latina do bispo Usher tem: "Que congregações sejam realizadas frequentemente: indague por todos pelo nome: não despreze servos e servas". O bispo tomava conhecimento de todo servo e serva pelo nome; e ele tinha oportunidade de ver se eles estavam na congregação.

9. Você deve usá-lo como seu líder ou campeão contra todos os hereges, infiéis e adversários sutis da verdade, com quem você é incapaz de contender, para que seus bispos possam esclarecer e defender a causa de Cristo e da justiça, e por evidência irresistível, calar a boca de todos os que contradizem. É para seu próprio benefício, e não para o deles, que você é requerido em todas essas obras do ofício deles para usá-los e prontamente obedecê-los. E que mal pode fazer a você obedecê-los em qualquer um desses?

Direção 3. Entenda como é que Cristo autoriza e envia Seus ministros, para que lobos e enganadores não se imponham a você como seus pastores lícitos, ou o alienem daqueles que Deus colocou sobre você, desconcertando-o em questionamentos sutis ou disputando contra o chamado deles. Não apenas as advertências de Paulo (At 20:30 e 2 Tm 3:6), mas a lamentável experiência nos diz que desejo ávido existe em homens orgulhosos e presunçosos de se imporem como mestres e pastores nas igrejas, para entrar furtivamente nas casas e levar cativo o povo, e atrair discípulos após si, e dizer (e talvez pensar) que outros são enganadores, e que ninguém são os verdadeiros mestres senão eles. E a primeira parte da arte e do trabalho dos lobos é separar você de seus pastores, e apanhar os desgarrados que assim são separados. A malícia, as calúnias, as mentiras e as críticas dos mercenários e enganadores, e todos os poderes do inferno, são derramados principalmente sobre os pastores fiéis e líderes dos rebanhos. O trabalho principal dos jesuítas contra você é fazer com que você acredite que seus pastores não são pastores verdadeiros, mas pessoas privadas não chamadas e meros usurpadores: e a razão deve ser porque não têm uma ordenação de bispos sucessivamente dos apóstolos sem interrupção. Confesso que, se nossas interrupções tivessem sido metade tão lamentáveis quanto as deles (por seus cismas e variedade de papas de uma só vez; e papas acusados ou condenados por concílios gerais como hereges; e sua variedade de modos de eleger papas, e suas incapacidades por simonia, usurpação, etc.), eu pensaria, pelo menos, que nossos ancestrais tiveram razão para ter questionado o chamado de alguns que estavam então

sobre eles. Mas eu ajudarei você em poucas palavras a discernir o malabarismo desses enganadores, mostrando a verdade sobre o modo da concessão de Cristo de Sua comissão aos ministros que são verdadeiramente chamados, e a desnecessidade da prova de uma sucessão ininterrupta de ordenação regular para sua recepção de seus pastores e suas ministrações.

A comissão ministerial está contida e transmitida pela lei de Cristo, que é a carta da igreja, e todo verdadeiro bispo ou pastor tem seu poder de Cristo, e não de forma alguma da transmissão eficiente de qualquer homem mortal: assim como os reis têm seu poder não do homem, mas de Deus mesmo; mas com esta diferença, que na igreja Cristo determinou imediatamente a espécie dos ofícios da igreja, mas no governo civil, apenas o gênero (absolutamente e imediatamente). Você não pode ter uma ilustração mais clara do que considerando como prefeitos, e oficiais de justiça, e condestáveis são feitos anualmente nas corporações: o rei, por sua carta, diz que todos os anos, em determinado tempo, os homens livres ou burgueses devem se reunir e escolher um para ser seu prefeito, e o despenseiro ou secretário da cidade deve lhe dar seu juramento, e assim ou assado ele será investido em seu lugar, e este será seu poder e trabalho, e nenhum outro. Assim, o rei, por sua lei, ordena que condestáveis e zeladores da igreja sejam escolhidos em cada paróquia. Ora, que duas questões sejam aqui decididas: 1. Quem é que dá a esses oficiais seu poder? 2. Se uma sucessão ininterrupta de tais oficiais através de todas as gerações desde a promulgação daquela lei é necessária para a validade da autoridade do oficial atual? À primeira: É certo que é o rei, por sua lei ou carta, que dá aos oficiais

seu poder; e que as corporações e paróquias não lhes dão por elegê-los ou investi-los; sim, embora o rei tenha feito tal eleição e investidura para ser, em certo sentido, seu instrumento na transmissão dele, é apenas como a abertura da porta para deixá-los entrar, *sine qua non* [sem a qual não]; mas isso não faz dos instrumentos, de forma alguma, os doadores do poder, nem foram eles as causas mediadoras de recebimento ou contenção dele. O rei nunca lhes deu o poder que os oficiais recebem, seja para usar ou para dar; mas apenas faz dos eleitores seus instrumentos para determinar a pessoa que receberá o poder imediatamente da lei ou carta; e os investidores ele faz seus instrumentos de solenização da tradição e admissão: o que, se a lei ou carta tornar absolutamente necessário *ad esse officii* [para o ser do ofício], será assim; mas se o tornar necessário apenas *ad melius esse* [para o melhor ser], ou apenas para ordem e admissão regular quando nenhuma necessidade o impedir, a necessidade não será maior. E à segunda questão: É claro que a lei, que é o *fundamentum juris* [fundamento do direito], permanecendo ainda a mesma, se uma paróquia omitir por diversos anos escolher qualquer condestável ou zelador, contudo, na próxima vez em que escolherem de acordo com a lei, a lei o autoriza, não obstante, embora houvesse uma interrupção ou vacância por tanto tempo; e assim nas corporações (a menos que a lei ou carta diga o contrário): assim é no caso presente. 1. É a lei estabelecida de Cristo, que descreve o ofício, determina o grau e tipo de poder, e o concede ou transmite, quando a pessoa é determinada pelos eleitores e ordenadores, embora pela ordenação a entrega e admissão devam ser solenizadas regularmente;

cujas ações são de tanta necessidade quanto aquela lei as fez, e nenhuma mais. 2. E se houvesse uma interrupção ou vacância nunca tão longa, aquele que depois entra licitamente, de modo a não lhe faltar nada que a lei de Cristo tenha tornado necessário para o ser do ofício, recebe seu poder não obstante imediatamente da lei de Cristo. E o próprio Belarmino diz que não é necessário ao povo, e para a validade dos sacramentos e ofícios para eles, saber que seus pastores sejam verdadeiramente chamados ou ordenados: e se não é necessário para a validade dos sacramentos, não é necessário para a validade da ordenação. E W. Johnson confessa-me que a consagração não é absolutamente necessária *ad esse officii* para o próprio papa: não, nem qualquer um tipo de eleitores em sua eleição. E em sua *Repl. Term. Expl.*, p. 45, ele diz: Nem a jurisdição papal nem episcopal (como todos os doutos sabem) depende de ordenação episcopal ou papal: nem houve interrupções de sucessões na jurisdição episcopal em qualquer sé, apenas por falta disso, que é necessário para consagrar outros validamente, e não para jurisdição sobre eles. Você vê então quão pouca sinceridade há nas disputas desses homens, quando querem persuadir você a rejeitar seus pastores lícitos como não sendo verdadeiros ministros de Cristo, por falta de sua ordenação ou sucessão.

Direção 4. Embora os sacramentos e outros ofícios ministeriais sejam válidos quando um ministro é qualificado (em suas habilidades e chamado) com o que é essencial ao ofício, embora seja defeituoso em grau de partes e fidelidade, e tenha faltas pessoais que provam sua própria destruição; ainda assim, tão grande é a diferença entre um ministro santo, celestial, instruído,

criterioso, experiente, habilidoso, zeloso, trabalhador e fiel, e um ignorante, ímpio, ocioso e sem habilidade, e tão altamente deveria todo homem sábio valorizar os melhores meios e vantagens para sua felicidade eterna, que ele deveria usar todos os meios lícitos em seu poder para desfrutar e viver sob tal ministério hábil, piedoso e poderoso, embora se desfaça de sua riqueza e prazer mundanos para alcançá-lo. Sei que nenhum mal deve ser feito para a obtenção das maiores ajudas; (pois não podemos esperar que Deus abençoe um curso pecaminoso, ou que nosso pecado deva tender à salvação de nossas almas;) e sei que Deus pode abençoar os meios mais fracos, quando são tais que Ele nos ordena usar; e pode nos ensinar por anjos quando Ele nos nega a ajuda dos homens: mas a Escritura, a razão e a experiência nos dizem que, ordinariamente, Ele trabalha moralmente por meios e ajusta os meios à obra que Ele fará por eles: e como Ele não costuma iluminar os homens por um torrão ou pedra, mas por uma vela, nem por um poste podre ou vaga-lume tanto quanto por uma tocha ou luminar; assim Ele não costuma trabalhar tanto por uma pessoa ignorante, bêbada e ociosa, que despreza o Deus, o céu, o Cristo, o Espírito, a graça, a palavra sagrada que prega, e vilipendia tanto a sua própria quanto a alma de outros homens, quanto Ele faz por um ministro hábil e compassivo. E a alma é de tanto mais valor do que o corpo, e as coisas eternas do que as temporais, que um pouco de comodidade para a alma, a fim de assegurar nossa salvação, deve ser preferida antes de uma grande quantidade de riquezas mundanas: aquele que sabe o que sua alma, seu Salvador e o céu valem, não se sentará facilmente contente sob tal ministro escuro, monótono e

faminto, de quem ele sente que pode tirar pouco proveito, se melhor puder ser tido em termos lícitos. Aquele que não sente diferença entre o ministério desses dois tipos de homens, é porque é um estranho à obra do evangelho na alma: e "se o evangelho (em sua verdade, ou valor, ou uso) está escondido, está escondido aos que se perdem, tendo o deus deste mundo cegado suas mentes". Não deve ser uma coisa pequena que deva satisfazer um cristão sério para lançar sua alma sobre qualquer desvantagem prejudicial ou perigosa. Embora Daniel e seus companheiros possam viver bem de leguminosas, sim, e Ezequiel de pão assado com esterco, quando Deus quer que seja assim, contudo nenhum homem sábio escolherá tal dieta: especialmente se suas doenças exigirem a dieta mais exata, ou sua fraqueza a mais restauradora, e tudo for pouco demais; o que, infelizmente, é o caso comum. Contudo, esta cautela você deve aqui tomar consigo: 1. Que não pretenda seu próprio benefício para a perda ou dano comum de outros. 2. E que considere tanto onde pode fazer mais bem, quanto onde pode obter mais; pois o caminho de maior serviço é o caminho de maior ganho.

Direção 5. Entenda que tipo e medida de crença é essa que você deve aos seus professores, para que sua incredulidade não impeça sua fé em Cristo, nem sua credulidade excessiva o traia para a heresia, nem o torne servo dos homens, contrariamente a Mt 23:8-10; Ef 4:13; 2 Co 1:24; At 20:30. Vemos de um lado quantas almas pobres são enganadas em cisma e erros perigosos, por abandonar seus professores e recusar sua ajuda necessária, e tudo sob este pretexto: que não devem fazer dos homens os senhores de sua fé, nem depositar sua fé

cegamente no ministro, nem aceitar sua religião por confiança. E do outro lado vemos entre os papistas, e em toda seita, que trabalho lamentável é feito por uma credulidade excessiva e crença implícita em guias ambiciosos, mundanos, facciosos, orgulhosos e errôneos. Para que você possa escapar de ambos esses extremos, você deve observar a verdade destas conclusões seguintes, que mostram a você o que é que seus professores têm a revelar a você, e em que ordem, e até que ponto os diversos pontos são, ou não são, para serem aceitos por suas palavras.

E primeiro, como preparativo, pressupõe-se: (1.) Que você se encontre ignorante, e alguém que precisa de um professor; pois se você pensa que já sabe tudo o que precisa saber, você é como uma garrafa cheia que não conterá mais nada. (2.) Pressupõe-se que você tome o homem de quem aprende como mais sábio do que você mesmo, e apto para ensiná-lo; seja porque a fama ou relatórios de outros homens lhe disseram isso (como a mulher, Jo 4, atraiu os samaritanos a Cristo), ou porque sua própria profissão de habilidade o faz pensar assim (como você ouvirá aquele que professa ser capaz de ensiná-lo qualquer arte ou ciência); ou então porque seu ouvir agora o discurso dele o convence da sabedoria dele; por um desses meios você é levado a pensar que ele é alguém de quem você pode aprender, e é apto para você ouvir (de modo que aqui não há necessidade de que primeiro você o tome como infalível, ou que saiba qual é a verdadeira igreja, como dizem os papistas). Estas são pressupostas.

Conhecer a si mesmo.

As doutrinas que ele deve ensinar-lhe são estas, e neste método devem ser ensinadas: 1. Ele ensinará a você o conhecimento natural de si mesmo; que, sendo homem, você é um agente racional e livre, feito por outro para Sua vontade e uso, e por Ele a ser governado em ordem ao seu fim último, sendo totalmente d'Ele e à disposição d'Ele.

Conhecer a Deus e a santidade.

2. Ele ensinará a você, em seguida, que há um Deus que o fez, e o que Ele é, e em que relação Ele está com você, e você com Ele, como seu Criador, seu Dono, seu Governante, seu Benfeitor e seu Fim: e que dever você Lhe deve nessas relações, para submeter-se a Ele, e resignar-se a Ele como sendo d'Ele, para ser obediente a todas as Suas leis, e amá-Lo e deleitar-se n'Ele; e isto de todo o seu coração, alma e força; até mesmo para servi-Lo com todos os poderes de sua alma e corpo, e com seus bens e todas as Suas bênçãos.

Conhecer a vida por vir.

3. Ele ensinará a você, em seguida, que este Deus fez suas almas imortais, e que há uma vida depois desta onde a felicidade ou miséria eterna será sua parte, e onde as grandes recompensas e punições são executadas pelo Juiz de todo o mundo conforme os homens se comportaram nesta vida presente. Que seu fim e felicidade não é aqui, mas na vida por vir, e que esta vida é o caminho e tempo de preparação, no qual a felicidade eterna é ganha ou perdida.

Até aqui ele não precisa de prova sobrenatural do que diz; mas pode provar tudo isso a você pela luz da natureza: e essas coisas você não deve receber primariamente dele

como um testemunhador por mera crença nele; mas como um professor, aprendendo dele as evidências pelas quais você pode, gradualmente, vir a conhecer essas coisas você mesmo.

Contudo, pressupõe-se que, durante tudo isso, você lhe dê tanto crédito quanto a diferença entre o conhecimento dele e o seu requer, na medida em que lhe parece; como você ouvirá um médico, um advogado, um filósofo ou qualquer homem com reverência, enquanto ele discorre sobre os assuntos de sua própria profissão; como confessando que o julgamento dele é melhor do que o seu, e, portanto, suspeitando mais de suas próprias apreensões do que das dele. Não que a verdade possa compeli-lo a discerni-la, embora você deva vir sem tal reverência ou respeito a ele; mas então você se lança a uma grande desvantagem irracionalmente; e esta crença humana nele é apenas um meio para o seu aprendizado, e assim para o conhecimento da matéria; de modo que você não pare e descanse na autoridade ou credibilidade dele, mas apenas a use em ordem à sua descoberta daquela evidência em que você descansa, a qual, como professor, ele lhe dá a conhecer.

Essas coisas, sendo assim reveladas até aqui pela luz natural, são (usualmente) a princípio apreendidas pela razão natural, não de modo a colocar ou provar a alma em um estado de graça salvadora; mas de modo a despertá-la para fazer uma investigação ulterior; e assim, quando a alma chega a ver as mesmas verdades pela graça sobrenatural na revelação sobrenatural das Sagradas Escrituras, então elas se tornam mais eficazes e salvadoras, as quais antes eram conhecidas

preparatoriamente; e assim as mesmas verdades são então tanto objetos de conhecimento quanto de fé.

Conhecer que Cristo, a fé, o arrependimento e a obediência são o caminho para isso.

4. Tendo-o familiarizado com o fim e a felicidade últimos do homem na vida por vir, a próxima coisa a ser ensinada a você pelos ministros de Cristo é que Cristo como nosso Salvador, e a fé, e o arrependimento, e a obediência sincera a serem realizados por nós através de Sua graça, são o caminho para o céu, ou os meios pelos quais devemos alcançar este fim. Embora o conhecimento da sabedoria, piedade e credibilidade do pregador remova alguns impedimentos que tornariam o recebimento disso mais difícil para você, contudo você não deve aceitá-lo apenas pela palavra dele, como um ponto de fé humana; mas você deve pedir a prova dele, para que possa ver razões melhores do que suas afirmações para o acolhimento disso.

Conhecer que isto é verdade porque Deus o revelou; ou é a Sua palavra.

5. A prova que ele lhe dará está nestas duas proposições: 1. As revelações de Deus são todas verdadeiras. 2. Esta é uma das revelações de Deus: este é um argumento: Tudo o que Deus diz é verdade: mas isto Deus diz; portanto, isto é verdade. A primeira proposição você não deve aceitar pela confiança na palavra dele, mas aprender dele como um professor para conhecê-la em sua evidência própria; pois é o objeto formal da sua fé: a veracidade de Deus é primeiro conhecida por você, pela mesma evidência e meios pelos quais você sabe que há um Deus;

e então é pela força disto que você crê nas verdades particulares que são o objeto material da fé. E a segunda proposição, que Deus revelou isto, deve ser, ordenadamente, primeiro provada, e assim recebida por sua evidência própria; e não aceita meramente pela palavra do seu professor: contudo, se você crê nele por uma fé humana como um homem que provavelmente sabe o que diz, e isto em ordem a uma fé divina, isso não impedirá, mas ajudará sua fé divina e salvação; e não é, de fato, mais do que seu dever.

Aqui note: 1. Que, primariamente, estes dois grandes princípios da fé, "Deus é verdadeiro" e "esta é a revelação de Deus", não são eles mesmos *credenda* [coisas a crer], os objetos materiais da fé divina, mas do conhecimento. 2. Que, contudo, o resultado de ambos é *de fide* [de fé], matéria de fé. 3. E os mesmos princípios são secundariamente *de fide*, como é o fato de que há um Deus. Pois, embora sejam primeiro conhecidos por evidência natural, quando a Escritura nos é aberta, achá-los-emos revelados ali; e assim a mesma coisa pode ser o objeto tanto do conhecimento quanto da fé. 4. E a fé em si é uma espécie de conhecimento; pois embora a fé humana tenha aquela incerteza em suas premissas (na maior parte) que nos proíbe dizer (propriamente): "Sei que isto é verdade, porque tal homem disse isso"; contudo a fé divina tem aquela certeza que pode torná-la uma excelente espécie de conhecimento; como provei copiosamente em outro lugar. Ao acreditar no homem, argumentamos assim: "Tudo o que um homem tão sábio e honesto diz é credível, isto é, mais provável de ser verdade: mas isto ele diz; portanto, etc.". Mas ao acreditar em Deus, argumentamos assim: "Tudo o que

Deus diz é credível, isto é, como verdade infalível: mas isto Deus diz; portanto, etc.". De modo que a palavra "credível" não significa a mesma coisa nos dois argumentos; nem a fé divina e a fé humana são a mesma coisa.

Conhecer que o evangelho é Sua palavra.

6. A próxima coisa que o pregador tem a ensinar-lhe é a prova da referida proposição menor (pois a maior foi provada na prova de uma Deidade); e é assim: O evangelho que Cristo e Seus apóstolos pregaram primeiro, e que agora é entregue nas Sagradas Escrituras, é a palavra, ou revelação infalível, de Deus: mas esta doutrina, que Cristo, com a fé, e o arrependimento, e a obediência de nossa parte, são o caminho para a vida eterna, é o evangelho que Cristo e Seus apóstolos pregaram primeiro, etc.; portanto, é a palavra de Deus. Para a menor, você não precisa aceitar a palavra do seu professor, se você pode ler; pois você pode vê-la na Bíblia (do que falaremos mais adiante): mas a maior é aquela de que todos os homens desejam estar assegurados, que o evangelho é a palavra de Deus. E quanto a isso, embora uma crença em seu professor seja uma ajuda e um bom preparatório, contudo você não deve parar aí, mas usá-lo como um professor para lhe mostrar a verdade disso nas provas: ou então você deve aceitar qualquer coisa pela palavra de Deus, que seu professor afirmar ser tal. E a prova que ele lhe dará deve ser alguma atestação divina que possa ser mostrada àqueles que queremos convencer.

A atestação divina do evangelho.

7. A atestação divina, que ele deve mostrar-lhe em seguida, tem muitas partes, para que possa ser completa e satisfatória: 1. O testemunho antecedente de Deus. 2. Seu testemunho inerente ou impresso. 3. Seu testemunho aderente e concomitante. 4. Seu testemunho subsequente. 1. O testemunho antecedente de Deus pelo qual Ele atestou o evangelho é a série de promessas, profecias, tipos e o ministério preparatório de João, que todos previram Cristo e foram cumpridos n'Ele. 2. O testemunho impresso de Deus é aquela imagem e inscrição de Deus (em Sua sabedoria governante, santidade e amor) que está inimitavelmente gravada no evangelho; como uma imagem sobre um selo, que é assim feita o instrumento para imprimir o mesmo em outras coisas. Assim, como o sol, o evangelho brilha e prova a si mesmo pela sua própria luz. 3. A atestação concomitante de Deus é a de multidões de milagres certos e incontrolados, feitos por Cristo e Seus apóstolos, que provaram a mão aprovadora de Deus, e obrigam todas as criaturas racionais a crer em um testemunho tão confirmado a elas. Entre estes, a própria ressurreição e ascensão de Cristo, e os dons de Seus apóstolos, são os principais. 4. A atestação subsequente de Deus é o poder e a eficácia do evangelho, em chamar e santificar para Cristo um povo peculiar, zeloso de boas obras, e dirigindo-os e confirmando-os contra todas as tentações e tormentos até o fim; produzindo aquela mesma imagem de Deus nas almas de Seus eleitos, que é (mais perfeitamente) gravada no próprio mundo; fazendo tais mudanças, e reunindo tal povo para Deus, como nenhuma outra doutrina jamais fez. E todas estas quatro atestações são apenas uma, mesmo o Espírito Santo, que

se tornou a grande testemunha de Cristo e Seu evangelho no mundo: viz. 1. O Espírito de profecia é a atestação antecedente. 2. A santa imagem que o Espírito imprimiu no próprio evangelho é a evidência inerente. 3. Os milagres do Espírito são a atestação ou evidência concomitante. 4. E a obra santificadora do Espírito é a atestação subsequente, renovada e acompanhando-o até o fim do mundo. De modo que o argumento corre assim: Aquela doutrina que tem este testemunho do Espírito Santo, antecedentemente em tais profecias, inerentemente carregando Sua imagem tão inimitavelmente, acompanhada por tantos milagres certos e incontrolados, e seguida e atendida com tal sucesso inigualável na santificação do corpo de Cristo, é plenamente atestada por Deus como sendo Sua própria: mas tal é a doutrina do evangelho; portanto, etc. A maior você não deve aceitar por confiança dos seus professores, embora sua estima pelo julgamento deles possa melhor dispô-lo a aprender; mas você deve discernir as evidências da verdade que nela é aparente. Pois aquele que nega isso deve, pela força do argumento, ser levado a negar: 1. Ou que Deus é o Governador do mundo; ou que Ele é o supremo, mas dizer que Ele é controlado por outro. 2. Ou que Ele é bom e verdadeiro; e deve afirmar que Ele ou governa o mundo por meros enganos e mentiras indiscerníveis, ou que Ele entregou o poder a alguém que assim o governa: tudo o que é apenas afirmar que não há Deus (o que se supõe ter sido provado antes).

Conhecer as matérias de fato subservientes à nossa fé.

8. Resta agora nada a ser ensinado a você, para provar a verdade do evangelho, senão apenas aquelas matérias de

fato que estão contidas e supostas na menor dos dois últimos argumentos: e são estes pontos: 1. Que existiram tais pessoas como Cristo e Seus apóstolos, e tal evangelho pregado por eles. 2. Que tais milagres foram feitos por eles, como são supostos. 3. Que tanto a doutrina quanto os milagres foram cometidos à escrita por eles, nas Escrituras, para a preservação mais certa deles para o uso da igreja [Nota: 112. Ver Dr. Hammond sobre a confiabilidade dos escritos apostólicos]. 4. Que igrejas foram plantadas, e almas convertidas e confirmadas por eles nas primeiras eras, muitas das quais selaram isso com seu sangue. 5. Que houve uma sucessão de tais igrejas que aderiram a este Cristo e evangelho. 6. Que isto que chamamos de Bíblia é aquele mesmo livro contendo aqueles escritos sagrados mencionados anteriormente. 7. Que ele tem sido sempre copiado e preservado sem tal depravação ou corrupção como pudesse frustrar seus fins. 8. Que as cópias são tais das quais as temos traduzidas, e que mostramos. 9. Que são tão verdadeiramente traduzidas a ponto de não terem tais corrupções ou erros, como para frustrar seus fins, ou torná-los inaptos para a obra para a qual foram designados. 10. Que estas palavras particulares estão de fato aqui escritas que lemos; e estas doutrinas particulares contendo os essenciais do cristianismo, juntamente com o restante dos objetos materiais da fé.

Todos esses dez pontos são matérias de fato que são meramente subservientes aos princípios constitutivos de nossa fé, mas ainda assim muito necessários de serem conhecidos. Ora, a questão é: Como estas devem ser conhecidas e recebidas por nós de modo a não invalidar nossa fé? e até que ponto nossos professores devem ser

aqui acreditados? E primeiro é muito útil para nós indagar: Como tantas dessas matérias de fato que então existiam eram conhecidas pelos primeiros cristãos? Como sabiam eles naqueles dias que existiram tais pessoas como Cristo e Seus apóstolos? que eles pregaram tais doutrinas, e falaram tais línguas, e fizeram tais obras, e que escreveram tais livros, e enviaram tais epístolas às igrejas, e que igrejas foram por isso convertidas e confirmadas, e que mártires selaram isso com seu sangue, etc.? É fácil dizer como eles estavam certos de tudo isso; mesmo por seus próprios olhos, e ouvidos, e observação sensível, como sabemos que há ingleses que vivem na Inglaterra; e aqueles que estavam mais remotos de algumas das matérias de fato, sabiam-nas por tal relato daqueles que as viram, como aqueles entre nós que nunca viram o rei, ou a corte, ou a restauração dele, sabem que tal coisa houve, e tal pessoa existe. Assim eles sabiam então.

De onde noto: 1. Que naqueles dias não era necessário para o ser da verdadeira fé que qualquer testemunho sobrenatural do Espírito, ou qualquer outro tipo de prova, senão seus próprios sentidos e razão, os familiarizasse com aquelas matérias de fato das quais eles eram testemunhas oculares. 2. Que relato ou história credível era então o meio para qualquer um que não viu uma matéria de fato saber tanto quanto aqueles que a viram. 3. Que, portanto, este é agora o caminho também de produzir fé. Algumas coisas temos ainda visão e sentido; como que tais Bíblias e tais igrejas são existentes; que tais efeitos santos esta doutrina tem sobre a alma (o que vemos nos outros pelos frutos, e depois

sentimos em nós mesmos): o resto devemos conhecer pela história, tradição ou relato.

E na recepção dessas passagens históricas note ainda: 1. Que a crença humana é aqui um meio naturalmente necessário para nos familiarizar com a matéria de nossa crença divina. 2. Que existem vários graus desta crença, e alguns precisam muito mais dela do que outros, de acordo com os vários graus de sua ignorância como aquele que não pode ler, deve saber por crença humana (em grande parte) que o pregador lê verdadeiramente, ou que tais palavras estão de fato no evangelho como ele diz que estão lá; mas uma pessoa alfabetizada pode saber isso por sua visão, e não aceitá-lo por confiança. Assim, aquele que não entende hebraico e grego, deve aceitar por confiança que a Escritura é verdadeiramente traduzida; mas outro que entende essas línguas, pode vê-lo com seus olhos. 3. Sendo a história o meio próprio para conhecer matérias de fato que são feitas em tempos passados, e fora de nossa visão, a mesma indústria que é necessária para um conhecimento profundo com outra história, é necessária para o mesmo conhecimento com esta. 4. Que o começo comum de receber todas essas verdades históricas é primeiro acreditando em nossos professores até onde convém aos aprendizes, e, nesse meio tempo, continuando a aprender até chegarmos a saber tanto quanto eles, e sobre a mesma evidência histórica que eles. 5. Que se algum homem for aqui necessitado a aceitar mais do que outros pela confiança ou crença de seus professores, é por causa de sua ignorância: e, portanto, se tais gritam contra seu aceitar coisas por confiança, é como o desvario de um louco contra aqueles que o ordenariam; ou como se alguém devesse reprovar uma

enfermeira por alimentar infantes, e não deixá-los alimentar-se a si mesmos. *Oportet discentem credere*. Aquele que não acreditar em seu professor nunca aprenderá. Se uma criança não acreditar em seu mestre que lhe diz quais são as letras, as vogais e consoantes, e qual é o poder delas, e o que elas soletram, e o que cada palavra significa na língua que ele está ensinando, ela será alguma vez melhor pelo ensino dele? 6. Que aquele que conhece essas matérias históricas de outra forma não senão pela crença de seu professor particular, pode, não obstante, ter uma fé divina e salvadora; pois embora creia por uma fé humana que essas coisas foram feitas, que este é o mesmo livro, etc., contudo ele crê no próprio evangelho (assim trazido ao seu conhecimento) porque Deus é verdadeiro que o atestou. Mesmo como foi uma fé salvadora em Maria e Marta, que souberam por seus olhos e ouvidos, e não apenas por crença, que Lázaro foi ressuscitado, e que Cristo pregou assim e assado para elas; mas creram que a doutrina d'Ele era verdadeira, por causa da veracidade de Deus que a atestou. 7. Que é a grande sabedoria e misericórdia de Deus para com Seu povo fraco e ignorante, prover-lhes professores para familiarizá-los com essas coisas, e conceder-lhes tal ajuda para sua salvação, como tornar um ofício permanente em Sua igreja até o fim do mundo, para que os infantes e ignorantes não fossem rejeitados, mas tivessem pais, e enfermeiras, e professores para cuidar deles. 8. Mas observe especialmente que esses infantes têm, contudo, muita desvantagem em comparação com outros, que conhecem todas essas matérias de fato pela mesma evidência convincente que seus professores; e que aquele que segue para aprendê-lo como deve, pode vir a provar

essas matérias de fato subservientes, por uma tal concorrência de evidências que monta a uma infalibilidade ou certeza moral, além da mera fé humana como tal: como, p. ex., uma pessoa analfabeta que a tem apenas de outros, pode estar certa de que é de fato uma Bíblia que é ordinariamente lida e pregada para ele; e que é tão verdadeiramente traduzida a ponto de ser uma regra suficiente de fé e vida, não tendo nenhum erro que deva arriscar a salvação de um homem; porque a Bíblia nas línguas originais é tão comumente encontrada, e tantos entre nós a entendem, e há entre eles uma tal contrariedade de juízos e interesses, que não é possível que muitos não detectariam tal mentira pública, se alguém agisse falsamente em um caso tão importante e evidente. Há uma certeza moral (igual a uma natural) que algumas ações não serão feitas por países inteiros, as quais cada pessoa individual tem poder e liberdade natural para fazer: como, p. ex., não há homem no reino que não possa possivelmente matar a si mesmo, ou jejuar amanhã, ou ficar na cama muitos dias seguidos; e contudo é certo que todo o povo na Inglaterra não fará nada disso: assim, é possível que qualquer pessoa individual minta mesmo em um caso público palpável, como pretender que isto é uma Bíblia quando é algum outro livro, ou que este é o mesmo livro que foi recebido dos apóstolos pelas igrejas daquela era, quando não é ele, etc.; mas para todo o país, e todo o mundo que são testemunhas competentes, concordar em fazer isso, é uma mera impossibilidade, refiro-me a tal coisa que não pode ser feita sem um milagre, sim, um milagre universal. E mais do que isso, é impossível que Deus devesse fazer um milagre para realizar tal maldade e

engano universais; enquanto é possível que causas naturais por um milagre possam ser desviadas do curso, onde não há nada na natureza de Deus contra isso (como que o sol devesse parar, etc.). Temos uma certeza de que houve um Júlio César, um Guilherme, o Conquistador, um Aristóteles, um Cícero, um Agostinho, um Crisóstomo, e que as leis e estatutos do reino foram realmente promulgados pelos reis e parlamentos cujos nomes carregam; porque os interesses naturais e civis de tantos milhares que são capazes de detectá-lo nunca poderiam ser reconciliados aqui a um engano. Quando juízes e conselheiros, reis e nobres, e demandantes e réus, inimigos declarados, estão todos de acordo nisso, é mais certo para uma pessoa individual do que se ela tivesse visto a passagem deles com seus olhos. Assim em nosso caso, quando um ofício foi estabelecido na igreja, para ler e pregar este evangelho nas assembleias; e quando todas as congregações o tomaram como a carta de sua salvação, e a regra de sua fé e vida; e quando esses pastores e igrejas estavam dispersos por todo o mundo cristão, que assim adoravam a Deus de dia em dia; e todas as seitas e inimigos estavam prontos para ter detectado uma falsificação ou engano; é aqui tão impossível para tal tipo de história, ou tradição, ou testemunho ser falso, em tais pontos materiais de fato, quanto para os sentidos de um homem enganá-lo, e muito mais.

Assim, mostrei-lhe de uma vez a verdadeira ordem da pregação, e provas, e recebimento das várias matérias da religião, e como e em que nossa fé deve ser resolvida; e até que ponto seus professores devem ser acreditados. E aqui você deve observar especialmente duas coisas: 1. Que não pode haver perigo nesta resolução da fé, de

derrogar ou da obra do Espírito Santo, ou da autoevidência das Escrituras, ou de qualquer outra causa qualquer; porque não atribuímos nada à história ou tradição que não tenha sido atribuído a qualquer dessas causas pelos primeiros cristãos; mas apenas colocamos nosso recebimento por tradição, em vez de seu recebimento imediatamente por sentido: nosso recebimento por história infalível é apenas no lugar do recebimento deles por visão; e não no lugar da autoevidência da Escritura, ou qualquer testemunho ou ensino do Espírito. O método é exatamente estabelecido, Hb 2:3, 4: "Como escaparemos nós, se não atentarmos para uma tão grande salvação, a qual, começando a ser anunciada pelo Senhor, foi-nos confirmada pelos que a ouviram; testificando também Deus com eles, por sinais, e milagres, e várias maravilhas e dons do Espírito Santo, distribuídos por sua vontade?". Aqui está a soma do que estive dizendo.

1. Observe também a grande diferença entre nós e os papistas nesta controvérsia do uso da tradição na resolução de nossa fé. 1. Eles decidem a questão principal em grosso pela tradição, viz. Se a Escritura é a palavra de Deus? Mas nós apenas decidimos as questões sobre história ou matérias de fato por ela, que são subservientes à outra. 2. A tradição que a maioria deles pleiteia não é nada além do julgamento autoritativo dos pastores sucessivos da igreja em um concílio geral confirmado pelo papa; e, como outra facção entre eles diz, a recepção de toda a igreja, tanto laigos quanto clero; e esta igreja deve ser apenas a facção romana. Mas a tradição que pleiteamos é o testemunho concorrente de amigos e inimigos,

ortodoxos e hereges; e de todas as igrejas em todo o mundo, tanto gregas quanto latinas, etíopes, armênias, protestantes, etc. E este testemunho pleiteamos, não meramente como um testemunho humano, muito menos como tal que é credível principalmente pelo mero poder (real ou pretendido) dos testemunhadores; mas como tal que, por uma concorrência de testemunhos e circunstâncias, tem (além da autoridade dos professores) as evidências de certeza moral infalível, na própria história; como temos dos estatutos do reino.

Direção 6. Entenda que tipo e medida de obediência é essa que você deve aos seus pastores lícitos, para que você não se prove cismático e indisciplinado, nem tenha parte em estabelecer ídolos e usurpações na igreja. Isto você pode aprender com a descrição anterior do trabalho do pastor. O tipo de sua obediência é comensurável ao tipo do ofício e trabalho dele. Você não deve obedecer aos seus pastores como magistrados civis que portam a espada; nem como médicos, para dizer-lhe o que deve fazer para sua saúde; nem como artífices, para comandá-lo como arar, e semear, e negociar, etc. (exceto na moralidade disso); mas é como seus professores e guias em assuntos de salvação que você deve obedecê-los. E isto não como profetas ou legisladores para a igreja; mas como oficiais estabelecidos de Cristo, para abrir e aplicar as leis que Ele deu, e determinar tais circunstâncias que são subservientes a isso. Não como aqueles que têm domínio sobre sua fé, ou podem pregar outro evangelho, ou contradizer qualquer verdade de Deus, que pela Escritura ou natureza Ele revelou, ou pode dispensar qualquer dever que Ele ordenou; mas como aqueles que têm todo o

seu poder de Deus, e para Deus e sua salvação, e o bem das almas de outros homens; para edificação apenas, e não para destruição: casos particulares aqui omito propositalmente.

Direção 7. Certifique-se de olhar para eles como os oficiais de Cristo em tudo o que fazem como tais; e não veja apenas suas pessoas naturais, mas suas pessoas eclesiásticas, para que através deles você possa ter de lidar com Deus. Especialmente na pregação, e na administração dos sacramentos, e no ligar dos impenitentes, e no absolver dos penitentes, e no confortar das almas tristes e humilhadas. Toda a santidade, e vida, e poder de seu convívio espiritual com eles consiste em seu ver e conviver com Deus neles, e usá-los como Seus mensageiros ou oficiais, que entregam Sua mensagem e fazem Sua obra, e não a deles. Se você os desobedece na obra d'Ele, é a Deus que você desobedece; e se eles lhe ensinam Sua palavra, ou lhe entregam Cristo e Seus benefícios nos sacramentos, é o próprio Cristo que o faz por eles como Seus instrumentos, na medida em que o fazem de acordo com Sua comissão e Sua vontade. Este observar Cristo no ensino deles possuí-lo-á de devida reverência e cuidado, e fará com que você o faça como uma obra santa; e ver Cristo neles, entregando e selando Seu pacto para você, aumentará muito sua alegria; quando o homem como homem é apenas uma sombra.

Direção 8. Faça uso da ajuda deles em particular, e não apenas em público: como o uso de um médico não é apenas ler uma palestra de medicina aos seus pacientes, mas estar pronto para dirigir cada pessoa de acordo com seu caso particular (havendo tal variedade de

temperaturas, doenças e acidentes, que em casos perigosos a direção dos criteriosos é necessária na aplicação); assim aqui, não é o menor do trabalho pastoral supervisionar os indivíduos, e dar-lhes pessoalmente tal conselho particular conforme seu caso requer. Nunca espere que todos os seus livros, ou sermões, ou orações, ou meditações sirvam ao seu propósito sem o conselho de seus pastores, em casos maiores; pois isso seria apenas inventar como provar que os oficiais de Deus são desnecessários à Sua igreja. Se você for um pecador ignorante ou não convertido, vá ao ministro e pergunte-lhe o que deve fazer para ser salvo; e resolva seguir seu conselho sensato. Se você estiver em dúvida sobre qualquer ponto de peso da fé ou piedade, ou assaltado perigosamente por qualquer adversário, ou precisar de seu conselho para sua paz estabelecida, sua certeza de perdão e salvação, e sua preparação para a morte; vá pedir conselho a seus pastores, e receba a ajuda deles com prontidão e gratidão: ou se você vive onde não há ninguém que seja capaz e disposto assim a ajudá-lo, remova-se para aqueles que são tais, se licitamente você puder.

Direção 9. Assista seus pastores na obra de Deus, pelos deveres de seus lugares que tendem a isso: trabalhe pela sua conferência santa e séria, para instruir os ignorantes, e convencer os descrentes, e converter os ímpios, e fortalecer os fracos, com quem você tem oportunidade adequada para tal trabalho. Trabalhe pelos seus santos exemplos, pelo amor, e concórdia, e mansidão, e sobriedade, e desprezo pelo mundo, e uma vida celestial, para "brilhar como luzes no meio de uma geração perversa e corrompida". Pregue todos vocês, pelos

exemplos de suas vidas irrepreensíveis, humildes e santas. Oh, quão abundantemente este curso promoveria o sucesso da pregação pública do evangelho! Se você fizesse com que esses homens vissem a glória e o poder do evangelho em suas vidas santas e celestiais, que não podem vê-lo em si mesmo: então muitos que não seriam ganhos pela palavra, poderiam ser ganhos sem ela (para buscá-la pelo menos) pelas suas conversações. Assim todos devem pregar e ser ajudantes dos ministros de Cristo.

Direção 10. Não abandone seus pastores fiéis para seguir enganadores; mas adira àqueles que gastam e são gastos por você; defenda a inocência deles contra falsos acusadores; e não lhes recuse tal sustento como é necessário para a entrega inteira de si mesmos àquela santa obra à qual são devotados. Leia e estude bem Ef 4:13-15; At 20:30. É por sua causa que seus pastores fiéis são escolhidos no mundo para suportar as calúnias e contradições dos ímpios; e para liderar o caminho na prova de fogo. Se eles abandonassem você, e aquela verdade e dever sagrados que são necessários para sua salvação, e o vendessem nas mãos de homens cruéis e enganosos, seria tão fácil para eles ter o aplauso dos homens, e a prosperidade do mundo, como outros: é ingratidão pérfida abandoná-los na prova, que devem perder suas vidas e todo o mundo, antes que abandonar você ou trair suas almas; ou negar-lhes comida e vestimenta que deixaram de lado os ganhos empregos do mundo, para que possam atender continuamente ao serviço de suas almas.

CAPÍTULO 7
DIREÇÕES PARA A DESCOBERTA DA VERDADE ENTRE CONTENDEDORES E PARA EVITAR A HERESIA E O ENGANO

Embora a verdade seja naturalmente o objeto do entendimento do homem, para o qual ele possui certa inclinação, e embora seja algo deleitável conhecer a verdade; contudo, aquela que é salvadora encontra tanta oposição na carne e no mundo que, embora seja aplaudida de modo geral, é resistida e rejeitada nos casos particulares. E, no entanto, enquanto o uso da verdade sagrada é odiado e obstinadamente rejeitado, o nome e a profissão estéril dela tornam-se motivo de glória para os hipócritas e ocasião para reprovar os dissidentes como heréticos. Assim, o mundo se enche de perseguições sangrentas e de inimizades e divisões desumanas e implacáveis por um zelo maravilhoso pelo nome da verdade, mesmo por parte daqueles homens que preferem arriscar-se à condenação a obedecer à verdade pela qual tanto lutam. Multidões de homens atormentaram ou assassinaram outros como heréticos, os quais, eles mesmos, serão atormentados no inferno por não serem cristãos. Portanto, cabe-nos agir com muita sabedoria e cautela neste assunto.

Direção 1. Acautelai-vos para que não haja nenhum interesse carnal ou concupiscência que vos torne indispostos a receber a verdade, ou que vos incline ao erro, para que este sirva a esse interesse ou concupiscência. Não é pequeno o número de homens que são estranhos ou inimigos da verdade, não porque não

possam alcançar o conhecimento dela, mas porque não desejam que ela seja a verdade. E homens de grande erudição e talentos naturais são frequentemente assim enganados e levados ao erro por um coração mau, carnal e tendencioso; seja porque esse erro é a opinião popular, necessária para manter sua reputação perante o povo e evitar o descrédito; seja porque é o caminho dos homens no poder, necessário para sua promoção e grandeza no mundo; ou porque a verdade é contrária às suas concupiscências e prazeres carnais, ou contrária à sua honra e interesse mundano, e colocaria em risco sua reputação ou suas vidas. Quão relutante é o homem sensual e ímpio em crer que "sem a santificação ninguém verá o Senhor" [Hb 12:14], e que "se alguém está em Cristo, nova criatura é", e que "se alguém não tem o Espírito de Cristo, esse tal não é dele", e que "se viverdes segundo a carne, morrereis!" [Rm 8:9,13]. Quão relutante é o ministro ambicioso em crer que o caminho do serviço de Cristo não consiste em pompa mundana, facilidade ou prazeres; mas em tomar a cruz e seguir a Cristo em abnegação, e em ser o servo de todos, na execução incansável de uma supervisão cuidadosa e exortações compassivas a todo o rebanho! Se surgir uma controvérsia sobre qualquer um desses pontos, a mente dos homens preguiçosos e ambiciosos imediatamente se alinha com a parte que satisfaz suas concupiscências carnais e os desobriga daquele caminho penoso do dever que eles já odeiam. As concupiscências e os vícios secretos de um coração falso e hipócrita são os argumentos mais comuns e poderosos para o erro; e tais homens alegram-se de que homens proeminentes ou eruditos deem tanto alívio às suas consciências e abrigo

às suas reputações, a ponto de apoiar, ou pelo menos tornar objeto de controvérsia, aquilo que suas concupiscências desejam que seja verdade. Acima de tudo, portanto, cuidai para não virdes inquirir sobre a verdade com um coração não santificado e com concupiscências não mortificadas, as quais servem de viés para as vossas mentes e vos desviam da verdade que buscais; pois se a mente carnal não é nem pode ser sujeita à lei de Deus, podereis facilmente perceber que ela será relutante em crer nela, pois, ao fazê-lo, creria em sua própria condenação. Um coração honesto e santificado é o mais apto para acolher a verdade.

Direção 2. Buscai a verdade pelo amor à verdade, e amai-a especialmente pelo seu uso específico, à medida que ela molda o coração e a vida à imagem e à vontade de Deus; e não pelo prazer fantasioso de conhecer, muito menos para fins carnais e mundanos. Nenhum meio é utilizado como meio se o fim não for primeiramente determinado. E fazer materialmente a mesma coisa para outro fim não é, de fato, fazer a mesma coisa; pois, por meio disso, ela se transforma em algo diferente. O vosso médico irá até vós se o buscardes como médico; mas não se o chamardes para consertar os vossos sapatos. Assim, se buscais o conhecimento para os verdadeiros fins do conhecimento, para encher os vossos corações com o amor de Deus e guiar as vossas vidas em santidade e justiça, Deus Se compromete a ajudar-vos na busca. Mas, se o buscais apenas para agradar ao vosso orgulho ou fantasia, não é de admirar que não o encontreis; e pouco importa se o encontrais ou não, dado o pouco bem que ele vos fará. Cada verdade de Deus é designada para ser Seu instrumento para realizar alguma obra santa em vosso

coração: que o amor à santidade seja o que vos faça buscar a verdade, e então podereis esperar que Deus seja o vosso mestre.

Direção 3. Buscai a verdade sem dar demasiada ou pouca importância ao julgamento de outrem; nem os desprezeis, nem sejais cativos deles. Usai o auxílio dos sábios; mas não entregueis absolutamente a vossa razão a ninguém. Não vos comprometais com um partido de modo a adotar seus erros ou a crer implicitamente em tudo o que dizem; pois isso gera em vós um desejo secreto de agradar ao vosso partido, envolve-vos em seu interesse divisor e vos faz trair a verdade para serdes considerados ortodoxos por aqueles a quem valorizais.

Direção 4. Acautelai-vos contra o orgulho, que vos fará apegar-vos idolatricamente às vossas próprias concepções e vos levará a desprezar as razões mais ponderáveis trazidas por outros para a vossa convicção. E se uma vez adotardes um erro, ele engajará todo o vosso intelecto, zelo e diligência para mantê-lo; ele vos tornará sem caridade e furiosos contra todos os que cruzarem o vosso caminho; e assim vos tornará ou perseguidores (se estiverdes em posição superior) ou líderes de seitas, ou divisores de igrejas, e turbulentos e censores, se estiverdes em posição inferior. Há muita razão no conselho de Paulo para a escolha de um bispo em 1 Tm 3:6: "Não neófito, para que, envaidecendo-se, não caia na condenação do diabo". Não é maior surpresa ver um homem orgulhoso equivocado e, na confiança do seu próprio entendimento, enfurecer-se contra todos os que lhe dizem que está enganado, do que ouvir um homem

ébrio gabar-se de sua inteligência, para o aumento de sua própria vergonha.

Direção 5. Acautelai-vos contra a preguiça e a impaciência na busca da verdade, e não penseis em encontrá-la em casos difíceis sem estudos árduos e pacientes, e sem a maturidade de entendimento que vos capacite para tanto; e suspeitai de todas as opiniões que são filhas da ociosidade e do comodismo, qualquer que seja a iluminação divina que pretendam (exceto se as aceitardes de outros por confiança [de modo preguiçoso] que as alcançaram mediante estudos diligentes). Pois Deus, que chamou os homens ao trabalho, costuma conceder Sua bênção aos laboriosos. E Aquele que disse por Seu Espírito, em 1 Tm 4:15: "Medita estas coisas, ocupa-te nelas, para que o teu aproveitamento seja manifesto a todos", faz com que progridam aqueles homens que buscam a verdade por este caminho laborioso de Sua designação; e Aquele que disse: "O desejo do preguiçoso o mata", não costuma abençoar o preguiçoso com Seus ensinamentos. Aquele que lhe dirá no julgamento: "Servo mau e preguiçoso", não encorajará a preguiça que condena. "Filho meu, se aceitares as minhas palavras e esconderes contigo os meus mandamentos, para fazeres o teu ouvido atento à sabedoria e inclinares o teu coração ao entendimento; sim, se clamares por conhecimento e por entendimento levantares a tua voz; se buscares a sabedoria como a prata e a procurares como a tesouros escondidos, então entenderás o temor do Senhor e acharás o conhecimento de Deus. Porque o Senhor dá a sabedoria" (Pv 2:1-6). Notai aqui a quem Deus dá sabedoria: todos os piedosos são ensinados por Deus; mas observai aqui como Ele os

ensina. Não enquanto eles escarnecem dos estudos e das universidades, esperando que seu conhecimento não lhes custe nada, ou que o Espírito substitua os estudos sérios, ou que seus entendimentos discirnam o que é verdadeiro ou falso à primeira vista; mas enquanto não consideram nenhuma dor ou paciência excessiva para aprender a verdade na escola de Cristo.

Direção 6. Mantende a paixão fora de vossas disputas e na condução de todas as vossas controvérsias na religião. Pois, embora a paixão seja útil tanto antes da resolução da vontade quanto subsequentemente para a execução eficaz de suas resoluções, ela é comumente uma grande sedutora do entendimento e, de forma estranha, cega e perverte o julgamento; de modo que o homem apaixonado raramente está tão distante da verdade como quando está mais confiante de que a está defendendo. Quando a paixão deixa de ferver e o coração se acalma, deixando o julgamento realizar seu trabalho sem clamor ou perturbação, é surpreendente ver como as coisas parecerão ter uma tendência e razão inteiramente diferentes daquelas que, em vossa paixão, estimáveis.

Direção 7. Mantende viva a percepção do mal e do perigo de ambos os extremos; e não estejais tão inteiramente focados em evitar um extremo a ponto de não temerdes o outro. As mentes estreitas de homens inexperientes dificilmente são levadas a olhar para ambos os lados e a serem devidamente sensíveis ao perigo de ambos os extremos; em vez disso, enquanto estão ocupadas apenas em odiar e opor-se a um tipo de erro, esquecem-se daqueles que estão do outro lado. E, geralmente, o pecado ou erro que não observamos é mais

perigoso para nós do que aquele que observamos (se o vento da tentação soprar naquela direção).

Direção 8. Quando detectardes algum erro ou corrupção antiga, investigai sua origem; e vede se a reforma não consiste antes em uma restituição do estado primitivo do que na extirpação do todo. Mesmo no próprio papado existem muitos erros e maus costumes que são apenas a corrupção de alguma verdade de grande peso e a degeneração de algum dever designado por Deus; e reconduzir tudo, nesses casos, à verdade primitiva é o caminho de uma reforma sábia e verdadeira; e não lançar fora o que é de Deus porque caiu na lama da depravação humana. Mas, nos casos em que tudo é mau, então tudo deve ser rejeitado.

Direção 9. Não alegueis a verdade e a ortodoxia contra o amor e a paz cristã; e segui a verdade de tal modo que não percais o amor e a paz por causa dela; "no que depender de vós, tende paz com todos os homens" (Rm 12:18). A caridade é o fim da verdade (1 Co 13), e é um uso insensato dos meios empregá-los contra o fim. Assegurai-vos da sinceridade de vossa caridade e apegai-vos fortemente a ela; e então nenhum erro que defenderdes vos será destrutivo. Mas se sabeis mais do que os outros e usais o vosso conhecimento para o enfraquecimento do vosso amor, sereis apenas (como nossos primeiros pais) enganados e destruídos pelo desejo de um conhecimento carnal e ineficaz. Tal "conhecimento envaidece, mas o amor edifica" (1 Co 8:1). Contender pela verdade com a perda do amor em vós mesmos e com a destruição dele entre os outros é apenas sufocar-vos com um alimento excelente, imitando aquele médico ortodoxo e católico

que se gloriava de ter matado seus pacientes *secundum artem* [segundo a arte], pelas regras e métodos mais precisos e excelentes da arte pelos quais os homens poderiam morrer.

Direção 10. Não alegueis nenhuma verdade contra o poder e a prática da piedade. Pois este também é o seu fim próprio; se não for a verdade que é segundo a piedade, não é uma verdade digna de nossa busca ou contenda. E se for contrária à piedade em si mesma, não é verdade de modo algum; portanto, se for usada contra a piedade, é usada de forma contrária aos fins da verdade. Aqueles homens que suprimem ou impedem os meios de conhecimento, santidade, concórdia e edificação, sob o pretexto de assegurar, defender ou propagar a fé ortodoxa, descobrirão um dia que Deus lhes dará tão poucos agradecimentos por seu zelo cego e absurdo pela verdade quanto um pai compassivo daria a um médico que matasse seus filhos porque eles rejeitaram ou cuspiram seus remédios. Geralmente, é uma defesa deplorável da verdade aquela que é feita pelos inimigos da piedade.

Direções Mais Diretas E Particulares Contra O Erro

Direção 1. Começai pelas verdades maiores, mais evidentes, certas e necessárias, e prossegui ordenadamente para o conhecimento das menores com o auxílio daquelas: assim como subis pelo tronco da árvore até os ramos. Se começardes por aquelas verdades que brotam de verdades comuns maiores, e não conhecerdes

as premissas enquanto pleiteais pela conclusão, abusareis da vossa razão e perdereis tanto a verdade quanto o vosso trabalho; pois não há outro caminho para os ramos senão subindo pelo tronco. Os princípios bem estabelecidos devem ser o vosso auxílio para todo o vosso conhecimento subsequente.

Direção 2. As duas primeiras coisas que deveis aprender são: o que o homem é e o que Deus é. A natureza e a relação das duas partes é a primeira coisa a ser conhecida para o conhecimento da própria aliança e de todas as transações seguintes entre Deus e o homem. Um único erro aqui introduzirá uma abundância deles. De mil outros pontos de filosofia natural podeis ignorar com segurança; mas se não souberdes o que é o homem, o que é a razão, o que é o livre-arbítrio natural e quais são as faculdades sensitivas inferiores quanto ao seu uso, estareis expostos a inúmeros erros. Na natureza do homem, deveis ver o fundamento de suas relações com Deus; e se não conhecerdes essas grandes relações, cujos deveres devem ocupar toda a nossa vida, podereis facilmente prever as consequências de tal ignorância ou erro. Do mesmo modo, se não souberdes o que Deus é e quais são as Suas relações conosco, tanto quanto seja necessário para vivermos nos deveres dessas relações, as consequências de vossa ignorância serão tristes. Se homens instruídos forem pervertidos em suas apreensões de algum atributo de Deus (como aqueles que pensam que Sua bondade nada mais é do que Sua benignidade ou propensão para fazer o bem, ou que Ele é um agente necessário, fazendo o bem *ad ultimum posse* [até o limite de Sua capacidade], etc.), que abundância de consequências horríveis e ímpias se seguirá!

Direção 3. Tendo compreendido solidamente tanto estes quanto outros princípios da religião, testai todas as verdades subsequentes por eles e não recebais nada como verdade que seja certamente inconsistente com qualquer um desses princípios. Mesmo os princípios que não são do âmbito dos sentidos podem ser disputados até que sejam bem recebidos, e com aqueles que não os receberam; mas, depois disso, não devem ser postos em dúvida; do contrário, nunca prosseguireis nem construireis mais alto se permanecerdes questionando todas as vossas bases. Na verdade, nenhuma verdade é inconsistente com qualquer outra verdade; no entanto, quando dois pontos obscuros ou duvidosos são comparados entre si, é difícil saber qual deles rejeitar. Mas aqui é fácil: nada que contradiga a verdadeira natureza de Deus ou do homem, ou qualquer princípio, deve ser defendido.

Direção 4. Não creiais em nada que contradiga certamente o fim de toda a religião. Se tiver uma tendência natural ou necessária para a impiedade, contra o amor de Deus ou contra uma mente e conduta santas e celestiais, não pode ser a verdade, independentemente do que pretenda.

Direção 5. Certificai-vos de distinguir bem entre as coisas reveladas e as não reveladas; e, antes de disputardes qualquer questão, investigai primeiro se a solução está revelada ou não; e se não estiver, deixai-a de lado; e considerai como parte de vossa submissão necessária serdes ignorantes daquilo que Deus quer que ignoreis, assim como faz parte de vossa obediência esforçar-vos por saber o que Deus quer que saibais. E

quando algumas coisas não reveladas estiverem misturadas na controvérsia, retirai-as e deixai-as de lado antes de prosseguir, e vede que a solução do restante não dependa delas, nem se entrelace com elas, para não enredar o todo em incerteza ou confusão. Assim Deus instruiu a Jó, convencendo-o de sua ignorância e mostrando-lhe quantas coisas estavam além de seu conhecimento. Assim Cristo instruiu a Nicodemos sobre a obra da regeneração, fazendo-o saber que, embora a necessidade dela deva ser conhecida, o modo de atuação do Espírito na alma não pode ser conhecido (Jo 3:7-8). E Paulo, em seu discurso sobre a eleição, toma nota das profundezas insondáveis e da incapacidade da criatura para disputar com Deus (Rm 9). Quando encontrardes quaisquer disputas sobre predeterminação ou predestinação resolvidas em pontos como estes: Se Deus determina ou especifica os atos morais do homem por um influxo físico, pré-motor, ou por concurso, ou por operação moral *ut finis* [como fim]? Se um decreto positivo *quoad actum* [quanto ao ato] é necessário para a negação de efeitos (como que fulano não receberá a graça, ou não será convertido ou salvo; que todos os milhões de pessoas, nomes e coisas possíveis não existirão no futuro)? Qual entendimento, vontade ou poder estão formalmente em Deus? Como Ele conhece os contingentes futuros? Com uma centena de outras questões semelhantes; então lembrai-vos de fazer uso desta regra e dizei com Moisés em Dt 29:29: "As coisas encobertas pertencem ao Senhor, nosso Deus, porém as reveladas nos pertencem, a nós e a nossos filhos, para sempre, para que cumpramos todas as palavras desta lei". Há muitas descobertas raras e profundas de que muito se

gloriam os mestres de várias seitas, das quais podeis conhecer a sentença do Espírito Santo por aquele exemplo em Cl 2 :18: "Ninguém se faça árbitro contra vós, afetando humildade ou culto de anjos, firmando-se em coisas que não viu, enfatuado sem motivo pela sua mente carnal". Retirai-vos reverentemente das coisas que não foram reveladas e não as disputeis.

Direção 6. Sede um cuidadoso e preciso (embora não vaidoso) sutilizador de distinções; e não permitais que a ambiguidade e a confusão vos enganem. Suspeitai de cada palavra em vossa questão, anatomizai-a e entrai em acordo sobre o sentido de todos os vossos termos comuns antes de disputardes com qualquer adversário. Não é apenas em muitas palavras, mas em uma única palavra ou sílaba que tanta ambiguidade e confusão podem estar contidas, a ponto de tornar uma longa disputa em uma vã e ridícula altercação. Não é algo ridículo ouvir homens disputarem por muitas horas sobre o *cur credis* [por que crês] e em que a fé deve ser resolvida, para ao final compreenderem que, por *cur* [por que], um deles fala do *principium* [princípio] ou *causa veritatis* [causa da verdade], e o outro do *principium patefactionis* [princípio da revelação] ou da *evidentia veritatis* [evidência da verdade], ou de alguma outra causa? E quando um fala da resolução de sua fé como sendo no objeto formal, e outro no testemunho ou meio subserviente, ou nas provas de atestação divina, ou em muitas outras causas? Ou ouvir homens disputarem se Cristo morreu por todos, quando por "por" um homem quer dizer "para benefício de todos" e outro quer dizer "no lugar de todos", ou "pelos pecados de todos como a causa propiciatória, etc."? No entanto, há apenas uma

sílaba para conter esta confusão! Que coisa tediosa é ler longas disputas entre muitos papistas e protestantes sobre a justificação, enquanto por justificação um quer dizer uma coisa e o outro quer dizer algo totalmente diferente! Aquele que não consegue forçar cada palavra a fazer uma confissão clara de sua significação própria, para que a coisa pretendida possa ser verdadeiramente discernida na palavra, enganará a si mesmo e aos outros com uma disputa verbal e insignificante.

Direção 7. Portanto, sede especialmente suspeitos das metáforas; pois todas elas não passam de ambiguidades até que uma explicação determine o sentido. É algo desagradável ouvir alguns disputarem sobre uma palavra metafórica não explicada, quando nenhum deles elucidou o sentido e quando existem palavras próprias em número suficiente.

Direção 8. Tomai especial nota de que tipo de seres trata a vossa investigação ou disputa, e fazei com que os vossos termos sejam adaptados e interpretados de acordo com a espécie de seres sobre os quais disputais. Como, se estiverdes investigando a natureza de qualquer graça, como a fé, o arrependimento, a obediência, etc., lembrai-vos de que ela se situa *in genere moris* [no gênero moral], como um ato moral; e, portanto, os termos não devem ser entendidos como se disputásseis sobre meros atos físicos, que são considerados apenas *in genere entis* [no gênero do ser]. Pois aquele objeto que deve essencializar um ato moral contém muitas partículas físicas, que comporão muitos atos físicos. Se tomardes tal homem por vosso rei, vosso comandante, vosso senhor, vosso médico, etc., se perante o tribunal, quando questionados por infidelidade,

disputásseis sobre a palavra "tomar", se é um ato da fantasia, do sentido, do intelecto, ou da vontade, etc., não seríeis justamente ridicularizados? Do mesmo modo, quando perguntais que ato é a fé ou o arrependimento, os quais contêm muitos atos físicos particulares. Quando disputais sobre teologia, política, direito, guerra, etc., não deveis usar os mesmos termos no mesmo sentido que usaríeis ao disputar sobre física ou metafísica.

Direção 9. Certificai-vos de que, em todas as vossas disputas, mantendes sempre distinguida diante de vossos olhos a ordem do ser (*order of being*) e a ordem do conhecer (*order of knowing*); para que as questões *de esse* [do ser], que jazem indeterminadas em vosso caminho, não frustrem toda a vossa disputa sobre a questão *de cognoscere* [do conhecer]. Como na questão de saber se um homem deve fazer tal ou tal coisa quando pensa que é um mandamento de Deus; ou até que ponto a consciência deve ser obedecida? Deve primeiro ser determinado *de esse* [do ser], se de fato a coisa é ordenada ou lícita, ou não, antes que o caso possa ser resolvido quanto à obrigação que se segue à minha apreensão. Pois, o que quer que a minha consciência ou opinião diga a respeito, a coisa ou é lícita ou não é: se for lícita, ou um dever, o caso logo se decide; mas se não for lícita, o erro da minha consciência não altera a lei de Deus, nem a tornará lícita para mim. Sou obrigado primeiro a saber e depois a fazer o que Deus revela e ordena; e a isso estarei obrigado, o que quer que eu imagine em contrário, devendo abandonar o erro que se opõe a isso.

Direção 10. Certificai-vos de, ao entrardes pela primeira vez em uma investigação ou disputa, descobrir bem quanto da controvérsia é verbal (*de nomine* [sobre o nome]) e quanto é material (*de re* [sobre a coisa]); e não permitais que o vosso adversário prossiga sob a falsa suposição de que a controvérsia é *de re*, quando na verdade é apenas *de nomine*. A diferença entre nomes e coisas é tão ampla que se poderia pensar que nenhum homem razoável as confundiria; no entanto, tão descuidados são os disputantes comuns neste ponto, que é comum fazer um grande alvoroço sobre uma controvérsia antes de discernirem se ela é *de nomine* ou *de re*. Muitas disputas calorosas e longas tenho ouvido que foram conduzidas como se tratassem do cerne de alguma causa material (como sobre o poder do homem para fazer o bem, ou sobre a suficiência da graça, ou sobre a justificação, etc.), quando todo o embate entre os disputantes era apenas ou principalmente *de nomine*, e nenhum deles parecia notar isso. Certificai-vos, assim que examinardes os termos de vossa questão, de analisar isso minuciosamente e de disputar as controvérsias verbais apenas como verbais, e não como reais e materiais. Já temos divergências reais em número suficiente; não precisamos fazê-las parecer maiores por uma forma tão cega ou descuidada de disputar.

Direção 11. Não permitais que uma mente divagadora no estudo, nem um debatedor prolixo nas disputas, interrompam o vosso procedimento ordenado e vos desviem do vosso argumento antes de o conduzirdes ao seu desfecho natural. Mas sofistas enganadores e tagarelas fúteis serão violentos para iniciar outro assunto e estragar a busca do ponto em questão; contudo,

mantende-os firmes no ponto, ou considerai-os indignos de disputa e deixai-as ir (exceto onde a fraqueza dos ouvintes exigir que os sigais em suas buscas desordenadas). Vós apenas perdeis tempo em tais estudos ou disputas divagadoras.

Direção 12. Sede cautelosos em admitir falsas suposições, ou pelo menos em admitir qualquer inferência que delas dependa. Em alguns casos, pode-se fazer a suposição de algo falso sem que isso tenda a inferir a verdade daquilo; contudo, nada deve ser construído sobre essa falsidade como se ela sugerisse uma verdade. Falsas suposições astuta e secretamente introduzidas nos argumentos são instrumentos muito comuns de engano.

Direção 13. Não alegueis incertezas contra certezas; mas fazei dos pontos certos a medida pela qual testais os incertos. Não reduzi as coisas provadas e seguras àquelas que são duvidosas e justamente controversas; mas reduzi os pontos disputáveis àqueles que estão além de qualquer dúvida.

Direção 14. Não alegueis os textos mais obscuros da Escritura contra aqueles que são mais claros e evidentes, nem poucos textos contra muitos que são igualmente claros; pois aquilo que é interpretado contra as expressões mais claras e frequentes da mesma Escritura está certamente mal interpretado.

Direção 15. Não tomeis profecias obscuras por preceitos. A obscuridade já é suficiente para tornar-vos cautelosos sobre como vos aventurais na prática daquilo que não compreendeis; mas se não houvesse obscuridade, ainda

assim as profecias não são garantia para que as cumprir; não, mesmo que sejam para o bem da igreja. As predições apenas vos dizem *de eventu* [sobre o evento] o que virá a acontecer, mas não vos autorizam a fazê-lo acontecer. As profecias de Deus são frequentemente cumpridas pelos homens mais ímpios e pelos meios mais perversos, como pelos judeus ao matarem a Cristo, por Faraó ao recusar deixar Israel ir, e por Jeú ao punir a casa de Acabe. Contudo, muitas pessoas presunçosas pensam que podem extrair do Apocalipse ou das profecias de Daniel aquilo que justificará crimes terríveis, enquanto usam meios ímpios para cumprir as profecias de Deus.

Direção 16. Sede muito cautelosos em quais casos tomais a prática ou o exemplo dos homens em lugar de preceito nas Sagradas Escrituras. Em um caso, a prática ou o exemplo nos é obrigatório como preceito; a saber, quando Deus dá aos homens a comissão de estabelecer a forma ou a ordem de Sua igreja e culto (como fez a Moisés e aos apóstolos) e lhes promete o Seu Espírito para conduzi-los a toda a verdade nas matérias em que os emprega: aqui Deus Se compromete a guardá-los de falhar; pois, se falhassem, Sua obra seria malfeita, Sua igreja seria mal constituída e estruturada, e Seus servos seriam inevitavelmente enganados. Os apóstolos foram autorizados a constituir oficiais e ordens eclesiásticas para continuidade; e a Escritura, que em grande parte está escrita historicamente, nos informa o que fizeram (bem como o que disseram e escreveram) na edificação da igreja, em obediência à sua comissão (pelo menos declarando ao mundo o que Cristo havia primeiramente designado). E assim, se a prática deles não nos fosse obrigatória, suas palavras também poderiam ser evitadas

sob os mesmos pretextos. E sob este fundamento (pelo menos) o dia do Senhor é facilmente provado ser de designação e obrigação divina. Apenas devemos cuidar para distinguir atentamente entre as palavras e as práticas dos apóstolos que se deram sob uma ocasião (e obrigação) particular e temporária daquelas que se deram sob um fundamento universal ou permanente.

Direção 17. Sede muito cautelosos sobre quais conclusões extraís de quaisquer meras obras da Providência. Pois a exposição ousada e cega destas tem conduzido uma multidão a pecados terríveis: nenhuma providência substitui a lei para nós; mas às vezes, e frequentemente, a Providência altera a matéria do nosso dever e, assim, ocasiona a mudança de nossas obrigações (como quando o marido morre, a esposa fica desobrigada, etc.). Mas os homens de inclinações mundanas superestimam tanto as coisas do mundo que, a partir delas, atrevem-se a medir o amor e o ódio de Deus, e as causas que Ele aprova ou desaprova no mundo. E a sabedoria de Deus parece, de propósito, causar mutações tão maravilhosas e inesperadas nos assuntos humanos que envergonhará os princípios ou os espíritos desses homens, e manifestará sua leviandade e mutabilidade para sua própria confusão. Num ano eles dizem: "Esta é certamente a causa de Deus, senão Ele nunca a ampararia como faz"; no ano seguinte dizem: "Se esta fosse a causa de Deus, Ele nunca a teria desamparado tanto"; tal como os bárbaros julgaram de Paulo quando a víbora se prendeu à sua mão. E assim, Deus é julgado por eles como apoiando ou desamparando por Sua prosperidade ou aflição, mais do que por Sua palavra.

Direção 18. Em controvérsias que dependem muito da sinceridade ou da experiência de homens piedosos, acautelai-vos para não buscardes a singularidade, apartando-vos do senso comum dos piedosos. Pois as operações do Espírito de Deus são melhor julgadas pelo teor comum delas do que por algum caso (real ou suposto) que seja extraordinário.

Direção 19. Em controvérsias que dependem principalmente do testemunho da antiguidade, não vos afasteis do julgamento dos antigos. Aqueles que estiveram ao alcance da visão dos dias dos apóstolos podiam discernir melhor o que eles fizeram e em que condição deixaram as igrejas do que nós podemos fazer. Apelar aos antigos em toda e qualquer causa, mesmo naquelas em que os cristãos posteriores os superam, nada mais é do que ser tolo em reverência à sabedoria de nossos antepassados. Mas em pontos de história, ou em qualquer coisa em que tiveram vantagem sobre a sua posteridade, o testemunho deles é preferível.

Direção 20. Em controvérsias que dependem da experiência de cristãos individuais ou da igreja, considerai mais o julgamento dos mais experientes e preferi o julgamento das eras posteriores da igreja ao julgamento de eras menos experientes (exceto a era apostólica, que contou com o auxílio maior do Espírito). Um cristão ou teólogo antigo e experiente deve ser mais considerado em muitos pontos que exigem experiência do que muitos dos mais jovens, que são contudo mais zelosos e de entendimento e expressão mais rápidos do que os mais velhos. Assim, aqueles a quem chamamos de pais ou antigos estavam, na verdade, nas eras mais jovens

da igreja, e nós, que nascemos nesta era posterior e mais experiente, temos todos os auxílios da sabedoria e da experiência das eras que nos precederam; e, portanto, Deus exigirá de nossas mãos uma prestação de contas desses maiores talentos que recebemos! Assim como seria inescusável hoje para um médico que dispõe de tão volumosas instituições, observações e experimentos de eras passadas saber apenas o mesmo que naqueles tempos antigos que não dispunham de tais auxílios, igualmente inescusável seria para esta presente era da igreja não ser mais sábia do que as eras passadas. Quando Aquino, Escoto, Ariminense e outros escolásticos entregaram a doutrina do cristianismo à igreja sob uma roupagem tão diferente de Inácio, Ireneu, Tertuliano, Cipriano ou de qualquer uma daquelas eras anteriores, eles certamente pensavam ter alcançado uma excelência e precisão muito maiores no conhecimento da teologia do que seus antepassados haviam alcançado; e o que quer que jurem no juramento de Trento, de não expor nenhuma Escritura de modo diferente daquele que os pais fazem, não duvido que Suárez, Vázquez e outros de seus escolásticos modernos pensassem o mesmo, e relutassem em ser considerados sábios apenas na medida daqueles antigos. As eras posteriores e mais amadurecidas da igreja tiveram abundante experiência, por exemplo, das consequências da ambição e das aspirações e usurpações papais; dos malefícios de compor e impor os missais papais e numerosas cerimônias, de sua fé implícita e da ocultação das Escrituras ao vulgo, além de muitos outros pontos; e se não formos de modo algum mais sábios por toda essa experiência, seremos ainda mais inescusáveis e poderemos ser julgados como

negligentes em relação aos maiores recursos que recebemos.

Direção 21. Em controvérsias que dependam principalmente de habilidade nas línguas, filosofia ou outras partes do aprendizado comum, preferi o julgamento de uns poucos que sejam os mais instruídos nessas matérias ao julgamento dos mais antigos, ou dos mais piedosos, ou do maior número de pessoas, inclusive igrejas inteiras que não sejam instruídas. Neste caso, nem o número, nem a antiguidade, nem a piedade serão suficientes: mas, assim como um único olho são enxergará mais longe do que dez mil que sejam quase cegos, do mesmo modo um Jerônimo ou um Orígenes podem julgar melhor sobre uma tradução, ou o sentido gramatical de um texto, do que cem dos outros pais poderiam. Um único homem que compreenda uma língua é mais apto para julgar sobre ela do que uma nação inteira que não a compreenda. Um filósofo é mais apto para julgar sobre uma questão filosófica do que mil pessoas analfabetas. Cada homem deve ser mais considerado nas matérias com as quais está mais familiarizado.

Direção 22. Em controvérsias de grande dificuldade, nas quais os próprios teólogos divergem e nas quais é necessário um intelecto claro e penetrante, considerai mais o julgamento de uns poucos teólogos agudos, criteriosos e dedicados aos estudos, que sejam bem versados nessas controvérsias, do que o de uma multidão de intelectos embotados e comuns que pensam em vencer pela reputação do seu número [133]. É algo testificado com demasiada certeza pela experiência que os homens

criteriosos são muito poucos, e que a multidão dos que não têm critério — que não possuem inteligência suficiente para compreendê-los, nem humildade suficiente para admiti-lo e aprender com eles — tem, contudo, orgulho e arrogância suficientes para contradizê-los, e frequentemente malícia suficiente para difamá-los. Em tais divergências, não é apenas um sinal de homem sábio contentar-se com a aprovação de poucos, mas também ter poucos que o aprovem (exceto onde os que não têm critério creem implicitamente naqueles poucos que são criteriosos). Comumente, uns poucos que são mais sábios do que a multidão são obrigados a isolar-se e a compadecer-se não apenas do mundo, mas também da igreja, vendo a doença e o remédio fácil, e tudo em vão; enquanto são apenas negligenciados ou desprezados pelo restante, que não quer tornar-se mais sábio por meio deles.

Direção 23. Em todas as contendas, apegai-vos firmemente àquilo em que todos os lados concordam; há tanta coisa em que concordam, mesmo entre os papistas e os protestantes, que certamente salvaria a todos eles se todos sinceramente cressem, amassem e praticassem; pois todos confessam que toda a Escritura canônica é verdadeira. Portanto, sede mais aplicados em manter sinceramente e aperfeiçoar aquelas verdades comuns que todos professam do que em vos opor às opiniões particulares de qualquer um, além do que a verdade comum exige. Cuidai para que os artigos do credo comum que todos professam sejam sinceramente cridos por vós; e que as petições da Oração do Senhor sejam sincera e fervorosamente elevadas a Deus; e que os dez mandamentos sejam de coração e inteiramente

obedecidos; e então nenhum erro ou divergência vos será condenatório.

Direção 24. Não tomeis nada como necessário para a salvação em matéria de fé, nem como universalmente necessário em matéria de prática, que a igreja universal em cada era desde Cristo não tenha recebido. Pois, se alguma coisa for necessária para a salvação e a igreja não a recebeu em cada era, então a própria igreja daquela era não pôde ser salva; e então a igreja não era de fato igreja, pois Cristo é o Salvador do Seu corpo. Mas certamente Cristo teve em cada era uma igreja de salvos, que professavam abertamente tudo o que era de necessidade comum para a salvação. Uma opinião pode ser verdadeira e acusar a generalidade da igreja de algum erro ou imperfeição; pois é certíssimo que a igreja na terra é composta por ninguém (que tenha o uso da razão) senão por membros errantes e imperfeitos; mas nenhuma opinião pode ser verdadeira se condenar toda a igreja ao inferno em qualquer era; pois o Cabeça e Marido da igreja deve ser o seu Juiz.

Direção 25. Não vos deixeis abater pela censura de ninguém, a ponto de atropelardes o vosso próprio entendimento e a verdade para vos conformardes com eles em seus erros e extremos [134]; mas apegai-vos à verdade e mantende a vossa posição: "Voltem eles para ti, mas não voltes tu para eles" (Jr 15:19). É muito comum que os cristãos mais jovens e menos criteriosos sejam extremamente zelosos por algumas pequenas opiniões, cerimônias e palavras, e censurem todos os que divergem deles com censuras tão amargas (como ímpios, falsos, etc.), que, por causa disso, alguns dos mais criteriosos

abandonam a verdade e a simplicidade do evangelho para se conformarem com esses censores meramente para escapar deles (ou, como dizem alguns, para que possam manter influência sobre eles para lhes fazer o bem): mas tais conformidades carnais, ainda que com os homens mais zelosos, não trarão ao final nada além de arrependimento e vergonha: a verdade, que é o meio para o bem das almas, não deve ser traída como se fosse para o bem das almas.

Direção 26. Não duvideis de verdades bem provadas por causa de cada dificuldade que apareça contra elas. Quase não há verdade no mundo tão clara que, em vossos próprios pensamentos ou nas objeções de um intelecto questionador, não possam ser levantadas dificuldades tais que dificilmente podereis responder: e quase não há nada tão evidente que alguém não conteste. Vedes que mesmo os jesuítas mais instruídos, e todo o clero do reino romano, não hesitam em disputar com o mundo inteiro (se pudessem) para fazê-lo desacreditar em todos os seus sentidos, ao sustentarem que o pão não é pão, e o vinho não é vinho. E no entanto, quantos príncipes, senhores e governantes os seguem, além de muitos milhões de pessoas, porque não são capazes de refutá-los. Se tivessem dito que o homem não é homem, mas um verme (Sl 22:6), poderiam, com igual razão, ter esperado o mesmo crédito.

Direção 27. Não abuseis do vosso próprio conhecimento sujeitando-o ao vosso interesse carnal ou à vossa sensualidade. Aquele que peca contra a sua consciência e não obedece ao conhecimento que possui merece ser entregue à cegueira e ao engano, e perder até mesmo o

que tem, sendo abandonado até que creia e defenda uma mentira: "a fim de que fossem julgados todos os que não creram na verdade, antes, deitaram prazer na injustiça" (2 Ts 2:10-12). Deus não terá por inocente aquele que avilta Sua verdade sagrada a ponto de fazê-la curvar-se à sua conveniência e concupiscência; onde Ele é mestre, Ele quer ser rei, e envia Sua verdade como instrumento do Seu governo, e não como escrava ou cúmplice da carne. Aquele que quiser "fazer a vontade de Deus a conhecerá" (Jo 7:17); mas a mente carnal, que não pode ser sujeita à lei de Deus, é inapta para recebê-la, porque ela se discerne espiritualmente (Rm 8:7; 1 Co 2:14).

CAPÍTULO 8
DIREÇÕES PARA A UNIÃO E COMUNHÃO DOS SANTOS E PARA EVITAR A DISCORDIA E O CISMA

A paz e a concórdia dos crentes é algo que quase todos os que se autodenominam crentes defendem; e, no entanto, é algo que quase todos os homens impedem e resistem enquanto a recomendam [136]. Da discórdia e das divisões dos crentes fala-se contra com tanta frequência quanto, pelos mesmos homens, são comumente fomentadas. Os poucos que são sinceros (tanto governantes quanto homens comuns) desejam a concórdia e odeiam as divisões por amor à santidade, que é promovida por ela, e por amor à igreja, ao bem das

almas, à honra da religião e à glória de Deus; e os poucos que são pessoas experientes, sábias e criteriosas escolhem os meios mais adequados para alcançar esses fins e, prudente e constantemente, os aplicam em conformidade. Mas, sendo estes no mundo como uma colher de água doce lançada ao mar, ou uma colher de água lançada nas chamas de uma casa em chamas, não é de admirar que o mar salgado não seja adocicado por eles, nem o fogo consumidor e furioso seja apagado por eles. Os outros governantes do mundo e das igrejas são a favor da concórdia e contra a divisão porque isso tende a aquietar as pessoas sob sua liderança e a tornar os homens submissos e obedientes às suas vontades, confirmando assim suas dignidades, domínios e interesses [137]. E todos os homens que não são santos, sendo predominantemente egoístas, gostariam de ser eles mesmos o centro dessa união e o vínculo dessa concórdia que desejam: e gostariam que ela se realizasse nos termos e pelos meios que fossem mais agradáveis aos seus princípios e fins; nos quais há quase tantas mentes quanto homens. De modo que, entre todos os que recomendam a unidade e a concórdia, não há nenhum que adote o caminho para alcançá-la, exceto aqueles que centralizam tudo em Deus e a buscam nos Seus termos e no Seu caminho. Os demais estão todos despedaçando a unidade e a paz enquanto as recomendam, e lutam contra elas enquanto as buscam; cada homem buscando-as para si mesmo, nos seus próprios termos e no seu próprio caminho, os quais são tão variados e inconsistentes que o leste e o oeste se encontrarão mais facilmente do que eles.

Contudo, os filhos de Deus devem continuar a ser filhos da paz, e prosseguir em suas orações e esforços pela

unidade, por menores que sejam as esperanças de sucesso: "Se for possível, quanto depender de vós, tende paz com todos os homens" (Rm 12:18). Devem estar tão distantes de ser culpados de quaisquer cismas ou divisões ilícitas da igreja, que devem fazer disso uma grande parte do seu cuidado e trabalho para preservar a unidade e a paz dos cristãos. Nisto, portanto, os direcionarei a seguir.

Direção 1. Compreendei primeiramente em que consiste a unidade dos cristãos e das igrejas: caso contrário, não sabereis como preservá-la nem quando a estareis violando [138]. Diz-se que os cristãos estão unidos a Cristo quando entram em aliança com Ele e se tornam Seus discípulos, Seus súditos e membros do Seu corpo (político). Estão unidos uns aos outros quando estão unidos a Cristo, seu Cabeça comum, e quando possuem aquele Espírito, aquela fé, aquele amor que é comunicado a cada membro vivo do corpo. Esta união não consiste em fazer de muitos um só cristão, mas de muitos cristãos uma só igreja; a qual é considerável tanto no que diz respeito à sua vida interna quanto à sua ordem externa e profissão. No primeiro aspecto, os vínculos da nossa união são: 1. A aliança do coração (ou fé). 2. E o Espírito: o consentimento de Cristo e o nosso concorrendo realizam o enlace ou casamento entre nós; e o Espírito comunicado por Ele a nós é como os nervos ou ligamentos do corpo, ou antes, como os espíritos que passam por todos os membros. A união da igreja considerada visivelmente em sua política externa é a de toda a igreja, ou das igrejas particulares entre si, ou de diversas igrejas particulares acidentalmente unidas. 1. A união do todo é essencial, integral ou acidental. A união essencial é aquela relação de cabeça e membros que

existe entre Cristo e todos os membros visíveis de Sua igreja: o fundamento dela é a aliança mútua entre Cristo e eles, considerada da parte deles como feita externamente, quer sinceramente ou não: isto geralmente se realiza no batismo e é o ato principal de sua profissão de fé. Assim, a aliança batismal nos constitui membros da igreja visível. A união integral e acidental eu omito por ora. 2. Além desta união da igreja universal com Cristo, o Cabeça universal, há em todas as igrejas particulares organizadas uma união subordinada: (1.) Entre o pastor e o rebanho. (2.) Entre o povo de uns para com os outros; a qual consiste nessas suas relações especiais mútuas. 3. E há uma união acidental de muitas igrejas particulares: como quando estão unidas sob um governo civil, ou associadas por seus pastores em um sínodo ou conselho. Estas são as diversas espécies de união da igreja.

Direção 2. Compreendei também em que consiste a comunhão dos cristãos e das igrejas; para que saibais a que deveis apegar-vos. Na igreja universal, a vossa comunhão interna com Cristo consiste na comunicação que Ele faz do Seu Espírito e graça, de Sua palavra e misericórdias a vós; e nos vossos retornos de amor, ações de graças e obediência a Ele; e em vós buscardes a Ele, dependerdes dEle e receberdes dEle. A vossa comunhão interna com a igreja ou os santos consiste no amor mútuo e outros afetos decorrentes, e em orar uns pelos outros e fazer o bem uns aos outros como a vós mesmos, segundo as vossas capacidades e oportunidades. A vossa comunhão externa com Cristo e com a maior parte da igreja no céu e na terra não é visível e local; pois é apenas um pequeno número, comparativamente, que alguma vez vemos; mas consiste na comunicação visível que Cristo

faz de Sua palavra, de Seus oficiais, de Suas ordenanças e misericórdias a vós, e no vosso aprendizado e recepção visível deles, em vossa obediência a Ele e nas expressões do vosso amor e gratidão para com Ele. A vossa comunhão externa com a igreja universal consiste nas orações da igreja por vós e nas vossas orações pela igreja; em manterdes a mesma fé e professardes amar e adorar o mesmo Deus, Salvador e Santificador, nas mesmas ordenanças sagradas, tendo em vista o mesmo fim eterno.

A vossa comunhão externa nas mesmas congregações particulares consiste em vos reunirdes para ouvir a pregação da palavra de Deus, receber o sacramento do corpo e do sangue de Cristo, orar e louvar a Deus, ajudar uns aos outros no conhecimento e na santidade, e caminhar juntos no temor do Senhor.

A vossa comunhão com outras igrejas vizinhas consiste em orar uns pelos outros, aconselhar-se mutuamente e manter as correspondências que se fizerem necessárias para conservar o amor, a paz e a santidade que todos são obrigados a buscar, segundo as vossas capacidades e oportunidades.

Observai aqui que comunhão é uma coisa, e sujeição é outra. Não é a vossa sujeição a outras igrejas que se exige para a vossa comunhão com elas. As igrejas às quais Paulo escreveu em Roma, Corinto, Galácia, Éfeso, Filipos, etc., tinham comunhão entre si segundo as suas capacidades naquela distância; mas não estavam sujeitas umas às outras, senão no sentido em que todos são ordenados a sujeitar-se uns aos outros em humildade (1 Pe 5:5). A igreja de Roma acusa agora todos os cristãos do mundo de se separarem de sua comunhão, a menos que

os aceitem como seus governantes e lhes obedeçam como à igreja soberana: mas Paulo não diz uma única sílaba a nenhuma das igrejas sobre tal coisa como a obediência à igreja de Roma. Aos vossos próprios pastores deveis sujeição regular, bem como comunhão; e aos outros pastores das igrejas de Cristo (fixos ou não fixos) deveis uma sujeição temporária na medida em que fordes chamados a recorrer a eles (como os enfermos fazem com outro médico quando o médico do hospital está ausente): mas uma igreja não é governante de outra, nem de nenhuma das demais, por qualquer designação do Rei da igreja.

Direção 3. Com o auxílio do que já foi dito, deveis a seguir compreender distintamente até onde estais obrigados à união ou comunhão com qualquer outra igreja ou pessoa, e qual distância, separação ou divisão é pecado, e qual não é: para que não vos perturbeis sem motivo com escrúpulos, nem perturbeis a igreja com cismas pecaminosos.

Que unidade há entre todos os cristãos.

1. Deve haver uma união entre todas as igrejas e cristãos nestes pontos particulares. 1. Todos têm um só Deus. 2. E um só Cabeça e Salvador, Jesus Cristo. 3. E um só Santificador, o Espírito Santo. 4. E um só fim supremo e esperança, a própria fruição de Deus no céu. 5. E um só evangelho para lhes ensinar o conhecimento de Cristo e conter a promessa de sua salvação. 6. E um mesmo tipo de fé que é operada por esse meio. 7. E uma só e mesma aliança (da qual o batismo é o selo) na qual estão empenhados com Deus. 8. E os mesmos fundadores instrumentais de

nossa fé, sob Jesus Cristo, os profetas e apóstolos. 9. E todos são membros do mesmo corpo universal. 10. E todos têm a mesma nova natureza e santa disposição, e os mesmos santos afetos em amar a Deus e a santidade, e odiar o pecado. 11. Todos reconhecem, quanto às partes essenciais, a mesma lei de Deus como regra de sua fé e vida, as próprias Sagradas Escrituras canônicas. 12. Cada membro tem amor ao todo e uns aos outros, especialmente aos membros mais excelentes e úteis; e uma inclinação para a santa comunhão mútua. 13. Todos têm propensão para os mesmos santos meios e ocupações, como a oração, o aprendizado da palavra de Deus e o fazer o bem aos outros. Todas essas coisas os verdadeiros membros vivos da igreja possuem em sinceridade, e os demais possuem em profissão.

Que diversidade haverá na igreja.

2. Haverá ainda uma diversidade entre as igrejas e os cristãos particulares nos seguintes pontos, sem qualquer dissolução da unidade descrita anteriormente. 1. Não serão da mesma idade ou maturidade em Cristo; mas alguns serão bebês, outros jovens e outros pais. 2. Não terão os mesmos graus de força, de conhecimento e de santidade: alguns precisarão ser alimentados com leite e ser inexperientes na palavra da justiça. 3. Diferirão na espécie e na medida de seus dons: alguns se destacarão em um tipo, outros em outro, e alguns em nenhum. 4. Diferirão em seu temperamento natural, o que fará com que alguns sejam mais calorosos e outros mais brandos, alguns mais rápidos e outros

mais lentos, alguns de intelectos mais disciplinados e outros mais dispersos e confusos. 5. Diferirão em saúde espiritual e solidez: um será mais ortodoxo e outro mais errôneo; um terá melhor apetite pela palavra saudável do que outros que se inclinam a novidades e contendas vãs; um caminhará de forma mais irrepreensível do que outro; alguns estarão cheios de alegria e paz, e outros cheios de tristeza e angústia. 6. Diferirão muito em utilidade e serviço ao corpo: alguns serão colunas para sustentar os demais, e outros serão pesados e perturbadores da igreja. 7. É a vontade de Cristo que eles difiram em ofício e ocupação: sendo alguns pastores e mestres para os demais. 8. Pode haver muita diferença na maneira de adorarem a Deus; alguns observando dias e diferença de alimentos e bebidas, e formas e outras cerimônias, as quais outros não observam; e várias igrejas podem adotar modos diversos. 9. Essas diferenças podem, pela tentação de Satanás, degenerar em contendas veementes; e não apenas na censura e no desprezo mútuo, mas na rejeição mútua da comunhão de várias igrejas, proibindo uns aos outros de pregar o evangelho, e banindo ou aprisionando uns aos outros, como o próprio Constantino baniu Atanásio, e como Crisóstomo e muitos outros sofreram. 10. Daí se segue que, assim como na igreja visível alguns são membros de Cristo e outros são de fato filhos do diabo, alguns serão salvos e outros serão condenados, e com a mais terrível condenação (sendo a maior diferença no mundo por vir entre os membros visíveis da igreja), igualmente entre os próprios piedosos e sinceros eles não serão todos igualmente amáveis ou felizes, mas

diferirão em glória assim como diferem em graça [141]. Todas essas diferenças existiram, existem e existirão na igreja, não obstante a sua unidade nas outras coisas.

O cisma e as suas diversas espécies.

3. A palavra cisma vem de *schízo*, que significa cortar, dilacerar, e designa qualquer divisão pecaminosa entre os cristãos. Alguns papistas querem que nada seja chamado de cisma exceto o ato de dividir-se a si mesmo da igreja católica: outros sustentam que nada há na Escritura chamado de cisma senão o ato de promover divisões em igrejas particulares. A verdade é (evidente na própria coisa) que existem diversos tipos de cisma ou divisão. 1. Há o ato de causar divisões em uma igreja particular, quando nenhuma das partes se divide dessa igreja, muito menos da universal. Assim Paulo censura as divisões que havia entre os coríntios, enquanto um dizia: "Eu sou de Paulo", e outro: "Eu de Apolo", etc. (1 Co 3:3). E em 1 Co 11:18: "Ouço que há divisões entre vós"; não que tivessem se separado da comunhão uns dos outros, mas mantinham uma comunhão desordenada. De tais divisões ele os dissuade veementemente (1 Co 1:10). E assim ele persuade os romanos (16:17) a que "notem os que promovem dissensões e escândalos contra a doutrina que aprendestes; afastai-vos deles"; os quais, portanto, parece que não eram tais que tivessem abandonado a igreja primeiro. Aquele que causa divergências de julgamento e prática, e contendas na igreja, causa divisões, embora ninguém se separe da igreja.

2. E se isto é uma falta, deve ser uma falta ainda maior causar divisões para fora de uma igreja particular, bem como dentro dela, o que um homem pode fazer sem ele mesmo separar-se dela: como se ele persuadir outros a se separarem, ou se semear o joio do erro que causa isso, ou se sem motivo excomungar ou lançar outros fora.

3. E então deve ser um pecado igualmente grande fazer uma separação sem motivo da igreja em que se está, o que constitui outro tipo de cisma. Se não deveis dividir na igreja, nem dividir outros da igreja, então não deveis vós mesmos separar-se sem motivo da comunhão comum dela.

4. E é um cisma ainda maior quando vos dividis não apenas de uma única igreja, mas de muitas, porque concordam em opinião com aquela única (o que é o caminho comum dos divisores).

5. E é um cisma ainda maior quando igrejas inteiras se separam umas das outras e renunciam à comunhão devida mútua sem justa causa: como os gregos, latinos e protestantes em sua distância atual, devendo alguns deles (quem quer que seja) ser considerados culpados.

6. E ainda é um cisma maior do que este quando as igrejas não apenas se separam umas das outras sem motivo, mas também declaram que as outras não são igrejas, e se esforçam por amputar umas às outras da igreja universal, negando que sejam verdadeiras igrejas de Cristo. É um cisma mais grave afastar-se de uma verdadeira igreja sob a alegação de que não é igreja do que sob a alegação de que é uma igreja

corrupta; isto é, cortar uma igreja de Cristo e da igreja católica do que abster-se da comunhão com ela como sendo uma igreja escandalosa ou ofensiva.

7. É ainda, sob iguais condições, um grau mais elevado de cisma dividir-vos (uma pessoa ou uma igreja) da igreja universal sem justa causa, embora vos separeis dela apenas *secundum quid* [em certo aspecto], em algum aspecto acidental onde a unidade é necessária (pois onde a unidade não é exigida, a desunião não é pecado): no entanto, tal pessoa que se separa apenas *secundum quid* de algo acidental ou integral, mas não essencial para a igreja católica, continua sendo um cristão católico, embora peque.

8. Mas quanto ao grau mais elevado de todos, a saber, separar-se da igreja universal *simpliciter* [simplesmente], ou em algum aspecto essencial, isso não se realiza senão por heresia ou apostasia. No entanto, os papistas fazem os homens crerem que os cismáticos que não são heréticos nem apóstatas se separam totalmente ou simplesmente da igreja católica; isso é um mero produto de suas mentes. Pois aquele que não se separa da igreja em nada que lhe seja essencial não se separa verdadeiramente e simplesmente da igreja, mas *secundum quid*, de algo separável da igreja. Mas tudo o que é essencial para a igreja é necessário para a salvação; e aquele que se separa dela por negar qualquer coisa necessária para a salvação é um herético ou apóstata: isto é, se o faz negando algum ponto essencial (ou mais de um) da fé ou da religião, enquanto finge manter todo o restante, é um herético;

se nega toda a fé cristã, é um apóstata completo: e estes são mais do que meramente cismáticos.

A palavra heresia também é variadamente tomada pelos escritores eclesiásticos. Agostinho considera a heresia como um cisma inveterado: Jerônimo a define como alguma opinião perversa; alguns chamam todo cisma que reúne um grupo separado dos demais pelo nome de heresia; alguns chamam de heresia se houver um erro perigoso, mesmo sem qualquer cisma; alguns chamam de heresia apenas quando o cisma se consuma e um grupo se separa por causa de algum erro perigoso. Alguns dizem que este erro deve ser condenável, isto é, nos pontos essenciais da religião; e alguns dizem que basta se for apenas perigoso. Entre todos estes, o sentido mais comum de um herético é aquele que obstinadamente erra em algum ponto essencial e se divide da comunhão de outros cristãos por essa razão. E assim Paräus e muitos protestantes tomam a heresia pela espécie, e o cisma pelo gênero. Nem todo cisma é heresia; mas toda heresia, dizem eles, é cisma. Lembrai-vos de que tudo isso é apenas uma controvérsia *de nomine* [sobre o nome] e, portanto, de pouca importância.

Quem são os verdadeiros cismáticos.

Pelo que expus, podereis perceber quem são os culpados pelas divisões da igreja: 1. As faíscas dela acendem-se quando pessoas orgulhosas e presunçosas sofrem de exaltação mental na estima tola de suas próprias opiniões, e de febre espiritual por um zelo doentio para propagá-las. Almas ignorantes pensam que cada mudança de suas opiniões é gerada por um acréscimo de luz celestial tal que, se não se esforçassem para fazer com

que todos fossem da mesma mente, seriam traidores da verdade e fariam ao mundo um mal indizível. Quando medem e censuram os homens conforme estes recebem ou rejeitam suas descobertas ou conceitos particulares, o cisma está no ovo.

2. O fogo é atiçado quando os homens desejam ter um grupo que os siga e os exalte, e então se ocupam em persuadir os outros a serem de sua opinião, e falam "coisas perversas, para atraírem os discípulos atrás de si" (At 20:30); e quando querem ser considerados os mestres de uma facção.

3. As chamas irrompem quando, por esse meio, a mesma igreja, ou diversas igrejas, se dividem em vários partidos que ardem em zelo uns contra os outros, diminuindo a caridade, censurando e condenando uns aos outros, maldizendo e difamando-se mutuamente por inveja e contenda [143]; quando olham de maneira estranha uns para os outros, como se estivessem em lados opostos, como se não fossem filhos do mesmo Pai, nem membros do mesmo corpo; ou como se Cristo estivesse dividido, sendo um de Paulo, outro de Apolo, e outro de Cefas, e cada um de uma facção, dando vazão aos seus pensamentos em ciúmes e suspeitas ruins uns dos outros; pervertendo as palavras e ações de cada um para um sentido feio, e aproveitando as oportunidades para representar os outros como tolos ou odiosos para os ouvintes, como se dissesse claramente: "Peço-vos que odieis ou desprezeis estas pessoas a quem eu odeio e desprezo". Este é o cerne da praga; é o cisma no broto.

4. Quando as pessoas na mesma igreja se reúnem em reuniões privadas, não sob a orientação de seus pastores para se edificarem mutuamente em santos exercícios de amor e paz, mas em oposição aos seus legítimos pastores ou uns aos outros, para propagarem suas opiniões singulares, aumentarem seus grupos e falarem contra os que não estão do seu lado; o cisma está então pronto para dar frutos e multiplicar-se, e o enxame está pronto para sair e partir.

5. Quando estas pessoas realmente partem e renunciam ou abandonam a comunhão da igreja, rejeitando seus pastores fiéis, organizando-se em um corpo separado por si mesmas, escolhendo pastores e chamando a si mesmas de igreja, e tudo isso sem qualquer causa justa e suficiente: quando assim igrejas são reunidas a partir de outras igrejas, antes que as antigas sejam dissolvidas, ou sem que tenham qualquer autorização para partir; quando assim pastor é colocado contra pastor, igreja contra igreja, e altar contra altar; este é o cisma maduro e frutífero; o enxame partiu e se alojou em outro lugar.

6. Se agora as igrejas vizinhas, por meio de seus pastores em seus sínodos, buscarem compassivamente recuperar esses desgarrados, e estes justificarem sua separação injusta, desprezando o conselho das igrejas e ministros de Cristo; este é um cisma confirmado e obstinado.

7. Se também julgarem que aquela igreja da qual se separaram não é igreja, cortando assim uma parte do corpo de Cristo por uma censura injusta, condenando

o inocente e usurpando autoridade sobre seus guias; isso é desobediência e falta de caridade combinadas com o cisma.

8. Se também condenarem e declararem que não são igrejas todas as demais que não forem de sua opinião e caminho, renunciando à comunhão com todas elas, condenando injustamente uma grande parte do corpo de Cristo na terra, isso é adicionar fúria e rebelião a um cisma sem caridade. E se, para encobrir seu pecado, acusarem injustamente de heresia ou impiedade essas igrejas que rejeitam, apenas multiplicam seus crimes com tais atenuações.

9. Se a opinião pela qual se faz todo esse alvoroço for um erro condenável, contrário a algum ponto essencial da verdadeira religião, então trata-se de heresia, bem como de cisma.

10. Se essa separação da igreja for feita em defesa de uma vida ímpia, contra a disciplina da igreja; se um grupo de homens perversos se retirar da igreja para evitar a vergonha da confissão ou da excomunhão, e rejeitar primeiro a igreja para evitar que a igreja os rejeite, separando-se para que não tenham ninguém que os governe e os perturbe senão eles mesmos; este é um cisma profano e rebelde. Este é o curso comum do cisma quando este se aproxima do seu ápice.

11. Além de tudo isso, há ainda um caminho mais pernicioso de cisma, do qual a igreja ou corte de Roma é culpada: eles criam novos artigos de fé, novos pontos de religião e um novo culto — de Deus, deverei eu dizer, ou do pão como se este fosse um deus? E

colocam tudo isso em força de lei, impondo-os a todas as demais igrejas; sim, colocam-nos sob juramento, exigindo que os homens jurem que, sem qualquer dúvida, creem que são verdadeiros: eles pretendem ter autoridade para tudo isso, sob a alegação de que Roma é a senhora de todas as outras igrejas. Estabelecem um novo cabeça universal como parte essencial da igreja católica, e assim fundam ou inventam um novo tipo de igreja católica: e com todo aquele que não lhes obedecer em tudo isso, eles rompem a comunhão; e para encobrir esse cisma terrível e notório, chamam de cismáticos todos os que não se submetem a eles dessa maneira.

12. E para elevar o seu cisma ao ápice, até onde a arrogância possa aspirar, eles não apenas recusam a comunhão com aqueles de quem se separam, mas os condenam como se não fossem pastores, nem igrejas, nem cristãos, por não estarem sujeitos a eles nesta sua usurpação; e eles, que representam apenas cerca de um terço ou um quarto (no máximo) do mundo cristão, condenam o corpo de Cristo ao inferno (isto é, todo o restante) porque não são súditos do papa.

Além de todo esse cisma criminoso e odioso, seja de quem impõe ou de quem se separa, há um grau de cisma ou divisão injusta que pode ser apenas a fraqueza de uma pessoa boa e pacífica. Como no caso de um cristão humilde e sensível que erroneamente julgue ser ilícito realizar alguma ação que é imposta a todos os que queiram manter comunhão com aquela igreja particular (como aquelas de que Paulo fala em Rm 14, caso tivessem sido impostas); e se ele, desconfiando do seu próprio

entendimento, usar de todos os meios para conhecer a verdade e, ainda assim, persistir no seu engano; se esse cristão se abstiver de qualquer difamação de seus superiores, de censurar aqueles que dele divergem e de atrair outros para a sua opinião, mas ainda assim não ousar associar-se à igreja naquilo que considera um pecado, trata-se de uma forma pecaminosa de afastamento, por fundar-se em um erro; no entanto, não passa de uma fraqueza perdoável, compatível com a integridade e com o favor de Deus.

Qual separação é um dever.

IV. Nos seguintes casos, a separação é o nosso dever e não um pecado. 1. A separação da igreja em relação ao mundo incrédulo é um dever necessário: pois o que é a igreja senão uma sociedade dedicada ou santificada a Deus, mediante a separação do restante do mundo? "Pelo que saí do meio deles, e apartai-vos, diz o Senhor; e não toqueis nada imundo, e eu vos receberei; e eu serei para vós Pai, e vós sereis para mim filhos e filhas, diz o Senhor Todo-Poderoso" (2 Co 6:17-18). A igreja é um povo santo e, portanto, um povo separado [144].

1. Se uma igreja apostatar e abandonar a fé, ou se tornar notoriamente herética, negando abertamente qualquer artigo essencial da fé, e isso não apenas por uma consequência não percebida, mas diretamente em termos ou sentido expressos, é nosso dever recusar a comunhão com tais apóstatas ou heréticos; pois é a separação deles em relação a Cristo que constitui a separação pecaminosa, tornando necessário que nos separemos deles. Mas isso não serve de desculpa para qualquer igreja ou pessoa que

acuse falsamente outra igreja ou pessoa de heresia (por causa de algumas consequências forçadas ou rejeitadas de sua doutrina) e depois se separe dela após tê-la prejudicado com suas calúnias ou censuras.

2. Não somos obrigados a reconhecer como igreja aquela que não faz uma profissão visível de fé e santidade; isto é, se os pastores e um número suficiente do rebanho não fazem essa profissão. Pois, assim como o pastor e o rebanho são as partes constituintes da igreja, politicamente considerada, do mesmo modo a profissão de fé e santidade é a qualificação essencial dos membros. Se faltar essa profissão aos pastores ou ao povo, não haverá igreja política; mas se o povo professar a verdadeira religião e não tiver pastores, tratar-se-á de uma comunidade de crentes, ou uma igreja não organizada, devendo ser reconhecida como tal.

3. Se alguém constituir ilegalmente uma nova forma de igreja política, criando novos oficiais constitutivos para serem sua cabeça visível, os quais Cristo nunca instituiu, não devemos manter comunhão com a igreja em sua forma ou política inventada; embora possamos manter comunhão com os seus membros considerados como cristãos e membros da igreja universal. Notai bem que não digo que todo oficial recém-inventado nos desobrigue de tal comunhão, mas sim aqueles que descrevo; o que exporei mais plenamente.

Se alguma forma de governo da igreja é de instituição divina; e se o homem pode instituir outra.

Questão: Não podem os homens estabelecer novos oficiais na igreja, e novas formas de governo que Deus nunca instituiu? Ou há alguma forma e oficiais de instituição divina?

Resposta: Embora eu tenha respondido a isso anteriormente, responderei aqui brevemente de novo. 1. Existem algumas espécies de oficiais que são essenciais para a política ou forma da igreja, outras que são apenas necessárias para o seu bem-estar, e outras que são meramente acidentais. 2. Existe uma forma de igreja de instituição do próprio Deus, e existe uma política ou forma humana superadicionada. Há duas espécies de igrejas, ou formas de igreja, de instituição do próprio Deus. A primeira é a igreja universal considerada politicamente como tendo Jesus Cristo por Cabeça: esta é de tal modo de designação divina que constitui um artigo do nosso credo. Aqui, se alguém inventar e superadicionar outro cabeça à igreja universal, o qual Deus nunca designou, ainda que ele pretenda manter sua soberania a partir de Cristo e sob Ele, trata-se de traição contra a soberania de Cristo, por estabelecer um governo universal ou soberano em Sua igreja sem Sua autoridade e consentimento. Assim, o papa é o cabeça usurpador de uma rebelião contra Cristo, e nesse sentido chamado pelos protestantes de anticristo; e é culpado de rebelião aquele que subscreve ou reconhece sua usurpação, ou lhe presta juramento como seu governante, ainda que prometa obedecer-lhe apenas *in licitis et honestis* [em coisas lícitas e honestas]; porque não é lícito ou honesto consentir com o governo de um usurpador [145]. E, em segundo lugar, há outra forma de igreja subordinada de instituição de Cristo; a saber, igrejas particulares

constituídas de pastores e povo reunidos para comunhão pessoal no culto a Deus. Estas são para a igreja universal o que as corporações particulares são para um reino, isto é, partes dele que possuem uma política subordinada distinta própria: não haverá cidade ou corporação se não tiverem seus prefeitos, magistrados ou outros oficiais principais, sujeitos ao rei como governantes do povo sob a sua autoridade; e não haverá igreja particular, no sentido político, mas apenas uma comunidade, se não tiverem seus pastores para estarem sob Cristo como seus condutores espirituais nos assuntos da salvação; assim como não há escola que não seja constituída de professor e alunos. Que as igrejas políticas organizadas particulares são de instituição de Cristo (por Seu Espírito nos apóstolos) é inegável: "E, promovendo-lhes a escolha de presbíteros em cada igreja" (At 14:23). "Constituísses presbíteros em cada cidade, como te ordenei" (Tt 1:5). "Enviou a Éfeso e chamou os presbíteros da igreja" (At 20:17). "Atendei por vós mesmos e por todo o rebanho sobre o qual o Espírito Santo vos constituiu bispos, para pastoreardes a igreja de Deus" (v. 28). Ver também 1 Ts 5:12-13; Hb 13:7,17,24, etc. "Se, pois, toda a igreja se reunir no mesmo lugar", etc. (1 Co 14:23). Até aqui, não resta dúvida de que as formas de igreja e de governo são de designação divina; e o homem não pode alterar isso, nem estabelecer outro modelo semelhante sem o consentimento de Deus, do mesmo modo que um súdito não pode alterar ou criar corporações sem o consentimento do rei. 3. Mas, além destas duas espécies de instituição divina, há outras associações permitidas que alguns chamam de igrejas. Deus exigiu que estas igrejas particulares mantivessem a comunhão de que

fossem capazes para promover os fins comuns do cristianismo; e a prudência foi deixada para determinar os tempos, locais e maneiras das assembleias dos pastores, conselhos e correspondências, conforme as regras gerais de Deus. Se alguém quiser chamar esses conselhos, ou as associações voltadas para correspondências especiais, pelo nome de igrejas, não importunarei ninguém com contendas sobre o nome. Neste caso, na medida em que os homens têm poder para fazer essa associação ou combinação que chamam de igreja, igualmente se criarem oficiais adequados aos seus fins, sem usurpar as igrejas ou oficiais de instituição do próprio Cristo, não sou daqueles que se oporão a eles; nem isso nos autorizará a recusar a comunhão com eles. E naquelas igrejas que o próprio Cristo instituiu, há oficiais que servem apenas para a integridade, e não para a essência política da igreja: como os diáconos e todos os pastores ou presbíteros além de um só. Pois não é essencial para ela ter diáconos ou muitos pastores. Quanto a essa espécie de oficiais, Cristo os designou, e não está no poder do homem alterar a Sua instituição, nem estabelecer outros semelhantes em coordenação com estes: no entanto, se o fizerem, contanto que os verdadeiros elementos essenciais da igreja permaneçam, não devo recusar a comunhão com essa igreja, desde que eu não reconheça essa corrupção. 4. Mas há também atividades circunstanciais relacionadas ao culto de Deus, e também oficiais para realizar essas atividades, que os homens podem legitimamente instituir: como secretários, sacristãos, porteiros, sineiros, etc. Não é a adição destes que constitui qualquer pecado. A esta altura, podereis ver claramente tanto até onde as igrejas, os oficiais e o

governo da igreja são *jure divino* [de direito divino], quanto até onde o homem pode ou não adicionar ou alterar, e o que eu quis dizer em minha proposição, a saber: que se os homens introduzirem um novo cabeça universal para a igreja católica, ou um novo cabeça para as igrejas particulares, em lugar daquele de instituição de Cristo, isso significa, *in sensu politico* [no sentido político], criar novas espécies de igrejas e destruir aquelas que Cristo instituiu (pois a *pars gubernans* [parte que governa] e a *pars gubernata* [parte governada] são os constituintes essenciais de uma igreja). E com tal igreja, como tal, *in specie* [na espécie], não devo ter comunhão (que é o nosso caso com a igreja papal); embora com as partes materiais dessa igreja, como membros de Cristo, eu possa manter a comunhão ainda assim.

1. Se membros específicos forem culpados de impenitência obstinada em verdadeira heresia, impiedade ou qualquer crime escandaloso, a igreja pode e deve removê-los de sua comunhão; pois trata-se da comunhão dos santos. E o ofensor é a causa dessa separação.

2. Se uma igreja inteira for culpada de algum pecado notório e escandaloso, e se recusar com obstinacy a se arrepender e se reformar, quando admoestada pelas igrejas vizinhas, ou se essa igreja defender tal pecado em qualquer um de seus membros a ponto de assumi-lo abertamente; outras igrejas podem recusar a comunhão com ela até que ela se arrependa e seja reformada. Ou, se virem razão para manter a comunhão com ela em outros aspectos, contudo neste não devem ter nenhuma [146].

3. Se qualquer igreja não admitir ninguém à sua comunhão pessoal senão aqueles que prestarem algum falso juramento, ou subscreverem qualquer falsidade, ou proferirem uma mentira, ainda que essa igreja pense ser verdade (como o juramento de Trento que todos os seus sacerdotes prestam), não é lícito praticar qualquer ação ilícita semelhante para obter comunhão com essa igreja: e aquele que se recusa, neste caso, a cometer este pecado não é de modo algum culpado da separação, mas é louvável por ser fiel a Deus [147]. E embora o caso possa ser triste por ver-se privado da liberdade do culto público e dos benefícios da comunhão pública com aquela igreja, contudo o pecado é pior, e a obediência é melhor do que o sacrifício [148]. Deus não quer ser servido com o pecado, nem aceita o sacrifício de um tolo desobediente (Ecl 5:1-2). Nem devemos mentir para glorificá-Lo, nem fazer o mal para que venha o bem; justa é a condenação de tais servidores de Deus (Rm 3:7-8). Todo culto público deve ser antes omitido do que um único pecado cometido para desfrutá-lo (embora nenhum dos dois deva ser feito onde for possível agir melhor). Não é tão insensato pensar em alimentar um homem com venenos quanto pensar em servir a Deus de modo aceitável por meio do pecado.

4. Se uma determinada igreja quiser ambiciosamente usurpar um poder de governo sobre as outras (como Roma faz sobre o mundo), não é uma separação injustificável recusar o governo dessa igreja usurpadora. Podemos manter comunhão com eles como cristãos, e ainda assim recusar ser seus súditos. E, portanto, trata-se de uma queixa orgulhosa e

ignorante da igreja de Roma que os protestantes se separam deles quanto à comunhão porque não querem aceitá-los como seus governantes.

5. Se alguém, por violência, banir ou expulsar os verdadeiros bispos ou pastores da igreja e estabelecer usurpadores em seu lugar (como na perseguição dos arrianos comumente se fazia), não é uma separação culpável, mas louvável e um dever do povo reconhecer sua relação com seus pastores verdadeiros e recusar comunhão com os usurpadores: como o povo das igrejas orientais comumente recusava a comunhão com os bispos intrusos, mesmo até a morte, dizendo aos governantes civis que tinham bispos próprios, aos quais permaneceriam unidos.

6. Se uma verdadeira igreja negar obstinadamente aos seus membros o uso de qualquer ordenança de Deus, como a pregação ou leitura da Escritura, ou a oração, ou o louvor, ou a disciplina, enquanto retém todo o restante, embora não devamos nos separar dessa igreja como se não fosse igreja (o que, contudo, no caso de rejeição total da oração ou do louvor, é no mínimo muito questionável), ainda assim, se tivermos oportunidade, devemos transferir a nossa comunhão local para uma igreja mais edificante, que utilize todas as ordenanças públicas de Deus: a menos que o bem público o proíba, ou que algum grande impedimento ou dever contrário nos sirva de escusa.

7. Se uma verdadeira igreja não expulsar algum pecador impenitente, notório e escandaloso, embora eu não deva me separar da igreja, contudo sou obrigado a evitar a familiaridade privada com tal pessoa, para

que ela se envergonhe e para que eu não participe de seu pecado [149].

8. Como a igreja possui diversidade de membros, alguns mais santos e outros menos, e alguns de cuja sinceridade temos pouca esperança, alguns que são mais honrosos e outros menos, alguns que caminham de forma irrepreensível e outros que praticam a iniquidade; assim os ministros e membros privados são obrigados a fazer a diferença entre eles de acordo com isso, e a honrar e amar a alguns muito acima de outros, os quais, contudo, não podemos excomungar; e isso não constitui nenhuma separação pecaminosa [150].

9. Se a igreja com a qual vivo e comungo defender qualquer erro tolerável, posso divergir dela nesse ponto sem que isso configure uma separação culpável. A união com a igreja pode ser mantida com todas as diversidades antes mencionadas na direção 3.

10. Em caso de perseguição em uma igreja ou cidade, quando os servos de Cristo fogem para outra (não havendo razão especial que o proíba), isso não constitui separação pecaminosa (Mt 10:23).

11. Se o serviço público da igreja exigir que um ministro ou cristão privado se mude para outra igreja, se isso for feito deliberadamente e sob bom conselho, não constitui separação pecaminosa.

12. Se um príncipe ou magistrado legítimo nos ordenar que mudemos de habitação, ou ordenar a transferência de um ministro de uma igreja para outra, quando isso não for notoriamente em

detrimento do interesse comum da religião, não constitui separação pecaminosa obedecer ao magistrado.

13. Se um pobre cristão que possui um devido e terno cuidado com a sua salvação notar que sob um ministro sua alma declina e se torna sem vida, e sob outro que é mais sadio, claro e fervoroso, ele é muito edificado para uma atitude e vida santas e celestiais, e se, por essa razão, preferindo a sua salvação a todas as coisas, ele se transferir para aquela igreja e ministro onde é mais edificado, sem contudo desigrejar a outra com suas censuras, isso não constitui separação pecaminosa, mas sim um preferir a única coisa necessária a todas as outras.

14. Se uma parte da igreja dispuser de tempo, oportunidade, motivo e desejos fervorosos de se reunir com mais frequência para a edificação de suas almas e remissão de seu tempo, do que a parte mais pobre, trabalhadora ou descuidada e menos zelosa quer se reunir, em qualquer local adequado, sob a supervisão e condução de seus pastores, e não em oposição às assembleias públicas e plenas, como faziam em At 12:12, para orar por Pedro na casa de Maria, "onde muitas pessoas se encontravam reunidas e oravam"; e em At 10:1, etc., isso não constitui separação pecaminosa.

15. Se os assuntos externos de um homem exigirem que ele mude sua habitação de uma cidade ou país para outro, e não houver assunto maior que o proíba, ele pode legitimamente transferir sua comunhão local da igreja com a qual antes vivia para aquela que reside no

local para onde ele vai. Pois com igrejas e cristãos distantes não posso ter senão comunhão mental, ou por meios distantes (como cartas, mensageiros, etc.); é apenas com os cristãos presentes que posso ter comunhão local e pessoal.

16. É possível em alguns casos que um homem viva muito tempo sem comunhão local e pessoal com quaisquer cristãos ou igreja, e ainda assim não seja culpado de separação pecaminosa. Como o embaixador ou agente do rei em uma terra de infiéis, ou algum viajante, mercadores, feitores ou aqueles que vão para converter os infiéis, ou os que são banidos ou aprisionados. Em todos estes vinte casos, algum tipo de separação pode ser legítimo.

17. Mais um caso posso adicionar, a saber: quando os templos são tão pequenos e as congregações tão grandes que não há espaço para ouvir e se unir ao culto público; ou quando a igreja é excessivamente numerosa a ponto de ser incapaz de cumprir os fins próprios da sociedade; neste caso, dividir-se ou retirar-se não constitui separação pecaminosa. Quando uma colmeia não comporta as abelhas, o enxame deve buscar outra para si, sem prejuízo para o restante.

Por tudo isso, podereis perceber que a separação pecaminosa reside, primeiramente, em uma mente censora e sem caridade, que condena as igrejas, os ministros e o culto sem motivo, julgando-os inaptos para que se mantenha comunhão com eles. E, em segundo lugar, reside na separação pessoal que se faz em seguimento a essa censura; mas não em qualquer

mudança local que se realize por outros motivos legítimos.

Direção 4. Compreendei e considerai bem as razões pelas quais Cristo tão frequentemente e fervorosamente recomenda a concórdia à Sua igreja, e por que Ele proíbe tão veementemente as divisões. Observai quão fartamente a Escritura fala a esse respeito e sobre quais razões ponderáveis. Aqui estão quatro pontos que devem ser representados à vossa séria consideração. 1. Quão numerosos, claros e urgentes são os textos que falam em favor da unidade e condenam a divisão. 2. Os grandes benefícios da concórdia. 3. E os malefícios da discórdia e das divisões na igreja. 4. E os agravantes do pecado.

I. Um verdadeiro cristão, que odeia a fornicação, a embriaguez, a mentira e o perjúrio porque são proibidos na palavra de Deus, odiará também as divisões quando observar bem quão frequentemente e veementemente elas são proibidas, e a concórdia altamente recomendada e ordenada: "A fim de que todos sejam um; como és tu, ó Pai, em mim e eu em ti, também sejam eles em nós; para que o mundo creia que tu me enviaste. Eu lhes tenho dado a glória que me deste, para que sejam um, como nós somos um: eu neles, e tu em mim, a fim de que sejam aperfeiçoados na unidade, para que o mundo conheça que tu me enviaste e os amaste, como também amaste a mim" (Jo 17:21-23). Aqui vedes que a unidade dos santos deve ser um meio especial para convencer o mundo incrédulo da verdade do cristianismo, e para provar o amor especial de Deus à Sua igreja, e também para realizar a perfeição deles mesmos. "Rogo-vos, irmãos, pelo nome de nosso Senhor Jesus Cristo, que faleis todos

a mesma coisa e que não haja entre vós divisões [ou cismas]; antes, sejais inteiramente unidos, no mesmo modo de pensar e no mesmo parecer. Pois a vosso respeito, meus irmãos, fui informado... de que há contendas entre vós" (1 Co 1:10-11). "Porque ainda sois carnais. Porquanto, havendo entre vós ciúmes [zelo] e contendas, [ou divisões, partidos, facções], não sois carnais e não andais segundo os homens? Quando um diz: Eu sou de Paulo, e outro: Eu, de Apolo, não dais provas de serdes homens carnais?" (1 Co 3:3-4). "Se há, pois, alguma exortação em Cristo, alguma consolação de amor, alguma comunhão do Espírito, se há entranhados afetos e misericórdias, completai a minha alegria, de modo que penseis a mesma coisa, tenhais o mesmo amor, sejais unidos de alma, tendo o mesmo sentimento. Nada façais por partidarismo ou vanglória, mas por humildade, considerando cada um os outros superiores a si mesmo" (Fp 2:1-3). "Rogo-vos, irmãos, que noteis os que promovem divisões [ou partidos] e escândalos [ou ofensas] contra a doutrina que aprendestes; afastai-vos deles" (Rm 16:17). Abundância de outros textos semelhantes podem ser citados [151].

Os benefícios da concórdia.

II. Os grandes benefícios da concórdia dos cristãos são os seguintes. 1. É necessário para a própria vida da igreja e de seus diversos membros que todos sejam um só corpo. Assim como a sua união com Cristo, o Cabeça e princípio de sua vida, é principalmente necessária, igualmente a unidade entre si é secundariamente necessária para a transmissão e recepção daquela vida que de Cristo flui para todos. Pois, embora o Cabeça seja a fonte da vida,

contudo os nervos e as outras partes devem transmitir essa vida aos membros; e se qualquer membro for cortado ou separado do corpo, estará separado também do Cabeça, e perecerá. Notai bem as palavras do apóstolo: "Esforçando-vos preservardes a unidade do Espírito no vínculo da paz. Há um só corpo e um só Espírito, como também fostes chamados numa só esperança da vossa vocação; um só Senhor, uma só fé, um só batismo; um só Deus e Pai de todos, o qual é sobre todos, age por meio de todos e está em todos. E a cada um de nós foi dada a graça conforme a medida do dom de Cristo... E ele mesmo concedeu uns para apóstolos, outros para profetas, outros para evangelistas e outros para pastores e mestres, com vistas ao aperfeiçoamento dos santos para o desempenho do serviço, para a edificação do corpo de Cristo, até que todos cheguemos à unidade da fé e do pleno conhecimento do Filho de Deus, à perfeita varonilidade, à medida da estatura da plenitude de Cristo... seguindo a verdade em amor, cresçamos em tudo naquele que é a cabeça, Cristo, de quem todo o corpo, bem ajustado e consolidado pelo auxílio de todas as juntas, segundo a justa cooperação de cada parte, efetua o seu próprio crescimento para a edificação de si mesmo em amor" (Ef 4:3-16). Vede aqui como a unidade da igreja é necessária para a sua vida e crescimento, e para a nutrição adequada de todas as partes.

2. A unidade da igreja e a concórdia dos crentes são necessárias para a sua força e segurança; pois Cristo também os fortalece, bem como os vivifica por meios adequados. Ai do que estiver só! mas no exército do Senhor dos Exércitos podemos marchar seguros, ao passo que os desgarrados são capturados ou mortos

pelo inimigo mais fraco. O cordão de três dobras não se quebra facilmente. Os inimigos, tanto espirituais quanto corporais, são impedidos de assaltar a igreja ou qualquer um de seus membros ao verem que caminhamos em nossa unidade e ordem militar. Nessa postura, cada homem é uma bênção e uma defesa para o seu vizinho. Assim como cada soldado desfruta do benefício de toda a condução, sabedoria e valor de todo o exército enquanto se mantiver em seu posto; do mesmo modo, cada cristão fraco desfruta do uso e benefício de todo o aprendizado, sabedoria e dons da igreja enquanto mantiver a sua posição e caminhar de forma ordenada na igreja. A mão, o olho, o ouvido, o pé e cada membro do corpo estão tão prontos para ajudar ou servir ao todo, e a cada outro membro particular, quanto a si mesmos; mas se for cortado, não será de ajuda, nem poderá ser ajudado. Oh, que misericórdia é para cada cristão incapaz de ajudar a si mesmo dispor do auxílio de toda a igreja de Deus! Suas direções, suas exortações, seu amor, suas orações, sua liberalidade e compaixão, conforme as suas diversas capacidades e oportunidades! Assim como as crianças e os enfermos dispõem do auxílio de todo o restante da família que goza de saúde.

3. A unidade e a concórdia, procedendo do amor, cultivam e aumentam grandemente o amor; tal como dispor a lenha ou os carvões juntos é necessário para acender o fogo, o qual a separação deles apagará [152]. A santa concórdia cultiva a santa conversa e comunhão; e a santa comunhão acende poderosamente o santo amor. Quando os servos de Cristo veem uns nos outros o brilho de Suas graças, e

ouvem uns dos outros a linguagem celestial que brota de uma mente divina e celestial, isso acende poderosamente os seus afetos mútuos e os faz unir-se a eles como filhos de Deus, nos quais encontram tanto de Deus; sim, faz com que amem o próprio Deus nos outros com um amor reverente, admirador e transcendente, ao passo que os outros, no máximo, podem amá-los apenas como homens. A concórdia é o útero e o solo do amor, embora seja primeiramente a sua progênie. Na quietude e na paz, a voz da paz é mais considerada.

4. A unidade e a concórdia constituem a beleza da igreja: tornam-nos amáveis mesmo aos olhos da natureza, e veneráveis e terríveis até mesmo aos olhos da malícia. A concórdia no pecado não é mais honra do que é para os homens vencidos irem juntos em multidões para a prisão ou cativeiro; ou para os animais irem em rebanhos para o matadouro. Mas ver as igrejas de Cristo com um só coração e uma só alma reconhecendo o seu Criador e Redentor, e cantando os Seus louvores como com uma só voz, vivendo juntas em amor e concórdia como aquelas que possuem um só princípio, uma só regra, uma só natureza, uma só obra, um só interesse, esperança e fim, esta é a simetria verdadeiramente bela e a harmonia deleitável: "Oh! Como é bom e quão suave é viverem os irmãos em união! É como o óleo precioso sobre a cabeça, o qual desce para a barba, a barba de Arão, e desce para a gola das suas vestes. É como o orvalho do Hermom, que desce sobre os montes de Sião. Ali, ordena o Senhor a bênção e a vida para sempre" (Sl 133). Os tradutores bem colocaram isto como o

conteúdo deste salmo: "O benefício da comunhão dos santos".

5. A concórdia dos crentes conduz grandemente ao sucesso do ministério, à propagação do evangelho, à convicção dos incrédulos e à conversão e salvação das almas ímpias. Quando Cristo ora pela unidade de Seus discípulos, Ele redobra este argumento a partir do efeito ou fim: "para que o mundo creia que tu me enviaste"; e "para que o mundo conheça que tu me enviaste e os amaste", etc. (Jo 17:21,23). Faria isso o mundo crer que Cristo foi enviado por Deus? Sim, sem dúvida: se todos os cristãos fossem conduzidos a uma santa concórdia, isso faria mais para conquistar o mundo pagão do que todos os outros meios podem fazer sem ela. São as divisões e a impiedade dos cristãos professos que fazem o cristianismo tão desprezado pelos muçulmanos e outros infiéis do mundo; e é a santa concórdia dos cristãos que os convenceria e os atrairia para Cristo. O amor, a paz e a concórdia são virtudes tais que todo o mundo é forçado a aplaudir, não obstante a inimizade da natureza contra o bem. Quando a primeira igreja cristã "estavam todos reunidos no mesmo lugar" e "diariamente perseveravam unânimes no templo, partindo o pão de casa em casa, tomavam as suas refeições com alegria e singeleza de coração", e quando "da multidão dos que creram era um o coração e a alma" (At 2:1,46; 4:32), então Deus enviou sobre eles o Espírito Santo, e então cerca de três mil foram convertidos com um sermão (At 2:41); e com "grande poder os apóstolos davam testemunho da

ressurreição do Senhor Jesus, e em todos eles havia abundante graça" (At 4:33).

Como a nossa concórdia promoveria a conversão dos infiéis.

A nossa concórdia na religião possui todas estas vantagens para a conversão de incrédulos e homens ímpios. 1. É um sinal de que há uma evidência constrangedora de verdade naquele evangelho que convence a tantos; uma satisfação e rendimento concorrente à verdade é um testemunho poderoso em seu favor. 2. Eles veem então que a religião não é uma questão de política e interesse mundano, quando tantos homens de interesses contrários a abraçam. 3. E veem que não é o fruto de temperamentos melancólicos, quando tantos homens de constituições diversas a acolhem. 4. Podem ver que o evangelho tem poder para vencer aquele amor-próprio e interesse próprio que é a força mais potente na natureza corrompida: do contrário, nunca poderia fazer com que tantos se unissem em Deus como seu interesse e fim comum. 5. Podem ver que o evangelho e o Espírito de Cristo são mais fortes do que o diabo e todos os atrativos da carne e do mundo, quando podem fazer com que tantos concordem em renunciar a todas as vaidades terrenas pelas esperanças da vida eterna. 6. Verão que o propósito e a doutrina do cristianismo são bons e excelentes, condizentes com Deus e desejáveis ao homem; quando virem que produzem tão bons efeitos como o amor, a unidade e a concórdia da humanidade. 7. E é um auxílio extremamente grande e poderoso para a conversão do mundo neste aspecto, porque é algo tão conspícuo aos seus olhos, tão inteligível

para eles e tão aprovado por eles. Eles são pouco tocados apenas pela doutrina de Cristo isoladamente, porque esta é visível ou audível para poucos, compreendida por menos ainda, e contém muitas coisas que a natureza rejeita; mas a santa concórdia dos crentes é algo que eles são mais capazes de discernir e julgar, e que geralmente aprovam mais. A santa concórdia dos cristãos deve ser a conversão do mundo incrédulo, se Deus tiver misericórdia tão grande reservada para o mundo; o que é uma consideração que deve não apenas nos afastar das divisões, mas fazer-nos estudar e trabalhar zelosamente, com toda a nossa influência e forças, para a cura das lamentáveis divisões entre os cristãos, se tivermos corações de cristãos e qualquer percepção do interesse de Cristo.

1. A concórdia dos cristãos conduz grandemente à tranquilidade e à paz dos crentes individuais. O próprio exercício do amor mútuo adoça todas as nossas vidas e deveres; navegamos em direção ao céu em uma calmaria agradável, com vento e maré a favor, quando vivemos em amor e paz juntos. Quão fácil isso torna o trabalho da piedade! Quão leve parece o fardo da religião quando somos todos como que de um só coração e uma só alma!

2. Por último, considerai se este não é o estado mais semelhante ao céu e, portanto, se não possui em si o máximo de excelência e perfeição cristã? No céu não há discórdia, mas um perfeito consórcio de espíritos glorificados que, em harmonia, amam e louvam o seu Criador. E, se o céu é desejável, a santa concórdia na terra é o que de mais desejável se segue.

Os malefícios da divisão.

III. Pelo contrário, considerai bem os malefícios das divisões. 1. É a morte da igreja (tanto quanto está ao alcance dos divisores) ou, pelo menos, o seu ferimento. O corpo de Cristo é um só e é sensível; portanto, dividi-lo tende diretamente a destruí-lo e, no mínimo, causará dor e sofrimento. Reformar a igreja dividindo-a não é mais sábio do que extirpar o fígado, o baço ou a vesícula para limpá-los da sujeira que os obstrui e impede em sua função; podereis de fato limpá-los assim, mas será uma cura mortal. Assim como aquele que dividisse o reino em dois reinos dissolveria o antigo reino, ou pelo menos parte dele, para erguer dois novos; do mesmo modo, aquele que quisesse dividir a igreja católica em duas deveria com isso destruí-la, se pudesse ter sucesso; ou destruir aquela parte que se divide do restante. Pode um membro viver cortado do corpo, ou um ramo separado da árvore?

Questão: "Ah, mas", dizem os romanistas, "por que então vos separastes de nós? A divisão foi feita por vós, e nós somos a igreja, e vós estais mortos até que retorneis a nós". Como sabereis qual parte é a igreja quando uma divisão se realiza? *Resposta:* Se os papistas ou os protestantes são cismáticos. Vós sois a igreja? Vós sois os únicos cristãos no mundo? A igreja são todos os cristãos unidos em Cristo, seu Cabeça. Vós, traiçoeiramente, estabelecestes um novo cabeça usurpador; proclamastes a vós mesmos como sendo toda a igreja e condenastes todos os que não são súditos do vosso novo cabeça: nós mantemos a nossa posição, rejeitamos a sua usurpação, negamos sujeição a vós e vos dizemos que, como súditos

do papa, não fazeis parte da igreja de Cristo de modo algum; dessa conspiração traidora nós nos retiramos; mas, enquanto súditos de Cristo, nunca nos dividimos de vós, nem vos negamos a nossa comunhão. Julgue a razão agora quem são os divisores. E não é fácil saber qual é a igreja na divisão? São todos aqueles que continuam unidos a Cristo: se vós ou nós estivermos divididos de Cristo e dos cristãos que são o Seu corpo, então não faremos parte da igreja; mas se não estivermos divididos de Cristo, ainda seremos da igreja: se parte de uma árvore (ainda que a maior parte) for cortada ou separada do restante, é aquela parte (por menor que seja) que ainda cresce com a raiz que constitui a árvore viva. A figueira-da-índia, e algumas outras árvores, possuem ramos que criam raiz quando tocam o solo: se agora me perguntardes se os ramos que brotam da segunda raiz são membros da primeira árvore, eu respondo: 1. O restante que não tem nova raiz são, indubitavelmente, membros dela. 2. Se quaisquer ramos estiverem separados da primeira árvore e crescerem apenas sobre a nova raiz, o caso está fora de dúvida. 3. Mas se ainda estiverem unidos a ambas por continuidade, aquela raiz da qual recebem a maior parte do seu sustento é aquela à qual mais pertencem. Suponde que um tirano falsifique uma comissão do rei para ser vice-rei na Irlanda e proclame traidores todos os que não o receberem; o rei o rejeita, os súditos mais sábios o renunciam e o restante o obedece, mas de modo a professar que o fazem porque creem que ele foi comissionado pelo rei. Seja a questão agora: quem são os divisores na Irlanda? E quem são os súditos mais fiéis do rei? E qual cabeça dá nome ao reino? E quem são os traidores? Este é o vosso caso.

1. As divisões são as deformidades da igreja. Cortai um nariz, ou arrancai um olho, ou desmembrai um homem ou uma pintura, e vede se não os deformastes. Perguntai a qualquer cristão compassivo, perguntai a qualquer inimigo insultante, se as nossas divisões não são a nossa deformidade e vergonha, a lamentação dos amigos e o escárnio dos inimigos?

2. As divisões da igreja não são apenas a nossa própria desonra, mas a desonra prejudicial de Cristo, da religião e do evangelho. O mundo pensa que Cristo é um rei impotente, que não pode manter o Seu reino em unidade consigo mesmo, quando Ele próprio nos disse que "todo reino dividido contra si mesmo ficará deserto, e toda cidade ou casa dividida contra si mesma não subsistirá" (Mt 12:25). Eles pensam que o evangelho tende à divisão e que é uma doutrina de dissensão, ao verem divisões e dissensões produzidas por ele; imputam todas as faltas dos súditos ao Rei e pensam que Cristo foi confuso em Sua legislação, não sabendo o que ensinar ou ordenar, porque os homens estão confusos em suas opiniões ou práticas, não sabendo o que pensar ou fazer. Se os homens entendem mal a lei de Cristo, e um diz "este é o sentido", e outro diz "aquele é o sentido", eles estão prontos para pensar que Cristo falou bobagens, ou que não compreendia a Si mesmo, porque os ignorantes não O compreendem: quem há que conviva com os ímpios do mundo que não ouça, por meio de suas censuras e escárnios, quanto Deus e a religião são desonrados pelas divisões das pessoas religiosas?

3. E assim também as nossas divisões impedem lamentavelmente o progresso do evangelho e a conversão e salvação do mundo ímpio: eles pensam que têm pouco incentivo para abraçar a vossa religião, enquanto as vossas divisões parecem dizer-lhes que vós mesmos não sabeis qual religião adotar. O que quer que Satanás ou os homens perversos dissessem contra a religião para desencorajar os ímpios de seguila, as próprias pessoas exasperadas nessas divisões dirão umas contra as outras; e quando cada um de vós condena o outro, como as consciências dos ímpios poderiam persuadi-los a aceitar a salvação em qualquer um desses caminhos que vós assim condenais? Sem dúvida, as divisões do mundo cristão têm feito mais para impedir a conversão de infiéis, mantendo o mundo pagão e muçulmano em sua ignorância e ilusões condenáveis, do que todo o nosso poder é capaz de desfazer; e produziram tais desolações na igreja de Cristo, e uma colheita e reino tão abundantes para o diabo, que todo coração cristão compassivo é obrigado a lamentar com lágrimas de amargura. Se é necessário que tais escândalos venham, contudo, ai daqueles por quem eles vêm!

4. As divisões expõem as igrejas de Cristo não apenas ao escárnio, mas à malícia, à vontade e à fúria de seus inimigos. Um reino ou casa dividido não pode subsistir (Mt 12:25). Onde a igreja foi destruída, ou a religião erradicada em qualquer nação da terra, sem que as divisões tivessem papel principal nesse resultado? Oh, que desolações causaram entre os rebanhos de Cristo! Como Sêneca e outros abriram suas veias e sangraram até a morte quando Nero ou

outros tiranos semelhantes lhes enviaram ordens para morrer; exatamente o mesmo fizeram muitas igrejas por meio de suas divisões, para a satisfação de Satanás, o inimigo das almas.

5. As divisões entre os cristãos impedem grandemente a edificação dos membros da igreja; enquanto estão possuídos de invejas e aversão mútua, perdem todo o benefício dos dons uns dos outros e daquela santa comunhão que deveriam manter uns com os outros. E ficam possuídos daquele zelo e sabedoria que Tiago chama de terrena, animal e demoníaca, que corrompe todos os seus afetos, transforma o seu alimento em sustento para a sua doença e faz com que a sua própria adoração a Deus se torne um aumento de seu pecado. Onde há divisões e contendas, os membros que deveriam crescer em humildade, mansidão, abnegação, santidade e amor crescem em orgulho, disputas perversas, lutas apaixonadas e discussões invejosas; o Espírito de Deus afasta-Se deles, e um espírito maligno de malícia e vexação toma o Seu lugar; embora, em sua paixão, não saibam de que espírito são: ao passo que, se forem de uma só mente e viverem em paz, o Deus de amor e paz estará com eles. Que lamentáveis exemplos desta calamidade temos em muitos dos sectários do presente tempo; especialmente nas pessoas chamadas *quakers*, que, enquanto pretendem as maiores austeridades, crescem em tal medida de orgulho azedo, desprezo sem caridade pelos outros e especialmente por todos os superiores, e injúrias infernais contra os mais santos ministros e pessoas, como raramente conhecemos ou lemos em toda a história.

6. Estas divisões enchem a igreja de pecado, inclusive com pecados de natureza mais odiosa. Introduzem um enxame de erros, enquanto se torna moda para cada um ter uma doutrina própria e algo a dizer na religião que o torne notável. "Dentre vós mesmos se levantarão homens falando coisas perversas, para atrair os discípulos atrás de si" (At 20:30). Alimentam o orgulho, a malícia e a calúnia contra os outros (os três grandes pecados do diabo) tão naturalmente quanto a carne morta gera vermes; destroem o amor cristão imparcial tão naturalmente quanto o sangramento consome o nosso calor e umidade vitais. Qual impiedade há que elas não alimentem? Em uma palavra, a Escritura nos diz que "onde há ciúme [no original grego: zelo] e sentimento faccioso, aí há confusão e toda espécie de coisas ruins". (E não é esta uma forma lamentável de reforma de alguns males imaginários ou menores?)

7. Estas divisões são a tristeza dos espectadores honestos e causam os pesares daqueles que são culpados delas. Tornam todos os seus deveres difíceis para eles e transformam a sua religião em uma tarefa amarga, desagradável e cheia de altercações; como bois sob o jugo que lutam um contra o outro, quando deveriam puxar em ordem e igualdade. Que vida penosa é para o marido e a esposa, ou para qualquer pessoa da família, se vivem em discórdia? Assim é para os membros da igreja. Uma vez que os homens consideram que o reino de Deus consiste em comida, bebida ou cerimônias — o qual consiste em justiça, paz e alegria no Espírito Santo — e passam a lutar por

questões que não edificam, afastam-se de toda a doçura da religião.

8. As seitas e divisões conduzem diretamente à apostasia da fé. Nada está mais nos planos de Satanás do que confundir os homens de tal modo com a variedade de religiões que eles cheguem a pensar que não há certeza em nenhuma; para que tanto os espectadores ignorantes pensem que toda religião não passa de fantasia e engano, quanto os próprios contendores fiquem girando de seita em seita até retornarem ao ponto de onde partiram inicialmente, vindo a ficar ao final deliberadamente sem religião alguma, eles que no início estavam sem nenhuma por falta de deliberação. E não é pequeno o sucesso que Satanás tem alcançado com esta tentação.

9. As divisões dos cristãos frequentemente avançam a ponto de abalar estados e reinos, exercendo uma influência lamentável sobre a paz civil; e isso desperta a desconfiança dos príncipes contra eles, levando-os ao uso daquelas severidades que a parte sofredora considera perseguição; sim, e os turcos, e todos os príncipes que são inimigos da reforma e da santidade, justificam-se em suas perseguições mais cruéis ao verem as divisões dos cristãos e os distúrbios dos estados que se seguiram a elas. Se os cristãos, e os protestantes em especial, vivessem naquela unidade, paz e ordem que o seu Senhor e Governante exige deles, as consciências dos perseguidores os atormentariam e fariam de suas vidas um inferno na terra pela sua crueldade contra uma classe de homens tão excelente; mas agora, quando os veem todos em

confusão, e veem os distúrbios que se seguem a isso, e os ouvem difamando uns aos outros, pensam que podem destruí-los como perturbadores da terra, e suas consciências mal os acusam por isso.

Os agravantes do cisma.

IV. É necessário também, para a vossa verdadeira compreensão da malignidade deste pecado, que tomeis nota dos agravantes dele, especialmente no que nos diz respeito. 1. É um pecado contra tantas palavras claras, veementes e urgentes do Espírito Santo (as quais em parte já citei anteriormente), que é, portanto, inteiramente indesculpável: prostituições, traições e perjúrio não são mais frequentemente proibidos no evangelho do que este pecado.

1. É contrário ao propósito de Cristo em nossa redenção, o qual foi reconciliar a todos nós com Deus, unindo-nos e centralizando-nos todos nEle: "Para reunir em um só corpo os filhos de Deus que andavam dispersos" (Jo 11:52). "De fazer convergir em Cristo todas as coisas" (Ef 1:10). "Para criar em si mesmo, dos dois, um novo homem, fazendo a paz" (Ef 2:15). E nos uniremos a Satanás, o divisor e destruidor, contra Cristo, o reconciliador, no próprio propósito de Sua redenção?

2. É contrário ao propósito do Espírito da graça, e contrário à própria natureza do cristianismo em si. "Pois, em um só Espírito, todos nós fomos batizados em um só corpo... e a todos nós foi dado beber de um só Espírito" (1 Co 12:13). "Como há um só corpo e um só Espírito, do mesmo modo é nosso dever preservar a

unidade do Espírito no vínculo da paz" (Ef 4:3-4). A nova natureza dos cristãos consiste no amor e deseja a comunhão dos santos como tais; e, portanto, o mandamento deste amor especial é chamado de novo mandamento (Jo 13:34; 15:12,17; 17:21). E diz-se que são ensinados por Deus a amar uns aos outros (1 Ts 4:9). Assim como a autopreservação é o princípio principal no corpo natural, o qual o faz abominar o ferimento ou amputação de seus membros, e evitar a divisão como destruição — exceto quando um membro gangrenado deve ser cortado para a salvação do corpo — do mesmo modo ocorre com o corpo místico de Cristo. É insensível e desprovido de graça aquele que não abomina as feridas da igreja.

3. Estas divisões são pecados contra os vínculos mais próximos de nossas elevadas relações mútuas: "Somos irmãos; não haja contenda entre nós" (Gn 13:8). "Pois todos vós sois filhos de Deus mediante a fé em Cristo Jesus" (Gl 3:26). Somos membros uns dos outros no corpo de Cristo; e deveríamos dilacerar o Seu corpo, separar os Seus membros, cortar a Sua carne e quebrar os Seus ossos? (Ef 5:23,30). "Porque, assim como o corpo é um e tem muitos membros, e todos os membros, sendo muitos, constituem um só corpo, assim também com respeito a Cristo" (1 Co 12:12). "Assim também nós, consoante somos muitos, somos um só corpo em Cristo e membros uns dos outros" (Rm 12:4-5). Aquele que fere ou desmembra o vosso próprio corpo dificilmente será tido por vosso amigo; e sois amigos de Cristo quando desmembrais ou feris o Seu corpo? É agradável ver os filhos ou servos de vossa família em contenda? São as guerras civis

voltadas para a segurança de um reino? Ou tende para a honra dos filhos de Deus aquilo que é a vergonha dos homens comuns? Ou é a segurança do Seu reino aquilo que é a ruína de todos os demais? "Já não sois estrangeiros e peregrinos, mas concidadãos dos santos, e membros da família de Deus" (Ef 2:19). "Vós sois edifício de Deus" (1 Co 3:9). "Não sabeis que sois santuário de Deus e que o Espírito de Deus habita em vós? Se alguém destruir o santuário de Deus, Deus o destruirá; porque o santuário de Deus, que sois vós, é sagrado" (1 Co 3:16-17). Destruirá Ele os que o destroem, e amará os que o dividem e destroem? Se é pecado tão grande demandar desnecessariamente em juízo contra nossos irmãos, ou fazer-lhes injustiça (1 Co 6:8), o que será deserdá-los e rejeitá-los? E se aqueles que saúdam e amam apenas os seus irmãos, e não também os seus inimigos, não são os filhos de Deus (Mt 5:47), o que são aqueles que se separam e condenam até mesmo os seus próprios irmãos?

4. Os divisores da igreja ou gostariam de dividir o próprio Cristo entre si, ou gostariam de roubar-Lhe uma grande parte de Sua herança: e nenhum destes é um pecado pequeno. Se criardes vários corpos, devereis ter vários cabeças; e "está Cristo dividido?", pergunta o apóstolo (1 Co 1:13). Fá-lo-eis líder de uma facção? Ele será o vosso cabeça comum como cristãos; mas não será cabeça de vossas seitas e partidos. Ou gostaríeis de arrancar das mãos de Cristo qualquer parte de Suas posses? Irá Ele cortá-los porque vós os cortastes? Irá Ele separá-los de Si mesmo porque vós vos separastes deles, ou os separastes de vós? Dar-lhes-á Ele carta de divórcio sempre que vos aprouver

lançar qualquer acusação odiosa contra eles? Quem os condenará quando é Ele quem os justifica? Quem os separará do amor de Deus? Poderá a vossa censura ou separação fazê-lo, quando nem a vida, nem a morte, nem qualquer criatura pode fazê-lo? (Rm 8:33, etc.). Não vos disse Ele que "lhes dá a vida eterna, e jamais perecerão, e ninguém as arrebatará da sua mão"? (Jo 10:28). Perderá Ele as Suas joias porque vós as lançastes fora como lama? Ele sofreu mais pelas almas do que vós, e conhece melhor o valor delas! E pensais que Ele Se esquecerá de uma compra tão cara? Ou aceitará bem que O roubeis daquilo que comprou por tão alto preço? Dareis os membros e a herança de Cristo ao diabo, dizendo: "Eles são de Satanás, e não de Cristo"? "Quem és tu que julgas o servo alheio?"

5. Os divisores da igreja são culpados de ignorância de si mesmos, orgulho e grande ingratidão contra aquele Deus que tanto tolera neles, enquanto eles de forma tão censora rejeitam os seus irmãos. Foste alguma vez humilhado pelo teu pecado? Sabes quem és, e o que carregas contigo, e quanto tu mesmo ofendes a Deus? Se o sabes, certamente julgarás com ternura os teus irmãos, sabendo quão terna mão tu mesmo necessitas e quanta misericórdia encontraste da parte de Deus. Poderá ele cruelmente julgar os seus irmãos ao inferno por causa de pequenas divergências, ele que é sensível a como a mão graciosa do seu Redentor tão recentemente o arrancou da beira do inferno? Poderá ser apressado em condenar os seus irmãos aquele que foi tão recentemente e misericordiosamente salvo?

6. Os divisores da igreja são os servos mais bem-sucedidos do diabo, sendo inimigos de Cristo dentro de Sua própria casa e sob Sua própria farda. Eles satisfazem a Satanás e a todos os inimigos da igreja, e realizam o próprio trabalho que ele gostaria que fizessem, de forma mais eficaz do que os inimigos declarados poderiam fazer. Assim como os amotinados em um exército podem fazer mais para destruí-lo do que a própria força do inimigo.

7. É um pecado que contradiz todas as ordenanças de Deus e os meios de graça, os quais existem propositadamente para produzir e manter a unidade de Sua igreja. A palavra e o batismo servem para reuni-los em um só corpo, e a Ceia do Senhor para significar e manter a sua concórdia, como sendo um só pão e um só corpo (1 Co 10:17). E toda a comunhão da igreja serve para expressar e manter essa concórdia. O uso do ministério destina-se em grande parte a esse fim, para ser os vínculos e juntas desta unidade de crentes (Ef 4:13-14,16). Todos estes são desprezados e frustrados pelos divisores.

8. A divisão da igreja é um pecado (especialmente para nós) cometido contra experiências tão grandes e lamentáveis quanto quase nenhum outro pecado poderia ser. Por cerca de mil e seiscentos anos a igreja tem sofrido por causa disso. Em muitos países onde o evangelho prosperava e as igrejas floresciam, a divisão transformou tudo em desolação, entregando-as à maldição do islamismo e da incredulidade. As contendas entre Constantinopla e Roma, entre as igrejas orientais e ocidentais, abalaram o interesse

cristão na terra e entregaram grande parte do mundo cristão à tirania e à cegueira, dando vantagem ao papado para cativar e corromper grande parte do restante, sob o pretexto de ser o centro da unidade. Oh, que igrejas gloriosas, onde outrora viveram os eruditos escritores daquelas eras, encontram-se agora extintas, e os lugares convertidos ao culto do diabo e de um enganador, por causa da ambição e das contendas dos bispos, que deveriam ter sido os vínculos de sua unidade e paz! Mas precisa a Inglaterra olhar para trás na história, ou olhar para fora em terras estrangeiras, em busca de exemplos dos tristes efeitos da discórdia? Há alguém, bom ou mau, nesta era, que tenha passado os seus dias em sono tamanho que não saiba o que as divisões causaram, ao provocarem tamanha ruína na igreja e no estado, acendendo chamas consumidoras, criando tantas seitas e partidos, enchendo tantos corações com rancor sem caridade, e tantas bocas com calúnias e difamações, transformando tantas orações em pecado ao envenená-las com o orgulho e oposições facciosas, e derramando torrentes de sangue e fúria por toda a terra? Aquele que faz pouco caso das divisões dos cristãos nestes reinos, ou não ama os que falam contra elas, mostra-se tão impenitente nelas que chega a ser um daqueles terríveis efeitos delas, devendo servir de estátua de sal para advertir as eras futuras a que tomem cuidado.

9. Sim, este é um terrível agravante deste pecado, que comumente ele é justificado, e não objeto de arrependimento por parte de quem o comete. Enquanto um bêbado ou um devasso confessará o seu

pecado, o divisor da igreja manterá a sua posição e a defenderá; e "ai dos que ao mal chamam bem, e ao bem, mal!" A impenitência é um terrível agravante do pecado.

10. E é ainda mais grave porque comumente é atribuído a Deus. Se um bêbado ou um devasso dissesse: "Deus me ordena fazer isso, e sirvo a Deus com isso", não consideraríeis este um terrível agravante? Quando conhecestes alguma seita ou partido, por mais contrários que fossem entre si, que não pretendessem a autoridade de Deus e Lhe atribuíssem o seu pecado, chamando-o de Seu serviço, e censurando os outros como ímpios, ou menos piedosos, por não agirem tão mal quanto eles? São Tiago vê-se obrigado a refutar aqueles que pensavam que essa sabedoria vinha do alto, gloriando-se assim em seu pecado e mentindo contra a verdade, quando a sabedoria deles era de baixo, e nada melhor do que terrena, animal e demoníaca. Pois a "sabedoria lá do alto é, primeiramente, pura; depois, pacífica, indulgente, tratável, plena de misericórdia", etc. (Tg 3:17).

11. As divisões da igreja são totalmente dessemelhantes ao nosso estado celestial e, em certo sentido, piores do que o reino do diabo, pois este não gostaria de destruir-se dividindo-se contra si mesmo (Mt 12:26). Oh, que bendita harmonia de almas santas e unidas haverá na Jerusalém celestial, onde esperamos habitar para sempre! Lá não haverá discórdias, invejas, partidarismos ou contendas, um sendo deste partido e outro daquele; mas na unidade do amor perfeito, aquele mundo de espíritos, com louvor

> alegre, magnificará o seu Criador. E é a inveja rancorosa ou a discórdia estridente o caminho adequado para tal fim? É a igreja de Cristo uma Babel de confusão? Deveriam estar divididos, partido contra partido, aqui na terra, aqueles que devem ser um em amor perfeito para sempre? Deveriam aqui estar condenando uns aos outros como não pertencentes aos filhos do Altíssimo, aqueles que lá devem viver na mais doce concórdia? Se houver vergonha no céu, envergonhar-vos-eis de encontrar nos deleites da glória, e ver acolhidos pelo Senhor do amor, aqueles a quem difamastes e expulsastes da igreja ou de vossa comunhão, sem motivo, na terra.

Lembrai-vos agora de que o cisma, o partidarismo e as divisões na igreja não constituem um pecado tão pequeno quanto muitos pensam: é o ato de considerá-lo um dever e parte da santidade que representa a causa principal de sua prosperidade no mundo; e nunca será reformado até que os homens tenham conceitos corretos sobre o mal que ele representa. Por que as pessoas sóbrias estão tão distantes e livres dos pecados de jurar, embriaguez, fornicação e lascívia, senão porque estes pecados estão sob um caráter tão odioso que as ajuda a perceber facilmente o mal que possuem? E até que as divisões da igreja sejam devidamente compreendidas como o são a prostituição, o juramento e a embriaguez, nunca serão bem curadas. Gravai, portanto, em vossas mentes o verdadeiro caráter delas que aqui expus, olhai para os efeitos e então temereis este pecado de confusão tanto quanto a uma peste consumidora.

Dois impedimentos para os nossos verdadeiros conceitos sobre o cisma.

As duas grandes causas que impedem que as divisões sejam odiadas como deveriam são: 1. Um respeito caridoso pelo bem que há nos divisores da igreja, levando-nos a ignorar o mal do pecado; julgando o pecado pelas pessoas que o cometem e pensando que nada deveria parecer odioso se for deles, porque muitos deles são, em outros aspectos, de conduta irrepreensível e piedosa. E, de fato, cada cristão deve repreender de forma tão prudente os erros e as faltas dos homens piedosos que não macule a piedade que lhes é associada; e, portanto, não para tornar as suas pessoas odiosas, mas para dar à pessoa todas as suas justas recomendações pela sua piedade, enquanto nos opomos e agravamos o seu pecado; porque o próprio Cristo distingue assim entre o bem e o mal, e entre a pessoa e o pecado, amando os Seus pelo bem que neles há enquanto odeia o seu mal; e assim devemos fazer também; e porque é o grande plano de Satanás, por meio das faltas dos piedosos, tornar primeiramente as suas pessoas odiadas e, a seguir, a sua piedade, banindo assim a religião do mundo; e todo amigo de Cristo deve mostrar-se inimigo desse plano de Satanás. Mas, ainda assim, o pecado deve ser rejeitado e combatido, enquanto a pessoa é amada segundo o seu valor. Cristo não dará graças por tal amor aos Seus filhos que alimente os seus pecados destruidores da igreja. A piedade nunca foi destinada a ser uma fortaleza para a iniquidade; nem uma bateria para o diabo montar seus canhões contra a igreja; nem uma venda para cobrir as minas de pólvora do inferno. Satanás nunca se opõe à verdade, à piedade e à unidade de forma tão perigosa

quanto quando pode fazer dos homens religiosos os seus instrumentos. Lembrai-vos, portanto, de que todos os homens são vaidade, e o interesse e a honra de Deus não devem ser sacrificados aos deles, nem o Santíssimo ser ultrajado em reverência ao mais santo dos homens pecadores.

O outro grande impedimento para a nossa devida percepção da pecaminosidade das divisões é o nosso senso profundo demais sobre os sofrimentos que nos são causados pelos superiores, e o olharmos tanto para o mal das perseguições que não olhamos para o perigo do extremo oposto. Assim, sob o papado, o povo da Alemanha, na reforma de Lutero, era tão profundamente sensível às crueldades papais que pensava que, por quaisquer caminhos que os homens fugissem de tais perseguidores sangrentos, seriam muito desculpáveis. E enquanto os homens estavam todos ocupados em denunciar a idolatria romana, as corrupções e as crueldades, nunca temeram o perigo de suas próprias divisões até que sofreram por causa delas. E este foi outrora o caso de muitas pessoas boas aqui na Inglaterra, as quais odiavam tanto a impiedade dos profanos e dos que odeiam a piedade que não tinham percepção do mal das divisões entre si: e porque tantos profanos costumavam chamar as pessoas sóbrias e piedosas de cismáticas e facciosas, os próprios nomes começaram a ganhar crédito para muitos, como se tivessem boa significação e realmente não houvesse pecado semelhante ao cisma e à facção a ser temido; até que Deus permitiu que este pecado irrompesse sobre nós com tal fúria que quase nos transformou em uma Babel e em uma desolação. E estou convencido de que Deus o permitiu

propositadamente para ensinar ao Seu povo, de forma mais sensível, a conhecer o mal desse pecado pelos efeitos, o que não conheceriam por outros meios; e para fazê-los ver, depois de se terem caluniado e arruinado mutuamente, que há em si mesmos algo de que deveriam ter mais medo do que de qualquer inimigo externo.

Direção 5. Não apoieis nenhuma causa que seja inimiga do amor; e não alegueis verdade, nem santidade, nem unidade, nem ordem, nem qualquer outra coisa contra ele. O espírito de amor é aquele único espírito vital que anima todos os santos. O aumento do amor é o bálsamo poderoso que cura todas as feridas da igreja; embora médicos sem amor e sem vida pensem que todas essas feridas devem ser curadas pela espada. E de fato a pomada de armas tornou-se agora a cura adequada. É a espada que deve ser medicada, para que as feridas causadas por ela possam ser curadas. A decadência do amor é a dissolução da igreja, que primeiro causa as cisões e separações e, com o tempo, nos reduz a todos a pó: e, portanto, os pastores da igreja são os instrumentos mais adequados para a cura, eles que são os mensageiros do amor, e cujo governo é paternal e não fere o corpo, mas é apenas um governo de amor, exercido por todos os meios do amor. Todos os cristãos no mundo confessam que o amor é a própria vida e perfeição de toda a graça, o fim de todos os nossos outros deveres e aquilo que nos torna semelhantes a Deus; e que se o amor habita em nós, Deus habita em nós; e que ele será a graça eterna, a obra do céu e a felicidade das almas; e que é o caminho excelente, o caráter dos santos e o novo mandamento. E sendo tudo isso assim, é certíssimo que nenhum caminho é o caminho de Deus que não seja o caminho do amor; e,

portanto, quaisquer que sejam as pretensões plausíveis que possam ter — e um pode clamar pela verdade, outro pela santidade, outro pela ordem e outro pela própria unidade para justificar as suas invejas, ódio e crueldades —, é certíssimo que todas essas pretensões são enganos satânicos. E se eles se morderem e devorarem uns aos outros, não se parecerão com as ovelhas de Cristo, mas serão consumidos uns pelos outros (Gl 5:15). "O amor não pratica o mal contra o próximo; de sorte que o cumprimento da lei é o amor" (Rm 13:10). Quando os papistas, que mostram o seu amor às almas dos homens torturando os seus corpos e queimando-os no fogo, conseguirem torná-los conscientes da excelência desse tipo de amor, poderão usá-lo para a cura da igreja. Enquanto isso, como é a sua religião, assim é a sua concórdia, enquanto todos aqueles são chamados membros de sua união e professores de sua religião que devem ser reduzidos a cinzas se disserem o contrário. Aqueles que dão a Deus uma imagem e uma carcaça de religião contentam-se assim com a imagem e a carcaça de uma igreja para o exercício dela. e se não houvesse outra coisa senão esta para detectar a pecaminosidade da seita dos *quakers*, e de muitas outras, seria suficiente para satisfazer qualquer homem sóbrio de que não pode ser o caminho de Deus. Deus não é o autor daquele espírito e caminho que tende à ira, à emulação, ao ódio, à injúria e à extinção do amor cristão para com todos, salvo para com a sua própria seita e partido. Lembrai-vos, se amais as vossas almas, de evitar todos os caminhos que são destrutivos para o amor cristão universal.

Direção 6. Não torneis nada necessário para a unidade da igreja, ou para a comunhão dos cristãos, que Deus não

tenha feito necessário, ou não vos tenha orientado a fazê-lo. Por esta única loucura, os papistas se tornaram os cismáticos mais notórios da terra, criando novos artigos de fé e novas partes de culto, impondo-os a todos os cristãos para serem jurados, subscritos, professados ou praticados; de modo que nenhum homem será considerado católico, ou terá comunhão com eles (ou com a igreja universal, se pudessem impedi-lo), que não os siga em todas as suas novidades. Aqueles que subscreveriam todas as Escrituras, e todos os credos antigos da igreja, e fariam qualquer coisa que Cristo e Seus apóstolos ordenaram, seguindo cada passo daquele caminho para o céu que Pedro e Paulo trilharam, tanto quanto são capazes; no entanto, se não forem além e não crerem em nada mais (sim, se não agirem contra algo disso), devem ser condenados, expulsos e chamados de cismáticos por estes cismáticos notórios. Se ele se mantiver fiel a Cristo, o Cabeça universal da igreja, e não se sujeitar ou prestar juramento ao papa, o cabeça usurpador, será tido por cortado de Cristo. E não há certeza entre estes homens sobre qual medida de fé, culto e obediência a eles será julgada necessária para constituir um membro da igreja: pois, assim como aquilo que servia nos dias dos apóstolos e nas eras seguintes já não serve hoje, do mesmo modo o subscrever todos os outros pretensos conselhos até então não servirá sem subscrever o credo ou conselho de Trento; assim, ninguém pode dizer qual nova fé, culto ou teste de cristianismo o próximo conselho (se o mundo vir mais algum) poderá exigir: e quantos milhares que são católicos trentinos hoje poderão ser julgados heréticos ou cismáticos amanhã, se não quiserem fechar os olhos e segui-los para qualquer

lugar, mudando de religião com a frequência que o interesse papal exigir. Sobre isso, Chillingworth, Hales e o Dr. H. More falaram claramente. Se o papa tivesse imposto apenas uma mentira para ser subscrita, ou um pecado para ser praticado, e dissesse: "Todas as nações e pessoas que não fizerem isso não são cristãs, ou não terão comunhão com a igreja", o homem que recusa essa mentira ou pecado imposto estaria isento de culpa pelo cisma, limitando-se a obedecer a Deus e a salvar a sua alma; e o usurpador que os impõe seria considerado o cismático terrível perante Deus, e a causa de todas as divisões da igreja. E assim, se qualquer sectário privado inventar uma opinião ou prática própria como necessária para a salvação ou comunhão da igreja, recusando a comunhão com aqueles que não são de sua opinião e caminho, é ele, e não eles, a causa da separação sem caridade.

Direção 7. Orai contra as usurpações ou intrusões de pastores ímpios, carnais, ambiciosos e cobiçosos nas igrejas de Cristo. Pois um único homem perverso no lugar de pastor pode fazer mais para o aumento de um cisma ou facção do que muitos homens privados podem fazer. E os homens carnais possuem mentes carnais e interesses carnais, os quais são ambos irreconciliáveis com a mente e o interesse espiritual e santo; pois a "mente carnal é inimizade contra Deus, pois não é sujeita à lei de Deus, nem, em verdade, o pode ser" (Rm 8:7). "E os que estão na carne não podem agradar a Deus" (v. 8). E podereis facilmente conceber qual trabalho será feito no navio quando um inimigo do proprietário se tiver apossado sutilmente do lugar do piloto! Ele acusará todos os que são fiéis de amotinados, porque resistem a ele quando ele

quer levar tudo embora. E se um inimigo de Cristo chegar a ser governador de um de Seus regimentos ou guarnições, todos os que não forem traidores serão chamados de traidores e demitidos, para que não impeçam a traição que ele planeja. E "como, outrora, o que nascera segundo a carne perseguia ao que nascera segundo o Espírito, assim também agora. Mas que diz a Escritura? Lança fora a escrava e seu filho", etc. (Gl 4:29-30). Não é o ofício sagrado do ministério, nem a profissão da mesma religião, que curará a inimizade de um coração carnal contra a santidade e contra a semente santa. Toda a atividade do mundo, de era em era, nada mais é do que a condução daquela guerra, proclamada logo na primeira entrada do pecado no mundo, entre a semente da mulher e a da serpente (Gn 3:15); e nenhuma das sementes da serpente é mais cruel ou mais bem-sucedida do que aquelas que se infiltram nos exércitos de Cristo; e especialmente as que obtêm o comando de Seus regimentos. Nem a fraternidade nem a unidade da religião professada detiveram as mãos do maligno Caim de assassinar o seu irmão Abel. A mesma religião, o mesmo pai e a mesma família não reconciliaram o escarnecedor Ismael com Isaque, nem o profano Esaú com o seu irmão Jacó. A família de Cristo e o ofício de um apóstolo não impediram Judas de ser um traidor do seu Senhor. Se homens carnais invadem o ministério, eles tomam o caminho do comodismo, da honra e da riqueza mundana, e lutam pelo domínio e por quem será o maior, não se importando com quão grandes sejam o seu poder e jurisdição, nem com quão pequeno seja o seu trabalho proveitoso; e o seu esforço é ajustar todos os assuntos de culto e disciplina aos seus fins ambiciosos e cobiçosos; e o

adorador espiritual será o objeto do seu ódio: e é de se admirar se as igrejas de Cristo forem despedaçadas pelo cisma e entregues à profanidade onde existem guias tão infelizes?

Direção 8. De maneira especial, acautelai-vos contra o orgulho; suspeitai dele e dominai-o em vós mesmos, e fazei o que puderdes para torná-lo desonroso perante os outros. "Da soberba só provém a contenda" (Pv 13:10). Nunca vi até hoje um único cisma realizado no qual o orgulho associado à ignorância não fosse a causa; nem jamais conheci uma única pessoa inclinada ao cisma (que eu me recorde) na qual o orgulho não fosse visivelmente a sua doença. Não pretendo aqui (como os papistas) acusar de cisma ou orgulho todos aqueles que não renunciam aos seus entendimentos e não optam por entregar-se a uma submissão bestial aos usurpadores ou aos seus pastores: aquele que pensa ser suficiente que o seu mestre tenha razão e seja um homem em seu lugar, e assim pensa ser suficiente que o seu mestre seja cristão e religioso, deve também contentar-se com que apenas o seu mestre seja salvo (mas então ele não deve ser o mestre de um caminho tão condenável); mas por orgulho quero dizer uma clara superestimação do seu próprio entendimento, conceitos e raciocínios, muito acima de todas as evidências do seu valor, e uma subestimação e desprezo dos julgamentos e raciocínios de homens muito mais sábios, que possuíam evidências suficientes para demonstrar a sua tolice e erro a um homem sóbrio e imparcial. Sem dúvida, é o orgulho dos sacerdotes e do povo que tem, de forma tão lamentável, despedaçado a igreja em todas as eras. Aquele que lê as histórias dos cismas e das confusões da igreja, e observa os efeitos que

esta era tem mostrado, não duvidará mais de que o orgulho foi a causa do que se foi o vento que derrubou as árvores e as casas, ao vê-las todas caídas por multidões onde a tempestade passou com maior força. Portanto, o bispo não deve ser "neófito, para não suceder que se envaideça [*hína mé typhōtheís*] e caia na condenação do diabo" (1 Tm 3:6). E se tais estrelas caem do céu, não é de admirar que tragam muitas outras de cabeça para baixo com elas. As almas humildes habitam mais em suas próprias casas, consideram-se indignas da comunhão de seus irmãos e são mais severas contra as suas próprias corrupções. "Nada façais por partidarismo ou vanglória, mas por humildade, considerando cada um os outros superiores a si mesmo" (Fp 2:3); e "não julgueis, para que não sejais julgados" (Mt 7:1). E é provável que tais pessoas fossem divisoras da igreja? Mas os homens orgulhosos ou devem ser grandes e dominar e, como Diótrefes (3 Jo 9-10), amar a primazia, expulsando os irmãos da igreja e proferindo palavras maliciosas contra os seus pastores mais fiéis; ou então devem ser notados pelas suas supostas excelências, estabelecendo-se a si mesmos e falando coisas perversas para atrair os discípulos atrás de si (At 20:30); considerando os irmãos indignos de sua comunhão e estimando todos os outros abaixo de si mesmos; e, como a igreja de Roma, confundindo comunhão e sujeição, achando que ninguém é apto para a sua comunhão se não lhes obedecer ou não se conformar com a sua opinião e vontade. Não há esperança de concórdia onde o orgulho tem poder para prevalecer.

Direção 9. Acautelai-vos contra a singularidade, a estreiteza de mente e a falta de familiaridade com o

estado anterior e presente da igreja e do mundo. Homens que são criados em um canto, e que nunca leram nem ouviram falar da condição comum da igreja ou do mundo, são facilmente conduzidos ao cisma devido à ignorância desses fatos que os preservariam. Abundância desta classe de pessoas honestas que conheci sabiam tão pouco além da cidade ou do campo onde viviam que pensavam ser muito católicas em sua comunhão porque possuíam uma ou duas congregações e não se dividiam entre si. Mas para evitar o cisma: 1. Olhai (com piedade) para o mundo incrédulo e considerai que os cristãos de todos os tipos representam apenas um sexto de toda a terra. E então, 2. Considerai desse um sexto quão pequena parte representam as igrejas reformadas. E se estais dispostos a deixar a Cristo alguma igreja na terra, talvez relutareis em vos separar ainda mais em um partido mais estreito, o qual representa para o mundo inteiro não mais do que uma de vossas cabanas representa para todo o reino. E é este todo o reino na terra que atribuireis a Cristo? É o Rei da igreja o Rei apenas do vosso pequeno partido? Embora o Seu rebanho seja um rebanho pequeno, não o torneis quase inexistente; como se Ele tivesse vindo ao mundo com um propósito tão modesto quanto o de reunir apenas a vossa seita. Quanto menor for o Seu rebanho, mais pecaminoso é roubá-lo dEle e torná-lo ainda menor do que é. É um rebanho pequeno, ainda que contivesse todos os cristãos, protestantes, gregos, armênios, abissínios e papistas da terra. Sede singulares e separai-vos do mundo incrédulo, sem hesitar; e sede singulares em santidade em relação aos cristãos profanos, nominais e hipócritas; mas não afeteis ser singulares em opinião ou prática, ou separados em comunhão, em relação à igreja universal ou

à generalidade dos crentes sadios: ou, se abandonardes algum erro comum, mantende ainda assim o amor comum e a comunhão com todos os fiéis, conforme as vossas oportunidades. 3. E será muito útil, quando fordes tentados a vos separar de alguma igreja devido à imperfeição de sua maneira de prestar culto, indagar como Deus é adorado em todas as igrejas da terra, e então considerar se, caso vivêsseis entre elas, abandonaríeis a comunhão com todas elas por tais imperfeições (desde que não sejais forçados a justificá-las ou aprová-las) [167]. 4. E é muito útil ler a história da igreja e compreender quais heresias existiram no passado, e que estragos os cismas causaram entre os cristãos: pois se isso fosse conhecido pelas pessoas de boa intenção em nossos dias, não teríamos visto as mesmas opiniões aplaudidas como nova luz, as quais há muito tempo foram rejeitadas como antigas heresias; nem teríamos visto tantas pessoas honestas adotando o mesmo caminho para reformar a igreja agora e promover o evangelho, o qual em tantas eras e nações destruiu anteriormente a igreja e extinguiu o evangelho. Uma alma estreita, que considera que todo o interesse de Cristo no mundo reside em algumas de suas reuniões separadas, e encerra toda a igreja em uma casca de noz, inevitavelmente será culpada dos cismas mais graves. É um espírito católico e princípios católicos, amando o cristão como cristão, abominando os próprios nomes de seitas e partidos como feridas da igreja, que devem fazer de alguém de fato um católico.

Direção 10. Compreendei bem a verdadeira diferença entre a igreja visível e o mundo, para que não penseis que estais obrigados a vos separar tanto de uma igreja corrompida quanto vos separais do mundo. Não é a fé

verdadeira, mas a profissão da fé verdadeira que qualifica um homem para ser reconhecido como membro da igreja visível. Se essa profissão for insincera e acompanhada de uma vida viciosa, isso constitui o pecado e a miséria de tal hipócrita, mas não o coloca imediatamente tão distante de vós como se ele fosse um infiel fora da igreja! Se perguntardes qual vantagem possuem esses membros insinceros da igreja, respondo com o apóstolo em Rm 3:1-2: "Muita, sob todos os aspectos. Principalmente porque aos judeus foram confiados os oráculos de Deus". E em Rm 9:4: "Aos quais pertence a adoção de filhos, a glória, as alianças, a promulgação da lei, o culto e as promessas". Até que a igreja encontre motivo para expulsá-los, eles desfrutam dos privilégios externos de sua comunhão. Fez com que muitos incorressem na culpa de separação pecaminosa o mal-entendido daqueles textos da Escritura que chamam os cristãos a se separarem dos pagãos, infiéis e idólatras: como em 2 Co 6:17: "Pelo que saí do meio deles, e apartai-vos, diz o Senhor", etc. O texto fala apenas de separar-se do mundo, que são infiéis e idólatras, e não membros da igreja; e as pessoas ignorantes ordinariamente o expõem como se significasse separar-se da igreja por causa dos ímpios que são membros dela: mas aquele Deus que sabia por que chamava o Seu povo a separar-se do mundo nunca os chama a se separarem da igreja universal, nem de qualquer igreja particular por uma separação mental a ponto de desigrejá-los. Lemos sobre muitas corrupções repugnantes nas igrejas de Corinto, Galácia, Laodiceia, etc.; mas, ainda assim, nenhum mandamento para se separar delas. Assim, muitos abusam de Ap 18:4: "Retirai-vos dela, povo meu"; como se Deus lhes

ordenasse sair de uma verdadeira igreja por causa de suas corrupções ou imperfeições, porque Ele os chama a sair de Babilônia! É verdade que não deveis participar com nenhuma igreja em seus pecados, mas podeis participar com qualquer igreja em sua profissão e culto santos, na medida em que puderdes fazê-lo sem participar com eles em seus pecados.

Direção 11. Compreendei o que é que vos torna participantes dos pecados de uma igreja, ou de qualquer membro dela, para que não penseis que estais obrigados a vos separar deles no bem, bem como no mal. Muitos fogem das assembleias públicas com medo de participar dos pecados daqueles que ali estão presentes. Certamente nada além do consentimento (direto ou indireto) pode fazer com que as faltas deles se tornem vossas. E, portanto, nada que não signifique tal consentimento deve ser evitado por essa razão. 1. Se vós, por palavras, subscrição ou auxílio, apoiais o pecado de qualquer homem, consentis diretamente nele. 2. Se negligenciardes qualquer dever que recaia sobre vós para a cura do pecado dele, consentis indiretamente; pois consentis que ele continue em seu pecado a fazerdes a vossa parte para ajudá-lo a sair dele. Considerai, portanto, até que ponto estais obrigados a repreender qualquer pecado, ou a usar qualquer outro meio para a reforma dele, seja no pastor ou no povo; e se negligenciardes tais meios, o vosso caminho é reformar a vossa própria negligência e cumprir o vosso dever, e não separar-vos da igreja antes de terdes cumprido o vosso dever para reformá-la. Mas se tiverdes feito tudo o que está ao vosso alcance, então o pecado não é vosso, embora continueis ali presente.

Se a presença constitui consentimento com o pecado.

Trata-se de uma fantasia turbulenta e erro inquietante de algumas pessoas pensar que a sua presença na assembleia e a continuidade na igreja as tornam culpadas das faltas pessoais daqueles com quem se reúnem: se assim fosse, quem se reuniria com qualquer assembleia no mundo? *Questão:* Mas e se forem pecadores graves e escandalosos os que são membros da igreja? *Resposta:* Se fordes omissos em vosso dever de reformar isso, será pecado vosso; mas se a mera presença tornasse os pecados deles em nossos, também tornaria todos os pecados da assembleia em nossos; mas nenhuma palavra de Deus insinua tal coisa. Paulo nunca disse isso às igrejas de Galácia e Corinto, que possuíam tantos membros maculados. *Questão:* Mas e se forem pecados cometidos na assembleia aberta, inclusive pelo próprio ministro em suas orações, pregações e outras ministrações? E se tudo isso lhe for imposto por lei, de modo que eu saiba de antemão que devo me unir àquilo que é injustificável no culto de Deus? *Resposta:* A próxima direção contém as distinções necessárias para responder a isso.

Direção 12. Distingui cuidadosamente: 1. Entre as faltas pessoais de um ministro e as suas faltas ministeriais. 2. Entre as suas fraquezas toleráveis e as suas insuficiências intoleráveis. 3. E entre a atividade do ministro e a da congregação. E então vereis a vossa dúvida resolvida nas seguintes proposições.

1. As faltas pessoais de um ministro (como jurar, mentir, embriaguez, etc.) podem condenar a ele mesmo, e devem ser motivo de lamentação para a igreja,

devendo esta fazer o seu melhor para reformá-las ou para obter um pastor melhor por quaisquer meios legítimos. Mas, caso não possam, o pecado dele não pertence a eles, nem torna as suas ministrações nulas ou ineficazes; nem vos autorizará a se separar do culto que ele administra. Embora muitos dos sacerdotes fossem homens ímpios, os judeus piedosos não ficavam por isso desobrigados do culto público de Deus, ou dos sacrifícios que deveriam ser oferecidos por suas mãos. Caso contrário, em que situação triste estaria a igreja, tendo de responder por pecados que nunca cometeu nem pôde reformar. Mas nenhuma Escritura lança essa culpa sobre eles.

2. Não são todas as faltas ministeriais que vos autorizarão a se separar de um ministro ou a rejeitá-lo; mas apenas aquelas que demonstram ser ele ou a sua ministração inteiramente intoleráveis. Tais são: 1. Uma total insuficiência de conhecimento ou de expressão para as partes necessárias do trabalho ministerial: como se ele não for capaz de ensinar os pontos necessários da religião cristã, nem de administrar os sacramentos e outras partes do culto público. 2. Se ele se propuser a opor-se aos próprios fins do seu ministério e pregar contra a piedade, ou qualquer parte dela que seja de necessidade para a salvação: pois então realiza o trabalho do diabo, buscando a condenação das almas, e assim se torna ministro do diabo, e não ministro de Cristo: pois o fim é essencial para a relação. Nisto incluo o pregador de heresia que prega qualquer erro condenável e combate qualquer verdade salvadora necessária; isto é, que prega erro tal que subverte a fé ou a piedade, e

causa mais dano na igreja do que bem. 3. Se ele depravar de tal modo o culto público de Deus que destrua a substância dele, tornando-o inaceitável, e ofereça um culto público falso a Deus, o qual Ele desautoriza na própria matéria dele. Como se ele proferisse blasfêmia em lugar de louvor e oração, ou cometesse idolatria, ou instituísse novos sacramentos e guiasse o povo assim no culto público. Como fazem os sacerdotes papistas que adoram o pão com culto divino, oram aos mortos e oferecem sacrifícios reais por eles, etc.: a tal culto não se deve associar. 4. Ou se impuserem qualquer pecado real sobre o povo: como em suas respostas pronunciar qualquer falsidade, ou adorar o pão, ou algo semelhante: estas faltas nos desobrigam de estar presentes com tais pastores em tal culto. Mas, além destas, existem muitas faltas ministeriais que não justificam a nossa separação. Como: 1. Os vícios internos da mente do pastor, embora manifestados em sua ministração: como alguns erros toleráveis de julgamento, ou inveja e oposição mesquinha a outrem. "Alguns, efetivamente, proclamam a Cristo por inveja e porfia; outros, porém, o fazem de boa vontade; estes, por amor... aqueles, contudo, pregam a Cristo por discórdia, não sinceramente, pensando suscitar tribulação às minhas prisões" (Fp 1:15-17). Aqui há um vício odioso no ministério público, inclusive um esforço para aumentar os sofrimentos do apóstolo; no entanto, era lícito ouvir tais pregadores, embora não preferi-los aos melhores. A maioria das seitas entre os cristãos possui uma inclinação à inveja e à falta de caridade contra os dissidentes, a qual costuma manifestar-se

em suas pregações e orações: e, no entanto, é lícito associar-se a eles. 2. Não é ilícito associar-se a um ministro que possua muitos defeitos e fraquezas em sua ministração ou maneira de prestar culto: como se ele pregar com alguma ignorância, desordem, expressões ou gestos inadequados, repetições inconvenientes; ou se fizer o mesmo na oração, ou nos sacramentos, colocando por último o que deveria vir primeiro, e omitindo algo que deveria ser dito, ou orando de forma fria e formal. Estes e outros defeitos semelhantes são faltas que deveríamos fazer o melhor para reformar; e não deveríamos preferir tal ministério a um melhor; mas é lícito e um dever associar-se a ele quando não temos outro melhor. Pois todos os homens são imperfeitos e, portanto, a maneira de prestar culto realizada por eles será imperfeita. Homens imperfeitos não podem ser perfeitos em suas ministrações: devemos nos associar a um modo de culto imperfeito e com defeitos, ou não nos associarmos a nenhum na terra: e devemos realizar nós mesmos cultos assim ou nenhum. Quem de vós se atreve a dizer que em vossas orações privadas não tendes desordem, repetições vãs, monotonia ou defeitos? 3. Não é ilícito associar-se a um ministro que apresente algum erro material ou falsidade em sua pregação ou oração, contanto que não sejamos chamados a aprová-lo ou torná-lo nosso, e desde que não seja pernicioso e destrutivo para os fins do seu ministério. Pois todos os homens possuem algum erro, e deles se pode esperar que às vezes os manifestem. E não é a nossa presença que significa consentimento com os seus equívocos. Se fugirmos de

todos os que proferem qualquer falsidade ou equívoco no culto público ou privado, mal saberemos com qual igreja ou pessoa poderemos manter comunhão: a razão disso segue.

3. O sentimento da igreja, e de todos os seus membros, deve ser julgado pelas suas profissões públicas, e não por tais palavras de um ministro que são de sua autoria e que nunca contaram com o consentimento deles. Sou por profissão cristão, e a Escritura é a regra professada de minha religião; e quando vou às assembleias, professo adorar a Deus segundo essa regra: professo ser ouvinte de um ministro do evangelho que deve pregar a palavra de Deus, e que prometeu em sua ordenação instruir a partir das Sagradas Escrituras o povo confiado ao seu encargo, e nada ensinar (como necessário para a salvação eterna) senão aquilo que estiver convencido de que se possa concluir e provar pela Escritura. Isso ele professou quando foi ordenado, e eu professo por minha presença apenas ouvir tal pregador do evangelho e adorar a Deus com ele naquelas ordenanças de culto que Deus instituiu. Agora, se esse homem deixar escapar algum equívoco na pregação, ou estruturar mal as suas orações ou ministrações, agindo de forma fraca e desordenada, os ouvintes não são de modo algum culpados disso pela sua presença. Pois se eu devesse fugir do culto público de Deus por causa do mau desempenho dos homens: 1. Não me associaria a nenhum na terra; pois um pecado pequeno não pode ser mais voluntariamente praticado ou apoiado do que um maior. 2. E então a fraqueza de outro homem poderia desobrigar-me e dispensar-me do meu dever.

Ordenar e expressar corretamente suas orações e pregações é parte do próprio trabalho do ministro, e não do povo; e se ele o faz bem, isso não reverte em louvor para mim que estou presente, mas para ele mesmo; e, portanto, se o faz mal, não constitui falta minha ou desonra para mim, mas para ele mesmo. Se o conselho municipal de Londres, ou o tribunal de vereadores, concordarem em peticionar ao rei pela renovação do seu alvará, e confiarem a expressão do seu pedido ao seu secretário, em sua presença; se ele peticionar por outra coisa em lugar daquilo que lhe foi confiado, traindo-os assim na substância do seu assunto, eles devem contradizê-lo abertamente e rejeitar a sua traição ou equívoco; mas se ele apresentar a mesma petição com gagueira, desordem, imperfeição e talvez alguma mistura de falsidades em suas razões e discurso adicionais, este é o seu fracasso no desempenho pessoal do seu dever, e de modo algum imputável àqueles que o enviaram e que estão presentes com ele, embora (por modéstia) permaneçam em silêncio e não se manifestem para rejeitá-lo; pois como pode ser falta deles que um homem seja carente em sua suficiência e dever pessoais (a menos que seja por não escolherem um melhor). E quer ele fale de improviso ou mais deliberadamente, em uma forma escrita ou sem ela, em palavras que outros homens lhe ensinaram ou escreveram para ele, ou em palavras de sua própria invenção, isso não altera a situação deles.

Sobre liturgias defeituosas impostas.

Objeção: Mas se um homem falha por fraqueza em seu próprio desempenho, não sei disso de antemão; mas se a sua maneira defeituosa de orar for prescrita e imposta a ele por lei, então eu sei disso de antemão e, portanto, sou culpado de participar.

Resposta: Para evitar confusão, defini o que considerais ser a ação pecaminosa.

1. Ou é porque as orações são defeituosas e imperfeitas. 2. Ou porque são impostas. 3. Ou porque sabeis do defeito de antemão. Mas nenhuma dessas razões pode provar que a vossa associação com elas seja pecaminosa. 1. Não por serem defeituosas; pois podeis vos associar a orações igualmente defeituosas, como admitis, se não forem impostas. 2. Não por serem impostas, (1.) Porque isso constitui uma atenuação, e não um agravante: pois prova que o ministro age de forma menos voluntária das duas do que agem aqueles que o fazem sem qualquer mandamento, ainda que pelo erro de seus próprios julgamentos (como a maioria das pessoas errôneas faz). (2.) Porque (embora coisas lícitas frequentemente se tornem ilícitas quando os superiores as proíbem, contudo) nenhuma razão se pode dar por que uma coisa lícita devesse tornar-se ilícita simplesmente porque um superior legítimo a ordena. Do contrário, os superiores poderiam retirar toda a nossa liberdade cristã e tornar todas as coisas ilícitas para nós simplesmente ordenando-as. Consideraríeis uma fantasia extravagante em vossos filhos ou servos se eles dissessem, ao ordenar-lhes aprender um catecismo ou usar uma forma de oração: "Era lícito para nós até que nos ordenásseis fazer; mas porque nos mandastes fazer, tornou-se ilícito". Se é um

dever obedecer aos governantes em todas as coisas lícitas, então não é pecado obedecer-lhes. 3. E não é o vosso conhecimento prévio que o torna ilícito: pois, 1. Sei em geral, de antemão, que todos os homens imperfeitos agirão de forma imperfeita; e embora eu não saiba o caso particular, isso de modo algum tornaria a ação lícita se o conhecimento prévio em si a tornasse ilícita. 2. Se souberdes que, por exemplo, um antinomiano ou algum pregador equivocado constantemente deixaria cair algumas palavras de seu erro em sua oração ou pregação, isso não tornaria ilícito, em vosso próprio julgamento, associar-vos a ele, desde que não seja uma heresia declarada. 3. É o erro ou falta de outro homem que conheceis de antemão, e não o vosso próprio; e, portanto, o conhecimento prévio não o torna vosso. 4. O próprio Deus, como causa universal da natureza, concorre com os homens naqueles atos que Ele sabe de antemão que eles praticarão pecaminosamente; e, no entanto, Deus não deve ser julgado autor ou aprovador do pecado por causa de tal concorrência e presciência: portanto, o nosso conhecimento prévio não nos torna aprovadores ou culpados das falhas de ninguém em suas ministrações sagradas, a menos que haja alguma outra culpa. Se disserdes que não é nenhum desses elementos isoladamente que o torna ilícito, mas todos juntos, deveis nos dar um argumento distinto para provar que a concorrência desses três demonstrará ser ilícito aquilo que não pode ser provado como tal por nenhum deles isoladamente, pois a vossa afirmação não servirá para o caso; e quando conhecermos o vosso argumento, não duvido que poderá ser respondido. Uma coisa continuo a confessar que pode tornar qualquer culto defeituoso em

ilícito para vós: e isso ocorre quando o preferis a um melhor, podendo (sem maior inconveniência) desfrutar de um ministério mais apto e de uma ministração mais pura, mas não o quereis.

Objeção: Mas aquele que se senta em silêncio, na postura de todo o restante da congregação, parece consentir com tudo o que é dito e feito: e devemos evitar toda aparência do mal.

Resposta: A aparência do mal que é de fato má deve ser sempre evitada; mas aquela aparência do mal que é de fato boa não deve ser evitada. Não devemos abandonar o nosso dever para não parecer que pecamos: isso nada mais seria do que preferir a hipocrisia à sinceridade, e evitar aparências mais do que realidades. A omissão de um dever é um pecado real; e isso não deve ser praticado para evitar um aparente pecado. E a quem parece ser assim? Se parece ser mau para o cego ou preconceituoso, são os olhos deles que devem ser curados; mas se parece assim para o sábio, então é provável que seja mau de fato: pois um homem sábio não deve julgar como mau aquilo que não o é. Mas confesso que, em um caso que seja inteiramente indiferente, até mesmo os equívocos dos ignorantes podem nos obrigar a nos abster: mas o culto de Deus não deve ser assim abandonado. Trata-se de uma fantasia irracional pensar que deveis ser descorteses, contradizendo, ou cobrindo as vossas cabeças, ou fazendo algo ofensivo à congregação sempre que algo for dito ou feito que desaproveis. A vossa presença significa o vosso consentimento com tudo o que professais, a saber, adorar a Deus segundo a Sua palavra, e não com todas as imperfeições humanas que ali são expressas.

Direção 13. Distingui cuidadosamente entre os vossos deveres privados pessoais e o dever do pastor ou da igreja com o qual deveis concorrer. E não penseis que, se a igreja ou o pastor não cumprirem o seu dever, estais obrigados a fazê-lo por eles. Expulsar um pecador obstinado e impenitente por sentença da comunhão da igreja é dever do pastor ou da igreja, e não vosso, exceto em concorrência ou auxílio à igreja. Portanto, se isso não for feito, indagai se cumpristes o vosso dever em relação a isso: se o fizestes, o pecado não é vosso; pois não está em vosso poder expulsar da igreja todos os que são indignos. Mas a familiaridade privada está em vosso poder recusar; e com tais pessoas sabeis que não deveis comer.

Direção 14. Tomai a medida de vossos deveres acidentais mais a partir do bem ou do mal da igreja, ou de muitos, do que a partir do bem ou do mal imediato que decorre para vós mesmos. Não deveis considerar como posto do vosso dever aquilo que sentis ser mais favorável para as vossas almas, mas sim aquilo no qual podereis prestar o maior serviço a Deus. Se o serviço de Deus para o bem de muitos exigir que permaneçais com um ministro mais fraco e ministrações imperfeitas, descobrireis ao final que esse era não apenas o local do vosso dever, mas também do vosso benefício: pois a vossa vida está nas mãos de Deus, e também todos os vossos confortos; e esse é o melhor caminho para a vossa paz e felicidade, no qual sois mais agradáveis a Deus e possuís a Sua promessa de maior aceitação e graça. Sei que a menor vantagem para a alma deve ser preferida a todas as riquezas terrenas; mas não ao bem público. Sim, esse caminho demonstrará ser o mais vantajoso para nós, no qual exercermos a maior obediência.

Direção 15. Acautelai-vos contra o permitir que o preconceito e a fantasia passem por razão, despertando em vossas mentes aversões injustificáveis contra qualquer forma ou modo de culto. É maravilhoso ver o que a fantasia e o preconceito podem realizar! Formulai uma opinião rígida sobre uma coisa, e as vossas avaliações desconsiderarão tudo o que se disser em favor dela, e nada vereis que vos reconcilie com ela. A parcialidade vos afastará da equidade e da verdade. Abundância de coisas parecem agora falsas e más a homens que outrora as imaginavam assim, as quais pareceriam inofensivas, se não louváveis, se fossem avaliadas por uma mente livre de preconceitos.

Direção 16. Não julgueis as doutrinas e o culto pelas pessoas, mas sim as pessoas por suas doutrinas e cultos (juntamente com suas vidas). Todo o mundo é propenso a se deixar levar pela consideração das pessoas. Confesso que, onde algo deve ser aceito por confiança, devemos confiar antes no inteligente, experiente, honesto e credível do que no ignorante e inacreditável; mas onde a palavra de Deus deve ser a nossa regra, é perverso julgar as coisas pelas pessoas que as defendem ou se opõem a elas: às vezes um homem mau pode estar com a razão, e um homem bom pode estar equivocado. Testai o caminho dos piores homens antes de rejeitá-lo (em coisas disputáveis). E testai as opiniões e o caminho dos melhores e mais sábios antes de vos aventurardes a recebê-los.

Direção 17. Não vos escravizeis a nenhum partido de homens, a ponto de serdes excessivamente desejosos de agradar-lhes, ou excessivamente temerosos de sua

censura. Tende consideração para com todo o restante do mundo, bem como para com eles. A maioria dos homens que uma vez se engaja em um partido pensa que a sua honra e interesse estão envolvidos com eles, e que permanecem de pé ou caem com o favor do seu partido, tornando-os assim (antes que percebam) senhores de suas consciências.

Direção 18. Considerai mais o julgamento de homens maduros, vividos e experientes, que viram os frutos dos diversos rumos dos professos da religião, do que o da classe jovem, imatura, inexperiente e impetuosa. O zelo é de grande utilidade para executar as resoluções de um homem bem informado: e o zelo de outros é muito útil para aquecer os corações daqueles que com eles convivem. Mas quando se trata de matéria de julgamento para decidir um caso difícil, a experiência amadurecida tem de longe a vantagem; e em nenhum caso mais do que naqueles em que a paz e a concórdia estão envolvidas, onde a juventude impetuosa e precipitada é muito inclinada a rumos apressados, dos quais se deve arrepender mais tarde.

Direção 19. Quando pessoas fervorosas e presunçosas quiserem derrubar tudo por meio de censuras e paixão, é hora de os pastores e a classe de cristãos mais madura e vivida os repreenderem abertamente, manifestarem-se contra eles e manterem a sua posição, sem se conformarem com a classe mal orientada para escapar de suas censuras. Nada causou mais cismas na igreja (exceto o orgulho e a ambição do clero) do que o fato de a classe de pessoas mais madura e criteriosa, juntamente com os próprios ministros, relutarem tanto em ficar sob as

censuras amargas da classe inexperiente, mais jovem e calorosa; e, para evitar tais censuras e manter-se em harmonia com eles, seguiram aqueles a quem deveriam liderar, sendo arrastados totalmente além do seu próprio entendimento. Deus estabeleceu a sabedoria para ser o guia da igreja, e o zelo para seguir e executar diligentemente os mandamentos da sabedoria. Que as pessoas de boa intenção, mas ignorantes, vos censurem tão amargamente quanto queiram; contudo, mantende a vossa posição e não sejais tão orgulhosos ou fracos a ponto de preferirdes a boa estima delas ao benefício delas e ao agrado de Deus. Não pequeis contra o vosso conhecimento para escapar da censura dos ignorantes. Se o fizerdes, Deus fará desses homens os vossos flagelos, os quais tanto superestimastes: e eles se revelarão para os seus pais espirituais como filhos mimados (como Absalão) o são para os seus pais naturais, e talvez representem a quebra de vossos corações. Mas se os pastores e os cristãos maduros e experientes mantiverem a sua posição, permanecerem unidos e repreenderem os excessos dos mais jovens censores, manterão o crédito do evangelho, preservarão a verdade e a paz da igreja, e os impetuosos com o tempo ou se arrependerão e se acalmarão, ou se envergonharão e serão incapacitados de causar muito dano.

Direção 20. Acautelai-vos sobre como dais vazão ao vosso zelo contra os pastores da igreja, para não colocardes as suas pessoas e, a seguir, o seu ofício em desprezo, quebrando assim os vínculos da unidade e paz da igreja. Não há mais esperança de manter a unidade e a concórdia da igreja sem o ministério do que de manter a força ou a unidade dos membros sem os nervos. Se estes

nervos estiverem fracos ou sofrerem de convulsão ou outra doença, é a sua cura e fortalecimento, e não o seu corte, que concorrerá para o bem-estar e segurança do corpo. Lidai com as faltas do ministério apenas na medida em que isso concorra para a cura delas ou da igreja, mas não para expô-los à desonra, enfraquecer o seu interesse perante o povo e desabilitá-los de praticar o bem. Abominai esse espírito orgulhoso e rebelde que é propenso a se levantar contra os oficiais de Cristo e, sob o pretexto de maior sabedoria ou santidade, colocar os seus guias em desprezo; e que fica buscando contendas com eles pelas costas para torná-los alvo de escárnio ou odiosos para os ouvintes. De fato, um ministro de Satanás que causa mais dano na igreja do que bem deve ser detectado de modo que melhor o incapacite de causar dano [171]. Mas aquele que causa mais bem do que dano deve ser dissuadido do dano de modo a não ser desabilitado de praticar o bem. "Meus irmãos, não vos torneis muitos mestres [ou instrutores], sabendo que receberemos maior juízo" (Tg 3:1).

Direção 21. Olhai mais com um olhar de caridade para o que é bom nos outros e em seu culto a Deus do que com um olhar de malícia para criticar o que aparenta ser mau. Alguns homens possuem olhos de tal modo doentios que quase nada conseguem ver senão imperfeições em qualquer coisa de outra denominação para a qual olham; a inveja e a facção os fazem criticar cada palavra e cada gesto: e eles não fazem escrúpulo em agravar cada falha, fazendo idolatria de cada equívoco no culto, e fazendo heresia ou blasfêmia de cada equívoco no julgamento, e fazendo apostasia de cada queda; sim, talvez a própria verdade não desfrutará de melhor representação. Como o

Dr. H. More bem observa: concorreria muito mais para o bem no mundo se todas as denominações fossem mais céleres em descobrir e louvar o que é bom na doutrina e no culto de todos os que delas divergem. Isso os ganharia para ouvirem conselhos de reforma, e manteria o crédito das verdades e deveres comuns da religião no mundo, ao passo que esse rosnar invejoso de tudo o que os outros fazem tende a conduzir o mundo ao ateísmo, banindo toda a reverência à religião, juntamente com a caridade cristã, da terra.

Direção 22. Não vos mantenhais estranhos àqueles de quem divergis, mas sede familiarizados com eles e ouvi placidamente o que têm a dizer em sua defesa: ou então convivei com eles em amor cristão em todos aqueles deveres em que concordais, e isso (se nunca falardes de vossas diferenças) fará muito para reconciliar-vos em todo o restante . É o caminho comum da divisão, da falta de caridade e, finalmente, da crueldade acolher boatos severos daqueles que de nós divergem pelas costas, acreditar e agravar tudo, e avançar para a detração e contenda a distância e no escuro, sem nunca manter qualquer familiaridade com eles. Há algo na apreensão de locais, pessoas e coisas pela visão dos olhos que nenhum boato é capaz de igualar: e assim há aquela satisfação sobre os homens pela convivência familiar que não podemos alcançar por ouvir dizer de ninguém, por mais criterioso que seja. Todas as facções comumente convivem juntas e não buscam convivência familiar com outras, mas acreditam que estas são tudo o que há de ruim, e então as relatam como tais antes mesmo de conhecerem as pessoas de quem falam. Estou convencido de que este é um dos maiores alimentadores da

inimizade, da falta de caridade, da contenda e das calúnias no mundo. Falo isso com base em grande observação e experiência; raramente ouvi qualquer homem opor-se amargamente aos servos de Cristo senão os grosseiramente ímpios ou aqueles que nunca tiveram muita familiaridade com eles; e vejo comumente que, por mais amargos que os homens fossem antes, uma vez que convivem e se familiarizam, tornam-se mais reconciliados. A razão é, em parte, porque encontram menos mal e mais bem uns nos outros do que antes acreditavam haver; e, em parte, porque a falta de caridade e a malícia, sendo um monstro feio, são mais audaciosas à distância, mas envergonham-se de si mesmas diante de vossa face: e, portanto, as canetas dos campeões da malícia costumam ser mais amargas do que as suas línguas quando falam convosco face a face. De todos os adversários furiosos que se enfureceram contra mim na última parte de minha vida, não me recordo de um único inimigo que eu tenha, ou que já tenha tido, que tenha sido familiar ou familiarizado comigo; e eu mesmo ouvi relatos ruins de muitos, os quais, por familiaridade pessoal, descobri serem inteiramente falsos. Mantende-vos unidos e silenciai as vossas diferenças ou debatei-as com brandura; sim, antes repreendei abertamente do que vos afastar uns dos outros. A familiaridade alimenta o amor e a unidade.

Direção 23. Sempre que olhardes para qualquer corrupção na igreja, atentai também para o extremo oposto, e observai e evitai o perigo de um tanto quanto o do outro. Certificai-vos de que cada erro e corrupção eclesiástica possui o seu extremo e, se não o virdes, e bem

assim o seu perigo, estareis mais propensos a cair nele. Olhai bem para ambos os lados se quereis estar seguros.

Direção 24. Adorai a Deus vós mesmos da maneira mais pura e sob o ministério mais edificante que legitimamente puderdes alcançar; mas não sejais céleres demais em condenar os outros que não alcançam a vossa medida ou não desfrutam de tanta felicidade; e não negueis a comunhão pessoal, por vezes, com igrejas que sejam mais maculadas e menos aptas para a comunhão. E quando não puderdes vos associar localmente com elas, que tenham elas a comunhão de vossos corações, em fé e caridade, e em oração mútua. Não temo aqui dizer abertamente ao mundo que, se eu fosse deixado inteiramente à minha própria liberdade, ordinariamente adoraria a Deus daquela maneira que considerasse mais pura e concorde com a Sua vontade e palavra; mas, por vezes, iria às igrejas de outros cristãos que fossem aptas para a comunhão cristã, se houvesse tais ao meu redor; algumas vezes com os independentes, algumas vezes com os anabatistas moderados, algumas vezes com aqueles que tivessem uma liturgia tão defeituosa quanto a das igrejas gregas ou etíopes; para demonstrar por minha prática qual comunhão meu coração mantém com todos eles.

Direção 25. Cuidai para que não envolvais a religião ou a igreja em divergências civis. Este erro dividiu e arruinou muitas igrejas famosas e, de forma extremamente prejudicial, tornou a santa verdade e o culto de Deus em objeto de censura e infâmia entre homens egoístas, parciais e carnais. Quando os príncipes e os estados se desentendem entre si, eles inevitavelmente querem atrair

os ministros para os seus lados, e então um dos lados certamente os condenará, imputando-lhes tudo o que o interesse próprio e a malícia podem inventar; e comumente, quando a controvérsia se situa apenas em matéria de direito ou de política, é a religião que arca com a culpa de tudo: e as divergências de juristas e estadistas devem ser atribuídas aos teólogos, para que o diabo possa torná-los inúteis quanto ao bem de toda aquela facção que se opõe a eles, e possa fazer com que a própria religião seja chamada de rebelião. E oh, que Deus preserve a paz dos reinos; e que reis e súditos fossem todos amantes da paz, até porque as divergências nos estados causam tão comumente divisões na igreja. Faria um homem maravilhar-se (e um amante da história lamentar) ao observar, nas divergências entre o papa e Henrique IV e outros imperadores, como os historiadores estão divididos, uma metade louvando aquele que a outra metade condena; e como os bispos e as igrejas estavam uma metade pelo papa e a outra pelo imperador; e uma metade continuava sendo considerada rebelde ou cismática pela outra, embora fossem todos da mesma religião. É mais para arruinar a igreja do que os reinos que Satanás trabalha tanto para acender guerras e gerar divergências civis no mundo; e, portanto, que aquele que ama a paz da igreja seja um súdito obediente, um inimigo da sedição, e um amante e defensor da paz civil e do governo na posição em que Deus o colocou: pois isso é agradável a Deus.

Sei que existem alguns que, com sucesso sangrento e calamitoso demais, forneceram em quase todas as eras outro tipo de direções para a extirpação do erro, da heresia e do cisma do que as que aqui apresentei [174]:

mas Deus sempre fez com que os cristãos mais sábios, santos, caridosos e experientes dessem o seu testemunho contra eles. E Ele sempre fez com que o seu caminho de crueldade se voltasse para a sua própria vergonha: e embora (como as traições e os roubos) pareça servir ao seu propósito no momento presente, revela-se amargura ao final e deixa uma lembrança fétida de seus nomes e ações para a posteridade. E os tratados dos reconciliadores (tais como os nossos Halls, Ushers, Bergius, Burroughs e muitos outros), pelo sabor deleitável da unidade e da caridade, são doces e aceitáveis para as pessoas prudentes e pacíficas, embora ordinariamente sem sucesso junto aos violentos que deles necessitavam.

Além do testemunho citado anteriormente de Sir Francis Bacon, etc., adicionarei aqui um dos mais antigos e um ou dois desta era, os quais os de mentalidade contrária mencionam com a maior honra. Justino Mártir, *Dialogus cum Tryphone* [Diálogo com Trifão], apresenta detalhadamente o seu julgamento de que um cristão judaizante, que considera melhor ser circuncidado e guardar a lei de Moisés, deve ser tolerado em sua opinião e prática, admitido à comunhão e aos privilégios da igreja, e amado como alguém que pode ser salvo nesse caminho, contanto que não faça disso o seu negócio para persuadir os outros ao seu caminho e ensiná-lo como necessário para a salvação ou comunhão; pois a tais ele condena.

O Rei Jaime, pela pena de Isaac Casaubon, diz ao Cardeal du Perron que "Sua Majestade pensa que, para a concórdia, não há caminho mais próximo do que separar

diligentemente as coisas necessárias das desnecessárias, e empenhar todo o nosso trabalho para que possamos concordar nas coisas necessárias, e que nas coisas desnecessárias possa haver lugar para a liberdade cristã. O rei chama de coisas simplesmente necessárias aquelas que ou a palavra de Deus expressamente ordena que sejam cridas ou praticadas, ou que a igreja antiga deduziu da palavra de Deus por consequência necessária..."

Grotius, *Annotationes in Novum Testamentum* em Mt 13:41, é tão pleno e detalhado sobre isso que devo rogar ao leitor que examine suas próprias palavras; onde, por meio de argumentos e autoridade, ele repreende veementemente o espírito de fúria, crueldade e falta de caridade que, sob o pretexto de governo, disciplina e zelo, nega aquela liberdade e tolerância, inclusive a heréticos e ofensores (quanto mais aos ministros fiéis de Cristo), que a fragilidade humana tornou necessária e Cristo ordenou aos Seus servos que concedessem. Concluindo: *Ubi solitudinem fecerant, pacem appellabant* [Onde faziam um deserto, chamavam de paz] (como Tertuliano). E a todas essas ações costuma-se alegar o zelo pelo nome divino; mas comumente alegar apenas. Pois Deus desdenha serviços forçados; nem Lhe pode agradar o que se extrai pela força humana. Na verdade, costumam os que agem assim consultar não o nome divino, mas as suas próprias honras, conveniências e tranquilidade; o que sabe Aquele que esquadrinha as mentes. E assim ocorre que o joio é arrancado com o trigo, os inocentes com os culpados: sim, que o trigo frequentemente é tomado por joio: pois não se lida tão bem com os assuntos humanos que as melhores coisas sempre agradem aos mais numerosos ou aos mais fortes: mas, como o touro no

rebanho, assim entre os homens, aquele que é mais forte agride o mais fraco: e os mesmos que se queixavam de sofrer, logo ousam fazer o mesmo com os outros. Leia o restante.

Novamente, rogo àqueles que desejam escapar do pecado do cisma que leiam seriamente os referidos Tratados dos pacificadores; especialmente de Bishop Hall, *The Peacemaker* [O Pacificador]; de Bishop Usher, *Sermon on Ephes. iv. 3* [Sermão sobre Efésios 4:3]; e do Sr. Jeremy Burroughs, *Irenicum*: aos quais posso adicionar do Sr. Stillingfleet, *Irenicum*, para os calorosos contendores sobre o governo da igreja; embora eu creia que toda a substância da ordem eclesiástica é de instituição divina: e de Jacopo Aconcio, *Stratagemata Satanae* [Os Estratagemas de Satanás].

E deve-se notar cuidadosamente que uma das maneiras pelas quais Satanás tenta os homens para as divisões da igreja é por meio de um zelo excessivo contra os divisores; e assim ele gostaria de atrair os governantes do mundo, sob o pretexto de um zelo pela unidade e paz, a promover perseguições contra todos os que forem culpados de qualquer excesso de escrupulosidade sobre a comunhão da igreja, ou de quaisquer princípios ou práticas que se desviem um pouco do verdadeiro catolicismo: e assim, pela crueldade de suas penas, silenciando ministros e afligindo o povo, aumentam muito as divisões que gostariam de curar: pois quando Satanás não pode realizar o seu trabalho de cara limpa e diretamente, ele costuma ser o mais celerado em aparentar praticar o bem e tomar o partido de Cristo, da verdade e da piedade; e então o seu caminho é o exagero:

ele será ultraortodoxo, ultrapiedoso e ultrapacífico, de modo que abraça a igreja e a verdade até a morte, pelos seus abraços apertados demais. Assim como nas famílias e na vizinhança algumas palavras transversas devem ser relevadas se queremos ter paz; e aquele que, para cada palavra provocativa e desordeira de outrem, levantar uma tempestade, será ele próprio o mais desordeiro: o mesmo ocorre na igreja; aquele que não consegue suportar as fraquezas da classe mais jovem de cristãos, que são excessivamente inclinados pelo seu zelo contra o pecado a rumos divisores, mas imediatamente se lança contra eles como cismáticos, tornando-os odiosos, excomungando-os ou punindo-os conforme a sua ira, aumentará o zelo e o número dos divisores, e provará ser ele próprio o maior divisor.

E por essa violência e zelo destruidor dos governantes ortodoxos contra as faltas e fraquezas reais de alguns homens de boa intenção que se separam, um número muito maior de governantes heterodoxos é encorajado a perseguir os ministros mais eruditos, sóbrios e pacíficos, e os mais piedosos e fiéis de seus súditos, que não ousam se conformar com todos os seus editos injustos e leis eclesiásticas em coisas proibidas pela lei de Cristo: e tudo isso se faz sob o pretexto de promover a unidade e a paz, e suprimir a heresia e o cisma. E assim a perseguição se torna o engenho do diabo para afastar o evangelho e a piedade do mundo infiel, e para mantê-los sob opressão no mundo cristão.

Contudo, quer aquilo (de Orígenes sobre a redenção futura dos demônios) seja um erro, como eu penso, quer uma heresia, como se supõe, não apenas não pôde ser

reprimido por muitas punições dos sacerdotes, mas de modo algum teria podido difundir-se tão amplamente se não tivesse crescido pela contenda. Diz Postumiano em Sulpício Severo, *Dialogi* 1.

Mas não havia a intenção de permanecer ali, onde a inveja do recente massacre fraterno fervia. Pois, embora talvez parecesse que deviam obedecer aos bispos, não por essa causa uma multidão tão grande que vivia sob a confissão de Cristo, especialmente por parte dos bispos, deveria ter sido afligida. Idem, ibid., referindo-se aos bispos que instigavam o poder secular a afligir os monges de Alexandria por defenderem Orígenes.

Quando o imperador Constâncio quis forçar pela violência os ortodoxos a manter comunhão com os arrianos, ele apenas tornou a fenda ainda maior. Leia Lúcifer de Cagliari, *De non conveniendo cum haereticis* [Sobre não se associar com heréticos]. O imperador dizia que os ortodoxos eram inimigos da paz, da unidade e do amor fraternal, e que ele estava resolvido a manter a unidade e a paz em seus domínios: por essa razão, aprisionou os ortodoxos e os baniu. Por isso nos odeias, porque abominamos o vosso concílio de malignos; por isso estamos no exílio; por isso somos mortos no cárcere; por isso a nós sós é proibida a vista de homens; por isso, encerrados nas trevas, somos guardados sob imensa custódia: por esta razão nenhum homem é admitido a nos visitar; porque, obviamente, não quisemos ter com os vossos ímpios e sacrílegos nenhuma sociedade em vossos crimes. Ibid. O que instigou este bispo em particular a ir longe demais ao afastar-se da comunhão livre mesmo com os arrianos penitentes, e

acumular mais escrituras contra aquela comunhão que o imperador ordenava do que qualquer um fizera antes. Tu nos dizias: "Quero que se faça a paz"; e em teu coração, permanecendo o adversário de nossa religião, cogitava por meio de ti fazer-nos idólatras, etc. Deus reprova os vossos conselhos proferidos contra a Sua igreja: pois Ele não pode odiar o Seu povo, a Sua herança, e amar a vós, filhos da pestilência, perseguidores de Seus servos: disseste: "Fazei as pazes com os bispos arrianos de minha seita e sede um só"; e diz o Espírito de Deus: "Não sigas as veredas dos ímpios, nem imites o caminho dos iníquos", etc. Doce parece a alguns unir-se em amizade contigo, ó rei, recebendo a tua heresia: mas sentirão sabor mais amargo que o fel quando começarem a sentir contigo para sempre na geena perpétua, os que escolheram estar contigo, dizendo então: "Ai de nós, que preferimos o imperador Constâncio a Deus". Abundância de outras coisas ele escreve para provar que, sendo o imperador um herético, não devem ter comunhão com ele ou com os seus bispos. E quando o imperador se queixou, por essa razão, de que o prejudicavam e desonravam a ele a quem deviam honrar, o referido Lúcifer escreveu o seu livro seguinte, *De non parcendo in Deum delinquentibus* [Sobre não poupar os que delínquem contra Deus], que começa: Tendo tu visto, imperador, que foste superado por todos os lados pelos servos de Deus, disseste que sofreste e sofres contumélia de nossa parte contra as admoestações das Sagradas Escrituras: dizes que nos mostramos insolentes para contigo, a quem conviria honrar. Se qualquer um dos adoradores de Deus poupou os apóstatas, sejam verdadeiras as coisas que dizes sobre nós; e assim ele acumula tantos textos para o

tratamento ríspido com reis transgressores; apresento este único exemplo para mostrar os frutos da violência, quando alegada em favor da paz e da unidade.

De perseguições aos fiéis em quase todas as eras, inclusive pelos próprios cristãos professos, e de Deus desautorizar esse espírito de crueldade por Suas providências especiais, toda a história da igreja faz menção: e de como os nomes de tais hipócritas perseguidores cheiraram mal nas narinas de todos os homens sóbrios quando a sua tragédia foi inteiramente encenada e compreendida. Especialmente as pobres igrejas chamadas valdenses, picardos e albigenses sentiram os efeitos mais graves dessa tirania e, no entanto, possuem o testemunho dos melhores e mais sábios homens de terem sido as mais puras e próximas da simplicidade apostólica em todo o mundo; e a memória de seus inimigos e perseguidores é uma abominação para os filhos da caridade e da paz. Leia Lasitius e Comênio sobre a disciplina deles, e Bishop Usher, *De christianarum ecclesiarum successione et statu* [Sobre a sucessão e o estado das igrejas cristãs]. Recitarei uma passagem notável mencionada por Thuanus e Comênio: Maximiliano, aquele bom e moderado imperador, estando um dia na carruagem apenas com João Crato (seu médico principal e um erudito protestante), lamentando as divisões dos cristãos, perguntou a Crato qual denominação ele pensava aproximar-se mais da simplicidade apostólica: ele respondeu que pensava que essa honra pertencia aos irmãos chamados picardos. O imperador disse que pensava o mesmo: o que Crato lhes comunicando, encorajou-os a dedicar-lhe um livro com parte de suas devoções; pois no ano anterior Deus o

salvara maravilhosamente de ter as mãos manchadas com o sangue deles. Joachim de Neuhaus, chanceler da Boêmia, foi a Viena e não deu descanso ao imperador até que obteve dele a assinatura de um decreto para a reativação de um decreto anterior de perseguição contra eles: tendo obtido a comissão e passando logo após as portas de Viena, ao estar sobre a ponte do rio Danúbio, a ponte quebrou sob ele, e ele e toda a sua comitiva caíram naquela grande e terrível água; e todos se afogaram exceto seis cavaleiros e um jovem nobre que, vendo o seu senhor nas ondas, segurou-o pela corrente de ouro e o manteve até que alguns pescadores vieram em barcos, mas o encontraram morto, e a sua caixa com o decreto afundou além de qualquer recuperação. Este nobre que sobreviveu foi sensível ao juízo de Deus e uniu-se aos irmãos na religião, e o decreto não foi mais executado. (História semelhante o Bispo Usher costumava contar sobre como a Irlanda foi salva da perseguição nos dias da Rainha Maria.)

Mas é a crueldade mais terrível quando, como no caso de Daniel, são criadas leis de impiedade ou iniquidade com o propósito de enredar o inocente por aqueles que confessam: "Não encontraremos culpa alguma contra este Daniel, a menos que seja concernente à lei do seu Deus": e então os homens devem ser apanhados nestas teias de aranha e acusados de cismáticos, ou do que os inventores desejarem. E especialmente quando é a santidade real que se odeia, e a ordem, a unidade, a concórdia, a paz ou a obediência aos nossos pastores são feitas de pretexto para a opressão maliciosa dela. Gildas e Salviano falaram disso longamente aos governantes da

igreja: e muitos dos protestantes perseguidos falaram disso de forma ainda mais ampla ao clero romano.

É uma queixa inteligente daquele que escreveu a *Epistola de malis doctoribus* [Epístola sobre os maus doutores], atribuída ao Papa Sisto III: por causa desta doutrina (a saber, em prol da santidade) adquirem poucos amigos e mais inimigos, pois é necessário que aqueles que condenam os vícios dos pecadores tenham tantos adversários quantos se deleitam em praticar os vícios: daí resulta também que são oprimidos por facções iníquas e ímpias; que são atacados com falsas acusações, e que são infundidos com a infâmia da heresia: que toda esta fala de seus inimigos adota a difamação como matéria para si. Mas que maravilha que a doutrina da justiça pareça heresia aos flagiciosos? A quem, contudo, parecerá heresia? O segredo deles é patente apenas aos inimigos, quando, se houvesse fidelidade no que dizem, os amigos poderiam antes sabê-lo, etc.

A causa é, diz Próspero de Aquitânia, *De vita contemplativa* [Sobre a vida contemplativa], Livro 1, Capítulo 20: Mas nós, deleitados com as coisas presentes, enquanto nesta vida buscamos as nossas conveniências e honras, não para sermos melhores, mas mais ricos, não mais santos, mas mais honrados, apressamo-nos diante dos outros. E não pensamos no rebanho do Senhor, que nos foi confiado para pastorear e proteger, mas sim em nossas vontades, domínio, riquezas e outras lisonjas carnais. Queremos ser chamados pastores, mas não nos esforçamos para sê-lo. Não evitamos o trabalho do ofício, cobiçamos a dignidade; não repelimos as feras dos espíritos imundos de dilacerar o rebanho; e o que lhes

restara, nós mesmos consumimos: quando não apenas não repreendemos os ricos ou poderosos que pecam, mas até os veneramos; para que não aconteça de, ofendidos, deixarem de nos enviar os presentes costumeiros, ou nos retirarem os obséquios desejados: e assim, capturados por seus presentes e obséquios, immo por meio destes a eles entregues, tememos falar-lhes de seu pecado ou do julgamento futuro; para isto apenas feitos poderosos, para que vinguemos nos súditos um domínio tirânico; não para que defendamos os aflitos contra a violência dos potentes que contra eles enfurecem à maneira de feras. Daí resulta que, tanto pelos poderosos deste mundo quanto por nós, o que é pior, alguns gravemente fatigados perecem, dos quais o Senhor com terrível ameaça nos adverte de que requererá de nossa mão...

Sulpício Severo também toca na ferida ao dizer, *Historia Sacra*, Livro 2: Corria-se porfia para os gloriosos combates, e muito mais avidamente se buscavam os martírios com gloriosas mortes do que agora os episcopados são cobiçados por perversas ambições.

Mas quando ele diz, ibid., após a libertação da igreja por Constantino: "E não cremos que haverá perseguição futura, exceto aquela que o anticristo exercerá perto do fim do mundo", ou ele estava grosseiramente equivocado, ou então aqueles são os instrumentos do anticristo que não são pensados como tal.

É um exemplo dos mais notáveis para o nosso propósito aquele com que Severo encerra a sua história, sobre o zelo pernicioso dos ortodoxos Itácio e Idácio contra Prisciliano e os seus gnósticos; e digno do estudo dos prelados da igreja: Idácio, sem limite e além do que

convinha atacando Instâncio e os seus sócios, lançou a tocha ao incêndio nascente; de modo que exasperou os maus antes de os reprimir. Em suma, conseguiram que o magistrado se interpusesse e banisse os gnósticos, os quais rapidamente aprenderam, subornando oficiais da corte, a voltar o imperador contra os ortodoxos para si mesmos; até que o zelo de Idácio e Itácio cresceu tanto que acusou até os melhores homens, sim, o próprio São Martinho, de favorecer os gnósticos: e ao final conseguiram que outro imperador tirânico entregasse Prisciliano e muitos outros gnósticos à morte, embora se retirassem da acusação por tender à sua própria confusão. E Severo diz: Certamente considero que Itácio nada tinha de ponderável, nada de santo: era de fato audaz, loquaz, impudente, suntuoso, muito dado ao ventre e à gula. Este chegara a tal ponto de tolice que acusava de crime todos os homens santos, nos quais houvesse ou o empenho pela leitura ou o propósito de lutar com jejuns, como se fossem sócios e discípulos de Prisciliano. Ousou também o miserável censurar abertamente o bispo Martinho, homem comparável aos apóstolos, com a infâmia da heresia... porque não cessava de repreender Itácio para que desistisse da acusação. E quando os líderes foram entregues à morte, a heresia aumentou ainda mais, honrando Prisciliano como mártir e difamando os ortodoxos como perseguidores perversos: e o fim foi que a igreja foi preenchida por divisões e múltiplos malefícios, e todos os mais piedosos foram feitos escárnio comum. Entre estas coisas, o povo de Deus e todos os melhores eram tidos sob opróbrio e ludíbrio. São as últimas palavras da História de Severo; e,

alterando os nomes, são calculadas para outro meridiano e para anos posteriores.

CAPÍTULO 9
COMO NOS COMPORTAR NAS ASSEMBLEIAS PÚBLICAS, E NO CULTO ALI REALIZADO, E DEPOIS DELES

Apresentei propositalmente diretrizes tão detalhadas na parte 2 sobre este assunto, e escrevi tantos livros a esse respeito, [Nota: Veja o meu *Treatise of the Lord's Day* e o meu *Cure of Church Divisions*.] e também discuti tanto nas *Cases of Conscience* [Casos de Consciência], que aqui apenas acrescentarei algumas diretrizes comuns, para que o leitor não pense que estou negligenciando o assunto.

Direção 1. Que as suas preparações em secreto e em sua família, no início dos dias do Senhor, sejam tais que o tornem apto para o culto público. [Nota: Ec 5:1-4; 1 Pe 2:1, 2; Pv 1:20 ao fim.] Não corra para a igreja como as pessoas ímpias fazem, com um coração carnal, que nunca buscou a Deus antes de ir, nem considerou o que vai fazer; como se toda a sua religião consistisse em preencher o número dos ouvintes, e como se pensasse que Deus não deve ser adorado e obedecido em casa, mas apenas na igreja. Deus, em sua misericórdia, pode ir ao encontro de um coração despreparado, abrir-lhe os olhos e o coração e salvá-lo; mas ele não fez tal promessa a ninguém que assim proceda. Aquele que vai adorar a Deus na igreja, a quem ele esquece e despreza em seu

coração e em sua casa, pode esperar ser desprezado por ele. Oh, considere o que é para um pecador, que em breve deverá morrer, ir com os servos de Deus para adorá-lo; orar por sua salvação e ouvir o que Deus tem a lhe dizer por meio de seu ministro, para a vida de sua alma imortal!

Direção 2. Não entre na santa assembleia de modo supersticioso ou irreverente. Não pense que o dobrar dos joelhos e o murmurar de algumas palavras com uma mente descuidada e ignorante, passando ali uma hora com desleixo, salvará a sua alma; tampouco pense que a relação que o culto, os adoradores e o lugar dedicado têm com Deus não merece uma honra e consideração especiais. Embora Deus esteja sempre conosco, em todos os lugares, nem todo tempo, lugar, pessoa e atividade possuem a mesma relação com Deus. E santidade não é uma atribuição inadequada para aquela comunidade ou aquele lugar que está relacionado a Deus, ainda que apenas pela lícita separação e dedicação humana. Descobrir a cabeça naqueles países onde o descobrir-se significa reverência é algo muito apropriado para uma alma reverente, exceto quando o perigo do frio o proíbe. É um efeito lamentável de nossas disputas que muitos que parecem mais reverentes e santos, em seu elevado respeito pelas coisas sagradas, portem-se, contudo, com um comportamento mais irreverente do que aqueles que eles mesmos consideram profanos. Deus é o Deus da alma e do corpo, e deve ser adorado por ambos; e enquanto estiverem unidos, as ações de um auxiliam o outro, além de serem devidas e decentes.

Direção 3. Se puder, chegue no início, para que demonstre a sua prontidão diante de Deus e a sua estima por todo o seu culto. Especialmente em nossas assembleias, onde grande parte do dever (como a confissão, os louvores, a leitura das Escrituras) ocorre no início. E é apropriado que, por meio disso, você demonstre que prefere o culto público ao privado, e que assuntos desnecessários não o mantêm afastado.

Direção 4. Se você for livre e puder fazê-lo legalmente, escolha o mestre mais capaz e santo que puder encontrar, e não seja indiferente a quem ouve. Pois, oh, quão grande é a diferença; e quão maus são os nossos corações; e quão grande é a nossa necessidade da doutrina mais clara e dos auxílios mais vivos! Tampouco seja indiferente em relação ao tipo de pessoas com quem se une, nem ao tipo de culto que ali é realizado; mas, em tudo, escolha o melhor quando for livre. Mas onde não for livre, ou não puder ter melhor, não recuse fazer uso de mestres mais fracos, ou comungar com congregações imperfeitas em um modo de culto defeituoso e falho, desde que não seja compelido a pecar. E não pense que todas as falhas das orações ou dos comungantes são imputadas a todos os que se unem a eles naquele culto. Pois, se assim fosse, não deveríamos nos unir a ninguém em todo o mundo.

Direção 5. Quando o ministro for fraco, seja ainda mais vigilante contra o preconceito e a indolência do coração, para que não perca tudo. Observe aquela palavra de Deus que ele lê para você, e reverencie-a, ame-a e guarde-a. Era a lei, lida e meditada, na qual Davi diz que o justo tem o seu prazer. [Nota: Sl 1:2, 3; 12:6, 7; 19:7-9.] As Sagradas Escrituras não são tão obscuras e inúteis como

pretendem os papistas, mas convertem a alma e são capazes de nos tornar sábios para a salvação. Cristo ia habitualmente às sinagogas, onde até homens maus liam Moisés e os profetas a cada sábado. Há milhares de pessoas que não sabem ler, as quais devem vir à assembleia para ouvir a leitura daquela palavra que não podem ler ou ouvir em casa. Cada sentença da Escritura possui uma excelência divina e, portanto, se nada mais tivéssemos além de sua leitura, e isso por um homem mau, uma alma santa ainda assim tiraria proveito dela.

Direção 6. Não se importe tanto com a situação dos outros ali presentes quanto com a sua própria; e não pense tanto em quão mau e indigno de estar ali é este ou aquele indivíduo, mas sim em quão mau você mesmo é, e quão indigno é da comunhão com o povo do Senhor, e que grande misericórdia é ter permissão de acesso, não sendo expulso dessas santas oportunidades.

Direção 7. Acautele-se contra um temperamento melindroso e questionador, que o predispõe a criticar tudo o que é dito e feito, a encontrar falhas em cada modo e circunstância, e a afetar uma singularidade sem causa, como se pensasse que as suas próprias maneiras, palavras e ordens são muito mais excelentes do que as de outros homens. Não pense mal de nada por pura disposição contenciosa, mas apenas quando a evidência o constranger a dissentir. E então lembre-se de que somos todos homens imperfeitos, e homens falhos inevitavelmente realizarão um culto falho, se realizarem algum, pois o culto não pode ser melhor do que aquele que o realiza.

Direção 8. Quando encontrar em um sermão ou oração uma palavra de que não goste, não permita que isso o detenha e impeça o seu prosseguimento fervoroso e pacífico no restante; como se você não devesse se unir àquilo que é bom caso haja qualquer mistura defeituosa nele. Mas continue naquilo que você aprova, e agradeça a Deus que perdoa as fraquezas dos outros tanto quanto as suas próprias.

Direção 9. Adapte-se a todos os gestos e costumes legítimos da igreja com a qual você se une. Você não vem ali orgulhosamente para mostrar à congregação que é mais sábio do que eles nas circunstâncias do culto, nem para diferir deles desnecessariamente, muito menos para endurecer os homens no desprezo pela seriedade, ao vê-lo colocar a religião em singularidades em coisas legítimas e indiferentes. Mas você vem para exercitar o amor, a paz e a concórdia, e com uma só mente e boca glorificar a Deus. Coloque-se de pé quando a igreja estiver de pé; sente-se quando a igreja estiver sentada; ajoelhe-se quando a igreja se ajoelhar, nos casos em que Deus não o proibir.

Direção 10. Acautele-se contra um coração costumeiro, formal e insensível, que se tolera dia após dia a realizar coisas sagradas de uma maneira comum, e com uma mente comum, monótona e descuidada; pois isso é profaná-las. Retome os seus pensamentos quando eles tentarem divagar; desperte o seu coração quando o sentir entorpecido. Lembre-se do que você está fazendo e com quem está lidando, e que você pisa sobre o pó daqueles que tiveram tais oportunidades antes de você, as quais agora se foram, e o mesmo acontecerá com as suas. Você ouve e ora por algo que vale mais do que a sua vida;

portanto, não o faça como se estivesse brincando ou dormindo.

Direção 11. Faça tudo com fé e esperança. Creia no que você pode obter de Deus em oração e por meio de uma audição obediente de sua palavra. Você não iria alegremente ao rei se ele lhe tivesse prometido conceder tudo o que pedisse? Não lhe prometeu Deus mais do que os reis podem lhe dar? Oh, é um coração incrédulo e desesperançoso que transforma tudo em uma formalidade morta! Se você apenas esperasse que Deus faria por você tudo o que ele disse que fará, e que você poderia obter mais pela oração do que pelos seus negócios, projetos ou por todos os seus amigos, você iria a Deus com mais fervor e com maior deleite.

Direção 12. Aplique toda a palavra de Deus a si mesmo, conforme a utilidade dela. Pergunte a si mesmo ao longo do caminho: "Como isso me diz respeito? Esta repreensão, esta marca, este conselho, este consolo, esta exortação, esta direção?". Lembre-se do máximo que puder, mas especialmente das partes mais práticas e úteis. Fixe-a profundamente em seu coração, de modo que não se desvie facilmente. Enraíze-a por meio de uma aplicação íntima à medida que avança, para que a afeição o constranja a lembrá-la.

Direção 13. Acima de tudo, resolva obedecer àquilo que Deus manifestar como sendo a sua vontade; acautele-se para que nenhum pecado voluntário escape ao poder da palavra e saia com você da mesma forma que entrou. Ouvir com descuido e viver com descuido tendem perigosamente a um coração endurecido e a um estado de abandono. Se você considerar a iniquidade em seu

coração, Deus não ouvirá as suas orações. O sacrifício dos ímpios é abominável para ele. Os insensatos não subsistirão diante dos seus olhos; ele odeia todos os que praticam a iniquidade. [Nota: At 10:33; 1 Sm 3:9, 10; Pv 8:34; Ez 33:4; Sl 66:18; 5:5.] Aquele que desvia o seu ouvido para não ouvir (isto é, não obedecer) a lei, até a sua oração será abominável. Ao ímpio, diz Deus: "Que tens tu que fazer em declarar os meus estatutos, ou em tomar a minha aliança na tua boca, visto que odeias a instrução e lanças as minhas palavras para trás de ti?". A obediência é melhor do que o sacrifício. Aquele que profere o nome de Cristo deve apartar-se da iniquidade, caso contrário Deus não encontrará nele a sua marca, nem o reconhecerá como um dos seus. As ovelhas de Cristo conhecem a sua voz e o seguem, e a elas ele dará a vida eterna. [Nota: Dn 4:27; Pv 10:29; 28:9; Sl 50:16-18; 125:5; 1 Sm 15:22; 2 Tm 2:19; Mt 7:23; Lc 13:27; Jo 10:3, 4, 27; Ec 5:1-4.] Mas se você tiver pregado ou realizado milagres em seu nome, ele lhe dirá: "Apartai-vos de mim, não vos conheço", se fordes praticantes da iniquidade. Guarde, portanto, o seu pé (o seu coração e a sua vida) quando for à casa de Deus, e esteja mais pronto a ouvir (a sua lei que o deve governar, para que conheça a sua vontade e a pratique) do que a oferecer o sacrifício de tolos (isto é, de pecadores desobedientes), que pensam que, por meio de sacrifícios e de um culto exterior, obterão o perdão para uma vida ímpia e reconciliarão Deus com eles em seus pecados, sem saberem que, assim, apenas acrescentam pecado ao pecado. Se você busca a Deus diariamente e tem prazer em conhecer os seus caminhos, como uma nação que pratica a justiça e não abandona a ordenança do seu Deus; se pede dele as

ordenanças da justiça (doutrina sã, culto regular, disciplina rigorosa) e tem prazer em se aproximar de Deus; se humilha a sua alma com jejuns frequentes e, no entanto, vive em um curso de desobediência voluntária, você trabalha em vão e agrava os seus pecados, e os pregadores precisam levantar as suas vozes e ser trombetas mais estridentes para lhe anunciar os seus pecados do que para outros homens. [Nota: Is 58:1-3.] Mas se você se lavar, se purificar e afastar a maldade dos seus atos; se cessar de fazer o mal e aprender a fazer o bem; se buscar o juízo, socorrer o oprimido, etc., poderá então aproximar-se com ousadia e confiança de Deus. Caso contrário, para que serve a multidão dos seus sacrifícios? As suas ofertas serão vãs e o seu incenso, abominável. Se você for de boa mente e obediente, será abençoado; mas se recusar e for rebelde, será destruído, pois a boca do Senhor o disse. [Nota: Is 1:10-20.] Se fizer o bem, não será aceito? Mas se fizer o mal, o pecado jaz à porta. Ainda que a sua profissão de fé seja grandiosa, e os seus dons e expressões sejam seráficos, o pecado é o opróbrio de qualquer povo; e se você tentar se esconder da justiça na igreja mais pura, entre o povo mais santo e por meio das orações mais numerosas e longas, esteja certo de que o seu pecado o encontrará. [Nota: Gn 4:7; Pv 14:34; Nm 32:23.] O seu desejo secreto, a sua avidez desonesta, a sua glutonaria ou embriaguez oculta, e muito mais os seus pecados escarlates, certamente o encontrarão. [Nota: Tg 1:22; Rm 2:13.]

Alas! O que farão então aqueles miseráveis cujos pecados são perseguições escarlates e sangrentas, sob o pretexto de promover a unidade, a obediência e a igreja católica, enquanto o manto ou cobertura disso não passa de uma

teia de aranha transparente de tradições humanas, numerosas cerimônias e cumprimentos infantis para com Deus? E quando eles não têm nada além das orações de uma longa liturgia para cobrir os efeitos de seu zelo e sabedoria terrenos, sensuais e diabólicos (como diz São Tiago, capítulo 3:15, 16) e para digerir as casas das viúvas que devoram, e para conferir uma reverência ao ofício e trabalho que labutam a semana inteira para tornar desprezíveis, por meio de uma vida sensual, luxuosa e ociosa, e por meio do comércio pérfido de almas? [Nota: Ez 7:19; Jr 7:23; 11:4, 7; 26:13; Mt 23:14; Mc 12:40; Êx 6:30; Dt 7:12; 11:13; 13:18; 15:5; 26:17; 28:1; Sl 71:8-12.]

Pelo cuidado que você tem com a sua própria alma, acautele-se para que o pecado não se torne audaz sob o amparo das orações, e não se torne familiar e desdenhoso diante dos sermões e discursos santos, e para que você não mantenha uma rotina de exercícios religiosos concomitante com pecados voluntários. Pois, oh, quão intensamente isso endurece o coração agora e o fere no porvir! O melhor ouvinte é aquele que vive de maneira mais santa e obedece com maior fidelidade.

Direção 14. Não seja um mero ouvinte das orações do pastor, quer sejam feitas por meio de uma liturgia ou sem ela. Pois isso não passa de hipocrisia e pecado de omissão; você não vem ali apenas para ouvir orações, mas para orar; e ajoelhar-se não é orar, mas sim uma profissão de que você ora. E você permanecerá sem oração até mesmo na casa de oração, e quando professa e aparenta orar, acrescentando assim a hipocrisia à impiedade? Temo que muitos que parecem religiosos, e que gostariam de ver impedidos de participar do

sacramento aqueles que não oram em suas famílias, tolerem ordinariamente em si mesmos essa grave omissão e zombaria de Deus, permanecendo sem orar até mesmo quando parecem fazê-lo.

Direção 15. Desperte o seu coração de modo especial para a maior alegria e júbilo ao pronunciar e cantar os louvores de Deus. O dia do Senhor é um dia de alegria e de ação de graças, e os louvores de Deus são a atividade mais elevada e santa sobre a terra. E se há algo que você deve fazer com todas as suas forças e com uma disposição de alma alegre e triunfante, é isto. Alegre-se por poder se unir às santas assembleias, em coração e voz, em obra tão celestial. E não faça como certas pessoas caprichosas e melindrosas (que não conhecem o perigo dessa orgulhosa enfermidade), que passam a questionar os Salmos de Davi como inadequados para alguns dos ouvintes, ou a sentir náuseas por qualquer falha na métrica, a ponto de transformar dever tão santo em negligência ou escárnio (pois, infelizmente, existem tais pessoas perto de onde resido); tampouco permita que o preconceito contra a melodia ou a música sacra (se você habita onde ela é utilizada) o domine com um desgosto bilioso por aquilo que deveria ser a sua atividade mais alegre. E se você compreende o quanto a alma encarnada deve fazer uso do corpo na harmonia e nos louvores jubilosos de Jeová, não questione os auxílios legítimos pelo fato de serem sensíveis e corpóreos.

Direção 16. Seja muito ponderado e sério nas renovações sacramentais de sua aliança com Deus. [Nota: Veja o livro do Sr. Rawlet, *Sacramental Covenanting*.] Oh, pense nas grandes coisas que você vai ali receber! E

pense em que obra santa você tem a realizar! E pense em que tipo de vida deve prometer! Uma aliança tão solene com Deus, e de tão grande importância, exige uma disposição de alma extremamente santa, reverente e séria. Mas, ainda assim, não permita que a injustificável diferenciação feita entre esta ordenança e os louvores de Deus (e os demais deveres) o seduza aos erros comuns de nossa época; refiro-me a: 1. Aqueles que, por conta disso, são levados a pensar que o sacramento nunca deve ser recebido sem um dia preparatório de humilhação, acima da preparação para o trabalho comum de um dia do Senhor. 2. E que, consequentemente, o recebem raramente; ao passo que as igrejas primitivas jamais passavam um dia do Senhor juntas sem ele. 3. Aqueles que o transformam em algo perturbador e aterrorizante, por medo de estarem despreparados, quando ele deveria ser o seu maior consolo, e quando não se mostram tão perturbados quanto à sua falta de preparação para qualquer outro dever. 4. Aqueles que fazem uma diferença tão grande entre este sacramento e as orações, louvores e outros atos de culto da igreja, que consideram este sacramento apenas como o trabalho e privilégio próprio dos membros da igreja; e, a partir disso, o transformam em uma ocasião para nossas grandes contendas e divisões, enquanto fogem da comunhão sacramental com outros mais do que fogem da comunhão nos demais cultos da igreja. Oh, o que o nosso sutil inimigo tem feito contra o amor, a paz e a unidade dos cristãos, especialmente na Inglaterra, sob o pretexto de pureza sacramental!

Direção 17. Realize todo o seu culto a Deus como se estivesse em comunhão de coração com todas as igrejas

de Cristo sobre a terra; inclusive as que são falhas, embora não com as suas falhas. Ainda que você possa estar presente fisicamente em apenas uma, consinta em estar presente em espírito com todas, e não se separe em coração de nenhuma delas, a não ser na medida em que elas se separarem de Cristo.

Direção 18. Consequentemente, que o interesse da igreja de Cristo esteja muito presente em seu coração, e ore por ela tão intensamente quanto ora por si mesmo.

Direção 19. Sim, lembre-se em tudo de qual relação você tem com a sociedade e o coro celestiais, e pense em como eles adoram a Deus no céu, para que se esforce por imitá-los em seu próprio grau. Sobre o que falaremos mais adiante.

Direção 20. Que todo o curso de sua vida posterior reflita uma disposição de igreja; viva como os servos daquele Deus a quem você adora, e como se estivesse sempre diante dele. Viva no amor daqueles cristãos com quem você tem comunhão, e não brigue com eles em casa; nem despreze ou persiga aqueles com quem você se une na adoração a Deus. E não exponha desnecessariamente as fraquezas do ministro para gerar preconceito nos outros contra ele e contra o culto. E não seja religioso apenas na igreja, pois, se assim for, você não é verdadeiramente religioso de modo algum.

CAPÍTULO 10
DIRETRIZES SOBRE NOSSA COMUNHÃO COM AS ALMAS SANTAS

QUE JÁ PARTIRAM E AGORA ESTÃO COM CRISTO

A desatenção e o descaso para com o nosso dever em relação às almas dos bem-aventurados, que agora estão com Cristo, concorrem grandemente para endurecer os papistas em seus excessos errôneos quanto a isso. E se quisermos algum dia reconduzi-los, ou refutá-los de modo correto, deve ser por meio de uma afirmação criteriosa da verdade, observando juntamente com eles aquilo que constitui o nosso dever, e elogiando neles aquilo que deve ser elogiado, e não fugindo da verdade e do dever para nos distanciarmos o máximo possível deles e do erro; pois o erro é um péssimo caminho para refutar o erro. A verdade prática reside nos seguintes preceitos.

Direção 1. Lembre-se de que as almas que partiram e estão no céu constituem parte — e a parte mais nobre — do corpo de Cristo e da família de Deus, da qual você é um membro inferior; e, portanto, que você deve a elas maior amor e honra do que deve a quaisquer santos na terra. "Toda a família nos céus e na terra toma o nome de Cristo", Ef 3:15. Aqueles são os membros mais felizes e nobres, que são os mais puros e perfeitos, e que habitam nas moradas mais altas e gloriosas, mais próximas de Cristo, sim, com ele. Se a santidade é amável, os mais santos são os mais amáveis; temos, portanto, muitas obrigações de amá-los mais do que aos santos na terra: eles são mais excelentes e admiráveis, e Cristo os ama mais. E se alguém deve ser honrado, devem ser especialmente aqueles espíritos que possuem as maiores excelências e perfeições, elevados à maior glória e

proximidade de seu Senhor. Faça disso, portanto, um dever de consciência em sua vida, não apenas amar e honrar as almas bem-aventuradas, mas amá-las e honrá-las mais do que àquelas que ainda estão na terra. E como todo dever vem acompanhado de benefício, encontraremos este excelente proveito na prática desse dever: ele inclinará os nossos corações a serem mais celestiais e elevará os nossos desejos para a sociedade que tanto amamos e honramos.

Direção 2. Lembre-se de que é parte da vida de fé enxergar, por meio dela, a sociedade celestial dos bem-aventurados, e parte de sua conversa celestial ter pensamentos frequentes, sérios e deleitosos sobre aquelas almas coroadas que estão com Cristo. Caso contrário, Deus nunca nos teria dado tais descrições da Jerusalém celestial, nem nos falado tanto sobre as hostes de Deus que devem habitá-la para sempre; que devem vir do "oriente e do ocidente, e assentar-se com Abraão, Isaque e Jacó no reino de Deus". Quando se diz que a nossa conversação (*politeuma* [*πολίτευμα* / cidadania]) está nos céus, Fp 3:20, o significado estende-se tanto à nossa relação quanto aos nossos privilégios e convívio: somos cidadãos ou membros da sociedade celestial; e o nosso direito à felicidade deles é o nosso privilégio e honra mais elevados; e, portanto, a nossa atividade diária está lá, e o nosso convívio mais doce e sério é com Cristo e com todos aqueles espíritos bem-aventurados. O que quer que estejamos fazendo aqui, o nosso olhar e coração devem estar sempre lá; pois não atentamos nas coisas temporais, que se veem, mas nas eternas, que se não veem, 2 Co 4:18. Um cristão sábio que abandonou o reino das trevas desejará conhecer o que é o reino de Cristo, para o qual

foi transladado, e quem são os seus concidadãos, e quais são os seus diversos níveis e dignidades, na medida em que isso concorra para o seu convívio apropriado com todos eles. E como nos deveria afetar perceber que "chegamos ao monte Sião, e à cidade do Deus vivo, à Jerusalém celestial, e aos muitos milhares de anjos; à universal assembleia e igreja dos primogênitos, que estão inscritos nos céus, e a Deus, o Juiz de todos, e aos espíritos dos justos aperfeiçoados, e a Jesus, o Mediador de uma nova aliança"! Hb 12:22-24. Viva, pois, como membro dessa sociedade, e não exclua os seus membros principais de seus pensamentos e convívio; embora a nossa comunhão local e visível seja apenas com estes habitantes rurais e inferiores, e não com os cortesãos do Rei do céu, contudo a nossa comunhão mental pode estar muito associada a eles. Se o nosso lar e tesouro estiverem lá com eles, os nossos corações também ali estarão, Mt 6:21.

Direção 3. É a vontade de Deus que a memória dos santos seja honrada na terra após a sua morte. Isso constitui parte do favor que ele lhes prometeu. Pv 10:7, "A memória do justo é abençoada, mas o nome dos ímpios apodrecerá". Mt 26:13, "Em verdade vos digo que, em todas as partes do mundo onde este evangelho for pregado, também o que ela fez será contado para memória sua". A história da Escritura registra a vida dos santos para a sua perpétua honra. E Deus também quer que seja assim por causa de seus servos injustiçados na terra, para que vejam que as calúnias de línguas maliciosas não serão capazes de obscurecer a glória de sua graça, e que as mentiras dos ímpios prevalecem apenas por um momento. Deus quer que seja assim por

causa dos ímpios, para que se envergonhem de sua inimizade e mentiras maliciosas contra os justos, ao perceberem que os santos que partiram deixam atrás de si um testemunho sobrevivente de sua santidade e inocência, suficiente para confundir as calúnias venenosas da semente da serpente. Sim, Deus quer que os nomes de seus servos eminentes sejam honrados na terra, para a honra de sua Cabeça, e de sua graça e evangelho; de modo que, enquanto a malícia tenta lançar desonra sobre Cristo a partir da baixeza e das falhas de seus servos que estão vivos, a memória dos mortos (que outrora foram tão desprezados e caluniados) se levantará contra eles para a sua honra e para a vergonha deles. E é muito notável como Deus constrange os inimigos ferrenhos da santidade a prestarem esse testemunho em honra à santidade, contra si mesmos! Pois muitos que são os mais cruéis perseguidores e assassinos dos santos vivos honram os mortos, inclusive com excessos. Quão zelosos são os papistas pela multidão de seus dias santos, e por honrar os seus nomes e relíquias, e por pretender que muitos milagres são operados por um simples toque em seus santuários ou ossos, enquanto injuriam e assassinam aqueles que os imitam, e privam os senhores temporais de seus domínios se não os exterminarem! Sim, enquanto queimam os santos vivos, fazem parecer parte de seu crime ou heresia o fato de não honrarem os dias e as relíquias dos mortos tanto quanto eles; para nos mostrar que as coisas que foram são as mesmas que serão, e que a impiedade é a mesma em todas as gerações. Mt 23:29-33, "Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas! pois que edificais os sepulcros dos profetas e adornais os monumentos dos justos, e dizeis: Se existíssemos no

tempo de nossos pais, nunca nos associaríamos com eles para derramar o sangue dos profetas. Assim, vós mesmos testificais que sois filhos daqueles que mataram os profetas. Enchei vós, pois, a medida de vossos pais. Serpentes, raça de víboras! como escapareis da condenação do inferno?". Eu sei que nem os fariseus acreditavam, tampouco os papistas acreditam, que aqueles a quem assassinaram fossem santos, mas sim enganadores, heréticos e perturbadores do mundo; mas, se a caridade é a graça mais necessária para a salvação, certamente não livrará homem algum da condenação o fato de ter tido malícia e falta de caridade suficientes para persuadi-lo de que os membros de Cristo eram filhos do diabo. Mas assim Deus forçará até mesmo os perseguidores e odiadores de seus santos a honrá-los. E se ele constrange os seus inimigos a isso, os seus servos não deveriam ser tardios em fazê-lo, de acordo com a sua vontade.

Direção 4. Somente se deve prestar aos santos que partiram a honra que concorra para a honra de Deus; e nada que seja prerrogativa de Deus deve ser atribuído a eles. Tudo o que havia de Deus comunicado a eles e que neles se manifestava deve ser reconhecido; mas de tal modo que Deus ainda seja reconhecido como a fonte de tudo, e nenhuma honra seja dada, em última análise, a eles; mas é a Deus neles que devemos contemplar, amar, admirar e honrar.

Direção 5. A honra dos santos que partiram deve destinar-se unicamente a promover a santidade entre os vivos. É um agravante terrível dos pecados daqueles homens que fazem da honra aos santos que partiram uma

cobertura para odiar e perseguir os seus seguidores, ou que dela fazem um instrumento para a execução de algum plano vil. Alguns a transformam em um artifício para a promoção de seus partidos e opiniões particulares. Os papistas dela fazem um meio poderoso para a manutenção do poder usurpado do papa, conferindo-lhe o poder de canonizar santos e de assegurar ao mundo quais almas estão no céu. Um papa que, pelo testemunho de um concílio geral (como João 23, Eugênio, etc.), é um herético e um homem perverso, sem probabilidade de alcançar o céu por si mesmo, pode assegurar ao mundo um catálogo vastíssimo de pessoas que lá estão. E ele, que pelos próprios papistas é confessado falível em questões de fato, pretende saber com tamanha certeza quem foram santos a ponto de lhes designar dias festivos e ordenar que a igreja lhes dirija orações. E ele, que ensina aos homens que não podem ter certeza de sua própria salvação, pretende, após a morte deles, estar certo de que foram salvos. Pretender a veneração de santos para tais propósitos carnais, ambiciosos, embustes e crueldades é um pecado incompatível com qualquer um que faça menção de um santo. O mesmo ocorre quando os homens fingem que os santos são pessoas raras e extraordinárias entre os membros vivos da igreja, para fazer as pessoas acreditarem que honrá-los substituirá a imitação de sua conduta, e que nem todos os que vão para o céu são santos. "Deus nos livre", dizem eles, "que ninguém além de pessoas santas seja salvo; confessamos que é bom ser santo, e eles são os principais no céu; mas esperamos que aqueles que não são santos possam ser salvos, apesar de tudo". Mas Deus diz: "Sem a santificação ninguém verá o Senhor", Hb 12:14. O céu é a herança de ninguém mais

senão dos santos, At 26:18; Cl 1 :12. Aquele que exalta os santos para fazer os homens crerem que aqueles que não são santos podem ser salvos serve ao diabo ao honrar os santos. O mesmo posso dizer daqueles que lhes prestam honra divina, atribuindo a cada um deles o poder de ouvir e auxiliar, em todo o mundo, a todos os que lhes dirigem orações.

Direção 6. Olhe para a bem-aventurança das almas que partiram como membros do mesmo corpo, alegrando-se com elas e louvando a Deus por tê-las exaltado tanto. Este é o benefício do santo amor e da unidade cristã: que eles fazem com que a felicidade de nossos irmãos seja para nós, de certo modo, como se fosse a nossa própria. 1 Co 12:25, 26, "Para que não haja divisão no corpo, mas antes tenham os membros igual cuidado uns dos outros... de maneira que, se um membro é honrado, todos os membros se regozijam com ele". À medida que o egoísmo é superado e transformado em amor unificador aos santos, na mesma medida todas as alegrias das almas bem-aventuradas no céu tornam-se as alegrias de todos os que verdadeiramente as amam na terra. Quão feliz é, então, o estado de todos os verdadeiros crentes, que têm tantos com quem se alegrar! Não recuse a Deus as graças pela salvação de tantas almas, as quais você não lhe recusaria se ele salvasse apenas os seus amigos, os seus bens ou a sua vida. Especialmente quando as aflições ou as tentações tentarem privá-lo da alegria que deveria ter nas misericórdias de Deus para consigo mesmo, console-se com a lembrança da alegria de seus irmãos. Quão incongruente e inadequado é para o homem definhar em tristezas sobre a terra, tendo ele tantos milhares de amigos no céu, em gozo e bem-aventurança, cujas

alegrias deveriam ser todas dele como se fossem suas próprias!

Direção 7. Quando sentir um esfriamento de seu amor para com Deus, ou de seu zelo, ou reverência, ou de outras graças, pense então na disposição daquelas almas santas que contemplam a sua glória! Oh, pense: com que fervor amam elas o seu Deus! Com que doçura arrebatadora se deleitam nele! Com que reverência todas o contemplam! E não sou eu o seu servo e um membro de sua família tanto quanto elas? Serei eu semelhante aos estranhos deste mundo congelado, quando deveria ser como os meus concidadãos lá no alto? Assim como a visão das lágrimas e da dor de outrem dispõe o homem a chorar, e assim como a visão da alegria e do júbilo alheios predispõe o homem à alegria e ao júbilo, também é um auxílio poderoso para elevar a alma ao amor de Deus e ao deleite em seu serviço o pensar, com fé, no amor e no deleite de um mundo composto de tantos espíritos bem-aventurados.

Direção 8. Ao se aproximar de Deus em seu santo culto, lembre-se de que você faz parte da mesma sociedade com aqueles espíritos bem-aventurados que o louvam em perfeição. Lembre-se de que você é membro do mesmo coro, e a sua parte deve somar-se para compor a melodia; portanto, você deve ser o menos dissonante deles quanto for possível. A qualidade daqueles com quem nos unimos no serviço de Deus é capaz tanto de nos entorpecer quanto de nos avivar, de nos rebaixar ou de nos elevar; e movemo-nos em direção ao céu de forma mais fácil e rápida na companhia daqueles que para lá caminham no passo mais veloz. O pensamento crente de que estamos

adorando a Deus em concerto com o coro celestial, e a consideração dos elevados e santos êxtases daqueles espíritos no louvor contínuo de seu grande Criador, constitui um meio excelente para nos aquecer, avivar e elevar o mais próximo possível de sua santa disposição, quanto se possa esperar aqui na terra.

Direção 9. Quando quiser incutir em seu coração um sentido vivo da hediondez do pecado, e quiser resistir a todas as tentações que tentem arrastá-lo para ele, pense então em como as almas bem-aventuradas com Deus julgam o pecado, e como acolheriam tal tentação se a proposta lhes fosse feita! O que pensam elas da avareza, do orgulho ou da luxúria? O que pensam da malícia, da crueldade ou da mentira? Como acolheriam a proposta se terras e senhorios, prazeres ou preferência lhes fossem oferecidos para seduzir os seus corações e afastá-los de Deus? Aventurar-se-iam elas na condenação por uma prostituta, ou por seus jogos, ou para satisfazer os seus apetites? Atribuem elas tão pouca importância a Deus e à sua salvação como faz o mundo ímpio? Oh, com que desprezo e santa indignação recusariam um mundo inteiro se lhes fosse oferecido em lugar de Deus! Com que detestação rejeitariam a sugestão para qualquer pecado!

Direção 10. Quando quiser reviver em sua mente uma correta apreensão e estima de todas as coisas terrenas — como riquezas, honras, grandeza, autoridade e plenas provisões para a carne —, considere então como as almas bem-aventuradas com Cristo as estimam. Quão pouco caso fazem de todas aquelas coisas pelas quais os homens do mundo fazem tanto alvoroço, e pelas quais vendem o seu Deus e a sua salvação! Quão desprezíveis são as

coroas e os reinos aos seus olhos! O julgamento delas assemelha-se mais ao julgamento de Deus do que o nosso. Lc 16:15, "O que entre os homens é elevado, perante Deus é abominação". O mundo inteiro não convenceria um santo no céu a proferir uma única mentira, ou a tomar o nome de Deus em vão, ou a esquecer-se de Deus, ou a afastar-se dele por uma hora que seja.

Direção 11. Quando você vir os piedosos sob o desprezo dos pecadores aqui, considerados como o lixo do mundo e a escória de todas as coisas, [Nota: 1 Co 4:12, 13; Lm 3:45.] difamados, ultrajados, odiados e perseguidos, olhe então para os santos que estão com Cristo e pense em como eles são estimados e tratados. E quando quiser conhecer verdadeiramente o que é um crente, não pense em como eles são estimados e tratados pelos homens, mas em como são estimados e tratados por Cristo. Não os julgue por suas breves aflições, nem por sua baixeza na carne, mas por sua felicidade infinita e sua glória no alto. Olhe para o lar e o mundo dos santos se quiser saber o que são os santos, e não para os poucos peregrinos imperfeitos e dispersos neste mundo, dos quais o mundo não é digno, Hb 11:38.

Direção 12. Quando for tentado a pensar de modo depreciativo a respeito do reino de Cristo, como se o seu rebanho fosse tão pequeno, pobre e pecador a ponto de ser insignificante, olhe para o mundo de almas bem-aventuradas que habitam no alto. E ali você não verá tal escassez, imperfeições ou manchas como aqui embaixo. Os súditos ali são tais que não desonram o seu Rei. O reino de Cristo não é deste mundo, Jo 18:36. Se quiser

conhecê-lo em sua glória, olhe para o mundo onde ele é glorioso. Se, ao ouvir os homens desprezarem o reino dos santos de Cristo, você pudesse ao mesmo tempo contemplar (como Estêvão contemplou) um vislumbre daquele reino e de toda a glória dos bem-aventurados ali, que pensamentos teria das palavras que o desonraram?

Direção 13. Quando ouvir os pecadores se vangloriarem da sabedoria ou do número de seu partido, apelando para os doutos ou grandes do mundo, olhe para as almas bem-aventuradas com Cristo e pergunte se elas não são mais sábias e numerosas do que todos os pecadores sobre a terra. Os maiores doutores são ignorantes e iletrados em comparação com a alma mais simples que está com Cristo; os maiores monarcas não passam de vermes em comparação com os espíritos glorificados com Deus. Se eles lhe disserem: "Você é mais sábio do que tantos homens tão sábios e instruídos?", pergunte-lhes: "Vocês, ou todos os ímpios, são mais sábios do que todas as almas bem-aventuradas com Cristo?". Que o partido mais sábio prevaleça.

Direção 14. Quando for tentado a cansar-se de uma vida santa, ou a pensar que todo o seu trabalho é vão, olhe para as almas bem-aventuradas com Cristo, e ali você verá o fim da santidade. Ali verá que, de todo o trabalho de sua vida, não há nenhum com o qual tenha tanta certeza de lucrar; e que "a seu tempo ceifaremos, se não desfalecermos; e se semeamos no Espírito, do Espírito ceifaremos a vida eterna", Gl 6:8, 9; e que, depois de ter "feito a vontade de Deus", se apenas "tiverdes paciência, alcançareis a promessa", Hb 10:36. Pergunte a si mesmo se alguma daquelas almas bem-aventuradas se arrepende

agora da santidade de suas vidas na terra, ou de ter mortificado a carne e negado a si mesmas os prazeres do pecado?

Direção 15. Quando for tentado a recuar no dia da provação, e a abandonar a Cristo ou a sua causa quando surgir a perseguição, olhe então para as almas bem-aventuradas no alto e veja qual é o fim do sofrimento por amor de Cristo e da justiça. Prever a grande recompensa no céu o convencerá de que, em vez de se apavorar com os sofrimentos, você deve "exultar e alegrar-se grandemente", Mt 5:11, 12. Você terá de jazer na prisão ou arder em chamas? Assim também o fizeram muitos milhares que agora estão no céu. E você acha que eles se arrependem disso agora? Inácio, Policarpo, Cipriano e muitos outros homens santos foram outrora tratados de modo tão severo quanto você é agora, e mortos por homens cruéis. Rogers, Bradford, Hooper, Glover e multidões junto com eles estiveram outrora na prisão e arderam em chamas; mas onde estão eles agora, e qual é o fim de todas as suas dores? Agora, qual caso você considera melhor: o de Bonner ou o de Bradford? Agora, você preferiria ser Gardiner ou Philpot? Agora, quem você acha que mais se arrepende: os pobres valdenses que foram assassinados aos milhares, ou os papas e perseguidores que os assassinaram?

Direção 16. Quando estiver desanimado sob o peso de seus pecados, pela grandeza de suas corrupções, pela fraqueza de suas graças, pela imperfeição de seus deveres, olhe para as almas bem-aventuradas com Cristo e lembre-se de que todos aqueles espíritos glorificados estiveram outrora na carne como você está agora; e

outrora prostraram-se aos pés de Deus, em lágrimas, gemidos e clamores, como você faz. Eles outrora tiveram de clamar sob o fardo de seus pecados e lamentar sob a fraqueza de suas graças, assim como você faz agora. Eles outrora estiveram tão sobrecarregados com a carne quanto você; e outrora estiveram tão abatidos em dúvidas e temores, e quebrantados sob o sentimento do desagrado de Deus. Eles outrora foram tão violentamente assaltados por tentações, e tiveram as mesmas corrupções para lamentar e contra as quais lutar como você tem. Eles outrora foram tão afligidos por Deus e pelos homens; mas restará alguma dor disso agora?

Direção 17. Quando for detido diante da presença do Deus temível, e pensar que ele não aceitará vermes como você, olhe para as almas bem-aventuradas com Cristo e lembre-se de como muitos milhões de seus irmãos são ali aceitos em maior intimidade do que aquela que você deseja aqui. Lembre-se de que aquelas almas outrora estiveram tão em trevas, distantes de Deus e indignas de sua aceitação como você está agora. Uma criança tímida recebe ousadia ao ver os seus irmãos nos braços de seu pai.

Direção 18. Quando tiver medo de Satanás, temendo que ele prevaleça contra você e o devore, olhe para as almas bem-aventuradas com Cristo e veja quantos milhões desembarcaram em segurança, os quais outrora estiveram em uma posição tão perigosa quanto a sua. Através de muitas tribulações e tentações, eles chegaram ao repouso celestial. Satanás outrora fez o pior que pôde contra eles; foram açoitados nos mares deste mundo tempestuoso, mas foram guardados pelo poder de Deus,

mediante a fé, para a salvação, e o mesmo pode ocorrer com você.

Direção 19. Quando quiser valorizar devidamente todos os seus meios e misericórdias presentes, e ver para onde eles tendem, olhe então para as almas com Cristo e veja para onde misericórdia semelhante as conduziu. A cabana mais pobre e o alimento mais simples são grandes misericórdias, pois tendem à bem-aventurança infinita. Isto agora, e o céu depois, é grandioso, por menor que a coisa em si mesma pareça. O céu confere valor e significado a todas as suas misericórdias. Os ímpios reduzem a nada as suas maiores bênçãos, ao separá-las, em sua estima e uso, de Deus e do céu, que é a medida de sua avaliação.

Direção 20. Quando vir divisões entre os crentes, e ouvir um a favor deste partido e outro daquele, e ouvi-los censurando amargamente uns aos outros, olhe então para os santos com Cristo e pense em quão perfeitos são o amor, a paz e a concórdia entre eles. Considere quão dissemelhantes são as nossas facções e cismas de seu amor fervoroso e unidade; e quão dissemelhantes são as nossas contendas e disputas estridentes de seu harmonioso louvor a Deus. Lembre-se em que obra estão tão felizmente unidos, a saber, o amor e o louvor incessantes a Jeová. E então pense se não uniria os santos na terra deixar de lado as suas contendas pela preeminência no conhecimento (coberta com o nome dourado de zelo pela verdade de Deus) e aplicar-se ao amor e ao louvor, mostrando a sua emulação aqui ao esforçar-se para ver quem amará a Deus e uns aos outros com o coração mais puro e amor fervoroso, 1 Pe 1:22, e

quem o louvará com a alegria e deleite mais celestiais. Considere se esta obra de almas bem-aventuradas não tende a ser mais desejável e excelente do que a obra de sofistas presunçosos e briguentos. E se haverá qualquer perigo de cair em seitas e facções, ou de desentender-se por emulações ou contendas, enquanto fizermos desta obra de amor e louvor a matéria de nossa conversação religiosa. E considere se quase todos os cismas que já afligiram a igreja de Deus não surgiram ou do esforço dos pastores para ver "quem seria o maior", Lc 22:24, 26, ou pelo surgimento de algum ciolista [pseudointelectual de saber superficial] ou gnóstico, orgulhosamente fingindo saber mais do que os outros e vindicar ou trazer à luz alguma excelente verdade que os outros desconhecem ou opõem. E quando você vir as contendas calorosas de cada partido sobre a sua pretendida ortodoxia ou sabedoria (contra a qual Tg 3 foi propositalmente escrito), lembre-se de como a concórdia daquelas almas bem-aventuradas envergonha essa obra, e deveria torná-la odiosa para os herdeiros do céu.

Direção 21. Quando tiver medo da morte, ou quiser encontrar maior disposição para morrer, olhe para as almas bem-aventuradas com Cristo e pense que você apenas passará por aquele caminho que todas aquelas almas percorreram antes de você; e que irá de um mundo de inimizade e vaidade para a companhia de todos aqueles espíritos bem-aventurados. E não é o estado bem-aventurado deles mais desejável do que uma vida tão vã e dolorosa como esta? Não há ali malícia, nem calúnia, nem perseguição cruel; não há censuras caridosas, contendas ou divisões; não há ignorância, nem incredulidade, nem estranhamento para com Deus; nada

senão o que é santo, amável e deleitoso. Una-se diariamente àquela sociedade celestial; imagine-se espectador de sua ordem, pureza e glória, e ouvinte de seus louvores harmoniosos a Jeová. Viva pela fé em uma familiaridade diária com eles. Não diga que lhe falta companhia ou que está só, quando pode caminhar pelas ruas da Jerusalém celestial e ali conversar com os profetas e apóstolos, e com todas as gloriosas hostes do céu. Converse assim com eles em sua vida, e isso superará o medo da morte, fazendo-o ansiar por estar ali com eles; como alguém que está à beira do rio e vê os seus amigos na outra margem, em um lugar de prazer, enquanto os seus inimigos o perseguem pelas costas, quão alegremente gostaria de atravessar para estar com eles! E isso lhe dará coragem para arriscar a passagem que todos eles atravessaram em segurança antes dele. Assim, a morte será para nós como o Mar Vermelho, para nos fazer passar em segurança para a terra da promessa, enquanto os nossos perseguidores ali são derrotados e perecem. Não seríamos tão estranhos ao mundo superior se assim, pela fé, conversássemos com os bem-aventurados.

Direção 22. Quando estiver excessivamente perturbado com a morte de seus amigos piedosos, olhe para aquele mundo de almas bem-aventuradas para o qual foram transladados, e pense se não é melhor para eles estar ali do que aqui; e se você não está obrigado, pela lei do amor, a se alegrar com eles que foram assim exaltados. Se tivéssemos apenas uma visão do mundo em que eles estão, e da companhia para a qual foram, ficaríamos menos descontentes com a vontade de Deus em dispor dos seus em um estado tão glorioso.

Todos esses proveitos podem ser obtidos por um crente em seu convívio diário com as almas no alto. Esta é a comunhão com elas que devemos manter na terra; não por meio de orações dirigidas a elas, o que Deus nunca nos encorajou a fazer; [Nota: Eu disse mais sobre isso, posteriormente, em meu *Life of Faith*.] [Nota: Hb 11:1.] tampouco orando por elas (pois, embora seja legítimo orar pela ressurreição de seus corpos e pelo aperfeiçoamento de sua bem-aventurança decorrente disso, sendo, contudo, uma coisa de absoluta certeza, assim como o dia do julgamento o é, devemos ser muito cautelosos na maneira de realizar este ato lícito; por ser algo de que a felicidade delas em nada depende, e algo que os praticantes do culto voluntário mostraram-se tão prontos a abusar, avançando ainda mais em direção àquilo que é ilícito; como os terríveis abusos dos nomes, dias, santuários e relíquias de santos reais ou supostos, no reino papal, tristemente testemunham). [Nota: Concílio de Latrão sob Inocêncio III, Cânon 3.] [Nota: Rm 1:7; 1 Co 1:2; 14:33; Ef 1:8; 2:19; 4:12; 5:3; Rm 15:25, 26.] No entanto, sendo a parte necessária de nossa comunhão com os santos no céu de tão grande importância para a igreja na terra, recomendo-a à devida consideração dos fiéis, avaliando se o nosso esquecimento dela não deve ser muito lamentado, e se não é uma obra à qual se deve dar mais atenção seriamente de agora em diante.

E devo confessar que não sei por que deveria ser considerado ilícito celebrar a memória da vida ou do martírio de qualquer servo extraordinário de Deus por meio de uma solenidade de aniversário, em um dia determinado e apropriado. Isso não passa de manter a

lembrança agradecida da misericórdia de Deus para com a igreja; e certamente a vida e a morte de tais pessoas não é a menor das misericórdias da igreja aqui na terra. Se é legítimo, no dia cinco de novembro, celebrar a memória de nossa libertação da Conspiração da Pólvora, não sei por que deveria ser considerado ilícito fazer o mesmo neste caso também; desde que: 1. Não se termine na honra de um santo, mas do Deus dos santos, por conceder tão grande misericórdia à sua igreja. 2. Que não seja para honrar um santo meramente como um santo, mas sim a alguns santos extraordinariamente eminentes; caso contrário, todos os que vão para o céu teriam de ter festivais celebrados em sua memória, e assim poderíamos ter um milhão por dia. 3. Que não seja igualado ao dia do Senhor, mas mantido em tal subordinação a esse dia quanto a vida ou morte dos santos é de respeito inferior e subordinado à obra de Cristo na redenção do homem. 4. E que seja mantido de maneira espiritual, para convidar os homens a imitarem a santidade dos santos e a constância dos mártires, e não para encorajar a sensualidade e a preguiça.

CAPÍTULO 11
DIRETRIZES SOBRE NOSSA COMUNHÃO COM OS SANTOS ANJOS

Direção 1. Satisfeça-se em conhecer dos anjos tanto quanto Deus revelou na natureza e nas Escrituras; mas não presuma indagar além disso, muito menos

determinar coisas não reveladas. Que existem anjos, e que eles são espíritos santos, está fora de questão; mas qual é o seu número, de quantos mundos são, e de quais ordens e diferentes dignidades e graus, e quando foram criados, e qual localidade lhes pertence, e até que ponto superam ou diferem das almas dos homens, a estas e a muitas outras perguntas desnecessárias nem a natureza nem a Escritura nos ensinarão a resolver de modo infalível. Quase todos os heréticos nos primeiros séculos da igreja fizeram de suas doutrinas sobre os anjos a primeira e principal parte de suas heresias; intrometendo-se arrogantemente em coisas não reveladas e gabando-se de sua familiaridade com as ordens e habitantes do mundo superior. Tendo estes surgido nos dias dos apóstolos, moveram Paulo a dizer, Cl 2 :18: "Ninguém vos domine a seu grado, com pretexto de humildade e culto dos anjos, metendo-se em coisas que não viu; estando debalde inchado na sua carnal compreensão".

Direção 2. Compreenda tanto do ministério dos anjos quanto Deus revelou, e atente para a sua comunhão com eles até esse ponto; mas não afete qualquer outro tipo de comunhão.

Mostrarei aqui o quanto do ministério dos anjos nos é revelado nas Escrituras.

1. É parte da obra designada aos anjos ser espíritos ministradores em favor dos herdeiros da salvação, Hb 1:14. Não ministros ou servos dos piedosos, mas ministros de Deus para os piedosos; assim como o pastor não é um servo das ovelhas, mas atua em favor das ovelhas. Não se trata de um trabalho acidental ou

ocasional que realizam extraordinariamente, mas é o seu ofício assumido, para o qual são enviados. E este ministério deles diz respeito aos assuntos comuns de nossas vidas, e não apenas a alguns casos ou exigências grandiosos ou incomuns, Sl 34:6, 7; 91:11, 12.

2. Não são alguns, mas todos os anjos que foram designados por Deus para esta ministração. "Não são porventura todos eles espíritos ministradores, enviados", etc., Hb 1:14. Observe aqui que, se você indagar se Deus possui espíritos mais elevados que não sejam empregados em ofício tão baixo, mas que governem esses anjos, ou se indagar se apenas este mundo está sob o encargo dos anjos, ou se eles possuem muitos outros mundos também (de *viatores* [viajantes / peregrinos]) de que cuidar, nem a natureza nem a Escritura lhe dão a determinação de qualquer dessas perguntas; e, portanto, você deve deixá-las como coisas não reveladas (junto com uma abundância de outras com as quais os antigos heréticos e os escolásticos papistas desviaram as mentes dos homens das coisas simples e necessárias). Mas que todos os anjos ministram em nosso favor são as palavras expressas da Escritura.

3. A obra deste ofício não é deixada de modo promiscuo entre eles, mas diferentes anjos possuem as suas diferentes obras e encargos; por isso a Escritura nos fala de alguns enviados para uma mensagem e outros para outra; e nos diz que os menores membros de Cristo na terra possuem os seus anjos diante de Deus no céu: "Digo-vos que os seus anjos nos céus sempre veem a face de meu Pai que está nos céus", Mt 18:10. Se cada verdadeiro crente possui um ou mais anjos, e se um anjo

cuida de mais de um crente, são perguntas que Deus não nos resolveu, seja na natureza ou na Escritura; mas que cada cristão verdadeiro possui o seu anjo é aqui asseverado por nosso Senhor.

4. Neste ofício de ministração, eles são servos de Cristo como a Cabeça da igreja e o Mediador entre Deus e o homem, para promover os fins de seu ofício superior na redenção do homem. Mt 28:18, "É-me dado todo o poder no céu e na terra"; Jo 13:3. Ef 1:20-22, "E o constituiu à sua direita nos céus, acima de todo o principado, e poder, e potestade, e domínio, e de todo o nome que se nomeia, não só neste século, mas também no vindouro; e sujeitou todas as coisas a seus pés, e sobre todas as coisas o constituiu como cabeça da igreja". Ap 22:16, "Eu, Jesus, enviei o meu anjo, para vos testificar estas coisas nas igrejas". Se os anjos foram designados para o serviço de Adão no estado de inocência, ou se apenas iniciaram o seu ofício com Cristo, o Mediador, como seus ministros, é algo que Deus não revelou; mas que eles servem sob Cristo em favor de sua igreja é evidente.

5. Este cuidado dos anjos por nós é exercido ao longo de nossas vidas, para nos salvar de todos os nossos perigos e nos livrar de todas as nossas tribulações. Sl 34:6, 7, "Clamou este pobre, e o Senhor o ouviu, e o salvou de todas as suas angústias. O anjo do Senhor acampa-se ao redor dos que o temem, e os livra". Sl 91:11, 12, "Porque aos seus anjos dará ordem a teu respeito, para te guardarem em todos os teus caminhos. Eles te sustentarão nas suas mãos, para que não tropeces com o teu pé em alguma pedra". Em todos os nossos caminhos (que sejam bons) e em cada passo que damos, temos o

cuidado e o ministério de anjos tutelares. Eles são a nossa defesa e guarda ordinárias.

6. Em todo este ministério, eles obedecem perfeitamente à vontade de Deus, e nada fazem senão por seu mandamento, Sl 103:20; Zc 1:8, 10; Mt 18:10, sendo os seus mensageiros para os homens.

7. Grande parte de sua obra consiste em opor-se à malícia dos espíritos malignos que buscam o nosso coração, e em defender-nos deles; contra os quais estão engajados, sob Cristo, em guerra ou conflito diário, Ap 12:7, 9; Sl 78:49; Mt 4:11.

8. Nesta sua ministração, eles são ordenados em diferentes graus de superioridade e inferioridade, e não são iguais entre si, 1 Ts 4:16; Jd 9; Dn 10:13, 20, 21; Ef 1:21; Cl 2 :10; Ef 3:10; 6:12; Cl 1 :16; Zc 4:10; Ap 4:5; 5:6.

9. Os anjos são empregados não apenas em relação aos nossos corpos, mas às nossas almas, promovendo os meios de nossa salvação: eles próprios pregaram o evangelho (assim como entregaram a lei), Lc 2:9, 10; 1:11, etc.; Hb 2:2; Gl 3:19; At 10:4; Dn 7:16; 8:15-17; 9:21, 22; Lc 1:29; 2:19. Especialmente entregam mensagens particulares, que pressupõem a suficiência das leis de Cristo e apenas auxiliam na obediência a ela.

10. Eles são, às vezes, instrumentos de Deus para confirmar, advertir, consolar e incitar a alma, e para atuar sobre a mente, a vontade e os afetos. Que fazem isso de modo persuasivo, e possuem tanto acesso e poder para nos fazer o bem quanto Satanás tem para nos fazer o mal, é muito claro. Os bons anjos têm tanto poder e acesso à alma, para movê-la ao dever, quanto os demônios têm

para tentá-la ao pecado. Assim como Deus os enviou frequentemente em mensagens exortativas e consoladoras a seus servos em formas visíveis, também os envia em mensagens semelhantes de forma invisível, Jz 5:23; Mt 1:20; Sl 104:4; Lc 22:43: um anjo do céu é enviado para fortalecer o próprio Cristo em sua agonia.

11. Eles perseguem e afugentam os inimigos da igreja, e por vezes os destroem: como em Sl 35:5, 6; 2 Reis 19:35; Is 37:36; e os impedem de fazer o mal, Nm 22:24.

12. Eles servem de escolta para as almas dos piedosos que partem, a fim de conduzi-las ao lugar de sua felicidade, Lc 16:22, embora não possamos compreender como o fazem.

13. Eles são os acompanhantes de Cristo em sua vinda para o julgamento, e os seus ministros para reunir os seus eleitos, separando os ímpios dos justos, com vistas à sua punição ou alegria infinitas. 1 Ts 4:16, "Porque o mesmo Senhor descerá do céu com alarido, e com voz de arcanjo, e com a trombeta de Deus; e os que morreram em Cristo ressuscitarão primeiro. Depois nós, os que ficarmos vivos, seremos arrebatados", etc. Mt 13:41, 42, 49, "Mandará o Filho do homem os seus anjos, e eles colherão do seu reino tudo o que causa escândalo, e os que cometem iniquidade. E lançá-los-ão na fornalha de fogo... Assim será na consumação dos séculos: virão os anjos, e separarão os maus de entre os justos, e lançá-los-ão na fornalha de fogo", etc.

Direção 3. Compreenda a nossa estreita afinidade ou relação com os anjos, e como eles e nós somos afetados pela condição e pelos assuntos uns dos outros. Quanto à nossa natureza, as nossas almas imortais são semelhantes

ou aparentadas aos anjos, embora os nossos corpos se assemelhem apenas aos brutos. Aquelas almas que são criadas segundo a imagem de Deus, em sua própria essência natural (como agentes racionais e livres), além de sua imagem moral de santidade, Gn 9:6, bem podem ser ditas semelhantes aos anjos: "Fizeste-o um pouco menor do que os anjos", Sl 8:5. E Deus nos constituiu sob o encargo e cuidado deles; e, portanto, sem dúvida concedeu-lhes um amor especial para conosco, para capacitá-los ao devido cumprimento de sua responsabilidade. Assim como os ministros possuem um amor paternal especial por seus rebanhos, e assim como os cristãos devem ter um amor especial uns pelos outros para capacitá-los e engajá-los nos deveres ordenados por Deus mutuamente, assim esses excelentes espíritos possuem, sem dúvida, um amor muito mais puro e maior pela imagem de Deus nos santos, e pelos santos por amor e causa de Deus, do que os amigos mais íntimos e as pessoas mais santas da terra podem ter. Pois eles são mais santos, conformam-se mais perfeitamente à mente de Deus e amam o próprio Deus de modo mais perfeito do que nós; e, portanto, por causa dele, amam o seu povo de maneira muito mais perfeita do que nós. E, por conseguinte, devem ser mais amados por nós do que quaisquer mortais; tanto porque são mais excelentes, puros e amáveis, quanto porque nos dedicam maior amor. Além disso, os anjos são servos do mesmo Deus e membros da mesma sociedade a que pertencemos. Eles são os habitantes da Jerusalém celestial, da qual somos herdeiros: eles possuem a posse, e nós temos o título, e a possuiremos a seu tempo. Somos chamados para grande parte do mesmo serviço que eles; devemos amar o mesmo

Deus e glorificá-lo por meio de obediência, ações de graças e louvor, assim como eles fazem. Portanto, são ministros para o nosso bem e alegram-se com o sucesso de seus trabalhos, assim como fazem os ministros de Cristo na terra, Hb 1:14. Não há um pecador que se converta sem que isso seja a alegria dos anjos, Lc 15:10, o que nos mostra o quanto eles se dedicam a essa obra. "Mas chegastes ao monte Sião, e à cidade do Deus vivo, à Jerusalém celestial, e aos muitos milhares de anjos", etc., Hb 12:22-24. Eles estão especialmente presentes e nos acompanham em nossas santas assembleias e cultos a Deus; e, por isso, somos admoestados a reverenciar a sua presença, não fazendo nada diante deles que seja pecaminoso ou indecoroso, 1 Co 11:10; Ec 5:6. A presença de Deus, do Senhor Jesus Cristo e dos anjos eleitos deve continuamente nos inspirar temor para uma obediência exata, 1 Tm 5:21. Com a igreja, eles anseiam perscrutar o mistério das dispensações do Espírito à igreja, 1 Pe 1:12. E assim, "pela igreja", isto é, pelas ações de Deus para com a igreja, é "manifestada a multiforme sabedoria de Deus" a esses "principados e potestades nos céus", Ef 3:10. Concluindo, Cristo nos diz que, em nosso estado de bem-aventurança, seremos "iguais aos anjos", Lc 20:36, e assim viveremos com eles para sempre.

Direção 4. Quando os seus pensamentos sobre o céu estiverem vacilantes ou parecerem estranhos, e quando for tentado a duvidar se realmente existe tal vida de glória para os santos, pode ser de grande auxílio para a sua fé pensar no mundo de anjos que já a possui. Que existem habitantes tão excelentes e felizes nas esferas superiores, além do que diz a Escritura, até mesmo a razão persuadirá fortemente qualquer homem racional: 1.

Ao considerarmos que o mar, a terra, o ar e todos os lugares desta parte inferior e mais simples do mundo estão repletos de habitantes adequados às suas naturezas; e, portanto, imaginar que as regiões e esferas incomparavelmente maiores e mais excelentes estivessem todas desabitadas é irracional. 2. E, assim como vemos que as criaturas racionais foram feitas para governar os brutos neste mundo inferior, a razão nos diz que é improvável que a razão superior dos habitantes das regiões superiores não tenha participação no governo do homem. E Deus condescendeu ainda mais em nos satisfazer quanto a isso, por meio de aparições inquestionáveis de anjos bons, e muitas outras de espíritos malignos, o que coloca a questão fora de qualquer dúvida: existem habitantes no mundo invisível. E, quando sabemos que eles existem, torna-se mais fácil crermos que nós também podemos existir, contados entre os espíritos felizes ou infelizes, considerando a afinidade que há entre a natureza de nossas almas e a deles. Vencer o insensato saduceísmo é um bom passo para vencer a falta de religião; aquele que está bem convencido de que existem anjos e espíritos está muito mais bem preparado do que um saduceu para crer na imortalidade da alma. E, porque a distância infinita entre Deus e o homem tende a tornar os pensamentos de nossa aproximação de sua glória duvidosos ou terríveis, a lembrança de dezenas de milhares de espíritos bem-aventurados que habitam agora na presença daquela glória encoraja e confirma muito os nossos pensamentos; assim como aquele que teria receio de saber se teria acesso e aceitação diante do rei sentir-se-ia muito encorajado se visse uma multidão tão simples quanto ele, ou não muito diferente dele,

servindo-o como acompanhantes íntimos. Devo confessar que, tal é a minha própria fraqueza, sinto necessidade frequente de me lembrar das santas hostes de santos e anjos que estão com Deus, para encorajar a minha alma e tornar os pensamentos do céu mais familiares e doces, diminuindo o meu estranhamento, espanto e temores; e, assim, fazer deles os meios (para não dizer os mediadores) de meus pensamentos em suas aproximações do Deus altíssimo e santo (embora a lembrança de Cristo, o verdadeiro Mediador, seja o meu principal encorajamento). Especialmente quando consideramos quão fervorosamente esses santos espíritos amam cada pessoa santa sobre a terra, de modo que todos os que habitam com Deus nos são amigos mais queridos do que os nossos pais ou mães aqui na terra o são (como provado brevemente antes), isso nos encorajará ainda muito mais.

Direção 5. Faça uso dos pensamentos sobre as hostes angelicais quando quiser contemplar a glória e a majestade de Cristo. Se você acha pouca coisa que ele seja a Cabeça da igreja na terra — um punhado de pessoas desprezadas pelo partido satânico do mundo —, pense então no que significa ser "Cabeça sobre todas as coisas, acima de todo o principado, e poder, e potestade, e domínio, e de todo o nome que se nomeia, não só neste século, mas também no vindouro" (isto é, deu-lhe um poder, dignidade e nome maiores do que qualquer poder, dignidade ou nome de homens ou anjos) "e sujeitou todas as coisas a seus pés", Ef 1:21-23. "Feito tanto mais excelente do que os anjos, quanto herdou mais excelente nome do que eles"; a respeito dele é dito: "E todos os

anjos de Deus o adorem", Hb 1:4, 6. Leia o capítulo inteiro. A nossa Cabeça é o Senhor de todas essas hostes.

Direção 6. Faça uso da lembrança dos anjos gloriosos para familiarizar-se com a dignidade da natureza humana, e com a dignidade especial dos servos de Deus, elevando assim o seu coração em agradecimento ao seu Criador e Redentor que o promoveu dessa maneira. 1. Que dignidade é esta de os santos anjos serem todos espíritos ministradores enviados para o nosso bem! De eles nos amarem e se importarem tanto conosco a ponto de se alegrarem no céu com a nossa conversação! "Que é o homem mortal para que te lembres dele? e o filho do homem, para que o visites? Pois pouco menor o fizeste do que os anjos, e de glória e de honra o coroaste", Sl 8:4, 5. 2. No entanto, é uma declaração ainda mais elevada de nossa dignidade que devamos, no céu, ser iguais a eles, integrando a sua sociedade e unindo-nos a eles eternamente no louvor ao nosso Criador. 3. E é ainda maior honra para nós que as nossas naturezas sejam assumidas na união de pessoa com o Filho de Deus, e assim elevadas acima dos anjos. "Porque, na verdade, ele não tomou os anjos, mas tomou a descendência de Abraão"; tampouco sujeitou aos anjos o mundo vindouro, Hb 2:5, 16. Isto é a obra do Senhor, e é maravilhosa aos nossos olhos.

Direção 7. Quando quiser admirar as obras de Deus e o seu governo, atente especialmente para a parte dos anjos. Se Deus deve ser glorificado em suas obras, que o seja especialmente nas partes mais gloriosas. Se ele se deleita em operar por meio de instrumentos, comunicando-lhes excelência e honra de modo a conduzir à honra da causa

principal, não devemos ignorar a excelência e honra deles, a menos que queiramos negar a Deus a honra que lhe é devida. Assim como aquele que deseja ver a excelente engenharia de um relógio ou de qualquer outra máquina não deve ignorar as suas peças principais, nem a sua operação sobre o restante; assim, aquele que deseja ver a excelente ordem das obras e do governo de Deus não deve ignorar os anjos, nem os seus ofícios no governo e na preservação das criaturas inferiores, tanto quanto Deus nos revelou. Arruinamos a música se deixarmos de fora essas cordas. É grande parte da glória das obras de Deus que todas as partes no céu e na terra estejam tão admiravelmente conjugadas e articuladas como estão; e que cada uma em seu lugar contribua para a beleza e harmonia do todo.

Direção 8. Quando quiser compreender a excelência do amor, da humildade e da obediência exata à vontade de Deus, olhe para os anjos e veja o brilho de todas essas virtudes como nelas resplandecem. Quão perfeitamente amam a Deus e a todos os seus santos, inclusive os membros mais fracos e simples de Cristo! Com que humildade condescendem em ministrar em favor dos herdeiros da salvação! Quão pronta e perfeitamente obedecem ao seu Criador! Embora o nosso modelo principal seja o próprio Cristo, que se aproximou de nós e apareceu na carne para nos dar o exemplo de todos esses deveres, sob a sua autoridade o exemplo dos anjos também deve ser observado e imitado com alegria. E pergunte aos inimigos da santidade, que o pressionam com os exemplos dos grandes e instruídos, se eles são mais sábios do que todos os anjos de Deus?

Direção 9. Quando for tentado a desejar qualquer comunhão desordenada com os anjos — como aparições visíveis ou manifestações que afetem os seus sentidos —, ou a lhes atribuir qualquer parte do ofício ou da honra de Jesus Cristo, pense então em quão adequado à sua segurança e benefício é aquele ofício que Deus lhes designou, e em como eles mesmos abominam a aspiração ou usurpação do ofício ou da honra de seu Senhor. E considere o quanto mais adequada ao seu benefício é esta ministração espiritual dos anjos do que se eles nos aparecessem em formas corporais. Nesta comunhão espiritual, eles atuam de acordo com a sua natureza espiritual, sem engano; e nos servem sem quaisquer aparições terríveis, e sem qualquer perigo de nos arrastar a apreensões sensíveis e grosseiras deles, ou de nos seduzir a uma adesão inadequada a eles ou à sua honra. Ao passo que, se nos aparecessem em formas visíveis, poderíamos facilmente nos assustar, nos confundir e ser deixados em dúvida se eram de fato anjos bons ou não. É a nossa comunhão com o próprio Deus que constitui a nossa felicidade; e a comunhão com os anjos ou santos é desejável apenas com vistas a isso. Aquele tipo de comunhão com os anjos, portanto, é o melhor, o qual mais nos promove na comunhão com Deus; e aquela recepção de sua misericórdia por meio de instrumentos é a melhor, a qual menos põe em risco a nossa adesão desordenada aos instrumentos e a nossa negligência para com Deus. Não sabemos tão bem quanto Deus qual caminho é o melhor e o mais seguro para nós. Assim como é perigoso desejar corrigir a sua palavra por meio de quaisquer fantasias próprias que consideremos mais adequadas, também é perigoso desejar corrigir o seu

governo, a sua providência e a sua ordem, pensando que outro caminho, diferente daquele que ele estabeleceu e designou na natureza, seria mais benéfico para nós. É perigoso desejar que Deus saia de seu caminho para lidar conosco e nos conduzir por atalhos de nossa própria preferência, nos quais nós mesmos não temos experiência e dos quais pouco conhecemos o resultado.

Direção 10. Quando você se inclinar a ficar aterrorizado com o medo dos demônios, pense então na guarda dos anjos, e em como é muito maior a força que está por você do que a que está contra você. Embora Deus seja a nossa única segurança fundamental, e a nossa maior confiança deva estar nele, a experiência nos mostra quão propensos somos a olhar para os instrumentos, e a ser afetados conforme as causas segundas parecem agir a nosso favor ou contra nós. Portanto, quando os perigos aparentes nos aterrorizarem, os auxílios aparentes ou secundários devem ser observados para nos consolar e encorajar.

Direção 11. Esforce-se para responder ao grande e santo amor dos anjos com um amor tão grande e santo para com eles que o ajude contra a sua indisposição para morrer, e faça-o ansiar pela companhia daqueles a quem você tanto ama. E quando a morte lhe parecer terrível porque o mundo vindouro lhe parece estranho, lembre-se de que você está indo para a sociedade daqueles anjos que se alegraram com a sua conversação, ministraram por você aqui na terra e estão prontos para escoltar a sua alma até Cristo. Embora os pensamentos de Deus e de nosso bendito Mediador devam ser o único objeto final a atrair o nosso amor e a nos fazer ansiar por estar no céu, contudo, abaixo de Cristo, o amor e a companhia dos

santos e anjos devem ser considerados para fomentar os nossos desejos e deleite. Pois, mesmo no céu, Deus não será tudo para nós a ponto de não usar criatura alguma para o nosso consolo; do contrário, a humanidade glorificada de Cristo não seria ali meio de nosso consolo, e a Jerusalém celestial não nos teria sido apresentada com as suas excelências criadas, como o é em Ap 21 e 22; tampouco seria qualquer consolo para nós, no reino de Deus, o estarmos com Abraão, Isaque e Jacó, Lc 13:28; Mt 8:11.

Direção 12. Ore pela proteção e auxílio dos anjos, como parte dos benefícios adquiridos para os santos por Cristo; e seja grato por isso como um privilégio dos crentes que supera todas as dignidades dos ímpios. E caminhe com reverência diante da presença deles, especialmente no culto a Deus. Não é justo que tal misericórdia seja subestimada ou recebida com ingratidão, nem que um meio tão comum de nossa preservação seja negligenciado e não seja buscado diante de Deus por meio da oração. Mas o caminho para manter o amor dos anjos é manter o amor de Deus; e a maneira de agradá-los é agradar a ele, pois a vontade dele é a deles.

Direção 13. Em todo o culto que prestar a Deus, lembre-se de que você se une aos anjos do céu e desempenha a sua parte para compor o concerto. Faça-o, portanto, com aquela santidade, reverência e afeto, lembrando-se não apenas de com quem fala, mas também de quais companheiros você tem; e que não haja uma discórdia excessiva em seus corações ou em seus louvores. Oh, pense com que mentes vivas e alegres eles louvam o seu glorioso Criador, e como são incansáveis em sua obra

mais bendita! E esforce-se para ser como eles no amor e no louvor, para que venha a ser igual a eles em sua glória, Lc 20:36.

CASOS DE CONSCIÊNCIA SOBRE ASSUNTOS ECLESIASTICOS

Leitor,
Tenho algo a lhe dizer sobre o número destes casos, algo sobre a ordem e algo sobre a maneira de tratá-los e resolvê-los.

1. O fato de serem tantos deve-se a que existem realmente tantas dificuldades que nem todos os homens são capazes de resolver. O fato de não serem mais deve-se, em parte, a que não consegui me lembrar de outros que fossem necessariamente de trato obrigatório, e eu não quis aumentar um livro tão grande com coisas desnecessárias.

2. Quanto à ordem, tenho algumas razões para a disposição da maioria deles, que seria muito tedioso expor a você. Mas alguns deles estão fora de ordem porque: 1. Não consegui me lembrar deles no lugar devido. 2. E a grande pressa não me permitiu tempo para transpô-los. Se você disser que em tal obra eu deveria dispor de tempo, respondo: você não é juiz competente, a menos que me conhecesse e ao restante do meu trabalho, bem como a probabilidade de que o meu tempo seja curto. Aqueles que preferem receber os meus escritos com tais defeitos — que são os efeitos da pressa — a não ter nenhum deles, podem usá-los; e os demais estão livres para desprezá-los e negligenciá-los. Duas ou três questões sobre as Escrituras eu teria colocado mais perto do início se pudesse dispor de tempo; mas, visto que não posso, é fácil para você transpô-las na leitura.

3. A resolução destes casos evita tanto todos os extremos que prevejo que serão desagradáveis para todo aquele vasto número de cristãos que se envolvem nas opiniões e interesses de suas respectivas seitas como tais, e que professam a fé de nosso Senhor Jesus Cristo com acepção de pessoas. Mas haverá sempre um certo número de leitores verdadeiramente católicos [universais] e imparciais, cuja aceitação favorável prognostico com confiança; os quais, estando fora da poeira, do ruído e das paixões das partes e partidos em contenda e de seus interesses, verão uma luz autoevidente nessas soluções, que aqui são apresentadas brevemente, sem a pompa da argumentação formal ou da oratória persuasiva. A Luz Eterna revela-se a nós por Cristo, que é a Luz do mundo, e pela iluminação do Espírito e da palavra de luz; para que andemos na luz, como filhos da luz, até que cheguemos ao mundo de glória e luz perpétua. E qualquer que seja o outro defeito que o nosso conhecimento possua, se um homem tem conhecimento suficiente para acender nele o amor de Deus, esse mesmo é conhecido por ele, e portanto é por ele amado, e será abençoado com ele e nele para sempre, 1 Co 8:1-3.

Questão 1. Como saber qual é a verdadeira igreja, entre todas as que se pretendem como tal, para que a consciência de um cristão possa estar tranquila em sua relação e comunhão.

Já escrevi tanto sobre isso em quatro livros (a saber: um chamado *The Safe Religion*, outro chamado *A Key for Catholics*, outro chamado *The Visibility of the Church* e outro chamado *A True Catholic, and the Catholic Church*

Described) que direi agora apenas um pouco, e contudo o suficiente para um leitor imparcial e ponderado.

Os termos devem ser primeiramente explicados.

1. Por uma igreja entende-se uma sociedade de cristãos como tais. E ela é às vezes tomada em sentido estrito, para o corpo ou membros como distintos da cabeça, assim como a palavra reino é tomada apenas para os súditos como distintos do rei; e às vezes de modo mais completo e próprio para toda a sociedade política, como constituída de sua cabeça e corpo, ou a *pars imperans et pars subdita* [parte governante e parte súdita].

2. A palavra igreja, assim tomada, significa às vezes a igreja universal chamada católica, que consiste de Cristo e seu corpo político ou místico; e às vezes apenas alguma parte da igreja universal. E assim ela é tomada ou para uma parte subordinada e política, ou para uma comunidade, ou para uma parte considerada como consorciada, mas não política; ou como muitas igrejas particulares e políticas que concordam e mantêm concórdia e comunhão sem qualquer cabeça comum, exceto a Cabeça universal.

3. Tais igrejas políticas são de constituição e política divinas, ou apenas humanas.

4. Por cristãos, refiro-me àqueles que professam os elementos essenciais da religião cristã. Pois falamos da igreja como visível.

5. Por verdadeira, pode-se entender ou a realidade de essência, oposta àquela que não é realmente uma igreja nesta acepção unívoca; ou então sadia e ortodoxa, em

seus aspectos integrais, como oposta à errônea e manchada com muita enormidade.

E agora decido a questão da seguinte forma.

Proposição 1. A verdadeira igreja católica consiste de Cristo, a Cabeça, e de todos os cristãos como o seu corpo ou membros. Assim como o reino consiste do rei e de seus súditos.

Proposição 2. Assim como todos os sinceros pactuantes de coração compõem a igreja como regenerada, e mística ou invisível; assim todos os que são cristianizados, isto é, batizados, e professam consentimento a todos os pontos essenciais da aliança batismal — não tendo apostatado, nem sido por poder legítimo excomungados —, são cristãos, e compõem a igreja como visível.

Proposição 3. Portanto, há apenas uma igreja universal, porque ela contém todos os cristãos; e assim não deixa de fora nenhum para servir de matéria para outra.

Proposição 4. Não é a ignorância ou o erro sobre meros aspectos integrais do cristianismo que faz com que não sejam cristãos aqueles que guardam os pontos essenciais, isto é, a aliança batismal.

Proposição 5. Para que a aliança batismal pudesse ser retamente compreendida e professada, as igrejas sempre utilizaram o credo como a explicação da aliança, em matéria de fé; e o adotaram como o símbolo da crença cristã. E nenhuma outra profissão de fé foi ou deve ser exigida como necessária para o ser do cristianismo.

Proposição 6. Se usurpadores ou censores orgulhosos assumirem a autoridade de excomungar, ou desprovidos

de direito considerarem outros como não cristãos ou não igrejas, sem autoridade e causa, isso não faz com que aqueles que são assim tratados deixem de ser cristãos ou igrejas.

Proposição 7. Portanto, saber qual é a verdadeira igreja católica ou universal é apenas saber quem são os cristãos batizados e professos.

Proposição 8. As igrejas reformadas, os luteranos, os abissínios, os coptas, os sírios, os armênios, os jacobitas, os georgianos, os maronitas, os gregos, os moscovitas e os romanistas recebem todos o batismo em todos os seus aspectos essenciais visíveis, e professam todos os pontos essenciais da religião cristã, embora não com a mesma integridade.

Proposição 9. Aquele que nega qualquer parte essencial em si mesma é de tal modo herético que não é cristão, nem verdadeiro membro da igreja, se isso for justamente provado ou notório; isto é, ninguém deve considerá-lo como um cristão visível quando se conhece a prova de sua negação daquela parte essencial do cristianismo, ou quando isso for notório.

Proposição 10. Aquele que guarda os pontos essenciais primeiramente, e junto com eles mantém algum erro que, por consequência invisível, subverte algum ponto essencial, mas guarda os pontos essenciais de modo muito mais firme, de maneira que abandonaria o seu erro se visse a inconsistência, é, não obstante, um cristão; e se o nome de herético lhe for aplicável, é apenas em um sentido que é consistente com o cristianismo.

Proposição 11. Aquele que for julgado por outrem, de forma justa, como herético e não cristão, deve ser legalmente citado, ouvido em sua defesa e julgado mediante prova suficiente, e não sem ser ouvido ou sob presunção precipitada.

Proposição 12. Sendo o cristianismo e a heresia qualidades pessoais, e em parte alguma encontradas senão em indivíduos, não sendo um homem culpado do erro de outrem, segue-se que são as pessoas singulares, sob culpa pessoal, que devem ser julgadas.

Proposição 13. Qualquer homem pode julgar se outro é cristão ou herético por meio de um juízo privado de discernimento, ou pela razão que guia todas as ações humanas; mas apenas os líderes da igreja podem julgá-lo por aquele juízo público que lhe concede ou nega os privilégios públicos e a comunhão.

Proposição 14. Se, por notória injustiça, os líderes da igreja condenarem cristãos como não cristãos, embora possam com isso negar-lhes a comunhão com as assembleias públicas que governam, contudo não obrigam o povo a considerar tais pessoas injustiçadas como não cristãs. Do contrário, poderiam obrigar a todos a crer em uma mentira, a consentir com injustiças maliciosas, e poderiam desobrigar o povo da verdade, da justiça e da caridade.

Proposição 15. Não existe uma cabeça e governante natural ou coletivo de todas as igrejas do mundo (a igreja universal) senão Jesus Cristo; e, portanto, não há ninguém que, por tal poder governante, possa excomungar qualquer homem da igreja universal; e tal

usurpação seria traição contra Cristo, cuja prerrogativa isso constitui.

Proposição 16. No entanto, aquele que merece ser excomungado de uma igreja merece ser excomungado por todas e de todas, se for por uma causa comum a todas, ou que anule o seu cristianismo.

Proposição 17. E onde as igrejas vizinhas são consorciadas e vivem em ordem e concórdia, aquele que for ordenadamente excomungado de uma igreja, sendo isso notificado às demais, não deve ser recebido na comunhão de nenhuma das outras até que seja absolvido ou se torne apto para a comunhão delas. Mas esta obrigação surge apenas da concórdia das igrejas consorciadas, e não do poder de uma sobre as demais; e ela não pode alcançar todo o mundo, onde a pessoa não chega, nem jamais foi conhecida; mas apenas aqueles que, pela vizinhança, são capazes de receber notificação justa e de conceder ou negar comunhão a essa pessoa.

Proposição 18. De tudo isso fica claro que não são os papistas sozinhos, nem os gregos sozinhos, nem os protestantes sozinhos, nem qualquer partido de cristãos que constituem a igreja universal, visto que essa igreja contém todos os cristãos. E que o ultrajar os outros (sim, nações inteiras) como heréticos, cismáticos e não cristãos ou não igrejas não provará mais que os ultrajadores sejam a única igreja ou os únicos cristãos do que a falta de amor provará que um homem é um dos discípulos de Cristo, os quais pelo amor são conhecidos por todos como seus.

Proposição 19. É, portanto, a linguagem vergonhosa de homens perturbados clamar contra outras nações cristãs: "Não sois vós, mas nós que somos a igreja católica ou universal". E a nossa vergonhosa controvérsia sobre qual delas é a católica não é mais inteligente do que questionar se é esta casa ou aquela que constitui a rua? Ou esta rua ou aquela que constitui a cidade? Ou se é a cozinha, o salão ou a sala de visitas que constitui a casa? Ou a mão, o pé ou o olho que constitui o homem? Oh, quando trará Deus os mestres perturbadores ao arrependimento, e o povo perturbado ao seu bom senso?

Proposição 20. Há grande diferença na pureza ou higidez das diversas partes da igreja universal; sendo algumas mais ortodoxas e santas, e algumas manchadas com tantos erros e pecados que se torna difícil discernir se não chegam a negar os próprios pontos essenciais.

Proposição 21. As igrejas reformadas são as mais sadias e puras que conhecemos no mundo e, portanto, o seu privilégio é extremamente grande, embora não constituam a totalidade da igreja universal.

Proposição 22. As igrejas particulares que consistem de pastores legítimos e povo cristão associados para comunhão pessoal no culto e na vida santa são sociedades ou igrejas verdadeiras de instituição de Cristo, e as partes principais da igreja universal; assim como as cidades e corporações o são do reino.

Proposição 23. Há milhares destas no mundo, e um homem pode ser salvo em uma tanto quanto em outra; apenas as mais puras lhe dão as melhores vantagens para a sua salvação, e portanto devem ser preferidas por todos

os que são sábios e amam as suas almas, na medida em que são livres para escolher a sua comunhão.

Proposição 24. Sendo o caso facilmente resolvido (qual é a verdadeira igreja?), a saber: todos os cristãos como cristãos constituem a igreja católica ou universal; e todas as congregações antes descritas, de pastores verdadeiros e cristãos, sendo igrejas particulares verdadeiras, diferindo apenas em graus de pureza; deve ser suspeito como enganador intencional e perturbador do mundo aquele que, fingindo ser homem instruído e mestre, ainda assim perplexifica as consciências dos ignorantes com esta questão frívola, e deseja turvar e obscurecer este estado claro do caso, para que o povo não descanse na verdade discernida.

Proposição 25. Não sendo a igreja papal como tal uma verdadeira igreja de instituição de Cristo, segue-se que um papista como papista não é membro da igreja de Cristo, isto é, não é cristão. No entanto, se a mesma pessoa não pode ser papista e cristã, e assim membro da igreja católica, investigaremos logo adiante.

Proposição 26. Há muitas coisas que concorrem para a aptidão e conveniência daquela igreja particular que deveríamos preferir ou escolher para a nossa comunhão pessoal ordinária: como, 1. Que seja a igreja daquele lugar onde habitamos; se o lugar for tão feliz a ponto de não ter igrejas divididas, que seja a única igreja ali; de qualquer forma, que seja tão próxima que se mostre adequada para a nossa comunhão. 2. Que seja uma igreja que mantenha comunhão com outras igrejas vizinhas, e não seja singular ou dividida delas; ou pelo menos não da generalidade das igrejas de Cristo; nem difira em

quaisquer questões importantes daquelas que são mais puras. 3. Que goze de reputação de higidez junto às outras igrejas mencionadas, e não sob o escândalo de heresia, cisma ou corrupção grave entre aqueles que vivem ao redor. 4. Que conte com o apoio e o favor encorajador do magistrado cristão. 5. Que seja a mesma igreja de que os demais membros da família a que pertencemos sejam membros; que marido e mulher, pais e filhos, senhores e servos não pertençam a igrejas diferentes. 6. Que os pastores sejam mestres capazes, guias prudentes, de vida santa e diligentes em seu ofício. 7. Que os pastores sejam regularmente chamados para o seu ofício. 8. Que os membros sejam inteligentes, pacíficos e de vida santa, temperante e justa. Mas, quando tudo isso não puder ser obtido em conjunto, devemos escolher aquela igreja que possua as qualificações mais necessárias e suportar as imperfeições toleráveis. As mais necessárias são a primeira, a segunda e a sexta destas qualificações.

Proposição 27. Aquele que for livre deve escolher aquela igreja que for mais adequada para a sua própria edificação; isto é, os melhores pastores, povo e administrações.

Proposição 28. A liberdade do homem é de muitas maneiras limitada quanto a isso. Como: 1. Quando tender a um maior dano público, por desordem, mau exemplo, divisão, desânimo, etc. 2. Quando os superiores o proibirem; como maridos, pais, senhores, magistrados. 3. Por algum escândalo. 4. Pela distância ou inconveniência de nossa morada. 5. Por diferenças de julgamento e

outras causas de contenda nas referidas igrejas; e de muitas outras maneiras.

Proposição 29. Um homem livre que se muda de uma igreja para outra para a sua edificação não é, por isso, um separatista ou cismático; mas isso não deve ser feito por alguém que não seja livre, a não ser sob tal necessidade que o desobrigue.

Proposição 30. É cisma ou separação pecaminosa separar-se de: 1. Uma igreja verdadeira como se não fosse uma igreja verdadeira. 2. Do culto e comunhão legítimos, como se fossem ilícitos; mas sobre isso falaremos em seu lugar apropriado.

Questão 2. Se devemos estimar a igreja de Roma como uma igreja verdadeira? E em que sentido alguns teólogos o afirmam e outros o negam.

A falta de uma distinção simples fez com que parecesse haver uma controvérsia aqui, a qual é tão clara que dificilmente haveria alguma entre os protestantes, se a questão tivesse sido apenas enunciada de forma correta. [Nota: Veja a disputa de Mr. Barton e do Bispo Hall a esse respeito.]

Lembre-se, portanto, de que: *1*. Por uma igreja entende-se não um mero grupo de cristãos de alguma forma relacionados entre si, mas uma sociedade que consiste em uma cabeça e um corpo eclesiásticos, o que chamamos de sociedade política. *2*. E que não falamos de uma cabeça acidental (como o rei o é, porque governa à sua maneira pela espada); pois esta não é uma parte constitutiva

essencial; mas de uma cabeça e corpo eclesiásticos constitutivos. *3*. Que a questão não é se a igreja de Roma é uma *parte* da igreja, mas se ela é uma *igreja verdadeira*. E agora respondo:

1. Afirmar que a igreja de Roma é a igreja católica ou universal é mais do que afirmar que ela é uma igreja católica verdadeira, isto é, uma parte verdadeira da igreja universal. Equivale a dizer que ela é a igreja inteira e única, e que não existe outra; o que é uma falsidade odiosa, usurpação e calúnia contra todas as outras igrejas.

2. A igreja de Roma é assim chamada na questão por ser uma política ou igreja em sentido geral; e o significado da questão é se ela é uma política divina, ou humana, ou diabólica; uma igreja legítima.

3. A igreja de Roma é considerada: *1*. *Formalmente*, como uma igreja ou política. *2*. *Materialmente*, conforme as pessoas individualmente se qualificam. É a forma que a denomina. Portanto, a questão deve ser entendida sobre a política romana, ou sobre a igreja de Roma como tal; isto é, como ela sendo um governante que pretende ser o cabeça governante constitutivo e vicário de toda a igreja visível de Cristo na terra, e o corpo que o reconhece nessa relação.

4. Portanto, concluo (e assim o fazem todos os protestantes) que esta política ou igreja de Roma não é uma igreja verdadeira de instituição ou aprovação de Cristo, mas uma política humana e pecaminosa, formada pela tentação de Satanás, o príncipe do orgulho, do engano e das trevas. A prova disso

constitui o conteúdo de volumes inteiros de escritos protestantes. E, de fato, recaindo sobre eles próprios a prova de sua política, eles falham nela, e são continuamente obrigados a recorrer a uma tradição fingida e falsa para se justificarem, na qual os sofistas sabem que ou devem ser eles mesmos os juízes (e assim a coisa passa por verdade porque eles o dizem), ou que, se puderem transferir a controvérsia para um emaranhado de padres e de história da igreja, poderão ao menos confundir os ignorantes e escapar eles mesmos. Sobre isso, veja o meu *Disput. with Johnson* e o meu *Key for Catholics*, etc.

5. O bispo dos papistas ingleses, Smith, chamado bispo de Calcedônia, em seu *Survey*, capítulo 5, diz: "Para nós basta que o bispo de Roma seja o sucessor de São Pedro; e disto todos os padres dão testemunho, e toda a igreja católica o crê; mas se é *jure divino* [por direito divino] ou *humano* [humano], não é artigo de fé". O mesmo afirma Davenport, [Nota: *Systema Fidei*.] chamado *Fransciscus a Sancta Clara*, de modo mais amplo. Por isso, que o leitor julgue se necessitamos de mais palavras para provar que a igreja deles é tal como Cristo nunca instituiu, quando a crença em seu direito divino não faz parte de sua própria fé.

6. Se a igreja de Roma, em sua política formal, é apenas de instituição humana, ela é: *1*. Desnecessária para a salvação. *2*. Ilícita; porque aqueles que primeiro a instituíram não tinham autoridade para fazê-lo e eram usurpadores. Pois ou os fundadores dela eram eles mesmos uma igreja ou não eram uma igreja. Se não eram uma igreja, não podiam legitimamente fundar

uma igreja. Infiéis ou pagãos não devem ser os fundadores de nossa igreja. Se eram uma igreja, então existia uma igreja antes da igreja de Roma, e esta de outra forma. E se aquela forma anterior era de instituição de Cristo, o homem não a poderia alterar; se não era, quem criou aquela forma? E assim por diante.

7. Os nossos teólogos que dizem que a igreja de Roma é uma igreja verdadeira, embora corrupta, não falam dela formalmente quanto à política papal ou chefia, mas materialmente: *1*. Que todos os papistas que são cristãos visíveis são partes visíveis da igreja universal. *2*. Que as suas congregações particulares, consideradas abstratamente da chefia romana, podem ser igrejas particulares verdadeiras, embora corruptas; o que, sendo a única dificuldade, será a matéria de nossa próxima investigação.

Questão 3. Se devemos considerar o clero romano como verdadeiros ministros de Cristo? E se o seu batismo e a sua ordenação são nulidades?

Reúno estas duas questões distintas por brevidade.

I. No sentido de que "verdadeiro" significa regularmente chamado, eles são comumente irregulares e não são verdadeiros ministros. Mas, no sentido de que "verdadeiro" significa real por oposição a uma nulidade, deve ser agora mais detalhadamente considerado.

A dúvida reside ou na suficiência de seu chamado, ou em algo que se supõe destruí-lo por contradição ou redundância: 1. Falta algo de absoluta necessidade para o ofício àquele que é chamado na igreja de Roma? Ou, 2. Há algo em seu ofício ou em sua entrada que anule ou invalide aquilo que, de outro modo, seria suficiente?

Quanto à primeira dúvida, não há acordo entre papistas ou protestantes sobre o que é de necessidade para a existência do ofício. Alguns pensam que a piedade real na pessoa é necessária, mas a maioria pensa que não. Alguns pensam que a piedade visível (isto é, aparente e confessada, não desmentida por pecado mortal) é necessária, e outros pensam que não. Alguns pensam que a eleição do povo é necessária, e que a ordenação é apenas *ad bene esse* [para o bem-estar]; outros pensam que a ordenação é necessária *ad esse* [para a existência], e a eleição *ad bene esse*, ou em nada necessária; outros acham que ambas são necessárias *ad esse*, e outros que nenhuma delas o é. Alguns pensam que a eleição do povo é necessária, e outros pensam que apenas o seu consentimento é necessário, ainda que posterior à eleição por terceiros; alguns pensam que deve ser o consentimento de todo o rebanho, ou quase todo, e outros apenas da maior parte; e alguns, da melhor parte, ainda que seja a minoria. Alguns pensam que a ordenação por um bispo diocesano é necessária *ad esse*, e outros que não. Alguns pensam que a verdade do chamado do ordenador, ou o seu poder, é necessária para a validade de sua ordenação, e outros que não. Alguns pensam que o número de dois, três ou mais ordenadores é necessário, e outros que não. Alguns pensam ser necessário para a validade do ministério que ele descenda dos apóstolos

por uma sucessão ininterrupta de bispos verdadeiramente ordenados, e outros pensam que não. Alguns poucos pensam que o comando ou a licença do magistrado é necessária, e apenas ela, e a maioria nega ambas. Johnson, vulgo Terret, o papista, em sua disputa contra mim, sustenta que a consagração não é necessária *ad esse*, nem qualquer forma única de eleição por estes ou aqueles, mas apenas a recepção da igreja mediante tal eleição que lhes possa dar ciência, a qual pode diferir conforme os diferentes tempos, lugares e outras circunstâncias.

No meio destas confusões, o que se deve sustentar? Expus o caso de modo tão completo e claro quanto pude em meu segundo *Disput. of Church Government* [Disputas sobre o Governo da Igreja], sobre a ordenação, para o qual devo remeter o leitor; tocando aqui apenas brevemente no resumo.

1. Há algumas qualificações pessoais necessárias para a existência do ofício (sobre as quais falaremos logo adiante), e algumas apenas para o seu bem-estar. [Nota: Ef 4:6-11.]

2. A causa eficiente transmissora do poder ou ofício é a vontade de Deus expressa em sua própria lei estabelecida; na qual ele determina que tais pessoas assim chamadas receberão dele tal poder, e estarão obrigadas a tais administrações de ofício. [Nota: Mt 28:11, 20; Tt 1:5; At 20:28; 14:23; 1 Pe 5:2.]

3. Qualquer providência de Deus que notifique de modo infalível ou satisfatório à igreja quem são essas pessoas

que recebem de Deus tal poder obriga-a a submeter-se a elas como assim capacitadas.

4. O caminho ordinário estabelecido por Deus para a designação regular da pessoa dá-se por meio do consentimento da igreja e da ordenação pelo pastor mais antigo.

5. Por estas ações, eles não são os doadores ou eficientes propriamente ditos do poder ou ofício concedido, mas o consentimento do povo e a ordenação determinam quem é o destinatário, sendo assim, regularmente, *causa sine qua non* [causa sem a qual não se realiza] de sua recepção. E a ordenação é, além disso, uma investidura solene no ofício (como quando um servo é enviado para entregar a posse de uma casa mediante a entrega de uma chave, com o consentimento do senhor, àquele que antes já possuía a concessão do proprietário); cerimoniosamente, portanto, ela o introduz na posse visível, à semelhança da celebração do matrimônio, do alistamento de um soldado, etc.

6. O consentimento do povo (prévio ou posterior) é necessário não apenas por instituição, mas naturalmente, para que o homem se torne pastor daquelas pessoas (pois ninguém pode aprender, obedecer, etc., sem consentimento); mas não é de necessidade para a existência do ministério em geral, ou no primeiro instante: um homem, sem ele, pode ser autorizado como ministro para ir pregar o evangelho para conversão, batizar e reunir igrejas, embora não para ser o seu pastor estabelecido.

7. Quando a morte, a distância, a corrupção, a heresia ou a hostilidade dos pastores ao alcance tornam impossível obter a ordenação, a escolha da pessoa por Deus pode ser notificada sem ela, como por: 1. Qualificações eminentes. 2. As necessidades reais do povo. 3. E a remoção de impedimentos, junto com uma concorrência de oportunidades e vantagens convidativas. 4. E às vezes o desejo do povo. 5. E às vezes a comissão ou consentimento do magistrado; os quais, embora não absolutamente necessários em si mesmos, podem servir para designar a pessoa e investi-la, quando o caminho ordinário falha; sendo isso tudo o que resta ao homem fazer para a transmissão do poder.

Estando o caso assim estabelecido quanto ao que é necessário para conceder o poder ou ofício, podemos a seguir indagar se algum sacerdote papista possui tal poder por tais meios.

E: 1. Temos razões suficientes para julgar que muitos deles possuem todas as qualificações pessoais que são essencialmente necessárias. 2. Muitos entre eles possuem o consentimento de um povo cristão sóbrio (sobre o que falaremos logo adiante). E Mr. Jacob, que era contrário aos bispos e à ordenação deles, prova extensamente que, pela eleição ou consentimento do povo apenas, um homem pode ser um verdadeiro pastor, seja sem tal ordenação, seja apesar de toda a vaidade e erro dela. 3. Muitos deles possuem ordenação por bispos capazes e sóbrios, se isso também for necessário. 4. Nessa ordenação, eles são investidos em tudo o que é essencial para o ofício pastoral.

De modo que não vejo que o chamado deles seja uma nulidade por falta de algo de absoluta necessidade para a sua existência e validade, embora seja de muitas maneiras irregular e pecaminoso.

II. Devemos, portanto, a seguir indagar se quaisquer acréscimos contraditórios anulam aquilo que, de outro modo, não seria nulidade. E esta é a grande dificuldade. Pois, assim como não acusamos a religião deles por ter de menos, mas por ter de mais, assim esta é a nossa principal dúvida sobre o ministério deles.

E: 1. Duvida-se, quanto ao ofício em si, se um sacerdote da missa é um verdadeiro ministro, visto que tem outra obra a realizar: fazer o seu próprio Criador e entregar a carne real de Cristo com as suas próprias mãos ao povo, além de pregar as doutrinas corrompidas de sua igreja; e estas parecem ser partes essenciais de sua função.

O caso é terrível e lamentável; mas aquilo que afirmei sobre as heresias ou erros que podem consistir com o cristianismo, quando o destroem apenas por uma consequência não percebida, deve ser aqui também considerado. A parte principal de seu ofício é aquela (quanto aos pontos essenciais) que Cristo ordenou: esta eles recebem, e a esta costuram um trapo imundo de invenção humana; mas se soubessem que isso é inconsistente com o cristianismo ou com os pontos essenciais do ministério, podemos bem presumir (de muitos deles) que não o receberiam. Portanto, assim como um erro que contradiz por consequência algum artigo essencial da fé não anula o cristianismo daquele que primeiro e de modo mais firme guarda a fé, e que rejeitaria o erro se visse a contradição (como mostraram

Davenant, Morton e Hall, *Epist. Conciliat.*), o mesmo se deve dizer quanto ao erro prático no presente caso. São erros e pecados graves da parte deles, mas, pelo que vejo, não anulam o seu ofício perante a igreja. Como sacerdote da missa, ele não é ministro de Cristo (assim como um anabatista não o é como rebatizador, nem um separatista como separador, nem um antinomiano, ou qualquer pessoa errônea, como pregador daquele erro); mas, como pastor cristão ordenado para pregar o evangelho, batizar, administrar a ceia do Senhor, orar, louvar a Deus e guiar a igreja, ele pode sê-lo.

A mesma resposta serve para a objeção no que concerne às doutrinas errôneas que pregam, as quais são apenas por consequência contrárias aos pontos essenciais da religião.

Mas há uma dúvida maior: pode qualquer poder do ministério ser transmitido pelo anticristo, ou proceder dele? E Deus reconhecerá alguma das administrações do anticristo? Portanto, visto que eles próprios declaram não possuir outro ofício senão o que recebem do papa, e Cristo rejeita a usurpação deste, o mesmo homem não pode ser ministro de Cristo e do anticristo; assim como o mesmo homem não pode ser oficial no exército do rei e no de seus inimigos.

Mas isto terá a mesma solução que o caso anterior. Se este anticristo fosse o inimigo aberto e declarado de Cristo, então tudo isso seria verdade; porque os seus acréscimos corruptos não conteriam a negação do cristianismo ou do verdadeiro ministério por consequências obscuras, mas de modo tão direto que não seria possível manter ambos. No entanto (como os nossos

teólogos comumente observam), o anticristo deve assentar-se no templo de Deus, e a traição do papa dá-se sob o pretexto do maior serviço e amizade a Cristo, fazendo-se seu vigário-geral sem a sua comissão. Assim, aqueles que dele recebem poder pensam que ele é de fato o vigário de Cristo, e por isso não renunciam a Cristo, mas professam que a sua primeira e principal relação é com ele, e dele dependem, declarando que nada teriam que fazer com o papa se soubessem que ele é contrário a Cristo. E alguns deles escrevem que o poder ou ofício provém imediatamente de Cristo, e que o papa, os ordenadores e os eleitores apenas designam a pessoa que o receberá (pois, de outro modo, não saberiam o que dizer da eleição e consagração do próprio papa, que não possui superior). E os bispos espanhóis no Concílio de Trento mantiveram-se tão firmes a isso que os demais foram obrigados a deixar a questão sem determinação; de modo que não é parte da religião deles, mas uma opinião duvidosa, se o poder dos bispos deriva do papa, embora sejam governados por ele.

Mas, quanto ao restante, o caso assemelha-se a este: se um súdito na Irlanda usurpar a governadoria e disser a todo o povo que possui a comissão do rei para ser o seu governador, ordenando a todos que se submetam a ele, dele recebam os seus postos e lhe obedeçam; e o rei o declarar traidor (antecipadamente, apenas pela descrição de suas leis) e determinar que constitui dever dos súditos renunciar a ele; aqueles que, conhecendo a vontade do rei, ainda assim aderirem ao usurpador (embora sabendo que o rei é contrário a isso) são traidores junto com ele. Mas aqueles de quem ele oculta o conhecimento das leis, e que, por falta de informação completa, creem que ele é

realmente o governador nomeado pelo rei (especialmente vivendo onde todos assim o creem), mas que, contudo, o renunciariam se soubessem que ele não possui a comissão do rei; estes são súditos do rei, embora em sua ignorância obedeçam a um usurpador. E é por esta razão que o arcebispo Usher concluiu que um papista ignorante poderia ser salvo, mas o instruído dificilmente. Todavia, quando os instruídos, pelas desvantagens de sua educação, estão sob a mesma ignorância, sendo instruídos apenas de um lado para a sua maior sedução, o caso pode ser o mesmo.

O mesmo homem, portanto, pode receber um ofício de Cristo, ainda que ignore a sua própria submissão ao papa e dele receba acréscimos corruptos.

Mas, suponha que eu esteja enganado em tudo isso; para passarmos à segunda questão:

III. Se o batismo e a ordenação administrados por eles são nulidades?

Respondo que não, por uma razão adicional: 1. Porque o ministério que é uma nulidade para quem o recebe (isto é, Deus o punirá como usurpador) pode, contudo, realizar atos ministeriais que não são nulidades para a igreja. [Nota: Mt 7:23-25; Fp 1:15-17; Mc 9:40.] Caso contrário, em que confusão se encontrariam todas as igrejas! Pois é difícil saber se os ministros possuem todas as coisas essenciais para o seu ofício. Suponha que um homem seja ignorante, ou herético contra algum artigo essencial da fé; ou suponha que tenha forjado as suas credenciais de ordenação quando não possuía nenhuma; ou que tenha sido ordenado por quem realmente não tinha poder para

fazê-lo; ou que tenha fingido o consentimento da maioria do povo quando, na realidade, a maior parte apoiava outro. Se tudo isso for ignorado, o seu batismo e outras administrações não se tornam, por isso, nulidades para a igreja, embora constituam pecado nele. A razão é que a igreja não deve sofrer, nem perder o seu direito, pelo pecado de outrem! Quando a culpa não é deles, a perda e a punição não devem ser deles. Aquele que se encontra na posse do cargo realiza administrações válidas para aqueles que desconhecem a sua usurpação e dela não são culpados. Do contrário, nunca terminaríamos de rebatizar, nem saberíamos facilmente quando recebemos administrações válidas, enquanto discordamos tanto sobre os requisitos necessários do ofício e do chamado; e quando é tão difícil em tudo julgar o chamado de todos os outros homens.

E, assim como dizem os papistas que um homem ou mulher privado pode batizar em caso extremo, muitos protestantes instruídos pensam que, embora o batismo por um homem privado seja pecado, contudo não é nulidade, ainda que se soubesse que ele não era ministro.

E o que se diz do batismo, para evitar o tédio, pode-se supor dito da ordenação, o que estenderá muito o primeiro caso, tanto quanto à validade do ministério recebido por ordenação papista, quanto do batismo e do cristianismo visível recebidos por eles. De minha parte, Deus utilizou o livro do Padre Parsons, *Book of Resolution* [Livro da Resolução], corrigido, para o meu próprio bem, e conheci tantos cristãos eminentes, e alguns ministros, convertidos por ele, que me alegro de não ouvir ninguém fazer disso uma controvérsia: se a

conversão, a fé ou o amor a Deus que recebemos pelos livros ou meios de qualquer papista são válidos.

Questão 4. Se é necessário crer que o papa é o anticristo.

Uma questão é se ele é o anticristo; outra é se é necessário crer nisso.

Quanto à primeira, digo: 1. Há muitos anticristos; e devemos desfazer a ambiguidade do nome antes de resolvermos a questão. Se por anticristo se entende aquele que usurpa o ofício de vigário universal de Cristo e cabeça constitutiva e governante de toda a igreja visível, lançando assim as bases para cismas, contendas e derramamento de sangue no mundo, e que deseja roubar de Cristo todos os seus membros que não pertencem ao reino do papa, e que forma um ministério multifacetado para este serviço, corrompendo grande parte da doutrina, do culto e da disciplina da igreja; neste sentido, não há dúvida de que o papa é o anticristo.

Mas, se por anticristo se entende aquele descrito especificamente no Apocalipse e em Tessalonicenses, então a controvérsia *de re* [sobre a matéria] diz respeito à exposição dessas profecias obscuras. Sobre o que não posso dizer mais do que isto: 1. Que se o papa não é ele, teve o azar de se parecer muito com ele. 2. Que os argumentos morais do Dr. More, e os argumentos expositivos do Bispo Downham e de muitos outros, são tais que não posso responder. 3. Mas, contudo, a minha habilidade não é tão grande na interpretação dessas profecias obscuras a ponto de eu poder dizer que estou

certo de que é do papa que elas falam, e que Lyra, o instruído Zanchy e outros que pensam tratar-se de Maomé, ou outros que as interpretam de outro modo, estivessem enganados.

II. Mas, quanto à segunda questão, digo com mais ousadia: 1. Que todo aquele que de fato sabe ser este o sentido desses textos está obrigado a crer nisso.

1. Mas que Deus, que não tornou de necessidade para a salvação compreender muitas centenas de textos mais claros, nem absolutamente compreender mais do que os artigos e fundamentos de nossa religião, muito menos tornou necessário para a salvação compreender as profecias mais obscuras.

2. E que, assim como a suspeita deve tornar todos os cristãos cautelosos em relação ao que recebem de Roma, a obscuridade deve fazer com que todos os cristãos tomem cuidado para não extrair disso consequências destrutivas ao amor, à ordem, ou a qualquer verdade ou dever cristão. E este é o conselho que dou a todos.

Questão 5. Se devemos sustentar que um papista pode ser salvo.

Esta questão pode ser resolvida facilmente a partir do que foi dito antes.

1. Um papista como papista, isto é, pelo papismo, nunca será salvo, assim como a vida de um homem não é salva pela lepra.

2. Se um papista for salvo, ele deve ser salvo contra e a despeito do papismo, seja convertendo-se daquela opinião (e então deixa de ser papista), ou preservando o seu coração do poder de suas próprias opiniões. [Nota: Veja Hunnius, *Eccl. Rom. non est christiana* [A Igreja Romana Não É Cristã]; e Perkins, *A papist cannot go beyond a reprobate* [Um Papista Não Pode Ir Além de um Repróbato].] E o mesmo podemos dizer de todo erro e pecado. Aquele que é salvo deve ser salvo dele, ao menos do poder dele sobre o coração, e da culpa dele pelo perdão.

3. Todo aquele que é um cristão verdadeiro e sincero na fé, no amor e na verdadeira obediência será salvo, qualquer que seja o erro que mantenha e que seja consistente com estes.

4. Assim como muitos antinos e outras pessoas errôneas sustentam coisas que, por consequência, subvertem o cristianismo, e contudo, não percebendo a inconsistência, guardam o cristianismo primeiro e com mais firmeza, no coração e na prática sincera, e renunciariam ao seu erro se vissem a inconsistência; o mesmo ocorre com muitos papistas. E aquilo que eles guardam primeiro, com mais firmeza e na prática, salva-os do poder, das operações e do veneno de suas próprias opiniões; assim como um antídoto ou a força da natureza podem salvar um homem de uma pequena quantidade de veneno.

5. Além disso, temos motivos para julgar que existem milhões entre os papistas corrompidos com muitos de seus erros menores que, contudo, não sustentam os maiores; que não creem que ninguém é cristão exceto

os súditos do papa, e que o reino de Cristo e o do papa têm a mesma extensão, ou que ele pode perdoar as penas dos homens em outro mundo, ou que o pão e o vinho não são pão e vinho, ou que os homens merecem de Deus em termos de justiça comutativa, ou que devemos adorar o pão, ou ainda a cruz ou a própria imagem, etc., ou que consintam com a abundância das usurpações tirânicas e abusos do clero; e assim, não sendo propriamente papistas, podem ser salvos, ainda que um papista não o pudesse. E nós menos sabemos quão poucos ou muitos entre eles são realmente da religião e mente do clero, porque, pelo terror, eles impedem os homens de manifestarem o seu julgamento e os compelem a condescender em coisas exteriores.

6. Mas, assim como menos pessoas que têm lepra, ou peste, ou que tomam veneno escapam em comparação com outros homens, assim temos grandes motivos para crer que muito menos papistas são salvos do que aqueles que escapam de seus erros. E, portanto, todos os que amam as suas almas devem evitá-los.

7. E o truque dos papistas, que convencem as pessoas de que a deles é a religião mais segura porque dizemos que um papista pode ser salvo e eles dizem que um protestante não pode, é um embuste tão palpável que deveria antes afastar os homens de seu caminho. Pois Deus é amor; e aquele que permanece no amor permanece em Deus; e todos os homens devem nos conhecer como discípulos de Cristo pelo amor que temos uns pelos outros; e aquele que diz que ama a Deus e não ama o seu irmão é mentiroso; e a caridade

> crê em todas as coisas credíveis. Aquela religião tem mais probabilidade de ser de Deus que é a mais caridosa, e não aquela que é a mais desprovida de caridade, maliciosa e semelhante a Satanás.

Para concluir: ninguém será salvo por não ser papista, e muito menos por sê-lo. E todos os que são verdadeiramente santos, celestiais, humildes amantes de Deus e daqueles que são os seus servos serão salvos. Mas quantos desses existem entre os papistas, Deus apenas sabe, que é o seu Juiz.

As questões sobre se os gregos, abissínios, nestorianos, eutiquianos, antinianos, anabatistas, etc., podem ser salvos devem ser todas resolvidas como esta sobre os papistas, considerando os diferentes graus de sua corrupção. E, portanto, devo pedir ao leitor que se contente com esta resposta para todos, dispensando-me de repetição desnecessária.

Quanto a disputadores como o meu antagonista Mr. Johnson, que insiste em Tt 3:10 ("Ao homem herético... está condenado por si mesmo"); quando ele provar que a palavra herético possui apenas uma significação, direi o mesmo que ele. Até lá, se ele quiser experimentar quem será condenado por meras palavras equívocas, sem a definição, que siga o seu rumo, pois eu não serei um de seus imitadores.

Questão 6. Se aqueles que estão na igreja de Roma são obrigados a separar-se dela. E se é lícito ir à sua missa ou a outro culto deles.

Reúno também estas duas questões por brevidade.

I. Quanto à primeira, devemos distinguir as formas de separação: 1. Uma coisa é julgar mau aquilo que é mau e separar-se disso em juízo. 2. Outra coisa é expressar isso abstendo-se de subscrever, jurar ou aprovar de outro modo esse mal. 3. E outra coisa é abster-se da comunhão com eles na missa, no culto às imagens e em pecados graves ou conhecidos. 4. E outra coisa é abster-se de toda comunhão com eles, até mesmo quanto ao batismo e outras coisas legítimas. 5. E outra coisa é usar de protestos ou detestações públicas contra eles.

1. E devemos fazer grande distinção de pessoas: se são ministros ou povo, livres ou dependentes (como esposas, filhos, etc.). E agora respondo:

2. Não há dúvida de que constitui dever julgar como mau tudo o que é mau entre os papistas ou quaisquer outros.

3. É dever de todos abster-se de subscrever, jurar ou aprovar de outro modo o mal.

4. É dever de todos os sacerdotes da missa renunciar a essa parte de seu chamado e não celebrar a sua missa, nem qualquer outra coisa ilícita.

5. É dever de todos os cristãos privados absterem-se da comunhão na missa, porque ela constitui um tipo de idolatria, visto que adoram um pedaço de pão como Deus; assim como o culto às imagens e todas as outras partes de sua religião em que são levados ao pecado pessoalmente, ou àquilo que constitui escândalo notório e associação com eles em sua adoração ao pão,

ou antes, corrupções da substância das ordenanças de Deus.

6. É dever daqueles que têm oportunidade adequada (quando provável que faça mais bem do que mal) protestar contra as corrupções papais onde estiverem e declarar a sua detestação delas.

7. É dever daqueles que têm filhos para serem batizados ou catequizados fazer uso de ministros mais legítimos e sadios, quando puderem ser encontrados, de preferência a um sacerdote papista.

8. Mas, no caso de não poderem se retirar ou desfrutar de melhores meios, penso ser lícito: 1. Permitir que tais batizem os seus filhos, de preferência a deixá-los sem batismo. 2. Permitir que os seus filhos sejam ensinados por eles a ler, ou nas artes e ciências, ou no catecismo e princípios comuns da religião, desde que não misturem erros perigosos. 3. E ouvir aqueles dentre eles que pregam de forma sadia e piedosa (como Gerhard, Zutphaniensis, Taulerus, Ferus e muitos mais). 4. E ler bons livros como os que estes agora mencionados escreveram. 5. E unir-se a eles em orações que sejam sadias e piedosas, contanto que não avancem além disso.

9. E esposas, filhos e outros que sejam dependentes, e não possam legalmente se retirar, podem permanecer entre eles e valer-se desses auxílios, abstendo-se fielmente do restante.

II. A segunda questão encontra-se respondida nesta. Apenas acrescento que uma coisa é estar presente como Elias esteve, em oposição a eles; ou como os disputadores

estão, que expõem os seus erros; ou como um homem sábio pode ir para ouvir ou ver o que fazem, sem condescendência, assim como lemos os seus livros; e outra coisa é unir-se a eles em seu culto pecaminoso, ou encorajá-los escandalosamente nele por parecer fazê-lo. Veja Calvino, *Contra os Nicodemitas*, etc.

Questão 7. Se o legítimo chamado do ministro por ordenação ou eleição, etc., é necessário para a essência da igreja.

Por uma igreja aqui nos referimos a uma sociedade política de cristãos, e não a uma assembleia ou comunidade qualquer. E, sem dúvida, pastor e rebanho são as partes constitutivas de tal igreja; e onde quer que qualquer uma delas esteja notoriamente ausente, é notório que não há verdadeira igreja. Portanto, toda a dúvida reside em saber se tais partes do chamado são necessárias ou não para a existência do ministério. E aqui devemos concluir que as palavras ministério e igreja são ambíguas. Por ministro ou pastor entende-se ou aquele a quem Deus reconhece a ponto de aceitar e justificar as suas administrações para consigo mesmo, visando o seu próprio bem e salvação; ou aquele cujas administrações Deus reconhecerá, aceitará e abençoará para o povo.

I. No primeiro sentido: 1. Não é verdadeiro ministro aquele a quem faltam as qualificações essenciais de um ministro, a saber, que não possui: (1) O entendimento e a crença em todos os artigos essenciais da fé, sem heresia. (2) Capacidade tolerável para ensiná-los ao povo e realizar os demais pontos essenciais de seu ofício. (3)

Piedade sincera, para realizar tudo isso em amor e obediência a Deus como seu servo, visando a vida eterna. 2. E ele não é, assim, verdadeiro pastor quanto à aceitação de si mesmo por Deus, se não possuir um chamado legítimo; isto é: (1) Ordenação, quando esta puder ser obtida. (2) O consentimento ou recepção daquela igreja da qual ele pretende ser pastor, o qual é sempre necessário, e deve ser obtido caso a ordenação não seja possível.

II. Mas, no segundo sentido, ele é um pastor (de tal modo que Deus reconhecerá as suas administrações para o bem do povo) se: 1. Detém a posse do cargo. 2. E aparenta ao povo possuir as qualificações necessárias e um chamado legítimo, ainda que se prove o contrário, desde que não seja por culpa voluntária do povo que ele seja culpável, ou que eles estejam enganados a seu respeito. Se ele não for um verdadeiro crente, mas um infiel ou herético, não é ministro quanto a si mesmo, isto é, Deus o tratará como um usurpador que não possui direito ao cargo; [Nota: At 1:17; Mt 7:23.] mas se professar ser crente sem o ser, ele é um verdadeiro pastor visivelmente para o povo; caso contrário, as pessoas nunca saberiam quando têm um pastor. Assim como a fé real faz um cristão real, e a fé professada faz um cristão visível, o mesmo ocorre em relação ao ministério. Se ele aparenta compreender os artigos da fé sem compreendê-los, ou se aparenta possuir a devida ordenação sem possuí-la, se for sob esse equívoco aceito pelo povo, ele é um verdadeiro pastor visível para eles, isto é, quanto ao dever e benefício deles, embora não quanto a si próprio. Sim, o consentimento do povo para a sua entrada não é necessário *ad esse*, tampouco para a sua relação, no que concerne a

justificar-se a si mesmo, mas para as suas administrações e para a sua relação, na medida em que o direito e benefício próprios do povo estejam interessados nisso. De modo que duas coisas são necessárias para que tal pastor visível realize administrações válidas para a igreja: 1. Aparentes qualificações necessárias e chamado para tal. 2. Posse do cargo, mediante a recepção ou consentimento do povo para as suas administrações e relação, na medida de seu benefício.

E, III. Assim também devemos fazer distinção quanto à palavra igreja. Ela é: 1. Uma sociedade cristã inteira que possui um ministro ou pastor cujo ofício é válido para si mesmo e para eles; ou é uma sociedade que possui apenas um pastor cujo ofício é válido para eles, mas não para si próprio. Não confundamos as questões *de re* [sobre a matéria] e *de nomine* [sobre o nome]. Essas sociedades diferem conforme mencionado. Ambas podem ser apropriadamente chamadas de igrejas verdadeiras.

Ocorre aqui o mesmo que em um reino que possui um príncipe de direito e outro que é usurpador. 1. Se possui um rei de direito aceito, é um reino no sentido mais pleno. 2. Se possui um usurpador aceito como rei, é um reino, embora imperfeito. 3. Se o usurpador é aceito apenas na medida em que o povo não consente com a sua entrada, nem com a sua relação a ponto de justificar o seu título, desejando vê-lo deposto caso pudessem providenciar isso; mas, contudo, consentem em receber aquela proteção e justiça que lhes são devidas daquele que detém o poder, e consentem com a sua relação apenas até esse ponto, este é verdadeiramente um reino, mas mais defectivo ou mutilado que o primeiro. 4. Mas se

o povo nem sequer o recebe, nem se submete às suas administrações, ele não passa de um conquistador, e não de um rei, e (em relação a ele) não constitui reino (embora, em relação a outrem que possua título e consentimento, sem a posse real da administração, possa ser um reino). E esta é a verdadeira e simples solução desta questão, que a falta de distinção costuma obscurecer.

Questão 8. Se a fé sincera e a piedade são necessárias para a existência do ministério. E se é lícito ouvir um homem ímpio, ou receber o sacramento dele, ou considerá-lo como ministro.

Esta questão recebe exatamente a mesma solução que a anterior, e portanto não necessito dizer muito mais sobre ela.

I. A primeira parte é frequentemente resolvida de forma equivocada em ambos os extremos. Alguns afirmam categoricamente que a piedade ou a fé não são necessárias para a existência do ministério; e outros, que são necessárias. Ao passo que a verdadeira solução é a mencionada anteriormente: a fé sincera e a piedade são necessárias para fazer de um homem um ministro de tal modo que Deus o reconhecerá e o justificará como enviado por si mesmo, no que concerne ao dever e benefício do próprio homem; pois ele não pode ser internamente e de coração um pastor cristão se não for cristão, nem ministro de Deus se não for piedoso, isto é, se não for verdadeiramente consagrado a Deus, se não lhe obedecer e não o amar como Deus. Contudo, a realidade

destas qualidades não é necessária para torná-lo um pastor visível, no que concerne ao dever e benefício do povo.

1. No entanto, a profissão da verdadeira fé e piedade é necessária até o ponto em que, sem ela, o povo não deve considerá-lo como um ministro visível (assim como a profissão do cristianismo o é para um cristão visível).

2. E na escolha deles, devem preferir, *ceteris paribus* [em igualdade de condições], aquele cuja profissão for mais credível.

Objeção. O que faz um ministro são os dons e o chamado, os quais são distintos da graça e do cristianismo real.

Resposta. Todo ministro é um cristão, embora nem todo cristão seja um ministro ou pastor; portanto, aquele que é um pastor visível deve ter ambos, visivelmente ou por profissão.

Objeção. Mas um homem pode ser cristão sem a graça salvadora ou a piedade.

Resposta. Tanto quanto pode ser piedoso sem piedade. Isto é, ele pode ser visivelmente cristão e piedoso, sem fé sincera ou piedade, mas não sem a profissão de ambas. Não é possível que a profissão do cristianismo em seus pontos essenciais exista sem a profissão da piedade, pois ela a inclui.

II. À outra questão respondo: 1. Um homem que professa a infidelidade ou a impiedade, sim, que não professa a fé e a piedade, não deve ser considerado como ministro, nem ouvido como tal.

1. Todo aquele que professa manter-se firme em sua aliança batismal professa a fé e a piedade.

2. Aquele que, por uma vida viciosa ou má aplicação da doutrina, contradiz a sua profissão deve ser legalmente acusado disso, ouvido em sua própria defesa e expulso pela verdadeira justiça da igreja, e não pela censura privada de uma pessoa privada.

3. Até que isso seja feito, embora um membro privado em particular da igreja não seja obrigado a pensar que o ministro é digno, nem que a igreja que o tolera e o recebe age bem, contudo está obrigado a julgá-lo como alguém que, pela recepção da igreja, encontra-se na posse do cargo, sendo portanto um pastor visível, devendo submeter-se às suas administrações públicas; porque não cabe a um homem privado, mas à igreja, determinar quem será o pastor.

4. Mas se o caso estiver fora de controvérsia e for notório que o homem não é apenas escandaloso, fraco, monótono e negligente, mas também: 1. Intoleravelmente incapaz; 2. Ou um infiel, ou herético grave; 3. Ou certamente ímpio; o homem privado deve admoestar a igreja e a ele e, caso persistam na impenitência, deve transferir-se para uma igreja e ministério melhores. E a própria igreja deve rejeitar tal homem e confiar as suas almas a alguém mais apto para a responsabilidade.

5. E aquela igreja ou pessoa que, desnecessariamente, reconhece tal pastor, ou o prefere a outro mais apto, com isso o endurece em sua usurpação, tornando-se

culpada pelo dano às almas do povo e à sua própria, bem como pela desonra feita a Deus.

Questão 9. Se o povo está obrigado a receber ou consentir com um pastor ímpio, intolerável e herético, sim, ou com um que seja muito menos apto e digno do que o concorrente, caso o magistrado o ordene ou o bispo o imponha.

Para decidir isto, adote estas proposições.

1. O magistrado está autorizado por Deus a governar ministros e igrejas segundo as ordens e leis de Cristo (e não contra elas); mas não a ordenar ou degradar, nem a fazer ministros ou desfazê-los, nem a privar a igreja da liberdade que lhe foi assegurada pelas leis de Cristo.

2. Os bispos ou ordenadores estão autorizados por Cristo a julgar a aptidão da pessoa para o ofício em geral e a investi-la solenemente nele, mas não a privar o povo de sua liberdade e do exercício do cuidado natural de sua própria salvação, ou de qualquer liberdade concedida a eles por Cristo.

3. A liberdade do povo em escolher ou consentir com os seus próprios pastores, a quem devem confiar o cuidado de suas almas, está em parte fundada na natureza (sendo eles que colherão o benefício ou a perda, não estando homem algum autorizado a condenar ou colocar em perigo as almas dos homens, ao menos contra a vontade deles), e em parte estabelecida pelas Escrituras, tendo continuado na

igreja por mais de mil anos após Cristo, pelo menos em muitas partes dela. Veja a prova completa de Blondel em *De Jure Plebis in Regimine Ecclesiastico*. Hildeberto de Le Mans (vulgo de Tours), inclusive em seu tempo, mostra que, embora o clero devesse liderar e o povo seguir, nenhum homem deveria ser feito bispo ou imposto ao povo sem o consentimento deste: *Epistola 12, Bibliotheca Patrum*, tomo 3, página 179. Filesacus o guiará para mais testemunhos semelhantes. Mas o assunto está fora de controvérsia. Não necessito citar aos instruídos o testemunho comumente citado de Cipriano: *Plebs maximam habet potestatem indignos recusandi* [O povo tem o máximo poder para recusar os indignos], etc. E, de fato, pela própria natureza das coisas, não poderia ser de outro modo: pois, embora você possa forçar o corpo de um louco ao dar-lhe um remédio físico, você não pode forçar as almas dos homens, nem curá-las contra a vontade deles.

4. Não que o consentimento do povo seja necessário para o ofício geral de um ministro do evangelho, para pregar e batizar; mas apenas para a apropriação ou relação de um ministro consigo mesmos; isto é, para a existência de um pastor de uma igreja particular como tal, mas não de um ministro de Cristo como tal.

5. A alma do homem é de tão grande valor, acima de todo o favor dos homens ou tesouros deste mundo, que ninguém deveria ser indiferente a qual cuidado de homem a confia, nem deveria colocá-la sob risco de miséria eterna por medo de desagradar ao homem, ou de ser acusado de cisma ou desordem.

6. Há uma diferença tão grande entre um mestre capaz, instruído, criterioso, ortodoxo, piedoso, diligente e vivo, e um homem ignorante, herético, ímpio, monótono e preguiçoso, quanto há entre um piloto hábil e um ignorante no mar; ou entre um médico capaz, experiente e fiel, e um ignorante, precipitado e traiçoeiro, no que concerne a salvar vidas humanas. E aquele que não aceitaria um tolo ou um charlatão por seu médico (que provavelmente o mataria), recusando o conselho de um médico capaz em obediência a um magistrado ou bispo, tem tão poucos motivos para fazer o mesmo com a sua alma; não devendo dar a ela menor valor do que dá à sua vida. [Nota: Mt 16:26; Pv 10:32; 19:8; Lc 12:4.] E se Paulo disse: "Temos este poder para edificação e não para destruição", podemos dizer o mesmo de todos os magistrados e bispos. Teólogos sóbrios mostraram recentemente o erro daqueles que ensinam aos homens que devem estar prontos a submeter-se à condenação caso Deus o exija, ou supor que a glória dele e a nossa salvação são fins separáveis; porque a condenação é algo que a natureza necessita que o homem não deseje nem pretenda! E atribuiremos mais a um magistrado do que a Deus? E diremos que devemos lançar as nossas almas sob a probabilidade de condenação para manter a ordem e em obediência ao homem? Ninguém pode ser salvo sem conhecimento e santidade: um ministro ignorante, morto e ímpio é muito menos propenso a nos ajudar a obter conhecimento e santidade do que um homem capaz e santo. Dizer que Deus pode operar por meio do instrumento mais inapto nada aproveita, até que você prove que Deus quer que o aceitemos

> como seu instrumento, e que ele costuma operar igualmente por meio de tais pessoas tanto quanto pelas aptas e dignas, ou que esperamos milagres de Deus, e isso ordinariamente sem tentá-lo! Sim, quando tal usurpador do ministério provavelmente condenará a si próprio, bem como ao povo.

E aqui, para abrandar as mentes dos prelados itacianos em relação àqueles que buscam a sua própria edificação, em um caso como este, ou que recusam pastores indignos que eles impõem, rogo-lhes que não censurem os que estão perto deles com mais severidade do que censuram as pessoas nos seguintes exemplos. Sim, se um separatista avança demais, trate-o com não menos caridade do que dispensaria a estes homens.

(1) Gildas, o Bretão, é chamado de *Sapiens* [o Sábio], sendo o nosso escritor mais antigo; e, contudo, ele chama a multidão do clero bretão devasso (a quem repreende em seu *Acris Correptio*) de traidores e não sacerdotes; concluindo seriamente que aquele que os chama de sacerdotes não é *eximius christianus* [um cristão excelente]. No entanto, os poucos que eram piedosos ele excetua e elogia. Considerará ele que não são sacerdotes, por causa de sua pecaminosidade, e você forçará os outros não apenas a chamá-los de sacerdotes, mas a confiar as suas almas à conduta de tais homens? Quando Cristo disse: "Se um cego guiar outro cego, ambos cairão na cova"; e Paulo: "Tem cuidado de ti mesmo e da doutrina; porque, fazendo isto, te salvarás, tanto a ti mesmo como aos que te ouvem"? [Nota: Mt 15:14; 1 Tm 4:6, 16; Mt 16:6; 24:4; Mc 4:24; Lc 8:18; Mt 23:16.]

O segundo exemplo é o de nosso segundo historiador (e primeiro inglês), Beda, e nele o famoso João, Bispo da igreja de Hexham, o qual, segundo relata, operou milagres extraordinários, como se pode ler em sua *História Eclesiástica*, livro 5, capítulos 2 a 5. Este homem possuía em seu clero um certo Herebaldo, posteriormente abade, o qual pessoalmente relatou a Beda o seguinte: que este Bispo João o curou miraculosamente de um ferimento perigoso sofrido por cavalgar com desobediência; e quando se recuperou, o bispo lhe perguntou se tinha certeza de que fora batizado, ao que ele respondeu que o sabia fora de dúvida, nomeando o presbítero que o batizara. O bispo lhe respondeu: "Se foste batizado por esse sacerdote, não foste retamente batizado; pois eu o conheço e sei que, quando foi ordenado presbítero, era tão obtuso de entendimento que não pôde aprender o ministério da catequese e do batismo. Pelo que lhe ordenei que abandonasse de todo a presunção deste ministério, o qual não podia de modo algum cumprir". E, tendo dito isso, ele próprio encarregou-se de catequizar-me na mesma hora; e — curado — *vitali etiam unda perfusus sum* [fui também banhado na onda vital], fui batizado.

Não elogio este exemplo de rebatismo, até porque parece que o sacerdote não fora deposto senão depois de ter batizado Herebaldo; mas, se ele foi ao ponto de rebatizar e considerar o batismo uma nulidade por ter sido realizado por um presbítero incapaz e insuficiente, embora justamente ordenado, julgue com igual favor os homens que evitam tais presbíteros em nossa época.

O terceiro exemplo será o de Cipriano e de todos os dignos bispos nos concílios de Cartago em seu tempo, os quais rebatizavam os que haviam sido batizados por heréticos. E considere, ao mesmo tempo, que naquelas épocas muitos eram chamados de heréticos a quem hoje chamamos apenas de cismáticos, os quais atraíam discípulos atrás de si para grupos e partidos separados, falando coisas perversas, embora não contrárias aos pontos essenciais da religião, At 20:30. Não justifico a opinião deles; mas, se tantos bispos santos consideravam o próprio batismo de tais pessoas uma nulidade, não seja excessivamente severo e censorioso contra aqueles que não vão tão longe em relação a um homem insuficiente, ímpio ou grosseiramente escandaloso, para a mera preservação de suas próprias almas.

A estes acrescentarei o ditado de um dos jesuítas mais honestos, Acosta, e nele de um autor mais antigo que ele: livro 4, capítulo 1, página 354, *De rebus Indicis*. Ele exalta as palavras de Dionísio na *Epistola 8 ad Demophilum*, as quais são: "Se, portanto, a ordenação dos sacerdotes que iluminam é santa, sem dúvida aquele que não ilumina decaiu totalmente da ordem e virtude sacerdotais, e muito mais aquele que nem sequer é iluminado. E a mim me parece audaz em extremo se assume os encargos sacerdotais; não teme nem se envergonha de tratar das coisas divinas sem mérito; pensa que elas se ocultam de Deus, de quem ele próprio é consciente; e julga enganar a Deus, a quem com falso nome chama de pai; e ousa levar as suas blasfêmias criminosas (pois não as chamaria de orações) aos altares sagrados, e pronunciá-las sobre aqueles sinais divinos, à semelhança de Cristo. Esse não é sacerdote; não é; mas um inimigo, atroz, enganoso,

iludido de si mesmo, e um lobo armado com pele de ovelha contra o rebanho do Senhor. Aquele que espera mais ou maiores coisas sobre o ápice e o precipício do ministério evangélico, e a quem estas coisas não bastam para o arrependimento, demonstra estar infatuado segundo a sentença do Senhor, e incapaz de jamais ser salgado com sal algum". Não traduzirei o restante, para que não tomem encorajamento com isso aqueles que estão inclinados ao outro extremo.

1. Contudo, constituirá grande ofensa se qualquer pessoa censória e presunçosa, sob este pretexto, impuser o seu julgamento sobre os dotes dos homens, em desprezo à autoridade ou para aviltamento de homens dignos; e especialmente se, com isso, promover discórdia e cisma na igreja, em vez de buscar a sua própria edificação.

2. Sim, se um ministro for mais fraco, e inclusive mais frio e pior que outro, contudo, se o seu ministério for competentemente adequado para a edificação, aquele que não puder deixá-lo e ir para um melhor sem dano aparente à igreja e às almas de outrem — por divisão, ou por irritar os governantes, ou quebrar a ordem familiar, ou violar deveres relacionais — deve considerar que, no momento, lhe são negados os auxílios maiores que outros possuem, e pode confiar em Deus no uso daqueles meios mais fracos para aceitá-lo e abençoá-lo; porque se encontra na posição em que Deus o colocou. Este caso, portanto, deve ser resolvido por meio de uma comparação prudente do bem ou do dano que provavelmente se seguirão, e dos

acidentes ou circunstâncias a partir dos quais isso deve ser discernido.

Questão 10. Se o magistrado ordenar ao povo que receba um pastor, e os bispos ou ordenadores outro, a qual deles se deve obedecer.

1. O magistrado, e não o bispo ou o povo (a menos que sob a autoridade daquele), possui o poder e a disposição dos aspectos circunstanciais ou acidentais da igreja; refiro-me ao templo, ao púlpito, aos dízimos, etc. [Nota: Veja mais sobre isso logo adiante.] E cabe a ele determinar quais ministros são adequados seja para o seu próprio apoio ou tolerância, e quais não. Nestas coisas, portanto, ele deve ser obedecido antes dos bispos ou de outros.

2. Se um papa ou prelado de uma igreja estrangeira, ou qualquer um que não possua jurisdição ou governo legítimo sobre a igreja que necessita de pastor, ordenar-lhes que recebam um, o mandamento deles é nulo e deve ser desprezado.

3. Nem o magistrado nem o bispo, como mencionado, podem negar à igreja ou ao povo qualquer liberdade que Deus na natureza, ou Cristo no evangelho, lhes assegurou quanto à recepção de seus próprios pastores.

4. Nenhum bispo, mas apenas o magistrado, pode compelir pela espada a obediência aos seus mandamentos.

5. Se um deles ordenar a recepção de uma pessoa digna, e o outro de uma intolerável, o primeiro deve prevalecer, por causa da obediência a Cristo e do cuidado com as nossas almas.

6. Mas se as pessoas forem iguais, ou ambas aptas, o magistrado deve ser obedecido, caso seja peremptório em seus mandamentos e decida o caso visando a paz ou a proteção da igreja; tanto por ser algo legítimo quanto porque, de outro modo, ele não permitirá outra opção.

7. E com maior razão porque o poder do magistrado está mais fora de controvérsia do que a questão de saber se algum bispo, pastor ou sínodo pode, além do conselho e persuasão, obrigar o povo a receber um pastor.

Questão 11. Se uma sucessão ininterrupta, seja de ordenação correta ou de transmissão por jurisdição, é necessária para a existência do ministério ou de uma igreja verdadeira.

Os papistas têm insistido até aqui na necessidade de uma ordenação sucessiva correta; mas Voetius, em seu *De Desperata Causa Papatus* [Sobre a Causa Desesperada do Papado], tratou deles de tal maneira e confutou Jansenius que de fato demonstrou o caráter desesperador dessa causa. E eles percebem que o próprio papado não pode ser sustentado por esse caminho; e, portanto, Johnson, vulgo Terret, em sua réplica contra mim, conclui agora que não é por falta de uma consagração sucessiva que condenam a igreja da Inglaterra, mas por

falta de verdadeira jurisdição, porque outros bispos possuíam título para os lugares enquanto eles eram introduzidos; e que a consagração sucessiva (que entendemos incluir a ordenação) não é necessária para a existência do ministério ou da igreja. E é certíssimo para qualquer homem familiarizado com a história da igreja que os papas deles não tiveram sucessão de nenhuma das duas coisas. O método de eleição deles foi frequentemente alterado, às vezes dando-se pelo povo, às vezes pelo clero, às vezes pelos imperadores e, por fim, apenas pelos cardeais. A ordenação por vezes lhes faltou, tendo sido escolhido um leigo; e muitas vezes a ordenação foi realizada por quem não possuía poder segundo as suas próprias leis. E frequentes interrupções ocorreram, às vezes por vacâncias de muitos anos, quando não possuíam igreja (e assim não havia nenhuma na terra, se o papa é a cabeça constitutiva) por falta de papa; às vezes por longos cismas, quando, entre dois ou três papas, nenhum podia ser reconhecido como tendo mais direito que o outro, nem resolviam a questão de outro modo que não pelo poder, ao final; às vezes pela total incapacidade dos ocupantes, sendo alguns leigos, outros heréticos e infiéis, assim julgados por concílios em Roma, Constança e Basileia; e Eugênio IV continuou no cargo mesmo após ter sido assim censurado, condenado e deposto pelo concílio geral. Provei tudo isso detalhadamente em outro lugar.

E aquele que não se deixar enganar por um mero som de palavras, mas lhes perguntar se por uma sucessão de jurisdição entendem a jurisdição eficiente e transmissora nos causadores de seu chamado, ou a jurisdição recebida no ofício recebido, constatará que eles apenas ocultam a

sua causa desesperada em meio à confusão e a um ruído insignificante. Pois eles sustentam que ninguém na terra possui uma jurisdição eficiente na escolha de papas. Pois o papa anterior não indica o seu sucessor; e eles sustentam que tanto os eleitores quanto os ordenadores e consagradores, sim, e o povo que o recebe, são súditos do papa quando este é instituído, e portanto não o criam por meio de uma jurisdição que lhe outorgue o poder. Portanto, Johnson me diz que somente Cristo, e não o homem, concede o poder, e eles necessariamente sustentam que os homens nada têm que fazer senão designar a pessoa destinatária por eleição e recepção, e investi-la cerimonialmente na posse. De modo que nenhuma jurisdição eficiente é aqui exercida pelo homem. E quanto à jurisdição recebida: 1. Ninguém questiona que, quando se recebe aquele ofício que é essencialmente governante, quem o recebe recebe um poder governante, sob pena de não ter recebido o ofício. Se a questão for apenas se o ofício de um bispo é um ofício de jurisdição, ou se contém essencialmente um poder governante, eles próprios não fazem disso questão alguma. De modo que o ruído da jurisdição sucessiva desvanece em nada. 2. E, para os que negam que qualquer jurisdição pertença aos presbíteros, isso nada significará quanto ao caso deles, que nada mais têm a receber senão as ordens.

Nada de sensato lhes resta a dizer senão isto: que, embora a jurisdição eficiente que faz os papas resida apenas em Cristo por não terem homens como seus superiores, contudo os bispos e presbíteros, que possuem superiores, não podem receber o seu poder senão por um

poder eficiente do homem, o qual deve provir de uma sucessão ininterrupta.

Resposta 1. E assim, se o ofício papal sofrer alguma interrupção (como provei que sofreu quanto aos papas legítimos), toda a igreja católica é anulada; sendo impossível dar-lhe uma nova existência senão por meio de um novo papa.

Mas o melhor é que, pela doutrina deles, na verdade eles não necessitam defender uma sucessão ininterrupta de papas, bispos ou presbíteros, senão pelo fato de considerarem isso um embuste útil para perplexificar todos os que não são seus súditos. Pois, se o papado estivesse extinto há cem anos, Cristo ainda estaria vivo; e visto que nada importa *ad esse* quem sejam os eleitores ou consagradores, desde que isso seja convenientemente tornado conhecido ao povo, e os homens apenas elejam e recebam a pessoa, e Cristo unicamente conceda o poder (por sua lei estabelecida), o que impede, após a mais longa extinção ou interrupção, que alguém, ou algum tipo de pessoa, escolha um papa novamente, e assim Cristo o constitua papa? E assim a igreja católica pode morrer e viver novamente por uma nova criação, muitas vezes consecutivas.

E quando o papa ressurgir após a mais longa interrupção, o mesmo pode ocorrer com todos os bispos e sacerdotes do mundo, porque um novo papa pode criar novos bispos, e novos bispos podem criar novos sacerdotes. E onde se encontra, então, qualquer aparência de necessidade de uma sucessão ininterrupta de qualquer um deles? Tudo o que se seguirá é que as igrejas particulares morrem até a ressurreição; e o mesmo ocorre

com toda a igreja na terra a cada vez que o papa morre, até que outro seja instituído, se ele for a cabeça constitutiva.

Mas, assim como eles dizem que Cristo apenas eficientemente concede o poder ao papa, o mesmo dizemos nós em relação aos bispos ou pastores da igreja. Pois não há ato de outorga de Cristo a ser provado senão a lei ou concessão das Escrituras; e se essa lei permanente confere poder ao papa quando os homens apenas designaram a pessoa, a mesma lei fará o mesmo em relação aos bispos ou pastores, pois estabelece o ofício deles da mesma maneira. Ou melhor, em verdade, não há palavra que confira poder a qualquer oficial como cabeça universal ou papa, mas a lei para o ofício pastoral é incontrovertível.

E o que pensavam os bispos espanhóis em Trento sobre o direito divino do ofício de bispo não necessito mencionar.

Portanto, resolvo a questão verdadeiramente da seguinte forma:

1. Em todas as ordenações e eleições, o homem apenas escolhe, em primeiro lugar, a pessoa destinatária. 2. E, cerimoniosa e ministerialmente, investe-a na posse quando Deus lhe concedeu o poder; mas a outorga eficiente ou concessão do poder é realizada unicamente por Cristo, por meio de sua lei ou instituição. Como quando o rei, por meio de uma carta foral, diz: "Quem quer que a cidade escolher será o seu prefeito, e terá este e aquele poder, e nele será investido pelo escrivão ou administrador". Aqui, a pessoa eleita recebe todo o seu poder do rei por meio

de sua carta (que constitui um eficiente permanente, transmitindo-o à pessoa escolhida e capaz), e não dos eleitores ou do escrivão; sendo este último apenas um servo para entregar a posse. O mesmo ocorre neste caso.

2. O caminho regular de entrada designado por Cristo para tornar uma pessoa capaz é a referida eleição e ordenação. E, por amor à ordem, onde ela puder ser obtida, os não ordenados não devem ser recebidos como pastores.

3. Se alguém obtiver a posse do cargo por meio de uma ordenação ou missão falsa e fingida, e for recebido pela igreja, já lhe disse anteriormente que ele é um pastor quanto ao uso e benefício da igreja, embora não para si próprio. E assim a igreja não se extingue por cada usurpação fraudulenta ou equívoco, e portanto tampouco pela falta de uma ordenação ou missão verdadeira.

4. Se o caminho da ordenação regular falhar, Deus pode de outro modo (pela necessidade da igreja e pela notória aptidão da pessoa) notificar a sua vontade à igreja sobre qual pessoa devem receber (como se um leigo fosse lançado na costa indiana e convertesse milhares, não podendo obter ordenação); e, mediante a recepção ou consentimento do povo, esse homem será um verdadeiro pastor.

E vendo que os papistas, na conclusão (como Johnson *ubi supra*), são obrigados a lançar toda a sua causa sobre a recepção do papa pela igreja, não podem negar razoavelmente que *ad esse* a recepção da igreja possa

servir também para outro oficial; e de fato muito melhor do que para um papa. Pois: 1. A igreja universal é tão grande que ninguém pode saber quando a maior parte o recebe e quando não, exceto em algumas declarações notórias. 2. E sabe-se agora que a parte muito maior da igreja universal (os gregos, armênios, abissínios, coptas, protestantes, etc.) não recebe a cabeça romana. 3. E quando uma parte da Europa recebia um papa e outra parte outro papa, por mais de quarenta anos consecutivos, quem podia dizer qual dos partidos devia ser considerado a igreja? Não se sabia então, e não se sabe até o dia de hoje; e nenhum papista que o afirme pode prová-lo.

Assim como uma igreja (por exemplo, a de Constantinopla) pode ser reunida ou *oriri de novo* [surgir de novo] onde antes não havia nenhuma, o mesmo pode ocorrer para restaurá-la onde estiver extinta. E possivelmente um leigo (como Frumêncio e Edésio nas Índias) pode ser o instrumento para a conversão dos homens. E, se assim for, eles podem, por consentimento, tornar-se os seus pastores, quando a ordenação regular não puder ser obtida.

Disse mais sobre isso em minhas *Disputations of Church Government*, disputa 2. A verdade é que a pretensão de uma necessidade de ordenação, missão ou outorga jurisdicional sucessiva e ininterrupta *ad esse*, para a existência do ministério ou da igreja, não passa de um embuste de homens que possuem um interesse próprio que exige tal defesa, quando poderiam facilmente saber que isso destruiria a eles mesmos.

Questão 12. Se existe, ou alguma vez existiu no mundo, algo como uma única igreja católica, constituída por qualquer cabeça além de Cristo ou sob a autoridade deste.

A maior e primeira controvérsia entre nós e os papistas não é qual homem ou pessoa política constitui a cabeça de toda a igreja visível; mas sim se existe alguma cabeça desse tipo, seja pessoal ou coletiva, monárquica, aristocrática ou democrática sob a autoridade de Cristo, por designação ou permissão deste. Ou se existe algo como uma igreja católica assim liderada ou constituída. O que eles afirmam e nós negamos. Que nem o papa nem o concílio geral constituem tal cabeça, provei de forma tão completa em meu *Key for Catholics* e em outros livros que não me deterei aqui para fazer repetição disso. Que o papa não constitui tal cabeça podemos dar como certo: 1. Porque não apresentam prova disso, por mais que o pretendam vãmente. 2. Porque os nossos teólogos o desmentiram copiosamente, para os quais o remeto. 3. Porque a igreja universal nunca recebeu tal cabeça, como provei contra Johnson. 4. e se é de fé, diz o bispo deles de Chalcedon, *ubi supra*, e Sancta Clara, em seu *Systema Fidei*, que não o é.

Que um concílio não constitui tal cabeça provei amplamente como mencionado anteriormente, parte 2, de *Key for Catholics*. E: 1. O fato de o seu uso destinar-se apenas à concórdia o prova. 2. A maioria dos papistas o confessa. 3. Do contrário, raramente haveria qualquer igreja no mundo por falta de cabeça, sim, nunca haveria nenhuma.

Pois provei ali e a Johnson que nunca houve um concílio geral verdadeiro da igreja universal; mas apenas concílios imperiais das igrejas sob o poder de um único imperador, e daquelas que, tendo estado sob ele, acostumaram-se a tais concílios; e que isso não é algo a ser tentado ou esperado, por ser ilícito e moralmente impossível. [Nota: Veja também o meu *Reasons of Christian Religion*, Consideração 2, sobre o interesse da igreja.]

Questão 13. Se existe tal coisa como uma igreja católica visível. E o que ela é.

Os antigos utilizavam de modo diferente os termos "uma igreja católica" e "a igreja católica". Pelo primeiro, entendiam qualquer igreja particular que fosse parte da universal; pelo segundo, entendiam a própria igreja universal. [Nota: 1 Co 12:12 e passagens seguintes.] E é este último que agora temos em vista. E respondo afirmativamente: existe uma igreja universal visível, não apenas como uma comunidade, ou como um reino distinto do rei, mas como uma sociedade política.

Esta igreja é a universalidade dos cristãos visíveis batizados, liderada pelo próprio Jesus Cristo. [Nota: Ef 4:1, 5-7, 16.]

Existe esta, e não há outra sobre a terra. Os papistas dizem que esta não é uma igreja visível porque a Cabeça não é visível.

Respondo: 1. Não é necessário que ele seja visto, mas sim que seja visível; e não é Cristo uma pessoa visível?

1. Esta igreja consiste em duas partes: a parte triunfante na glória e a parte militante; e Cristo é não apenas visível, mas visto pela parte triunfante. Assim como o rei não é visto pela décima milésima parte de seus reinos, mas sim por seus cortesãos e por aqueles que o cercam, e contudo é o rei de todos.

2. Cristo foi visto na terra por mais de trinta anos; e o reino pode ser chamado de visível pelo fato de o Rei ter sido outrora visível na terra e ser agora visível no céu; tal como se o rei se mostrasse ao seu povo por apenas um ano consecutivo em toda a sua vida.

3. Fica muito mal aos papistas, mais do que a quaisquer outros homens, dizerem que Cristo não é visível, eles que o fabricam, o veem, o provam, o tocam, o comem, o bebem e o digerem em cada igreja, em cada missa, ao longo do ano e por todo o mundo; e isto não como um Cristo dividido, mas como o Cristo todo.

Objeção. Mas isto não ocorre *quatenus regent* [enquanto governante].

Resposta. Se você vê aquele que é o governante, e vê as suas leis e o evangelho, os quais são os seus instrumentos de governo, juntamente com os seus ministros, os quais são os seus oficiais, isso basta para denominar o seu reino como visível.

A igreja poderia ser apropriadamente denominada visível *secundum quid* [em certo aspecto], mesmo se o próprio Cristo fosse invisível; porque o corpo político é visível, os oficiais dispersos, as assembleias e as leis são visíveis. Mas certamente tudo isso em conjunto serve muito bem para a denominação.

Questão 14. O que faz um membro visível da igreja universal? E quem deve ser considerado como tal.

1. O batismo faz um membro visível da igreja universal; e os batizados (quanto à entrada, a menos que se retirem) devem ser considerados como tais. [Nota: Mt 28:19; Mc 16:16.]

2. Por batismo, entendemos a aberta devoção ou dedicação a Deus por meio da aliança batismal, na qual os adultos por si mesmos, e os pais por seus filhos menores, professam consentimento à aliança da graça; a qual inclui a crença em todos os artigos essenciais da fé, a resolução de uma obediência sincera e o consentimento para as relações entre Deus e nós, a saber: que ele seja o nosso Pai reconciliado, o nosso Salvador e o nosso Santificador.

3. A continuação deste consentimento é necessária para a continuação de nossa membresia visível.

4. Aquele que, por ignorância ou incapacidade por falta de água ou de um ministro, não é batizado, e contudo é de forma solene ou notória dedicado e consagrado a Deus Pai, Filho e Espírito Santo, na mesma aliança (embora sem o sinal exterior), e professa abertamente a mesma religião, é um cristão visível, embora não por uma visibilidade completa e regular; tal como um soldado não alistado ou que não tomou as suas cores, ou um casamento não regularmente celebrado, etc.

5. Aquele que abandona a sua aliança por apostasia, ou é total e devidamente excomungado, cessa de ser um membro visível da igreja.

Questão 15. Se, além da profissão do cristianismo, seja o testemunho ou a evidência de conversão, ou a piedade prática, é necessário para provar que um homem é membro da igreja visível universal.

1. Sendo o Mediador o caminho para o Pai, enviado para nos recuperar para Deus, o cristianismo inclui a piedade; e não professa o cristianismo aquele que não professa a piedade. [Nota: Jo 14:6; 1 Tm 3:16; vi. 3, 11; 2 Pe 1:3.]

2. Aquele que professa a aliança batismal professa o cristianismo, a piedade e a verdadeira conversão. E, portanto, não pode ser rejeitado por falta de uma profissão de conversão ou de piedade.

3. Mas aquele de quem justamente se suspeita que não compreende a sua própria profissão, limitando-se a proferir palavras gerais sem o devido sentido, pode e deve ser examinado por aquele que o há de batizar. E por isso, embora os apóstolos entre os judeus (que haviam sido criados em meio aos oráculos de Deus) presumissem justamente haver neles entendimento suficiente a ponto de batizá-los no mesmo dia em que professavam crer em Cristo, contudo, quando batizavam gentios convertidos, temos razões para pensar que primeiro recebiam um relato particular de seus conversos para saber se compreendiam os três

> artigos essenciais da aliança. [Nota: At 2:38, 39.] 1. Porque o credo é adequado para esse uso, e sempre foi usado para isso pelas igrejas, como por tradição da prática dos apóstolos. 2. Porque a igreja em todas as épocas, tanto quanto a história da igreja nos conduz para trás, utilizou a catequese antes do batismo; sim, e mantinha os homens como catecúmenos por algum tempo para preparação. 3. Porque a experiência comum nos mostra que multidões sabem proferir o credo sem o compreender.

Se alguém ainda insistir no exemplo dos apóstolos, concederei que ele nos obriga quando o caso for semelhante (e não recorrerei a nenhuma ideia de que eles perscrutassem os corações ou discernissem a sinceridade dos homens). Quando você nos trouxer um povo que antes constituía a igreja visível de Deus, e que foi ao longo de toda a sua vida instruído no conhecimento de Deus, do pecado, do dever e do prometido Messias, conforme toda a lei e os profetas, e a quem nada falta senão conhecer o Filho e o Espírito Santo, a saber: que este Jesus é o Cristo que nos reconciliará com Deus e nos dará o Espírito santificador; então nós também batizaremos os homens no mesmo dia em que professarem crer em Jesus Cristo, e no Pai como reconciliado por ele, e no Espírito Santo como concedido por ele. Mas se temos de lidar com aqueles que não conhecem a Deus, nem o pecado, nem a miséria, nem as profecias das Escrituras, e sequer as verdades naturais, não conhecemos prova de que os apóstolos tenham batizado tais pessoas de forma tão apressada.

Sobre isso falei detalhadamente em meu *Treatise of Confirmation* [Tratado da Confirmação].

1. Não é necessário para o batismo de um homem e para a sua primeira membresia na igreja que ele apresente qualquer testemunho de uma vida piedosa anterior; porque é o arrependimento e a obediência futura professada que constituem o seu direito; e não devemos afastar os homens de pactuar até que primeiro vejamos se cumprirão a aliança que hão de fazer. Pois o pactuar precede o cumprimento da aliança; e é qualquer pecador, mesmo o mais ímpio que se arrependa, que deve ser lavado e justified tão logo se torne crente.

2. Contudo, se alguém que professa a fé e o arrependimento cometer adultério, embriaguez, homicídio, blasfêmia ou qualquer pecado mortal antes de ser batizado, temos razões para adiar o batismo desse homem, porque ele contradiz a sua própria profissão, dando-nos motivos para considerá-la hipócrita, até que nos apresente melhor evidência de que está de fato arrependido. [Nota: 1 Co 6:9, 10; Tt 3:3-5; Ef 2:1-3; At 2:37, 38.]

3. O pactuar de coração faz um membro invisível da igreja, e o pactuar verbal e o batismo fazem um membro visível da igreja. E aquele que faz uma profissão de cristianismo ao ponto de declarar que crê em todos os artigos do credo de forma particular e compreensiva (com algum entendimento tolerável, embora não suficientemente distinto e pleno), e que se consagra abertamente a Deus Pai, Filho e Espírito no voto e aliança do batismo, apresenta um direito

suficiente à relação de cristão e membro da igreja; e nenhum ministro pode rejeitá-lo sob a alegação de que ele não saiba relatar quando, e por quais argumentos, meios, ordem ou graus foi convertido.

4. Aqueles que abandonam estes termos de entrada na igreja deixados por Cristo e seus apóstolos, e utilizados por todas as igrejas do mundo, rejeitando os que apresentam o direito de tal profissão por falta de algo mais, e estabelecendo outros termos próprios e mais estritos como necessários para descobrir a conversão e sinceridade dos homens, são culpados de tirania eclesiástica contra os homens, de usurpação contra Cristo, e de criar instrumentos para dividir as igrejas; visto que nunca haverá acordo sobre termos inventados por homens, mas alguns penderão para um lado e outros para outro, quando abandonarem os termos de Cristo.

5. No entanto, se o pastor, sob suspeita de hipocrisia, vir motivo, *ad melius esse* [para o melhor], para fazer diversas perguntas a um homem mais do que a outro, desejando maior esclarecimento, o catecúmeno deve em consciência responder-lhe e esforçar-se para esclarecê-lo. Pois um ministro não está adstrito a falar apenas tais ou tais palavras ao penitente; e aquele que disser: "Não lhe responderei além de repetir o credo", dá ao homem motivos para supô-lo ignorante ou soberbo, e para suspender a recepção dele, embora não para negá-la. Mas ainda assim, *ad esse*, nenhum termo deve ser imposto à igreja como necessário senão o que o Espírito Santo estabeleceu por meio dos apóstolos.

Questão 16. O que é necessário para a recepção de um homem como membro de uma igreja particular, além do direito mencionado anteriormente? Se quaisquer outras provações ou alianças, ou o quê.

1. Uma igreja particular é uma parte regular da universal, assim como uma cidade o é de um reino, ou uma tropa de um exército.

2. Todo homem que é membro de uma igreja particular é membro da universal; mas nem todo aquele que é membro da universal é membro de uma particular.

3. Cada igreja particular possui o seu próprio pastor particular (um ou mais) e o seu próprio lugar ou limites de habitação ou residência; portanto, aquele que deseja ser membro de uma igreja particular: 1. Deve coabitar, ou viver em uma proximidade capaz de permitir a comunhão. 2. E deve consentir em ser membro daquela igreja particular, e em estar sob a orientação de seu pastor particular no trabalho de seu ofício. Pois ele não pode ser feito membro sem o seu próprio consentimento e vontade; tampouco pode ser membro aquele que não se sujeita ao governante ou guia.

4. Aquele que, portanto, pretender introduzir-se na comunhão e privilégios deles sem expressar previamente o seu consentimento em ser membro e em submeter-se à supervisão pastoral deve ser considerado um invasor.

5. Mas nenhuma outra qualificação pessoal lhe deve ser exigida como necessária senão a de ser membro da igreja universal. Assim como não deve ser batizado novamente, também não deve apresentar de novo detalhadamente todo aquele relato de sua fé e arrependimento que apresentou no batismo; muito menos quaisquer provas mais elevadas de sua sinceridade. Mas se ele continuar na aliança e no estado de igreja em que foi batizado, torna-se apto com isso para a recepção em qualquer igreja particular, mediante consentimento particular. Tampouco há qualquer prova nas Escrituras de quaisquer novos exames sobre a conversão ou sinceridade das pessoas por ocasião de suas mudanças ou entrada em uma igreja particular.

6. No entanto, porque ele agora não é visto apenas como um realizador da aliança (como o era no batismo), mas também como um guardião ou cumpridor da aliança, se alguém puder provar que ele é falso à sua aliança batismal por apostasia, heresia ou vida ímpia, ele deve ser recusado até que seja absolvido mediante o seu renovado arrependimento.

7. Aquele que frequentemente professa arrepender-se e, por frequente recaída em pecado mortal (isto é, pecado que evidencia um estado de morte), mostra que não foi sincero, deve posteriormente demonstrar o seu arrependimento por meio de emenda real antes que possa dizer que lhe é devido crédito.

8. Se você chamará este consentimento para a relação e dever eclesiásticos particulares pelo nome de "aliança" ou não, constitui apenas *lis de nomine* [disputa sobre

o nome]: é mais do que o consentimento mútuo que é necessário expressar; e o consentimento mútuo expresso pode ser chamado de aliança.

9. *Ad melius esse*, quanto mais expresso for o consentimento ou aliança, melhor; pois em matérias tão grandiosas os homens devem saber o que fazem e agir às claras; especialmente quando a experiência nos mostra que a ignorância e o formalismo estão prontos a devorar o cerne da religião em quase todas as igrejas do mundo. Mas, contudo, *ad esse*, as igrejas devem cuidar para não inventarem ou tornarem necessárias mais alianças do que as que Deus fez; porque as invenções humanas desnecessárias há muito tempo dividem e devastam as igrejas de Cristo.

10. O consentimento do pastor deve concorrer com o das pessoas a serem recebidas, pois deve ser consentimento mútuo; e assim como ninguém pode ser membro, também ninguém pode ser pastor contra a sua vontade. [Nota: Mt 28:19, 20; Hb 13:7, 17; 1 Ts 5:12, 13; 1 Tm 5:17.] E embora ele esteja sob as leis de Cristo sobre quais pessoas receber, não agindo de forma arbitrária para fazer o que bem entende, contudo ele é o guia da igreja e o discernidor de seu próprio dever. E um pastor pode ter razões para recusar receber um homem sob o seu encargo particular sem com isso rejeitá-lo como indigno. Talvez ele já possua em número mais do que pode cuidar bem. E outras razões semelhantes podem ocorrer.

11. Naqueles países onde as leis do magistrado e o consentimento comum consideram cada pessoa

qualificada como membro daquela igreja onde se localiza a sua habitação (chamada paróquia) e à qual ela ordinariamente recorre, o pastor que assume esse encargo parece com isso consentir em ser pastor de todas as pessoas daquela paróquia. E ali a coabitação e a associação ordinária com a igreja podem valer como significação de consentimento, em lugar de um contrato ou aliança mais particular, por força da interpretação das referidas leis e costumes. Contudo, de tal modo que o homem não deve ser considerado membro da igreja meramente por residir na paróquia (pois ateus, infiéis, heréticos e papistas também o podem fazer); mas sim por ser: 1. Paroquiano; 2. Qualificado; 3. Associado à igreja e realmente submetido ao ministério.

12. Onde houver apenas isto, constitui calúnia pecaminosa dizer que tal paróquia não é uma verdadeira igreja de Cristo; muito embora possam faltar muitas ordens desejáveis para o seu melhor bem-estar. Quem possui o poder de provar e receber, mostraremos logo adiante.

Questão 17. Em que consiste essencialmente o ofício ministerial.

O ofício do sagrado ministério constitui uma relação mista (não simples). [Nota: Jo 20:21; xiii. 20; Lc x. 3; Rm x. 15; At 20:28.]

I. À medida que o ministro está relacionado a Cristo, ele é o seu servo ou ministro por ofício; isto é, alguém comissionado por ele para aquela obra sagrada; onde há:

1. A própria comissão (a qual não é particular, mas geral, em uma lei geral aplicável a cada pessoa singular quando qualificada). 2. A determinação da pessoa individual que a receberá; a qual consiste no chamado, o qual expus anteriormente e portanto não repito. Apenas note novamente: 1. Que, por força da comissão geral ou instituição do ofício *in specie* [na espécie], o poder é transmitido de Cristo para a pessoa individual, e que a igreja (eleitores ou ordenadores) não são os doadores, autorizadores ou obrigadores, mas apenas instrumentos para designar um destinatário apto e entregar-lhe a posse. [Nota: Fp 1:15-17; Mt 7:22; Rm 15:14.] 2. Que, por força desta instituição, foral ou comissão de lei, ocorre que os atos de um homem aparentemente ou visivelmente chamado são válidos para a igreja, ainda que na realidade ele não tenha sido ordenado ou verdadeiramente chamado, tendo-os enganado por intrusão hipócrita.

A causação ou eficiência de Cristo em fazer de alguém um ministro é: 1. Dispositiva, tornando-o um destinatário qualificado e apto; 2. Em seguida, aplicando-lhe a comissão geral, ou concedendo-lhe a própria função. [Nota: Ef 4:7, 8; 2 Tm ii. 2; i. 5, 7; Ef vi. 19; Cl iv. 3; 2 Co x. 4, 5.]

1. Os atos dispositivos de Cristo são: 1. Conceder-lhe conhecimento competente para ser ministro. 2. Conceder-lhe bondade competente; isto é, amor a Deus, à verdade e às almas, e disposição para o trabalho. 3. Conceder-lhe poder e habilidades competentes para a execução, o que se verifica principalmente na expressão;

qualificando assim o seu intelecto, vontade e poder executivo. [Nota: Tt i. 2; 2 Co viii. 6; 1 Co iv. 1, 2; Tt i. 7.]

2. A transmissão imediata ou ato de outorga constitui: 1. Uma obrigação imposta à pessoa para realizar a obra. 2. Autoridade concedida para ampará-la e obrigar os outros; isto é, um *jus docendi, gubernandi* [direito de ensinar, governar], etc.

A forma da relação é denominada: 1. A partir da recepção dessas eficiências em geral. 2. A partir da subordinação em que, por meio delas, são colocados em relação a Cristo, conforme a sua relação é denominada *a termino* [pelo termo].

1. Formalmente o ofício consiste em: 1. Uma obrigação de realizar a obra do ofício. 2. Autoridade para realizá-la e obrigar os outros a se submeterem a ela.

2. Estas compõem um ofício o qual, sendo também denominado a partir do *terminus*, é considerado: 1. Quanto ao termo mais próximo, que é a obra a ser realizada. 2. O remoto, que é o objeto daquela obra.

A obra consiste em: 1. Ensinar; 2. Governar; 3. Cultuar. [Nota: 2 Tm 2; iii. 2; iv. 11; vi. 2, 3; 1 Ts 5:12, 13.] E assim ela é essencialmente: uma obrigação e poder de ensino ministerial, governo e culto a Deus.

2. Quanto ao objeto, ele é: 1. O mundo a ser convertido. 2. Os convertidos a serem batizados e congregados ou ordenados em sociedades particulares (tanto quanto possível). 3. Os batizados e congregados a serem: (1) Ensinados; (2) Governados; (3) Guiados no culto. [Nota: Hb 13:7, 17; At vi. 4; ix. 40; xx. 36; Ml ii. 7; Hb x. 11.]

De tudo isso resulta um ofício o qual é ministerialmente subordinado a Cristo: 1. O Profeta ou Mestre; 2. O Governante; 3. O Sumo Sacerdote e Amante de sua igreja; e ele pode ser apropriadamente chamado tanto de ministério de ensino quanto de ministério de governo (não pela espada, mas pela palavra) e sacerdócio ou ministério sacerdotal. [Nota: Ap i. 6; v. 10; xx. 6; 1 Pe ii. 5, 6.]

II. À medida que o pastor está relacionado à igreja, ele constitui: 1. Uma parte constitutiva das igrejas políticas particulares. 2. Ele é o ministro de Cristo para a igreja e em lugar de Cristo; isto é, para ensinar, governar e cultuar com a igreja. Ele está acima da igreja, sendo superior a ela quanto à ordem e poder, e não o ministro da igreja como o eficiente do ministério; mas ele é inferior e subordinado à igreja quanto ao fim e materialmente; sendo, quanto ao fim, o ministro da igreja, assim como o médico é o médico do paciente; não feito médico por este, mas escolhido e utilizado como seu médico para a sua cura; de modo que, para falar apropriadamente, ele não provém deles, mas existe para eles. Ele é o ministro de Cristo para o bem deles, assim como o pastor é o servo de seu mestre em favor de seu rebanho, e assim, quanto ao fim, apenas o servo das ovelhas. [Nota: Rm i. 1; Cl iv. 12; 2 Pe i. 1; 1 Co iv. 1, 2; iii. 5; 2 Co iii. 6; xi. 4; xi. 23; Mt 29:45, 46, 48; 1 Co ix. 19.]

Toda a obra incontestável do ofício encontra-se exposta em meu pequeno livro chamado *Universal Concord*, para o qual devo remetê-lo.

Questão 18. Se a escolha ou o consentimento do povo é necessário para o ofício de um ministro em sua primeira obra, a saber: na conversão de infiéis e no batismo deles. E se isto constitui uma obra de ofício. E qual chamado é necessário para ela.

Reúno estas três questões distintas para maior rapidez.

1. É inegável que constitui parte da obra do ofício do ministro ensinar, converter e batizar os homens, para trazê-los do mundo para a igreja; 1. Na comissão expressa de Cristo, Mt 28:19, 20: "Ide, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os...". 2. Na execução desta comissão.

2. Que isto não foi peculiar aos apóstolos ou à época deles prova-se: 1. Porque não se trata de uma obra extraordinária, como os milagres, etc., mas sim do primeiro grande negócio do evangelho e do ministério no mundo. 2. Porque outros, além dos apóstolos, a realizaram naquela época e desde então. 3. Porque a promessa está anexada ao ofício assim descrito: "Eis que estou convosco todos os dias, até à consumação do século". Ou se você traduzir por "era", constitui a era da igreja do Messias encarnado, o que dá no mesmo. 4. Porque foi uma parte pequena do mundo, comparativamente, que ouviu o evangelho nos dias dos apóstolos. [Nota: Rm x. 15, 16.] E a maior parte do mundo encontra-se sem ele nos dias de hoje, quando, no entanto, Deus, nosso Salvador, deseja que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade. 5. Mesmo onde o evangelho há muito tempo se estabeleceu, na maior parte dos casos ainda

existem muitos que permanecem na infidelidade. E uma obra tão grande não é deixada sem um meio apropriado designado para a sua realização; e, se um ofício se fazia necessário para ela no primeiro século, não é credível que tenha sido deixado à caridade de homens privados desde então. 6. Especialmente considerando que se deve supor que os homens privados sejam insuficientes: (1) Porque não são educados expressamente para isso, mas geralmente para outra atividade. (2) Porque possuem outros chamados a ocupar o seu tempo. (3) Porque não possuem obrigação especial. E aquilo que não constitui a obra peculiar de ninguém costuma ser deixado por fazer por todos.

II. O chamado ou consentimento do povo não é necessário para que um ministro receba o seu ofício em geral, tampouco para esta parte de sua obra em especial; mas apenas para a sua relação pastoral para com eles próprios.

1. Ocorre o mesmo em outras funções que são exercidas por habilidade. Os pacientes ou o povo não fazem do homem um médico ou advogado, mas apenas escolhem qual médico será o seu médico e qual advogado será o seu conselheiro.

2. Se o chamado ou consentimento do povo for necessário, ele deve sê-lo ou dos infiéis ou da igreja. Não dos infiéis a quem ele deve pregar: pois, 1. Ele está autorizado a pregar-lhes (como os apóstolos estavam) antes de ir a eles. 2. O consentimento deles não passa de um requisito consequente natural para a recepção e sucesso do ensino deles, mas não para a

autoridade que constitui pré-requisito. 3. Os infiéis não podem fazer tanto no sentido de constituir um ministro de Cristo. 4. Do contrário, Cristo contaria com poucos ministros desse tipo. 5. Se forem os infiéis, seriam todos ou alguns? Se forem alguns, por que esses de preferência a outros? Ou o homem é feito ministro por cada auditório de infiéis que o ouve?

3. Tampouco é o povo cristão que deve fazer tanto para a constituição de um ministro geral: pois, 1. Eles não possuem tal poder concedido para isso na natureza ou na palavra de Deus. 2. Eles são geralmente desqualificados e incapazes para tal obra. 3. Eles em parte alguma são obrigados a isso, nem podem fitly deixar os seus chamados para isso; muito menos para obter as habilidades necessárias para julgar. 4. Quem dentre o povo possui este poder? É qualquer um deles, ou alguma igreja de homens privados? Ou algum em especial mais do que o restante? Nem um nem todos podem apresentar qualquer reivindicação razoável a isso. Há alguma razão pela qual esta congregação, em vez de outra, deva escolher os seus próprios pastores; mas não há razão (nem Escritura) para que esta congregação escolha um ministro para converter o mundo.

III. Concluo, portanto, que o chamado de um ministro em geral consiste: 1. Dispositivamente nas devidas qualificações e capacitação da pessoa. 2. E a necessidade do povo, com a oportunidade, constitui uma parte providencial do chamado. 3. E os ordenadores são os eleitores e determinadores ordenados da pessoa que receberá o poder de Cristo.

Pois isto constitui parte do poder das chaves ou governo da igreja. 2. E Paulo dá esta orientação para o exercício desse poder a Timóteo, o que mostra o caminho ordinário do chamado; 2 Tm 2:2: "E o que de mim, entre muitas testemunhas, ouviste, confia-o a homens fiéis, que sejam idôneos para também ensinarem os outros". [Nota: 1 Tm iii. 6, 7; Tt i. 5, 6.] At 13:1-3: "E na igreja que estava em Antioquia havia alguns profetas... E, servindo eles ao Senhor, disse o Espírito Santo: Separai-me a Barnabé e a Saulo para a obra a que os tenho chamado. Então, depois que jejuaram e oraram, e puseram as mãos sobre eles, os despediram. E estes, enviados pelo Espírito Santo, desceram...". Nisto (quer seja chamado de ordenação, ou antes, de missão) há algo de ordinário (que seja realizado por homens investidos de ofício) e algo de extraordinário (que seja realizado por uma inspiração especial do Espírito Santo).

E Timóteo recebeu os seus dons e ofício pela imposição das mãos de Paulo e do presbitério. 1 Tm 4:14; 2 Tm 1:6; 1 Tm 5:22: "A ninguém imponhas precipitadamente as mãos".

Estes exemplos tornam o caso mais claro: 1. Porque é certo que todo o poder de governo que foi concedido por Cristo à igreja sob o nome das chaves foi outorgado aos pastores. 2. Porque não existem outros concorrentes a apresentar uma reivindicação razoável a isso.

Questão 19. Em que consiste o poder e a natureza da ordenação? E a quem pertence? E constitui ela

um ato de jurisdição? E a imposição de mãos faz-se necessária nela?

I. Isto se encontra resolvido anteriormente de passagem. 1. A ordenação realiza duas coisas: (1) A designação, eleição ou determinação da pessoa que receberá o ofício. (2) A investidura ministerial dele naquele ofício; a qual constitui uma entrega cerimonial da posse; assim como um servo entrega a posse de uma casa entregando a chave àquele que antes já recebeu o poder ou direito do proprietário.

1. O ofício entregue por esta eleição e investidura é o sagrado ofício ministerial em geral, a ser posteriormente exercido de acordo com chamados e oportunidades particulares; assim como Cristo chamou os apóstolos e o Espírito chamou os mestres gerais ordinários daquelas épocas, tais como Barnabé, Silas, Silvano, Timóteo, Epafrodito, Apolos, etc., e conforme citado anteriormente, 2 Tm 2:2. Assim como o homem é feito em geral um médico, advogado, etc., licenciado.

2. Esta ordenação é necessária *ordinis gratia* [por amor à ordem], para a ordem; e por isso faz-se necessária na medida em que a ordem se faz necessária; o que ocorre ordinariamente quando o interesse maior do dever substancial, ou da coisa ordenada, não se opõe a ela. Assim como Cristo determinou o caso da guarda do sábado e do comer os pães da proposição. Assim como o sábado foi feito por causa do homem, e não o homem por causa do sábado, devendo-se preferir o fim aos meios separáveis; assim a ordenação foi instituída para a ordem, e a ordem para a coisa

ordenada, e para a obra do evangelho e o bem das almas, e não o evangelho e as almas dos homens para aquela ordem. Portanto, quando: 1. A morte; 2. A distância; 3. Ou a hostilidade dos ordenadores privarem o homem da ordenação, estes três substitutos podem notificar-lhe a vontade de Deus de que ele é por ele um homem chamado para aquele ofício: 1. Aptidão para as obras, em entendimento, disposição e capacidade; 2. A necessidade das almas; 3. Oportunidade.

II. O poder de ordenar não pertence: 1. Aos magistrados; 2. Ou aos homens privados, seja individualmente ou como o corpo de uma igreja; mas: 3. Aos pastores seniores da igreja (se bispos ou presbíteros de uma ordem distinta, o leitor não deve esperar que eu aqui determine).

Pois: 1. O poder é concedido por Cristo a eles, como provado anteriormente; e em Tt 1:5.

1. Ninguém mais é ordinariamente capaz de discernir de forma correta as aptidões de um homem para o sagrado ministério. O povo pode discernir um pregador eloquente e de proveito, mas se ele compreende a Escritura, ou a substância da religião, ou se é sadio na fé e não herético, não os iludindo com uma forma de palavras bem proferidas, eles não são ordinariamente capazes de julgar.

2. Ninguém mais está apto a dar atenção a esta obra, senão os pastores que são separados para o ofício sagrado. [Nota: At 13:2; Rm 1:1; 1 Tm 4:15.] Requer-se mais tempo para obter aptidão para ele,

e então realizá-lo fielmente, do que magistrados ou o povo ordinariamente podem despender.

3. O poder em parte alguma é concedido por Cristo aos magistrados ou ao povo.

4. Ele tem sido exercido apenas por pastores ou oficiais da igreja, tanto nos dias dos apóstolos quanto desde então, em todas as igrejas do mundo. E não temos razões para pensar que a igreja tenha sido reunida, desde o princípio até agora, sob o amparo de erro tão grave como uma transmissão incorreta do poder ministerial.

III. A palavra jurisdição, conforme aplicada aos oficiais da igreja, não é termo bíblico e, no sentido comum, soa excessivamente grandiosa, como significando mais poder do que os servos de todos devem reivindicar; pois há "um só Legislador, que pode salvar e destruir". [Nota: Is 33:22; Tg 4:12.] Mas, em um sentido mais moderado, ela pode ser tolerada; conforme a jurisdição significa em particular: 1. Legislação; 2. Ou processo judicial ou sentença; 3. Ou a execução de tal sentença, estritamente tomada; assim, a ordenação não constitui parte da jurisdição. No entanto, conforme jurisdição significa o mesmo que o poder de governo, o *jus regendi* [direito de governar] em geral, a ordenação constitui um ato de jurisdição. Assim como a colocação ou escolha de oficiais inferiores pode pertencer ao administrador de uma família, ou como a convocação ou autorização de médicos pertence ao colégio de médicos, e a autorização de advogados à ordem dos advogados, ou a autorização de doutores em filosofia à sociedade de filósofos ou a governantes específicos. Onde se deve notar que, nos três

últimos exemplos, o aprendizado ou aptidão das referidas pessoas ou sociedades não passa de sua *dispositio vel aptitudo ad potestatem exercendam* [disposição ou aptidão para exercer o poder]; mas o poder real de transmitir autoridade a outros, ou designar a pessoa destinatária, é recebido do poder supremo da terra, e assim constitui propriamente um ato de autoridade, aqui chamado de jurisdição.

De modo que a distinção comum entre ordenação e jurisdição ou governo, como se fossem inteiramente diferentes em espécie, é infundada.

IV. A imposição de mãos constituiu um sinal (semelhante ao ósculo da paz, à unção das pessoas e ao nosso ajoelhar-nos em oração, etc.) o qual, possuindo primeiramente algo em sua própria natureza a convidar os homens ao uso, tornou-se um sinal comum e significativo da bênção de um superior sobre um inferior naquelas épocas e países. E assim foi aqui aplicado ordinariamente por sua significação e aptidão antecedentes para este uso; não tendo sido instituído propositadamente, nem tendo a sua significação recém-concedida por instituição; de modo que não era como um sacramento, necessária e perpetuamente afixado à ordenação.

Portanto, devemos concluir: 1. Que a imposição de mãos na ordenação constitui um sinal decente, apto e significativo, que não deve sofrer escrúpulos por parte de ninguém, nem ser omitido sem necessidade, visto ser de uso bíblico, antigo e comum.

No entanto, ela não é essencial para a ordenação, a qual pode ser válida por qualquer designação e separação

adequadas da pessoa. E, portanto, se for omitida, não anula a ação. Se os ordenadores o fizessem por cartas enviadas a um homem a mil milhas de distância, seria válido; e algumas pessoas antigamente eram ordenadas quando se encontravam ausentes.

V. Acrescento quanto à necessidade de ordenação: 1. Que sem esta chave as portas do ofício e da igreja seriam escancaradas, e todo herético ou pessoa presunçosa nela se introduziria.

1. Constitui sinal de uma pessoa orgulhosa e indigna o julgar-se a si mesma apta para tão grande obra, introduzindo-se sob tal presunção, quando poderia contar com o julgamento dos pastores e o evita.

2. Aqueles que assim procedem não deveriam ser considerados como ministros pelo povo, mais do que qualquer um deveria passar por cristão sem ser batizado, ou por casado sem que o casamento tenha sido celebrado.

Questão 20. É a ordenação necessária para fazer de um homem pastor de uma igreja particular como tal? E deve ele ser feito ministro geral e presbítero ou pastor de uma igreja particular de uma só vez e por meio de uma única ordenação?

Provei que o homem pode ser feito ministro em geral, sim, e enviado para exercê-lo convertendo infiéis e batizando-os, antes de ser o pastor de qualquer igreja particular. Ao que acrescento que, neste ministério geral, ele é um pastor na igreja universal; assim como um

médico licenciado que não possui hospital ou encargo específico é médico no reino.

E: 1. Assim como o batismo constitui, como tal, a nossa entrada na igreja universal, e não em uma particular; o mesmo é a ordenação para o ministro: uma entrada apenas no ministério como tal.

1. Contudo, o homem pode ao mesmo tempo ser feito ministro em geral e pastor desta ou daquela igreja em particular; e em reinos inteiramente cristianizados e providos de igreja, é geralmente mais adequado proceder dessa forma, a fim de evitar que muitos sejam ordenados *sine titulo* [sem título], vindo a ociosidade e a pobreza dos supernumerários a corromper e desonrar o ministério; o que motivou os antigos cânones neste caso.

2. Mas quando o homem é assim chamado para ambos ao mesmo tempo, isso não se realiza inteiramente pela ordenação como tal; a sua complexa relação provém de uma complexidade de causas. À medida que ele é ministro, dá-se pela ordenação. E à medida que ele é o pastor deste povo, dá-se pelas causas conjuntas de apropriação, as quais são: 1. Necessariamente, o consentimento do povo. 2. Regularmente, a aprovação e recomendação do pastor, e a recepção da pessoa na comunhão deles. 3. E às vezes o magistrado pode cooperar muito para obrigar o povo a consentir.

3. Mas quando o homem já foi feito ministro em geral anteriormente, ele não necessita de ordenação própria para estabelecê-lo em um encargo particular, mas apenas de aprovação, recomendação, investidura

particular e recepção. Pois, do contrário, o homem teria de ser ordenado frequentemente, tantas vezes quantas mudasse de paróquia. Contudo, a imposição de mãos pode ser adequadamente usada nesta investidura particular, embora não se trate de ordenação propriamente dita, isto é, de outorga do ofício de ministro em geral, mas sim do estabelecimento de quem já era ministro anteriormente.

Questão 21. Pode um homem ser ordenado frequentemente ou duas vezes?

Supõe-se que não estejamos brincando com uma palavra ambígua, mas sim lembrando-nos do que seja a ordenação. E então você verá motivos para distinguir: 1. Entre a ordenação inteira e verdadeira e o mero ato externo, ou palavras, ou apenas a cerimônia. 2. Entre quem foi verdadeiramente ordenado antes e quem não o foi. E assim respondo:

1. Aquele que aparentava ter sido ordenado, mas na verdade não o foi, não é reordenado quando posteriormente é ordenado.

2. Faz-se necessário, portanto, distinguir os elementos essenciais da ordenação daqueles que são integrais e acidentais.

3. Aquele que já foi verdadeiramente ordenado antes pode, em alguns casos, receber novamente a repetição das meras palavras e cerimônias externas da

ordenação (como a imposição de mãos). Onde irei: I. Expor em quais casos. II. Por quais razões.

I. Caso faltassem testemunhas suficientes de sua ordenação, de modo que a igreja não dispõe de meios suficientes de notificação ou esclarecimento de que ele de fato foi ordenado; ou se as testemunhas falecerem antes da notificação. Se a igreja deve aceitar a sua palavra ou não, em tal caso, não constitui a minha questão, mas sim se ele deve se submeter à repetição caso eles não o queiram fazer.

1. Especialmente em uma época e lugar (os quais conheci) em que ordens escritas e seladas são frequentemente falsificadas, o que convoca a igreja a um cuidado extraordinário.

2. Ou se a igreja ou o magistrado forem culpados de alguma incredulidade infundada e censurável, não querendo crer que o ato foi realizado até que o vejam ser feito novamente.

3. Ou em caso de ter sido omitida alguma parte integral real ou suposta (embora não essencial), ou se porventura a igreja ou o magistrado supuserem que tenha sido omitida, e não permitirem ou receberem o ministro para exercer o seu ofício a menos que repita toda a ação novamente e sane aquele defeito.

4. Ou se a própria pessoa julgar que a sua ordenação foi insuficiente e não puder exercer o seu ministério para a satisfação de sua própria consciência até que o defeito seja reparado.

Nestes casos (e talvez em outros semelhantes), a ação externa pode ser repetida.

II. As razões são: 1. Porque isto não constitui ser ordenado duas vezes. Pois a palavra ordenação significa uma ação moral, e não física apenas; tal como ocorre com a palavra casamento, etc. E ela inclui essencialmente a nova dedicação e designação para o ofício sagrado por meio de uma espécie de aliança entre a pessoa dedicada e Cristo, a quem ela é consagrada e dedicada. E as palavras externas não passam de uma parte, e de uma parte apenas significativa da ação da mente. Ora, o ato frequente de expressar a mesma dedicação mental não faz com que existam tantas dedicações distintas. Pois: 1. Se a liturgia ou as palavras da pessoa fossem tautológicas, ou se na ordenação dissesse a mesma coisa repetidamente de forma consecutiva, ou se para confirmação dissesse frequentemente aquilo que de outro modo seria dito apenas uma vez, isto não a tornaria uma ordenação frequente ou multiplicada. Tratou-se de um único amor o qual Pedro expressou quando Cristo o fez confessar três vezes que o amava; tampouco consistiu em uma tríplice ordenação aquela que Cristo utilizou quando lhe disse três vezes: "Apascenta os meus cordeiros e as minhas ovelhas".

1. e se o dizer três vezes naquela hora não faz com que sejam três ordenações, tampouco fará o dizê-lo três vezes em horas, dias, meses ou anos de distância, em alguns casos; pois o tempo não faz com que as ordenações se multipliquem, constituindo apenas uma ação moral. Todavia, o erro comum decorre do costume de chamar a ação externa isolada pelo nome

de toda a ação moral (o que comumente se faz com semelhante engano no caso da aliança batismal e da ceia do Senhor).

2. O julgamento e o costume comuns do mundo confirmam o que digo. Se pessoas casadas fossem, por falta de testemunhas ou da devida solenidade, forçadas a dizer e realizar a ação externa novamente, isso por homem sábio algum seria tomado no sentido moral próprio e pleno como um segundo casamento, mas sim como um único casamento duas vezes proferido.

E se em testemunho você fosse submetido a juramento, e o magistrado que se encontrava ausente dissesse: "Dê-lhe o livro novamente, não o ouvi jurar", o fazê-lo duas vezes não constitui moralmente dois depoimentos ou juramentos, mas sim um único fisicamente proferido duas vezes.

Se você associar o seu filho como aprendiz, ou se redigir contratos ou escrituras e os escritos se perderem ou contiverem defeitos, e você os escrever, assinar e selar novamente, isto não constitui moralmente outro contrato, mas sim o mesmo realizado de melhor forma ou novamente registrado. E o mesmo ocorre de forma clara neste caso.

No entanto, a reordenação moral e propriamente dita é ilícita: pois: (1) Ela constitui (ou implica) uma mentira, a saber: que não fomos verdadeiramente dedicados e separados para este ofício anteriormente.

(2) Trata-se de uma renúncia sacrílega de nossa dedicação anterior a Deus; ao passo que a dedicação e a

aliança ministeriais são para a vida inteira, e não para um período de teste; o que constitui o significado do caráter indelével, o qual representa uma relação e obrigação perpétuas.

(3) Consiste em tomar o nome de Deus em vão; este fazer e desfazer, e fazer de novo; prometer e renunciar, e prometer de novo, fingindo receber um poder que já possuíamos antes.

(4) Tende a gerar grandes confusões na igreja; como levar o povo a duvidar de seu batismo ou de todas as administrações ministeriais daqueles que são reordenados, enquanto atuavam sob a primeira ordenação.

(5) Tem sido sempre condenada nas igrejas de Cristo, como testemunham os cânones chamados dos apóstolos e a prática constante da igreja.

1. Embora a mera repetição da ação externa e das palavras não constitua reordenação, contudo aquele que, em qualquer das ocasiões mencionadas, for levado a repetir as referidas palavras e ações está obrigado a fazê-lo de modo que não pareça ser uma reordenação, tornando-se escândalo para a igreja. Ou, se exteriormente parecer que o é pela ação, está obrigado a declarar que não se trata de tal coisa, a fim de contrabalançar essa aparência do mal.

2. Quando os ordenadores, ou a estimativa comum da igreja, tomarem a repetição das palavras e da ação por uma reordenação, muito embora quem as recebe não o pretenda, isto pode tornar-se ilícito para ele por este acidente, porque ele escandaliza e endurece os

errôneos ao realizar ou receber aquilo que se interpreta como reordenação.

3. Especialmente quando os ordenadores exigirem esta repetição sob fundamentos notoriamente ímpios, atribuindo assim esse sentido à ação por suas próprias doutrinas e exigências; como por exemplo:

(1) Se heréticos (como os arianos) disserem que não somos ministros porque não somos de sua heresia, ou porque não fomos ordenados por pessoas como eles.

(2) Se o papa ou quaisquer orgulhosos usurpadores papais disserem: "Você não é ministro de Cristo a menos que nós o ordenemos", realizando-o para estabelecer um regime traidor e usurpado na igreja; não é lícito servir a tal usurpação. Como se cardeais ou arcebispos dissessem: "Ninguém é verdadeiro ministro senão os que nós ordenamos"; ou se concílios ou sínodos de bispos ou presbíteros disserem: "Ninguém é verdadeiro ministro senão os que nós ordenamos"; ou se um presbítero ou um bispo sem autoridade quisesse tornar-se senhor dos demais ou de outras igrejas e dissesse: "Você não é ministro a menos que eu o ordene"; não devemos promover tal tirania e usurpação.

(3) Se os magistrados quisessem usurpar o poder das chaves na ordenação eclesiástica e dissessem que ninguém além deles possui poder para ordenar, não devemos encorajar tais pretensões por meio da repetição das palavras e da ação.

(4) Se quisessem tornar necessário para a ordenação algo que não o é, como se fosse um juramento falso, ou uma subscrição ou profissão falsa, ou alguma cerimônia ilícita

(como se fosse a unção, o uso de ornamentos ou qualquer coisa semelhante) e dissessem: "Você não é ministro sem estas coisas e, portanto, deve ser reordenado para recebê-las".

(5) Sim, se declararem a nossa antiga ministração sem causa como nula e disserem: "Você não é ministro até que seja ordenado novamente", atribuindo publicamente este sentido à nossa ação para que a tomemos como reordenação; todos estes acidentes tornam a repetição das palavras e das ações ilícita, a menos que acidentes maiores notoriamente preponderem.

Pergunta. Mas se tais tiranos da igreja dispuserem de tão grande poder que, sem a repetição da ordenação sob esses termos, o ministério não pudesse ser exercido, é lícito aceitá-lo em caso de tal necessidade?

Resposta 1. Nem toda aparente necessidade para você constitui uma necessidade para a igreja. 2. Ou você pode declarar publicamente um sentido contrário ao receber as novas ordens deles, ou não.

1. Se você não puder declarar tão publicamente que não renuncia ao seu antigo ministério e dedicação a Deus naquele ofício, do mesmo modo que os ordenadores declaram o sentido deles sobre a nulidade dele, de maneira que a sua declaração aberta o livre da culpa de um aparente consentimento, concebo tratar-se de uma complacência pecaminosa com o pecado deles. 2. Sim, mesmo se puder declará-lo, contudo, se não houver necessidade de sua liberdade ministerial naquele lugar, penso que não deve aceitá-lo sob tais termos. Como: (1) Se houver homens dignos em

número suficiente para suprir as carências da igreja ali sem você. (2) E se você puder servir a Deus com sucesso em um estado de perseguição, embora com sofrimento para a sua carne. (3) Ou se a sua prisão por pregar puder ser tão útil para a igreja e para o evangelho quanto a sua pregação contínua sob esses termos escandalosos. (4) Ou se você puder transferir-se e pregar em outro país.

2. Quando qualquer caso desse tipo ocorrer em que a repetição da ação externa e das palavras seja lícita, não é lícito misturar quaisquer expressões falsas e escandalosas; como se fôssemos exigidos a dizer falsamente: "Aceito esta ordenação confessando-me como não sendo ministro de Cristo até agora"; ou qualquer coisa semelhante.

3. Em uma palavra, um cristão pacífico pode fazer muito quanto à mera ação externa e submissão por obediência, paz, ordem ou satisfação de sua própria consciência ou da de outros homens. Mas: (1) Ele não pode fazer nada para bons fins que seja falso e prejudicial para a igreja. [Nota: 1 Ts 5:22; Gl 2:4, 5, 14.] (2) E ele não pode fazer aquilo que, de outro modo, seria lícito quando for para fins maus, ou tender a mais dano do que bem; como promover heresia ou tirania e usurpação na igreja, quer residam no papa, nos prelados, nos presbíteros ou no povo.

Questão 22. Quantos ordenadores são necessários para a validade da ordenação por instituição de Deus? Se um ou mais.

A minha questão não diz respeito aos antigos cânones, ou a quaisquer leis ou costumes humanos, pois estes são facilmente conhecidos; mas sim ao direito divino. Ora, ou Deus determinou o caso quanto ao número de ordenadores necessários, ou não. Se não, ou ele concedeu à igreja alguma regra geral para determiná-lo, ou não. Se não, então o número não constitui qualquer parte da ordem ou lei divina; e então, se supormos que ele determinou o caso quanto ao ofício ordenador e não quanto ao número, seguir-se-á que um único pode servir. A verdade, penso eu, pode ser explicada da seguinte forma:

1. Existe o *Ordo officialis primarius* e o *Ordo ordinis, vel exercitii, vel secundarius* [Ordem oficial primária e Ordem de exercício secundária] na igreja. Quanto à primeira, a ordem do ofício, Deus determinou que os oficiais ordenadores, e nenhum outro, devem ordenar oficiais ou conceder ordens. E não tendo determinado se um ou mais, segue-se que a ordenação realizada por um único ordenador legítimo não é nula por esse motivo de ser apenas um, a menos que outra coisa a anule.

2. Deus deu regras gerais aos ordenadores para o devido exercício de seu ofício, muito embora não tenha determinado qualquer número fixo. Tais regras como estas: que todas as coisas sejam feitas com discernimento, verdade, amor, concórdia, para edificação, unidade e paz da igreja, etc.

3. De acordo com estas leis gerais, às vezes a ordenação por um único ordenador pode ser não apenas válida, mas regular; como quando não houver outros a

concorrer, ou nenhum cuja concorrência se faça necessária para qualquer dos fins mencionados. E às vezes a concorrência de muitos se faz necessária: (1) Para a satisfação de quem a recebe. (2) Para a satisfação da igreja ou do povo. (3) Para a concórdia dos pastores e das igrejas vizinhas, etc. E em tais casos, tal consentimento ou concurso constitui o caminho regular.

4. Onde houver muitos pastores e igrejas vizinhas tão próximos que aquele que for ordenado em uma delas provavelmente transitará, pregará e oficiará *obiter* [de passagem] frequentemente nas outras, de modo que outras igrejas devam manter alguma comunhão com ele, é mais apropriado que haja uma concorrência na ordenação.

5. O ordenador é certamente um superior em relação à pessoa que vem para ser ordenada enquanto esta for um homem privado; e, portanto, até aí a sua ordenação constitui (como mencionado) um ato de jurisdição no sentido amplo, isto é, de governo. Mas se ele é necessariamente o seu superior após ser ordenado tem sido uma controvérsia por longo tempo. É certo que os papistas confessam que o papa é ordenado como tal por superior nenhum; e não se faz necessário que um bispo seja ordenado por um ou mais de qualquer ordem superior (ou de jurisdição superior tampouco). E embora os papistas italianos sustentem que uma jurisdição papal superior deve necessariamente constituir a fonte secundária do poder ordenador, ainda que o próprio ordenador seja da mesma ordem, contudo os protestantes não

sustentam tal coisa. E todos reconhecem que, assim como a imposição de mãos sobre um leigo para fazer dele um ministro de Cristo ou um oficial constitui um tipo de geração oficial, assim o ordenado, como um júnior no ofício, é como se fosse um filho para o ordenador, assim como se diz que o convertido o é peculiarmente para o seu conversor; e que uma honra proporcional deve lhe ser tributada. No entanto, se aquele que ordena um presbítero, e não aquele que ordena ou consagra um bispo, deve necessariamente ser de uma ordem ou ofício superior constitui uma questão na qual o leitor não deve esperar que eu aqui me detenha.

Questão 23. E se um bispo ordenar um ministro, e três, ou muitos, ou todos os demais protestarem contra isso, declarando-o como não sendo ministro, ou o degradarem; deve ele ser recebido como verdadeiro ministro ou não?

Supondo que a pessoa não careça de qualquer qualificação pessoal necessária para o ofício, encontram-se em questão duas outras coisas: 1. O seu ofício, se ele é um ministro. 2. A sua regularidade, se ele chegou regularmente a ele; e também a sua relação comparativa, se este homem ou outro deve ser preferido. Respondo, portanto:

1. Se a pessoa for totalmente incapaz, o único bispo ou os muitos, quem quer que o considere incapaz, deve por amor à verdade ser acreditado e obedecido.

2. Se o homem for excelentemente qualificado e o seu ministério imensamente necessário para a igreja, quem quer que queira privar a igreja dele, seja o único ou os muitos, deve ser desobedecido, e os ordenadores preferidos.

Objeção. Mas quem julgará?

Resposta. O *esse* [ser] precede o *scire* [saber]; a coisa é primeiramente verdadeira ou falsa antes de eu julgar que ela o seja. E, portanto, quem quer que julgue falsamente em um caso tão notório e grave, em que o bem-estar da igreja e das almas se encontre (considerados os aspectos a serem considerados) prejudicado e colocado em risco por seu erro, não deve ser acreditado nem obedecido sob pretexto de ordem; porque todos os cristãos possuem *judicium discretionis* [juízo de discernimento].

1. No entanto, se o caso não puder ser assim determinado pelas qualificações notórias da pessoa, então ele é debatido: 1. Pelo homem ordenado. 2. Ou pelo povo que analisa o caso, para saber se devem tomá-lo por ministro. 3. Ou pelos ministros vizinhos.

2. A pessoa mesma deve, *ceteris paribus*, respeitar mais o julgamento de muitos bispos concordantes do que o de um único bispo; e, portanto, não deve receber ordens de um bispo singular quando a generalidade dos sábios e fiéis se opõe a isso, a menos que esteja certo de que se trata de alguma facção ou erro notório que os perverte, e de que há notória necessidade de seu trabalho.

3. Os ouvintes são ou infiéis a serem convertidos (e estes não aceitarão homem algum sob nenhuma das

autoridades deles), ou cristãos convertidos. Estes pertencem ao encargo particular do bispo singular que ordena, ou não. Se pertencem, então *pro tempore* [temporariamente], por amor à ordem, devem-lhe uma obediência peculiar até que algum processo posterior ou descoberta os desobrigue (embora a maioria esteja do outro lado). Mas, contudo, eles ainda podem estar obrigados em razão a suspeitar mais do julgamento de seu bispo singular, enquanto por amor à ordem se submetem a ele. Mas se não pertencem ao seu rebanho, então suponho que o julgamento e o ato de muitos devem prevalecer contra o ato de uma pessoa singular, de modo que tanto os ministros vizinhos quanto o povo devem desautorizar tal pessoa ordenada como inadequada para a sua comunhão sob a noção de ministro (porque a comunhão das igrejas é mantida pela concórdia dos pastores). Mas se o ministério do homem ordenado é, por sua declaração contraditória ou degradação, transformado em uma nulidade absoluta para si mesmo e para aqueles que se submetem a ele, nem eu determinarei, nem deveria fazê-lo qualquer outro estranho ao caso particular; pois, se ele for rejeitado ou degradado sem causa comprovada e demonstração que satisfaça outras pessoas sóbrias, ele sofre injustiça; mas, se for degradado sob causa comprovada e suficiente, para aqueles a quem isso é conhecido, ele confere a vantagem aos degradadores. [Nota: Ef 4:3; 1 Co 12; Rm 14:17, 19; 1 Co 14:33; 1 Ts 5:12, 13; Fp 2:1-3; Ef 4:15, 16; 1 Co 1:10.]

E como: 1. Todos os membros particulares devem ser obedientes ao seu pastor próprio. 2. E todas as igrejas

particulares devem manter correspondência e comunhão conforme a sua capacidade. Assim devem os homens agir neste e em casos semelhantes, respectivamente, conforme as leis de obediência ao seu pastor e de concórdia das igrejas.

Questão 24. Possui um bispo poder por direito divino para ordenar, degradar, governar, excomungar ou absolver na diocese ou igreja de outro, seja com o consentimento deste ou contra ele? E um ministro que oficia na igreja de outro atua como pastor, e como o pastor deles, ou como um homem privado? E o ofício ministerial cessa quando o homem se retira de seu rebanho?

Reúno estas questões por sua afinidade e por brevidade.

1. Todo verdadeiro ministro de Cristo, bispo ou pastor, está relacionado à igreja universal por obrigações mais fortes do que as que o ligam ao seu encargo particular; assim como o todo é melhor do que as partes, e o seu bem-estar deve ser preferido.

2. Aquele que não é pastor de uma igreja particular pode ser pastor na universal, obrigado como pessoa consagrada a empenhar-se pelo seu bem, por meio das obras de seu ofício, conforme disponha de oportunidade e chamado particulares.

3. Contudo, aquele que possui um encargo particular está de modo especial e mais estreito relacionado e obrigado àquele encargo ou igreja do que a qualquer outra parte da universal (embora não mais do que ao

todo); e consequentemente possui uma autoridade peculiar onde possui uma obrigação e obra peculiares.

4. Aquele que for (sem degradação) removido de uma igreja particular não deixa de ser um ministro geral e pastor relacionado à igreja universal; assim como um médico dispensado do encargo de um hospital continua sendo médico. E, portanto, ele não necessita de nova ordenação, mas apenas de uma designação especial para o seu próximo encargo particular.

5. Homem algum é bispo de uma diocese quanto à extensão de terra, ou ao lugar, por direito divino, isto é, por qualquer lei ou determinação específica de Deus; mas apenas bispo da igreja ou do povo; pois o seu ofício contém essencialmente uma relação com o povo, mas apenas acidentalmente com o lugar.

6. No entanto, a conveniência natural e as leis gerais de Deus de ordem e edificação costumam (mas nem sempre) tornar melhor, e por isso um dever, distinguir as igrejas pela habitação do povo: não tomando o homem por membro *eo nomine* [por esse nome] por residir naquele solo; mas, por amor à ordem, não tomando por membros os que não residem naquele solo, e não se intrometendo sem causa nos limites uns dos outros.

7. Aquele que pelo chamado ou consentimento de um pastor e povo vizinhos oficia (por pregação, sacramentos, excomunhão ou absolvição) no encargo especial de outro por um dia, semana, mês ou mais, sem uma relação fixa com aquele rebanho, não oficia como leigo, tampouco de modo ilícito ou irregular;

mas: 1. Como um ministro de Cristo na igreja universal. 2. E como o pastor daquela igreja pelo tempo presente apenas, embora não de forma estabelecida; assim como um médico chamado para auxiliar outro em seu hospital, ou para suprir o seu lugar temporariamente, realiza a sua obra: 1. Como médico licenciado. 2. E como médico daquele paciente ou hospital por aquele tempo, embora não de forma estabelecida.

8. Ninguém deve intrometer-se no encargo de outro sem um chamado; muito menos reivindicar uma supervisão e autoridade particulares e estabelecidas. Pois, embora não seja um usurpador quanto ao ofício em geral, ele é um usurpador quanto àquele rebanho particular. Não constitui erro na ordenação dizer: "Receba autoridade para pregar a palavra de Deus e administrar os santos sacramentos, quando para isso for legalmente chamado"; isto é, quando você tiver um chamado particular para o exercício e para um encargo fixo, do mesmo modo que tem agora um chamado para o ofício em geral.

9. Contudo, todo bispo ou pastor, por sua relação com a igreja universal, com a humanidade e com o interesse de Cristo, está obrigado não apenas como cristão, mas como pastor, a fazer o melhor pelo bem comum; não devendo excluir totalmente de seus cuidados uma igreja particular pelo fato de outro possuir a supervisão dela. Portanto, se um herético nela se introduzir, ou se a igreja decair em heresia, ou em qualquer erro ou pecado pernicioso, os pastores vizinhos estão obrigados, tanto pela lei da natureza

quanto pelo seu ofício, a interpor os seus conselhos como ministros de Cristo, e a preferir a substância à pretensa ordem, buscando recuperar as almas do povo, mesmo que seja contra a vontade do pastor próprio deles. E, em tal caso de necessidade, eles podem ordenar, degradar, excomungar e absolver no encargo de outro, como se se tratasse de uma vacância.

10. Além disso, uma coisa é excomungar um homem de uma igreja particular, e outra coisa é muitas igrejas associadas ou vizinhos renunciarem à comunhão com ele. Os pastores especiais de igrejas particulares, possuindo o governo daquelas igrejas, são os juízes governantes especiais sobre quem deve ou não ter comunhão como membro em suas igrejas; mas os pastores vizinhos de outras igrejas possuem o poder de julgar com quem eles e os seus próprios rebanhos manterão ou não comunhão. Como, por exemplo, Atanásio pode, como governador de seu rebanho, declarar qualquer membro ariano excomungado e exigir do seu rebanho que não mantenha comunhão com ele. E todos os pastores vizinhos (embora não excomunguem o mesmo homem como seus governantes especiais, contudo) podem declarar a todos os seus rebanhos que, se aquele homem vier entre eles, não manterão comunhão com ele, e que, à distância, renunciam àquela comunhão distante que é própria dos cristãos uns para com os outros, considerando-o como não pertencente à igreja de Cristo.

Questão 25. Se os cânones são leis? E se os pastores possuem poder legislativo?

Nem todos os homens estão de acordo sobre o que seja uma lei, isto é, o que deve ser adotado como o sentido próprio dessa palavra. Alguns querem ver o nome limitado àquelas leis comuns que constituem regras estabelecidas e duradouras para as ações dos súditos; e outros querem estendê-lo também aos preceitos e mandatos pessoais, temporários e verbais, tais como os que os pais e senhores usam diariamente com os filhos e servos de suas famílias. E, do primeiro tipo, alguns querem limitar o nome de leis àqueles atos de soberania que dizem respeito aos assuntos comuns do reino, ou que oficial inferior nenhum pode emitir; e outros querem estendê-lo àquelas ordens que, por foral do soberano, uma corporação, ou colégio, ou escola podem emitir para a sub-regulamentação de suas sociedades e assuntos particulares.

Declarei a minha própria opinião *de nomine* [sobre o nome] de forma completa em outro lugar: 1. Que a definição de uma lei, no sentido próprio e geral, consiste em ser um sinal ou significação da razão e vontade do reitor, como tal, para os seus súditos, como tais, instituindo ou determinando antecipadamente o que lhes será devido e o que se exigirá deles; *jus efficiendo* [gerando o direito], criando o direito de forma regular.

1. Que estas leis são diversificadas e distinguidas de muito mais formas (a partir do eficiente, do sinal, dos súditos, da matéria, do fim, etc.) do que nos convém aqui enumerar. Basta agora dizer: 1. Que as leis

regulares estabelecidas diferem dos mandatos e proclamações temporários. 2. E as leis para reinos e outras repúblicas diferem das leis para pessoas, escolas, famílias, etc. 3. E as leis emitidas pelo poder supremo diferem daquelas criadas pela autoridade delegada de colégios, corporações, etc., chamadas estatutos ou ordens (pois nada direi aqui de pais e pastores, cuja autoridade provém direta ou imediatamente da eficiência da natureza em um, e da instituição divina no outro, não derivando eficientemente do magistrado ou de homem algum). 4. Que as leis sobre assuntos grandiosos e substanciais diferem daquelas sobre circunstâncias pequenas e mutáveis, etc. Digo que o primeiro tipo, em distinção ao segundo, constitui leis assim chamadas por excelência acima das outras leis. Mas as demais devem ser chamadas de leis de modo unívoco, de acordo com a melhor definição da lei *in genere* [em geral]. Mas se alguém quiser falar de outro modo, que se lembre de que ainda assim se trata apenas de *lis de nomine* [disputa sobre o nome], e que ele pode usar de sua liberdade, enquanto eu usarei da minha. Agora, passemos à questão.

2. Os cânones criados por força do ofício pastoral e das leis gerais de Deus (na natureza ou na Escritura) para regulamentá-lo são uma espécie de leis para os súditos ou rebanhos daqueles pastores.

3. Os cânones criados pelos votos dos leigos da igreja, ou pela parte privada daquela sociedade como privada, não constituem leis de modo algum, mas sim acordos; porque não são atos de qualquer poder governante.

4. Os cânones criados pelos governantes civis sobre os aspectos circunstanciais da igreja, pertencentes ao seu ofício como ordenadores de tais coisas, são leis e podem ser exigidos por meio de penalidades civis ou corporais moderadas e adequadas, e de nenhum outro modo.

5. Os cânones criados por príncipes ou magistrados inferiores não constituem leis pura e formalmente eclesiásticas, as quais são essencialmente atos de poder pastoral; mas apenas materialmente eclesiásticas e formalmente magistráticas.

6. Oficiais da igreja nenhuns como tais (muito menos o povo) podem criar leis com uma sanção coativa ou coercitiva; isto é, a serem aplicadas por sua autoridade por meio da espada ou de qualquer penalidade corporal, multa ou força; sendo este o privilégio exclusivo dos poderes seculares, civis, econômicos ou escolares.

7. Nenhuma obrigação surge para o súdito para a obediência particular de qualquer lei que seja evidentemente contrária às leis de Deus (na natureza ou na Sagrada Escritura).

8. Não constituem leis aquelas que os pastores criam para o povo fora de seu poder, como as do papa, etc.

9. Não há poder na terra sob a autoridade de Cristo que possua autoridade para criar leis universais, para obrigar toda a igreja em toda a terra, ou toda a humanidade. Porque não existe soberano universal, civil ou espiritual, pessoal ou coletivo.

10. Portanto, não constitui cisma, mas sim lealdade a Cristo, renunciar ou separar-se de tal sociedade de usurpação; tampouco constitui desobediência ou rebelião negar-lhes obediência.

11. Os pastores podem e devem ser obedecidos em coisas legítimas como magistrados se o rei os constituir magistrados; embora eu considere inadequado para eles aceitar uma magistratura com o poder da espada, exceto em caso de alguma necessidade rara.

12. Se o papa, os patriarcas ou os pastores usurparem qualquer autoridade do rei, a lealdade a Cristo e a ele, e o amor à igreja e ao Estado, obrigam-nos a tomar partido por Cristo e pelo rei contra tal usurpação, mas apenas por meios legítimos, no âmbito de nossa posição e chamado próprios.

13. Os cânones criados pelos concílios de muitas igrejas possuem uma dupla natureza: conforme são criados para o povo e para os súditos dos pastores, são uma espécie de leis; isto é, obrigam pela autoridade delegada dos pastores; porque os pastores de diversas igrejas não perdem nenhum de seu poder ao se reunirem, mas o exercem com a maior vantagem da concórdia. Mas, conforme são criados apenas para obrigar os pastores presentes ou ausentes que separadamente possuem igual poder de ofício, eles não constituem leis, exceto em um sentido equívoco, mas apenas acordos ou contratos. [Nota: Grotius, em seu *De Imperio Summarum Potestatum Circa Sacra*, resolve esta questão de forma extremamente sólida.] Assim o bispo Usher declarou ser o seu julgamento; e antes dele o concílio de Cartago no tempo de Cipriano;

mas isso não necessita de mais provas do que o fato de que uma convenção de reis não pode criar leis para obrigar os reis da Inglaterra, mas apenas contratos.

14. No entanto, somos *aliunde* [por outra via] obrigados, inclusive por Deus, a guardar estes acordos em coisas legítimas, pela paz e concórdia da igreja, quando razões contrárias maiores, *a fine* [pelo fim], não nos desobrigarem. Pois, quando Deus diz: "Mantereis a paz e a concórdia, e guardareis as alianças legítimas", os cânones nos oferecem a premissa menor: "Mas estes são contratos ou acordos legítimos, e meios para a paz e concórdia da igreja"; portanto (diz a lei de Deus), vós os observareis. Assim, embora os contratos (como os de marido e mulher, comprador e vendedor, etc.) não constituam leis, contudo há uma lei de Deus que nos obriga a guardá-los.

15. Visto que até mesmo as ordens obrigatórias dos pastores não podem por eles ser impostas pela espada, mas operam pelo poder da autoridade divina ou comissão manifestada, e pela santa razão e amor, é, portanto, mais modesto e adequado para os pastores (que não devem dominar a herança de Deus, mas ser exemplos para todos [Nota: 1 Pe 5:2, 3; 2 Co 1:24.]) adotarem o nome mais humilde de orientações e persuasões autorizadas, em vez de leis; especialmente em uma época em que a usurpação papal faz uso tão ruinoso desse nome, e os magistrados civis costumam adotá-lo no sentido mais nobre e estrito.

As questões: 1. Se um pastor cria ordens para a sua igreja e a multidão ou os sínodos se opõem a elas, a quem se deve obedecer?, você pode deduzir do que foi dito

anteriormente sobre a ordenação. E, 2. Quais são os aspectos particulares apropriados, materialmente, para a decisão do magistrado, e quais para a do pastor?, eu aqui desconsidero.

Questão 26. Se os cânones da igreja, ou as determinações diretivas dos pastores sobre assuntos pertinentes ao seu ofício, obrigam a consciência? E quais acidentes desobrigarão o povo? Você pode deduzir anteriormente no mesmo caso sobre as leis dos magistrados, nas orientações políticas; como também pela transferência imparcial do caso para os preceitos de pais e professores de escola para com os filhos, sem respeito ao seu poder da vara (ou supondo que não possuíssem tal poder).

Questão 27. Quais são os meios designados por Cristo para a unidade e concórdia da igreja universal e, consequentemente, para a sua preservação, se não há cabeça humana universal e governante dela sobre a terra? E se Cristo não instituiu nenhum, se a prudência e a lei da natureza não obrigam a igreja a estabelecer e manter uma monarquia ou aristocracia eclesiástica universal; visto que aquilo que constitui o trabalho de todo homem acaba por ser o de nenhum, sendo omitido por todos.

I. À primeira questão devo remetê-lo em parte a dois pequenos e populares, porém satisfatórios Tratados, [Nota: *Catholic Unity* [Unidade Católica] e *The True*

Catholic and Church Described [O Verdadeiro Católico e a Igreja Descritos].] escritos há muito tempo, para que eu não repita a mesma coisa demasiadas vezes. Brevemente agora:

1. A unidade da igreja universal fundamenta-se e é mantida por sua relação comum com Cristo, a Cabeça (assim como o reino em sua relação com o rei).

2. Uma concórdia em graus de bondade, e nos elementos integrais e acidentais do cristianismo, nunca será obtida na terra, onde a igreja permanece ainda imperfeita; e santidade e sabedoria perfeitas fazem-se necessárias para a harmonia e concórdia perfeitas, Fp 3:12-14.

3. A experiência há muito ensinou à igreja, se ela quiser aprender, que a reivindicação de uma chefia e governo papais sobre a igreja universal constitui o célebre incendiário e obstáculo para a concórdia no mundo cristão.

4. Os meios para alcançar tal medida de concórdia e harmonia que se espera obter ou pela qual se deve empenhar na terra, eu os descrevi de modo tão distinto, completo e, contudo, breve (junto com os impedimentos contrários) em meu tratado sobre as *Reasons of Christian Religion*, parte 7, capítulo 14, páginas 470, 471, em cerca de duas folhas, que não os repetirei aqui. Se você disser que não está obrigado a ler os livros aos quais o remeto, respondo: nem este.

II. À segunda questão respondo: estabelecer tal cabeça universal sob a suposição de razões naturais e política humana consiste em: 1. Contrariar a instituição de Cristo

e as leis do Espírito Santo, como há muito tempo foi provado pelos protestantes a partir das Escrituras.

1. Trata-se de traição contra o ofício soberano de Cristo usurpar tal vice-gerência sem a comissão dele.
2. Contraria a notória luz da natureza, a qual nos mostra a incapacidade natural do homem mortal para ser tal governante universal pelo mundo.
3. Significa pecar contra a longa e terrível experiência comum, e manter aceso aquele fogo que destruiu imperadores, reis e reinos, e colocou as igrejas, os pastores e o mundo cristão naquelas divisões que constituem a grande e proveitosa obra de Satanás, bem como o obstáculo para o crescimento, pureza e paz da igreja, e o notório opróbrio da profissão cristã aos olhos do mundo infiel.

E se tantos séculos de triste experiência não responderem àqueles que dizem: "Se o papa fosse um bom homem, ele poderia nos unir a todos", concluo que tais pessoas merecem ser enganadas, 2 Ts 2:10-12.

Questão 28. Quem é o juiz das controvérsias na igreja? 1. Sobre a exposição da Escritura e pontos doutrinários em si mesmos; 2. Sobre heresias ou práticas ímpias, conforme são imputadas às pessoas que delas são acusadas; isto é: 1. Antecedentemente à nossa prática, por via de regulamentação; 2. Ou consequentemente, por sentença judicial (e execução) sobre os infratores.

Respondi a esta questão tantas vezes que só posso me persuadir a apresentar esta curta, porém clara solução.

Os papistas costumam enganar as pessoas simples e sem instrução que não sabem distinguir devidamente as coisas que diferem, confundindo-as com esta questão equívoca e confusa. Algumas coisas eles astuta e falsamente dão como certas, como o fato de existir na terra algo como uma igreja política universal dirigida por qualquer governante mortal. Algumas coisas eles misturam em palavras equívocas. Eles confundem: 1. O juízo público de decisão e o juízo privado de discernimento. 2. O juízo do magistrado sobre as controvérsias da igreja e o do pastor, bem como os diversos casos, fins e efeitos de seus respectivos juízos. 3. O juízo da igreja como diretivo para uma igreja particular e como meio de concórdia de diversas igrejas. Coisas que, uma vez distinguidas, poucas palavras bastarão para esclarecer a dificuldade.

1. Como não existe igreja humana universal (constituída ou governada por uma cabeça mortal), também não existe poder estabelecido por Cristo para ser um juiz universal de qualquer tipo de controvérsia por sentença judicial decisiva, tampouco qualquer monarca civil universal do mundo.

2. O juízo público, governante e decisivo, que obriga os outros, pertence a pessoas públicas ou oficiais de Deus, e não a homem privado algum. [Nota: Ef 4:7, 13-16; 1 Co 12:28, 29; At 15:17.]

3. A decisão pública de dúvidas ou controvérsias sobre a própria fé, ou sobre o verdadeiro sentido da palavra e

das leis de Deus, como obrigando toda a igreja na terra a crer naquela decisão ou a não a contradizer por conta da infalibilidade ou autoridade governante dos decidores, não pertence a ninguém senão a Jesus Cristo; porque, como mencionado, ele não constituiu governante universal algum, nem expositor infalível. [Nota: Veja o meu *Key for Catholics*.] Pertence apenas ao legislador emitir tal exposição de suas próprias leis que obrigue universalmente.

4. Os bispos ou pastores verdadeiros em suas próprias igrejas particulares são mestres e guias autorizados na exposição das leis e da palavra de Cristo; e o povo está obrigado, como aprendizes, a reverenciar o ensino deles e a não o contradizer sem verdadeira causa; sim, e a crer neles *fide humana* [por fé humana] em coisas pertinentes ao seu ofício; pois *oportet discentem credere* [convém que o estudante creia].

5. Nenhum pastor desse tipo deve ser absolutamente acreditado, tampouco em qualquer caso de erro notório ou heresia em que se perceba que a palavra de Deus é contrária a ele.

6. Pois todo o povo, como criaturas racionais, possui um juízo de discernimento privado para julgar o que deve receber como verdade e para discernir o seu próprio dever, com o auxílio da palavra de Deus e de seus mestres.

7. O mesmo poder de juízo governante possuem os sínodos legítimos sobre os seus respectivos rebanhos, assim como o pastor sobre o seu próprio, porém com maior vantagem.

8. O poder de julgar, em muitas igrejas associadas, quem deve ser recebido em comunhão como ortodoxo e quem deve ser recusado por aquelas igrejas como herético *in specie* [na espécie] — isto é, qual doutrina julgarão sadia ou errônea, conforme se trata de *judicium discernendi* [juízo de discernimento] —, pertence a cada um dos membros do concílio individualmente; conforme se trata de um juízo que os obriga por contrato (e não de governar uns aos outros), reside nos contratantes e consentidores; e, para a paz e a ordem, geralmente no voto da maioria, porém com as limitações expressas anteriormente.

9. Todo verdadeiro cristão crê em todos os pontos essenciais do cristianismo com uma fé divina, e não por uma mera crença humana de seus mestres, muito embora por meio do auxílio e ensino destes a sua fé seja gerada, confirmada e preservada. Portanto, nenhum artigo essencial do cristianismo é deixado para qualquer decisão obrigatória de qualquer igreja, mas apenas para um ensino obrigatório subserviente; como: se existe um Deus, um Cristo, um céu, um inferno, a imortalidade das almas? Se Deus deve ser crido, amado, temido e obedecido antes dos homens? Se a Escritura constitui a palavra de Deus e é verdadeira? Se aqueles que a contradizem devem ser acreditados nisso? Se os pastores, as assembleias, o culto público, o batismo e o sacramento da ceia do Senhor são instituições divinas? E o mesmo posso dizer de qualquer palavra conhecida de Deus: mortais nenhuns podem julgar *in partem utramlibet* [para qualquer uma das partes], mas os pastores são apenas

mestres autorizados e auxiliares da fé do povo. (E assim o são em parte uns para com os outros.)

10. Se o papa ou o seu concílio fossem os expositores infalíveis ou governantes de todas as leis e Escrituras de Deus: 1. Deus os teria capacitado a fazê-lo por meio de um comentário universal que todos os homens seriam obrigados a crer ou, ao menos, a não contradizer. Pois não se concede autoridade e obrigação aos homens (sim, a tantos sucessivamente) para fazer aquilo (para a necessária decisão de controvérsias) para o qual nunca lhes foi concedida capacidade para realizar. Pois isso seria obrigá-los a coisas impossíveis. 2. E o papa e o seu concílio seriam os mais traiçoeiros miseráveis sobre a terra por nunca terem escrito, em tantos séculos, tal comentário infalível e governante para pôr fim às divergências do mundo cristão. De fato, eles julgaram (com outros) contra Ário que Cristo é verdadeiro Deus e um com o Pai em substância, etc. Mas se tivessem dito o contrário, deveríamos ter tomado isso como verdade de Deus ou ter acreditado neles?

11. Julgar quem, por heresia ou escândalo, deve ser punido pela espada pertence exclusivamente ao magistrado em seus próprios domínios; assim como julgar quem terá comunhão ou será excomungado da igreja pertence, conforme mencionado, aos pastores. E o referido magistrado possui primeiramente, como homem, o seu próprio juízo de discernimento sobre o que constitui heresia e quem de seus súditos é culpado dela, com vistas ao seu juízo público governante.

12. O governante civil supremo pode exercer antecedentemente este juízo de discernimento (pelo ensino de seus respectivos mestres) com vistas às suas sentenças consequentes sobre os infratores; e assim, em suas leis, pode dizer aos súditos quais doutrinas e práticas irá tolerar ou punir. E assim podem os pastores da igreja fazer em seus cânones para os seus respectivos rebanhos, em relação à comunhão ou não comunhão.

13. Aquele que deseja condenar pessoas particulares como heréticas ou infratoras deve permitir-lhes falar por si mesmas, ouvir as provas e dar-lhes aquilo que a justiça exige, etc. E se o papa pode fazê-lo nos antípodas e em todo o mundo, seja *per se* [por si mesmo] ou *per alium* [por outro], sem ceder a esse outro o seu poder essencial reivindicado, que o prove por melhor experiência do que a que temos tido.

14. Assim como a legislação universal primeira e única pertence a Jesus Cristo, o julgamento final, universal e particular, pertence a ele, o qual unicamente porá fim a todas as controvérsias e do qual não há apelação.

Questão 29. Se o poder de um pai sobre os seus filhos, ou de um pastor ou de muitos pastores ou bispos sobre os mesmos filhos, como partes de seu rebanho, é maior ou mais obrigatório em assuntos de religião e culto público.

Sendo isto abordado em algum outro lugar, digo agora apenas que, se o caso fosse o meu próprio, eu iria: 1. Esforçar-me para conhecer os seus diferentes poderes

quanto à matéria ordenada, e obedecer a cada um naquilo que é próprio de sua posição.

1. Se eu fosse jovem e ignorante, a necessidade natural e a obrigação natural juntas confeririam aos meus pais, com quem residia, tal vantagem sobre o ministro (a quem raramente vejo ou compreendo) que determinariam o caso *de eventu* [pelo resultado] e em grande parte *de jure* [por direito].

2. Se os meus pais me ordenarem ouvir um mestre que se opõe a cerimônias ou a certas formas, e não ouvir nenhum daqueles que são a favor delas, a necessidade natural aqui também (ordinariamente) tornaria meu dever primeiramente ouvir e obedecer aos meus pais; e em muitos outros casos, até que eu passasse a compreender o poder maior dos pastores em sua própria posição e trabalho.

3. Mas quando eu for à igreja, ou souber que o julgamento de todos os pastores piedosos e concordantes condena tal coisa como heresia condenável ou pecado, o que meu pai me ordena receber e professar, eu mais acreditaria e seguiria o julgamento dos pastores e das igrejas.

Questão 30. Pode um mestre oficial ou pastor estar ao mesmo tempo em uma relação estabelecida de pastor e discípulo de algum outro pastor?

1. Que Timóteo continuava sendo filho de Paulo quanto ao aprendizado, e seu discípulo, e assim que sob a

autoridade dos apóstolos as mesmas pessoas podiam estar estabelecidas em ambas as relações ao mesmo tempo, parece evidente nas Escrituras.

2. Mas o mesmo que é pastor não é, ao mesmo tempo, um mero leigo.

3. Que os homens no mesmo ofício podem diferir de tal modo em idade, experiência e graus de conhecimento que os pastores jovens podem, e frequentemente devem, continuar por muitos anos não apenas na recepção ocasional de seu auxílio, mas também em um caminho estabelecido ordinário de recebê-lo, relacionando-se com eles como seus mestres ordinários por tais vantagens graduais, está além de qualquer dúvida. E que todos os juniores e novatos devem certa reverência, audiência e alguma obediência aos mais velhos e sábios.

4. Mas isto não significa ser discípulo dele como se estivesse em nível ou ofício inferior, mas sim como possuindo menores dons e graça.

5. É lícito e muito benéfico para a igreja que algumas pessoas ordenadas continuem por longo tempo como alunos de seus tutores em escolas ou academias (por exemplo, para aprenderem as línguas sagradas, se não as conhecem, etc.). Mas esta constitui uma relação deixada aos contratantes voluntários.

6. Nas igrejas antigas, as igrejas particulares possuíam um bispo, e alguns presbíteros e diáconos geralmente de dotes muito inferiores, os quais viviam todos juntos (solteiros ou castos) na casa do bispo ou da igreja, a qual funcionava como um colégio onde ele

diariamente os edificava por meio da doutrina e do exemplo.

7. A controvérsia sobre diferentes ordens por instituição divina não me cabe aqui tratar. Mas quanto à disparidade natural e adquirida de idade e dotes, e ao benefício indizível para os juniores e para as igrejas, considero perfeitamente discernível para qualquer pessoa que seja imparcial e criteriosa que é desejável que existisse tal caminho para a educação e edificação deles.

Ambrósio foi ao mesmo tempo mestre e aprendiz. Beda, em sua *História Eclesiástica*, menciona um caso na Inglaterra em que um homem era ao mesmo tempo pastor e discípulo. E na Escócia alguns que se tornaram bispos deveriam continuar sob o governo do abade de seus mosteiros, segundo a sua primeira devoção, muito embora o abade não passasse de um presbítero.

Se um membro particular e estabelecido de uma igreja não pode ao mesmo tempo continuar a sua relação muito formal com o pastor daquela igreja e, no entanto, ser da mesma ordem com ele em outra igreja como o pastor delas ao mesmo tempo (como ele pode, em caso de necessidade, continuar o seu aprendizado ou serviço civil) constitui um caso que não determinarei. Mas aquele que o nega deve provar a sua opinião (ou afirmação de sua ilegalidade) por meio de evidência suficiente a partir das Escrituras ou da natureza; o que é difícil.

Questão 31. Quem possui o poder de criar cânones na igreja?

Isto se encontra suficientemente resolvido anteriormente. 1. Apenas o magistrado possui o poder de criar tais cânones ou leis para assuntos da igreja que devam ser impostos pela espada.

1. Todo pastor possui poder para criar cânones para a sua própria congregação; isto é, determinar o horário ou o local em que se reunirão; qual tradução da Escritura ou versão dos Salmos será utilizada em sua igreja; qual capítulo será lido; qual salmo será cantado, etc.; exceto se o magistrado o contradisser e determinar de outro modo naqueles pontos que não são próprios do ofício ministerial.

2. Os concílios ou assembleias de pastores possuem o poder de criar tais cânones para muitas igrejas que funcionarão como leis para o povo e como acordos para si mesmos.

3. Ninguém possui o poder de criar leis ou cânones na igreja sobre assunto nenhum, exceto para: (1) Colocar as próprias leis de Deus em execução. (2) Determinar para esse fim as circunstâncias que Deus deixou indeterminadas em sua palavra.

4. A criação de cânones sob o pretexto de ordem e concórdia causou imenso dano às igrejas; enquanto os clérigos avançaram de acordos para usurpações e imposições tirânicas, e da concórdia sobre circunstâncias necessárias do culto para formular novas ordenanças de culto, forçando-as sobre todos os outros; mas especialmente por: (1) Invadir o poder dos reis, dizendo-lhes que estão obrigados em consciência a colocar todos os seus cânones em

execução pela força. (2) E estabelecer a união das igrejas e a comunhão dos cristãos sobre coisas desnecessárias e duvidosas, sim, e por fim sobre muitas coisas pecaminosas; por meio do que as igrejas foram mais eficazmente divididas, e o mundo cristão colocado em disputa mútua; e cismas, sim, e guerras foram gerados. E estas enfermidades não podem possivelmente ser curadas até que os instrumentos de tormento e divisão sejam quebrados e lançados fora, e os volumosos cânones de numerosos concílios (os quais eles próprios são matéria de controvérsia indeterminável) sejam convertidos na simplicidade primitiva, e algumas poucas coisas necessárias sejam constituídas como os termos de concórdia. Sem dúvida, se cada pastor fosse deixado inteiramente a si mesmo para a ordenação das circunstâncias e acidentes do culto em sua própria igreja, sem quaisquer cânones comuns exceto as Escrituras e as leis da terra, haveria muito menos divisão do que aquela que estes numerosos cânones de todos os concílios, impostos à igreja, geraram.

Questão 32. O batismo como tal introduz o batizado na igreja universal, ou em uma igreja particular, ou em ambas? E constitui o batismo a aliança da igreja particular como tal?

Resposta 1. O batismo como tal nos introduz na igreja universal, e nela unicamente; e não constitui aliança de igreja particular nenhuma, mas sim a celebração da grande aliança cristã da graça entre Deus, o crente e a sua descendência.

Pois: (1) Não há essencialmente menção alguma a uma igreja particular nele.

(2) O homem pode ser batizado por um ministro geral não estabelecido, o qual não é o pastor de igreja particular nenhuma; [Nota: Mt 28:19, 20.] e ele pode ser batizado na solidão, onde não existe igreja particular. O eunuco, em At 8, não foi batizado em igreja particular alguma.

(3) O batismo apenas nos faz cristãos, mas o homem pode ser cristão sem ser membro de igreja particular nenhuma.

(4) Do contrário, o batismo nos obrigaria necessariamente a um homem, consistindo em uma aliança entre o batizado, o pastor e a igreja em que ele é batizado; mas ele constitui apenas a nossa aliança com Cristo.

(5) Podemos frequentemente alterar a nossa relação com a igreja particular sem sermos batizados novamente. No entanto, nunca alteramos a nossa relação com a igreja em que fomos batizados, a menos que por apostasia.

1. Contudo, a mesma pessoa, ao mesmo tempo em que é batizada, pode ser introduzida na igreja universal e em uma particular; e ordinariamente deve ser assim onde for possível.

2. E a aliança que fazemos no batismo com Cristo nos obriga a obedecer-lhe e, consequentemente, a usar os seus meios instituídos, ouvindo os seus ministros e mantendo a devida comunhão com as suas igrejas.

3. Mas isto não nos introduz mais em uma igreja particular do que em uma família particular. Pois nós

nos obrigamos a obedecer-lhe tanto em relações familiares quanto em relações eclesiásticas.

4. Quando o batizado, portanto, é ao mesmo tempo introduzido na igreja universal e na particular, isso se realiza por meio de um duplo consentimento para a dupla relação. Pelo batismo, ele professa o seu consentimento para ser membro de Cristo e de sua igreja universal; e, adicionalmente, consente em ser guiado por aquele pastor particular naquela igreja particular, o que constitui outra aliança ou consentimento.

Questão 33. Se as crianças devem ser batizadas, respondi há muito tempo em um tratado sobre esse assunto. Também quais crianças devem ser batizadas? E quem possui direito aos sacramentos? E se os hipócritas são cristãos e membros da igreja de forma unívoca ou equívoca? Resolvi em meu *Disputations of Right to Sacraments* [Disputas sobre o Direito aos Sacramentos].

Questão 34. Se uma pessoa não batizada que, contudo, faz profissão pública de cristianismo é membro da igreja visível? E assim quanto aos filhos de crentes não batizados.

Resposta 1. Tais pessoas possuem um certo tipo imperfeito e irregular de profissão e, consequentemente, de membresia; a sua visibilidade ou cristianismo visível não é como o que Cristo designou. Como os que estão

casados, mas não por celebração legal, e como os que em casos de necessidade são ministros sem ordenação; assim eram cristãos como Constantino e muitos antigamente sem o batismo.

1. Tais pessoas ordinariamente não devem ser admitidas aos direitos e à comunhão da igreja visível, porque devemos conhecer as ovelhas de Cristo por sua própria marca; mas, contudo, elas são até certo ponto cristãos visíveis, de modo que podemos estar convencidos de sua salvação. Quanto à comunhão visível, elas possuem apenas um remoto e incompleto *jus ad rem* [direito à coisa], e nenhum *jus in re* [direito na coisa], ou investidura e posse legais.

2. O mesmo ocorre no caso de filhos não batizados de crentes, porque eles não pertencem à igreja meramente por serem a sua descendência natural; mas sim porque se supõe que uma pessoa dedicada a Deus também dedica os seus filhos a Deus. Portanto, não a natureza apenas, mas esta suposição decorrente da verdadeira natureza de sua própria dedicação a Deus constitui a razão pela qual os filhos dos crentes possuem o seu direito ao batismo; por isso, até que ele os tenha realmente dedicado a Deus no batismo, eles não são legalmente membros da igreja visível, mas apenas *in fieri* [em processo de formação] e imperfeitamente, como mencionado. Sobre o que falaremos logo adiante.

Questão 35. É certo pela palavra de Deus que todas as crianças batizadas, e que morrem antes

de cometer pecado real, são indubitavelmente salvas; ou de quais crianças podemos afirmar isso?

Resposta. I. Devemos distinguir entre certeza objetiva e subjetiva; ou, de modo mais claro, a realidade ou verdade da coisa, e a apreensão certa dela.

1. E esta certeza de apreensão, às vezes, significa apenas a verdade dessa apreensão, quando o homem de fato não se engana, ou, mais usualmente, aquela clareza de apreensão unida à verdade, a qual aquieta plenamente a mente e exclui a dúvida.

2. Devemos distinguir as crianças como batizadas legitimamente por justo título, ou ilegitimamente sem título.

3. E também o título diante de Deus, o qual constitui uma reivindicação e recepção legítimas em seu tribunal; e o título diante da igreja, o qual torna apenas a administração legítima diante de Deus, e a recepção legítima apenas no foro da igreja, ou externo.

4. A palavra batismo significa ou a parte externa apenas, que consiste nas palavras e na ação exterior, ou também a aliança interna do coração.

5. E essa aliança interna ou é sincera, a qual dá direito aos benefícios da aliança de Deus, ou é apenas parcial, reservada e falsa, tal como é comum aos hipócritas.

Conclusão 1. Aprouve a Deus falar tão pouco na Escritura sobre o caso das crianças que os homens modestos usarão as palavras "certamente" e "indubitavelmente", a respeito

de seu caso, com muitíssima cautela. E muitos teólogos importantes sustentaram que o próprio batismo delas não pode ser certamente e indubitavelmente provado pela palavra de Deus, mas apenas pela tradição; embora eu tenha me esforçado por provar o contrário em um tratado específico sobre esse ponto.

1. Ninguém pode dizer o que é objetivamente certo ou revelado na palavra de Deus se não possui certeza subjetiva ou conhecimento disso.

2. A apreensão de um homem pode ser verdadeira quando ela não passa de uma opinião vacilante com a maior hesitação. Portanto, costumamos entender por apreensão certa não apenas uma apreensão verdadeira, mas sim uma apreensão clara e que aquieta a mente.

3. É possível batizar crianças de modo ilegítimo, ou sem direito algum, de maneira que a sua recepção e batismo constituam um grande pecado, do mesmo modo que ocorre com a má aplicação de outras ordenanças. Por exemplo: alguém na América, onde não existe igreja para recebê-las, nem pais cristãos, nem padrinhos, pode tomar as crianças dos índios e batizá-las contra a vontade dos pais; ou, se os pais consentirem em ter os seus filhos exteriormente batizados, mas não a si mesmos (por não saberem o que significa o batismo), ou se o desejarem apenas por vantagens externas para os seus filhos; ou se os oferecerem para serem batizados apenas em aberto deboche e escárnio de Cristo; tais crianças não possuem direito de ser recebidas. E muitos outros exemplos mais próximos podem ser apresentados.

4. É possível que a pessoa não possua autoridade alguma da parte de Cristo para batizá-las. E a parte de Cristo na recepção da pessoa, bem como na concessão e investidura em seus benefícios, deve ser realizada por sua comissão; do contrário, como podemos dizer que Cristo o faz? Mas infiéis declarados, mulheres, crianças, loucos e escarnecedores podem realizá-lo, embora não possuam comissão alguma da parte dele.

5. Que todas as crianças batizadas sem título ou direito por má aplicação, e que assim morrem, não são indubitavelmente salvas, e que palavra de Deus nenhuma o afirma certamente, temos razões para crer com base nos seguintes fundamentos:

6. Porque não conseguimos encontrar texto algum desse tipo, nem pudemos convencer aqueles que assim afirmam a nos mostrarem tal palavra de Deus que dê essa certeza.

7. Porque, do contrário, o pecado grave seria certamente o caminho para a salvação. Pois tal má aplicação do batismo, ao menos por parte dos solicitantes, constituiria certamente um pecado grave, tanto quanto a má aplicação da ceia do Senhor.

8. Porque contraria abertamente o teor da nova aliança, a qual promete a salvação a ninguém mais senão aos crentes penitentes e à sua descendência. Com o que Deus possa fazer por outros de modo desconhecido para nós, nada temos que ver; mas a sua aliança não fez outra promessa que eu possa encontrar; e não temos certeza da salvação de homem algum pelo batismo a quem Deus nunca tenha feito uma

promessa dela. Se por filhos dos fiéis se entende não apenas a sua descendência natural, mas também os adotados ou comprados, dos quais são verdadeiros proprietários, isso nada tem que ver com todos os outros.

9. Acrescentar às palavras de Deus, especialmente à sua própria promessa ou aliança, constitui uma presunção tão terrível que não ousamos ser culpados dela.

10. Porque isto vincula a graça ou a salvação de tal modo à lavagem exterior do corpo, ou *opus operatum* [obra realizada], que contraria a natureza das ordenanças de Deus, o teor da Escritura e o julgamento dos teólogos protestantes.

11. Porque isto geraria uma disparidade estranha entre os dois sacramentos da mesma aliança da graça: quando um homem recebe a ceia do Senhor indignamente (com escárnio, em embriaguez ou impenitência), muito mais sem direito algum (como os infiéis), ele come e bebe condenação ou juízo para si mesmo, aumentando o seu pecado; portanto, aquele que consegue batizar uma criança de forma indigna e sem direito não assegura, por isso, infalivelmente a salvação dela.

12. Porque o apóstolo diz, 1 Co 7:14: "Doutro modo os vossos filhos seriam imundos; mas agora são santos"; e a Escritura concede este privilégio aos filhos dos fiéis acima dos outros; ao passo que a opinião contrária os iguala à descendência de infiéis e pagãos, como se estes tivessem direito à salvação pelo mero batismo, tanto quanto os outros.

13. Porque, do contrário, constituiria o maior ato de caridade do mundo enviar soldados para capturar todas as crianças de pagãos e infiéis e batizá-las; o que cristão algum jamais considerou como seu dever. Sim, representaria uma tentação excessivamente forte para eles matá-las depois de o fazerem, a fim de que fossem todas indubitavelmente salvas.

Objeção. Mas isso seria fazer o mal para que venha o bem.

Resposta. Mas Deus não deve ser desonrado a ponto de se supor que crie tais leis que proíbam os homens de realizar o maior bem do mundo, e depois os tente pela grandeza do benefício a considerar que isso não constitui mal algum. Como se dissesse: "Se os soldados fossem tomar um milhão de crianças de pagãos e batizá-las, isso as colocaria em um estado indubitável de salvação; mas eu os proíbo de fazê-lo. E se elas forem mortas imediatamente para que não pequem depois, serão indubitavelmente salvas; mas eu os proíbo de fazê-lo". Não necessito agravar esta tentação para aqueles que conhecem a força da lei da natureza, que é a lei do amor e das boas obras, e como Deus, que é sumamente bom, se agrada em que façamos o bem. Embora ele tenha provado a obediência de Abraão uma vez, como se ele devesse matar o seu filho, contudo o deteve antes da execução. E costuma ele exercitar a obediência dos homens proibindo-os de salvar as almas de outros quando isso está facilmente ao alcance de seu poder? Especialmente quando com os adultos o maior trabalho e a pregação mais poderosa são frequentemente tão infrutíferos que nem um entre muitos é convertido por eles?

Porque, do contrário, Deus trataria com disparidade inexplicável as crianças e os adultos na mesma ordenança do batismo. É certo que todas as pessoas adultas batizadas, se morressem imediatamente, não seriam salvas; a saber, nenhuma que não tivesse direito à aliança e ao batismo; tais como infiéis, pagãos, pessoas impenitentes e hipócritas que não possuem verdadeiro arrependimento e fé. E por que haveria o batismo de salvar uma criança sem título, mais do que o adulto sem título? Continuo a supor que algumas crianças não possuem título, e que agora falo apenas delas.

Objeção. Mas a igreja confere-lhes a todas o direito ao recebê-las.

Resposta. Isto deve ser mais detalhadamente examinado logo adiante. Se você se refere a uma igreja particular, talvez elas não tenham sido batizadas em igreja nenhuma desse tipo. O batismo como tal constitui uma recepção apenas na igreja universal, como transparece no caso do eunuco, em At 8. Se você se refere à igreja universal, pode tratar-se de um único homem ignorante em um país infiel que as batiza, e ele não constitui a igreja universal! Sim, talvez nem seja um ministro legalmente chamado daquela igreja! De qualquer forma, isto equivale apenas a dizer que o batismo confere direito ao batismo; pois esta recepção nada mais é do que o batizar. Mas deve haver um direito para esta recepção se o batismo constitui uma ordenança de distinção, e nem todo o mundo possui direito a ele. Cristo diz, Mt 28:19: "Fazei discípulos de todas as nações, batizando-os...". Eles devem ser inicialmente feitos discípulos primeiro, por

consentimento, e depois investidos no estado visível de cristianismo pelo batismo.

1. Se os filhos dos pagãos possuem direito ao batismo e à salvação por meio dele, dá-se: 1. Por serem seres humanos, e todos possuem direito; ou, 2. Porque os pais lhes conferem o direito; 3. Ou porque ancestrais remotos lhes conferem o direito; 4. Ou porque a igreja universal lhes confere o direito; 5. Ou porque uma igreja particular lhes confere o direito; 6. Ou porque os padrinhos lhes conferem o direito; 7. Ou o magistrado; 8. Ou quem batiza. Mas não se dá por nenhum destes motivos, conforme será provado logo adiante.

2. Mas, quanto à segunda questão, respondo: 1. Ajudar-nos-á a compreender melhor o caso se prepararmos o caminho expondo o caso dos adultos, porque nos tempos das Escrituras eles eram os destinatários mais célebres do batismo. E é certo quanto a tais pessoas: 1. Que nem todo aquele que é exteriormente batizado se encontra em estado de salvação. Que nenhum hipócrita que não seja um verdadeiro crente penitente se encontra em tal estado. 2. Que todo verdadeiro crente penitente se encontra diante de Deus em estado de salvação tão logo o seja; e diante da igreja tão logo seja batizado. 3. Que não devemos utilizar a palavra batismo como um termo apenas físico, mas sim como um termo moral, teológico. Porque as palavras (como no direito, na medicina, etc.) devem ser compreendidas de acordo com a arte ou ciência em que são tratadas. E o batismo, tomado teologicamente, inclui essencialmente o

consentimento da vontade ou o pactuar de coração com Deus, tanto quanto o matrimônio inclui o consentimento matrimonial, e o homem contém a alma tanto quanto o corpo. E assim é certo que todas as pessoas verdadeiramente batizadas se encontram em estado de salvação; isto é, todas as que sinceramente consentem com a aliança batismal quando professam consentimento pelo batismo (mas não os hipócritas). 4. E neste sentido todos os pastores antigos das igrejas concordavam que o batismo lavava todo o pecado, e colocava o batizado em um direito presente à vida eterna; como perceberá quem examinar os escritos deles: não a lavagem exterior e as palavras apenas, mas sim quando as partes interna e externa concorrem, ou quando por verdadeira fé e arrependimento o destinatário possui direito à aliança de Deus. 5. Neste sentido, não constitui linguagem inadequada imitar os pais da igreja e dizer que os verdadeiramente batizados se encontram em estado de justificação, adoção e salvação, exceto quando o mal-entendido das pessoas o torna inseguro. 6. Os próprios papistas sóbrios afirmam o mesmo; e, quando dizem que mesmo *ex opere operato* o batismo salva, acrescentam que isso se dá apenas em relação ao destinatário idôneo; isto é, o crente penitente, e nenhum outro dentre os adultos. De modo que, até aqui, não há diferença.

3. Agora, experimentemos por este meio o caso das crianças; a respeito do qual existem todas estas diferentes opiniões entre os teólogos:

(1) Alguns pensam que todas as crianças (batizadas ou não) são salvas do inferno e de punição positiva, mas não são conduzidas ao céu, por não serem capazes de tais alegrias.

(2) Alguns pensam que todas as crianças (morrendo como tais) são salvas como as outras o são, por felicidade real no céu, embora em grau inferior. Ambos os grupos supõem que a morte de Cristo salva todos os que não a rejeitam, e as crianças não a rejeitam.

(3) Alguns pensam que todas as crianças não batizadas sofrem a *pœna damni* [pena de dano], sendo excluídas do céu e da felicidade, mas sem serem punidas de forma sensível ou lançadas no inferno. Sobre isto, Jansenius escreveu um tratado; e muitos outros papistas pensam assim.

(4) Alguns pensam que todos os filhos de crentes sinceros que morrem na infância são salvos (isto é, glorificados), quer sejam batizados ou não; e nenhum outro.

(5) Alguns pensam que Deus não revelou de modo algum o que fará com as crianças de qualquer tipo.

(6) Alguns pensam que ele prometeu a salvação, como mencionado, aos crentes e à sua descendência, mas não revelou de modo algum o que fará com todas as demais.

(7) Alguns pensam que apenas os filhos batizados de verdadeiros crentes são certamente (por promessa) salvos.

(8) Alguns pensam que todos os filhos adotados e comprados de verdadeiros cristãos, bem como os

naturais, são salvos (se batizados, dizem alguns; ou se não, dizem outros).

(9) Alguns pensam que as crianças eleitas são salvas, e nenhumas outras, mas ninguém pode saber quem são essas. E, dentre estes: 1. Alguns negam o batismo infantil. 2. A maioria diz que elas devem ser batizadas, e que por esse meio as não eleitas são apenas recebidas na igreja visível e em seus privilégios, mas não em qualquer promessa ou certeza de justificação ou estado de salvação.

(10) Alguns pensam que todos os que são batizados pela dedicação de padrinhos cristãos são salvos.

(11) Alguns pensam que todos os que o pastor dedica a Deus são salvos (por serem assim dedicados por ele, dizem alguns; ou porque são batizados *ex opere operato*, dizem outros). E assim todas as crianças batizadas se encontram em estado de salvação.

(12) Alguns pensam que isto deve ser limitado a todas as que possuem direito ao batismo *coram Deo* [diante de Deus]; o que alguns pensam que a recepção da igreja lhes confere, sobre o que falaremos logo adiante.

(13) E alguns pensam que deve ser limitado àquelas que possuem direito *coram ecclesia* [diante da igreja], ou que são legitimamente batizadas *ex parte ministrantis* [por parte de quem ministra]; onde alguns consideram o mandamento do magistrado suficiente, outros o do bispo, e alguns a vontade de quem batiza.

Sobre o título para o batismo falarei logo adiante. Sobre a salvação das crianças, é excessivamente tedioso confutar

tudo aquilo de que discordo; não presumindo ser peremptório em meio a tanta treva e diversidade de opiniões, tampouco afirmar que estou certo pela palavra de Deus sobre quem é indubitavelmente salvo; nem, contudo, negar a certeza indubitável de homens mais sábios que possam saber aquilo de que pessoas como eu duvidam. Mas, submetendo o que digo ao julgamento da igreja de Deus e de meus superiores, deponho humildemente os meus próprios pensamentos como se segue:

1. Penso que não se pode apresentar promessa ou prova alguma de que todas as crianças não batizadas sejam salvas, seja da *pœna damni* ou de *sensus* [sensação], ou de ambas.

2. Penso que ninguém pode provar que todas as crianças não batizadas sejam condenadas ou privadas do céu. Ao contrário, penso que posso provar uma promessa em sentido oposto.

3. Todas as que são legitimamente batizadas no foro externo são membros visíveis da igreja e possuem direito eclesiástico aos privilégios da igreja visível.

4. Penso que Cristo nunca instituiu o batismo para a concessão desses privilégios externos isolados, a menos que sob a suposição de que as pessoas falhem culpavelmente nos fins melhores.

5. Penso que o batismo constitui um contrato ou aliança mútua e solene entre Cristo e o batizado. E que se trata de uma única aliança, a própria aliança da graça, que constitui a suma do evangelho, a qual é selada e recebida no batismo; e que esta aliança contém

essencialmente a nossa relação salvadora com Deus Pai, Filho e Espírito Santo, bem como o nosso perdão, justificação e adoção ou direito à vida eterna; e que Deus nunca fez qualquer aliança distinta de privilégios externos isolados para ser selada pelo batismo. Mas que as misericórdias externas constituem a dádiva secundária e menor da mesma aliança que concede em primeiro lugar as grandes e salvadoras bênçãos.

6. E, portanto, que todo aquele que possui direito diante de Deus para reivindicar e receber o batismo possui direito também aos benefícios da aliança de Deus, e isso significa a salvação; embora eu não afirme o mesmo de cada um que possui tal direito diante da igreja, de modo que Deus exija do ministro que o batize. Pois por direito diante de Deus, ou *in foro cœli* [no tribunal do céu], refiro-me a tal direito que justificará a reivindicação diante de Deus imediatamente, sendo a pessoa uma a quem ele ordena naquele estado presente reivindicar e receber o batismo. Pois muitos não possuem direito diante de Deus para reivindicá-lo ou recebê-lo, quando no entanto o ministro possui o direito de conceder-lho se o reivindicarem.

O caso apresenta-se da seguinte forma: Deus diz em sua aliança: "Aquele que crer será salvo e deve ser batizado para professar essa crença e ser investido nos benefícios da aliança"; e aquele que professa crer (quer o faça ou não) deve pela igreja ser tomado por crente visível, devendo pelo batismo ser recebido na igreja visível. Aqui, Deus chama ninguém mais senão os crentes verdadeiros

(e a sua descendência) para serem batizados, tampouco faz uma aliança ou promessa real com qualquer outro; e por isso digo que ninguém mais possui direito *in foro cœli*. Mas, contudo, a igreja não conhece os corações dos homens e deve tomar uma profissão séria como sinal credível da fé professada, e por aquele título externo sob o qual constitui dever do pastor batizar quem o reivindica. [Nota: At 8:13, 37.] De modo que o hipócrita mais hostil e escarnecedor que faz uma profissão aparentemente séria possui direito *coram ecclesia*, mas não *coram Deo*, exceto neste sentido: que Deus quer que o ministro o batize. Mas isto eu expus mais detalhadamente em minhas *Disputations of Right to Sacraments*.

Penso, portanto, que todos os filhos de verdadeiros cristãos recebem pelo batismo uma investidura pública, por designação de Deus, em um estado de remissão, adoção e direito à salvação no presente; embora eu não ouse dizer que estou indubitavelmente certo disso, sabendo o quanto se afirma em sentido contrário. Mas digo, assim como o sínodo de Dort, artigo 1, que os pais crentes não têm motivos para duvidar da salvação de seus filhos que morrem na infância antes de cometer pecado real; isto é, não devem perturbar-se com temores a esse respeito.

As razões que me movem a este julgamento (embora não sem hesitação e dúvida) são estas: 1. Porque todo aquele que possui direito à investidura, entrega e posse presentes dos primeiros e grandes benefícios da aliança de Deus feita com o homem no batismo possui direito ao perdão, à adoção e à vida eterna. Mas os filhos dos

verdadeiros cristãos possuem direito à investidura, entrega e posse presentes dos primeiros e grandes benefícios da aliança de Deus feita com o homem no batismo; portanto, possuem direito ao perdão e à vida eterna.

Ou as crianças encontram-se na mesma aliança (isto é, são sujeitos da mesma promessa de Deus) com os seus pais crentes, ou em alguma outra aliança, ou em aliança nenhuma. Se não se encontram sob aliança nenhuma (ou promessa), ou se encontram sob alguma outra promessa ou aliança apenas, e não na mesma, elas não devem ser batizadas. Pois o batismo constitui um pactuar mútuo, onde o ministro, pela comissão de Cristo, em seu nome atua a sua parte, e o crente atua a sua própria parte e a de sua criança. E Deus possui apenas uma aliança, a qual deve ser feita, selada e entregue no batismo. Batismo não é termo equívoco, como se significasse diversas alianças de Deus.

Objeção. Mas a mesma aliança de Deus possui diversas classes de benefícios: os especiais Deus confere aos sinceros, e os comuns ao destinatário comum e hipócrita.

Resposta 1. Deus, de fato, exige do ministro que tome a profissão como título para a igreja visível; e assim, sendo dever do ministro até certo ponto acreditar em um mentiroso e receber fingidores que não tinham direito de apresentar tal reivindicação, pode-se dizer que Deus indireta e impropriamente lhes concede privilégios eclesiásticos. Mas propriamente — isto é, por sua promessa, ato ou dádiva de aliança — ele não lhes concede absolutamente nada; pois a sua aliança é única e indivisível em sua ação, embora conceda diversos

benefícios, e embora a providência possa conceder um e não outro, contudo a aliança concede tudo ou nada. Deus diz que a piedade possui a promessa desta vida e da que há de vir; mas ele nunca disse (que eu saiba) ao hipócrita ou crente falso: "Eu prometo ou concedo direito a misericórdias comuns". [Nota: Pv 1:29; Sl 50:16; Is 1:15.]

1. Mas suponha que fosse de outro modo; contudo, ou os filhos dos verdadeiros crentes possuem a verdadeira condição de direito aos benefícios especiais da aliança, ou não possuem a condição de nenhum deles. Pois não se pode exigir mais de uma criança, quanto a quaisquer benefícios especiais da aliança, do que ser filha de pais crentes e por eles sinceramente dedicada a Deus. Ou esta condição lhes confere direito a todas as promessas da aliança a que o crente adulto tem direito (tanto quanto as suas naturezas sejam capazes), ou não lhes confere direito a nenhuma; tampouco devem ser batizadas; pois Deus instituiu nas Escrituras apenas um batismo (para professar uma única fé), e esse único é sempre para a remissão de pecados: [Nota: Mc 1:4; Ef 4:5.] "Quem crer e for batizado será salvo", Mc 16:16.

2. Ou se todo o restante lhe fosse concedido, contudo seguir-se-ia que todas as crianças do mundo, inclusive as dos verdadeiros crentes, seriam excluídas da aliança da graça de Deus, isto é, da promessa de perdão e vida, sendo apenas incluídas na aliança de privilégios eclesiásticos. E assim: 1. Você criará duas alianças (o que você negava), e não apenas duas classes de benefícios de uma única aliança. 2. E duas espécies de batismo, enquanto todas as crianças do

mundo se encontrarão apenas sob uma aliança de privilégios externos, possuindo apenas o batismo que constitui o selo dessa aliança, ao passo que os crentes possuem a aliança, a promessa e o selo de perdão e vida.

3. E esta constitui a minha segunda razão: porque então não temos promessa, nem certeza, nem fundamento de fé para o perdão e salvação de quaisquer crianças individuais no mundo. E assim os pais são deixados com pouco consolo para os seus filhos. E se não há promessa, não há fé nela, tampouco batismo para selá-la; e assim continuamos a tornar inevitável o antipedobatismo. Pois quem ousará colocar o selo de Deus sobre aqueles que não possuem promessa? Ou pretender investir alguém em uma relação íntima e salvadora com Deus Pai, Filho e Espírito Santo (o que constitui a própria natureza do batismo) quando Deus não conferiu tal comissão?

Objeção. Sim: o batismo e a aliança de promessas especiais destinam-se a todos os eleitos, embora não saibamos quem são.

Resposta 1. Não nego a eleição eterna e antecedente de Deus; mas nego que a Escritura mencione alguma vez que ele perdoe ou glorifique a alguém com base apenas na eleição, sem certas condições espirituais que possam ser apresentadas como a razão da diferença no julgamento. Deus pode livremente conceder o evangelho a quem ele quiser, e também a fé ou a primeira graça por meio do evangelho, sem qualquer condição prévia no homem, mas sim de acordo apenas com a sua livre eleição. No entanto, ele concede o perdão e o céu como reitor, por suas leis e

julgamento equitativos, e sempre apresenta uma razão da diferença a partir das qualificações do homem.

E se isto fosse como você diz, ainda assim destruiria o batismo infantil. Pois ou devemos batizar a todos indiferentemente, ou a ninguém, ou então saber como fazer a diferença. Todos não devem ser batizados indiferentemente; e a eleição é uma coisa secreta para nós, e por meio dela ministro nenhum no mundo pode dizer a quem batizar; portanto, ele não deve batizar a ninguém se não houver outra nota de distinção para identificá-los.

Objeção. Deus possui mais eleitos entre as crianças dos verdadeiros crentes do que entre outras; e portanto todas elas devem ser batizadas.

Resposta 1. Será difícil provar tanto (que ele possui mais) se não há promessa para todas elas como tais. 2. Se ele possui mais, contudo homem nenhum sabe quantos, e se os eleitos constituem um entre dez, vinte, quarenta ou cem em comparação com os não eleitos; pois a Escritura não o diz. De modo que ministro nenhum de uma igreja tem a certeza de que qualquer criança em particular que ele tenha batizado seja eleita. 3. E Deus não forneceu tal regra para selar e entregar a sua aliança com os benefícios a ponto de lançá-la de forma aleatória entre todos pelo fato de ser possível ou provável que pertença a alguns.

Objeção. Você não tem certeza de qual professor adulto é sincero, tampouco de a qual deles os benefícios especiais pertencem; não, de nenhum em uma igreja. E, no entanto, porque há uma probabilidade de que entre muitos existam alguns sinceros, você batiza a todos.

Tome então o privilégio de nascimento apenas como igual à profissão do adulto.

Resposta. Isto em parte me satisfez às vezes; mas não posso esquecer que uma profissão visível, falsa ou hipócrita não constitui a condição da própria aliança da graça de Deus, tampouco aquilo que ele exige em nós para nos tornar participantes dos benefícios de sua aliança; aliás, ele nunca o ordena, limitando-se a ordenar aquela profissão de consentimento que se segue ao consentimento real do coração. [Nota: Sl 51:6; Jo 1:47.] Aquele que condena a mentira não faz dela a condição de nossa membresia na igreja como sua dádiva por promessa, tampouco o nosso dever.

E observe bem que é um consentimento professado para toda a aliança que Deus exige como a condição de nosso verdadeiro direito a qualquer parte ou benefício dela. Aquele que apenas disser: "Consinto em ser um membro visível da igreja", não adquire por isso direito àquela membresia; não, nem mesmo *in foro ecclesiæ*, mas ele deve também professar que consente em ter Deus por seu Deus, e Cristo por seu Senhor e Salvador, e o Espírito Santo por seu Santificador. De modo que ele deve ser um mentiroso, ou um crente sadio, que faz esta profissão.

Mas para uma criança ser nascida de verdadeiros crentes, e ser sinceramente por eles dedicada em aliança a Deus, constitui tudo o que Deus exigiu para o título de uma criança; e não se trata do fracasso da verdadeira condição como o é uma profissão falsa.

De fato, se a proposição fosse formulada da seguinte maneira, ela seria verdadeira: assim como não sabemos

quem pactua sinceramente por si mesmo e, no entanto, devemos batizar a todos os que sobriamente o professam; o mesmo ocorre quanto a não sabermos quem pactua sinceramente por sua criança e, no entanto, devemos batizar a todos os que os pais trazem com tal profissão, por si mesmos e por elas.

Mas se a dedicação sincera de um crente sadio for considerada igual apenas à profissão mentirosa do adulto — a qual não é ordenada, tampouco possui promessa —, então as crianças não se encontram na aliança da graça, tampouco a dedicação mais sincera a Deus é ordenada ou possui promessa.

Se eu estivesse certo apenas de que a profissão do adulto por si mesmo fosse sincera, eu estaria certo de que ele se encontra em estado de graça. E se não tenho a mesma certeza quanto à dedicação do pai por sua criança, devo concluir que esta não constitui uma condição da mesma aliança e, portanto, que ela não se encontra na mesma aliança (ou promessa condicional de Deus), a menos que haja alguma outra condição exigida nela ou por ela; mas não há outra que se possa conceber.

Objeção. A eleição é a condição.

Resposta. A eleição constitui o ato de Deus e não o do homem; e portanto pode ser um antecedente, mas não uma condição exigida de nós. E o homem não é chamado a fazer profissão de que é eleito, do mesmo modo que o é para fazer profissão de sua fé e consentimento à aliança. E Deus unicamente conhece quem são os seus por eleição, e portanto Deus unicamente pode batizar sob esta consideração.

E qual é a probabilidade que os objetores querem dizer, de que muitas das crianças dos fiéis são eleitas? Ou se trata de uma promessa, ou apenas de uma previsão; se não há promessa, não deve ser selada pelo batismo; se for uma promessa, ela é absoluta ou condicional. Se for alguma promessa absoluta — como: "Salvarei muitas crianças de crentes" —, 1. Isto não se limita a qualquer pessoa singular, como faz o batismo; e, 2. Não constitui a promessa absoluta que o batismo foi instituído por Cristo para selar. Isto é evidente em Mc 16:16 e no caso dos adultos. E não se trata de uma aliança selada para os adultos pelo batismo e outra para as crianças. Do contrário, o batismo também não seria o mesmo. Mas se for alguma aliança condicional, o que é ela e qual é a condição?

E o que é que o batismo confere à descendência dos crentes se não são justificadas por ele do pecado original? Você não dirá que ele transmite a graça santificadora inerente, nem mesmo a todos os próprios eleitos, muitos dos quais permanecem muitos anos depois sem ela. E você não pode dizer que ele sela para eles promessa alguma, sequer de privilégios eclesiásticos visíveis; pois Deus pode permitir que sejam imediatamente feitos janízaros, sendo violentamente arrebatados de seus pais e tornando-se estranhos e desdenhadores dos privilégios da igreja, como é comum com os filhos dos gregos entre os turcos. Ora, Deus prometeu tais privilégios eclesiásticos de forma absoluta, ou condicional, ou de forma nenhuma. Não de forma absoluta, pois então eles os possuiriam. Se de forma condicional, qual é a condição? Se de forma nenhuma, qual promessa então o batismo sela a tais pessoas e qual benefício assegura?

Deus não instituiu batismo algum que consista em mera entrega presente da posse de um estado de igreja, sem selar promessa alguma. O verdadeiro batismo primeiramente sela a promessa, e depois entrega a posse de alguns benefícios.

Sim, de fato os privilégios externos da igreja constituem bênçãos tão incertas da promessa que, por serem apenas secundários, são concedidos e selados de modo secundário, de maneira que homem algum deveria ser batizado se estes fossem todos os que estivessem na promessa. [Nota: Is 1:11, 12.] A pessoa mais santa pode ser lançada em um deserto e privada de toda a comunhão visível da igreja; e quebra Deus então a sua promessa com ela? Certamente não. São, portanto, as nossas relações salvadoras com Deus Pai, Filho e Espírito Santo que a promessa concede e o batismo sela; e outras coisas apenas de forma subordinada e incerta, conforme constituem meios para aquelas. Fica claro, então, que as crianças dos crentes possuem uma promessa de salvação, ou promessa nenhuma, a qual o batismo foi instituído para selar.

Escrevi muito mais sobre isto no Apêndice ao meu *Treatise of Infant Baptism* [Tratado do Batismo Infantil], endereçado ao Mr. Bedford, em defesa do julgamento do Dr. Davenant, pelo que devo remeter o leitor para lá.

1. Penso ser muito provável que esta promessa de certeza pertença não apenas à descendência natural dos crentes, mas a todos aqueles que eles possuem verdadeiro poder e direito de dedicar em aliança a Deus; o que parece incluir todos os que são

propriamente seus, quer adotados ou comprados; mas há mais obscuridade e dúvida sobre isto do que sobre o ponto anterior, porque a Escritura falou menos a esse respeito.

2. Não sou capaz de provar, tampouco vejo qualquer razão provável para isso, que outros que não os crentes sadios possuam tal promessa para os seus filhos, nem que qualquer hipócrita salvará certamente o seu filho se apenas o dedicar a Deus no batismo. Pois: 1. Não encontro promessa alguma nas Escrituras feita a tais pessoas. 2. Aquele que não crê sinceramente por si mesmo, nem consente com a aliança de Deus, não pode crer sinceramente por seu filho, nem consentir por ele. 3. E aquela fé que não salvará o proprietário, por não ser a condição da promessa, não pode salvar outrem. Muito mais poderia ser dito sobre isto. Confesso que a igreja deve receber os filhos dos hipócritas tanto quanto a eles próprios; e o batismo deles é válido *in foro externo ecclesiæ*, não devendo ser reiterado. Mas ele não vai mais longe por seu filho do que por si mesmo.

3. Portanto, penso que nem todos os que são legitimamente batizados pelo ministro — isto é, batizados de tal modo que o ato foi por ele bem realizado — são certamente salvos pelo batismo, a menos que sejam também legitimamente batizados no que concerne ao direito deles de reivindicá-lo e recebê-lo. Que aqueles que são capazes de provar mais o façam, pois eu não sou capaz.

4. Ao passo que alguns interpretam erroneamente as palavras da antiga rubrica de confirmação na liturgia

inglesa, como se ela falasse de todos os que são batizados, quer tivessem direito ou não, as próprias palavras podem servir para retificar esse equívoco: "E para que ninguém pense que qualquer prejuízo virá para as crianças pelo adiamento de sua confirmação, saberá de verdade que é certo pela palavra de Deus que as crianças sendo batizadas possuem todas as coisas necessárias para a sua salvação, e são indubitavelmente salvas". Onde fica evidente que eles querem dizer que possuem todas as coisas necessárias *ex parte ecclesiæ* [por parte da igreja], ou todas as ordenanças aplicadoras de Deus necessárias, ainda que venham a morrer sem confirmação, supondo que possuam todas as coisas necessárias para o justo batismo por sua própria parte. O que não passa do que os antigos costumavam dizer dos adultos batizados; mas eles nunca quiseram dizer que o infiel, o hipócrita e a pessoa impenitente se encontravam em estado de vida pelo fato de serem batizados; mas sim que todos os que verdadeiramente consentem com a aliança, e significam isto pelo ser batizados, são salvos. Assim a igreja da Inglaterra diz que não recebem prejuízo algum pelo adiamento da confirmação; mas ela nunca disse que não recebem prejuízo algum pela infidelidade e hipocrisia de seus pais ou padrinhos, ou por sua falta de verdadeiro direito *coram Deo* para serem batizados.

5. Mas, contudo, antes que estas questões (qualquer uma delas) sejam tomadas como resolvidas por mim, devo primeiramente considerar algumas outras questões que se encontram envolvidas na mesma causa; como:

Questão 36. O que se entende por esta declaração: que os crentes e a sua descendência estão na aliança de Deus; o que lhes dá direito ao batismo?

Resposta. Embora isto tenha sido exposto anteriormente de passagem, acrescento: 1. O significado não consiste em que eles se encontram naquela promessa absoluta da primeira graça e de todas as seguintes, a qual comumente se supõe ser feita aos eleitos (como tais desconhecidos), a saber: "Eu lhes darei fé, arrependimento, conversão, justificação e salvação, e todas as condições da promessa condicional, sem qualquer condição de sua parte"; o que muitos consideram ser o significado de: "Tirarei deles o coração de pedra", etc. Pois: 1. Esta promessa não deve agora ser primeiramente cumprida para com os adultos, os quais já se arrependem e creem; e nenhum outro deve ser batizado em idade adulta. Se essa promessa absoluta for selada pelo batismo, ou ela deve ser selada como uma promessa antes de ser cumprida, ou depois; se antes, ou a todos (porque alguns são eleitos), ou apenas a alguns que são eleitos. Não a todos, pois não é comum aos infiéis. Não a alguns como eleitos; pois: 1. Eles são desconhecidos. 2. Se fossem conhecidos, supõe-se que ainda sejam infiéis. Não após o cumprimento, pois então é tarde demais.

O significado não consiste apenas em que a aliança condicional da graça lhes é feita e oferecida; pois o mesmo se pode dizer dos pagãos e infiéis, e de todo o mundo que ouve o evangelho.

Mas: 1. A aliança em vista constitui, de fato, apenas esta aliança condicional, Mc 16:16: "Quem crer e for batizado será salvo".

1. Estar nesta aliança significa ser um crente que consente e que, portanto, possui por consentimento íntimo de coração as verdadeiras condições de direito aos benefícios da aliança, encontrando-se assim preparado solenemente pelo batismo para professar este consentimento e receber uma investidura e selo da parte de Deus, concedido por seu ministro em seu nome.

2. As crianças encontram-se assim em aliança com os seus pais porque, por presunção, as vontades de seus pais constituem as suas próprias para disporem delas para o seu bem. E, portanto, elas consentem por meio de seus pais, que consentem por elas.

Questão 37. Encontram-se os filhos dos crentes certamente em aliança antes de seu batismo e, com isso, em estado de salvação? Ou não antes de serem batizados?

Resposta. Distinga entre: 1. Pactuar de coração e pactuar de boca. 2. Estar em aliança diante de Deus e estar visivelmente diante da igreja.

1. Nenhuma pessoa deve ser batizada em idade adulta sem que o seu consentimento íntimo de coração, professado anteriormente, lhe dê direito ao batismo. Portanto, todos os adultos devem estar em aliança —

isto é, consentir de sua parte com a aliança — antes de serem batizados.

2. Portanto, o mesmo ocorre com a descendência dos fiéis, que deve consentir por meio de seus pais antes de possuir o direito; do contrário, todos teriam direito, e o batismo delas seria essencialmente outro batismo, como selando alguma outra aliança, ou nenhuma.

3. Se não há promessa feita à descendência dos fiéis mais do que a outros, elas não possuem mais direito do que outros ao batismo ou à salvação. Mas se há uma promessa feita a elas como descendência de crentes, então encontram-se como tais sob aquela promessa, isto é, cumpridoras de suas condições por meio de seus pais, e possuem direito ao benefício.

4. Se o consentimento de coração ou fé dos adultos os coloca em um estado de salvação antes de seu batismo, então o mesmo ocorre em relação aos seus filhos; mas, etc.

5. No entanto, este direito à salvação nos pais e filhos sob o consentimento de coração antes do batismo dá-se apenas diante de Deus. Pois a igreja não toma conhecimento das transações secretas do coração; mas o homem apenas consente, no julgamento da igreja, quando o professa abertamente e deseja significá-lo ao ser batizado.

6. E mesmo diante de Deus há uma *necessitas præcepti* [necessidade de preceito] que nos obriga ao batismo público após o consentimento de coração; e aquele que sinceramente consente não pode recusar o

caminho de Deus para proferi-lo, a menos que por ignorância não saiba ser este o seu dever (por si mesmo e por seu filho), ou por falta de capacidade ou oportunidade não possa obtê-lo. De modo que, enquanto o homem não for batizado, algo falta para a integridade de seu direito aos benefícios da aliança, a saber: a recepção da investidura e posse no caminho designado por Deus; embora não se trate de uma falta que impeça a salvação daqueles que de fato consentiram sinceramente em seu coração.

7. Considero, portanto, por certo que os filhos de verdadeiros crentes consentem com a aliança por meio de seus pais, e são tão certamente salvos se morrerem antes do batismo quanto depois; muito embora aqueles que desprezam o batismo, quando sabem constituir um dever, não possam ser considerados de fato crentes ou consentintes por seus filhos ou por si mesmos.

Questão 38. É o título das crianças ao batismo e aos benefícios da aliança concedido a elas por Deus em sua promessa sob alguma condição moral própria, ou apenas sob a condição de sua relação natural, a saber: que sejam a descendência dos fiéis?

Resposta. Aquilo que é chamado de mera condição natural constitui propriamente, no sentido jurídico, condição nenhuma; tampouco faz com que um contrato ou promessa seja considerado condicional no sentido moral. No entanto, são assuntos de moralidade, e não de

física apenas, que estamos tratando; e, portanto, devemos adotar os termos no sentido moral. Pois uma condição física ou é passada, ou presente, ou futura, ou não futura; se for passada ou presente, a proposição pode, de fato, ser hipotética, mas não constitui tal promessa condicional como a que estamos tratando. Por exemplo, se você disser: "Se você nasceu em tal cidade, ou se o seu nome é João, eu lhe darei tanto". Estas são as palavras de um promitente incerto; mas a promessa já é equivalente a uma dádiva absoluta, ou é nula. Assim, se a condição física for *de futuro*, por exemplo: "Se você estiver vivo amanhã, eu lhe darei isto ou aquilo", ou "se o sol brilhar amanhã", etc., isto, de fato, suspende a dádiva ou o evento; mas não sobre qualquer realidade moral que esteja no poder de quem recebe, mas sim sobre uma contingência ou incerteza natural. E Deus não possui tais alianças ou promessas condicionais para serem seladas pelo batismo. Ele não diz: "Se você for filho de tal ou tal homem, será salvo", apenas como a sua descendência natural. Se os papistas que nos acusam de sustentar que a mera progênie natural dos crentes é salva como tal compreendessem bem a nossa doutrina, perceberiam que nisto não diferimos da classe esclarecida entre eles ou, ao menos, que as suas acusações correm sob um equívoco.

Disse anteriormente que há três coisas distintamente a serem consideradas no título das crianças para o batismo e a salvação: 1. Por qual direito o pai pactua por seu filho. 2. Qual direito a criança possui para o batismo. 3. Qual direito ela possui para os benefícios da aliança selada e entregue no batismo.

Quanto ao primeiro aspecto, duas coisas concorrem para o título do pai para pactuar em nome de seu filho. Uma consiste em seu interesse natural nele; sendo a criança sua, encontra-se à sua disposição. A outra consiste na vontade graciosa e consentimento de Deus para que assim seja; para que a vontade do pai funcione como a da criança para o seu bem, até que esta chegue à idade de possuir uma vontade própria.

Quanto ao segundo aspecto, o direito da criança ao batismo não reside meramente em sua relação natural ou de nascimento com tais pais, mas dá-se em dois graus, como se segue: 1. Ela possui um direito virtual, sob a condição da fé de seu pai; a razão é que o consentimento e a autodedicação de um crente a Deus contêm virtualmente em si a dedicação de tudo o que lhe pertence juntamente consigo mesmo. E constitui uma contradição dizer que um homem verdadeiramente se dedica a Deus e não a tudo o que possui, e que verdadeiramente consente com a aliança por si mesmo e não por seu filho, se compreende que Deus o aceitará. 2. O seu direito real de condição constitui o consentimento real de seu pai (ou proprietário) para introduzi-lo na aliança de Deus, e a sua real dedicação mental de seu filho a Deus, o que constitui o seu título diante de Deus, e a profissão disso representa o seu título diante da igreja. De modo que se trata de uma condição de título não meramente física, mas sim moral, que a criança possui para o batismo, a saber: o consentimento de seu pai para dedicá-la a Deus.

E quanto ao terceiro aspecto, a sua condição de título para os benefícios do batismo possui dois graus: 1. Que ela seja realmente dedicada a Deus pelo consentimento

de coração de seu pai, como mencionado anteriormente. E, 2. Que o seu pai expresse isto ao vinculá-la solenemente a Deus no batismo; sendo o primeiro aspecto necessário como um meio *sine qua non*, e o segundo necessário como um dever sem o qual ele peca (quando for possível) e como um meio *coram ecclesia* para os privilégios da igreja visível.

A suma de tudo consiste em que o nosso mero interesse natural em nossos filhos não constitui a sua condição de título para o batismo ou para a salvação, mas apenas aquele estado pressuposto que nos habilita, pelo consentimento de Deus, a pactuar por eles; mas a condição de título deles para o batismo e a salvação constitui o nosso pactuar por eles, ou voluntária dedicação deles a Deus; o que realizamos: 1. Virtualmente, quando nos dedicamos e a tudo o que temos ou viremos a ter. 2. Realmente, quando os nossos corações consentem particularmente por eles e realmente os consagramos a Deus antes do batismo. 3. Sacramentalmente, quando expressamos isto em nosso pactuar e dedicação batismais solenes.

Considere exatamente tudo isso novamente; e, se você detesta distinções, confesse ingenuamente que detesta a verdade, ou os meios necessários para conhecê-la.

Questão 39. Qual é o verdadeiro significado dos padrinhos (*patrimi*), como os chamamos? E é lícito fazer uso deles?

Resposta. I. Quanto à primeira questão, nem todos possuem os mesmos pensamentos, quer sobre a sua origem ou sobre o seu uso presente.

1. Alguns pensam que eles funcionavam como fiadores ou garantidores para os pais, de preferência a sê-lo para a criança no princípio; e que, quando muitos em tempos de perseguição, heresia e apostasia batizavam os seus filhos em um mês ou ano, e no mês ou ano seguinte apostatavam e negavam o próprio Cristo, os padrinhos funcionavam apenas como cristãos credíveis que testemunhavam crer que os pais eram crentes credíveis e firmes, e não propensos a apostatar. 2. Outros pensam que eles funcionavam como pessoas que se comprometiam a que, se os pais apostatassem ou morressem, eles próprios cuidariam da educação cristã da criança. 3. Outros pensam que realizavam ambas as coisas conjuntamente (o que constitui a minha opinião), a saber: que atestavam a probabilidade da fidelidade dos pais, mas prometiam que, se estes apostatassem ou morressem, eles cuidariam para que as crianças fossem educadas de forma piedosa. 4. Outros pensam que funcionavam como assumidores absolutos de que as crianças seriam educadas de forma piedosa, quer os pais morressem ou apostatassem ou não; de modo que atuavam como assumidores conjuntos com os pais durante a vida destes. 5. E recentemente me deparei com alguns que defendem que os padrinhos e madrinhas se tornam proprietários e adotam a criança, tomando-a para si como sua, e que este constitui o sentido da igreja da Inglaterra. Mas não creio neles pelas seguintes razões:

2. Não existe tal declaração na liturgia, doutrina ou cânones da igreja da Inglaterra; e não se deve forjar e atribuir a eles aquilo que nunca disseram.

3. Contrariaria a lei da natureza forçar todos os pais a cederem a propriedade exclusiva, ou propriedade conjunta, de seus filhos a outrem. A natureza concedeu a propriedade a eles próprios, e não podemos roubá-los dela.

4. Seria gravemente prejudicial para os filhos de pessoas nobres e instruídas se fossem forçados a entregá-los à propriedade e educação de outros, inclusive daqueles que talvez se encontrem em nível inferior e sejam mais inaptos para isso do que eles próprios.

5. Seria ainda mais gravemente prejudicial para todos os padrinhos e madrinhas, os quais seriam obrigados a tomar os filhos de outros homens como seus, e por isso deveriam usá-los como seus.

6. Manteria a maioria das crianças sem batismo; porque, se uma vez se compreendesse que devem tomá-los como seus, poucos aceitariam ser padrinhos dos filhos dos pobres por medo de terem de mantê-los; e poucos, exceto os ignorantes que não sabem o que fazem, aceitariam ser padrinhos de quem quer que fosse, pela grandeza do encargo e por sua aversão a adotar os filhos de outros.

7. Criaria grande confusão no Estado, enquanto todos estariam obrigados a trocar de filhos uns com os outros.

8. Nunca conheci homem ou mulher alguma que aceitasse ser padrinho ou madrinha sob tais termos, ou que tomasse a criança como sua; e se alguém assim fosse encontrado entre dez mil, isso não constitui regra para discernir o julgamento da igreja.

9. E na confirmação diz-se expressamente que o padrinho e a madrinha servem para este uso: funcionar como testemunhas de que a pessoa foi confirmada.

10. E no discurso do sacerdote aos adultos que vêm para o batismo, no ofício do batismo para os de idade madura, são as próprias pessoas que devem prometer e pactuar por si mesmas, e os padrinhos e madrinhas são apenas chamados de "estas vossas testemunhas". E se não passam de testemunhas para os adultos, é provável que não sejam adotantes das crianças.

II. Aqueles que duvidam da liceidade de usar padrinhos para os seus filhos o fazem sob estas duas considerações: 1. Por suporem ser ilícito fazer uma adoção tão promíscua de crianças, ou escolher outrem para ser um pactuante pela criança em lugar do pai, a quem isso pertence; ou confiar os seus filhos à propriedade, educação ou promessa formal de outrem sobre aquilo que pertence à educação, quando nunca pretendem cumpri-lo, nem o podem fazer. 2. Porque consideram isso como um acréscimo à ordenança de Deus, uma coisa que a Escritura nunca menciona. Ao que respondo:

Concedo ser ilícito supor que outrem seja o pai ou proprietário sem o ser; ou supor que possua aquele poder e interesse em seu filho que de fato não possui; ou pedir-

lhe que assuma o que não pode cumprir, e que nem ele nem você pretendem que cumpra. Concedo que você não está obrigado a alienar a propriedade de seus filhos, tampouco a admitir outrem como proprietário conjunto; nem a entregar os seus filhos à educação do padrinho. De modo que, se você compreender mal o uso dos padrinhos, de fato os tornará ilícitos para serem usados dessa forma.

Mas se você os tomar apenas como as igrejas antigas o faziam, a saber: como pessoas que atestam a fidelidade dos pais (na persuasão deles) e que prometem primeiramente lembrá-lo de seu dever e, em seguida, cuidar da educação piedosa das crianças caso você venha a falecer, não vejo razão para escrupulizar tanto isto.

Sim, mais ainda: reside em seu próprio poder acordar com os padrinhos para que representem as suas próprias pessoas, e falem e prometam o que fazem apenas como seus mandatários, em seus nomes. E o que você tem contra isso? Suponha que você estivesse doente, aleijado, aprisionado ou banido, não gostaria de ver o seu filho batizado? E como deveria isso ser feito senão por você delegar a outrem que o represente ao inseri-lo em aliança com Deus?

Objeção. Mas quando os clérigos entendem outra coisa, isto não passa de ludibriar o mundo.

Resposta. Como você pode provar que a autoridade que elaborou ou impôs a liturgia entendia outra coisa? E as outras pessoas individualmente não são os senhores de seu sentido. Sim, e se os impondores tivessem tido intenções ruins em uma coisa que pode ser bem realizada, você pode desobrigar a sua consciência

realizando-a de modo correto e fazendo uma declaração suficiente de seu sentido melhor.

E então não constituirá acréscimo pecaminoso à ordenança de Deus determinar uma circunstância legítima que ele deixou à prudência humana, como escolher um mandatário, testemunha ou padrinho idôneo, o qual nada promete senão o que é adequado.

Questão 40. Por conta ou direito de quem é que a criança possui título ao batismo e aos seus benefícios? É por conta do pai, dos ancestrais, dos padrinhos, da igreja, do ministro, do magistrado ou por conta própria?

Resposta. Os títulos alegados são muito variados; examinemos todos eles.

I. Não posso pensar que o mandamento de um magistrado para batizar uma criança lhe confira o direito: 1. Porque não há prova da validade de tal título. 2. Porque o magistrado nada pode ordenar desse tipo se for contrário à palavra de Deus, como este caso o é, o qual igualaria a situação da descendência de pagãos e de crentes. E conheço pouquíssimas pessoas que defendam esta opinião.

II. Não penso que o ministro como tal confira direito à criança: pois: 1. Ele não é proprietário. 2. Ele não pode apresentar tal poder ou concessão da parte de Deus. 3. Ele deve batizar ninguém mais senão os que antecedentemente possuem o direito. 4. Do contrário, ele também poderia igualar a todos, admitindo os filhos de

pagãos juntamente com os de crentes. 5. Tampouco isto é alegado por muitos, que eu saiba.

III. Não posso pensar que seja uma igreja particular que deva conferir este direito, ou cumprir a condição dele. Pois: 1. O batismo (como mencionado anteriormente) como tal apenas faz um cristão e um membro da igreja universal, e não de qualquer igreja particular. E, 2. A igreja não é proprietária da criança. 3. Comissão nenhuma das Escrituras pode ser apresentada para tal poder. Onde disse Deus: "Tudo o que qualquer igreja particular receber terá direito ao batismo"? 4. Por qual ato deve a igreja conferir este direito? Se por batizá-la, a questão diz respeito ao seu direito antecedente. Se por consentir que seja batizada: (1) Se consentirem que seja batizada uma que não possui direito a isso, o consentimento delas é pecaminoso e, portanto, inapto para lhe conferir o direito. (2) e o ministro batizador possui mais poder do que mil ou dez mil homens privados para julgar quem deve ser batizado. 5. Do contrário, uma igreja poderia salvar todas as crianças de pagãos que pudessem apenas batizar, igualando assim a descendência de infiéis e de crentes. 6. Não é a igreja em geral, mas alguma pessoa específica que deve educar a criança; portanto, a igreja não pode sequer prometer por sua educação; a igreja nada tem que fazer com os que estão de fora, mas apenas com os seus próprios; e os filhos de pagãos não são seus próprios, tampouco expostos ao seu encargo.

IV. Não creio que seja a igreja universal que confira à criança o título ao batismo: pois: 1. Aquele que confere o título à aliança e ao batismo realiza-o como cumpridor da

condição moral daquele título. Mas Deus em parte alguma estabeleceu a fé da igreja como a condição do batismo ou da salvação, quer para os infiéis ou para a sua descendência. 2. Porque a igreja universal constitui um corpo que não pode ser consultado para manifestar o seu voto e consentimento; tampouco possui representantes para fazê-lo por ela. Pois não existe governante visível universal; e se você pretender que cada sacerdote seja comissionado para atuar e julgar em nome da igreja universal, carecerá de provas, e isso já foi refutado anteriormente. 3. Se todos possuem direito a quem a igreja universal oferece a Deus, ou se qualquer ministro ou bispo for considerado seu mandatário ou agente para esse fim, reside no poder daquele ministro (como mencionado) igualar a todos, batizar e salvar a todos; o que é contrário à palavra de Deus.

V. Não creio que os padrinhos como tais, não sendo adotantes ou proprietários, sejam os cumpridores da condição de salvação para a criança, tampouco que lhe confiram o direito de ser batizada. 1. Porque ela não lhes pertence e, portanto, a vontade ou o ato deles não podem valer pelos dela; porque não há palavra de Deus para isso de que todos seriam batizados ou salvos se quaisquer cristãos fossem padrinhos delas. As bênçãos da igreja de Deus não se vinculam a tais invenções que não existiam quando as leis de Deus foram feitas. Onde não há promessa ou palavra, não há fé. 3. Padrinhos nenhuns são sequer legítimos (como mostrado anteriormente) sem que sejam proprietários ou seus mandatários, ou meras partes contratantes secundárias e acessórias que pressupõem a parte contratante principal. 4. E quanto à salvação da criança, os padrinhos podem

(frequentemente) ser eles mesmos infiéis ignorantes e hipócritas, não possuindo fé verdadeira para si mesmos, e portanto não o suficiente para salvar outrem. 5. E seria estranho se Deus não fizesse promessa alguma a um pai ímpio por seu próprio filho e, no entanto, prometesse salvar pelo batismo a todos os que padrinhos hipócritas e ignorantes lhe oferecerem. E que assim a descendência de pagãos e de cristãos fosse igualada, e contudo um assumidor ignorante e audaz levasse consigo o privilégio de salvar as pessoas em detrimento de ambas. Tudo isso não passa de imaginações humanas não provadas. Aquele que nunca ordena padrinhos, mas proíbe o tipo usurpador, permitindo apenas que a prudência humana faça uso do tipo legítimo, nunca colocou as almas de todas as crianças, de cristãos e de pagãos, nas mãos deles (tanto quanto não as colocou nas mãos do sacerdote que as batiza).

VI. Não constato que ancestrais remotos que faleceram, ou que não são proprietários das crianças, sejam os cumpridores da condição pela qual elas possuem direito ao batismo ou à salvação. 1. Porque Deus colocou esse poder e trabalho nas mãos de outros, a saber: os pais, os quais não podem anulá-lo. 2. Porque a promessa de misericórdia para milhares dá-se sob a suposição de que os sucessores não causem interrupção. 3. Do contrário, as ameaças à descendência dos ímpios nada significariam, tampouco alguém no mundo seria excluído do direito, mas todos seriam igualados; porque Noé foi o pai comum da humanidade; e se você lançar isso sobre ancestrais falecidos, não terá regra sobre onde parar até chegar a Noé.

VII. Concluo, portanto, que são, claramente, os pais imediatos (ambos ou um deles) e, provavelmente, qualquer proprietário doméstico verdadeiro da criança que possui o poder de escolher ou recusar por ela, e assim introduzi-la na aliança com Deus, cumprindo por consentimento as condições de seu direito. Pois: 1. Uma abundância de promessas é feita aos fiéis e à sua descendência, sobre as quais discuti detalhadamente em meu livro *Of Infant Baptism*. E, além da punição do pecado de Adão, raramente se encontra um pai famoso pelo pecado nas Escrituras cuja posteridade não recaia sob a punição como que por um pecado ou culpa original secundária. Como mostram os casos de Caim, Cam, os sodomitas, os amalequitas, os judeus, Acã, Geazi, etc. E em 1 Co 7:14 diz-se expressamente: "Doutro modo os vossos filhos seriam imundos; mas agora são santos" (sobre o sentido do qual discuti conforme citado anteriormente).

Objeção. Mas se proprietários podem servir, alguém pode comprar multidões, e um rei ou senhor de escravos, de quem o povo é propriedade, pode fazer com que todos sejam batizados e salvos.

Resposta 1. Lembre-se de que digo que o direito do pai cristão é claro, mas considero o outro caso como mais obscuro; pois ele se fundamenta principalmente no fato de Abraão e os israelitas circuncidarem os seus filhos nascidos em casa ou comprados por dinheiro; e quão longe a paridade da razão aqui alcançará é difícil saber. Tudo o que digo é que não o negarei, porque *favores sunt ampliandi* [os favores devem ser ampliados]. 2. Se tal príncipe for um hipócrita e não um cristão sincero ele

próprio, a sua fé ou consentimento não pode salvar os outros se não pode salvar a si mesmo. 3. Trata-se de tal propriedade que se conjuga com uma concessão divina apenas que confere este poder de consentir por uma criança; ora, encontramos provas claras da concessão de Deus para os pais naturais, e provas prováveis de sua concessão para proprietários domésticos, mas nenhuma além disso, que eu saiba. [Nota: Dt 29:10-13.] Pois: (1) Consiste em um ato de amor de Deus para com a criança por amor de seu pai; e, portanto, para com as crianças de quem supomos possuir uma proximidade e amor especiais. (2) E consiste em um consentimento e pactuar que ele requer, o qual obriga quem promete a uma subsequente educação piedosa, o que constitui um ato doméstico. (3) Elas encontram-se incluídas sob o nome de pais, como podem ser chamados os que as adotam e educam. (4) E as crianças constituem os seus filhos, não os seus escravos. Mas agora, se o imperador da Moscóvia, do Industão, etc., possuísse a propriedade de todo o seu povo como escravos, isto não imitaria o interesse e amor paternais, mas sim a tirania, tampouco poderia ele ser o educador doméstico deles. Portanto, devo limitar isso a um progenitor substituto, ou proprietário educador doméstico.

Questão 41. São realmente batizados os que são batizados de acordo com a liturgia e cânones ingleses, onde o pai parece excluído, e aqueles consentem pela criança os quais não possuem poder para fazê-lo?

Resposta. Encontro alguns intrigados com esta dúvida: se todo o batismo de nossas crianças não constitui uma mera nulidade; pois, dizem eles, a lavagem externa sem o pactuar com Deus não é mais batismo do que o corpo ou cadáver constitui um homem. A aliança constitui a principal parte essencial do batismo. E aquele que nunca foi introduzido em aliança com Deus nunca foi batizado. No entanto, as crianças, de acordo com a liturgia, não são introduzidas em aliança com Deus, o que tentam provar da seguinte forma: aqueles que nunca pactuaram por si mesmos, tampouco por qualquer pessoa autorizada para fazê-lo por eles, nunca foram introduzidos em aliança com Deus (pois não constitui ato deles aquilo que é realizado por um estranho que não possui poder para fazê-lo); mas, etc. Que não o realizaram por si mesmas é inegável; que não o realizaram por qualquer pessoa capacitada por Deus para fazê-lo por elas tentam provar: 1. Porque os padrinhos são as pessoas por quem se diz que a criança promete; mas os padrinhos não possuem poder da parte de Deus: (1) Nem por natureza. (2) Nem pelas Escrituras. 2. Porque os pais são não apenas não incluídos como pactuantes, mas positivamente excluídos: (1) Pelo fato de todo o ofício de pactuar pela criança, do princípio ao fim, ser lançado sobre outros. (2) Pelo fato de o cânone 29 dizer: "Nenhum pai será compelido a estar presente; tampouco admitido a responder como padrinho por seu próprio filho"; por cujo meio o pai que possui o poder é excluído; portanto, as nossas crianças permanecem todas não batizadas.

A tudo isto respondo: 1. Que o consentimento do pai é pressuposto, embora ele se encontre ausente. 2. Que o pai não é obrigado a estar ausente, mas apenas não

compelido a estar presente; mas ele pode estar se assim o desejar. 3. Que a razão daquele cânone parece ser o receio deles de que alguém excluísse os padrinhos. 4. Embora a igreja em parte alguma tenha declarado qual pessoa os padrinhos representam, tampouco o que devem fazer além de proferir as palavras da aliança e prometer zelar pela educação piedosa da criança, os pais podem acordar que os padrinhos realizem tudo isto como seus mandatários, primariamente e em seus lugares, e secundariamente como amigos que prometem o seu auxílio. 5. Embora os pais realmente consentam, o silêncio deles não anula a aliança. 6. Supõe-se e exige-se de todos os pais que sejam eles próprios os escolhedores dos padrinhos ou fiadores, bem como que notifiquem o ministro antecipadamente; por cujo meio transparece que o consentimento deles é pressuposto. E embora o meu próprio julgamento seja de que deveriam ser eles os principais pactuantes pela criança expressamente, contudo a falta daquela expressividade não fará de nós pessoas não batizadas.

Questão 42. Mas a grande questão consiste em: como o Espírito Santo é concedido às crianças no batismo? E se todos os filhos de verdadeiros cristãos possuem a graça santificadora íntima? Ou se podem eles ser ditos justificados e em estado de salvação sem serem inerentemente santificados? E se alguém decai desse estado de salvação infantil?

Resposta. Sobre todas estas grandes dificuldades expus o que sei em meu *Appendix to Infant Baptism*, endereçado

a Mr. Bradford e Dr. Ward, e sobre o julgamento do Bispo Davenant. E confesso que o meu julgamento concorda mais com o de Davenant do que com o de qualquer outro, exceto pelo fato de ele não apropriar tanto os benefícios do batismo à descendência de crentes sinceros como eu o faço. E embora por uma carta em defesa da causa de Davenant eu tenha sido a ocasião para que o bom Mr. Gataker publicasse a sua resposta a ele, contudo continuo mais inclinado ao julgamento deste: não que todos os batizados, mas que toda a descendência batizada de verdadeiros cristãos é perdoada, justificada, adotada e possui direito ao Espírito e à salvação.

Contudo, as dificuldades neste caso são tão grandes que afastam a maioria dos que não percebem de igual modo os maiores inconvenientes que devemos escolher caso esta opinião seja abandonada; a saber: que se deve considerar que todas as crianças se encontram fora da aliança de Deus e não possuem promessa alguma de salvação. Ao passo que, certamente, tanto a lei da graça como a aliança de obras incluíam toda a descendência em sua capacidade.

1. À primeira destas questões respondo: 1. Assim como todos os verdadeiros crentes, também todos os seus filhos recebem inicialmente pela promessa, e por meio da consignação e investidura sacramental no batismo, um *jus relationis* [direito de relação], um direito de relação peculiar com todas as três pessoas da Santíssima Trindade: com Deus, como seu Pai reconciliado e adotivo; com Jesus Cristo, como seu Redentor e Cabeça e Justificador real; e também com o Espírito Santo, como seu Regenerador e

Santificador. [Nota: Mt 28:19, 20; 1 Co 12:12, 13; Ef 4:4, 5.] Este direito e relação aderem a eles, e são-lhes concedidos visando a futura operação e comunhão reais: assim como uma aliança de casamento confere a relação e o direito mútuo, visando a comunhão subsequente e os deveres de uma vida casada; e como aquele que jura fidelidade a um rei, ou é alistado em um exército, ou é admitido em uma escola, recebe o direito e a relação, e é de tal modo correlacionado, o que o obriga aos ofícios mútuos subsequentes de cada um, e lhe dá direito a muitos benefícios específicos. Por este direito e relação, Deus é o seu próprio Deus e Pai; Cristo é o seu próprio Cabeça e Salvador; e o Espírito Santo é o seu próprio Santificador, sem que se afirme quais operações já se encontram operadas em sua alma, mas apenas para quais fins e usos futuros estas relações se destinam. Ora, assim como estes direitos e relações são concedidos imediatamente, também aqueles benefícios que são relativos, e dos quais a criança é imediatamente capaz, são atualmente concedidos por via de comunhão: ela possui atualmente o perdão do pecado original, por força do sacrifício, mérito e intercessão de Cristo. Ela possui um estado de adoção e direito à proteção divina, provisão e comunhão da igreja conforme a sua capacidade natural, e direito à vida eterna.

2. Deve-se notar cuidadosamente que a união relativa entre Cristo, o Mediador, e as pessoas batizadas constitui aquilo que no batismo é primeiramente concedido em ordem de natureza, e que o restante flui disto. A aliança e o batismo entregam quem pactua: 1. Da desaprovação divina pela reconciliação com o Pai;

2. Das penalidades legais pela justificação pelo Filho; 3. Do próprio pecado pelas operações do Espírito Santo. No entanto, é Cristo como nosso Cabeça-Mediador que nos é primeiramente concedido em união relativa; e então: 1. O Pai nos ama com complacência como estando no Filho, e por amor de seu primeiro Amado. 2. E o Espírito que nos é concedido em relação constitui primeiramente o Espírito de Cristo, nosso Cabeça, e não primeiramente inerente em nós; de modo que, pela união com o nosso Cabeça, esse Espírito é em seguida unido a nós, tanto relativamente quanto de forma radicalmente inerente na natureza humana de nosso Senhor, a quem nos unimos. [Nota: O Espírito não é concedido radical ou imediatamente a cristão nenhum, mas unicamente a Cristo, nosso Cabeça.] Assim como os nervos e os espíritos animais que devem operar em todo o corpo encontram-se radicalmente apenas na cabeça, de onde fluem para os membros e neles operam conforme a necessidade (embora possam ocorrer obstruções); assim o Espírito habita na natureza humana de nosso Cabeça, e ali ele nunca se pode perder; e não se faz necessário que ele habite em nós por via de radicação, mas sim por via de influência e operação.

Estas coisas são compreendidas de modo distinto e claro por pouquíssimas pessoas, e todos nós nos encontramos muito às escuras a respeito delas. Mas penso (embora doutrinariamente possamos falar melhor) que a maioria dos cristãos está habituada a este equívoco perigoso (que se opõe em parte ao próprio cristianismo): o de que o Espírito flui imediatamente da natureza divina do Pai e

do Filho (quanto à transmissão autoritativa ou potestativa) para as nossas almas. E esquecemo-nos de que ele é primeiramente concedido a Cristo em sua humanidade glorificada como nossa Cabeça, e nela radicado; e que constitui ofício desta Cabeça glorificada enviar ou comunicar a todos os seus membros, a partir de si mesmo, aquele Espírito que deve operar neles conforme a sua necessidade.

Isto se mostra claro em muitos textos da Escritura. Rm 8:32: "Aquele que nem mesmo a seu próprio Filho poupou, antes o entregou por todos nós, como nos não dará também com ele gratuitamente todas as coisas?" (quando ele o concede particularmente a nós).

> *1 Jo 5:11, 12: "E o testemunho é este: que Deus nos deu a vida eterna; e esta vida está em seu Filho. Quem tem o Filho tem a vida; quem não tem o Filho de Deus não tem a vida."*
>
> *Rm 8:9: "Mas, se alguém não tem o Espírito de Cristo, esse tal não é dele."*
>
> *Ef 1:22, 23: "E o deu por cabeça sobre todas as coisas à igreja, que é o seu corpo, a plenitude daquele que cumpre tudo em todos."*
>
> *Jo 15:26: "O Consolador, que eu vos hei de enviar da parte do Pai...", etc.*
>
> *Jo 16:7: "Se eu não for, o Consolador não virá a vós; mas, se eu for, enviar-vo-lo-ei."*
>
> *Jo 14:26: "Mas aquele Consolador... que o Pai enviará em meu nome...".*

Gl 4:6: "E, porque sois filhos, Deus enviou aos vossos corações o Espírito de seu Filho, que clama: Aba, Pai."

Gl 2:20: "E vivo, não mais eu, mas Cristo vive em mim" (sei que isto é verdadeiro sobre o seu viver em nós objetivamente e quanto ao fim, mas parece não ser tudo).

Cl 3 :3, 4: "Porque já estais mortos, e a vossa vida está escondida com Cristo em Deus. Quando Cristo, que é a nossa vida, se manifestar, então também vós vos manifestareis com ele em glória". Sei que no versículo 3 por "vida" entende-se felidade ou glória; mas não unicamente, como transparece no versículo 4, onde Cristo é chamado de "nossa vida".

Mt 28:18: "É-me dado todo o poder no céu e na terra". Versículo 20: "E eis que eu estou convosco todos os dias...". Jo 13:3: "O Pai tinha depositado nas suas mãos todas as coisas".

Jo 17:2, 3: "Assim como lhe deste poder sobre toda a carne, para que dê a vida eterna a todos quantos lhe deste. E a vida eterna é esta: que te conheçam...".

Jo 5:21: "Assim também o Filho vivifica aqueles que quer". Versículo 26: "Porque, como o Pai tem a vida em si mesmo, assim deu também ao Filho ter a vida em si mesmo".

Jo 6:27: "Trabalhai não pela comida que perece, mas pela comida que permanece para a vida

eterna, a qual o Filho do homem vos dará; porque a este o Pai, Deus, selou". Versículo 33: "Dá vida ao mundo". Versículos 54 a 57: "Quem come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna... permanece em mim e eu nele... a minha carne verdadeiramente é comida... Assim como o Pai, que vive, me enviou, e eu vivo pelo Pai, assim, quem de mim se alimenta, também viverá por mim". Versículo 63: "O espírito é o que vivifica, a carne para nada aproveita".

Jo 7:39: "E isto disse ele do Espírito que haviam de receber os que nele cressem". Jo 3:34: "Pois Deus não lhe dá o Espírito por medida".

1 Co 6:17: "Mas o que se ajunta com o Senhor é um mesmo espírito".

2 Co 3:17: "Ora, o Senhor é o Espírito; e onde está o Espírito do Senhor, aí há liberdade".

Fp 1:19: "Pelo socorro do Espírito de Jesus Cristo".

Jo 15:4, 5: "Estai em mim, e eu em vós; como a vara de si mesma não pode dar fruto, se não estiver na videira, assim também vós, se não estiverdes em mim. Eu sou a videira, vós as varas; quem está em mim, e eu nele, esse dá muito fruto; porque sem mim [ou fora de mim, ou cortado de mim] nada podeis fazer".

Não acrescentarei mais: tudo isto constitui prova suficiente de que o Espírito não é concedido de forma radical ou imediata da parte de Deus a crente nenhum,

mas sim a Cristo, e assim de forma derivada dele para nós. Não que a natureza divina na terceira pessoa esteja sujeita à natureza humana em Cristo; mas sim que Deus estabeleceu como ofício da humanidade glorificada de nosso Mediador ser a cisterna que primeiro receberá as águas da vida, canalizando-as por meio dos condutos de seus meios designados para todas as dependências de sua casa; ou ser a cabeça dos espíritos animais, e por meio dos nervos transmiti-los a todos os membros.

1. Encontramo-nos muito às escuras quanto ao grau de glória das crianças; e, portanto, tão pouco podemos saber qual grau de graça faz-se necessário para prepará-las para a sua glória.

2. É certo que as crianças, antes de serem glorificadas, possuirão toda aquela graça que constitui pré-requisito para a sua preparação e usufruto.

3. Nenhuma pessoa santificada na terra se encontra em capacidade imediata para a glória; porque o seu pecado e imperfeição devem ser eliminados, o que se realiza na dissolução da alma e do corpo. O próprio acesso da alma a Deus a aperfeiçoa.

4. As crianças não possuem fé, esperança ou amor reais a Deus para exercitarem; e por isso não necessitam da influência do Espírito de Cristo para exercitá-los.

5. Encontramo-nos todos tão às escuras quanto à apreensão clara e distinta da verdadeira natureza da depravação ou pecado original inerente, que necessariamente devemos ser tão ignorantes da verdadeira natureza daquela santidade ou retidão inerente, a qual constitui o seu contrário ou cura. O

instruído Ilírico pensava que se tratava de uma substância, o que ele defendeu detalhadamente em seu *Clavis*. Outros a chamam de um hábito; outros de uma natureza ou inclinação natural, e de uma privação de uma inclinação natural para Deus. Outros a chamam de uma indisposição da mente e da vontade para com a verdade santa e a bondade, e de uma má disposição delas para o erro e o mal. Outros a chamam apenas de concupiscência desordenada das faculdades sensitivas, com uma debilidade da razão e da vontade para resistir a ela. E enquanto a natureza da própria alma e de suas faculdades for tão desconhecida para si mesma, a natureza da depravação e retidão originais necessariamente deve ser muitíssimo desconhecida.

6. Embora a criança constitua uma pessoa natural distinta de seus pais, contudo não constitui propriamente uma pessoa distinta sob o aspecto moral, visto não ser um agente moral, não sendo por isso capaz de ações morais boas ou más. Portanto, a vontade de seus pais responde pela sua.

7. A sua primeira aceitação no amor complacente de Deus (em distinção ao seu amor de benevolência) não se dá por qualquer santidade inerente em si mesma; mas: (1) Como filha de pai crente que a dedicou a Cristo; e (2) Como membro de Cristo, em quem ele se agrada.

8. Portanto, Deus pode com complacência, bem como com benevolência, amar uma criança em Cristo, a qual apenas crê e se arrepende por meio de seus pais, e não por si mesma, e que ainda não se supõe possuir o Espírito de santificação.

9. Pois o Espírito de santificação não constitui a condição pressuposta de sua aceitação em aliança com Deus, mas sim uma dádiva da própria aliança de Deus, subsequente tanto à condição de nossa parte como ao nosso direito de sermos pactuantes, ou à promessa de Deus sobre aquela condição.

10. Assim, os próprios adultos possuem a operação do Espírito pela qual creem e se arrependem, pela qual passam a ter o seu direito à parte de Deus na aliança do batismo (pois isto precede o seu batismo); mas eles não possuem a dádiva do Espírito, a qual é chamada na Escritura de "Espírito de santificação, e de poder, amor e moderação", a qual representa o benefício concedido pela aliança do batismo, senão posteriormente; porque devem encontrar-se naquela aliança antes que ela se possa cumprir em favor deles. [Nota: At 26:18; 2 Tm 4:7; Rm 8:30; Gl 4:6.] E a fé ou consentimento deles constitui o direito de sua criança também, antecedente à dádiva da aliança.

11. Há, portanto, uma diferença notável entre aquela obra do Espírito pela qual primeiramente nos arrependemos e cremos, vindo assim a ter o nosso direito à promessa do Espírito, e aquela dádiva do Espírito que é prometida aos crentes; a qual consiste não apenas no Espírito de milagres, concedido nos primeiros tempos, mas também em algum grau notável de amor para com o nosso Pai reconciliado, adequado à graça e ao evangelho da redenção e reconciliação, sendo chamado de "Espírito de Cristo" e de "Espírito de adoção", [Nota: Rm 8:9, 16, 26.] o qual os próprios apóstolos parecem não ter recebido

antes da ascensão de Cristo. E isto parece diferir não apenas dos dons do Espírito comuns aos hipócritas e aos incrédulos, mas também do dom especial do Espírito que faz os homens crentes. De modo que Mr. Thomas Hooker diz com mais verdade do que outrora compreendi: que a vocação constitui uma graça especial do Espírito, distinta da graça comum, de um lado, e da santificação, de outro. Se se trata do mesmo grau do Espírito que os fiéis possuíam antes da encarnação de Cristo, o qual leva os homens primeiramente a crer, em distinção ao grau superior subsequente, deixo para investigação; mas a distinção mais certa dá-se a partir dos diferentes efeitos.

12. Embora a criança não possa ser inclinada a uma vida santa, tampouco estar apta para a glória imediatamente, sem uma santidade inerente própria, contudo, pelo que foi dito, parece evidente que, meramente por conta da condição cumprida pelo pai, e de sua união relativa com Cristo decorrente disso, e de seu direito à promessa de Deus sobre estes fundamentos, ela pode ser dita em estado de salvação; isto é, possuindo o perdão de seu pecado original, livramento do inferno (em direito), adoção e direito às operações necessárias do Espírito Santo, conforme concedido a ela em Cristo, que é o primeiro destinatário do Espírito.

13. Mas quando e em qual modo e grau Cristo concede as operações reais do Espírito a todas as crianças sob aliança constitui assunto maravilhosamente difícil de sabermos. Mas isto parece claro: 1. Que Cristo pode, quando lhe aprouver, operar na alma de uma criança

para alterar a sua disposição antes que ela chegue ao uso da razão. 2. Que Cristo e o seu Espírito, como em aliança com as crianças, encontram-se prontos a conceder todo o auxílio necessário para a sua santificação inerente, no uso daqueles meios e sob aquelas condições adicionais sob as quais devemos aguardar e esperar por ela. [Nota: O Sr. Whiston, na p. 60, mostra que até mesmo as promessas de um coração novo, etc., em Ez 36, 37, etc., embora possam apresentar-se em seu teor externo de forma absoluta, contudo não são absolutamente absolutas, mas possuem uma condição subordinada, a qual consiste em que as partes envolvidas nelas usem fielmente os meios designados por Deus em subordinação à sua operação nelas ou à concessão do bem prometido.] Pois o Espírito Santo não se acha tão engajado conosco em nossa aliança ou batismo a ponto de estar obrigado a conceder-nos atualmente toda a graça que nos falta; mas sim a conceder-no-la sob certas condições adicionais, e no uso de certos meios. Mas, porque isto me conduz a outra questão, suspenderei o restante da resposta a esta até que aquela seja tratada. Apenas devo responder a esta objeção:

Objeção. Contraria a santa natureza de Deus amar complacentemente uma criança não santificada que ainda se encontra em sua depravação original inalterada, e ele justifica a ninguém relativamente da culpa do pecado sem que o santifique inerentemente ao mesmo tempo.

Resposta 1. O amor complacente de Deus respeita a cada um conforme ele é; pois é a bondade unicamente que ele

ama dessa forma. Portanto, ele não ama dessa maneira aqueles que nem real nem habitualmente o amam, sob qualquer falsa suposição de que o amem quando não amam. O seu amor, portanto, para com os adultos e as crianças difere conforme os objetos diferem. Mas há isto de amável em tais crianças: 1. Que são filhas de pais crentes e santificados; 2. Que se encontram por sua aliança relativamente unidas a Cristo, sendo assim amáveis como membros seus; 3. Que possuem perdoado todo o seu pecado original; 4. Que são colocadas no caminho para o amor e a santidade reais, sendo assim dedicadas a Deus.

1. Todos os santos imperfeitos são pecadores; e todos os pecadores são, como tais, aborrecidos por Deus, cujos olhos puros não podem contemplar a iniquidade. Assim como, pois, é compatível com a sua pureza aceitar e amar os adultos sob o seu primeiro crer, antes de sua santificação adicional e não obstante o restante de seus pecados, o mesmo pode ocorrer quanto a aceitar as suas crianças por meio de Cristo sob a dedicação delas.

2. Como o pecado real imputado às crianças foi o de Adão e o de seus pais apenas por ato, e não o delas próprias, não é de admirar se, sob a fé e arrependimento de seus pais, Cristo as lave e justifique daquela culpa que surgiu apenas pelo ato de outrem.

3. E então a depravação inherent foi o efeito daquele ato de seus ancestrais, o qual lhes é perdoado. E esta depravação ou pecado original inerente pode ser dito mortificado radicalmente, ou virtualmente, ou

inceptivamente de duas maneiras antes de qualquer alteração inerente nelas: 1. Pelo fato de estar mortificado em seus pais, de quem o derivaram, os quais possuem o poder de escolher por elas; e, 2. Pelo fato de estarem por aliança enxertadas em Cristo, relacionando-se assim com a causa de sua futura santificação; sim, 3. Pelo fato também de estarem por aliança e pela promessa de seus pais engajadas a usar aqueles meios que Cristo instituiu para a santificação. [Nota: O fato de Deus ser um Deus para qualquer pessoa individual exige e pressupõe que ela para o presente, supondo-a capaz, ou para o futuro tão logo seja capaz, tome Deus em Cristo por seu Deus. Ibid. p. 61.]

4. E deve-se lembrar que, como esta não passa de uma alteração inceptiva e preparatória, também o próprio perdão da viciosidade inerente não é perfeito (como provei detalhadamente em outro lugar), por mais que alguns papistas e protestantes o neguem. Enquanto o pecado permanecer, o pecado e a corrupção continuam habitando interiormente, além de todas as penalidades não removidas dele; a existência mesma dele prova que ele continua em parte não perdoado, pelo fato de ainda não estar abolido, e constituindo a continuação dele a sua punição não menor, por ser permitida, não sendo o Espírito concedido até o ponto de curá-lo. O perdão imperfeito pode consistir com um direito presente tanto à santificação adicional pelo Espírito quanto ao céu.

Objeção. O corpo de Cristo não possui membros não santos.

Resposta 1. 1 Co 7:14: "Agora são santos". Elas não são totalmente não santas as que possuem toda a santidade descrita anteriormente. 2. Assim como na natureza as crianças carecem de memória e razão real, e contudo inicialmente são seres humanos; assim, como membros de Cristo, podem carecer de fé e amor reais e habituais, e contudo inicialmente serem santificadas por sua união com ele e com o seu Espírito, e pela dedicação de seus pais, encontrando-se no caminho para mais, conforme se tornem aptas; sendo cristãs e santas *in fieri* [em processo de formação], ou apenas inicialmente, assim como são seres humanos.

Questão 43. É o direito dos batizados (crianças ou adultos) às operações santificadoras do Espírito Santo absoluto no presente, ou suspenso sob condições adicionais? E constituem os deveres adicionais dos pais para com os seus filhos tais condições para a recepção das assistências reais do Espírito por parte das crianças? Ou constituem as próprias ações das crianças tais condições? E podem os pais apóstatas perder os benefícios da aliança em favor de seus filhos batizados ou não?

Resposta. A questão é grande e difícil, e poucos ousam tratar dela. E quase todos os casos infantis nos são obscuros.

I. 1. É certo que constitui grande dever dos pais criar os seus filhos na doutrina e admoestação do Senhor. É certo

que Deus instituiu isto para ser o meio de seu conhecimento, fé e santidade reais.

1. E Deus não institui tais meios desnecessariamente ou em vão; tampouco podemos ordinariamente esperar a sua graça senão no uso dos meios da graça que ele nos instituiu para usar.

2. É certo que o recebimento das crianças dos fiéis por parte de Deus constitui um ato de amor de Deus para com os pais, bem como para com as crianças, prometido como parte de sua bênção sobre eles próprios.

3. É certo que estes pais mantêm as suas próprias misericórdias sob a condição de sua própria fidelidade contínua; e (seja a apostasia deles por outras razões impossível, ou não futura, contudo) a promessa de continuação e consumação da felicidade pessoal do maior santo na terra continua sendo condicional, sob a condição de sua fidelidade perseverante.

4. Mesmo antes de as crianças serem capazes de instrução, existem certos deveres impostos por Deus aos pais para a santificação delas; a saber: 1. Que os pais orem fervorosamente e com fé por elas. 2. Que eles próprios vivam diante de Deus de modo a convidá-lo a continuar a abençoar os seus filhos por amor deles, como ele fez com Abraão, e como costumava fazer com a descendência dos fiéis. [Nota: Segundo Mandamento. Pv 20:7.]

5. É certo que a igreja sempre exigiu dos pais não apenas introduzir os seus filhos na aliança e depois abandoná-los, mas também realizar o seu dever

posterior para o bem deles, orando por eles e educando-os de acordo com a sua aliança.

6. Fica evidente que, se não houvesse ninguém para prometer educá-los dessa forma, a igreja não os batizaria. E o próprio Deus, que permitiu aos israelitas, e ainda nos permite trazer os nossos filhos para a sua aliança, realiza-o sob esta suposição: que prometemos também prosseguir realizando o nosso dever por eles, e que realmente o realizamos.

7. Tudo isto reunido deixa claro: 1. Que Deus nunca promete aos adultos no batismo, embora crentes verdadeiros, que operará neles todas as graças adicionais por seu Espírito santificador se eles negligenciarem ou resistirem a ele; ou que providenciará absolutamente que eles nunca venham a resistir-lhe; tampouco que o Espírito continuará a auxiliá-los se negligenciarem todos os seus meios; ou que os preservará de negligenciar os meios (a eleição pode assegurar isto aos eleitos como tais; mas a aliança batismal como tal não o assegura aos batizados, tampouco aos crentes como tais). 2. E, consequentemente, que as crianças encontram-se em aliança com o Espírito Santo de forma condicional ainda, assim como os seus pais se encontram; e que o significado disso consiste em que o Espírito Santo, como seu Santificador, dispensará todo o auxílio necessário no uso daqueles meios que ele instituiu para que recebam o seu auxílio. [Nota: O Espírito Santo é prometido no batismo para conceder graça à criança no uso fiel dos meios designados por parte de seus pais e dela mesma.]

Objeção. As crianças não possuem meios a usar.

Resposta. Enquanto as crianças dependerem da conta ou das vontades de seus pais, os pais possuem meios a usar para a continuação de sua graça, bem como para o princípio dela.

1. Portanto, não posso ver senão que, se um crente apostatasse (se algum o faz não constitui a questão) e o seu filho não fosse entregue aos cuidados de outrem, ele perderia os benefícios da aliança em favor de sua criança. Mas se a propriedade sobre a criança for transferida para outrem, isso pode alterar o caso. [Nota: Sr. Whiston, p. 53. Assim como Abraão, como pessoa individual na aliança, devia aceitar e cumprir as condições da aliança... assim, como pai, ele possuía deveres que recaíam sobre si em relação à sua descendência (imediata)... e assim como o seu fiel cumprimento do dever que lhe cabia em sua capacidade individual, assim o cumprimento do dever que lhe cabia como pai em relação à sua descendência era absolutamente necessário para que ele desfrutasse do bem prometido em relação a si mesmo e à sua descendência: provado em Gn 17:1; xviii. 19. Ele prova que a promessa é condicional, e que, quanto à continuação do estado de aliança, as condições são: 1. A vida reta do pai. 2. O seu dever para com os filhos bem cumprido. 3. O próprio dever dos filhos conforme sejam capazes.]

2. E de que modo perigoso os pais podem incorrer em perdas parciais da assistência do Espírito para com os seus filhos, e das operações nele, por suas próprias vidas pecaminosas, por negligência na oração e em

uma educação prudente e santa, inclusive em atos específicos, temo que muitos pais crentes nunca tenham ponderado adequadamente.

3. Contudo, não consiste esta perda em algo que obrigue Deus a negar o seu Espírito; pois ele pode agir com o que é seu, como um benfeitor livre, conforme lhe aprouver; e pode usar de misericórdia livremente, além de sua promessa (embora não contra a sua palavra), para com quem ele quiser usar de misericórdia. Mas digo que aquele que considera a lamentável infidelidade e negligência da maioria dos pais, inclusive os religiosos, na grande obra de educar santamente os seus filhos, pode assumir a culpa da impiedade deles sobre si próprio, e não lançá-la sobre Cristo ou sobre o Espírito, que se encontrava em aliança com eles como seu Santificador, visto que ele prometeu apenas de forma condicional conceder-lhes as influências celestiais santificadoras de sua vida, luz e amor, no uso correto que fizessem de seus meios designados, de acordo com as suas capacidades. [Nota: Dt 32:4; Sl 81:11, 12; Rm 11:22.]

4. Também, tão logo as crianças chegam a um pouco de uso da razão, elas passam a depender conjuntamente das vontades de seus pais e das suas próprias. Assim como os seus pais estão obrigados a ensiná-las e governá-las, também elas estão obrigadas a aprender com eles e a ser governadas por eles para o seu bem. E embora nem todo pecado de um pai ou de um filho constitua uma perda total da graça, contudo os pecados reais notáveis de ambos podem justamente

ser punidos com a negação de algum auxílio adicional do Espírito, a quem eles entristecem e apagam.

II. E agora posso oportunamente responder à questão anterior: se a graça salvadora do batismo das crianças se pode perder; a respeito do que devo, para a maior parte do que há a dizer, remeter o leitor a Davenant (no livro de Mr. Bedford) sobre este assunto, e ao Dr. Samuel Ward unido a ele (embora as respostas de Mr. Gataker sejam muito instruídas e dignas de consideração), e ao meu pequeno livro chamado *My Judgment of Perseverance* [Meu Julgamento da Perseverança].

Agostinho, o qual primeiramente se levantou em defesa da doutrina da perseverança contra os seus adversários, não a levou além de todos os eleitos como tais, e não a aplicou de modo algum a todos os santificados; mas frequentemente afirma que alguns que foram justificados, santificados e amavam a Deus, encontrando-se em estado de salvação, não são eleitos e decaem. No entanto, desde a Reforma, grandes razões têm sido apresentadas para estendê-la a todos os verdadeiramente santificados; causa de que Zanchius foi um dos primeiros patrocinadores doutos e zelosos, sustentando-a com grande diligência em longas disputas. Tudo o que tenho agora a dizer consiste em que prefiro, com Davenant, crer que o estado de salvação infantil descrito anteriormente — o qual proveio por meio dos pais — se pode perder pelos pais e pelos filhos (embora uma natureza santificada e renovada em hábitos santos de amor, como os adultos possuem, nunca se perca), do que crer que crianças nenhumas se encontram na aliança da graça e devem ser batizadas.

Objeção. Mas a criança, uma vez em posse do cargo, não será punida pelo pecado dos pais.

Resposta 1. Este ponto não costuma ser bem compreendido. Tenho comigo uma longa disputa que prova, a partir do fluxo das Escrituras, um pecado original secundário, além daquele herdado de Adão, e uma punição secundária ordinariamente infligida aos filhos pelos pecados de seus pais, além da punição comum do mundo pelo primeiro pecado. 2. Mas a questão em debate constitui apenas a perda daquele benefício que receberam e mantêm apenas por meio de outrem. Não se denomina propriamente punição pelo pecado de outrem, mas sim uma não entrega, ou uma não continuação de seu livramento, o qual deveriam receber sob a condição do dever de outrem.

Objeção. Mas a igreja as mantém como suas membras e, portanto, o direito delas não se perde pela falta ou apostasia dos pais.

Resposta 1. Perdido ele é de uma forma ou de outra com multidões de filhos de verdadeiros cristãos, os quais nunca manifestam quaisquer sinais de graça, revelando-se por vezes os piores dos homens. E Deus não quebra a sua aliança.

1. Como mantém a igreja os filhos dos gregos que são feitos janízaros?

2. Homem algum permanece na igreja sem título. Se a igreja ou quaisquer cristãos os tomarem como seus, isso constitui outro assunto. Não me deterei agora a discutir a questão de saber se os filhos batizados de apóstatas continuam sendo membros da igreja; mas o

que afirmei sobre o direito deles diante de Deus parece evidente.

3. E observe que, sobre quem quer que você estabeleça o direito de uma criança, você pode de igual modo dizer que ela pode sofrer pela falta de outros homens; pois, se você o estabelecer sobre o magistrado, o ministro, la igreja ou os padrinhos, qualquer um deles pode falhar; eles podem negar-lhe o próprio batismo; podem falhar em sua educação; sofrerá ela então por falta de batismo ou de boa educação quando a culpa reside neles? Qualquer que seja a pessoa de quem se deva receber um benefício, a falha dessa pessoa pode privar do referido benefício. Outras objeções devo omitir para evitar prolixidade.

Questão 44. O batismo sempre obriga no presente e concede graça no presente? E a graça que não é concedida senão muito tempo depois é outorgada pelo batismo, ou constitui um efeito dele?

Resposta. Acrescento este caso por duas razões: 1. Para expor o erro pernicioso daqueles que pensam que uma aliança ou promessa feita por nós a Deus apenas para um dever futuro e distante (como arrepender-se e crer antes de morrer) constitui tudo o que é essencial para o nosso pactuar batismal. 2. Para expor o ditado ordinário de muitos teólogos que afirmam que o batismo nem sempre opera no presente, mas por vezes apenas muito tempo depois. A verdade, penso eu, pode ser expressa da seguinte forma:

1. Não constitui batismo se não houver a profissão de uma crença presente, um consentimento presente e uma dedicação, entrega ou consagração presente da pessoa a Deus, pelos adultos por si mesmos e pelos pais por seus filhos. Aquele que apenas disser: "Prometo crer, arrepender-me e obedecer apenas aos vinte ou trinta anos de idade", não se encontra moralmente batizado; pois se trata de outra aliança sua que ele deseja fazer, a qual Deus não aceita.

2. Não constitui apenas uma relação futura, mas sim uma relação presente com Deus como seus próprios súditos, seus filhos por redenção, com a qual o batizado consente.

3. Não constitui apenas uma correlação futura, mas sim presente, com a qual Deus consente de sua parte: ser o seu Pai, Salvador e Santificador, o seu Proprietário de forma peculiar, o seu Governante de forma graciosa, e o seu principal Benfeitor, Felicidade e Fim.

4. Não constitui apenas um perdão futuro, mas sim presente do pecado, bem como a adoção e o direito a misericórdias temporais e eternas, que Deus concede aos que consentem verdadeiramente por sua aliança e pelo batismo.

5. No entanto, aquelas misericórdias para as quais não possuímos capacidade no presente não devem ser concedidas no presente, mas sim posteriormente, quando formos capazes; como as assistências específicas do Espírito, necessárias em todas as ocasiões específicas futuras, etc.; o perdão de pecados

futuros; a glorificação real, etc. [Nota: 1 Co 12:13; Tit 3:5, 6.]

6. E os deveres que devem ser realizados apenas para o futuro devemos prometer no presente realizar apenas para o futuro, em sua época própria, até ao fim de nossas vidas. Portanto, não podemos prometer que as crianças crerão, obedecerão ou amarão a Deus até que sejam naturalmente capazes de fazê-lo.

7. Se qualquer hipócrita não se arrepender, crer ou consentir realmente ao ser batizado, ou ao batizar o seu filho, ele falha até esse ponto na aliança professada; e muito do batismo permanece desfeito; e Deus não entra em relações de aliança presentes com ele, por encontrar-se incapaz para tal. [Nota: At 8:21.]

8. Se esta pessoa posteriormente se arrepender e crer, tratar-se-á de realizar a mesma coisa que fora omitida no batismo, consistindo em fazer a mesma aliança; mas não como parte de seu batismo em si, o qual já se encontra há muito tempo passado.

9. Tampouco deve ela ser rebatizada por conta disso; porque a parte externa foi realizada anteriormente e não deve ser feita duas vezes; mas a parte interna que fora omitida deve agora ser realizada, não como parte do batismo (antigo ou novo), mas sim como parte da penitência por sua omissão.

Objeção. Se o pactuar constitui parte do batismo, então esta pessoa, cuja aliança nunca constitui parte de seu batismo, vive e morre sem batismo.

Resposta. Como o batismo significa apenas a ordenação externa, o pactuar de coração não constitui parte dele, mas a profissão dele o é; e se nenhuma profissão de fé foi realizada por palavra ou sinal, a pessoa permanece sem batismo. No entanto, conforme o batismo significa a parte interna juntamente com a externa, ela não será uma pessoa batizada enquanto viver; isto é, uma que no batismo consentiu verdadeiramente e recebeu as relações espirituais com Deus; mas ela possuirá a mesma coisa em outro caminho de designação de Deus.

1. Quando esta pessoa for posteriormente santificada, dar-se-á pela execução de Deus da mesma aliança *in specie* que o batismo foi instituído para selar, a ponto de Deus perdoá-la, justificá-la e adotá-la; mas isto não se dá por seu batismo passado como causa, mas sim por graça posterior e absolvição. A mesma aliança o faz, mas não o batismo; porque de fato a aliança ou promessa diz: "Sempre que você crer e se arrepender, eu o perdoarei"; mas o batismo diz: "Porque agora você crê, eu o perdoo e lavo o seu pecado", realizando a aplicação presente.

2. Assim, se uma criança ou pessoa adulta viver sem graça, e na maioridade for ímpia, a sua aliança batismal encontra-se violada; e a sua conversão posterior (ou fé e arrependimento) não constitui o cumprimento da aliança de Deus, tampouco de seu batismo. A razão consiste em que, embora o perdão e a adoção sejam concedidos por aquela aliança condicional de graça que o batismo sela, o mesmo não ocorre quanto àquela primeira graça de fé e arrependimento que representa a condição do perdão

e da adoção, bem como o título para o próprio batismo. Do contrário, os infiéis possuiriam direito ao batismo e, por meio dele, à fé e ao arrependimento. Mas estes constituem apenas as dádivas livres de Deus aos eleitos, bem como o cumprimento de algumas previsões absolutas concernentes ao chamado dos eleitos, e o cumprimento da vontade ou aliança de Deus para com Cristo, o Mediador, de que "ele verá o fruto do trabalho da sua alma, e ficará satisfeito", possuindo aqueles que lhe foram dados pelo Pai.

3. No entanto, quando a condição da aliança é primeiramente cumprida pelo pai em favor da criança, e esta aliança nunca foi quebrada por parte deste filho (não obstante os pecados de fraqueza), neste caso a primeira fé e arrependimento reais das crianças, conforme cresçam, provêm do cumprimento de Deus de sua aliança batismal com elas. A razão consiste em que Deus, naquela aliança, concedeu-lhes um direito de relação com o Espírito Santo em Cristo, seu Cabeça, como seu Santificador, para operar nelas conforme sejam capazes. No entanto, se elas primeiramente se revelarem apóstatas e forem posteriormente convertidas, Deus encontra-se desobrigado (aliás, para com os hipócritas nunca esteve obrigado) quanto ao compromisso por ele assumido no batismo; e realiza agora: 1. Concede-lhes livremente a fé e o arrependimento como benfeitor para com os seus eleitos e, em seguida, 2. Como clementemente pactuante, concede-lhes o perdão e a adoção, etc.

4. Assim, para com os adultos que verdadeiramente fizeram a aliança batismal e nunca apostataram dela, toda a graça que Deus lhes concede ao longo de suas vidas constitui o cumprimento de suas promessas feitas a eles e seladas pelo batismo, representando um fruto de seu batismo. No entanto, para com os hipócritas e apóstatas, dá-se de outro modo, conforme explicado anteriormente.

Questão 45. O que constitui uma violação própria de nossa aliança batismal?

Resposta. Observe bem que há uma grande diferença entre estas perguntas: 1. Quando é que um homem deixa de ter, ou perde, a sua participação presente na aliança ou promessa de Deus no evangelho? [Nota: Jo 3:16-18, 36; i. 11-13.] (Isto ocorre enquanto ele for impenitente, incrédulo e rejeitador.) 2. Quando é que um homem perde totalmente a sua participação e esperança naquela promessa ou aliança de Deus, de modo a ficar sujeito a toda a penalidade dela? (Isto ocorre apenas pela impenitência, incredulidade e rejeição finais, quando a vida se encerra.) 3. E quando é que um homem viola a sua própria aliança ou promessa feita a Deus no batismo? A qual constitui a nossa presente questão. À qual respondo:

1. Esta promessa possui partes essenciais e partes integrais: não prometemos ambas as partes de igual modo, nem sob os mesmos termos; embora ambas sejam prometidas. As partes essenciais são os nossos deveres essenciais do cristianismo (fé, amor,

arrependimento em suas partes essenciais), etc. As integrais são os deveres integrais do cristianismo. [Nota: 2 Pe 2:20-23; Hb vi. 2, 4-8; x. 26-28; 1 Jo i. 9, 10; Tg iii. 2, 3.]

2. Aquele que não cumpre os deveres essenciais é um apóstata ou hipócrita.

3. Aquele que não cumpre os deveres integrais é um pecador, não apenas contra a lei da natureza e os preceitos de Cristo, mas contra a sua própria promessa (e, neste sentido, todos nós confessamos a nossa quebra de aliança com Cristo); mas ele não é um apóstata, hipócrita ou alguém fora da aliança.

Questão 46. Não pode o batismo, em alguns casos, ser repetido? E quando?

Resposta. 1. Você deve distinguir entre o batismo tomado moralmente e o tomado apenas fisicamente. 2. Entre o batismo moralmente, conforme se trata de uma aliança eclesial ou visível, e de uma aliança de coração. 3. Entre o batismo real e o aparente, o qual constitui uma nulidade. 4. Entre a recepção certa do batismo e aquela que é incerta ou justamente duvidosa. E assim respondo:

1. O batismo real e certo como ordenança visível da igreja não deve ser repetido; muito embora a aliança de coração tenha faltado, e ainda que tenham faltado não apenas modos decentes, mas partes integrais.

2. Mas, nestes casos, o batismo pode ser administrado onde parecia ter sido recebido anteriormente:

3. Quando a pessoa não fez profissão alguma da fé cristã (nem os seus pais por ela, se criança). 2. Se aquela profissão notoriamente carecia de uma parte essencial; como se ela apenas professasse crer em Deus Pai, e não no Filho, ou no Espírito Santo. 3. Se o ministro apenas a batizou no nome do Pai, ou do Filho, omitindo qualquer parte essencial. 4. Se a pessoa ou o ministério apenas pactuaram para um futuro distante (como: "Serei cristão quando for velho", etc.) e não para o presente; o que não significa ser cristianado, mas apenas prometer ser cristianado posteriormente. 5. Se foi omitida toda aplicação de água (ou de qualquer elemento aquoso), que constitui o sinal externo. 6. Sobre o poder de quem batiza falarei logo adiante. 7. Se a igreja ou a própria pessoa tiverem justo motivo para duvidar se ela foi verdadeiramente batizada ou não, realizá-lo novamente, com expressões hipotéticas ("Se não estás batizado, eu te batizo"), sim, ou simplesmente enquanto isso for compreendido, é legítimo e adequado. E isto não significa ser batizado duas vezes moralmente, mas apenas fisicamente, como expus detalhadamente na questão da reordenação, para a qual devo remeter o leitor.

4. E confesso que tenho poucas dúvidas de que aqueles em At 19 foram rebatizados, [Nota: Sobre At 19:1-5.] não obstante a astuta evasão inventada por Phil. Marnixius Aldegondus, o aprimoramento dela por Beza, e a recepção hoje comum dessa interpretação.

Pois: 1. Uma exposição nova e forçada em que nenhum leitor pensa até que lhe seja colocada na cabeça costuma ser suspeita, para que a astúcia não nos engane.

1. A omissão do Espírito Santo constitui um defeito essencial e faz do batismo especificamente outra coisa; e hoje seria rebatizado quem fosse assim batizado.

2. O que quer que alguns digam no calor da discussão contra os papistas, o batismo de João e o nosso batismo cristão são tão especificamente distintos também que aquele que possuísse hoje apenas o de João deveria ainda ser batizado; não tendo a pessoa do próprio Messias sido determinadamente colocada no batismo de João como tal. Tampouco se pode supor que todos os judeus que João batizou tenham sido batizados na profissão de fé nesta pessoa numérica de Jesus, mas apenas em um Salvador desconhecido e indeterminado; por mais que ele tenha apontado para Cristo aos ouvidos de alguns de seus discípulos. Não devemos fugir da verdade simples por melindre ou oposição aos papistas ou a quaisquer outros homens.

3. O quinto versículo não seria verdadeiro a respeito do batismo de João, conforme mostra a história, a saber: "E os que ouviram isto foram batizados em nome do Senhor Jesus". Isto é contrário ao texto que o registra.

4. No quarto versículo, as palavras "isto é, em Jesus Cristo" são claramente palavras explicativas de Paulo sobre as de João, e não as palavras de João. João batizou-os "em nome do Messias que viria depois

dele", o qual, de fato, diz Paulo, era Jesus Cristo, embora não pessoalmente determinado por João na época.

5. A conexão dos versículos 4, 5 e 6 coloca tudo fora de dúvida: 1. No quarto versículo, as últimas palavras são de Paulo: "isto é, em Jesus Cristo". 2. Nas palavras seguintes, versículo 5: "E os que ouviram isto foram batizados...", devem referir-se às últimas palavras, ou às dele que estava falando com eles. 3. Versículo 6, o pronome "lhes", "E, impondo-lhes Paulo as mãos...", refere-se claramente àqueles de quem se falou por último, versículo 5, os quais, portanto, não eram os ouvintes de João como tais. 4. E as palavras "foram batizados em nome do Senhor Jesus" são claramente distintivas do batismo de João. Diz Grotius: *Sic accepere Latinus, Syrus, Arabs, et Veteres omnes ante Marnixium (ut verba Lucæ)* [Assim o entenderam o latim, o siriaco, o árabe e todos os antigos antes de Marnixius (como palavras de Lucas)]. Contudo, não falo de forma tão severa do batismo de João como Tertuliano sobre este texto (*De Baptismo*): *Adeo postea in Actis apostolorum invenimus, quoniam qui Johannis baptismum habebant, non accepissent Spiritum Sanctum, quem ne auditu quidam noverant: ergo non erat cœleste, quod cœlestia non exhibebat* [Tanto que depois encontramos nos Atos dos Apóstolos que os que tinham o batismo de João não tinham recebido o Espírito Santo, de quem nem sequer de ouvir falar sabiam; portanto não era celestial o que não apresentava as coisas celestiais]. Veja Dr. Hammond *in loc.*

Questão 47. É o batismo por leigos ou mulheres legítimo em casos de necessidade? Ou tratam-se de nulidades, devendo a pessoa ser rebatizada?

Resposta. I. Sei que alguns dos antigos o permitiram em caso de necessidade. Mas não conheço necessidade tal que o possa justificar: pois: 1. Deus o constituiu expressamente como parte do ofício ministerial por comissão, Mt 28:19, 20. 2. Ele em parte alguma concedeu a outrem mandamento que os obrigue a fazê-lo, ou comissão que os autorize, ou promessa de abençoar e aceitá-los nisso, ou ameaça se o omitirem. 3. Ele frequentemente pune severamente os que invadem a função sagrada ou usurpam qualquer parte dela. 4. Portanto, constitui pecado em quem o realiza, e então não pode haver necessidade disso em tal caso para quem o recebe. 5. Aquele que se encontra em aliança por consentimento aberto e professado nada carece de necessário para a sua salvação, seja *necessitate medii* [por necessidade de meio] ou *præcepti* [de preceito], quando não se pode obtê-lo por um caminho legítimo.

II. Quanto à nulidade, não determinarei ponto tão controvertido além de dizer: 1. Que se o leigo possuía as falsas credenciais de um ministro, detinha a posse do cargo e era tido por tal, o seu engano não privava quem o recebia de seu direito, tampouco constituía pecado para este, e eu não o rebatizaria se fosse descoberto posteriormente.

1. Mas se ele não detinha posse alguma, nem pretexto do ofício, eu seria batizado novamente se fosse o meu caso; porque temeria que aquilo que é realizado em nome de Cristo por alguém que notoriamente não possuía autoridade da parte dele para fazê-lo não seja reconhecido por Cristo como seu ato, constituindo assim uma nulidade. Como se um enganador agisse em meu nome para realizar negócios por mim.

2. E se alguém que posteriormente descobriu que um ministro de fato não era ministro ao batizá-lo duvidasse da validade, e para certeza o fizesse novamente por meio de uma pessoa autorizada, eu não o censuraria; tampouco o consideraria moralmente como um batizar duas vezes, mas sim como a repetição física daquele ato que moralmente é único (conforme expliquei anteriormente sobre a reordenação).

Portanto, se alguém que era um herético grosseiro nos pontos essenciais, ou um infiel, ou alguém que não possuía conhecimento e dotes essencialmente necessários para o ministério batizar outrem (com as palavras corretas), eu não culparia quem, para certeza, quisesse que uma pessoa autorizada o fizesse; especialmente se ele era notoriamente tal pessoa quando o realizou. Que aqueles que se irritam com esta resolução sejam tão justos para comigo como o são para com o Venerável Beda e aquele grande bispo operador de milagres, João, de quem em sua *História Eclesiástica* ele relata ter batizado um homem novamente na Inglaterra, meramente porque o sacerdote que o fizera era tão obtuso, ignorante e insuficiente que, no julgamento de

João, mostrava-se incapaz para o ofício, e por isso fora por ele proibido de usá-lo, muito embora a pessoa batizada (em idade adulta) não o soubesse; [Nota: Sobre o que se falou anteriormente.] a saber: Herebaldo, conforme Beda, livro 5, capítulo 6.

Questão 48. Podem os anabatistas, que não possuem outro erro, ser admitidos na comunhão da igreja?

Resposta. Sim, e tolerados em sua própria prática também; pois: 1. Eles concordam conosco em todos os pontos absolutamente necessários para a comunhão.

1. Os antigos cristãos possuíam a liberdade de batizar ou permitir que aguardassem até à maioridade, conforme considerassem melhor; e por isso Tertuliano e Nazianzeno falam contra a pressa; e Agostinho e muitos filhos de pais cristãos foram batizados em idade madura.

2. A controvérsia é de tão grande dificuldade que, se em todos os casos desse tipo não se tolerar os que divergem, não poderemos viver juntos no mundo ou na igreja, mas sim excomungar-nos ou perseguir-nos mutuamente de forma incessante.

3. Tais anabatistas sóbrios consentirão em professar abertamente que consagram os seus filhos a Deus de acordo com todo o poder ou dever que possam encontrar transmitido ou imposto a eles na palavra de Deus; e que, se cressem que Deus os aceitaria em sua aliança sob a dedicação deles, de bom grado o fariam.

E que realmente eles os oferecem a Deus de acordo com as suas capacidades, e prometem criá-los em seu caminho. E quem pode forçar as vontades dos homens a escolherem de modo correto para si mesmos ou para outrem?

Questão 49. Pode alguém oferecer o seu filho para ser batizado com o sinal da cruz, ou com o uso do crisma, da veste branca, do leite e mel, ou do exorcismo, como entre os luteranos, considerando estas coisas como ilícitas?

Resposta. Não me cabe agora tratar da questão de saber se são legítimas; mas a esta questão respondo:

1. Aquele que as julga ilícitas deve primeiramente fazer o seu melhor para certificar-se se o são ou não.

2. Em caso afirmativo, ele nunca deve aprová-las ou consentir com elas.

3. Ele não deve oferecer o seu filho para ser batizado dessa forma quando, *ceteris paribus*, puder fazê-lo de melhor maneira sob termos legítimos.

4. Mas quando não puder obter legitimamente uma forma melhor, ele pode e deve oferecer o seu filho àqueles que o batizarão dessa forma, de preferência a fazê-lo de modo pior, ou a não fazê-lo de modo algum; porque o batismo constitui ordenança de Deus e seu privilégio, e o pecado é do ministro, e não dele. O modo pecaminoso de outro homem não justificará a negligência de nosso dever; do contrário, não poderíamos nos unir a nenhuma oração ou

sacramento em que o ministro pecasse quanto ao modo; isto é, com ninguém.

5. O leite e mel, a veste branca e o crisma são tão antigos (chamados por Epifânio e outros de tradições e costumes da igreja universal) que a origem deles não é conhecida. E aquele que então não quisesse ser batizado dessa forma não deveria ter sido batizado de modo algum.

6. Mas, neste caso, aquele que traz o seu filho para o batismo deve tornar conhecido que é o batismo unicamente que ele deseja; e que ele desautoriza e desaprova o modo que considera pecaminoso; e então não constitui consentidor dele.

7. No entanto, onde a lei, o escândalo ou grandes inconvenientes o proibirem, ele não deve fazer esta profissão abertamente na congregação, mas sim daquela maneira prudente que convém a uma pessoa sóbria e pacífica; quer ao ministro em particular, ou aos seus vizinhos em conversação; sendo fácil entre vizinhos tornar conhecido o dissentimento de um homem, sem uma perturbação desordenada da igreja, ou violação das leis de obediência, civilidade e paz.

8. Mas ele não deve: 1. Oferecer o seu filho ao batismo onde a ordenança for essencialmente corrompida, ou pior do que nenhuma. 2. Ou onde ele não puder ser admitido sem um pecado real seu, como por profissões falsas, subscrições, etc. Pois não devemos fazer o mal para que venha o bem.

Questão 50. De onde proveio o antigo costume universal de ungir no batismo, vestir uma veste branca e provar leite e mel? E são eles legítimos para nós?

Resposta. 1. Devemos lembrar que a significação destes atos não se deu por uma nova instituição da parte deles, mas sim por costume anterior dos países em que viviam. Como: (1) A unção na Judeia era como o banho em Roma: era considerada naqueles países escaldantes como uma coisa saudável, reconfortante e mitigadora; e portanto usada para refrescar os membros cansados dos viajantes e para confortar os enfermos.

(2) E tratava-se de cerimônia há muito acostumada a ser usada também nos oficiais considerados sagrados, reis e sacerdotes, os quais eram ungidos em sua entrada e investidura.

(3) A veste branca e a púrpura eram então e ali consideradas as vestimentas mais nobres; [Nota: Ap 3:4, 5: "Comigo andarão de branco...".] não apropriadas a coisas e pessoas sagradas; mas como o escarlate recentemente na Inglaterra, apenas o traje de homens ilustres. Por cujo motivo, não como uma vestimenta sagrada, mas como uma vestimenta honrosa, quando os bispos começaram a ser promovidos, foi-lhes permitido usar veste branca, não apenas quando oficializavam, mas em outras ocasiões.

(4) O leite e o mel eram ali altamente estimados como alimento, sendo considerados o caráter da terra da promessa. [Nota: Tg v. 14; Mc vi. 13.]

1. Diante disso, por aplicação, as igrejas utilizaram estes sinais na ordenança sagrada do batismo: não por nova instituição da significação, digo, mas por aplicação da antiga significação bem conhecida.

2. Como os sinais naturais costumam ser permitidos a ser aplicados a coisas santas, os sinais cuja significação é antiga e comumente estabelecida e bem conhecida por acordo ou costume parecem, nisto, não diferir dos sinais naturais. Tais são todas as palavras, como sinais de nossas mentes; nenhuma palavra significando qualquer coisa naturalmente, mas apenas por acordo ou costume. E tal é o ajoelhar-se em oração, o estar descoberto e muitas coisas semelhantes; sobre algumas das quais Paulo apela ao costume das igrejas de Deus. [Nota: 1 Co 11:16.]

3. É muito provável que estas duas coisas juntas tenham trazido a união da unção: (1) O uso comum da unção na época, em ambos os casos mencionados (refrigério comum e investidura sagrada). (2) E o equívoco de todos aqueles textos das Escrituras que comandam ou mencionam a unção de forma metafórica: como 1 Jo 2:27: "A unção que vós recebestes... vos ensina todas as coisas". Ez 16:9: "Lavei-te com água... e te ungi com óleo", etc. Sl 105:15; 1 Cr 16:22: "Não toqueis nos meus ungidos". Ap 3:18. [Nota: Ap i. 6; v. 10; xx. 6; 1 Pe ii. 5, 9.]

E ao mesmo tempo lendo que fomos feitos reis e sacerdotes para Deus, e sacerdócio real, pensaram que isto poderia ser significado pelos sinais honoríficos usuais de tais cargos, tanto quanto por palavras para serem chamados assim. De modo que o consideraram como se,

em nossa época, o batizado devesse ser colocado em uma cadeira de estado, suntuosamente apparelled [vestido], e um banquete realizado para solenizar o ato, como fazem nos casamentos, e a pessoa batizada colocada na cabeceira, etc., as quais constituem ações e cerimônias significativas; mas não as pretendiam como novos sacramentos, ou qualquer parte do sacramento, mas sim como uma celebração pomposa do sacramento por tais acidentes cerimoniais adicionais.

1. E você deve se lembrar de que eles viviam entre infiéis, onde a profissão deles era objeto de escárnio comum, o que os tentava por tal ostentação e pompa a buscar torná-la honrosa, e a mostrar que a consideravam como tal, encorajando os que se mostravam desencorajáveis pelo escárnio. Por cujo motivo também utilizaram a cruz e os memoriais dos mártires.

2. No entanto, alguns, sim, muitos posteriormente pareceram tomar a unção por uma ação sacramental. Quando leram que a imposição de mãos constituía o sinal de concessão do Espírito Santo, como distinto do batismo, e que o Espírito é chamado na Escritura de a unção, uniram ambos e criaram aquilo que agora chamam de sacramento da confirmação.

3. Se a unção, o leite e mel, e a veste branca eram então pecaminosos em si mesmos para os usuários, não o determino. Mas certamente revelaram-se muito ruins por acidente, visto que por esta porta introduziram-se aquelas numerosas e ilícitas cerimônias que tanto perturbaram as igrejas e corromperam a religião; e entre os papistas, gregos, armênios, abissínios e

muitos outros fizeram com que o molho se tornasse a carne, e o laço passasse por vestimenta, convertendo muito do culto de Deus em imagens, sombras e exibições pomposas.

Questão 51. Se é necessário que os que são batizados na infância renovem e assumam solenemente na maioridade a sua aliança batismal antes de possuírem direito ao estado e privilégios de membros adultos? E se não o fizerem, devem ser contados com os cristãos ou com os apóstotas?

Resposta. 1. A membresia da igreja constitui a mesma coisa nas crianças e nos adultos.

1. As crianças são naturalmente incapazes de realizar tudo aquilo no batismo que os adultos devem fazer; como compreender, professar, etc., por si mesmas.

2. O batismo dos adultos, sendo o mais completo por conta da maturidade dos destinatários, é constituído como o modelo permanente nas Escrituras; pois Deus formula as suas ordenanças para os destinatários ordinários mais perfeitos.

3. Embora uma criança seja dedicada aceitavelmente a Deus pela vontade de seu pai, contudo na maioridade isso deve ser realizado por sua própria vontade.

4. Portanto, o mero título infantil cessa quando chegamos à maioridade, e o título da pessoa cessa, a menos que seja renovado por ela mesma, ou por seu próprio consentimento. A razão consiste em que as

condições de seu título infantil então cessam: pois a vontade de seu pai não responderá mais pela sua.

5. Regularmente e *ad bene esse* [para o bem-estar], a transição do estado de membresia infantil para o estado de membresia adulta deve ser muito solene, e por meio de uma assunção pessoal e compreensiva da aliança batismal. [Nota: Veja as provas de tudo em meu *Treatise of Confirmation*.]

6. Não se necessita de outra prova disso senão: 1. Que Deus nas Escrituras nunca concedeu a pessoas adultas título a esta aliança senão por seu próprio consentimento pessoal; e na primeira instituição do batismo ambos caminharam juntos (profissão pessoal e batismo), porque os destinatários eram adultos. 2. E que as crianças são capazes de batismo, mas não de profissão pessoal. 3. Portanto, embora não devam repetir o batismo, que foi realizado anteriormente, contudo estão obrigadas a fazer na maioridade aquela profissão que nunca fizeram antes.

7. Onde esta assunção solene de sua aliança não puder ser obtida (por conta de corrupções da igreja e proibição dos magistrados), ali a associação ordinária da pessoa com a igreja na profissão pública e no culto deve ser tomada por uma assunção dela.

8. Aquele que, tendo sido batizado na infância, de modo algum na maioridade assume a sua aliança batismal deve ser tomado por um apóstata: 1. Porque o seu título infantil cessa. 2. E ele viola notoriamente a sua aliança. 3. Porque não pode haver cristão adulto que de modo algum assuma a Cristo.

9. Mas isto deve ser entendido em relação àqueles que possuem oportunidade; pois alguém em um deserto entre pagãos apenas não pode associar-se ao culto público, tampouco prestar testemunho de seu cristianismo à igreja.

10. Embora o sacramento da ceia do Senhor seja designado para a renovação de nossa aliança na maioridade, contudo não constitui a primeira assunção da aliança pelos de idade madura; pois esse sacramento não pertence nem a crianças nem a infiéis; e aquele que o reivindica deve ser um membro adulto da igreja ou cristão, o que não são aqueles que na maioridade nunca assumiram a sua aliança batismal, nem fizeram qualquer profissão pessoal de cristianismo.

Mas sobre isso escrevi propositadamente em um *Treatise of Confirmation* há muito tempo.

Questão 52. Se a igreja universal consiste apenas de igrejas particulares e de seus membros?

Resposta. Não: as igrejas particulares constituem as partes mais regulares da universal, mas não o todo; não mais do que as cidades e corporações constituem todo o reino. 1. Alguns podem ser, como o eunuco, batizados antes que possam vir a qualquer igreja particular; ou como Paulo, antes que possam ser recebidos.

Alguns podem residir onde a tirania da igreja os impede por imposições pecaminosas; como todos os que vivem entre os papistas.

1. Alguns podem viver em épocas de dúvida, distração e confusão, não sabendo a qual igreja associar-se ordinariamente, podendo de forma providente frequentar promiscuamente a muitas, mantendo-se em um estado não estabelecido por algum tempo.

2. Alguns podem ser esposas, filhos ou servos, os quais podem ser violentamente impedidos.

3. Alguns podem viver onde igrejas particulares não existem; como mercadores e embaixadores entre maometanos e pagãos.

Questão 53. Deve o pastor primeiramente convocar a igreja e agregá-la a si mesmo, ou deve a igreja primeiramente congregar-se e depois escolher o pastor?

Resposta. 1. Os pastores são, em ordem de natureza, se não de tempo, primeiramente ministros de Cristo em geral antes de se relacionarem com um encargo particular.

1. Como tais ministros, eles primeiramente tornam os homens aptos a se congregarem, instruindo-os sobre o seu dever nisso.

2. No entanto, constitui matéria variável e indiferente se o ministro primeiramente dirá: "Todos os que quiserem associar-se a mim e submeter-se a mim como seu pastor constituirão o meu encargo particular", ou se o povo congregado anteriormente convoca um homem para ser o seu pastor.

Questão 54. Em que difere uma igreja particular de instituição de Cristo de uma consociação de muitas igrejas?

Resposta. 1. Em que tal igreja particular constitui uma companhia de cristãos associados para comunhão pessoal imediata no culto de Deus e na vida santa; ao passo que as consociações de igrejas combinam-se para comunhão mediata distinta, ou por delegados ou representantes (como nos sínodos). [Nota: At 2:1, 24, 44, 46; iv. 32; v. 12; 1 Ts 5:12, 13; 1 Co 14:19, 23, 24, 28, 35; At 14:23; Tt i. 5; At xi. 26; Tg ii. 2.]

1. Tal igreja particular é constituída de um ou mais pastores com o povo, oficializando no ministério sagrado entre eles em doutrina, culto e disciplina, com vistas à referida comunhão pessoal. No entanto, uma consociação de igrejas não possui cabeça particular como tal de instituição divina para constituí-las e governá-las como uma única. No tempo de Inácio, cada igreja particular era caracterizada ou conhecida por duas marcas de unidade: 1. Um altar (isto é, um lugar de assembleia para a santa comunhão). 2. Um bispo com os presbíteros e diáconos; e dois altares e dois bispos provavam duas igrejas.

2. A igreja particular sob a autoridade de um bispo ou dos mesmos pastores constitui uma sociedade política, santa; ao passo que a combinação de muitas igrejas consorciadas não o é, mas sim apenas: 1. Ou uma comunidade que acorda viver em concórdia, como reinos vizinhos podem fazer. 2. Ou senão uma

política ou sociedade humana, e não de instituição divina imediata. De modo que, se esta consociação de igrejas for chamada de igreja, deve sê-lo de modo equívoco ou em um sentido humano.

Questão 55. Pode uma igreja particular consistir de mais assembleias do que uma? Ou deve necessariamente reunir-se toda em um único lugar?

Resposta. 1. A verdadeira nota de distinção de uma igreja particular consiste em estarem associados para a santa comunhão no culto e na vida santa, não por delegados, nem distantemente apenas por possuírem a mesma fé e se amarem mutuamente (como podemos fazer com aqueles nos antípodas), mas pessoalmente em presença.

1. Portanto, devem necessariamente estar tão próximos que sejam capazes de comunhão pessoal, presente.

2. E é mais conveniente que não sejam em número maior do que o que pode ordinariamente se reunir na mesma assembleia, ao menos para a comunhão sacramental.

3. No entanto, podem reunir-se em muitos locais ou assembleias, como capelas, oratórios ou outras reuniões subordinadas designadas para suprir a necessidade dos fracos e idosos, e daqueles que não podem viajar para longe. E em tempos de perseguição, quando a igreja não ousa reunir-se de modo algum em um único local, podem constituir reuniões menores sob a direção de diversos pastores da mesma igreja.

No entanto, devem reunir-se todos juntos sempre que puderem.

4. E deve-se considerar que todas as pessoas de uma família raramente podem ir à assembleia ao mesmo tempo, especialmente quando residem longe. Portanto, se um local de igreja comportasse apenas dez mil pessoas, contudo vinte mil poderiam ser membros, enquanto metade se reuniria em um dia e metade em outro (ou em outra parte do dia).

5. Duas congregações distintamente associadas para o culto pessoal sob pastores distintos, ou possuindo de forma estabelecida (como fala Inácio) dois bispos e dois altares, constituem duas igrejas particulares, e não podem de outro modo constituir uma única igreja senão como aquilo que pode ser chamado de uma única que constitui uma consociação de diversas.

Questão 56. É qualquer forma de governo da igreja de instituição divina?

Resposta. Sim: existem duas políticas ou formas de governo da igreja essencialmente diferentes de instituição própria de Cristo, nunca a serem alteradas pelo homem. 1. A forma da igreja universal, como liderada pelo próprio Cristo; a qual todos os cristãos assumem ao se tornarem cristãos em seu batismo.

As igrejas particulares, as quais são lideradas por seus respectivos bispos ou pastores, constituindo partes da universal, assim como uma tropa o é de um exército, ou uma cidade de um reino.

Aqui constitui instituição divina: 1. Que existam assembleias santas para o culto público de Deus.

1. Que estas assembleias sejam sociedades constituídas do povo com os seus pastores, os quais se encontram para com eles como capitães para as suas tropas sob a direção do general, ou como prefeitos para com as cidades sob a direção do rei. [Nota: Ef iv. 11, 12; At xiv. 23; 1 Ts 5:12, 13.]

2. Que estes pastores possuam o poder das chaves, ou a orientação e governo especiais (pela palavra, não pela espada) de seu próprio encargo particular nos assuntos da fé, do culto e da vida santa; e que os rebanhos lhes obedeçam. E quando tudo isto se dá *jure divino* [por direito divino], por que haveria alguém de dizer que nenhuma forma de governo é *jure divino*?

3. Além disso, constitui designação divina que estas igrejas mantenham a mais estreita concórdia, auxiliando-se mutuamente tanto quanto puderem, quer por sínodos ou por outros meios adequados de correspondência. E embora isto não constitua um governo distinto, representa um modo distinto de governar.

Objeção. Mas que existam pastores com igrejas ou assembleias fixas não decorre da lei da natureza.

Resposta 1. Não possui Cristo lei nenhuma senão a lei da natureza? Em que difere então a religião cristã da pagã? 2. Suponha apenas Cristo como sendo Cristo, e o homem como sendo o que é, e a própria natureza lhe dirá que este constitui o caminho mais adequado para ordenar o culto

de Deus. Pois a natureza diz que Deus deve ser solene e ordinariamente adorado, e que pessoas qualificadas devem ser os guias oficiais na realização, e que as pessoas que necessitam de tal conduta e supervisão privada além disso devem possuir, onde residem, os seus próprios supervisores estabelecidos.

Objeção. Mas as congregações particulares não são *de primaria intentione divina* [de intenção divina primária]: pois se todo o mundo pudesse se unir no culto público de Deus, sem dúvida isso constituiria propriamente uma igreja. Mas as congregações particulares são apenas acidentais, em referência à intenção de Deus de possuir uma igreja, por conta da impossibilidade de todos os homens se unirem para as ordenanças, etc.

Resposta 1. A questão para mim não consiste em saber se são de intenção primária, mas sim se as igrejas estabelecidas lideradas por seus respectivos bispos ou pastores não são de instituição de Deus nas Escrituras.

1. Esta objeção o confirma, e não o nega. Pois: 1. Ela confessa que existe uma necessidade de união para o culto de Deus. 2. E uma impossibilidade de que todo o mundo se de fato una dessa forma. 3. Mas se todo o mundo pudesse se unir dessa forma, isso constituiria propriamente uma igreja. De modo que confessa que ser uma sociedade unida para o culto público de Deus consiste em ser propriamente uma igreja. E nós confessamos tudo isto: se todo o mundo pudesse constituir uma única família, poderiam possuir um único senhor; ou se fosse um único reino, poderiam possuir um único rei. Mas quando se confessa que: 1. Uma impossibilidade natural de uma assembleia

universal necessita de mais assembleias particulares; 2. E que Cristo instituiu tais assembleias realmente em sua palavra, o que mais pode requerer um homem ponderado?

2. Não compreendo esta distinção de *de primaria intentione divina* e acidental, etc. A intenção primária diz respeito propriamente ao fim último apenas; e homem nenhum pensa que uma lei *de mediis*, das coisas do meio, não constitua lei, ou que Deus não tenha criado leis *de mediis*; pois Cristo como mediador constitui um meio. Mas suponha que ela seja limitada à matéria das leis da igreja; se este for o significado dela, a saber: que não constitui o meio principal, mas sim um meio subordinado, ou que não foi instituída apenas *propter finem ultimum* [por causa do fim último], não mais do que *propter se* [por causa de si mesma], mas também em ordem a uma coisa superior como o seu fim imediato, não fazemos disso questão alguma. As assembleias não existem apenas para que existam assembleias, mas sim para o culto e os ofícios ali realizados; e estes para o homem; e tudo para Deus. Mas e quanto a tudo isto? Não criou Deus leis para os meios subordinados? Cristão nenhum o nega.

Portanto, o instruído e criterioso disputador deste ponto declara-se a favor do que digo quando afirma: "Não me engajo na controvérsia sobre se uma congregação particular constitui ou não a primeira igreja política; basta para o meu propósito que existam outras igrejas além dela". [Nota: O Dr. Stillingfleet em seu *Irenicum*, p. 116.] O assunto em questão consiste em saber se não

existe outra igreja senão tais congregações particulares? Onde parece concedido que tais igrejas particulares são de instituição divina, e sobre as outras igrejas falarei logo adiante. Nesse ínterim, note que a questão aqui diz respeito apenas ao nome (*de nomine*), e não à matéria (*de re*).

Mas, para que ninguém se torne ousado a ponto de negar que Cristo instituiu sociedades cristãs estabelecidas, constituídas de pastores e rebanhos, associadas para a comunhão pessoal no culto público e na vida santa (o que representa a minha definição de uma igreja particular, como não tão limitada a uma única assembleia, mas podendo existir em diversas, e contudo não consistindo de diversas dessas assembleias estabelecidas distintas com os seus pastores distintos, nem daquelas que não podem manter comunhão pessoal, mas apenas por delegados); eu o provo da seguinte forma a partir da palavra de Deus:

(1) Os apóstolos foram comissionados por Cristo para transmitir os seus mandamentos a todas as igrejas e estabelecê-las de acordo com a sua vontade, Jo 20:21; Mt 28:19, 20, etc.

(2) Estas pessoas comissionadas possuíam a promessa de um Espírito infalível para a devida realização de seu trabalho, Jo 16:13-15; xv. 26; xiv. 26; Mt 28:20.

(3) Estes apóstolos, onde quer que o sucesso do evangelho lhes preparasse os materiais, estabeleciam de fato sociedades cristãs fixas, constituídas de pastores ou presbíteros com os seus rebanhos, associadas para a comunhão pessoal no culto público e na vida santa. A

estas igrejas estabelecidas deram ordens para a sua orientação, preservação e reforma; dessas assumiram eles mesmos o principal cuidado, exortando os seus presbíteros à fidelidade em seu trabalho. Ordenaram que ninguém abandonasse tais assembleias; e as descreveram de modo tão pleno que não podem facilmente ser mal compreendidas. Tudo isto é provado em At 14:23; Tt 1:5; Rm 16:1; 1 Co 11:18, 20, 22, 26; xiv. 4, 5, 12, 19, 23, 28, 33, 34; Cl 4 :16; At 11:26; xiii. 1; 1 Co 16:1, 2; At 14:27; xv. 3, para omitir muitas outras passagens. Há aqui provas suficientes de que tais igrejas particulares foram *de facto* estabelecidas pelos apóstolos. Hb 10:25: "Não deixando a nossa congregação". Assim, em Tg 2:2, elas são chamadas de sinagogas.

Confessa-se que existe uma necessidade natural de tais igrejas ou assembleias estabelecidas, supondo apenas a instituição do próprio culto ali realizado; e, se assim for, podemos dizer que a própria lei da natureza em parte as exige:

(1) Decorre da lei da natureza que Deus seja publicamente adorado, como a maioria dos expositores do quarto mandamento confessa.

(2) Decorre da lei da natureza que o povo seja ensinado a conhecer a Deus e o seu dever por pessoas que sejam capazes e aptas a ensiná-los.

(3) A lei da natureza exige que, sendo o homem uma criatura sociável, e operando a conjunção de forma mais forte os afetos, utilizemos a nossa sociabilidade nos assuntos mais importantes e, por meio da conjunção, auxiliemos o zelo de nossas orações e louvores a Deus.

(4) A instituição por Deus da pregação pública, da oração e do louvor raramente é negada por cristão nenhum.

(5) Nenhuma destas coisas se pode realizar publicamente senão por meio de reuniões.

(6) Nenhuma assembleia pode bastar para estas coisas sem um ministro de Cristo; porque constitui ofício exclusivamente dele ser o mestre ordinário e ir à frente do povo na oração e no louvor, bem como administrar a ceia do Senhor, a qual sem um ministro não pode ser celebrada, porque a parte de Cristo não pode de outro modo ser realizada senão por alguém em seu nome e por sua autorização para entregar a sua aliança selada aos destinatários, investindo-os visivelmente nos benefícios dela e recebendo os que se oferecem em aliança a ele.

(7) Constitui também um dever ministerial instruir o povo pessoalmente e zelar por ele em outras ocasiões, At 20:20, 28. E ser exemplos para o rebanho, 1 Pe 5:1-3. Presidir sobre o povo, trabalhar entre eles e admoestá-los, 1 Ts 5:12; Hb 13:7, 17; 1 Tm 5:17. Exercer a santa disciplina entre eles, Tt 3:10; Mt 18:17, 18; 1 Co 5. Visitar os doentes e orar sobre eles, Tg 5:14. Sim, cuidar dos pobres. Veja Dr. Hammond em 1 Co 12:28. E tudo isto não se pode realizar adequadamente por ministros incertos e transitórios, mas apenas por um pastor residente e estabelecido, não mais do que estranhos transitórios podem governar todas as nossas famílias ou todos os reinos cristãos do mundo.

(8) E como isto não se pode realizar senão por pastores estabelecidos, do mesmo modo tampouco sobre pessoas transitórias ordinariamente; pois quem pode ensinar

aqueles que hoje se encontram aqui e amanhã se terão ido? Quando o pastor devesse prosseguir dia após dia acrescentando uma instrução a outra, os ouvintes ter-se-ão ido, e outros novos estarão em seu lugar. E como se podem exercer a vigilância e a disciplina sobre tais pessoas transitórias, cujas faltas e casos serão desconhecidos? Ou como podem auxiliar-se mutuamente? E, visto que a maioria das pessoas no mundo possui habitações fixas, se não tiverem também relações eclesiásticas fixas, deverão deixar as suas habitações e peregrinar, ou então não manter comunhão eclesiástica de modo algum.

(9) E como esta necessidade de pastores e rebanhos fixos é confessada, assim o fato de tais pessoas terem sido ordinariamente estabelecidas pelos apóstolos *de facto* foi provado anteriormente, se as Escrituras podem servir de prova.

A instituição e o estabelecimento de igrejas cultuantes particulares, portanto, encontram-se fora de dúvida. E assim, duas formas de governo da igreja dão-se *jure divino*: a forma da igreja universal e a da igreja particular.

Além disso, nos dias dos apóstolos, existiam sob a autoridade de Cristo na igreja universal muitos oficiais gerais que possuíam o cuidado de reunir e supervisionar igrejas por toda parte, não se achando vinculados por relação estabelecida a nenhuma delas. Tais eram os apóstolos, os evangelistas e muitos de seus auxiliares naqueles dias. E a maioria das igrejas cristãs pensa que, muito embora os dons, privilégios e ofícios apostólicos extraordinários tenham cessado, contudo, constituindo o

governo uma parte ordinária de seu trabalho, a mesma forma de governo que Cristo e o Espírito Santo estabeleceram no primeiro século foi instituída para todos os séculos seguintes, embora não com os mesmos dons e adjunções extraordinários. Porque: [Nota: Razões para um episcopado mais amplo.] 1. Lemos sobre o estabelecimento daquela forma (a saber: oficiais gerais, bem como particulares), mas nunca lemos sobre qualquer abolição, desoneração ou cessação da instituição. 2. Porque se afirmarmos uma cessação sem provas, pareceremos acusar Deus de mutabilidade, como se tivesse estabelecido uma forma de governo para um século apenas, e não mais. 3. E abrimos espaço para mentes audaciosas questionarem, correspondentemente, outras instituições do evangelho, tais como pastores, sacramentos, etc., dizendo que se destinavam a um século apenas. 4. Foram os oficiais gerais a quem Cristo prometeu acompanhar até ao fim do mundo, Mt 28:20.

Ora, ou isto se sustentará como verdadeiro, ou não. Se não, então este ministério geral deve ser numerado entre as adições humanas a serem tratadas a seguir. Se sim, então temos aqui outra parte da forma de governo provada como sendo de instituição divina. Não digo outra igreja (pois nada constato chamado de igreja no Novo Testamento senão a igreja universal e a particular), mas sim outra parte do governo de ambas as igrejas, universal e particular; porque tais oficiais gerais encontram-se na igreja universal de modo a possuírem uma supervisão geral das particulares; assim como um exército é liderado unicamente pelo próprio general, e um regimento pelo coronel, e uma tropa pelo capitão; mas os oficiais gerais do exército (os tenentes-generais, os majores-generais,

etc.) encontram-se sob a direção do senhor-general no exército e sobre ele, e possuem uma supervisão geral dos corpos particulares (regimentos e tropas). Ora, se esta constitui a forma instituída de governo da igreja de Cristo — ele próprio governando de forma absoluta como general, e possuindo alguns oficiais gerais sob a sua direção (não possuindo nenhum o encargo do todo, mas no todo de forma não estabelecida, ou partilhando voluntariamente as suas províncias), e possuindo cada igreja particular o seu próprio pastor próprio (um ou mais) —, então quem pode dizer que forma nenhuma de governo da igreja é de designação ou mandamento divino?

Objeção. Mas a questão consiste apenas em saber se alguma forma exclusiva é de comando de Deus? E se outra não poderia ter tanto a dizer a seu favor quanto esta?

Resposta. Ou você quer dizer outra em lugar desta, como concorrente, ou outra parte conjunta com estas partes.

Se o primeiro constitui o seu sentido, então você possui duas obras a realizar: 1. Provar que estas instituições mencionadas anteriormente eram mutáveis, ou que foram estabelecidas apenas de forma disjuntiva com alguma outra, e que a escolha foi deixada livre aos homens. 2. Provar a instituição de sua outra forma (a qual você supõe deixada com esta à livre escolha dos homens).

Mas já provei que tanto a forma da igreja geral quanto a da particular foram estabelecidas para continuidade como ordenanças imutáveis de Deus. Suponho que você

não duvide da continuidade da supremacia de Cristo e, consequentemente, da forma universal; e se você quiser provar que as assembleias da igreja com os seus pastores podem cessar, e alguma outra forma suprir o espaço, revelará ser um empreendedor estranho e singular. As outras duas partes do governo (por oficiais gerais e por consociação de igrejas) são mais disputadas; mas são as circunstâncias desta última apenas que se mostram controvertidas, e não a coisa em si; e quanto à outra, nada mais acrescentarei agora ao que já disse em outro lugar.

1. Mas se você apenas quer dizer que outra parte da forma pode dar-se *jure divino* tanto quanto esta, isso ainda assim provará que alguma forma se dá *jure divino*.

2. Mas, se você quer dizer que Deus, tendo instituído as formas agora provadas, deixou o homem em liberdade para acrescentar mais por si próprio, passarei agora a examinar também esse caso.

Questão 57. Se quaisquer formas de igrejas, e de governo da igreja, ou quaisquer novos oficiais da igreja, podem legitimamente ser inventados e criados pelo homem?

Resposta. Para remover ambiguidades: 1. Pela palavra "formas" pode-se entender ou aquela forma relativa de tais corpos agregados que constitui a essência deles, denominando-os essencialmente; ou apenas algum modo acidental que os denomina apenas de forma acidental.

1. Por "igrejas" entende-se ou sociedades santas relacionadas pelo fundamento de uma instituição divina; ou senão sociedades relacionadas por acidente, ou apenas por contrato humano.

2. Por "governo da igreja" entende-se ou aquele governo formalmente eclesiástico que constitui uma igreja de criação de Cristo; ou senão algum governo sobre os assuntos da igreja o qual é formalmente magistrático ou humano (por contrato), etc.

3. Assim, por "oficiais da igreja" entende-se ou aqueles que são considerados essenciais para uma igreja no sentido cristão puro; ou integrais ao menos (como os diáconos); ou senão aqueles que são considerados apenas acidentais a ela, e essenciais apenas para a forma humana. E assim respondo:

4. Como existem algumas coisas *circa sacra* [ao redor das coisas sagradas], ou acidentes do culto especial da igreja de Deus, que são deixadas à prudência humana para determinar, a mesma prudência humana pode determinar quem os realizará. Como, por exemplo: quem reparará as edificações da igreja; as janelas, os sinos, os púlpitos, as mesas, etc.; quem cuidará do relógio; quem guardará os cálices, toalhas e outros utensílios; quem será o porteiro, o guardião dos livros, etc.; quem convocará o povo à igreja, ou tocará os sinos, ou lhes dará ciência das assembleias da igreja; quem preparará o pão para o sacramento, ou proverá o vinho, ou trará a água para o batismo; quem abrirá as sepulturas e sepultará os mortos, ou assistirá aos casamentos, batismos, etc.; quem definirá o tom do salmo, ou usará a música da igreja (se houver

alguma); quem convocará qualquer um do povo em qualquer ocasião justa para vir aos seus pastores; ou quem convocará os pastores para qualquer sínodo ou assembleia legítima, dando-lhes ciência da hora e do local; quando se reunirão, quem será chamado primeiro e quem em segundo; quem se assentará no lugar mais alto e quem no mais baixo; quem colherá os votos, ou moderará ou guiará as disputas da assembleia; quem será o escrivão e registrará o que for feito; quem enviará os acordos deles para fora e quem será o mensageiro da igreja para carregá-los. Os agentes de tais aspectos circunstanciais podem ser escolhidos pelo magistrado, ou pelas igrejas, ou pastores, conforme seja mais conveniente. Muito embora eu não duvide de que, no princípio, os diáconos não passavam de meros servos dos pastores para realizarem tanto do trabalho circunstancial quanto fossem capazes; de que servir às mesas, cuidar dos pobres e levar o pão e o vinho aos ausentes, etc., não passavam de partes; e tudo corria sob o nome de ministrar aos pastores ou às igrejas. E, portanto, eles parecem constituir tal ofício acidental, designado pelos apóstolos sob razões tão comuns que magistrados ou igrejas poderiam tê-los designado se não o tivessem feito.

5. Se alguém quiser chamar a todos ou a muitos destes de oficiais da igreja, e outro não o quiser, não passa de disputa sobre nomes, os quais um usará de forma mais ampla e o outro de forma mais restrita ou estrita.

6. Se os magistrados por autoridade, ou as igrejas por acordo, distribuírem o país para conveniência em

paróquias (não fazendo de todos os residentes naquelas circunscrições membros da igreja, mas determinando que todas as pessoas aptas naquelas proximidades, e elas apenas, serão membras daquela igreja particular) e então denominarem a igreja a partir deste acidente de local, não passa de algo que é deixado à discrição deles.

7. E se os referidos magistrados ou igrejas dividirem um reino em províncias e disserem que, visto que Deus nos ordena o uso de correspondências, aconselhamento mútuo e sínodos para o devido auxílio, concórdia e comunhão das igrejas, devendo todas as coisas ser feitas em ordem e para edificação; portanto determinamos que tantas igrejas comporão tal sínodo, e as igrejas de tal distrito comporão outro sínodo, relacionando-se assim de forma especial umas com as outras para a concórdia como conselheiras, tudo isto não passa da determinação prudente de circunstâncias ou acidentes da igreja deixada ao homem.

8. E se designarem que quer o magistrado ou um pastor será, por amor à ordem, o designador das datas e locais de reunião, ou o presidente do sínodo para regular e ordenar os procedimentos e manter a paz, conforme mencionado anteriormente, trata-se de mero acidente da obra sagrada que o homem pode determinar. Portanto, um leigo pode ser tal presidente ou regulador.

9. E se quiserem chamar este homem pelo nome de governador da igreja, ele que realiza apenas uma parte comum nisso, e a partir disso chamarem esta

associação ou província pelo nome de igreja (a qual não passa de um grupo de igrejas associadas para concórdia e conselho), o nome não faz dela outra coisa do que ela o é sem esse nome; e o nome pode ser legítimo ou ilícito conforme os tempos e prováveis consequências o tornem adequado ou inadequado quanto ao uso.

10. O tanto dos assuntos da igreja que for deixado ao governo do magistrado pode estar sob monarquia, aristocracia ou democracia, e sob tais oficiais subordinados quanto o governante supremo designar.

11. E se o magistrado quiser fazer das assembleias ou conselhos de pastores os seus conselhos, exigindo que se reúnam frequentemente para aconselhá-lo no cumprimento de sua própria responsabilidade e obra sobre a religião e a igreja, ele pode correspondentemente distribuí-los em províncias para esse uso, ou ordenar tais circunstâncias conforme lhe aprouver.

12. E se uma província de igrejas for chamada de uma única igreja por se encontrar sob a autoridade de um único magistrado, ou uma nação de igrejas chamada de igreja nacional por se encontrar sob um único rei, ou muitos reinos ou um império chamado de uma única igreja católica por se encontrarem todos sob um único imperador; deve-se confessar que esta questão é de nome (*de nomine*), e não de matéria (*de re*).

E além disso: 1. Que nas coisas sagradas aquilo que é de instituição divina e primária constitui o *famosius analogatum* [o análogo mais célebre], e não aquilo que é

apenas formado pelo homem. 2. Que quando tal palavra ambígua é usada sem explicação ou circunstâncias explicativas, deve ser tomada pelo *famosius analogatum*. 3. Que, neste caso, a palavra igreja ou forma de igreja é certamente ambígua, e não unívoca. 4. Que uma igreja nacional, imperial ou provincial, conforme liderada por um rei, imperador, magistrado ou qualquer cabeça de designação humana, constitui outra coisa diferente de uma igreja de instituição de Cristo; não passando de um acidente ou adjunção dela. E a cabeça da forma humana, se chamada de cabeça da igreja de Cristo, não passa de uma cabeça acidental, e não constitutiva. E se as igrejas de Cristo forem denominadas a partir de tal cabeça, são denominadas apenas a partir de um acidente, assim como um homem pode ser denominado vestido ou despido, vestido suntuosa ou sordidamente, vizinho deste homem ou daquele, etc. Não se trata de denominação formal de uma igreja na primeira acepção, conforme ela significa o *famosius analogatum*; muito embora de outro modo muitos tipos de sociedades possam ser chamados de *ecclesiæ* ou *cœtus* [assembleias ou grupos]; mas os teólogos não devem amar a confusão.

1. Parece-me que a primeira distribuição das igrejas no império romano em patriarcados, primados, metrópoles, províncias e dioceses não passou de determinação de tais adjunções ou coisas extrínsecas, em parte pelos imperadores, e em parte pelo consentimento da igreja sob a permissão do imperador; e assim que estes novos governos da igreja eram em parte magistráticos, ou por poder derivado dos imperadores, e em parte meros acordos ou contratos que por graus degeneraram em governos; de

modo que as novas formas e nomes são todos acidentais, adjunções das verdadeiras igrejas cristãs. E embora eu não possa provar ser ilícito fazer tais constituições, formas e nomes adjuntivos ou extrínsecos, considerando o assunto simplesmente em si mesmo, contudo, por acidente, estes acidentes revelaram-se para as verdadeiras igrejas como o acidente da doença o é para o corpo, tendo sido as causas de divisões, guerras, rebeliões, ruínas e confusões do mundo cristão: 1. À medida que serviram à avareza e ambição de homens carnais. 2. E os capacitaram a oprimir a simplicidade e a sinceridade. 3. E porque os príncipes não exerceram o seu próprio poder pessoalmente, tampouco o confiaram a oficiais leigos, mas sim a clérigos. 4. Por cujo meio o governo extrínseco degenerou tanto, obscurecendo o intrínseco e confundindo-se com ele, que, correndo ambos sob o nome equívoco de governo eclesiástico, poucas igrejas tiveram a felicidade de vê-los praticamente distintos. Aliás, poucos teólogos distinguem-nos claramente em sua controvérsia (embora Marsílio de Pádua e alguns poucos mais tenham outrora lançado sobre eles excelente luz, a qual, contudo, foi muito pouco aproveitada).

2. Parece-me não existir caminho mais pronto e direto para conduzir as igrejas à santa concórdia e verdadeira reforma do que os príncipes e magistrados, os quais são os governantes extrínsecos, reassumirem o que é seu, distinguindo de forma aberta e prática o ofício intrínseco propriamente sacerdotal ou pastoral da parte extrínseca deles, despindo os pastores de tudo o que não é intrinsecamente seu (sendo

suficiente para eles, e coisas tão heterogêneas não consistindo bem em uma única pessoa); e então, quando o povo souber o que é reivindicado como procedendo apenas do magistrado, isso eliminará a maior parte de seus escrúpulos quanto à sujeição e ao consentimento.

3. Homem mortal nenhum pode revogar ou destituir o ofício pastoral, e o poder real e intrínseco dele, bem como a forma de igreja que é constituída por ele; visto que Deus os instituiu para perpetuidade sobre a terra.

4. Mas se uma igreja possuirá um único pastor ou muitos não constitui de modo algum parte da forma de uma igreja particular; mas diz respeito à integridade ou perfeição gradual de tais igrejas possuírem muitos conforme necessitem, e a outras não; não que isso seja deixado meramente à vontade do homem, mas deve ser variado conforme a necessidade e causa naturais exijam.

5. A natureza do ofício ou poder intrínseco (a ser descrito logo adiante) é extremamente necessária de ser compreendida como distinta do poder dos magistrados por quem deseja realmente compreender isto. O número de governantes em um estado civil faz com que exista aquilo que se chama de variedade de formas de repúblicas: monarquia, aristocracia ou democracia; porque o poder de comando constitui a coisa que ali é mais notadamente exercida e primeiramente enaltecida. E um homem mais sábio e melhor, sim, mil homens, devem permanecer como súditos por falta de autoridade ou poder real, o qual apenas pode residir em uma única pessoa soberana,

quer natural ou política; porque não pode consistir no exercício com autocontradição. Se um for a favor da guerra e outro da paz, etc., não há governo. Portanto, os muitos devem constituir uma pessoa coletiva ou política, e devem consentir ou seguir pelo voto da maioria, ou não poderão governar. No entanto, aquilo que é chamado de governo nos sacerdotes ou ministros é de outra natureza; trata-se de um ramo secundário e subserviente de seu ofício: as primeiras partes consistem em ensinar e orientar o povo, como seus sacerdotes, para Deus no culto público; e eles os governam ensinando, e em ordem a ensinar adicionalmente e adorar a Deus; e isso não pela força, mas pela razão e amor. Sobre o que falaremos mais adiante. Portanto, se uma congregação sagrada for ensinada e conduzida no culto público, e assim governada conforme concorra para isso, quer por um, dois ou muitos, isso não altera a forma da igreja mais do que altera a forma de uma escola quando uma pequena possui um único mestre e uma grande possui quatro; ou de um hospital quando um pequeno possui um único médico e um grande muitos; visto que ensinar em uma e curar no outro constitui a obra denominativa principal para a qual o governo não passa de subserviente nos atos mais notáveis dele.

6. Homem mortal nenhum pode assumir para si a criação de outra igreja, ou de outro ofício para a igreja, como sendo uma coisa divina, sob os mesmos fundamentos e da mesma natureza que Cristo criou os que já se encontram criados. O caso de acrescentar novos oficiais da igreja ou formas de igrejas é o mesmo que o de criar novas ordenanças de culto para

Deus, devendo ser correspondentemente determinado (o que expus amplamente em seu lugar). Acidentes podem ser acrescentados. Elementos substanciais de semelhante natureza pretendida não podem ser acrescentados; porque consiste em usurpar o poder de Cristo sem derivação por qualquer comissão provada; e em acusá-lo de ter realizado a sua própria obra de forma imperfeita.

7. De fato, homem nenhum pode aqui criar um novo oficial da igreja deste tipo intrínseco sem criar para ele uma nova obra, o que significa criar uma nova doutrina ou um novo culto (os quais são proibidos); pois realizar a obra de Deus já criada pertence ao ofício já instituído. Se cada rei criará os seus próprios oficiais, ou autorizará os superiores a criarem os inferiores, ninguém deve presumir criar para Cristo oficiais e igrejas sem a sua comissão.

8. Homem nenhum deve criar qualquer ofício, igreja ou ordenança que seja corruptiva ou destrutiva, ou contrária ou prejudicial aos ofícios, igrejas e ordenanças que o próprio Cristo criou. Isto Bellarmin o confessa e, portanto, suponho que os protestantes não o negarão. Aqueles oficiais humanos que usurpam a obra dos próprios oficiais de Cristo, retirando-a das mãos destes, combatem de forma maligna as instituições de Cristo; e enquanto pretendem que não passam de adições preservadoras e não corruptoras ou opostas o que realizam, e no entanto, com estas palavras em suas bocas, ou concedem a obra dos oficiais de Cristo a outros, ou impedem e oprimem os próprios oficiais de Cristo, e por suas novas formas de

igreja minam ou destroem abertamente as antigas, por esta expressão de sua hostilidade eles se desmentem a si mesmos.

9. Este tem sido o caso infeliz da estrutura romana de inovações eclesiásticas, como você pode observar nos detalhes de sua degeneração:

(1) Os concílios eram chamados de gerais ou ecumênicos em relação a um único império apenas; e dali cresceram até estender o nome para todo o mundo, quando poderiam com igual razão dizer que Constantino, Marciano, etc., eram imperadores de todo o mundo, visto que por sua autoridade eram convocados.

(2) Estes concílios, no princípio, eram conselhos do imperador convocados para orientá-lo sobre o que estabelecer nas ordens da igreja por seu próprio poder; mas foram convertidos para reivindicar uma autoridade impositora própria para comandar as igrejas como que por comissão da parte de Deus.

(3) Estes concílios, no princípio, destinavam-se apenas ao aconselhamento, ou ao acordo por via de contrato ou consentimento mútuo para os bispos particulares; mas degeneraram em uma forma de governo e reivindicaram um poder governante e de comando.

(4) Os patriarcas, primados e metropolitanos, no princípio, reivindicavam apenas um poder sobre circunstâncias extrínsecas ao ofício pastoral, tais como a definição de datas e locais de concílios, o assentar-se acima de outros, etc. E o exercício de alguma parte do poder do magistrado confiado a eles, isto é, a deposição de outros bispos ou pastores de sua posição de tal

liberdade e apoio que o magistrado pode conceder ou negar conforme haja causa. Mas, com o tempo, degeneraram para reivindicar o poder espiritual das chaves sobre os outros bispos em termos de ordenação, excomunhão e absolvição.

(5) Estes patriarcas, primados e metropolitanos, no princípio, reivindicavam o seu poder extrínseco apenas do homem, isto é, quer do consentimento e acordo das igrejas, ou da concessão dos imperadores; mas, com o tempo, cresceram para reivindicá-lo como sendo de designação divina ou apostólica, e como imutável.

(6) No princípio, eram tomados apenas como adjunções, adornos, apoios ou conveniências para as igrejas; mas depois pretenderam ser partes integrais da igreja universal, e por fim o papa quis ser uma parte essencial; e os seus cardeais passaram a reivindicar o poder da igreja universal em sendo os escolhedores de uma cabeça universal, ou de um rei sacerdote e mestre para todos os cristãos do mundo.

(7) No princípio, leigos (agora chamados de chanceleres, etc.) não passavam de conselheiros dos bispos, ou oficiais para o magistrado ou para eles na realização da obra extrínseca sobre as adjunções da igreja, a qual um leigo poderia realizar; mas por fim passaram a exercer o poder intrínseco das chaves em excomunhões e absolvições, etc.

(8) No princípio, um grupo de igrejas particulares associadas com os seus respectivos bispos era considerado uma comunidade ou companhia de igrejas verdadeiras prudencialmente cantonizadas ou distribuídas e consorciadas para a concórdia; mas depois

cresceram para ser estimadas sociedades políticas próprias, ou igrejas de designação divina, senão a *ecclesia minimæ* [igreja menor], tendo convertido as igrejas particulares em oratórios ou capelas, destruindo o caráter de Inácio de uma única igreja: "Para cada igreja há um altar, e um bispo com os seus presbíteros e diáconos". Uma abundância de outros exemplos desse tipo pode ser apresentada.

Objeção. Onde quer que encontremos a noção de uma igreja particular, deve existir governo naquela igreja; e por que uma sociedade nacional incorporada em um único governo civil, unindo-se na profissão do cristianismo e possuindo direito com isso de participar das ordenanças do evangelho nas distribuições convenientes delas nas congregações particulares, não deveria ser chamada de igreja, confesso que não vejo razão.

Resposta 1. Observe aqui que a questão diz respeito apenas ao nome (se ela pode ser chamada de igreja) e não à matéria (se todas as igrejas de um reino podem estar sob a autoridade de um único rei, o que homem sóbrio nenhum nega).

1. Os nomes encontram-se muito à disposição dos homens; mas confesso que preferiria que o nome não tivesse sido usado de outro modo, ou para outras sociedades, senão como o utiliza a Escritura. As minhas razões são: (1) Porque quando Cristo aplicou ou apropriou especialmente um nome às sociedades sagradas de sua instituição, parece algo ousado tornar esse nome comum a outras sociedades. (2) Porque tende a gerar confusão, mal-entendidos e a alimentar

erros e controvérsias nas igrejas, quando todos os nomes são tornados comuns ou ambíguos, não sendo permitido a coisa sagrada nenhuma possuir qualquer nome próprio de si, tampouco podendo qualquer coisa ser conhecida por um bare name [mero nome] sem uma descrição. Se o nome do próprio Cristo fosse usado para cada rei ungido, pareceria um tanto prejudicial para ele. Se os nomes Bíblia, Escritura, pregadores, etc., forem tornados comuns a tudo aquilo a que a notação dos nomes pode estender-se, introduzirão os inconvenientes mencionados; de modo que como haveremos na conversa comum de distinguir entre sociedades sagradas de instituição divina e de instituição humana se você não nos permitir nome peculiar nenhum, tornando comum aquele que Cristo escolheu?

2. E que o nome é aqui usado de forma equívoca manifesta-se. Pois o corpo político é informado e denominado a partir da *pars imperans*, a parte governante ou cabeça; portanto, assim como uma cabeça de instituição divina, autorizada para o trabalho espiritual ou pastoral, denomina a sociedade correspondente; assim uma cabeça civil apenas pode criar uma sociedade civil, e uma cabeça de criação humana apenas uma sociedade humana. É certo que Cristo designou o ofício episcopal ou pastoral, bem como o trabalho deles, e consequentemente as igrejas episcopais ou pastorais; e é certo que um rei não constitui parte constitutiva de uma dessas igrejas, mas sim acidental; e portanto que ele representa uma cabeça acidental para uma igreja pastoral como tal, para a qual o pastor é essencial.

Portanto, se você necessariamente quiser chamar a ambas as sociedades de igrejas, deverá distingui-las em igrejas pastorais e igrejas régias, ou igrejas magistráticas; pois a palavra nacional não notifica o governo que constitui a parte constitutiva; e pode ser usada de igrejas consorciadas, muito embora sob a autoridade de muitos governantes civis (como na Heptarquia Saxônica).

De modo que a nossa questão assemelha-se muito a esta: se todas as escolas de gramática da Inglaterra sob a autoridade de um único rei podem ser chamadas de uma única escola nacional? Resposta: Não sem impropriedade e inconvenientes; mas, de preferência a gerar qualquer disputa, podem chamá-las assim os que o queiram. No entanto: 1. Eles devem confessar que uma escola particular constitui o *famosius significatum* [sentido mais célebre]. 2. Que o rei é rei das escolas, mas não mestre de escola, tampouco uma parte constitutiva de uma escola. 3. Que se você necessariamente quiser denominá-las a partir da parte regente como única, deverá chamá-las todas de uma única escola régia, se quiser abandonar o sentido bem conhecido das palavras por tais frases estranhas. Mas permita-nos chamar o corpo que é constituído essencialmente por um rei pelo nome de reino apenas, muito embora ele possua em si muitas escolas, academias, colégios, cidades e igrejas, as quais os que queiram podem chamar todas de uma única escola régia, academia, colégio, cidade e igreja, se amam a confusão.

1. O cristianismo concede aos homens direito à comunhão em igrejas particulares quando eles também tornam conhecido o seu cristianismo aos

> bispos daquelas igrejas, sendo recebidos como membros (estabelecidos ou transitórios) por consentimento mútuo; mas não de outro modo. Tampouco o mero governo régio confere a súdito nenhum direito à comunhão da igreja, a menos que por "igreja" você queira dizer um reino.

Objeção. Uma igreja particular eu definiria, então, da seguinte forma: é uma sociedade de homens associados na profissão visível da verdadeira fé, possuindo direito e desfrutando entre si das ordenanças do evangelho.

Resposta 1. Quando você nos diz em sua descrição o que quer dizer com uma igreja particular, podemos compreender a sua denominação; mas, contudo, visto ser incomum, você não deve esperar que outros homens utilizem a palavra dessa forma. Tivesse você chamado a sua descrição de definição, eu lhe teria perguntado: 1. Se por sociedade você não entende estritamente uma sociedade política constituída por uma *pars gubernans, et gubernata* [parte governante e parte governada]? Se não, não se trata de igreja senão equivocadamente. Se sim, não deveria a *pars regens* [parte governante], que é constitutiva, ter sido incluída? Se homens privados se associam, etc., isso não passa de uma comunidade. 2. Supõe-se um direito às ordenanças do evangelho, mas não se necessita dele na definição. 3. O desfrute delas não é essencial para uma igreja. A relação pode continuar quando o desfrute é impedido por longo tempo. 4. A expressão "entre si" é muito ambígua: significa entre si no mesmo lugar, ou no mesmo país ou reino, ou no mesmo mundo? Se você não as diferenciar e definir pela relação com os mesmos bispos ou pastores, e pelo propósito de

comunhão santa pessoal, a sua descrição confunde a igreja universal, bem como a nacional, com uma igreja particular; pois todo o mundo cristão constitui uma sociedade de homens associados na profissão visível da verdadeira fé, possuindo direito e desfrutando entre si das ordenanças do evangelho.

Objeção. Uma nação associada na profissão do cristianismo constitui uma verdadeira igreja de Deus; de onde evidentemente se segue que deve existir uma forma de governo eclesiástico sobre uma nação como igreja, bem como de governo civil sobre ela como uma sociedade governada pelas mesmas leis. Pois toda sociedade deve possuir o seu governo pertencente a ela como tal sociedade; e a mesma razão que torna o governo necessário em qualquer congregação particular torná-lo-á necessário para todas as congregações particulares associadas em uma sociedade visível, como uma igreja nacional particular; pois se deve zelar pela unidade e paz daquela igreja muito mais do que pela de qualquer congregação particular, etc.

Resposta 1. De um absurdo muitos outros se seguem: a nossa controvérsia anterior dizia respeito apenas ao nome. Se uma cabeça régia ou civil acidental pode denominar equivocadamente uma sociedade eclesiástica, e nós lhe concedemos o uso de um nome equívoco (ou melhor, o abuso), você se tornará muito rigoroso para conosco se, a partir disso, inferir a necessidade de uma política eclesiástica real, além da civil. Nomes abusados não inferem as coisas significadas por um termo unívoco.

1. Você deve primeiramente provar a forma de governo, e a partir disso inferir a denominação, e

não, contrariamente, primeiro mendigar o nome, e em seguida inferir o governo.

2. Se, contudo, por uma forma de governo eclesiástico você não entende nada além do governo extrínseco do rei (o qual você pode de igual modo chamar também de forma de governo de escola, de governo de colégio, etc.), nós lhe concederíamos tudo. Mas se posso compreendê-lo, você fala agora de governo eclesiástico como distinto daquele. E então:

3. Você agora avançou de um "pode ser" para um "deve ser" e para a "necessidade"; e para uma necessidade maior de um governo eclesiástico nacional do que de um governo de igreja particular; o qual, sendo inegavelmente de instituição de Cristo (pelo Espírito Santo nos apóstolos), você não faz de todas as formas indiferentes, tampouco nega ser este *jure divino*. Como! Necessário e mais necessário do que aquilo que é *jure divino*, e contudo indiferente e não *jure divino*? Se você disser: "É necessário apenas sob a suposição de que exista uma igreja nacional", respondo: mas as suas razões evidentemente inferem que também é necessário que exista tal igreja nacional onde ela possa ser obtida; embora você negue a necessidade de governo monárquico por um sumo sacerdote nela. Mas sei que você não chama isto de forma de governo, a menos que seja gerido determinadamente por um, muitos ou pela maioria. Mas por que uma política espiritual nacional, como distinta da congregacional, não

> pode ser chamada de forma de governo, tanto quanto um único homem é distinto de dois sobre o mesmo povo, não vejo; mas isto fica à sua escolha. No entanto, a sua necessidade de tal regime nacional constitui assunto de maior relevância.

Nesses três sentidos admito uma igreja nacional: 1. Conforme todos os cristãos de uma nação se encontram sob a direção de um único governador civil da igreja. 2. Conforme se consorciam para a concórdia, reunindo-se em sínodos ou mantendo correspondência. 3. Conforme constituem todos eles uma parte da igreja universal que coabita em uma única nação. Mas todos estes usos do termo igreja são equívocos: tomando-se a denominação, no primeiro caso, a partir de um acidente; no segundo, dando-se o nome de política a uma comunidade que acorda viver em concórdia; e, no terceiro, dando-se o nome de todo a uma pequena parte integral.

Mas a necessidade de qualquer outra igreja, liderada por seu governador nacional eclesiástico (pessoal ou coletivo, monárquico, aristocrático ou democrático), eu a nego inteiramente, não encontrando palavra alguma de prova com a qual eu julgue necessitar munir o leitor com uma resposta.

1. E o seu julgamento nisto se opõe diretamente à constituição, aos cânones e ao julgamento da igreja nacional da Inglaterra; pois o fato de utilizarem a palavra nos sentidos admitidos por mim, e não nos seus, prova-se: (1) A partir da constituição visível, na qual não existe (além do rei) cabeça eclesiástica distinta. Pois o arcebispo de Canterbury não é o

governador próprio do arcebispo de York e de sua província.

(2) A partir dos cânones. Cânone 139: "O sínodo nacional constitui a igreja representativa; quem quer que afirmar que o sínodo sagrado desta nação, reunido em nome de Cristo e pela autoridade do rei, não constitui a verdadeira igreja da Inglaterra por representação, seja excomungado", etc. De modo que o sínodo não passa de igreja representativa e, portanto, não é a cabeça política da igreja; quer se trate dos leigos ou do clero inteiro, ou de ambos, a quem representam: a representação daqueles que não constituem cabeça nacional nenhuma não faz do sínodo uma cabeça nacional.

(3) A partir do julgamento comum dos teólogos episcopais (sustentado pelo Bispo Bilson e por muitos outros detalhadamente contra os papistas) de que todos os bispos *jure divino* são iguais e independentes, além do que as leis humanas, os acordos ou a diferença de dotes os diferencie, ou conforme estejam obrigados à consociação para a concórdia.

1. Como negarei não apenas a liceidade, mas a necessidade de um papado tal como realmente existiu no império romano, sob os seus fundamentos? Provei contra W. Johnson que o papa era então realmente apenas a cabeça das igrejas imperiais, e não de todo o mundo. E se deve existir uma cabeça eclesiástica nacional sob a autoridade de um único rei, por que não também em um único império? Ou quer se trate de um único monarca ou de uma pessoa coletiva, continua sendo uma única pessoa política que se encontra agora em questão (quer um papa

governante, ou uma aristocracia ou democracia governante, o que não constitui a grande matéria em controvérsia).

2. E por que o mesmo argumento não prevalecerá também a favor de uma única cabeça visível universal de todas as igrejas do mundo? Ao menos como legítima? Ao menos até onde a capacidade e a conversa humanas o permitam? E quem escolherá esta cabeça universal? E quem poderá apresentar reivindicação tão justa a ela como o papa? E se a forma é indiferente, por que não podem as igrejas, por consentimento ao menos, estabelecer um único homem tanto quanto muitos? Quer você a estenda a uma igreja imperial, papal, patriarcal, provincial ou nacional, até que tenha provado ser ela de instituição divina (e as igrejas particulares desnecessárias, alteráveis e de instituição humana), nunca lhe concederei que deva ser preferida àquela que é inquestionavelmente de Deus. Pois embora eu admita facilmente que todas as igrejas de uma nação, império ou do mundo devam ser mais estimadas e cuidadosamente preservadas do que a igreja particular de um único bispo ou pastor; contudo, não lhe concederei que a sua política humana seja mais necessária para a segurança de todas estas igrejas do que a divina. Pois a segurança destas igrejas pode ser melhor preservada pelos três grandes meios de Deus (1. A política das igrejas particulares com a conduta de seus presentes bispos ou pastores fiéis; 2. A consociação amorosa de igrejas vizinhas para a concórdia; 3. A proteção e o apoio dos magistrados)

sem qualquer nova forma de igreja (ou pastor nacional, imperial ou universal) do que com ela.

Aliás, quando esse tipo de usurpação constituiu o próprio instrumento para dividir, corromper e arruinar as igrejas cristãs por mais de mil anos, não somos facilmente convencidos agora de que seja necessário ou desejável.

Mas o melhor e mais fácil caminho para discernir até que ponto a criação de novas igrejas ou ofícios na igreja é legítima ou ilícita dá-se experimentando-o pela qualidade do trabalho de seu ofício. Pois é o trabalho que nos fornece a descrição do ofício; e o ofício da parte governante é o que nos oferece a definição da igreja que esse ofício constitui.

A obra que o novo oficial humano deve realizar é: 1. A mesma que Deus já designou os bispos ou pastores para realizarem, ou ao menos os ministros não estabelecidos na igreja universal; 2. Ou é tal como ele designou os magistrados para realizarem; 3. Ou é tal como pertence a pessoas privadas e leigos; 4. Ou é algo diferente de tudo isso.

1. Se for do primeiro tipo, constitui contradição. Pois homens que são por ofício designados a realizar o mesmo trabalho que os ministros já são designados a realizar não constituem um novo ofício, mas ministros de fato, tais como os que Cristo instituiu; pois o ofício não passa de obrigação e autoridade para realizar o trabalho.

2. Se for o mesmo trabalho que pertence ao magistrado, então não constitui novo ofício, pois eles são magistrados.

3. Se for o que pertence a pessoas privadas por designação de Deus, elas não se podem desobrigar transferindo-o para um novo oficial.

4. Se não for nada disso, o que é? Temo que se possa revelar um trabalho desnecessário ou antes pecaminoso, que Deus não confiou a nenhuma destas três classes, e portanto inadequado para dele se fazer um ofício da igreja; a menos que seja do tipo que descrevi e concedi anteriormente: (1) Confesso que o magistrado pode criar novos oficiais inferiores para realizarem a sua própria parte (como juízes eclesiásticos, administradores de igreja, etc.). (2) Concedo que o povo pode criar um ofício para a melhor realização de algumas partes de seu próprio trabalho: podem criar cobradores, porteiros, oficiais para cuidarem do relógio, dos sinos e das edificações da igreja, etc., se os magistrados o deixarem a cargo deles.

(3) Concedo que os bispos ou pastores podem realizar algumas circunstâncias de seu trabalho por meio de oficiais humanos; como facilitar a sua concórdia em sínodos por escolherem um para presidir, escolher a hora e o local, enviar mensageiros para colher os votos, moderar as disputas, registrar os acordos, etc., como mencionado anteriormente; e estas coisas circunstanciais constituem aquilo para o qual os oficiais podem ser criados.

Mas os modos e circunstâncias próprios que constituem parte do trabalho a que todo bispo ou pastor está obrigado, ele não os pode delegar a outrem; como escolher o seu texto, assunto, método, palavras, etc. Estas

constituem partes de seu próprio trabalho; embora a concórdia nisto represente o trabalho de muitos.

Ora, qual constitui o trabalho, além de todos estes, para o qual devemos possuir novas igrejas e ofícios criados? Consiste em governar todos estes bispos e igrejas? Como? Pela palavra ou pela espada? Se pela espada, o magistrado deve fazê-lo; se pela palavra (ou autoridade espiritual), ou Deus instituiu tal ofício como o de arcebispos ou bispos gerais sobre muitos, ou não. Se o fez, não necessitamos de novo ofício humano para isso, tendo Deus já provido a esse respeito; se não o fez, mas Deus deixou todos os bispos independentes, devendo aprender uns com os outros como iguais em ofício e desiguais apenas em dons, então ou tal ofício é adequado e necessário, ou não. Se for, você acusa Deus de omissão por não designar um bispo sobre os bispos, do mesmo modo que designou um bispo para a ordem mais baixa. Se não for, então por qual razão ou poder criará você novos oficiais desnecessários na igreja, quando Cipriano e o seu concílio de Cartago tão veementemente rejeitaram ser *Episcopi Episcoporum* [Bispos dos Bispos]?

1. Eu gostaria muito de saber se aquelas igrejas recém-criadas de fabricação humana e não divina (quer universal (ou papal), patriarcal, provincial, etc.) foram criadas por igrejas anteriores ou por igreja nenhuma. Se por igreja nenhuma, então ou por outras sociedades ou por pessoas singulares: se por outras sociedades, por qual poder criam novas igrejas para Cristo as que não são elas próprias igrejas? Se por pessoas singulares, ou eram elas antes membras da igreja, ou não; se não, como podem criar novas igrejas

as que nem sequer são membras de igrejas, sem uma comissão da parte de Cristo? Mas se igrejas anteriores ou os seus membros criaram estas novas igrejas, então: (1) Segue-se que existia outra espécie de igrejas antes destas novas ou humanas igrejas. E, se assim for, ou aquelas outras que criaram estas eram elas mesmas criadas por Deus, ou não. E assim a questão subirá até que você a traga ou a alguma igreja de criação de Deus que tenha criado estas outras, ou a alguma pessoa comissionada para fazê-lo. Se você disser o primeiro, então quem confessar que existe uma espécie de igrejas de instituição de Cristo e uma espécie não de sua instituição deve preferir a primeira e deve provar muito bem o poder para criar a segunda. E o mesmo devem fazer se disserem que isso foi realizado por pessoas particulares que não eram membras de igreja particular nenhuma. Pois, se Cristo as comissionou para estabelecer qualquer espécie de igrejas, aquelas devem ser consideradas estabelecidas por Cristo. (2) Mas se você disser que Cristo as deixou para variarem a espécie de igrejas conforme considerassem haver causa, e assim sucessivamente até ao fim do mundo: 1. Você deve prová-lo muito bem. 2. Isso já foi refutado anteriormente (a menos que você tome a palavra igreja de forma equívoca).

2. Por fim, todos os cristãos estão convictos da autoridade de Cristo; e por isso nisso podem concordar. No entanto, o mesmo não ocorre quanto à autoridade de criador humano de igrejas nenhum; e por isso nisso nunca haverá acordo: portanto, tais novas igrejas e governos eclesiásticos não passarão de (como sempre foram) instrumentos de divisão e ruína

nas igrejas; e a espécie de criação de Deus, com a mutabilidade de adjunções e circunstâncias mutáveis, preservará melhor a paz da igreja.

Se o verdadeiro caráter do governo pastoral ou eclesiástico fosse bem compreendido, poria fim a todas estas controvérsias. O que se pode depreender em sua maior parte do que foi dito anteriormente, ao que acrescentarei o seguinte:

Pergunta. Em que consiste o verdadeiro caráter do governo pastoral da igreja?

Resposta. 1. Não em qualquer uso da espada ou força corporal.

1. Não em um poder para contrariar a palavra de Deus.
2. Não em um poder coordenado com o de Cristo para realizar o seu trabalho próprio, ou aquele que possui os mesmos fundamentos, razões e natureza.
3. Não em um império inquestionável para ordenar coisas que ninguém deve presumir examinar, ou julgar por um juízo de discernimento, se são proibidas por Deus ou não.
4. Não agora em criar uma nova palavra de Deus, ou novos artigos de fé, ou novas leis universais para toda a igreja.
5. Não em qualquer coisa que deprecie o verdadeiro poder dos magistrados, dos pais ou dos senhores.

Mas: 1. Consiste em um poder ministerial, de um mensageiro ou servo que possui uma comissão para entregar os mandamentos e exortações de seu senhor.

Conforme se exerce sobre os leigos ou rebanhos, consiste em um poder nas assembleias sagradas para ensinar o povo por ofício e ser os seus sacerdotes ou guias no culto santo; e para ordenar as ações de culto quanto à duração, extensão, método e realização ordenada delas.

1. Quanto a pessoas particulares, consiste no poder das chaves da igreja, que representa: 1. Julgar quem está apto para ser pelo batismo recebido na igreja. 2. Repreender, exortar e instruir os que, por vício ou ignorância, necessitam do auxílio pastoral em ordem ao arrependimento, conhecimento ou confirmação. [Nota: 2 Tm iv. 1-3, 5.] 3. Julgar quem deve ser impedido da comunhão da igreja por impenitência; ou, ao menos, com quem aquela igreja deve ser proibida de comunicar. 4. Julgar quem está apto para a absolvição como penitente. 5. Entregar pessoalmente às pessoas o perdão selado de Cristo em seus dois sacramentos. 6. Visitar os doentes, confortar os tristes, resolver as dúvidas e auxiliar os pobres. Este é o verdadeiro governo da igreja, o qual se assemelha ao de um filósofo ou mestre de escola em sua escola entre voluntários, supondo que não possuam poder de vara ou violência, mas apenas para admitir ou excluir de suas escolas; e que necessidade há de uma cabeça universal, patriarcal ou nacional para realizar qualquer destas obras, que não passam do governo de um mestre e condutor pessoal, e que operam apenas na consciência?

2. Mas, além disso, há necessidade de acordo no manejo correto deste trabalho, o que não necessita de cabeça nova nenhuma, mas apenas das consultas dos diversos bispos ou pastores, e do governo civil do magistrado, ou episcopado extrínseco (como Constantino o chamou).

3. E, além disso, há necessidade de ordenar pastores e bispos na igreja. E isto tampouco se realiza por força nenhuma; mas: 1. Por julgar quais homens estão aptos; 2. Por persuadir o povo a consentir e recebê-los; e, 3. Por investi-los mediante a entrega de posse pela imposição de mãos. Ora, para tudo isto, não se necessita criar espécie humana nenhuma de bispos ou igrejas.

4. Além disso, há necessidade de alguma supervisão destes pastores e ministros e bispos fixos quando são criados; e de algum cuidado geral dos pastores e do povo, se decaírem em heresias, erros, vícios ou mornidão: mas para isso: 1. Quando os magistrados tiverem realizado a sua parte; 2. E os ministros vizinhos uns para com os outros; 3. E os bispos associados para com os particulares; 4. E os ministros não estabelecidos tiverem realizado as suas partes nos locais onde ocasionalmente se encontram; se, além disso, quaisquer pastores gerais ou arcebispos se fizerem necessários para repreender, orientar e persuadir os bispos ou os seus rebanhos por mensageiros, epístolas ou pessoalmente, sem dúvida que Deus designou tais pessoas como sucessores dos apóstolos, evangelistas e outros ministros gerais daqueles primeiros tempos. Mas se tal coisa não foi

designada por Cristo, podemos estar certos de que não se faz necessária nem constitui o melhor.

Se se considerasse apenas que o poder de governo na igreja é tão inseparável do poder de ensino que é exercido ensinando e unicamente pela palavra de Deus (seja geral ou pessoalmente aplicada), e sobre ninguém mais senão aqueles que voluntariamente e por consentimento o recebem, isso aquietaria o mundo sobre estes assuntos. E oh, que de uma vez por todas os magistrados assumissem a espada inteiramente para si, deixando o poder da igreja atuar unicamente por sua força e virtude próprias, e então todas as coisas entrariam nos eixos novamente; embora os itacianos ficassem descontentes.

Questão 58. Se qualquer parte do legítimo poder pastoral ou episcopal pode ser outorgada ou delegada a um leigo, ou a alguém de qualquer outro ofício, ou se o trabalho próprio pode ser realizado por tal pessoa?

Respondo: 1. Tais ações extrínsecas, circunstanciais ou acidentais mencionadas anteriormente podem ser realizadas por mandatários ou terceiros (como convocar a igreja, intimar infratores, registrar ações, etc.).

1. O trabalho ou ofício episcopal ou pastoral próprio não pode ser delegado por qualquer outra via senão por comunicação, o que significa, por ordenação, ou fazendo de outrem detentor do mesmo ofício. Pois, se puder ser realizado por um leigo ou por alguém de outra ordem e ofício, então não deve ser chamado de parte própria nenhuma do ofício pastoral ou

episcopal: se um leigo pode batizar, ou administrar o sacramento do corpo e sangue de Cristo, ou ordenar, ou excomungar (eclesiasticamente), ou absolver meramente por que um bispo o autoriza ou ordena, então: 1. Que necessidade havia de Cristo ter feito disso um trabalho de ofício, e de pessoas serem dedicadas e consagradas a ele?

2. E por que não poderiam a eleição do povo e a comissão do rei servir para capacitar um leigo a fazê-lo? Pois, se comandar unicamente constitui o próprio do bispo ou pastor, e executar for comum aos leigos, é certo que o rei pode comandar todos os bispos e pastores a realizarem o seu trabalho de ofício; e, portanto, ele pode comandar um leigo a realizar aquilo que um bispo o pode comandar a fazer.

3. E não constitui contradição dizer que um homem é leigo ou de outra ordem quando se encontra autorizado por um bispo a realizar o trabalho ou ofício de um bispo? Quando o ofício em si nada mais é (como frequentemente se diz) do que obrigação e autoridade para realizar o trabalho. Se, portanto, um bispo autorizar e obrigar qualquer outro homem a realizar o trabalho próprio de um bispo ou pastor (ordenar, batizar, ministrar o sacramento da eucaristia, excomungar, absolver, etc.), ele com isso faz desse homem um bispo ou um pastor, seja qual for o nome que lhe dê.

Objeção. Mas não prega o bispo *per alios* [por meio de outros] a toda a sua diocese? E não lhes ministra os sacramentos *per alios*, etc.?

Resposta. Que a frase não seja feita a controvérsia em lugar da matéria. Aquelas outras pessoas são ou ministros de Cristo, ou leigos. Se leigos, as suas ações são ilícitas. Se ministros, eles próprios são oficiais comissionados de Cristo, e constitui o trabalho de seu próprio ofício o que realizam, e serão eles que receberão a recompensa ou punição. Mas se pregar a todas estas igrejas, ou ministrar a todas estas pessoas em mil paróquias os sacramentos, etc., constituísse o trabalho do bispo ou arcebispo — isto é, ao qual se encontram obrigados a realizar —, então eles pecariam em não o realizar. Mas se eles constituem apenas os governantes daqueles que estão obrigados a realizá-lo, não estando obrigados a realizá-lo eles próprios, então governar os realizadores dele constitui unicamente o trabalho deles; e por isso diz-se apenas equivocadamente que o trabalho é deles, o qual outros e não eles estão obrigados a realizar; e que realizam o seu trabalho *per alios* quando apenas governam esses outros na realização de seu próprio trabalho próprio. [Nota: O Lord Bacon, em suas *Considerations*, e Grotius, em seu *De Imperio Summarum Potestatum Circa Sacra*, resolvem solidamente o caso contra a realização do trabalho pastoral *per alium*.]

Questão 59. Pode um leigo pregar ou expor as Escrituras? Ou o que disto constitui o próprio do ofício do pastor?

Resposta. 1. Sem dúvida que existe alguma pregação ou ensino e exposição que um leigo pode usar. Assim o fez Orígenes; assim o fez Constantino; assim o pode fazer um rei, ou um juiz no tribunal; assim o pode fazer um pai

para com os seus filhos, e um senhor para com a sua família, e um mestre de escola ou tutor para com os seus alunos.

1. Não constitui método algum ou estilo de sermão o que seja próprio de um ministro e proibido a um leigo; aquele método que for mais adequado à matéria e aos ouvintes pode ser usado por um tanto quanto pelo outro.

2. Não constitui a mera publicidade do ensino o que nos deve dizer o que seja ilícito para um leigo. Pois a escrita e a impressão constituem os caminhos mais públicos de ensino; e estes ninguém considera proibidos aos leigos. Scaliger, Casaubon, Grotius, Erasmo, Constantino, o rei James, o Lord Bacon e uma abundância de outros leigos prestaram à igreja grande serviço por meio de seus escritos. E os juízes no tribunal falam frequentemente de forma teológica a muitos.

No entanto, aquilo que é próprio dos ministros ou pastores da igreja consiste em: 1. Fazer disso um ofício estabelecido, sendo separados, distinguidos, dedicados ou consagrados e apropriados para este trabalho sagrado; não o realizando apenas ocasionalmente, ou algumas vezes, ou de passagem; mas sim como o seu chamado e a ocupação de suas vidas.

1. Realizá-lo como ministros chamados e comissionados de Cristo, os quais possuem uma autoridade de anúncio e de ensino especial confiada a eles; e por isso devem ser ouvidos de maneira especial, segundo a sua autoridade especial.

2. Serem os mestres estabelecidos de igrejas particulares como seus pastores e guias (muito embora possam por vezes permitir a um leigo, quando houver causa, ensinar-lhes *pro tempore*). Estes três aspectos constituem o próprio do ofício ministerial e pastoral.

Mas para a regulamentação do ensino dos leigos: 1. Eles devem manter-se de forma estabelecida em suas famílias, ou dentro de seus limites próprios.

1. Não devem presumir ir além de suas capacidades, especialmente em matérias obscuras e difíceis.

2. Não devem intrometer-se, sem um chamado justo e necessidade, em reuniões públicas ou numerosas como mestres, tampouco realizar aquilo que denote soberba ou ostentação, ou que tenda a alimentar esses vícios em outros.

3. Não devem viver ou pregar como fora do governo dos pastores da igreja; mas, sendo membros de seus rebanhos, devem realizar tudo sob a legítima supervisão e orientação destes; muito menos devem soberbamente e de forma cismática se levantar contra os seus pastores legítimos, trazendo-os ao desprezo para obterem para si reputação, atraindo discípulos atrás de si. [Nota: At 20:30; Hb 13:7, 17, 24; 1 Ts 5:12, 13; 1 Tm 5:17.]

4. É preciso distinguir grandemente os tempos e locais. Em países infiéis ou grosseiramente ignorantes, onde pela falta de pregadores existe uma verdadeira necessidade, os homens podem avançar muito mais do que em países onde os mestres e o conhecimento abundam.

Questão 60. Qual é o verdadeiro sentido da distinção do poder pastoral *in foro interiore et exteriore* [no tribunal interno e externo] retamente utilizada?

Resposta. 1. Não como se os pastores possuíssem qualquer poder da espada ou força externa, ou sobre os corpos ou bens dos homens de forma imediata; pois todo o poder pastoral exerce-se imediatamente sobre a alma, e apenas secundariamente sobre o corpo, na medida em que a alma convencida o moverá. A razão, o amor e a autoridade de um mensageiro de Cristo constituem todo o poder pelo qual os bispos ou pastores como tais podem operar, *in foro interiore vel exteriore*; eles governam o corpo apenas governando a alma.

Mas o verdadeiro uso da distinção serve apenas em lugar da distinção comum de obrigação pública e pessoal. Uma coisa consiste em satisfazer a consciência privada de um homem sobre o seu caso ou assuntos pessoais; e outra coisa consiste em obrigar toda a igreja, ou uma pessoa particular, em relação ao seu dever como membro da sociedade para com os demais. Quando o pastor absolve uma pessoa penitente *in foro interiore* — isto é, em sua própria consciência —, ele lhe entrega uma absolvição em nome de Cristo sob a condição de ela ser verdadeiramente penitente; do contrário, não. No entanto, *in foro exteriore* ele realmente e absolutamente a restaura ao seu estado visível de comunhão com a igreja. Os demais membros talvez possam justamente julgar que este homem dificilmente se revelará um verdadeiro penitente; e então, *in foro interiore*, eles não

estão obrigados a considerá-lo certamente penitente ou perdoado por Deus; mas que ele foi restaurado à comunhão da igreja *in foro exteriore*, e que por amor à ordem eles estão obrigados a manter comunhão com ele, eles estão obrigados (internamente) a crer. De modo que isso se aproxima do sentido da distinção do juízo secreto (de Deus e da consciência) e do juízo da igreja.

Questão 61. Em qual sentido é verdadeiro o que alguns dizem: que o magistrado unicamente possui o governo externo da igreja, e os pastores o interno?

Resposta. 1. Não conforme externo e interno se opõem na natureza da ação. Pois a voz do pastor na pregação é externa, tanto quanto a do rei.

1. Não conforme se opõem na maneira de recepção. Pois os ouvidos dos ouvintes constituem receptores externos do pregador, tanto quanto do rei.

2. Não conforme distinguem as partes que devem obedecer, os deveres ordenados e os pecados proibidos, como se o rei governasse o corpo apenas e o pastor a alma. Pois a alma está obrigada a obedecer ao rei, sob pena de o corpo não poder ser obrigado a obedecer-lhe; a menos que por cordas. E o corpo deve obedecer ao pregador tanto quanto a alma. O homicídio, a embriaguez, o juramento, a mentira e outros vícios externos desse tipo encontram-se sob o poder do pastor para os proibir em nome de Cristo, tanto quanto sob o do rei.

3. Não como se todas as partes ou ações externas da religião estivessem isentas do poder do pastor. Pois a pregação, a oração, a leitura, os sacramentos e as reuniões da igreja constituem partes externas da religião, encontrando-se sob os cuidados do pastor.

Mas, em dois aspectos, o poder externo pertence unicamente ao rei ou aos magistrados civis: 1. Conforme é denominado a partir da espada, ou multas, ou penalidades corporais, o que constitui o meio externo de execução; embora nesse aspecto a distinção fosse muito mais inteligivelmente expressa por: "O governo pela espada, e pelo Verbo sagrado".

Mas o sentido principal de sua distinção coincide com o de Constantino, o qual distinguia o bispo de fora e o de dentro; ou com a nossa distinção comum de governo intrínseco e extrínseco. E embora interno e externo possuam a mesma significação, o uso torna "intrínseco" e "extrínseco" muito mais inteligíveis. E por "intrínseco" entende-se aquele poder que intrinsecamente pertence ao ofício do pastor conforme instituído por Cristo; sendo assim intrínseco à pastoria e à igreja (como a pregação, a oração, os sacramentos, as chaves de admissão e exclusão, a ordenação, etc.). E por "extrínseco" entende-se aquilo que é extrínseco à pastoria e à igreja, o qual os príncipes por vezes concederam a eles, mas Cristo não fez parte de seu ofício. Neste sentido, a afirmação é boa, clara e necessária: que a disposição de todas as coisas *circa sacra*, todos os acidentes e circunstâncias quaisquer que por instituição de Cristo não sejam intrínsecos à pastoria e à igreja, mas sim extrínsecos, pertence ao poder dos reis e magistrados.

Questão 62. É o exame, julgamento ou consentimento dos leigos necessário para a admissão de um membro na igreja universal ou particular?

Resposta. 1. Constitui ofício do pastor portar e exercer as chaves da igreja de Cristo; portanto, por ofício, cabe-lhe receber os que entram e, consequentemente, ser o examinador e juiz de sua aptidão.

1. Pertence ao mesmo ofício a quem cabe batizar julgar quem deve ser batizado; do contrário, os ministros não seriam juízes racionais de suas próprias ações, mas sim os executores do julgamento de outros homens. O ofício do ministro consiste muito mais em julgar quem deve ser batizado do que em realizar o mero ato externo de batizar.

2. Aquele que deve ser o juiz ordinário nas admissões da igreja supõe-se possuir tanto capacidade como tempo para tornar-se apto; bem como autoridade e obrigação para realizar o trabalho.

3. O corpo ordinário dos leigos carece de todas essas quatro qualificações, e muito mais de todas elas juntas: 1. Eles não são ordinariamente capazes de examinar a fé e a resolução de um homem com julgamento e habilidade de modo que não tenda ao prejuízo dele mesmo ou da igreja; pois é grande habilidade a que se requer para isso. 2. Eles não possuem ordinariamente tempo livre de seus chamados e trabalhos próprios para se dedicarem a tal trabalho conforme se faz necessário, especialmente

em locais populosos. 3. Eles não estão, portanto, obrigados a realizar aquilo para o que não se pode supor que possuam capacidade ou tempo. 4. E onde carecem das outras três qualificações, não podem possuir autoridade para fazê-lo.

4. Constitui, portanto, crime tão grande para os leigos usurpar o ofício do pastor nesta matéria quanto na pregação, no batismo ou em outras partes dele.

5. E embora o orgulho frequentemente cegue os homens (tanto o povo como os pastores) a ponto de os fazer desconsiderar o fardo e olhar apenas para a autoridade e honra, contudo constitui de fato intolerável prejuízo para os leigos se alguém quiser lançar sobre eles tal fardo que não podem carregar, tornando-os, consequentemente, responsáveis pelas omissões ou erros disso diante de Cristo, seu Juiz.

6. Não existe sequer qualquer pretexto razoável para que os leigos possuam poder para julgar quem será recebido na igreja universal; pois quem dentre os leigos possuiria este poder? Não todos, tampouco o voto da maioria da igreja; pois quem jamais buscou os votos de todos os cristãos do mundo antes de batizar um homem? Não qualquer igreja ou pessoas particulares em detrimento do restante; pois não possuem direito a apresentar por isso mais do que as demais.

7. Não se encontra no poder dos leigos manter um homem fora da comunhão de sua própria igreja particular a quem o pastor recebe; porque, como

mencionado, constitui ofício deste julgar e portar as chaves.

8. Portanto, se o ato for mal realizado e uma pessoa indigna for admitida, as consciências do povo não necessitam acusar-se disso, tampouco perturbar-se, porque isso não constitui ocupação deles.

9. No entanto, a liberdade da igreja ou do povo deve ser distinguida de seu poder governante, e o seu dever de execução deve ser distinguido do poder de julgar. E assim: 1. O povo deve ser guiado pelos pastores como voluntários, e não pela força; e por isso constitui dever do pastor, em todos os casos de dúvida, dar ao povo todo o esclarecimento necessário, apresentando-lhes as razões de seus atos, para que compreensiva e tranquilamente obedeçam e se submetam. 2. E no caso de o povo discernir qualquer aparência notável de perigo por se introduzirem heréticos e homens grosseiramente ímpios para corromperem a igreja e subverterem a ordem de Cristo, podem dirigir-se aos seus pastores para requerer esclarecimento sobre o caso. 3. E se por prova aberta ou notoriedade for certo que, por ignorância, fraude ou negligência, os pastores assim corrompem a igreja, o povo pode buscar o devido remédio junto a outros pastores e magistrados. 4. E podem protestar o seu próprio dissentimento em relação a tais procedimentos. 5. E em caso de extremo, podem rejeitar pastores heréticos, ímpios e intoleráveis, confiando as suas almas à conduta de homens mais aptos; assim como as igrejas procederam contra os bispos arianos, e conforme

Cipriano declara constituir dever do povo fazer, como mencionado anteriormente.

Questão 63. Qual poder possuem as pessoas nas censuras da igreja e na excomunhão?

Resposta. Esta questão encontra-se aqui adjunta por requerer pouco mais do que a resposta anterior. 1. Assim como constitui ofício do pastor julgar quem deve ser recebido, também lhe cabe julgar quem deve ser excluído.

1. No entanto, a execução de sua sentença pertence ao povo tanto quanto a ele próprio. São eles que mantêm comunhão com a pessoa ou que a evitam.

2. Portanto, embora ordinariamente devam aquiescer no julgamento do pastor, contudo, se ele ofender gravemente contra a lei de Deus e quiser levá-los, por exemplo, à comunhão com heréticos e abertamente ímpios, excomungando os ortodoxos e piedosos, eles podem buscar o seu remédio conforme mencionado anteriormente.

Questão 64. Qual constitui o remédio do povo em caso de má administração do pastor?

Resposta. Esta também se encontra aqui anexada para expedição, por se encontrar quase suficientemente respondida anteriormente.

Deve-se supor que nem todas as desordens e más administrações da igreja podem se esperar remediadas;

mas muitas, enquanto formos pecadores e imperfeitos, devem ser suportadas.

1. O primeiro remédio consiste em falar submissamente ao pastor sobre as suas faltas, dizendo a Arquipo: "Olha para o ministério que recebeste". [Nota: Cl 4 :17.] E se ele não ouvir de forma mais privada, cabe ao povo de forma mais aberta adverti-lo e exortá-lo; não como governantes seus, mas como cristãos que possuem razões para considerar o interesse de Cristo e o seu próprio, e que possuem caridade para desejar a reforma dele.

2. O próximo remédio consiste em consultar os pastores vizinhos de outras igrejas para que o admoestem; não como governantes dele, mas como pastores vizinhos. [Nota: At 15.]

3. O próximo remédio consiste em buscar reparação junto àqueles governantes que possuem o poder para corrigir ou destituir os intoleráveis.

4. O último remédio consiste no de Cipriano: abandonar tais pastores intoleráveis.

No entanto, em tudo isso, o povo deve certificar-se de não proceder com soberba, ignorância, erro, paixão, facciosidade, desordem ou precipitação.

Questão 65. Pode alguém ser pastor ou membro de uma igreja particular residindo tão longe dela que se encontre incapaz de comunhão pessoal com ela?

Resposta. O nome é tomado a partir da relação; e a relação fundamenta-se na capacidade, direito e obrigação para a comunhão real, deveres e privilégios: 1. Aquele que se encontra de forma estabelecida distante está incapaz de forma estabelecida de comunhão e, portanto, incapaz da relação e do nome.

1. Aquele que se encontra apenas por um tempo acidentalmente distante está apenas por esse tempo incapaz de comunhão com eles; e, portanto, retém a capacidade, direito e obrigação de forma estabelecida para o futuro, mas não para o exercício presente. Portanto, ele retém a relação e o nome no que respeita ao seu futuro exercício pretendido; mas não em sentido tão pleno quanto aquele que se encontra capaz de comunhão presente.

2. Não constitui a duração ou brevidade do tempo de ausência o que corta inteiramente ou continua a relação e o nome, mas sim a probabilidade ou improbabilidade de um retorno oportuno. Pois se um homem se retira por apenas um dia com o propósito de não mais voltar, a sua relação cessa. E se um homem estiver há muito tempo tencionando e provavelmente propenso a voltar, sendo impedido por doença ou de outro modo, isso não põe fim inteiramente à sua relação.

3. Se a demora for tão longa que torne o retorno improvável, ou que necessite que a igreja possua outro pastor estabelecido no lugar do primeiro onde só podem contar com um, e assim o povo, ao tomar outro, consinta (embora com pesar) em abdicar de sua

relação e título para com o primeiro, ali a relação se encerra.

4. Constitui formalidade ilusória de alguns chamarem-se a si mesmos membros de uma igreja separada (ou outra) da qual na maioria das vezes e de forma estabelecida residem a uma distância total, e no entanto considerarem-se não membros da igreja onde residem e com a qual habitualmente se associam; e tudo isso por terem pactuado com uma e não com a outra.

Questão 66. Se um homem for injustamente suspenso ou excomungado pelo pastor ou pelo povo, por qual caminho obterá remédio?

Resposta. Conforme mencionado anteriormente em caso de má administração: 1. Admoestando o pastor ou aqueles que o injustiçam. 2. Consultando os pastores vizinhos para que o admoestem. 3. Com o auxílio dos governantes, onde existam tais e o bem da igreja não o proibir. 4. Em caso de extremo, transferindo-se para uma igreja que não o injustiçará dessa forma. E de que mais se necessita além de paciência?

Questão 67. A presença sempre nos torna culpados dos erros ou faltas do pastor no culto de Deus, ou da igreja? Ou em quais casos somos culpados?

Resposta. 1. Se sempre nos tornasse culpados, homem nenhum poderia associar-se a pastor ou igreja nenhuma

no mundo sem ser um pecador voluntário. Porque ninguém adora a Deus sem pecado, em matéria ou modo, omissão ou comissão.

1. Se nunca nos tornasse culpados, seria lícito associar-nos a maometanos e adoradores do pão, etc.

2. Portanto, a seguinte decisão da questão sobre em quais casos constitui dever ou pecado separar-se decide também este caso. Pois quando a separação não constitui dever, mas sim pecado, ali a nossa presença no culto não constitui pecado; mas quando a separação constitui dever, ali a nossa presença constitui pecado.

3. Especialmente nestes dois casos a nossa presença constitui pecado: 1. Quando a própria reunião e o culto são tão ruins que Deus não os aceitará, julgando a substância deles como pecado. 2. No caso de nós próprios sermos induzidos a pecado na comunhão, ou como condição prévia de nossa comunhão (como fazer alguma profissão falsa, ou declarar o nosso consentimento ao pecado de outros homens, ou cometer idolatria corporal, visível, reputada, ou coisa semelhante). Mas o pastor e a igreja responderão por suas próprias faltas, e não nós, quando tivermos causa para estar presentes e não as tornarmos nossas por qualquer ação pecaminosa de nossa parte.

Questão 68. É lícito comungar no sacramento com homens ímpios?

Resposta. A resposta pode ser colhida do que foi dito anteriormente.

1. Se eles forem em número, flagrância e notoriedade tão ímpios que constitua nosso dever abandonar a igreja, então comungar com eles constitui pecado. Portanto, a resolução posterior sobre as causas justas de separação deve ser analisada. Como no caso de uma igreja encontrar-se de tal modo manchada com heresia ou impiedade aberta que isso seja justificado pelo voto da maioria, deprimindo a fé e a piedade, e a sociedade tornar-se incapaz para os fins de associação e comunhão eclesiásticas; neste e em outros casos, deve ser abandonada.

2. Se não realizarmos o nosso próprio dever para remover comunhões ilícitas (quer por admoestação do infrator ou do pastor, ou o que quer que se prove realmente constituir o nosso dever), a omissão desse dever constitui o nosso pecado.

3. Mas se não pecarmos por omitir o nosso próprio dever, não constituirá pecado nosso comungar com a igreja onde pecadores escandalosos ou heréticos são permitidos. Os pecados do pastor e do delinquente não são nossos.

4. Sim, se não omitirmos o nosso próprio dever em ordem ao remédio, isso nos justificará em negar comunhão com a igreja enquanto homens ímpios estiverem ali. Mas antes agravará o nosso pecado omitir um dever primeiramente, e a partir disso colher ocasião para omitir outro.

Questão 69. Possuem todos os membros da igreja direito à mesa do Senhor? E é a suspensão legítima?

Sobre isso, veja a defesa das proposições do sínodo em New England. Respondo:

1. Você deve distinguir entre um direito fundamental de estado e um direito imediato de posse presente; ou, se preferir, entre um direito de receber devidamente o sacramento e um direito à recepção imediata simplesmente considerada.

2. Você deve distinguir entre um direito questionado, controvertido, e um direito inquestionável; e assim deve concluir como se segue:

(1) Todo membro da igreja (ao menos adulto) como tal possui o direito fundamental de relação estabelecida, ou o direito de receber devidamente o sacramento; isto é, recebê-lo compreensiva e seriamente naquelas ocasiões em que é administrado pelos pastores.

(2) No entanto, se por faltas ou acusações este direito for justamente questionado na igreja, torna-se um direito controvertido; e a posse ou admissão pode, pelos bispos ou pastores da igreja, ser suspensa se virem causa, enquanto se encontra sob julgamento, até uma decisão justa.

1. Muito embora as crianças constituam membros verdadeiros, contudo a carência de capacidade natural para receber devidamente torna ilícito dar-lhes o sacramento, porque ele deve ser concedido apenas aos destinatários, e receber constitui mais do que comer e

beber; consiste em consentir com a aliança, o que representa o recebimento real no sentido moral, ou ao menos o consentimento professado. De modo que elas carecem não de um estado de direito quanto à sua relação, mas sim de capacidade natural para receber.

2. Pessoas na maioridade que não carecem do direito de uma relação estabelecida podem possuir tais indisposições naturais e morais presentes que também as tornem, por aquele tempo, inaptas para receber. Como doença, infecção, viagem, perseguição, dispersão da igreja, prisão. E (moralmente): 1. Carência do conhecimento necessário sobre a natureza do sacramento (o que, pela negligência de pastores ou pais, pode constituir o caso de alguns que recém-passaram a infância). 2. Algum pecado hediondo do qual o pecador ainda não se arrependeu a ponto de estar pronto para receber um perdão selado, ou o qual seja tão escandaloso na igreja que, em aspectos públicos, a pessoa ainda se encontre inapta para os seus privilégios. 3. Tais pecados ou acusações de pecado que tornem o título de igreja da pessoa justamente controvertido, e a sua comunhão suspensa até que o caso seja decidido. 4. Tais temores de receber indignamente que provavelmente prejudicariam e perturbariam a pessoa se ela recebesse antes de se encontrar melhor esclarecida. Estes aspectos tornam a pessoa incapaz de recepção presente, constituindo obstáculo ao seu direito pleno; elas continuam possuindo direito a receber de modo devido; mas encontrando-se ainda incapazes daquela recepção devida, não possuem o direito pleno à coisa.

3. O mesmo se pode dizer de outras partes de nosso dever e privilégios. Um homem pode possuir o direito relativo, habitual ou estabelecido de louvar a Deus e render-lhe graças por sua justificação, santificação e adoção, bem como para a conversa piedosa, para exercícios de humilhação, etc., o qual, contudo, por carência de preparação real presente, pode encontrar-se incapaz e, com isso, carecer de direito pleno.

4. A compreensão da dupla preparação necessária ajuda-nos da maneira mais clara a compreender este caso. Um homem que se encontra em estado não regenerado deve ser visivelmente curado daquele estado (de ignorância total, incredulidade, impiedade) antes que possa ser um membro da igreja e apresentar reivindicação aos seus privilégios. No entanto, uma vez realizado isso, além desta preparação geral, uma preparação particular também para cada dever faz-se necessária para a realização correta dele. O homem deve compreender o que vai fazer, devendo considerar isso e comparecer com alguns afetos adequados. Um homem pode ter direito a realizar uma viagem sem possuir um cavalo; ou pode possuir um cavalo sem arreios; quem possui vestimentas deve vesti-las antes de estar apto para vir à presença de companhia; quem possui direito de escrever pode carecer de uma pena, ou possuir uma ruim; possuir hábitos graciosos pode necessitar do acréscimo de trazê-los aos atos adequados ao trabalho em mãos.

Questão 70. Existe qualquer coisa desse tipo na igreja como uma categoria, classe ou espécie de

membros da igreja na maioridade que não devem ser admitidos à mesa do Senhor, mas sim apenas a ouvir a palavra e à oração, entre os membros infantis e os adultos confirmados?

Resposta. Alguns idealizaram tal classe, ou espécie, ou ordem por conveniência, como uma coisa prudente e necessária; porque admitir a todos à mesa do Senhor consideram perigoso de um lado; e banir a todos os inaptos para ela da igreja consideram perigoso de outro lado, sendo aquilo que o povo não suportaria. Portanto, para preservar a reverência do sacramento e para preservar a sua própria paz e a da igreja, conceberam este caminho intermediário ou categoria. E, de fato, a controvérsia parece referir-se mais ao título (se pode ser chamado de uma ordem intermediária de meros aprendizes e adoradores) do que à matéria. Escrevi ocasionalmente mais sobre isso do que posso aqui me deter a repetir; e o tratamento preciso dele requer mais palavras do que utilizarei aqui. Este resumo, portanto, constituirá tudo:

1. É certo que tais catecúmenos que se encontram em mera preparação para a fé, o arrependimento e o batismo não constituem membros da igreja ou cristãos de modo algum; e assim em categoria nenhuma destas se encontram.

2. O batismo constitui a única porta regular ordinária de entrada na igreja visível; e homem nenhum (a menos em casos extraordinários) deve ser considerado membro da igreja ou cristão visível até ser batizado.

Duas objeções são trazidas contra isto: 1. Os filhos dos cristãos constituem membros da igreja como tais antes do batismo, e assim são crentes. São batizados por serem membros, e não membros pelo batismo.

Resposta. Este caso não apresenta dificuldade. 1. Um crente como tal constitui membro de Cristo e da igreja invisível, mas não da igreja visível até ser um professor ordenado daquela crença. E esta profissão não é deixada à vontade de cada homem sobre como deve ser feita, mas Cristo prescreveu e instituiu uma certa via e maneira de profissão que funcionará como o único símbolo ou distintivo ordinário pelo qual a igreja conhecerá os membros visíveis; e esse é o batismo. De fato, quando o batismo não pode ser obtido, uma profissão aberta sem ele pode servir; pois os sacramentos são feitos para o homem, e não o homem para os sacramentos. No entanto, quando ele pode ser obtido, constitui o símbolo, a *tessera* e a porta da igreja designados por Cristo. E até que a pessoa seja batizada, não passa de um professor irregular e inicial; assim como um embrião no útero constitui um ser humano; ou como uma aliança antes da redação, selagem e entrega representa inicialmente uma aliança; ou como pessoas privadamente contratadas sem matrimônio solene encontram-se casadas; ou como um homem constitui ministro sob eleição e provação antes da ordenação: ele possui, em todos estes casos, apenas o princípio de um título, o qual não se encontra completo; tampouco é de modo algum suficiente *in foro ecclesiæ* para fazer de um homem visível e legalmente um casado, um ministro e, consequentemente aqui, um cristão. Pois Cristo escolheu o seu próprio distintivo

visível pelo qual os membros de sua igreja devem ser conhecidos.

E o mesmo se deve dizer quanto ao título infantil dos filhos dos crentes; eles possuem apenas um direito inicial antes do batismo, e não o distintivo de cristãos visíveis. Pois existem três gradações distintas para compor o seu cristianismo visível: 1. Porque são seus próprios (e como que partes deles mesmos), os pais crentes possuem, portanto, poder e obrigação de dedicar os seus filhos em aliança com Deus. 2. Porque cada crente encontra-se ele próprio dedicado a Deus com tudo o que é seu (conforme a sua capacidade), a sua criança supõe-se, portanto, virtualmente (não realmente) dedicada a Deus em sua própria dedicação ou aliança, tão logo a sua criança venha a existir. 3. Sendo assim virtual e implicitamente primeiramente dedicada, ela é posteriormente real e regularmente dedicada no batismo, recebendo sacramentalmente o distintivo da igreja; e isto faz dela uma membra visível ou cristã, para o que os dois primeiros aspectos serviram apenas de introdução, assim como a concepção o é para o nascimento humano.

Objeção. Mas a descendência dos crentes como tal encontra-se na aliança; e portanto são membros da igreja.

Resposta. A palavra aliança aqui é ambígua; ou ela significa a lei da graça de Deus, ou os termos prescritos para a salvação com a sua oferta imediata dos benefícios aos aceitantes, chamada de aliança simples de Deus; ou significa isto com o consentimento do homem, chamada de aliança mútua, onde ambas as partes pactuam. No primeiro sentido, a aliança apenas oferece a membresia da igreja, mas não faz de homem nenhum membro da

igreja até ao consentimento. Trata-se apenas de promessa condicional de Deus: "Se creres serás salvo", etc. Se você entregar a si mesmo e a seus filhos a mim, serei o seu Deus e vós sereis o meu povo. Mas é apenas a aliança mútua que faz um cristão ou membro da igreja.

Objeção. A promessa é para nós e para os nossos filhos como nossos.

Resposta. Isto é, que você e os seus filhos dedicados a Deus seram recebidos em aliança; mas não de outro modo. Crer não constitui apenas o mero assentimento, mas sim o consentimento com a aliança, e o entregar de si mesmo a Cristo; e se você não consentir que o seu filho esteja na aliança, tampouco o entregando a Deus também, você não pode esperar a aceitação dele contra a sua vontade; tampouco, de fato, deve você ser considerado um verdadeiro crente se não dedicar a si próprio a ele, bem como a tudo o que se encontra sob o seu poder.

Objeção. Esta oferta ou aliança condicional pertence também aos infiéis.

Resposta. A oferta é dirigida a eles, mas eles não a aceitam. No entanto, cada crente aceita-a por si e pelos seus, ou consagra a Deus a si mesmo e aos seus filhos quando os tiver; e por essa dedicação ou consentimento virtual, os seus filhos encontram-se virtualmente na aliança mútua; e realmente sob o consentimento e dedicação reais.

Objeção. Mas é a profissão, e não o batismo, que faz um membro visível.

Resposta. Isto foi respondido anteriormente: trata-se de profissão pelo batismo; pois o batismo constitui aquele ato peculiar de profissão que Deus escolheu para este uso, quando uma pessoa é absolutamente dedicada, resignada e engajada a Deus em um sacramento solene; esta representa a nossa profissão iniciadora regular; não passando de um embrião irregular de profissão o que precede ordinariamente o batismo.

Proposição 3. O tempo da membresia infantil, em que permanecemos em aliança pelo consentimento de nossos pais, não se pode determinar pela duração, mas sim pela insuficiência de razão, por imaturidade de idade (ou idiotas contínuos) para escolher por si mesmo.

Proposição 4. Não se faz necessário que a doutrina da ceia do Senhor seja ensinada aos catecúmenos antes do batismo; tampouco era usual aos antigos fazê-lo (embora possa muito bem ser feito).

Proposição 5. Faz-se necessário que a natureza da ceia do Senhor seja ensinada a todos os batizados antes de a receberem (conforme exposto anteriormente), do contrário realizarão o ato sem saber o que fazem.

Proposição 6. Embora o sacramento da ceia do Senhor não sele outra, mas sim a mesma aliança que o batismo sela, contudo existem algumas verdades adicionais ali expressas, bem como alguns exercícios mais particulares de fé no sacrifício de Cristo e em sua vinda, etc., e de esperança, amor, gratidão, etc., requeridos. Portanto, as mesmas qualificações que servirão para o batismo, justificação, adoção e salvação não são suficientes para o uso correto da comunhão da igreja na ceia do Senhor,

sendo o primeiro o sacramento de iniciação e de nosso novo nascimento, e o outro o de nossa confirmação, exercício e crescimento em graça.

1. Quer as pessoas sejam batizadas na infância ou na maioridade, se não compreenderem anteriormente estes mistérios elevados, devem aguardar sem o exercício deles até que os compreendam; e assim, com a maioria, deve transcorrer um espaço de tempo entre o seu batismo e a comunhão mais plena.

2. Mas o mesmo que afirmamos sobre a ceia do Senhor deve ser dito sobre outras partes do culto: cantar salmos, louvor, ações de graças, etc. Os homens devem aprendê-los antes de os poderem praticar; e usualmente estes atos eucarísticos concorrem com a ceia do Senhor.

3. Se você chamará as pessoas neste estado de membros da igreja de uma categoria e ordem intermediárias entre as batizadas e as comungantes constitui apenas *lis de nomine*, uma controvérsia verbal. Admite-se que tal tipo intermediário de pessoas existe na igreja.

4. Deve-se sustentar que estas se encontram em estado de salvação mesmo antes de comungarem dessa forma. E que não são mantidas afastadas por carência de um título de relação estabelecida, mas sim de uma capacidade imediata, como mencionado anteriormente.

5. Não existe necessidade, exceto sob tal inaptidão, de que exista sequer o tempo de um dia entre o batismo e o sacramento da ceia do Senhor; tampouco é

desejável; pois se os batizados compreenderem esses mistérios no primeiro dia, podem comungar neles.

6. Portanto, conforme as pessoas se encontrem preparadas, algumas podem de súbito comungar, e outras aguardar por mais tempo.

7. Quando as pessoas se encontram na maioridade, se pastores, pais e elas próprias não forem grosseiramente negligentes, podem e devem aprender estas coisas em pouquíssimo tempo; de modo que não necessitam fixar-se em um estado de aprendizado inferior por qualquer tempo considerável, a menos que a sua própria negligência constitua a causa.

8. E com vistas ao seu aprendizado, elas possuem direito de ser espectadoras e ouvintes na celebração da ceia, e não de serem afastadas com os catecúmenos como se não tivessem direito de estar ali. Pois trata-se de coisa mais bem ensinada pela prática aos observadores.

9. Mas se alguém, por escândalo ou negligência grave da piedade, e não apenas por ignorância, der causa para questionamento de seu título, suspendendo-se a posse daqueles privilégios sagrados, este deve ser contado em outra categoria, inclusive entre aqueles cujo próprio título de membresia da igreja se torna controvertido, devendo submeter-se a julgamento na igreja.

E penso que isto pode servir para resolver esta considerável questão.

Questão 71. É uma forma escrita de oração legítima?

Resposta. Expus tanto sobre isto e sobre algumas questões seguintes em muitos livros anteriormente que, para evitar repetição, direi pouquíssimo aqui.

A questão deve estar fora de questão para todos os cristãos:

Porque a própria Escritura possui muitas formas escritas de oração, as quais portanto não podem ser ilícitas.

Objeção. Eram legítimas na época, mas não hoje.

Resposta. Aquele que o afirma deve provar onde Deus as proibiu desde então. O que nunca se poderá fazer.

Objeção. Podem legitimamente ser lidas nas Escrituras para instrução, mas não usadas como orações.

Resposta. Eram usadas como orações na época e nunca foram proibidas desde então; sim, João e Cristo ensinaram os seus discípulos a orar, e Cristo prefacia a sua forma assim: "Quando orardes, dizei...".

Todas as coisas devem ser feitas para edificação; mas usar uma forma de oração concorre para a edificação de muitas pessoas, ao menos daquelas que não o podem fazer de outro modo tão bem; portanto, essas pessoas devem usar uma forma escrita. A experiência plena prova a premissa menor, e nada senão o estranhamento em relação aos homens pode contrariá-la.

Questão 72. São as formas escritas de oração ou pregação na igreja legítimas?

Resposta. Sim: a maioria dos ministros estuda a forma metódica de seus sermões antes de pregá-los; e muitos escrevem as próprias palavras, ou as estudam; e assim a maioria dos sermões constitui uma forma escrita. E certamente é tão legítimo pensar antecipadamente o que dizer ao orar quanto ao pregar.

1. Aquilo que Deus não proibiu é legítimo; mas Deus não proibiu os ministros de estudarem os seus sermões ou orações, quer quanto à matéria, método ou palavras, fazendo disso de muitas maneiras uma forma escrita.

2. Aquilo que Deus prescreveu é legítimo (se ele não o revogar); mas Deus prescreveu formas públicas de oração, conforme os títulos e a matéria de muitos dos Salmos provam, os quais eram diariamente usados nas sinagogas judaicas.

Objeção. Os Salmos, devendo ser cantados, são mais do que orações.

Resposta. Eram orações, embora mais do que isso. São chamados de orações, e quanto à matéria muitos deles nada mais eram do que orações, exceto pela métrica das palavras; tampouco o seu cantar se assemelhava ao nosso hoje, mas assemelhava-se mais ao nosso recitar. E existem muitas outras orações registradas nas Escrituras.

E todas as igrejas de Cristo, ao menos nestes treze ou quatorze séculos, consideraram as formas públicas de oração como legítimas; o que não deve ser contestado sem provas.

Questão 73. São as formas públicas escritas de oração, idealizadas ou compostas por homens, legítimas?

Resposta. Sim: 1. Os ministros mencionados anteriormente em todo o mundo cristão idealizam e compõem a forma de seus próprios sermões e orações; e isso não as torna ilícitas. 2. E quem quer que fale *ex tempore* [de improviso], as suas palavras constituem uma forma quando as profere, muito embora não uma forma premeditada. 3. E quando a Escritura tão veementemente nos ordena a examinar, meditar e estudar as Escrituras, e a atentar para nós mesmos e para a doutrina, etc., que tipo de pessoa é aquela que condenará a oração ou a pregação apenas porque estudamos ou consideramos antecipadamente o que dizer! Como se Deus abominasse a diligência e o uso da razão. Os homens não são impedidos (hoje) de pensar antecipadamente o que dizer ao juiz no tribunal para defender os seus bens ou a sua vida, ou o que dizer em uma embaixada, ou a um rei, ou a qualquer homem com quem conversemos. E onde somos proibidos de pensar antecipadamente o que dizer a Deus? Deve o povo atentar para como ouve, e guardar o seu pé quando entra na casa de Deus? E não devemos nós atentar para o que falamos, e zelar pelas nossas palavras para que sejam adequadas e decentes?

Objeção. As formas escritas são imagens de oração e pregação, proibidas no segundo mandamento?

Resposta. Prove isso, e não acrescente à palavra de Deus. 1. A Escritura e os servos de Deus, inclusive o próprio

Cristo, teriam quebrado o segundo mandamento quando usaram ou prescreveram formas escritas. 2. As formas escritas não são mais imagens do que as palavras de improviso o são, conforme significam as nossas mentes. São todos os catecismos, sermões e orações impressos e escritos, imagens ou ídolos? Todas as formas que os pais ensinam aos seus filhos? Oh, não impute tais falsidades a Deus; e não invente falsidades de sua palavra, enquanto você rejeita as invenções dos homens.

Questão 74. É lícito impor formas escritas à congregação ou ao povo no culto público?

Sim, e mais do que lícito; constitui dever do pastor fazê-lo. Pois quer ele pense antecipadamente o que orar ou não, a sua oração constitui para eles uma forma de palavras; e eles estão obrigados, em todas as partes legítimas, a concordar com ele em espírito ou desejo, e a dizer Amém. De modo que cada ministro, por ofício, deve diariamente impor uma forma de oração a todo o povo na congregação. Apenas alguns homens impõem a mesma forma muitas vezes, ou todos os dias, e outros impõem a cada dia uma nova.

Questão 75. É lícito usar formas escritas compostas por homens, e impostas não apenas sobre o povo, mas sobre os pastores das igrejas?

Resposta. A questão não diz respeito à liceidade de impor, mas sim de usar formas escritas impostas. E:

1. Não é lícito usá-las meramente por serem impostas ou ordenadas, sem alguma razão maior da ilegalidade. Pois, do contrário, seria ilícito para qualquer outra pessoa usar formas escritas impostas; como para um aluno ou filho se o mestre ou pai as impuser, ou para a congregação quando o pastor as impuser, o que não é verdadeiro.

2. O uso de formas escritas impostas pode, por outros acidentes, ser às vezes bom e às vezes mau, conforme sejam os acidentes que o tornem assim.

1. Estes acidentes podem torná-lo mau: (1) Quando a forma escrita é ruim quanto à matéria ou ao modo, e nós voluntariamente a preferimos em detrimento daquela que é melhor, condescendendo com a imposição. (2) Quando o fazemos para satisfazer a nossa preguiça, ou para cobrir a nossa ignorância e incapacidade voluntárias. (3) Quando obedecemos voluntariamente e fortalecemos quaisquer pastores ou poderes usurpadores e ilegítimos que as impõem sem autoridade, encorajando assim a tirania da igreja. (4) Quando escolhemos uma forma escrita singular, imposta por algum pastor singular, e evitamos aquela com a qual as demais igrejas concordam, em uma época em que isso possa tender à divisão e à ofensa. (5) Quando a fraqueza e a ofensa da congregação são tais que eles não se unirão a nós na forma escrita imposta, e assim, pelo uso dela, os afastamos de todo o culto público ou os dividimos.

2. E, nas seguintes circunstâncias, o uso de uma forma escrita imposta é lícito e constitui dever: (1) Quando o ministro for tão fraco que não possa orar bem sem ela, nem compor uma tão boa por si mesmo. (2) Ou quando

os erros ou a grande fraqueza da generalidade dos ministros forem tais que eles comumente corrompam ou estraguem o culto de Deus por sua própria maneira de orar, e não se disponha de melhores ministros; e, diante disso, os pastores sábios e fiéis e os magistrados impuserem uma liturgia sadia e apta para evitar o erro e a divisão em época de tamanho distúrbio; e os mais capazes não puderem ser deixados em liberdade sem que se relaxe a regra para os demais. (3) Quando constituir um meio de concórdia para as igrejas, e nenhum obstáculo para as nossas outras orações. (4) Quando os nossos ouvintes não se unirem a nós se não as usarmos (pois o erro e a fraqueza devem ser suportados de um lado tanto quanto do outro). (5) Quando a obediência à autoridade justa o exigir, e mandamento nenhum de Cristo for contrariado com isso. (6) Quando a imposição for tão severa que devamos ou cultuar a Deus publicamente dessa forma, ou não cultuar de modo algum; e assim todo o culto público de Deus será excluído daquela congregação, região ou nação, a menos que utilizemos formas escritas de oração. (7) Em uma palavra, quando as boas consequências da obediência, união, prevenção de ofensas, liberdade para o culto público de Deus e pregação do evangelho, etc., forem maiores do que as más consequências que provavelmente se seguirão ao usar tais formas: os acidentes preponderantes devem prevalecer. (8) E se o próprio julgamento e consciência de um homem não puderem ser satisfeitos para realizar o trabalho de Deus de forma confortável e tranquila por qualquer outro caminho, isso pode pesar muito na determinação. E o bem comum de muitas igrejas deve ser sempre preferido ao menor.

Questão 76. Não consiste o chamado de um ministro de tal modo no exercício de seus próprios dons ministeriais que ele não possa oficializar sem eles, nem fazer uso dos dons de outros homens em lugar dos seus próprios?

Resposta. 1. O ofício do ministério constitui uma obrigação e autoridade para realizar o trabalho ministerial, por meio daquelas capacidades pessoais e competentes que Deus nos concedeu.

1. Esta obrigação de usar as nossas próprias capacidades não nos proíbe de fazer uso dos auxílios, dons e dotes de terceiros, quer para promover as nossas próprias capacidades e hábitos, ou para nos auxiliar no ato ou no exercício delas. Pois: 1. Não existe proibição nesse sentido nas Escrituras. 2. Todos os homens são insuficientes por si mesmos; e a natureza e a Escritura exigem que usem o melhor auxílio que puderem obter de outros. 3. O serviço de Deus deve ser realizado da melhor maneira que pudermos. No entanto, muitos ministros não o podem fazer tão bem (considerados os aspectos a serem considerados) sem o auxílio de outros homens quanto o fariam com ele.

2. Podemos usar os dons de outros homens para nos auxiliar: 1. Quanto à matéria; 2. Ao método; 3. Às palavras; e assim para uma tríplice forma, de pregação ou de oração.

3. Aquele que utiliza uma forma escrita das Escrituras quanto à matéria, método ou palavras faz uso de suas próprias capacidades não mais do que se fizesse uso

de uma forma escrita de outro livro. No entanto, é lícito usar uma forma escrita das Escrituras; portanto, é lícito, até esse ponto, buscar assistência no uso de nossas próprias capacidades.

4. Aquele que usa uma forma escrita faz uso de suas próprias capacidades também (não apenas talvez em outras ocasiões, mas) no uso dela. Ele utiliza o seu entendimento para discernir o verdadeiro sentido e aptidão das palavras que usa; ele utiliza os seus desejos santos ao elevar aquelas orações a Deus; e as suas outras graças, como faz em outras orações. Ele utiliza a sua expressão no falar adequado e decente delas.

5. Um ministro nem sempre está obrigado a usar os seus próprios dons ao máximo que puder, e os de outros homens o mínimo que puder. Pois: 1. Não existe tal mandamento da parte de Deus. 2. Todas as coisas devem ser feitas para a edificação da igreja; mas às vezes o maior uso dos dons de outrem, e o menor uso dos seus próprios, pode reverter em maior edificação para a igreja.

Exemplos do uso legítimo dos dons de outros homens são tais como estes:

1. Quanto à matéria: um ministro mais capaz pode orientar um jovem sobre quais assuntos são mais adequados para ele na pregação e na oração; e qual constitui o sentido das Escrituras que ele deve expor; e qual é a verdadeira solução de diversas dúvidas e casos. Um ministro que é jovem, inexperiente ou ignorante (sim, o melhor deles) pode ser um aprendiz

enquanto mestre; mas ele, na condição de aprendiz, faz uso até aí dos dons de outros. E, de fato, todos os mestres no mundo fazem uso dos dons de outros; pois todos ensinam o que aprendem de outros.

2. Quanto ao método: é lícito aprender tanto isso quanto a matéria de outrem. Cristo ensinou aos seus discípulos um método de oração; e outros homens podem expor esse método a nós. Todos os tutores ensinam aos seus alunos o método tanto quanto a matéria; pois o método faz-se necessário para a devida compreensão e uso da matéria. Um método de teologia, um método de pregação e um método de oração podem ser ensinados a um pregador por palavra, e podem ser escritos ou impressos para o seu uso.

3. Quanto às palavras: 1. Não há mais proibição na palavra de Deus contra aprender ou usar as palavras de outro homem do que o seu método ou matéria. Portanto, não é ilícito. 2. Um tutor ou ministro mais antigo pode ensinar as palavras das Escrituras a um aluno ou ministro jovem; sim, e pode reuni-las e compor-lhe um sermão ou oração a partir da Escritura com as palavras dela. (Pois aquele que pode usar uma forma escrita das Escrituras mal composta por sua própria compilação pode usar uma forma escrita bem composta da autoria de outrem). 3. Todos os livros em nossas bibliotecas constituem formas de palavras; e certamente é lícito usar algumas de todas as palavras que lemos, sob pena de os nossos livros se tornarem um laço e limitação para a nossa linguagem. 4. Todos os pregadores ordinariamente usam citações,

depoimentos, etc., nas palavras de outros. 5. Todos os ministros usam salmos na métrica da composição de outros homens (e comumente impostos também). E não há mais proibição contra usar as palavras de outros homens em uma oração do que em um salmo. 6. Quase todos os ministros usam os dons e a forma de palavras de outros homens ao lerem as Escrituras em suas línguas vernáculas; pois Deus não as escreveu por seus apóstolos e profetas em inglês, francês, holandês, etc., mas sim em hebraico, caldaico e grego; portanto, traduzi-las para o inglês, etc., constitui uma forma de palavras humana; e poucos ministros pensam estar obrigados a traduzir toda a Bíblia por si mesmos para não usarem as palavras ou capacidades de outros homens. 7. Se um jovem ministro que orar com fraqueza ouvir sentenças e expressões mais adequadas nas orações de outro ministro do que as suas próprias, poderá posteriormente fazer uso daquelas sentenças e expressões. E se de uma sentença, por que não de duas ou dez, quando Deus não o proibiu? O mesmo ocorre na pregação. 8. É lícito ler os sermões ou cartas de outro homem na igreja, como faziam as igrejas primitivas com os escritos de Clemente e de alguns outros. 9. Uma imposição pode ser tão severa que não usemos as nossas próprias palavras a menos que utilizemos algumas de outros homens. 10. Quase todas as igrejas no mundo consentiram no uso de credos, confissões, orações e salmos nas palavras de outros.

No entanto: 1. Ministro nenhum deve, sob estes pretextos, abafar os seus próprios dons e tornar-se negligente; 2. Tampouco consentir com a tirania da igreja

ou com as usurpações papais; 3. Nem fazer aquilo que tenda a eliminar a seriedade no culto de Deus, convertendo tudo em formalidade ou aparência mortas.

Questão. É lícito ler uma oração na igreja?

Resposta. 1. Aquilo que não é proibido é legítimo; mas ler uma oração não é proibido (como tal, embora por acidente o possa ser).

1. As orações nos salmos das Escrituras eram comumente lidas nas sinagogas judaicas de modo legítimo; pois foram escritas para esse fim, e constituíam de fato a liturgia judaica. Portanto, ler uma oração não é ilícito.

2. Aquele que possui memória fraca pode ler as notas de seu próprio sermão; portanto, ele pode ler as suas orações.

3. Acrescento quanto a este caso e ao anterior conjuntamente que: 1. Cristo costumava frequentar as sinagogas judaicas.

4. Que naquelas sinagogas existiam formas escritas de oração, e estas ordinariamente lidas, ao menos formas escritas das Escrituras; e se os rabinos judeus (citados por Scaliger, Selden em *Eutych. Alexandr.*, etc.) ou a maior probabilidade merecem crédito, existiam também formas escritas humanas. Pois quem pode imaginar que aqueles fariseus não possuíssem formas escritas de oração: (1) Eles que são tão acusados de formalidade e de seguir tradições; (2) E que usavam orações longas e frequentes; mas se de fato eles não

possuíssem tais formas escritas, então as orações de improviso longas e frequentes não constituem sinal tão grande de dons do Espírito quanto se imagina, visto que tais fariseus abundavam nelas. Mas há pouca probabilidade de que não usassem de ambos os caminhos.

5. Que Cristo não se separou das sinagogas por causa de tais orações.

6. Sim, que nunca lemos que Cristo tenha intervindo na controvérsia, por não se tratar de controvérsia na época; tampouco que tenha repreendido uma única vez tais formas escritas, ou a leitura delas, ou que alguma vez tenha chamado os judeus ao arrependimento por causa delas.

Se você disser: "A sua repreensão geral das tradições foi o suficiente", respondo: 1. Nem mesmo as tradições ele reprovou como tais, mas apenas por serem colocadas à frente ou contra os mandamentos de Deus. 2. Ele nomeou muitas de suas tradições e corrupções particulares, Mt 15, xxiii, etc., e nunca nomeou esta. 3. O fato de ele se fazer presente habitualmente nas assembleias deles, unindo-se assim a eles em seu culto, constituiria tal aparência de sua aprovação que tornaria necessário expressar a sua desaprovação dele se de fato considerasse isso pecaminoso. De modo que todo aquele que de forma imparcial considerar tudo isto — que ele se uniu a eles, que repreendeu particularmente outras corrupções e que nunca disse absolutamente nada contra formas escritas ou a leitura de orações que tenha sido registrado — certamente será moderado em seu julgamento sobre tais coisas indiferentes, se souber o que é a moderação.

Questão 77. É lícito orar na igreja sem uma forma escrita ou premeditada de palavras?

Resposta. Existem tão poucos cristãos sóbrios e sérios que alguma vez tenham tido dúvida disso que não despenderei muitas palavras para prová-lo.

1. Aquilo que não é proibido é legítimo. Mas a oração na igreja sem uma forma de palavras premeditada ou prescrita não é proibida (por Deus); portanto (quanto às leis de Deus), não é ilícita.

2. Expressar desejos santos com entendimento, ordem, seriedade e em expressões adequadas constitui oração legítima. No entanto, tudo isto se pode realizar sem uma forma escrita de palavras; portanto, orar sem uma forma escrita de palavras pode ser lícito.

3. O consentimento da igreja universal e a experiência de homens piedosos constituem argumentos tão fortes que não devem ser desconsiderados.

4. Aos quais exemplos das Escrituras podem ser adicionados.

Questão 78. Qual constitui o melhor caminho: as formas escritas de palavras ou a oração livre sem elas? E quais são as vantagens e desvantagens de cada caminho?

Resposta. Responderei primeiramente à última questão, porque a primeira depende dela.

I. As vantagens de uma forma escrita de palavras, e as desvantagens da oração livre, são as seguintes:

1. Em uma época de heresia perigosa que tenha infectado os pastores, uma forma escrita de palavras estabelecida e prescrita tende a preservar a igreja e as consciências dos participantes de tal infecção, ofensa e culpa.

2. Quando os ministros forem tão fracos que desonrem o culto de Deus por suas expressões inadequadas, descuidadas e incorretas, as formas escritas prescritas ou estabelecidas que sejam bem compostas oferecem alguma preservação e cura. Ao passo que a oração livre deixa a igreja sob este inconveniente.

3. Quando os ministros, por facção, paixão ou interesses corrompidos, se mostrarem propensos a introduzir estes vícios em suas orações com prejuízo de terceiros e da causa e igreja de Deus, a oração livre fomenta isto ou lhe confere oportunidade, ao passo que as formas escritas o restringem.

4. As formas escritas concordantes servem para a concórdia mais precisa nas igrejas, de modo que todas possam falar as mesmas coisas ao mesmo tempo.

5. Elas fazem-se necessárias para alguns ministros fracos que não o podem fazer tão bem sem elas.

6. Elas evitam até certo ponto lançar a reputação do culto religioso sobre as capacidades do ministro; ao passo que na oração livre a honra e o consolo variam com os diversos graus de capacidades pastorais: em um lugar é excelentemente bem feito, em outro

apenas de forma árida, fria e simples, em outro de forma errônea, sem edificação, senão desonrosa, tendendo ao desprezo das coisas santas. Ao passo que no caminho das liturgias escritas estabelecidas, muito embora o mais capaz (naquela ocasião) não o faça melhor, o mais fraco o realiza (quanto às palavras) tão bem, e todos de igual modo.

7. E, se homens orgulhosos e fracos não tiverem a prerrogativa de compor e impor as formas, todos sabem que as palavras elaboradas sob estudo, mediante premeditação sóbria e consulta, possuem maior vantagem para serem precisas e adequadas do que aquelas em que nunca se pensou até que as estivéssemos proferindo.

8. O próprio medo de cometer erros perturba a alguns homens pouco preparados, fazendo-os realizar todo o restante de modo pior.

9. Os ouvintes sabem antecipadamente se aquilo a que devem se unir é sadio ou incorreto, dispondo de tempo para examiná-lo.

10. E eles podem mais prontamente manifestar o seu consentimento àquilo que é falado, tornando a oração sua própria, quando sabem antecipadamente o que ela é, do que o podem fazer quando não o sabem antes de ouvi-la; sendo difícil para a classe mais lenta de ouvintes concorrer com um entendimento e consentimento tão rápidos quanto as palavras do orador o são. Não que isto não se possa fazer, mas sim que não ocorre sem grande dificuldade na classe de ouvintes mais lentos.

11. E tende a evitar o orgulho e o autoengano de muitos que pensam possuir o espírito de graça e súplicas pelo fato de, por aprendizado e uso, saberem falar por muitas horas em variedade de expressões na oração; o que constitui um equívoco perigoso.

II. As vantagens das orações livres de improviso, e as desvantagens de formas escritas ou estabelecidas, são as seguintes:

1. Torna-se uma vantagem para alguns homens orgulhosos que se julgam mais sábios do que todos os demais imporem as suas composições, para que ninguém seja considerado inteligente o suficiente, ou apto para falar com Deus senão nas palavras deles, introduzindo assim a tirania na igreja.

2. Pode tornar-se um obstáculo para ministros capazes e dignos que podem fazer melhor.

3. Pode tornar-se um laço de divisão para as igrejas que não podem todas concordar e consentir em tais imposições humanas.

4. Pode tornar-se uma vantagem para os heréticos quando obtêm o poder (como os arianos antigamente) de corromper todas as igrejas e o culto público; e assim os papistas corromperam as igrejas por meio da missa.

5. Pode tornar-se um instrumento ou ocasião de perseguição e silenciamento de todos aqueles ministros que não podem consentir com tais imposições.

6. Pode tornar-se um meio de depravação do ministério, conduzindo-o a uma ociosidade e ignorância comuns (se outros fatores semelhantes concorrerem). Pois quando os homens percebem que capacidades maiores não são utilizadas e exigidas, comumente não buscarão obtê-las, vindo a se tornar incapazes de orar sem as suas formas escritas de palavras.

7. E por este meio a religião cristã pode decair e cair em desprezo; pois embora seja desejável que o seu próprio valor preserve a sua reputação e sucesso, contudo ela nunca até hoje foi mantida sem o auxílio dos dons e graças eminentes de Deus em seus ministros. Mas onde quer que tenha existido um ministério instruído, capaz, santo, zeloso e diligente, a religião comumente floresceu; e onde quer que tenha existido um ministério ignorante, vicioso, frio, ocioso, negligente e reprovável, a religião comumente feneceu e foi reprovada. E não temos agora motivos para buscar aquilo que nunca existiu, e que Deus adote um novo curso no mundo.

8. E a opinião de impor formas escritas de oração pode atrair a opinião de impor formas escritas de pregação tanto quanto, restringindo a pregação livre tanto quanto a oração livre, como vemos na Moscóvia. E então quando nada mais além da mera leitura for exigido, nada mais ordinariamente será buscado; e assim o ministério será o escárnio do povo.

9. E constituirá uma falha vergonhosa e desconfortável quando um ministro não for capaz, em uma variedade de ocasiões, de variar as suas orações em conformidade; e quando ele não puder avançar além

de seu livro ou lição. Sendo tão impossível elaborar orações perfeitamente adequadas a todas as ocasiões que ocorrerão quanto o é elaborar sermões adequados a todas, ou, como dizem, fazer uma vestimenta para a lua; e o povo desprezará os ministros quando perceber esta grande deficiência.

10. E constitui grande dificuldade para muitos ministros aprender e proferir uma forma sem o livro; de modo que aqueles que sabem falar o dia inteiro sobre o que compreendem dificilmente podem recitar uma forma de palavras por um quarto de hora, dependendo a memória mais do corpo e de seu temperamento do que o faz o exercício do entendimento. Aquele que se acha adstrito justamente àquelas palavras e a nenhuma outra é submetido a dificuldades em dobro (como quem, nas alturas, deve caminhar sobre uma prancha estreita, onde o próprio medo de cair o fará cair); mas aquele que pode expressar os justos desejos de sua alma nas palavras que lhe ocorrem e que sejam adequadas e decentes é como quem dispõe de um campo para caminhar: de minha parte, é-me mais fácil pregar ou orar por seis horas em liberdade sobre assuntos que compreendo do que orar ou pregar a décima parte de uma hora nos grilhões de uma forma escrita de palavras que não posso variar. E assim a necessidade de um livro que intervém traz prejuízo para a reputação das capacidades do ministro aos olhos do povo.

11. Mas a grande desvantagem, maior do que todas as demais, consiste em que ela comumente gera descuido, frieza, formalidade e um trabalho labial sem

coração em nossas orações a Deus; ao passo que a via livre da oração presente tende a incitar as nossas cogitações a considerar o que dizemos. E não se trata apenas de que a multidão de hipócritas sem coração na igreja seja assim tentada a perseverar em seu trabalho labial e hipocrisia, aproximando-se de Deus com os seus lábios quando o seu coração se encontra longe dele, sendo gratificada em seu autoengano enquanto, à semelhança de papagaios, proferem as palavras que não consideram, e a sua língua ultrapassa o seu coração; mas mesmo os homens melhores são grandemente tentados à frieza e frouxidão: refiro-me tanto aos oradores quanto aos ouvintes; pois: (1) É natural à mente humana possuir um cansaço indolente, tanto quanto ao seu corpo, não realizando mais do que constata haver necessidade de fazer; e embora a presença de Deus unicamente devesse bastar para engajar todos os poderes de nossas almas, contudo a triste experiência nos mostra que o olhar de Deus e o do homem juntos operarão mais com quase todos os homens do que um único isolado. E, portanto, os pensamentos de homem nenhum são tão precisamente governados quanto as suas palavras. Portanto, quando um ministro sabe antecipadamente que, quanto à aprovação dos homens, ele nada mais tem a fazer senão ler aquilo que vê diante de si, ele se mostra propenso a permitir que os seus pensamentos voem longe e que os seus afetos se prostrem, porque homem nenhum lhe pede contas destes; mas na oração de improviso diversificada o homem não o pode fazer sem uma incitação de seu entendimento para pensar (ao

> máximo) o que dizer; e uma incitação de seus afetos para falar com vida, sob pena de os ouvintes perceberem a sua frieza. E embora tudo isto possa ser fingido e hipocritamente afetado, contudo constitui grande auxílio para a seriedade e sinceridade manter as faculdades inteiramente despertas; e representa grande auxílio para despertá-las encontrar-se sob tal necessidade constante inclusive diante do homem. Assim como os que se mostram propensos a dormir na oração o farão menos quando sabem que os homens os observam do que em outra ocasião.

(2) E tanto para o orador como para os ouvintes, a fragilidade humana torna difícil sermos igualmente afetados com a mesma coisa falada cem vezes do mesmo modo que o somos no princípio, quando ela se apresenta nova, e quando se acha revestida de uma variedade conveniente de expressões em linguagem. Assim como o mesmo livro não nos afeta na vigésima leitura como afetou na primeira. Não diga que constitui fraqueza desonrosa ser assim conduzido pela novidade das coisas ou das palavras; pois, embora isso seja verdadeiro, trata-se de fraqueza comum a toda a humanidade, e de uma enfermidade que é sua própria, e para a qual Deus nos permite todos os meios legítimos de cura, e de correção dos efeitos infelizes enquanto não for curada.

Por fim, as formas escritas servem aos homens indignos para ocultarem a sua indignidade por meio delas, e para constituírem a matéria de uma controvérsia na qual possam dar vazão à sua inveja contra aqueles que são mais capazes e santos do que eles próprios.

III. Tendo agora verdadeiramente lhe mostrado as vantagens e desvantagens de ambos os caminhos, para a outra questão: Qual deles constitui o melhor?, devo dar-lhe apenas algumas regras para que você mesmo a responda:

1. O melhor é aquele que possui a maioria e as maiores vantagens, e a minoria e as menores desvantagens.

2. Pois nenhum deles é proibido em si mesmo considerado, tampouco mau, mas sim por acidente.

3. Um pode possuir mais vantagens e o outro mais desvantagens em uma região e época do que em outra, e com algumas pessoas do que com outras.

4. Os cristãos sóbrios devem mostrar-se muito tardios, em tais casos, em contender com as igrejas onde vivem ou chegam, submetendo-se humildemente a elas em coisas legítimas, muito embora as julguem inconvenientes; porque não são eles os governantes e juízes.

5. Os mandamentos da autoridade e a concórdia das igrejas podem pesar mais do que muitos acidentes mais leves.

6. Rogo permissão para professar que o meu próprio julgamento consiste em que algo de ambos os caminhos reunidos operará melhor para obviar as desvantagens de ambos. Ter tanto de formas escritas sadias e metódicas, o mais próximo possível da fraseologia das Escrituras, quanto se faça necessário para evitar a inconveniência de uma exclusão total de formas escritas, e para a obtenção de seus fins

desejáveis; e possuir ao mesmo tempo tanto de liberdade na oração quanto se faça necessário para os seus fins, evitando a frieza, formalidade e outras desvantagens de formas escritas exclusivas. Embora por esta opinião eu contrarie os conceitos de homens preconceituosos em ambos os extremos, penso que não contrario o julgamento da igreja da Inglaterra, a qual permite orações livres no púlpito e na visitação dos enfermos; e não contrario a opinião de igreja antiga nenhuma de que jamais tenha lido, tampouco dos pais e pastores cujas obras chegaram às nossas mãos; nem tampouco de Lutero, Melâncton, Bucer, Zuínglio, Calvino, Beza, Zanchius e o restante de nossos reformadores famosos; tampouco de nossos famosos não-conformistas da Inglaterra: Cartwright, Hildersham, Greenham, Perkins, Bain, Amesius, etc. E temo menos errar em toda esta companhia do que com aqueles que se situam em qualquer um dos extremos. [Nota: Tenho um manuscrito de Mr. Cartwright no qual, tendo provado plenamente a falsidade da suspeita de Sutliff de que ele estivesse ciente do plano de Hacket, ele responde à sua acusação de ser contrário a formas de oração escrita dizendo que, em todos os anos em que viveu em Middleburg e Antuérpia, usou constantemente a mesma forma antes do sermão, e na maioria das vezes após o sermão, e também leu orações na igreja; e que desde então raramente concluía sem a Oração do Senhor.]

Questão 79. É lícito abster-se de pregar algumas verdades sob a proibição do homem, para que eu possa desfrutar da liberdade de pregar o restante? Sim, e prometer antecipadamente abster-me delas? Ou fazê-lo pela paz da igreja?

Resposta. 1. Algumas verdades são de tamanho momento e necessidade que sem elas você não pode pregar o evangelho de modo salvador. Delas você não se pode abster, tampouco prometer abster-se.

1. Algumas verdades são tais que Deus em determinada época convoca de modo eminente os homens a publicarem e receberem (como contra alguma heresia quando esta se encontra em seu ápice, ou a igreja em seu maior perigo por causa dela); ou concernentes a algum dever que Deus então especificamente convoca os homens a realizarem (como o dever de lealdade justamente na época de uma rebelião perigosa, etc.). Sendo tal pregação um dever, não se deve abster dela quando não puder ser realizada sob termos legítimos.

2. No entanto, algumas verdades são controvertidas entre homens bons; e algumas são de menor natureza e utilidade. E a respeito destas digo adicionalmente:

(1) Que você não as pode renunciar ou negar, tampouco subscrever a menor falsidade para obter a liberdade de pregar a maior verdade.

(2) No entanto, você pode, pelo tempo que o benefício da igreja o requerer, tanto abster-se de pregá-las, como prometer abster-se, tanto pela paz da igreja como por aquela liberdade para pregar o evangelho que, de outro modo, você não obteria. As razões são:

1. Porque não constitui dever pregá-las naquela ocasião; pois dever nenhum constitui dever em todas as ocasiões: os preceitos afirmativos não obrigam *ad semper* [para sempre], porque o homem não os pode realizar sempre.

2. Constitui pecado preferir uma verdade ou bem menor em detrimento de um maior. Você não pode falar todas as coisas ao mesmo tempo. Quando tiver terminado tudo, algumas, sim, mil coisas deverão ser por você omitidas. Portanto, as menores devem ser omitidas de preferência às maiores.

3. Você possui o seu ofício para a edificação da igreja. A pregação foi feita para o homem, e não o homem para a pregação. No entanto, a edificação da igreja exige que você antes pregue o evangelho do que aquela opinião ou ponto de que lhe é exigido abster-se. Sem este os ouvintes podem ser salvos, mas não sem o evangelho.

E aquilo que um homem pode fazer e deve fazer, ele pode sob boa ocasião prometer fazer.

Aquele que julgar os diocesanos, as liturgias ou as cerimônias como ilícitos e, contudo, não puder obter permissão para pregar o evangelho (em época de necessidade) a menos que se abstenha, prometendo abster-se de pregar contra eles, pode e deve fazê-lo e prometer, de preferência a não pregar o evangelho de modo algum.

Objeção. Mas se os homens me aprisionarem ou me impedirem de pregar, a culpa é deles; mas se eu

voluntariamente me abster de qualquer dever, a culpa é minha.

Resposta 1. Trata-se de se abster de um pecado, e não de um dever naquela ocasião; não constitui mais dever do que ler, cantar ou orar no momento do sermão. 2. Quando você se encontrar na prisão, ou souber com toda a probabilidade que ali estará, embora por culpa de outros homens, a culpa será sua se negar um meio legítimo de evitá-lo; pois o seu não pregar o evangelho constituirá então o seu próprio pecado, tanto quanto o de outros homens; e o erro deles não justifica o seu.

Questão 80. Pode ou deve um ministro silenciado, ou proibido de pregar o evangelho, prosseguir ainda assim pregando-o contrariamente à lei?

Resposta. Distinga entre: 1. Silenciamento justo e injusto. 2. Pregação necessária e desnecessária.

1. Alguns homens são justamente proibidos de pregar o evangelho: como: 1. Aqueles que se mostram totalmente incapazes e realizam algo pior do que nada quando o fazem. 2. Aqueles que são heréticos e subvertem os pontos essenciais do cristianismo ou da piedade. 3. Aqueles que são tão ímpios e hostis que voltam tudo contra a prática daquela religião que professam; em uma palavra, todos os que realizam (diretamente) mais dano do que bem.

2. Em algumas regiões existem pastores capazes em número tal que alguns homens toleráveis podem ser

dispensados, se não considerados supernumerários; e a igreja não sofrerá por seu silêncio. No entanto, em outras regiões, ou os pregadores são tão poucos, ou tão ruins, ou o povo tão ignorante, endurecido e ímpio, ou existe um número tão grande de pessoas em profunda necessidade que a carência de pregação faz-se inegável. E assim concluo:

3. Que aquele que for justamente silenciado, e for inapto para pregar, está obrigado a abster-se.

4. Aquele que for silenciado por poder justo, embora de forma injusta, em uma região que não necessite de sua pregação, deve abster-se ali e, se puder, transferir-se para outra região onde possa ser mais útil.

5. Os magistrados não podem ordenar eclesiasticamente os ministros, tampouco degradá-los, mas apenas conceder-lhes a liberdade ou negar-lha conforme haja causa.

6. Os magistrados não constituem a fonte do ofício ministerial, assim como o soberano o é de todo o poder civil dos magistrados inferiores; mas ambos os ofícios provêm imediatamente de Deus.

7. Os magistrados não possuem poder da parte de Deus para proibir os homens de pregar em todos os casos, tampouco conforme queiram, mas apenas de forma justa e de acordo com as leis de Deus.

8. Os homens não são feitos ministros de Cristo apenas *pro tempore* [temporariamente] ou sob teste, para abandonarem o cargo se dele não gostarem; mas são absolutamente dedicados a Deus, assumindo o seu

quinhão na alegria e na tristeza. O que leva os romanistas a dizerem que a ordenação constitui um sacramento (e assim pode ser apropriadamente chamada); e que recebemos um caráter indelével, isto é, uma obrigação vitalícia, a menos que o próprio Deus nos impossibilite.

9. Como somos consagrados e relacionados a Deus de modo mais próximo do que o são as terras, bens e templos da igreja, a profanação de alienar injustamente uma pessoa consagrada é maior e mais inquestionável do que a profanação de alienar casas, terras ou coisas consagradas. E, portanto, ministro nenhum pode profanamente alienar-se a si próprio de Deus e de seu ofício e trabalho assumidos.

10. Devemos fazer qualquer coisa legítima para obter a licença do magistrado para pregar em seus domínios.

11. Nem todos os homens silenciados ou proibidos pelos magistrados de pregar estão por isso obrigados ou autorizados a abster-se. Pois: 1. Os apóstolos expressamente o determinam, At 4:19: "Julgai vós se é justo diante de Deus ouvir-vos antes a vós do que a Deus". 2. Cristo frequentemente predisse aos seus servos que deveriam pregar contra a vontade dos governantes e sofrer por causa deles. 3. Os apóstolos e também os ministros ordinários por trezentos anos após Cristo pregaram geralmente contra a vontade do magistrado em todo o império romano e no mundo. 4. Os bispos ortodoxos comumente consideravam-se obrigados a pregar quando imperadores arianos ou outros heréticos lho proibiam. 5. Um dever moral de necessidade estabelecida para a igreja e salvação dos

homens não se sujeita à vontade dos homens por amor à ordem; pois a ordem existe para a coisa ordenada e para o fim. Os magistrados não podem nos dispensar de amar os nossos vizinhos, de mostrar misericórdia para com os pobres ou de salvar as vidas dos necessitados na fome e aflição. Do contrário, aqueles que no final ouvirão: "Tive fome e não me destes de comer; tive sede e não me destes de beber; estive na prisão e não me visitastes", poderiam frequentemente dizer: "Os nossos pais, senhores ou magistrados o proibiram". No entanto, um dever moral menor pode ser proibido pelo magistrado por causa de um maior, porque então ele de fato não constitui dever, e pode ser omitido se ele o proibir; como salvar a vida de um homem se isso resultar na morte de uma multidão; ou salvar a casa de um homem em chamas se esse ato incendiar muitas outras. Portanto:

12. É lícito e constitui dever abster-se por certo tempo ou número de sermões, orações ou sacramentos, etc., quando o uso presente deles aparentemente acarretar mais dano do que bem, ou quando a abstenção for propenso a acarretar mais bem do que a realização deles; pois todos eles existem para a nossa edificação, e foram feitos para o homem, e não o homem para eles (embora existam para Deus). Como se abster-se hoje nos assegurasse a liberdade para muitos dias de serviço posteriormente, etc.

13. Não é lícito, sob o comando do homem, abandonar ou abster-se de nosso chamado e dever quando ele deve ser julgado necessário para a honra de Deus, para o

bem da igreja e das almas dos homens; isto é, quando, como no caso de Daniel, em Dn 6, a nossa própria religião e a nossa confissão do verdadeiro Deus parecem suspensas pela suspensão de nosso dever; ou quando a multidão de almas ignorantes, endurecidas e ímpias, e a carência de homens aptos quanto ao número e qualidade colocam fora de controvérsia o fato de o nosso trabalho ser imensamente necessário.

14. Aqueles que não são imediatamente chamados por Cristo como os apóstolos o foram, mas por homens, estando contudo obrigados de forma estabelecida até à morte quando são chamados, podem verdadeiramente dizer como Paulo: "Sob pressão me encontro; ai de mim se não pregar o evangelho!". [Nota: 1 Co 9:16.]

15. Papistas e protestantes concorrem neste julgamento. Os papistas pregarão quando a lei lho proibir; e o julgamento dos protestantes é, entre outros, pelo Bispo Bilson, de *Subjection*, e pelo Bispo Andrews, em *Tortur. Tort.*, expressamente assim asseverado.

16. No entanto, nem todos os que estão obrigados a pregar estão obrigados a fazê-lo sob o mesmo número, tampouco sob o mesmo modo; pois não dispõem da mesma oportunidade e chamado. Se se dará neste local ou naquele, para mais ou para menos, nesta hora ou naquela, não se encontram determinados nas Escrituras, tampouco de igual modo para todos.

17. Os templos, os dízimos e tais adjunções do culto e do ministério encontram-se à disposição do magistrado,

não devendo ser invadidos contrariamente às suas leis.

18. Onde quer que alguns se encontrem obrigados a pregar em um estado proibido e desaprovado, devem estudar para fazê-lo com tal prudência, cautela, mansidão e obediência em todos os aspectos circunstanciais legítimos que tendam a manter a paz e a honra da magistratura, e a evitar tentações à sedição e às paixões desordenadas.

Questão 81. Podemos legitimamente guardar o dia do Senhor como jejum?

Resposta. Não ordinariamente; porque Deus fez dele um dia de ação de graças; e não devemos pervertê-lo do uso para o qual foi designado por Deus. Mas em caso de extraordinária necessidade, pode ser feito: como: 1. No caso de algum julgamento grave chamar-nos de forma tão repentina à humilhação e jejum, que não possa ser adiado para o dia seguinte (como alguma invasão repentina, incêndio, doença, etc.). 2. No caso de pela perseguição ser negada à igreja a liberdade de se reunir em qualquer outro dia, em uma época em que o jejum público e a oração constituem um dever. 3. No caso de o povo ser tão pobre, ou servos, filhos e esposas serem de tal modo impedidos, que não possam se reunir em qualquer outra ocasião. É lícito em tais casos, porque as obrigações positivas cedem diante dos deveres morais ou naturais, *ceteris paribus*, e os deveres menores diante dos maiores: o sábado foi feito por causa do homem, e não o

homem por causa do sábado. [Nota: Lc vi. 5; xiii. 15; Mc ii. 27.]

Questão 82. Como deve o dia do Senhor ser despendido em seu aspecto principal?

Resposta. Expus isso em grande parte nas orientações familiares, pelo que direi agora apenas: 1. Que o culto eucarístico constitui o grande trabalho do dia; e que ele deve ser guardado como um dia de ação de graças pública por toda a obra da redenção, especialmente pela ressurreição de nosso Senhor.

1. E, portanto, a celebração do sacramento da ceia do Senhor sempre constituiu uma parte principal de sua observação nas igrejas primitivas: não meramente por causa do sacramento em si, mas porque a ele se unia sempre todo o culto de louvor e ação de graças. E constituía trabalho do pastor orar, louvar a Deus e pregar ao povo de modo que tendesse a possuir as suas almas com o sentimento mais vivo do amor do Pai, da graça do Filho e da comunhão do Espírito Santo por conta de nossa redenção.

2. Embora a confissão de pecados e a humilhação não devam ser o trabalho principal do dia, contudo podem e devem ser incluídas, em devida subordinação ao principal: 1. Porque comumente se encontram presentes muitas pessoas que são membros apenas da igreja visível e não estão aptas para a parte de louvor e júbilo. 2. Porque enquanto nos encontramos na carne, a nossa salvação é imperfeita, e nós também; e muito pecado ainda permanece, o que deve constituir motivo

de dor e fardo para os crentes; e portanto, enquanto o pecado se misturar com a graça, o arrependimento e a dor devem misturar-se com as nossas ações de graças, devendo nós "alegrar-nos com tremor". E embora "recebamos um reino que não pode ser abalado", contudo deve o nosso "serviço aceitável a Deus dar-se com reverência e santo temor, porque o nosso Deus é um fogo consumidor". [Nota: Sl ii. 9-11; Hb 12:28, 29.] 3. Sendo o nosso pecado e miséria aquilo de que somos salvos, eles entram na definição de nossa salvação. E sem o sentimento deles, nunca poderemos conhecer de modo correto o que seja a misericórdia, nem ser verdadeiramente alegres e gratos. No entanto, acautele-se para que este dever subordinado não seja alegado para a negligência daquela ação de graças que constitui o trabalho do dia.

Questão 83. Pode o povo desempenhar uma parte vocal no culto, ou fazer algo mais do que dizer Amém?

Resposta. Sim: o povo deve dizer Amém; isto é, significar abertamente o seu consentimento. Mas o significado não consiste em que não devam fazer nada mais, nem expressar de outro modo o seu consentimento senão por aquela única palavra. Pois: 1. Não existe Escritura que o proíba. 2. O povo desempenha uma parte igual ao cantar os salmos, os quais constituem oração, louvor e instrução. 3. Se o podem fazer nos salmos em métrica, razão nenhuma se pode apresentar para que não o possam fazer nos salmos em prosa; pois dizê-los e cantá-los não passam de modos de proferir; ambos constituem o

proferir de oração e louvor a Deus; e o cantar antigo assemelhava-se mais ao nosso recitar do que às nossas melodias, conforme julga a maioria das pessoas. 4. Os cristãos primitivos eram tão plenos do zelo e amor de Cristo que teriam considerado um prejuízo e um apagar do Espírito serem totalmente impedidos de desempenharem a sua parte nos louvores da igreja. 5. O uso da língua mantém desperta a mente e desperta as graças de Deus em seus servos. 6. Foi o declínio do zelo no povo o que primeiramente excluiu as respostas; enquanto mantiveram o zelo antigo, mostraram-se inclinados a desempenhar vocalmente a sua parte em seu culto; e isto foi secundado pelo orgulho e usurpação de alguns sacerdotes diante disso, os quais pensaram que o povo de Deus era demasiado profano para falar nas assembleias, intrometendo-se tanto em coisas santas.

Contudo, a própria lembrança do antigo zelo fez com que a maioria das igrejas retivesse muitas das palavras de seus predecessores, mesmo quando perderam a vida e o espírito que as deveriam animar. E assim as mesmas palavras entraram nas liturgias, sendo usadas por muitas pessoas de forma costumeira e formal, as quais os seus ancestrais haviam usado no fervor de suas almas.

1. E se não fosse que as pessoas frias de coração e formais, por proferirem as respostas com descuido e hipocrisia, trazem sobre elas o descrédito junto a muitos que percebem a necessidade de seriedade, penso que poucas pessoas piedosas se oporiam a elas hoje. Se todas as pessoas sérias e zelosas na assembleia proferirem as mesmas palavras de maneira séria, nada nelas se apresentará que deva

causar ofensa. Se na plenitude de seus corações as pessoas prorrompessem em tais palavras de oração, confissão ou louvor, isso seria tomado como um ímpeto extraordinário de zelo; e, se fosse incomum, seria muitíssimo aceito. Mas quanto melhor for qualquer coisa, mais repugnante ela se apresenta quando é mortificada pela hipocrisia e fria formalidade, e convertida em escárnio, ou em um ato afetado e teatral. Mas constitui aqui o dever de todo cristão empenhar-se por restaurar a vida e o espírito às palavras, para que possam novamente ser usadas de maneira séria e santa como antigamente.

2. Aqueles que gostariam que os homens privados orassem e profetizassem em público, conforme amparados por 1 Co 14: "Todos podereis profetizar", etc., contradizem-se grandemente se afirmam também que um leigo nada pode proferir senão Amém.

3. Todo o povo devia dizer Amém em Dt 27:15, 16, 18-20, etc. E no entanto frequentemente diziam mais. Como em Êx 19:8, em assembleia tão solene quanto qualquer das nossas, quando o próprio Deus concedeu a Moisés um sermão (em uma forma de palavras) para pregar ao povo, e Moisés o repetira como da parte do Senhor (tratando-se do relato de suas misericórdias, do mandamento de obediência e das promessas de suas grandes bênçãos sob aquela condição): "E todo o povo respondeu a uma voz, e disse: Tudo o que o Senhor tem falado faremos". O mesmo foi feito novamente em Êx 24:3 e Dt 5:27. E para que você não pense que a assembleia não fosse tão solene quanto as

> nossas, ou que não foi bem feito pelo povo proferir mais do que Amém, o próprio Deus que se encontrava presente declarou a sua aprovação, inclusive das palavras, quando os corações dos oradores não eram tão sinceros ao proferi-las quanto deveriam ser: versículos 28 e 29: "E o Senhor ouviu a voz das vossas palavras, quando me faláveis a mim; e o Senhor me disse: Eu ouvi a voz das palavras deste povo... bem disseram tudo quanto falaram. Quem dera que eles tivessem tal coração...".

Objeção. Mas isto não passa de um discurso dirigido a Moisés, e não a Deus.

Resposta. Recitar-lhe-ei uma forma de oração que as próprias pessoas deveriam fazer publicamente a Deus: Dt 26:13-15: "Então dirás perante o Senhor teu Deus: Tirei o que é consagrado de minha casa, e dei-o também ao levita, e ao estrangeiro, e ao órfão, e à viúva, conforme a todos os teus mandamentos que me tens ordenado; não traspassei os teus mandamentos, nem deles me esqueci. Deles não comi no meu luto, nem deles tirei para uso imundo, nem deles dei para os mortos; obedeci à voz do Senhor meu Deus; conforme a tudo o que me ordenaste, tenho feito. Olha desde a tua santa habitação, desde o céu, e abençoa o teu povo, a Israel, e a terra que nos deste, como juraste a nossos pais, terra que mana leite e mel". Não se apresenta aqui uma forma de oração completa para ser usada por todo o povo? E lembre-se de que José e Maria, e o próprio Cristo, encontravam-se sob esta lei, e que você nunca lê que Cristo tenha encontrado falta na fala do povo, tampouco dito uma palavra para a restringir em suas igrejas.

Em Lv 9:24: "O que vendo todo o povo, jubilaram e caíram sobre as suas faces"; o que constituiu uma aclamação a mais do que o mero Amém.

2 Reis 23:2, 3: "E o rei subiu à casa do Senhor, e com ele todos os homens de Judá... e os sacerdotes, e os profetas, e todo o povo, desde o menor até ao maior; e leu aos ouvidos deles todas as palavras do livro do pacto... E o rei se pôs em pé junto à coluna, e fez um pacto perante o Senhor, de andar com o Senhor, e guardar os seus mandamentos... de todo o coração e de toda a alma... E todo o povo esteve por este pacto". Onde, sendo o rei o orador, é provável que o povo tenha utilizado algumas palavras para expressar o seu consentimento.

1 Cr 16:35, 36, quando Davi entregou um salmo para uma forma de louvor, no qual se diz ao povo, versículo 35: "E dizei: Salva-nos, ó Deus da nossa salvação, e ajunta-nos, e livra-nos das nações, para que louvemos o teu santo nome, e nos gloriemos no teu louvor. Bendito seja o Senhor Deus de Israel, de eternidade a eternidade. E todo o povo disse: Amém! e louvou ao Senhor". Onde é provável que o louvor deles ao Senhor tenha sido mais do que o seu Amém.

E constitui um mandamento em Sl 67:3, 5: "Louvem-te a ti, ó Deus, os povos; louvem-te os povos todos". E aquele que quiser limitar isto a pessoas individuais, ou dizer que não se deve fazer de forma vocal na igreja, ou que deve ser apenas em métrica e nunca em prosa, ou apenas em melodias e não sem elas, deve prová-lo, para que não se revele alguém que acrescenta à palavra de Deus.

Mas seria tedioso recitar todas as sentenças repetidas nos Salmos, as quais comumente se supõe serem as respostas do povo, ou por eles repetidas. E em Ap 14:2, 3, a voz "como de muitas águas, e como a voz de um grande trovão; e ouvi uma voz de harpistas, que tocavam com as suas harpas. E cantavam um como cântico novo diante do trono, e diante dos quatro animais e dos anciãos; e ninguém podia aprender aquele cântico, senão os cento e quarenta e quatro mil que foram comprados da terra. Estes são os que não se estão contaminados com mulheres; porque são virgens. Estes são os que seguem o Lamb...", etc., parece referir-se muito claramente aos louvores de todos os santos. No capítulo 17:15, por águas entende-se povos, multidões, etc. E no capítulo 19:5-8, encontra-se expressamente recitada uma forma de louvor para todo o povo: "E saiu uma voz do trono, que dizia: Louvai o nosso Deus, vós, todos os seus servos, e vós que o temeis, assim pequenos como grandes. E ouvi como que a voz de uma grande multidão, e como que a voz de muitas águas, e como que a voz de grandes trovões, que dizia: Aleluia! pois já o Senhor Deus Todo-Poderoso reina. Regozijemo-nos, e alegremo-nos, e demos-lhe glória; porque vindas são as bodas do Cordeiro, e já a sua esposa se aprontou. E foi-lhe dado...".

E, de fato, aquele que denominou todo o seu povo "sacerdotes para Deus, e sacerdócio santo e real, para oferecer sacrifícios espirituais agradáveis a Deus por Jesus Cristo, e para anunciar as grandezas [ou virtudes] daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz", parece não considerar o seu povo como uma geração tão profana que deva ser proibida de falar

com Deus em público de qualquer outra forma que não seja pela boca de um sacerdote.

E parece ser mais permitido (e não menos) sob o evangelho do que sob a lei; porque então o povo, como sob culpa, era mantido a uma distância maior de Deus, devendo falar com ele mais por meio de um sacerdote que constituía o tipo de Cristo, nosso Intercessor. [Nota: Nm 1:54; iii. 10, 31; Êx xx.; Hb iv. 16, 17; Ef ii. 13; Hb xii. 18, 21-23.] No entanto, agora fomos trazidos para perto e reconciliados com Deus, possuindo o espírito de filhos, podendo ir por Cristo unicamente ao Pai. E por isso, embora seja verdadeiro que os ministros continuem sendo subintercessores sob a direção de Cristo, nosso Sumo Sacerdote, contudo raramente são chamados de sacerdotes, sendo descritos no Novo Testament mais por outras partes de seu ofício.

Objeção. Mas as respostas do povo geram um ruído confuso nas assembleias, não inteligível.

Resposta. Todas as coisas são mal realizadas quando feitas por homens ruins que leviana e formalmente as executam; no entanto, se as melhores e mais santas pessoas se empenhassem por fazê-lo de forma unânime, assim como o fazem ao cantar os salmos, de modo que não permanecessem ali apenas como ouvintes de outros, isso se realizaria de forma mais ordenada e espiritual, bem como o cantar se realiza.

Questão 84. Não constitui pecado para os nossos secretários fazerem-se a boca do povo, não sendo eles ministros ordenados de Cristo?

Resposta. 1. Nos locais em que os diáconos ordenados o realizam, esta objeção não se aplica. 2. Os secretários não são designados para ser a boca do povo, mas apenas cada secretário constitui um do povo comandado a realizar aquilo que todos deveriam fazer, para que não seja deixado totalmente por fazer. Se todo o povo proferirá tudo o que o secretário o faz, isso responderá ao desejo primário dos governantes da igreja que ordenam ao povo que o faça; mas se aqueles que não o querem fazer por si mesmos alegarem que o secretário usurpa o ministério pelo fato de não se abster tanto quanto eles, poderiam de igual modo dizê-lo a respeito de alguns poucos que cantassem salmos na igreja quando os demais fossem contrários e se abstivessem. Não pode um homem cumprir o seu dever cantando ou recitando quando você recusa o seu próprio, sem pretender ser a sua boca ou usurpar o ministério?

Questão 85. São as repetições das mesmas palavras nas orações da igreja legítimas?

Resposta. 1. Não é lícito afetá-las como os pagãos, os quais pensam que serão ouvidos por sua batologia, ou por repetirem as mesmas palavras, como se Deus fosse movido por elas como por um amuleto. [Nota: Mt vi. 18.] 2. Tampouco é lícito realizar aquilo que apresente forte aparência de tal conceito, tornando com isso o culto de Deus ridículo e desprezível; como fazem os papistas em seus saltérios e livros de oração, repetindo o nome de Jesus e de Maria tantas vezes seguidas que parece um cantochão ridículo.

No entanto: 1. É lícito proferir as mesmas palavras sob a plenitude e fervor de zelo; 2. E quando tememos cessar para não corrermos o risco de ainda não termos prevalecido com Deus. 3. E nos louvores solenes de Deus (cantados ou ditos) uma palavra ou sentença frequentemente repetida possui às vezes uma elegância e decência comoventes; e por isso é tão frequentemente usada nos Salmos; sim, e em muitas orações das Escrituras. [Nota: Sl cxxxvi.; cvii, 8, 13, 21, etc.] 4. Em tais casos, trazer uma urgência séria de espírito para com as palavras repetidas, e não contender com as repetições, constitui o dever daquele que se une a assembleias cristãs verdadeiras como um filho de piedade e paz.

Questão 86. É lícito inclinar-se à menção do nome de Jesus?

Resposta. A questão diz respeito ou à pessoa de Jesus, nomeada por qualquer de seus nomes, ou senão a este nome Jesus unicamente. E isso quer simplesmente em si mesmo considerado, ou comparativamente como excluindo ou não incluindo outros nomes.

1. Que se deve inclinar-se diante da pessoa de Jesus, nunca soube de cristão nenhum que o negasse.

2. Que podemos legitimamente expressar a nossa reverência inclinando-nos quando os nomes Deus, Jeová, Jesus Cristo, etc., são proferidos, deparei-me com poucos cristãos que o negassem, tampouco conheço razão alguma para o negar.

3. Tivesse eu sido apto para prescrever orientações a outros ministros ou igrejas, não os teria persuadido, muito menos ordenado, a inclinarem-se ao nome de Jesus mais do que ao nome de Deus, Jeová, Cristo, etc., por muitas razões que o leitor pode imaginar, embora não as vá mencionar agora.

4. No entanto, se eu viver e me unir a uma igreja onde se ordena e se exige peremptoriamente inclinar-se ao nome de Jesus, e onde o meu não o fazer seria motivo de divisão, escândalo ou ofensa, inclinar-me-ei ao nome de Deus, Jeová, Jesus, Cristo, Senhor, etc., a um tanto quanto ao outro; visto que não é o inclinar-se ao nome de Cristo que escrupulizo, mas sim as consequências de parecer distinguir e preferir esse nome isoladamente diante de todos os demais.

Questão 87. É lícito colocar-se de pé à leitura do evangelho conforme somos ordenados?

Resposta. 1. Tivesse eu sido um prescritor para outros, não teria exigido da igreja que se colocasse de pé à leitura de uma parte de um capítulo sob o nome de evangelho, e não diante das mesmas palavras quando o capítulo inteiro é lido.

No entanto, se eu residir onde os governantes peremptoriamente o comandam (suponho que não proibindo colocar-nos de pé à leitura dos capítulos da Escritura por completo, mas selecionando este ato como uma instância de seu consentimento significado ao evangelho), eu preferiria obedecer-lhes a causar ofensa por colocar-me de pé à leitura dos capítulos e tudo o

mais; o que suponho não constituirá violação alguma de suas leis.

Questão 88. É lícito ajoelhar-se quando o decálogo é lido?

Resposta. 1. Se eu residisse em uma igreja que confundisse os mandamentos com as orações, como muitas pessoas ignorantes o fazem, não as demoveria de modo algum de as confirmar nesse erro. 2. E se eu soubesse que muitas das pessoas presentes são dessa opinião, preferiria não realizar nada que pudesse escandalizá-las ou confirmá-las nisso.

No entanto: 1. Que o ato em si mesmo é lícito encontra-se fora de dúvida: assim como podemos nos ajoelhar diante do rei quando o ouvimos ou falamos com ele, também é lícito ajoelhar-nos diante de Deus quando lemos um capítulo ou o ouvimos ser lido, e especialmente o decálogo entregue de forma tão terrível e escrito por seu próprio dedo na pedra. 2. E se for peremptoriamente ordenado e a omissão se revelar ofensiva, eu o usaria muito embora pessoas equivocadas se façam presentes: (1) Porque não posso desobedecer e também divergir de toda a assembleia sem causar um prejuízo e escândalo maiores do que aparentar confirmar aquela pessoa equivocada. (2) E porque eu poderia e buscaria por outros meios remover o perigo daquela pessoa, de minha parte, fazendo-a saber que não se trata de oração. (3) E com maior razão em nossos tempos, porque podemos conseguir que o ministro no púlpito diga publicamente o contrário ao povo. (4) E na catequese constitui o seu

dever designado fazê-lo. (5) E constatamos que as mesmas pessoas simples de outrora que tomaram os mandamentos por uma oração tomaram o credo pelo mesmo também; quando no entanto ninguém se ajoelhava ao credo; por cujo meio transparece que não é o ajoelhar-se o que as enganou.

Questão 89. Quais gestos são mais adequados em todo o culto público?

Resposta. 1. Os costumes de diversos países, atribuindo diversas significações aos gestos, variam imensamente o caso.

1. Não devemos diferir levianamente dos costumes das igrejas em que vivemos em tal coisa.

2. De acordo com o estado presente de nossas igrejas, a significação dos gestos e as necessidades dos corpos dos homens, tudo considerado, agrada-me mais: (1) Ajoelhar-se na oração e na confissão do pecado (a menos que seja em congregações superlotadas onde não exista espaço). (2) Colocar-se de pé em ações de mero louvor a Deus, isto é, ao cantar e ler os salmos de louvor e nos demais hinos. (3) Sentar-se à audição da palavra lida e pregada (porque o corpo possui necessidade de algum descanso).

3. Tivesse eu a minha escolha, receberia a ceia do Senhor assentado; mas onde não a tenho, usarei o gesto que a igreja utiliza. E deve-se notar que a igreja da Inglaterra exige do comungante apenas receber o sacramento ajoelhado, mas não comê-lo ou bebê-lo de

joelhos quando o tiver recebido. As igrejas antigas consideravam como um costume universal estabelecido por muitos concílios gerais (e continuado por muitos séculos) que nenhuma igreja deveria ajoelhar-se em qualquer ato de adoração em dia do Senhor nenhum no ano, ou em dia da semana nenhum entre a Páscoa e o Pentecostes, mas apenas permanecer de pé todo o tempo. No entanto, porque o cansaço do corpo se mostra propício a arrastar a mente ao consentimento, tornando o serviço de Deus pesado para nós, parece uma complacência suficiente para com o costume deles e as razões dele se nos colocarmos de pé apenas nos atos de louvor (e na profissão de nosso consentimento à fé e aliança cristãs). [Nota: 1 Cr 17:16; 2 Sm vii. 17.]

4. E porque existe tão grande diferença entre os ouvintes na maioria das assembleias, sendo alguns fracos e incapazes de permanecer de pé por longo tempo, etc., por isso é inteiramente inadequado ser excessivamente rigoroso na exigência de uma uniformidade de gesto, ou para qualquer um ser excessivamente censor dos gestos de outros homens.

Questão 90. E se o pastor e a igreja não puderem concordar sobre o cantar dos salmos, ou sobre qual versão ou tradução usar, ou sobre o horário ou local de reunião, etc.?

Não me envolvo aqui com a parte do magistrado.

Resposta. 1. Constitui ofício do pastor ser o guia e governante em tais coisas (quando o magistrado não

intervém), e o povo deve obedecer-lhe. 2. No entanto, se o pastor prejudicar a igreja por sua má orientação e má administração, deve corrigir-se e dar-lhes satisfação; e, se não o fizer, eles possuem o seu remédio mencionado anteriormente. 3. E se o povo for obstinado na desobediência sob contendas infundadas, o pastor deve primeiramente empenhar-se por convencê-los por meio da razão e do amor, e de sua autoridade; e, se nenhum meio os conduzir à submissão, deve considerar se é melhor para o bem público da igreja de Cristo que ele atenda a eles e os suporte, ou que se retire e se dirija a um povo mais tratável; devendo agir em conformidade. Pois não podem continuar juntos em comunhão se um não ceder ao outro: usualmente ou muitas vezes será melhor deixar tal povo obstinado e obstinado, para que não se endureçam por condescender com eles em seu pecado, encorajando-se outros no mesmo caminho por seu exemplo; e a sua própria experiência pode por fim convencê-los, fazendo-os ceder a coisas melhores, como Genebra procedeu quando revocou Calvino. No entanto, às vezes o bem público exige que o pastor ceda à loucura do povo e permaneça entre eles, condescendendo antes com aquilo que não é o melhor (desde que seja de outro modo legítimo), como uma tradução pior, uma versão pior, liturgia, ordem, hora, local, etc., do que abandoná-los de todo. E aquele que se encontra correto pode, nesse caso, ceder ao que se encontra equivocado no que concerne à prática.

Questão 91. E se o pastor excomungar um homem, e o povo não quiser abster-se de sua

comunhão por julgar que foi injustamente excomungado?

Resposta. 1. Ou o pastor ou o povo se encontram no erro. 2. Ou a pessoa constitui um herético perigoso ou grosseiramente ímpio, ou não. 3. Ou o povo assume o erro ou pecado pelo qual ela foi excomungada, ou apenas julga a pessoa como não culpada. 4. A parte do pastor e a do povo na execução devem ser distinguidas. E assim concluo:

Que se o pastor errar e prejudicar o povo, deve arrepender-se e dar-lhes satisfação; mas se se tratar de erro e obstinação deles, então: 2. Se o pastor souber antecipadamente que o povo dissentirá, em alguns casos pequenos e dispensáveis ele pode abster-se de excomungar quem o mereça; ou se o souber depois, que não se absterão da comunhão com a pessoa, ele pode prosseguir em seu ofício, contentando-se com o fato de ter cumprido o seu próprio dever, deixando-os sob a culpa de suas próprias faltas. 3. No entanto, se se tratar de uma impiedade ou heresia intolerável (como o arianismo, socinianismo, etc.) e o povo assumir o erro ou pecado tanto quanto a pessoa, o pastor deve então admoestá-los também e, por todos os meios, empenhar-se por conduzi-los ao arrependimento; e, se permanecerem impenitentes, renunciar à comunhão com eles e abandoná-los. 4. Mas se não assumirem o crime, julgando apenas a pessoa injustiçada, o pastor deve apresentar-lhes a prova para a sua satisfação; e, se permanecerem insatisfeitos, ele pode proceder em seu ofício como antes.

Questão 92. Pode uma igreja inteira, ou a maior parte dela, ser excomungada?

Resposta. 1. Excomungar consiste, por autoridade ministerial, em declarar a pessoa inapta para a comunhão cristã por se encontrar sob a culpa de impenitência em pecado grave; e ordenar à igreja que se abstenha da comunhão com ela, e a evite, vinculando-a perante o tribunal de Deus.

O pastor de uma igreja particular pode declarar toda a igreja incapaz de comunhão cristã e salvação até que se arrependam, por exemplo: se todos fossem impenitentes arianos, socinianos, blasfemos, etc., pois ele possui autoridade e eles o merecem. No entanto, ele não possui igreja da qual seja pastor a quem possa ordenar que os evite. 3. Os pastores vizinhos das igrejas ao redor deles podem, sob prova plena, declarar às suas próprias igrejas que tal igreja vizinha que decaiu no arianismo, etc., encontra-se inapta para a comunhão cristã e para ser reconhecida como uma igreja de Cristo; e portanto ordenar aos seus rebanhos que não as reconheçam, tampouco que mantenham comunhão ocasional com os membros delas quando vierem entre eles. Pois existe autoridade, um objeto adequado e necessidade para fazê-lo; e portanto pode ser realizado. [Nota: 2 Jo 10, 11; 3 Jo 9, 10; Ap ii. 5, 16; iii. 5, 6, 15.] 4. No entanto, um único pastor de outra igreja não pode usurpar autoridade sobre qualquer igreja vizinha para julgá-los e excomungá-los quando não possui chamado nem prova plena, por não ter tido oportunidade de admoestar a todos e testar o seu arrependimento. Portanto, as excomunhões do papa devem ser antes desprezadas do que consideradas. 5.

Contudo, se muitas igrejas se tornarem heréticas notoriamente, um único pastor vizinho pode renunciar à comunhão delas e exigir de seu rebanho que evite a todas. 6. E um pastor pode tão legitimamente excomungar a maior parte de sua igreja, ordenando à menor parte que a evite, quanto pode fazer com a menor parte; exceto que, acidentalmente, os inconvenientes de uma divisão podem ser tão grandes que tornem melhor abster-se; e assim pode frequentemente ocorrer também se fosse a menor parte.

Questão 93. E se uma igreja possuir dois pastores, e um excomungar um homem, e o outro o absolver, o que farão a igreja e o dissidente?

Resposta. Eram tais casos que faziam as igrejas antigamente escolherem bispos e nunca contarem com mais de um bispo em uma igreja. No entanto: 1. Aquele que se encontra no erro está obrigado primeiramente a arrepender-se e ceder ao outro. 2. Se ele não o fizer, o outro, em um caso ordinário tolerável, pode, por amor à paz, ceder a ele, embora não consentindo com o seu procedimento prejudicial. 3. Em um caso duvidoso, ambos devem abster-se de proceder até que o caso seja esclarecido. 4. Na maioria dos casos, cada parte deve agir de acordo com o seu próprio julgamento se o conselho dos pastores vizinhos não puder reconciliá-los. E o povo pode seguir o seu próprio julgamento, abstendo-se de obedecer formalmente a qualquer um deles até que entrem em acordo.

Questão 94. Por quais pecados pode um homem ser privado da comunhão, ou excomungado? Se pela impenitência em cada pequeno pecado; ou por pecado grave sem impenitência?

Resposta. 1. Mostrei anteriormente que existe uma suspensão que não passa de uma abstenção de conceder o sacramento ao homem, o que ocorre apenas sob uma acusação até que o seu caso seja julgado; e uma pessoa inocente pode ser falsamente acusada e assim julgada.

1. Alguns pecados podem ser de escândalo tão grave que, se a pessoa se arrepender deles hoje, a sua absolvição e recepção podem ser adiadas até que o escândalo seja removido. 1. Porque o bem público deve ser preferido ao bem pessoal de qualquer homem. 2. E as igrejas ou inimigos ao redor não podem tão repentinamente saber de seu arrependimento. Se ouvirem falar hoje do homicídio, perjúrio ou adultério de um homem, e ouvirem que ele foi absolvido amanhã, pensarão que a igreja consiste de tais pessoas, ou que ela faz pouco caso do pecado. Portanto, as igrejas antigas adiavam e impunham penitências, em parte para evitar tal escândalo. 3. E em parte porque alguns pecados são tão graves que uma profissão súbita não constitui evidência suficiente de arrependimento, a menos que exista também alguma evidência de contrição.

2. No entanto, ordinariamente ninguém deve ser excomungado por pecado algum, a menos que a impenitência seja adicionada ao pecado. [Nota: Lc xiii. 3, 5; At 2:37-39, etc.] Porque ele deve ser primeiramente admoestado a se arrepender, Mt 18:15,

16; Tt 3:10. E o arrependimento representa a condição do evangelho para o perdão aos crentes.

3. O homem não deve ser excomungado por cada pecado de que não se arrependa. Porque: 1. Do contrário, todos os homens deveriam ser excomungados. Pois existem em todos os homens alguns erros sobre o pecado e o dever e, assim, alguns pecados que os homens ainda não podem perceber constituir pecado. 2. E os ministros não são infalíveis, podendo tomar por pecado o que não é pecado, e assim excomungarem os inocentes. 3. E as fraquezas inevitáveis diárias, embora arrependidas, não despertam a alma por vezes a uma contrição notável, tampouco constituem matéria adequada para a admoestação da igreja. [Nota: Gl vi. 1-4; Tg iii. 1-3.] O homem não deve ser chamado abertamente ao arrependimento diante da igreja por cada palavra ou hora ociosa.

4. Portanto, para a excomunhão, estas duas coisas devem concorrer: 1. Gravidade no pecado. 2. Impenitência após devida admoestação e paciência.

Questão 95. Devem os pastores examinar o povo antes do sacramento?

Resposta. 1. Regularmente devem possuir ciência suficiente, após chegarem à maioridade, de que assumem a sua aliança batismal, e de que possuem aquela devida compreensão do sacramento e do trabalho sacramental, bem como de tal profissão cristã que se faça necessária para uma devida participação.

No entanto, isto é fitly [adequadamente] realizado em sua transição solene de seu estado de membresia infantil para o adulto; não se fazendo necessário realizá-lo a cada vez que vêm à mesa do Senhor (a menos que a pessoa deseje auxílio para o seu próprio benefício); mas apenas uma vez, antes de sua primeira comunhão, se for para a satisfação do pastor ou da igreja que se destina.

Questão 96. É o sacramento da ceia do Senhor uma ordenança de conversão?

Resposta. Você deve distinguir: 1. Entre a conversão de infiéis fora da igreja e de hipócritas dentro dela. 2. Entre a intenção primária e a secundária de quem o instituiu. 3. Entre o dever primário do destinatário e o evento. E assim concluo:

1. Que Deus não comandou os pastores a administrarem a ceia do Senhor aos infiéis para os converter ao cristianismo.

2. Ele exige que a administremos a ninguém mais senão aos que professam converter-se da infidelidade e de um estado de impiedade, e a ninguém que não professe fé salvadora e arrependimento verdadeiros.

3. Deus nunca comandou, tampouco permitiu a infiel nenhum, requerer ou receber o sacramento para a sua conversão.

4. Deus ordena aos pastores da igreja que o entreguem aos hipócritas (os quais de coração são infiéis, ou impenitentes e ímpios) se estes professarem fé e arrependimento, e o desejarem ou requererem. [Nota:

Lc 22:19; 1 Co 11:24; At 2:37, 38; Mt 28:19, 20; 1 Co 10:16; 2 Co vi. 14; At 8:13, 37, 38; 1 Co 11:27-30.]

5. Há muito na natureza do sacramento que tende à conversão de um hipócrita.

6. E Deus frequentemente abençoa o ato para a conversão de hipócritas; de modo que a partir disso pode ser dito constituir a sua intenção secundária.

7. No entanto, aquele que sabe ser um mero hipócrita, ou destituído de fé salvadora e arrependimento verdadeiros, não deve comparecer primeiramente e de imediato ao sacramento para ser convertido por ele; mas deve primeiramente por tanto tempo ouvir, ler, meditar e orar até que se arrependa, creia e o seu coração consinta com a aliança de Deus; e então deve comparecer com contrição penitente, renovando solenemente a sua aliança neste sacramento, e ali recebendo um perdão selado.

Questão 97. Deve homem nenhum comparecer ao sacramento se estiver incerto ou duvidoso da sinceridade de sua fé e arrependimento?

Resposta. 1. Aquele que está certo de sua falta de higidez e hipocrisia não deve comparecer.

1. Aquele que, sob provação, não se encontra certo, mas que, tanto quanto pode compreender o seu próprio coração e vida, julga-se um hipócrita impenitente, deve usar de outros meios para conhecer-se de forma certa e arrepender-se de forma mais plena antes de comparecer. E embora algumas pessoas melancólicas

e temerosas se convençam falsamente de que são impenitentes, contudo é melhor que tais pessoas se abstenham do sacramento enquanto usam de outros meios para o seu melhor conhecimento de si mesmas do que dizer a todos os hipócritas e pessoas ímpias e impenitentes que constitui dever delas comparecer se puderem apenas se tornar incertas sobre se são impenitentes ou não.

2. No entanto, aquele que, após os melhores esforços que puder empregar para conhecer-se, puder dizer: "Não estou certo de que me arrependo verdadeiramente, mas tanto quanto posso conhecer o meu coração eu o faço", não deve ser impedido de participar do sacramento por essa incerteza: 1. Porque poucos dentre os melhores alcançam uma certeza plena de sua própria sinceridade. 2. E tudo o que se pode esperar de nós consiste em que procedamos de acordo com o melhor de nosso entendimento e com o melhor conhecimento de nós mesmos que pudermos obter. 3. E do contrário isso nos impediria de todos os outros deveres próprios dos cristãos verdadeiros; como render graças por nossa justificação, santificação, adoção, etc.

3. Aquele que apenas erra sobre a natureza da fé e arrependimento verdadeiros, e não sobre a realidade disso em si próprio, não deve ser mantido afastado por esse erro; como se puder dizer: "Tanto quanto conheço o meu coração, estou disposto a afastar-me de todo pecado conhecido, e a conhecer todo pecado para que possa me afastar dele; mas temo que isto não constitua verdadeiro arrependimento"; ou aquele que

diz: "Creio que o evangelho é verdadeiro e estou disposto a aceitar Cristo em seus termos de aliança, resignando-me inteiramente a ele; mas temo ainda assim não ser um crente verdadeiro". Esta pessoa é verdadeiramente penitente, sendo uma crente verdadeira, e portanto deve comparecer.

4. O caso *de esse* [do ser], se um homem é um cristão verdadeiro ou não, antecede em ordem o caso *de scire* [do saber], se ele se encontra certo disso ou não. [Nota: Sl cxxxix. 23; 2 Co 13:5; 1 Jo 3:19-21.] Aquele que é hipócrita está obrigado por Deus primeiramente a saber que o é, e em seguida a arrepender-se e a comungar. Aquele que é sincero está obrigado por Deus a saber que o é, a render graças e a comungar; e a negligência do homem quanto a um dever não fará com que Deus altere as suas leis, as quais continuam obrigando-os a tudo isto ao mesmo tempo.

Questão 98. É lícito ou um dever associar oblações ao sacramento, e de que maneira?

Resposta 1. Não há dúvida de que o cristão deve entregar a si mesmo, alma e corpo, com tudo o que tem, a Deus para o seu serviço; e esta oblação é o próprio cristianismo.

2. É indubitável que o dia do Senhor é um tempo apropriado para depositarmos o que temos de sobra para usos caritativos e piedosos, e isso é, em parte, por instituição divina.

3. Sem dúvida, aquilo que damos aos pobres deve ser por amor a Deus e a partir do nosso amor a Deus; e, portanto, deve primeiro ser consagrado ou entregue a Deus, e apenas secundariamente aos pobres.

4. É certo que a Ceia do Senhor é uma ocasião tão apropriada quanto qualquer outra parte daquele dia para tais oblações e coletas. Os antigos cristãos, por isso, chamavam-na de comunhão, porque nela demonstravam seu amor e comunhão, e banqueteavam-se em comum para esse fim. Há dois tipos distintos de oblações que podem ser legitimamente feitas (e de forma apropriada) na comunhão. *Primeiro*, os elementos do pão e do vinho devem ser oferecidos ou apresentados diante de Deus, reconhecendo-o como o Criador e Doador de tudo, e para rogar por sua aceitação e bênção sobre eles para aquele uso sagrado. *Segundo*, nossas esmolas ou contribuições caritativas podem então ser apropriadamente oferecidas a Deus, para que ele as aceite primeiro, e assim sejam comunicadas à igreja e aos pobres. Quando recebemos de Deus os benefícios mais obrigatórios, quando lhe devolvemos nossos maiores agradecimentos, quando entregamos a nós mesmos e tudo o que temos a Deus, certamente esse é um momento oportuno para expressar tudo isso pela oblação de nossa benevolência; para que os hipócritas não finjam que são caridosos em segredo, mas a igreja tenha o devido conhecimento disso, e os pastores sejam devidamente incumbidos disso.

Questão 99. Quantos sacramentos foram instituídos por Cristo?

Resposta. A palavra sacramento possui tantas significações que a questão não é adequada até que ela seja explicada. Passando por cima de todas as outras agora, devemos notar:

1. Que o nosso uso dela não é tão amplo quanto o do tradutor latino, que a utiliza para Mistério, mas para *Uma solene dedicação do homem a Deus por meio de um voto expresso por alguma cerimônia sagrada, significando mutuamente a nossa aliança com Deus, e a aceitação de Deus a nosso respeito e a sua aliança conosco.* E ela foi introduzida na igreja a partir do juramento militar romano chamado *sacramentum* [sacramento], no qual, como demonstra Tertuliano em *De Corona Militis* [Da Coroa do Soldado], o soldado jurava fidelidade e obediência a César, renunciando a pai, mãe, etc., para o seu serviço, e jurando preferir este serviço e a segurança dele antes de todos eles: veja a recitação do juramento feita por Martinius em diversos autores. Este é o nosso sentido da palavra; que ninguém agora que a tome em outro sentido pretenda, por causa disso, que discordamos em doutrina.

2. Visto que não é uma palavra das Escrituras, não é de necessidade para a fé ou paz da igreja; mas quando os debatedores não concordam com o sentido da palavra, é melhor que a deixem de lado e usem termos com cujos sentidos possam concordar.

3. O nome sacramento é tomado tanto da aliança jurada, quanto do sinal ou cerimônia de consentimento pela qual nos obrigamos, ou de ambos juntos.

4. A aliança do cristianismo é diferente de uma aliança particular de algum ofício; e, consequentemente, o sacramento deve ser distinguido.

5. Assim como os ofícios civis, econômicos e eclesiásticos são distintos, também o são os seus diversos sacramentos.

6. A renovação solene do voto ou aliança sagrada, sem qualquer sinal instituído e obrigatório, deve ser distinguida da renovação desta por meio de tal sinal de instituição divina: e agora concluo:

1. À medida que a palavra sacramento é tomada impropriamente *secundum quid* [em certo sentido / sob certo aspecto], a partir apenas da parte mais nobre, isto é, a aliança (assim como a alma do homem é chamada de homem), assim existem tantos sacramentos quantas alianças; e existe *in specie* [especificamente] apenas uma aliança do cristianismo e, portanto, apenas um sacramento do cristianismo, expressado de várias maneiras.

2. À medida que a palavra sacramento é tomada de forma própria e plena de acordo com a descrição supracitada; assim, existem propriamente dois sacramentos do cristianismo, ou da aliança da graça: isto é, o batismo, o sacramento de iniciação (mais plenamente assim chamado), e a Ceia do Senhor, ou o sacramento de confirmação, exercício e progresso.

3. À medida que a palavra sacramento é tomada de forma menos própria, defectiva, *secundum quid* [em certo sentido / sob certo aspecto], para a mesma aliança da graça ou cristianismo renovada por qualquer sinal

arbitrário de nossa própria autoria, sem uma cerimônia solene de instituição divina, existem diversos sacramentos do cristianismo ou da aliança da graça, isto é, diversas renovações solenes de nossa aliança com Deus. Como: *Primeiro*, em nossa transição solene do estado de membresia infantil para o de adulto, quando assumimos solenemente nossa aliança batismal, a qual Calvino e muitos protestantes (e a rubrica inglesa) chamam de confirmação. *Segundo*, a aceitação solene da fé e aliança cristãs em nossas assembleias constantes da igreja, quando nos levantamos no credo ou profissão de nossa fé, e todos renovamos nossa aliança com Deus e nossa dedicação a ele. *Terceiro*, em dias solenes de jejum ou humilhação, e de ação de graças, quando isso deve ser solenemente feito, especialmente após alguma apostasia pública. *Quarto*, mediante o arrependimento público de um pecador particular antes de sua absolvição. *Quinto*, quando o homem está deixando este mundo e encomendando sua alma a Deus por meio de Cristo; todas estas são renovações solenes de nossa aliança com Deus, nas quais podemos usar quaisquer sinais ou expressões legítimas, naturais ou arbitrárias para significar nossas mentes, como falar, assinar, levantar-se, levantar a mão, colocá-la sobre um livro, beijar o livro, etc. Esses sacramentos são impropriamente assim chamados; e são divinos quanto à aliança renovada, mas humanos quanto aos sinais de expressão.

4. A ordenação não é impropria ou inadequamente chamada de sacramento, porque é a solenização de uma aliança mútua entre Deus e o homem, para nossa dedicação ao seu serviço especial, e a sua aceitação de nós e bênção sobre nós, embora a imposição de mãos não seja

uma cerimônia tão solene por mera instituição quanto o batismo e a Ceia do Senhor. Mas deve-se notar que este não é o *sacramentum christianitatis* [sacramento do cristianismo], um sacramento da aliança cristã; mas sim *sacramentum ordinis vel officii particularis* [sacramento da ordem ou de um ofício particular], porém de instituição divina.

5. A celebração solene do casamento é um sacramento econômico; isto é, uma obrigação solene entre homem e mulher por voto mútuo, e de ambos para com Deus naquela relação, o que pode ser expresso arbitrariamente por sinais ou cerimônias legítimas.

6. A aliança solene de um senhor com seu servo é, pelo mesmo motivo, um sacramento econômico.

7. A coroação de um rei, na qual ele é jurado aos seus súditos e dedicado a Deus naquele ofício, e seus súditos juram ou consentem a ele, é um sacramento civil, quer a unção seja adicionada ou não. E o mesmo ocorre com a entrada de um juiz em seu cargo, quando realizada de forma tão solene por um voto ou aliança obrigatória.

8. A confirmação no sentido dos papistas, conforme conferida pelo crisma a crianças para dar-lhes o Espírito Santo, não passa de uma imitação injustificável da antiga operação milagrosa dos apóstolos, e não é nem um sacramento cristão, nem uma prática justificável, mas uma presunção.

9. O mesmo pode ser dito sobre o sacramento deles da extrema-unção.

10. O sacramento do matrimônio deles não é um sacramento de outra forma senão como o é a coroação de um rei; a qual é aprovada por Deus tanto quanto o casamento, e significa também uma concessão honrosa de poder vinda do Rei universal.

11. O sacramento da penitência deles não é um sacramento de outra forma senão como o são as muitas outras renovações de nossa aliança mencionadas anteriormente.

12. Portanto, os sete sacramentos dos papistas, ou a distribuição setenária, é confusa, em parte redundante, em parte defectiva, e indigna de ser feita parte de sua fé ou religião, ou matéria de suas contendas birrentas e ignorantes. E aqueles que dizem peremptoriamente, sem distinção, que existem apenas dois sacramentos ao todo, apenas os endurecem ao estreitarem de forma injustificável o sentido da palavra.

Questão 100. Até que ponto é lícito, necessário ou ilícito que um homem se aflija por penitências externas pelo pecado?

Resposta 1. Não para a destruição de seu corpo, vida ou saúde, ou para desabilitar ou incapacitar o corpo ou a mente para o serviço de Deus.

2. Não para ser a expressão de qualquer desânimo, desespero, tristeza ou abatimento desordenado e pecaminoso.

3. Não de modo que pareça externamente com tais paixões desordenadas, ou que seja um escândalo para os

outros, afastando-os da religião como algo melancólico e prejudicial.

4. Nem como se Deus aceitasse a mera aflição externa por si mesma, ou como se ele amasse o nosso dano, ou como se merecêssemos algo dele por nossos problemas voluntários e inúteis.

Mas:

1. É um dever expressar a verdadeira tristeza segundo Deus por meio de seu exercício e sinais apropriados, na medida em que a atuação dela, ou o aumento ou a continuação por meio desses canais, seja proveitosa para nós mesmos.

2. E também na medida em que for necessário para o proveito dos outros, mostrando-lhes o mal do pecado e atraindo-os ao arrependimento.

3. E na medida em que for necessário para satisfazer a igreja quanto à verdade do nosso arrependimento, com vistas à nossa absolvição e comunhão.

4. Especialmente na medida em que for necessário para subjugar nossos desejos carnais, domar nossos corpos e trazê-los a uma devida sujeição à nossa fé, e evitar nosso pecado no tempo vindouro; e também pelo exercício de uma mortificação sóbria, de forma prudente manter sob controle todas as nossas fantasias mundanas e o amor a este presente mundo, sem nos incapacitar para o dever.

5. E na medida em que for necessário por tal mortificação para nos preparar para a oração fervorosa, especialmente pelo jejum em dias de humilhação; e para nos ajudar em

nossas meditações sobre a morte e o julgamento, e para promover nossas contemplações e conversação celestiais.

6. A maior dificuldade é se qualquer autopunição é legítima ou devida; o que é respondido pelo que já foi dito: nenhuma que nos incapacite para o serviço de Deus é legítima. Mas o verdadeiro arrependimento é uma ira ou grande descontentamento conosco mesmos pelo pecado, e um ódio ao pecado, e uma aversão a nós mesmos por causa dele; e julgar, condenar e afligir nossas próprias almas por uma punição voluntária de si mesmo não é senão aquele exercício de justiça sobre nós mesmos, que é apropriado para pecadores perdoados que não devem ser condenados pelo Senhor, e de fato o justo exercício do arrependimento e do descontentamento contra nós mesmos. Por conta dessa sóbria autopunição, podemos cultivar tais graus de tristeza segundo Deus, jejum, vestes rústicas (como pano de saco) e negação dos prazeres deste mundo que não sejam prejudiciais, mas sim úteis ao nosso dever. E se grandes e hediondos pecadores do passado, nestes termos, excederam os outros homens em suas austeridades e aflições autoimpostas, não podemos condená-los por superstição, a menos que conhecêssemos de forma mais particular alguma causa para isso. Mas pensar, à maneira papista, que a aflição de si mesmo sem respeito a tais causas ou necessidades é uma perfeição meritória, adequada para os outros, isso sim é superstição. E pensar, como fazem muitos dos melancólicos, que o suicídio é uma autopunição legítima, é um pecado hediondo que conduz ao que é ainda mais hediondo e perigoso.

Questão 101. É lícito observar tempos fixos de jejum impostos por outros, sem ocasiões extraordinárias? E particularmente a quaresma?

Resposta. Lembre-se de que não me intrometo aqui na questão de até que ponto é lícito para os governantes imporem tais jejuns aos outros; exceto apenas para dizer: *1*. Que é indubitavelmente apropriado para os reis fazê-lo por preceitos, e para as igrejas por consentimento, em casos extraordinários de apostasia, pecado ou julgamentos. *2*. Que é indubitavelmente uma usurpação pecaminosa por parte do papa ou de quaisquer pretendidos governantes eclesiásticos universais impor tal coisa à igreja universal (porque não existem governantes universais); ou para um bispo vizinho, por usurpação, impor isso a uma igreja vizinha. *3*. E que é pecaminoso em todas ou em muitas igrejas fazer, por seus acordos, que tais coisas sejam necessárias para a sua união ou comunhão com as igrejas vizinhas, de modo que considerem como cismáticos todos aqueles que delas divergem em tais coisas indiferentes. Mas quanto ao uso de tais jejuns (omitindo a imposição), digo:

I. *1*. Que um dever tão grande e extraordinário como o jejum sagrado não deve ser transformado em mera formalidade ou cerimônia.

2. Nenhum homem em particular deve ser tão observador de um jejum público, ordenado e de aniversário, que por causa dele negligencie qualquer dever que Deus lhe ordenou e que seja incompatível com ele. Como alegrar-se ou realizar uma ação de graças na Quaresma por uma causa extraordinária e obrigatória; guardar o dia do Senhor na Quaresma como um dia de ação de graças e

regozijo; preservar a nossa própria saúde, etc. Não é lícito, em obediência ao homem, jejuar tanto ou usar tal dieta que possa destruir nossas vidas ou saúde; não tendo estas sido colocadas sob o poder do homem; nem pode o homem nos dispensar do dever de autopreservação. Se o próprio Deus não exige que ofereçamos a nossa vida e saúde desnecessariamente como um sacrifício aceitável, nem jamais faz da autodestruição o nosso dever, não, nem nada que não seja para o próprio bem do homem; então não devemos crer, sem uma prova muito clara, que príncipes ou prelados têm mais poder do que o próprio Deus escolhe usar.

3. Um jejum de aniversário como esse, apropriado para a lembrança de algum grande pecado ou julgamento, se ordenado, deve ser guardado, tanto pelo motivo dele quanto pela autoridade de quem o ordena. Pois: *Primeiro*, não é ilícito como aniversário. (Pois: 1. Não é proibido e, 2. Pode haver uma ocasião justa. Alguns guardam voluntariamente um jejum de aniversário no dia do seu nascimento (como eu tenho feito há muito tempo); e alguns no dia em que caíram em algum grande pecado; e alguns no dia da morte de um amigo, ou de alguma calamidade pessoal, doméstica ou nacional; e nada disso é proibido.) *Segundo*, e aquilo que não é ilícito em si mesmo não se torna ilícito apenas porque é ordenado; visto que a obediência aos superiores é o nosso dever e não o nosso pecado, exceto em coisas pecaminosas.

4. Se é lícito ou apropriado comemorar os sofrimentos de Cristo por meio de jejuns de aniversário é o que deve ser considerado a seguir.

II. Quanto à Quaresma em particular, devemos distinguir: *1*. Entre a Quaresma antiga e a Quaresma posterior. *2*. Entre guardá-la por motivos civis e por motivos religiosos. *3*. Entre o jejum verdadeiro e a mudança de dieta. *4*. Entre a imitação do jejum de quarenta dias de Cristo e a mera comemoração dele. Feitas essas premissas, concluo:

1. A observância de um jejum verdadeiro ou de abstinência de comida por quarenta dias, seja por qual motivo for, sendo impossível ou suicídio, não deve ser tentada.

2. A imitação de Cristo em seu jejum de quarenta dias não deve ser tentada ou fingida; porque as suas obras milagrosas não foram feitas para a nossa imitação. E é presunção de nossa parte fingir possuir o poder necessário para milagres, ou mesmo fazer qualquer tentativa de tal imitação, tanto quanto ressuscitar os mortos.

3. O fingimento de um jejum quando os homens apenas mudam de dieta, carne por peixe, frutas, doces, etc., é hipócrita e ridículo; a maioria dos trabalhadores pobres e ministros temperantes vive o ano todo com uma dieta de maior negação de carne e em maior abstinência do que muitos papistas na Quaresma ou em seus dias de jejum. E que disputa ridícula é ouvir, por exemplo, um Calvino que nunca come senão uma pequena refeição por dia durante muitos anos, argumentar contra a observância dos jejuns papistas, e o clero deles chamá-lo de voraz, carnal e epicurista, e defender o jejum como mortificação santa, eles que comem tantas refeições e tanta carne em um dia de Quaresma ou dia de jejum quanto Calvino comia em

três dias de banquete, e bebem mais vinho em uma Quaresma do que ele em vinte anos! Certamente conheço muitos desses de ambos os lados; alguns que comem apenas uma pequena refeição por dia e nunca bebem vinho, e outros que bebem vinho diariamente e comem de muitos pratos em uma refeição, e isso até fartarem-se, e dos mais doces, como peixes, frutas, etc., e ainda assim atacam os primeiros por não jejuarem como eles. Tão ilusórias são as aparências externas e tão falsas as pretensões do tipo carnal!

4. A Quaresma antiga consistia primeiramente de um único dia (Sexta-feira Santa) apenas; e depois disso de três dias, e então de seis, e por fim chegou a quarenta. (Sobre o que se pode ler em *Dallæus* [Jean Daillé] na obra citada acima, detalhadamente).

5. Ninguém pode questionar a legitimidade e a observância obediente de um jejum civil da Quaresma conforme exigido por nossos estatutos, para a venda de peixe e para a criação de gado; desde que nenhuma necessidade corporal ou dever maior se oponha a isso.

6. Não é ilícito para aqueles que não podem jejuar totalmente usar, contudo, de maior abstinência e de um tipo de dieta mais mortificante do que o comum para os exercícios de arrependimento e mortificação, no tempo devido.

7. Se a autoridade ordenar tal curso mortificante e abstêmio com base em fundamentos e fins legítimos ou toleráveis, eu os obedecerei, se o exigirem peremptoriamente, quando minha saúde ou algum dever maior não o proibir.

8. Quanto ao ordenar tal abstinência, como na Quaresma, não em imitação, mas em mera comemoração do jejum de quarenta dias de Cristo, eu não o ordenaria se estivesse em meu poder; mas, sendo peremptoriamente ordenado, não posso provar que seja ilícito obedecer, com as exceções mencionadas anteriormente.

9. Antigamente considerava-se um crime jejuar no dia do Senhor, mesmo na Quaresma; e considero esse dia como separado por Cristo e pelo Espírito Santo para uma festa da igreja ou dia de ação de graças; portanto, não o guardarei como um jejum, ainda que fosse ordenado, a menos que em uma necessidade extraordinária, como a mencionada anteriormente.

Sobre peregrinações, santos, relíquias e santuários, templos, sobre seus milagres, sobre rezar aos anjos, aos santos, pelos mortos, purgatório, sobre as indulgências do papa, dispensas; sobre o poder dos verdadeiros pastores para perdoar pecados, com uma multidão de casos semelhantes, os quais são comumente tratados por nossos escritores de controvérsia contra os papistas, devo remeter o leitor para lá para uma solução, porque o tratamento de todos esses casos específicos faria este livro crescer a uma magnitude além da minha intenção, e tornaria esta parte inadequada ao restante.

Questão 102. Podemos continuar em uma igreja onde falte alguma ordenança de cristo, como disciplina, oração, pregação ou sacramentos, embora tenhamos todas as outras?

Resposta. Distinga: *1*. Das ordenanças. *2*. De uma falta permanente e de uma falta temporária. *3*. De alguém que pode ter algo melhor e de alguém que não pode.

1. O ensino, a oração e os louvores são ordenanças de tal necessidade que as assembleias da igreja não possuem o seu uso adequado sem eles.

2. A Ceia do Senhor é de uma necessidade secundária, e deve ser usada quando for possível, mas uma assembleia da igreja pode, às vezes, atingir seus fins sem ela, em um bom grau.

3. A disciplina é implicitamente exercida quando nenhum outro senão os batizados são comungantes, e quando cristãos professos voluntariamente se reúnem, e a pregação da palavra distingue o precioso do vil; muito mais quando pecadores notórios e escandalosos são mantidos afastados do sacramento pelas leis (conforme nossa rubrica e cânones exigem).

4. Mas para o exercício mais pleno, explícito e exato da disciplina, ela é muito desejável para o bem-estar das igrejas; contudo, ela é apenas uma cerca ou sebe mais forte e preservadora da ordem sagrada; e tanto a existência de uma igreja quanto o uso proveitoso das assembleias sagradas podem subsistir sem ela, como se verifica na Suíça e em outros países.

Concluo, então:

1. Aquele que, considerando todas as coisas, for um homem livre, deve escolher o lugar onde tenha as oportunidades mais plenas de adorar a Deus e edificar sua alma.

2. Não deve ser considerado um homem livre aquele que não pode se mudar sem um dano maior do que o benefício, seja para a igreja, para o país, para sua família, seus vizinhos ou para si mesmo.

3. Sem o ensino, a oração e os louvores divinos, não devemos considerar que temos assembleias e comunhão de igreja propriamente ditas.

4. Devemos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para assegurar o uso correto dos sacramentos e da disciplina.

5. Quando não pudermos assegurá-lo, é lícito e um dever unirmo-nos àquelas assembleias que estão sem eles, e antes desfrutar do restante do que de nada. Poucas igrejas celebram a Ceia do Senhor mais do que uma vez por mês, a qual na igreja primitiva era usada todo dia do Senhor e com mais frequência; e, no entanto, reúnem-se em outros dias.

6. É possível que a pregação, a oração e o louvor sejam executados de forma tão excelente em algumas igrejas que carecem tanto de disciplina quanto da Ceia do Senhor, e tudo administrado de forma tão fria e ignorante em outra igreja que possui todas as ordenanças, que as almas dos homens podem florescer e prosperar muito mais sob a primeira do que sob a última.

7. Se a abstenção ou a falta de algumas ordenanças por um tempo for apenas com vistas a uma provável obtenção delas, podemos suportá-la melhor.

8. O tempo não deve ser julgado apenas pela duração, mas pela probabilidade de sucesso. Pois, às vezes, a providência de Deus e as perturbações dos tempos, ou a

astúcia dos homens no poder, podem manter os homens tanto tempo nas trevas que uma longa espera ou expectativa pode se tornar nosso dever.

Questão 103. Devem os pastores mudar de uma igreja para outra sempre que o magistrado ordenar, embora o bispo o contradiga e a igreja não consinta em nos dispensar; e o mesmo quanto a outros casos de desacordo?

Resposta. Assim como na alma do homem concorrem a orientação intelectual, a vontade e o poder executivo, assim também em casos eclesiásticos desta natureza devem concorrer o governo autoritativo do magistrado, a orientação diretiva dos pastores mais antigos e o amor atrativo do povo (que é a principal causa final inferior); e quando estes não concorrem, há confusão. E quando a ordem de Deus é quebrada, a qual comanda a sua concorrência, é difícil saber o que fazer em tal divisão que Deus não permite; como é difícil saber se devo tomar o partido do coração contra a cabeça, ou da cabeça contra o estômago e o fígado, em suposições de inclinações ou interesses cruzados; visto que a natureza supõe uma concordância de inclinação e interesse, ou então a ruína, doença ou morte da pessoa; e a cura deve ser pela reconciliação deles, e não por saber com qual deles se aliar contra o resto.

Mas, visto que devemos supor que tais enfermidades ocorram com frequência, aqueles que não podem curá-las devem saber como se comportar e cumprir o seu próprio dever. De minha parte, em tais casos, eu agiria assim:

1. Eu olharia para o meu fim último, a glória de Deus, e para o fim seguinte, o bem das almas e o bem-estar da igreja; e assim para o interesse do povo, visto que este é o fim da ordem da magistratura e do ministério; e considerar-me-ia tão obrigado a esse fim que nenhum ponto de mera ordem poderia me desobrigar, sendo o fim melhor do que o meio como tal; portanto, faria todas as coisas para a edificação, supondo que todo poder humano é, como o de Paulo era, para a edificação e não para a destruição.

2. Mas, ao julgar o que é melhor para a igreja, devo considerar cada acidente e circunstância, e olhar para muitos, mais do que para alguns, e para partes distantes tanto quanto para aquelas próximas a mim, e para o tempo e eras futuras tanto quanto para o presente, e não agir com base em suposições equivocadas sobre o bem da igreja; aquele que não vê todas as coisas que devem ser pesadas em tal caso pode errar ao omitir alguma delas.

3. Eu obedeceria ao magistrado formalmente, por questão de consciência, em todas as coisas que pertencem ao seu ofício; e, particularmente neste caso, se fosse apenas uma mudança de um lugar para outro, em respeito ao templo, ou aos dízimos, ou pela paz civil, ou para a preservação da ordem da igreja em casos onde não seja grosseiramente prejudicial à igreja e ao evangelho.

4. Em casos que por determinação de Deus pertencem à conduta dos bispos ou pastores, ou à concórdia das igrejas associadas, eu os seguiria formalmente. E, em particular, se eles me convencessem de que a minha remoção é um prejuízo manifesto para a igreja (como no tempo dos arianos, quando os imperadores removiam os

ortodoxos de todas as grandes igrejas para colocar neles os arianos), eu não me retiraria de forma obediente e voluntária.

5. Se magistrados e bispos concordassem em ordenar minha remoção em um caso notoriamente prejudicial e pernicioso para a igreja (como no caso supracitado, para introduzir um ariano), eu não obedeceria formalmente por questão de consciência; supondo que Deus nunca lhes deu tal poder contra as almas dos homens e o evangelho de Cristo; e não há poder senão de Deus.

6. Contudo, eu preferiria tanto o comando do magistrado quanto a direção dos pastores antes da mera vontade e capricho do povo, quando a segurança e o bem-estar deles não estivessem envolvidos no caso.

7. E quando o magistrado for peremptório, geralmente devo obedecer-lhe materialmente, mesmo quando não o faça formalmente (em consciência ao seu mero comando). Porque, embora em alguns casos ele possa fazer aquilo que não pertence ao seu ofício, mas ao do pastor, no entanto a sua violência pode fazer com que se torne do interesse da igreja que eu ceda e dê lugar à sua ira; pois, assim como não devo resistir-lhe pela força, se eu não partir ao seu comando, isso poderá trazer um sofrimento ainda maior sobre as igrejas. E assim, para evitar um mal maior, ele deve ser submetido em muitos casos nos quais age contra Deus e sem autoridade; embora não deva ser obedecido formalmente.

8. As igrejas particulares não têm tal interesse em seus ministros ou pastores a ponto de mantê-los contra a

vontade deles e do magistrado, e contra o interesse da igreja universal, como será afirmado a seguir.

Questão 104. O pastor está obrigado ao seu rebanho por toda a vida? Ou é lícito obrigar-se desta forma? E pode ele retirar-se sem o consentimento deles? E as mesmas questões são colocadas quanto ao membro da igreja.

Estas quatro questões são apresentadas em conjunto para fins de brevidade, e serão respondidas distintamente.

I. 1. O ministro está obrigado a Cristo e à igreja universal por toda a vida (*durante vita* [durante a vida]), com a seguinte exceção: se Deus não o incapacitar. *2.* Mas, como pastor, ele não está obrigado a este ou àquele rebanho por toda a vida. Não há tal mandamento ou exemplo na Palavra de Deus.

II. Quanto à segunda: *1.* É lícito obrigarmo-nos a um povo por toda a vida em alguns casos, condicionalmente; isto é, se Deus não nos chamar visivelmente para outro lugar. *2.* Mas nunca é lícito fazê-lo de modo absoluto: *Primeiro*, porque nos comprometeríamos contra Deus; contra o seu poder sobre nós, seu interesse em nós e sua sabedoria que deve nos guiar. Deus pode nos chamar para onde lhe aprouver; e, embora agora não fale por revelação sobrenatural, pode fazê-lo por alterações providenciais. *Segundo*, de outro modo nos obrigaríamos contra a igreja universal, à qual estamos vinculados mais estritamente do que a qualquer igreja particular, e cujo bem pode nos obrigar a mudar. *Terceiro*, sim, podemos nos vincular para o

próprio prejuízo dessa igreja, visto que pode vir a ser do interesse dela separar-se de nós. *Quarto*, e assim nos obrigaríamos contra o nosso dever para com a autoridade, que pode nos remover.

III. À terceira questão respondo: *1*. O pastor não pode retirar-se sem causa, nem para sua própria comodidade mundana quando isso resultar em prejuízo da igreja e impedimento do evangelho. *2*. Quando tiver justa causa, deve dar conhecimento dela ao povo e buscar a satisfação e o consentimento deles. *3*. Mas, se não puder obtê-lo, pode retirar-se sem ele: como, *Primeiro*, quando tiver certeza de que o interesse do evangelho e da igreja universal o exigem; *Segundo*, ou quando a autoridade justa o obriga a isso.

As razões são claras com base no que foi dito; e também: *1*. Ele não está mais obrigado ao povo do que este a ele; mas o povo não está de tal modo obrigado a ele que não possa retirar-se por justa ocasião. *2*. Se ele não puder retirar-se, é porque Deus o proíbe ou porque seu próprio contrato com eles o obrigou a não fazê-lo. Mas: *Primeiro*, Deus em lugar nenhum o proíbe; *Segundo*, supõe-se que tal contrato não foi feito, nem é lícito que se faça.

IV. Quanto ao caso do povo, não se requer outra resposta: *1*. Nenhum membro pode retirar-se sem causa. *2*. Nem de forma abrupta e sem caridade, gerando descontentamento na igreja, quando puder evitar. Mas, *3*. Pode retirar-se por muitas causas justas (particulares ou públicas), quer a igreja e os pastores consintam ou não, desde que a maneira de agir seja como convém a um cristão.

Questão 105. Quando muitos homens pretendem ao mesmo tempo ser os verdadeiros pastores de uma igreja particular, um contra o título do outro, devido a divergências entre os magistrados, os ordenadores e os rebanhos, o que deve o povo fazer e a quem deve aderir?

Resposta. Este caso está majoritariamente respondido anteriormente na Questão 82, etc. Preciso apenas acrescentar estas regras de cautela:

1. Não aceite, sob pretexto algum, um herético ou alguém inteiramente inapto para o ofício.

2. Não adote facilmente um caminho ou uma pessoa divisiva, mas mantenha-se, tanto quanto possível, em uma senda de concórdia com os pastores e igrejas fiéis e unidos em sua proximidade ou país.

3. Olhe para o bem público e o interesse da religião, mais do que para a sua congregação particular.

4. Não negligencie as maiores vantagens para a sua própria edificação; antes, busque-as mudando de morada, ainda que sofra perdas em seus bens materiais por causa disso, em vez de fazê-lo por meio de qualquer divisão, perturbação da paz da igreja ou detrimento comum.

5. Não vá facilmente contra as ordens do magistrado; a menos que sejam manifestamente ilícitas e resultem em detrimento ou ruína da igreja na recepção de seus pastores.

6. Não abandone facilmente aquele que foi justamente recebido pela igreja e que tem a posse do cargo, isto é, até que a necessidade o exija.

Questão 106. A quem pertence reformar uma igreja corrompida? Aos magistrados, pastores ou ao povo?

Resposta. Uma igreja é reformada de três maneiras distintas: *1.* Pela reforma pessoal de cada membro; *2.* Pela **Direção** doutrinária; e *3.* Pela execução pública e compulsória, e constrangimento de outros.

1. Cada membro, sejam magistrados, pastores ou o povo, deve reformar a si mesmo, abandonando todos os seus próprios pecados e cumprindo seus próprios deveres. Se um governante ordenar a uma pessoa comum que vá à missa, que reconheça qualquer falsidade ou que cometa qualquer pecado, ela não deve obedecer, porque Deus deve ser obedecido primeiro.

2. Os bispos ou pastores devem reformar a igreja por meio da doutrina, repreensão e exortações justas, e mandamentos declaratórios em nome de Cristo aos governantes e ao povo para que cumpram seus respectivos deveres; e pela prática real do seu próprio dever.

3. O rei e os magistrados sob sua autoridade, somente, devem reformar pela espada, isto é, pela força externa, leis civis e penalidades corporais; como destruir pela força as imagens, expulsar os idólatras ou os instrumentos de idolatria dos templos, colocar os

verdadeiros ministros na posse dos templos ou do sustento público legal; destruir, punir ou ferir idólatras, etc. Preservando-se, ainda, o poder dos pais e senhores em suas respectivas famílias.

Questão 107. Quem deve convocar os sínodos? Os príncipes, pastores ou o povo?

A questão sobre o poder dos sínodos está suficientemente respondida anteriormente.

Resposta 1. Existem diversas maneiras de convocar sínodos: *1*. Por força e mandatos civis; *2*. Por persuasão e conselho pastoral; e *3*. Por humilde rogo e petição.

1. Somente os magistrados (isto é, o supremo por seu próprio poder, e os inferiores por poder dele derivado) podem convocar sínodos por meio de leis e mandatos, respaldados pela espada ou por penalidades corporais ou multas.

2. Os bispos ou pastores, em circunstâncias devidas, podem convocar sínodos por conselho e convite persuasivo.

3. O povo, em circunstâncias devidas e de necessidade, pode convocar sínodos por via de petição e rogo.

Mas quais são as circunstâncias devidas?

Resposta 1. O magistrado pode convocá-los por ordem, a seu critério, para seu próprio conselho, para a paz civil ou para o bem da igreja.

2. Os pastores e o povo não devem convocá-los, nem se reunir quando o magistrado o proibir, exceto quando a necessidade da igreja o exigir. Os sínodos podem ser utilmente fixados para fins de ordem, quando isso puder ser legalmente obtido (tanto quanto aos limites de lugar, número e tempo). Contudo, essas ordens prudenciais não são de necessidade estabelecida, mas devem ceder lugar a razões mais ponderosas em contrário.

3. Os sínodos em si não são ordinariamente necessários, por natureza ou instituição (quem afirmar isso, que o prove); mas o que é estabelecidamente necessário é a concórdia das igrejas como fim, e uma correspondência necessária das igrejas como meio, e os sínodos, quando podem ser bem realizados, como um tipo conveniente de meio.

4. Quando os sínodos não puderem ser realizados, ou forem desnecessários, mensageiros e cartas de igreja para igreja podem manter a correspondência e a concórdia.

5. Em casos de real necessidade (que são muito raros, embora a utilidade seja mais frequente), os bispos e o povo devem primeiro peticionar ao rei pelo seu consentimento; e, se este não puder ser obtido, podem reunir-se secretamente e em pequenos números para mútua consulta e aconselhamento sobre a obra de Deus; e não provocar o rei contra si ao manterem a formalidade de seus números, tempos, lugares e ordens estabelecidos.

6. O desprezo dos sínodos pelos separatistas e a atribuição de mais poder aos sínodos do que Deus jamais lhes deu por outros, sim, e a insistência em suas ordens circunstanciais, tornando-os semelhantes a um senado ou

tribunal civil, têm sido os dois extremos que grandemente feriram e dividiram as igrejas em todo o mundo.

Questão 108. A quem pertence determinar dias e assembleias para humilhação pública e ação de graças?

Resposta. A resposta da última questão pode servir para esta. *1*. Somente o magistrado pode fazê-lo por meio de leis ou mandato civil respaldado pela espada.

2. Os pastores podem fazê-lo em caso de necessidade, por conselho e exortação pastoral, e mandamento declaratório em nome de Cristo.

3. O povo pode fazê-lo por petição.

4. Assim como as assembleias ordinárias da igreja devem ser realizadas se o magistrado as proibir (assunto do qual trataremos a seguir), o mesmo se aplica às extraordinárias, quando causas extraordinárias tornarem isso um dever.

5. Quando o magistrado as impede pela força, a impossibilidade natural resolve a questão sobre o nosso dever.

Questão 109. Podemos omitir as assembleias da igreja no dia do Senhor, se o magistrado as proibir?

Resposta 1. Uma coisa é proibi-las por um tempo, por alguma causa especial (como infecção por peste,

incêndio, guerra, etc.), e outra é proibi-las de forma contínua ou profana.

2. Uma coisa é omiti-las por um tempo, e outra é fazê-lo ordinariamente.

3. Uma coisa é omiti-las em obediência formal à lei, e outra é omiti-las por prudência ou necessidade, porque não podemos realizá-las.

4. Deve-se distinguir entre a assembleia e as circunstâncias da assembleia.

(1) Se o magistrado, para um bem maior (como a segurança comum), proibir as assembleias da igreja em tempo de peste, ataque de inimigos, incêndio ou necessidade semelhante, é um dever obedecer-lhe. 1. Porque os deveres positivos cedem lugar àqueles grandes deveres naturais que são o seu fim: assim Cristo justificou a si mesmo e a violação do repouso externo do sábado por parte de seus discípulos: "Pois o sábado foi feito por causa do homem, e não o homem por causa do sábado". 2. Porque os mandamentos afirmativos não obrigam *ad semper* [sempre / a todo momento], e deveres fora de época tornam-se pecados. 3. Porque um dia do Senhor ou assembleia não deve ser preferido a muitos outros que, pela omissão daquele único, provavelmente serão obtidos.

(2) Se os príncipes profanamente proibirem as assembleias sagradas e o culto público, quer de forma contínua, quer como uma renúncia de Cristo e de nossa religião, não é lícito obedecer-lhes formalmente.

(3) Mas é lícito fazer prudentemente em segredo, pela necessidade do momento, aquilo que não podemos fazer publicamente, e fazê-lo com números menores de pessoas o que não podemos fazer em grandes assembleias; sim, e omitir algumas assembleias por um tempo para que, por meio disso, tenhamos oportunidade para realizar mais; o que não constitui obediência formal, mas apenas material.

(4) Mas se forem apenas algumas circunstâncias do reunir-se que nos são proibidas, esse é o caso seguinte a ser resolvido.

Questão 110. Devemos obedecer ao magistrado se ele apenas nos proibir de adorar a deus em determinado lugar, ou país, ou em determinado número, ou algo semelhante?

Resposta. Devemos distinguir entre uma determinação de circunstâncias, modos ou acidentes que claramente destroem o culto ou o seu fim, e aquelas que não o fazem. Por exemplo:

1. Aquele que diz: "Vocês nunca se reunirão senão uma vez por ano", ou "nunca senão à meia-noite", ou "nunca por mais de seis ou sete minutos de cada vez", etc., está apenas determinando a circunstância do tempo; mas o faz de tal modo que destrói o culto, o qual não pode ser assim realizado em consistência com os seus fins. Mas aquele que disser: "Vocês não se reunirão antes das nove horas", ou "não passarão da noite", etc., não faz tal coisa.

2. Assim, aquele que diz: "Vocês não se reunirão senão a quarenta milhas de distância uns dos outros"; ou "reunir-se-ão apenas em uma sala que comporte apenas a vigésima parte da igreja"; ou "nunca pregarão em nenhuma cidade ou lugar populoso, mas apenas no deserto, longe dos habitantes", etc., está apenas determinando a circunstância do lugar; mas o faz de tal modo que tende a destruir ou frustrar a obra que Deus nos ordena. O mesmo não faz aquele que apenas limita as igrejas pelos limites das paróquias, ou proíbe lugares inconvenientes.

3. Assim, aquele que diz: "Vocês nunca se reunirão em menos de cem mil pessoas juntas", ou "nunca mais de cinco ou seis", está apenas determinando o acidente do número; mas o faz de tal modo que destrói a obra e o fim. Pois o primeiro caso será impossível; e, no segundo modo, eles teriam de realizar assembleias de igreja sem ministros, quando não houver o suficiente para que cada grupo tão pequeno tenha um. Mas o mesmo não faz aquele que apenas diz: "Vocês não se reunirão em mais de dez mil, nem em menos de dez".

4. Assim, aquele que diz: "Vocês não ouvirão a um trinitariano, mas sim a um ariano"; ou "ouvirão apenas a um que não saiba pregar os elementos essenciais da religião, ou que ataque a própria piedade"; ou "não ouvirão a ninguém senão aos que foram ordenados em Jerusalém ou Roma", ou "ninguém senão aos que subscrevem o Concílio de Trento", etc., está apenas determinando que pessoa devemos ouvir; mas o faz de tal modo que destrói a obra e o fim. O mesmo não faz aquele

que apenas diz: "Vocês ouvirão apenas a este ministro apto, de preferência àquele".

Não preciso me deter na aplicação. No último caso, devemos obediência formal. No primeiro, devemos sofrer, e não obedecer.

Pois, se for apropriado obedecer em tais termos, seria apropriado abandonar o culto de Deus em obediência. Cristo disse: "Quando vos perseguirem numa cidade, fugi para outra"; mas ele nunca disse: "Se vos proibirem de pregar em qualquer cidade ou lugar populoso, obedecei-lhes". Aquele que disse: "Pregai o evangelho a toda criatura", e "a todas as nações", e "por todo o mundo", e que "deseja que todos os homens sejam salvos e cheguem ao pleno conhecimento da verdade", não nos permite abandonar as almas de todos os que habitam em cidades e lugares populosos, para pregar apenas a alguns poucos camponeses em outros lugares; não mais do que nos permitirá amar, compadecer-nos e socorrer os corpos apenas daqueles poucos, e não considerar como nossos próximos os que habitam nas cidades, passando por eles de largo como o sacerdote e o levita.

Questão 111. Devem os súditos ou servos abster-se de palestras semanais, leitura ou auxílios semelhantes, além do culto do dia do senhor, se os príncipes ou senhores o ordenarem?

Resposta 1. Há grande diferença entre um mero súdito, ou pessoa governada, e um servo, escravo ou filho.

2. Há grande diferença entre aqueles que são impedidos por justa causa e reais necessidades, e aqueles que são impedidos apenas por malignidade profana.

(1) As pessoas pobres não têm tanto tempo livre de suas vocações quanto os ricos; e, assim, prover para suas famílias pode, naquele momento, por necessidade, tornar-se o dever maior e imediato.

(2) O mesmo pode ocorrer com soldados, juízes e outros que tenham um trabalho urgente de consequência pública no momento; ao passo que outros não possuem tal impedimento.

(3) Aquele que é filho ou escravo de outrem, ou que lhe pertence por direito de propriedade, está mais sob o seu poder do que aquele que é apenas um súdito, e que deve ser governado tendo em vista o seu próprio bem e o bem comum.

(4) Um servo que se contratou absolutamente a outrem fica, por aquele período, em condição próxima à de um escravo; mas aquele que foi contratado com limitações e exceções de liberdade (expressas ou subentendidas) tem direito à liberdade excetuada.

(5) Se o rei proibir juízes, soldados ou outros cujos trabalhos são devidos ao público de ouvirem sermões no momento em que deveriam realizar o seu trabalho, ou se pais ou senhores proibirem de igual modo filhos e servos, eles devem ser obedecidos, contanto que não excluam o culto público do próprio dia do Senhor, nem a oração necessária e o dever em nossos casos cotidianos particulares.

(6) Mas aquele que está sob tal servidão que o impede de obter os auxílios necessários para a sua alma deve partir para um lugar mais livre, se legalmente puder. Contudo, o filho, a esposa ou aqueles que não são livres devem confiar na ajuda de Deus no uso dos meios que ele lhes permite.

(7) Um príncipe, preceptor ou mestre-escola, que não é proprietário da pessoa, mas apenas um governante, não deve ser obedecido formalmente e por questão de consciência se proibir seus súditos ou alunos de tais auxílios diários ou semanais para a sua salvação, dos quais eles têm grande necessidade e não têm necessidade de se abster; tais como ouvir ou reunir-se com a igreja nos dias de semana em horário conveniente, ler as Escrituras diariamente ou bons livros, associar-se com homens que temem a Deus, orar, etc.; porque Deus ordenou estas coisas quando podemos realizá-las.

Questão 112. Pode o culto religioso ser prestado a uma criatura? E qual?

Resposta. Enquanto os termos da questão permanecerem ambíguos, ela é incapaz de resposta.

1. Por culto entende-se ou o *cultus in genere* [culto em geral], qualquer honra expressa a outrem; ou algum ato especial de honra. Devemos entender a questão no primeiro sentido geral, ou então não poderemos respondê-la até que nos digam quais atos de honra têm em vista.

2. Por religioso entende-se ou, em geral, aquilo a que estamos limitados por Deus, ou que é feito em virtude de uma obrigação religiosa, isto é, divina, tornando-se assim parte de nossa religião (isto é, de nossa obediência a Deus); ou então por religioso entende-se divino, ou aquilo que é devidamente devido a Deus. A questão deve ser tomada no primeiro sentido geral; caso contrário, não é uma questão, mas algo ridículo (perguntar se podemos prestar o culto próprio de Deus a uma criatura).

E assim respondo, primeiramente por meio de distinção, e depois de solução.

(1) Devemos distinguir entre a honra dos atos de adoração da mente e os do corpo. *(2)* Entre a idolatria contra o primeiro mandamento e a idolatria ou escândalo contra o segundo.

Proposição Afirmativa 1. É devida a toda criatura uma estimativa verdadeira dela de acordo com o grau de sua dignidade ou bondade; e um amor proporcional; como também uma crença, uma confiança e um temor proporcionais à credibilidade, fidelidade, poder, etc., de cada homem.

2. Há, portanto, um grau eminente de estimativa, reverência, amor e confiança devido aos homens bons acima dos maus, e aos que estão no céu acima dos que estão na terra; e uma honra peculiar aos governantes como tais, a qual não é devida aos seus inferiores.

3. Isso deve ser expresso pelo corpo, por meio de ações convenientes.

4. A honra mais elevada que devemos a qualquer pessoa é pela imagem de Deus nela; a saber: 1. Sua imagem natural, como homens. 2. Sua imagem moral, como santos. 3. Sua imagem relativa de supereminência, como superiores. E assim, é a Deus neles primeiro, e a eles secundariamente como imagens de Deus, que se deve honrar.

5. Nenhuma honra deve ser dada a qualquer criatura da qual o próprio Deus não seja o fim, a saber, no que se refere à sua glória.

6. Portanto, toda honra dada aos homens deve ser, até aqui, uma honra (ou culto) religiosa; pois, assim como todas as coisas são santificadas para os santos e pelos santos, também tudo o que os homens religiosos fazem deve ser religiosamente feito.

7. Assim como as pessoas, também os lugares, livros, palavras, utensílios, tempos, etc., devem ser honrados por amor a Deus, conforme se relacionam com Deus, com as estimativas e expressões que sejam adequadas às suas relações.

Proposição Negativa 1. Nenhuma criatura deve ser considerada um deus, nem qualquer atributo ou honra próprios de Deus devem ser dados a criatura alguma, seja ela qual for.

2. Nenhuma criatura deve ser estimada como melhor, maior ou mais sábia do que é (até onde temos meios de sabê-lo).

3. Quaisquer expressões externas de honra (por palavra ou ação) que sejam apropriadas ao Deus verdadeiro, seja:

1. Por instituição divina; 2. Ou pela natureza; 3. Ou pelo uso recebido, tal expressão de honra não deve ser usada para com uma criatura, por mais livre que o coração esteja de a honrar. (1) Porque é idolatria corporal; (2) E escândalo, sendo interpretativamente idolatria no entendimento justo dos outros.

4. Quaisquer expressões externas de honra que os idólatras usaram, e usam, para significar sua idolatria interna, ou o ato de tomar uma criatura ou ficção por Deus, tornando-a assim uma *tessera* [marca / sinal], símbolo ou sinal professo de sua idolatria, se essas ações são assim usadas ou estimadas entre nós, ou se enquadram na percepção de nossas ações, é ilícito usarmos o mesmo para com qualquer criatura. Porque o uso de sua expressão faz com que isso seja uma profissão de idolatria por nossa parte, sendo assim idolatria interpretativa e escândalo; pois usar símbolos de profissão é professar.

Exceto quando houver alguma razão notória para usar as mesmas palavras ou ações com outra significação legítima, a qual tenha maior peso do que o escândalo; e nós o fazemos tão público a ponto de obviar o escândalo, mostrando que não o fazemos com as intenções do idólatra.

Por exemplo: se os muçulmanos fazem com que seja um símbolo de sua religião dizer: "Deus é um só", sob a falsa suposição de que os cristãos estabelecem mais de um Deus, ainda assim é lícito usarmos essa palavra simbólica para um fim melhor. Mas, se acrescentarem ao seu símbolo: "e Maomé é seu profeta", não podemos usar

isso, porque é: 1. Simbólico de uma religião falsa; 2. E uma falsidade em si mesma.

Assim, se fizerem com que seja uma nota distintiva de suas reuniões religiosas congregar o povo por meio da voz e não de sinos, quando se entender que fazer o mesmo constitui profissão de fé da religião deles, devemos evitá-lo; mas não quando houver grande causa para isso (como no caso de não termos outro meio) e a razão contrária ou escândalo possa ser bem evitada.

5. O culto às imagens (ou curvar-se ou de outro modo adorar em direção a uma imagem como objeto), no momento do culto divino, ou quando fingimos de outro modo estar adorando a Deus, é uma aparência tão grosseira de idolatria interna (seja por descrever visivelmente a Deus como semelhante a uma criatura, ou por parecer ter a mesma intenção dos idólatras naquela ação) que Deus achou por bem proibi-lo a toda a humanidade por uma lei especial (Segundo Mandamento).

6. O escândalo da aparência de idolatria é um pecado hediondo, e não deve ser desculpado pela intenção contrária do coração, assim como não o são as profissões idólatras e mentirosas. Porque blasfemar contra Deus como se ele fosse semelhante a uma criatura, ou dizer ao mundo por nossas ações que uma criatura é Deus, são ambos atos muito hediondos. E o mesmo ocorre ao assassinar as almas de nossos irmãos, tentando-os ao mesmo erro.

7. Não constitui aparência de idolatria ajoelhar-se diante de um rei, ou de um pai, ou superior, quando não

estamos professando nada além de honrá-los com a honra devida. Mas, quando a igreja se reúne professadamente para adorar a Deus, se então misturam expressões de veneração a anjos e santos no céu, ou a um rei, ou a qualquer criatura, em sua adoração a Deus, sem uma significação muito notória de diferença suficiente, parecerá uma associação deles em parte da mesma honra divina.

8. Assim, podemos tirar o chapéu diante da cadeira de estado ou da imagem do rei, sim, e ajoelhar-nos em direção a ela como que para ele, se a ordem for dada em tempo e lugar devidos, quando é apenas culto humano o que professamos. Mas ajoelhar-se ou curvar-se como ato de honra em direção à imagem de um rei, santos ou anjos, no momento do nosso professado culto a Deus, é escandaloso e constitui uma aparência de que lhes estamos dando parte daquilo que estamos prestando a Deus.

9. Contudo, não é ilícito, mesmo nas assembleias sagradas, curvar-se diante de nosso superior à nossa entrada ou saída, ou nos intervalos do culto de Deus; porque o tempo, o costume e a maneira de agir podem notificar suficientemente a distinção e evitar o escândalo.

10. Se qualquer clérigo presunçoso, sob pretexto de sua autoridade, trouxer imagens para as igrejas e as colocar diante de nós no culto divino, apenas como objetos de lembrança e meios de despertar nossos afetos para com Deus, para que demonstrem *quam proxime se accedere posse ad peccatum sine peccato* [o quão perto podem chegar do pecado sem pecar], não convém a nenhum bom cristão segui-los em sua presunção, nem, ao obedecer-

lhes, convidá-los a prosseguir em sua tirania eclesiástica. Embora eu não determine agora se, em caso de necessidade, um homem pode estar presente em tal igreja se o culto deles ao próprio Deus for sadio, supondo que ele notifique suficientemente sua discordância e não dirija ele mesmo escandalosamente seu culto em direção a tais imagens (como supomos que não o façam nas igrejas luteranas).

Questão 113. Quais imagens, e qual uso de imagens, é lícito ou ilícito?

Resposta 1. É ilícito fazer qualquer imagem de Deus. Porque seria blasfemar contra ele, fingindo ser ele semelhante àquilo a que não é semelhante, isto é, uma criatura.

Objeção. O homem é imagem de Deus; é lícito fazer uma imagem do homem; e, assim, uma imagem da imagem de Deus, e esta pode ser uma imagem secundária de Deus.

Resposta 1. É a alma do homem, da qual nenhuma imagem pode ser desenhada ou feita, que é a imagem de Deus, e não o corpo. *2.* A imagem daquele que é, *secundum quid* [sob certo aspecto / em certo sentido] quanto à alma, imagem de Deus, não é imagem de Deus, mas sim do homem *quoad corpus* [quanto ao corpo] quanto a outra parte. Não precisamos disputar muito sobre o nome, se isso pode ser chamado de imagem remota de Deus (embora seja indubitavelmente imprópria). Mas não devemos realmente tomá-la como semelhante a ele, nem usá-la como sua imagem.

Objeção. Deus imprimiu sua imagem em toda a criação; por exemplo, ele é chamado de fogo consumidor; portanto, o fogo pode ser retratado como sua imagem.

Resposta. A mesma resposta serve para a objeção anterior. E não são todas as impressões e *vestigia* [vestígios] do poder, sabedoria e bondade de Deus que são chamadas de sua imagem; assim como a casa não é a imagem do construtor, ou o relógio do relojoeiro, etc. E se Deus é metaforicamente chamado de fogo, assim como é chamado de leão, etc., por causa da semelhança de alguma operação ou efeito, não se segue que estes sejam a sua imagem; muito menos que a imagem destes seja a sua imagem.

2. Nenhuma imagem pode ser feita para ser ensinadora de mentiras; assim como não podemos mentir por palavras, também não podemos por imagens. Portanto, histórias falsas, ou falsas imagens de realidades, quando feitas como se fossem verdadeiras e fingidas de serem representações ou imagens verdadeiras, são ilícitas.

3. Portanto, é ilícito fazer uma imagem de um espírito, fingindo ser uma imagem real. Porque será uma mentira.

4. É ilícito fazer, colocar ou usar qualquer imagem de modo que seja provável que cause mais dano do que bem.

5. Portanto, é ilícito fazê-las, colocá-las ou usá-las de modo que possam tentar um homem a qualquer pecado, a menos que a necessidade de algum bem maior o exija (assunto sobre o qual falaremos mais logo).

6. Portanto, todas as imagens de tais ídolos ou divindades fictícias são ilícitas, pois tendem a constituir tentação para que alguém creia nelas ou as adore.

7. Portanto, também, todas as imagens de criaturas a quem os outros costumam prestar culto ou honra ilícita são ilícitas quando tendem a ser uma tentação para nós ou para outros a fazer o mesmo. Como entre os papistas, a imagem do crucifixo, da Virgem Maria e dos anjos não pode ser feita, colocada ou usada de modo que possa tentar alguém a adorá-los pecaminosamente, como costumam fazer.

8. A imagem de uma pessoa excessivamente honrada ou falsamente honrada (embora não adorada) não deve ser feita, colocada ou usada de modo a tender a tentar outros também a tal honra. Como a de Maomé, ou de Apolônio (conforme Alexandre Severo colocou a dele e de outros, junto com Abraão e Cristo, em seu *lararium* ou capela privada). E muitos dão honra excessiva por meio de imagens a Alexandre, César e outros grandes ladrões e assassinos da humanidade.

9. É ilícito fazer imagens lascivas de pessoas nuas, e colocá-las ou usá-las de modo que tenda a ser uma tentação à luxúria ou à imodéstia. Um pecado comum de pessoas de imaginações impuras.

10. Também é ilícito representar peças teatrais, honras pomposas, vestes ou edifícios esplêndidos de modo a tender mais a tentar os espectadores a desejos pecaminosos do que a qualquer bem.

11. É ilícito colocar imagens nas igrejas ou em segredo diante de nossos olhos quando estamos adorando a Deus,

quando isso tende a corromper a imaginação ou, ao se apossar dela, a impedir o exercício espiritual da mente. O que constitui o efeito comum das imagens.

12. É ilícito usar imagens de modo escandaloso, como os pecadores supracitados as usam, embora não o façamos com a mesma intenção. Isto é, usá-las de modo que seja interpretativamente ou na aparência externa idêntico ao uso deles; porque, ao agirmos assim, desonraremos a Deus como eles fazem e os endureceremos no pecado. Portanto, imagens em igrejas ou oratórios, naqueles países onde outros as usam de modo pecaminoso, ou próximo a tais países onde o mesmo possa endurecer os homens em seu pecado, é algo mau.

13. É ilícito fazer talismãs ou figuras baseando-se em falsas suposições de que a própria figura dispõe naturalmente a matéria para receber as influências das estrelas, pelas quais preservará os homens de pestes, incêndios, feras, serpentes, doenças ou operará de outro modo maravilhas; o que Gaffarel em vão defende detalhadamente; tais como as que chamam de figuras naturalmente mágicas e encantadoras.

14. Muito mais ilícito é fazer deliberadamente figuras para serem símbolos ou instrumentos por meio dos quais o diabo agirá, quer seja para o bem ou para o mal; sendo ilícito até este ponto fazer uso dele.

15. Da mesma forma ocorre ao fazer tais figuras sob o conceito de que Deus ou os bons anjos agirão nelas ou por meio delas. Como alguns que usam a cruz ou outras imagens para defendê-los dos demônios, para curar dor de dente ou outras doenças, ou uso semelhante; quando

Deus não estabeleceu tais meios para serem usados para tais fins, nem prometeu tal bênção ou operação por meio deles.

16. É ilícito colocar a imagem de um santo ou anjo tutelar em casa, na igreja ou na cidade, sob a suposição de que estaremos mais seguros enquanto essa imagem estiver ali colocada; ou então professar nossa confiança naquele guardião específico. Porque nenhum homem sabe qual anjo Deus estabelece como seu guardião, nem podemos distingui-los; muito menos que ele faça de tal ou tal santo o nosso guardião. E a própria escolha (tola) dos homens de tal personagem para ser o seu guardião não fará com que o seja. Nem Deus estabeleceu ou prometeu abençoar tais imagens.

17. É pecaminoso usar tais imagens amorosas das pessoas em direção às quais a sua luxúria está acesa, pois isso tende a aumentar ou manter essa luxúria, ou a fazer profissão ou ostentação dela. Como as pessoas luxuriosas costumam carregar ou guardar as fotos daqueles por quem estão obcecadas.

18. É ilícito fazer tal uso das fotos de nossos amigos falecidos que tenda a aumentar a nossa dor desordenada por eles.

19. É ilícito fazer tais imagens, monumentos ou memoriais das melhores e mais santas pessoas ou mártires que possam colocar em perigo ou tentar os homens a qualquer veneração desordenada ou confiança nas pessoas honradas.

20. As imagens internas de Deus impressas na imaginação são pecaminosas; e o mesmo ocorre com

outras imagens falsas e pecaminosas como as mencionadas anteriormente, embora não sejam feitas externamente para o uso dos olhos.

21. Penso ser ilícito fazer uma imagem, ou qualquer sinal instituído equivalente, para ser o símbolo comum público da religião cristã (ainda que seja apenas um sinal de profissão); porque, tendo Deus já instituído os símbolos ou *tesseræ* públicas de nossa profissão ou religião cristã, constitui usurpação fazer o mesmo sem a sua comissão. Assim como o rei, tendo feito do uso de uma insígnia de São Jorge e uma estrela o distintivo da Ordem da Jarreteira, veria com maus olhos se alguém fizesse outro distintivo para a ordem, muito mais se o impusesse a todos os membros da ordem; embora eu não presuma condenar isso.

1. Nem todas as imagens pintadas ou esculpidas são ilícitas; pois o próprio Deus ordenou e permitiu o uso de muitas delas no Antigo Testamento. E Cristo não repreende a imagem de César em sua moeda.

2. O uso civil de imagens em moedas, placas de sinalização, estandartes, ornamentos de edifícios, de livros, de aposentos ou de jardins não é ilícito.

3. Visto que a palavra "imagem" é tomada em geral para designar sinais, não há dúvida de que devem ser frequentemente utilizadas; pois todas as palavras de um homem são as imagens, isto é, os significadores de sua mente; e todos os escritos de um homem são as mesmas coisas tornadas visíveis. É, portanto, um erro cego e confuso de alguns hoje entre nós (por outro lado, homens

muito sóbrios e bons) que acusam todas as formas de oração e de pregação como pecaminosas, porque (dizem eles) são ídolos, ou imagens de oração e de pregação; elas não são imagens esculpidas nem pintadas de criatura alguma; mas todas as palavras são ou deveriam ser sinais da mente de quem fala. E se você quiser, *secundum quid* [sob certo aspecto / em certo sentido], chamar apenas os desejos internos pelo nome de oração, então as palavras serão os sinais de tal oração. Mas, porque a oração no sentido pleno é o desejo expresso, as expressões não são os sinais de tal oração, mas parte da própria oração, assim como o corpo é parte do homem. Nem é uma forma, isto é, palavras preconcebidas ou premeditadas (seja na mente ou por escrito), mais uma imagem de oração do que o é a oração extemporânea. Todas as palavras são sinais, mas não mais por serem premeditadas ou escritas. E, de acordo com esta opinião, todos os livros seriam imagens pecaminosas, e todas as notas de sermões, e a própria impressão da Bíblia, e todas as cartas piedosas de um amigo para outro, e todos os catecismos. Os de fora dificilmente acreditarão que uma opinião tão monstruosa como esta seja, nestes mesmos exemplos, defendida por homens que, de outro modo, são tão compreensivos, verdadeiramente piedosos e em tudo irrepreensíveis, como os que a defenderam e defendem no dia de hoje.

4. O fazer e o usar a imagem de Cristo, como nascido, vivendo, pregando, caminhando, morrendo (um crucifixo), ressuscitando, ascendendo ao céu, não é ilícito em si mesmo, embora qualquer um dos acidentes mencionados anteriormente possa torná-lo ilícito em tais

casos. Visto que Cristo foi homem como um de nós, ele pode ser retratado como homem.

Objeção. Sua natureza divina e alma humana são Cristo, e estas não podem ser retratadas; portanto, não se pode fazer uma imagem de Cristo.

Resposta. Não é o nome, mas a coisa de que falo: escolha se quer chamar de imagem de Cristo *secundum corpus* [segundo o corpo], ou uma imagem do corpo de Cristo. Você não pode retratar a alma de um homem, e no entanto pode desenhar a figura do corpo de um homem.

5. É uma grande parte do trabalho do crente ter a imagem de Cristo muito presente em sua imaginação e, portanto, em sua mente. Como se o visse na manjedoura, em suas tentações, em sua pregação, em suas orações, vigílias, jejuns, prantos, fazendo o bem, coroado de espinhos, crucificado, etc.; para que um Salvador crucificado, estando ainda como que diante dos nossos olhos, possamos nos lembrar do preço de nossa redenção e do exemplo que temos a imitar; e que não devemos viver como um rico epulão ou como um César, mas como servos de um Cristo crucificado. Um crucifixo adequa-se bem à imaginação e à mente de um crente.

6. É uma grande parte da verdadeira piedade ver a imagem de Deus no espelho da criação; amar e honrar a sua imagem em seus santos, e todas as impressões de seu poder, sabedoria e bondade em todas as suas obras; e amá-lo e honrá-lo como manifestado nelas.

7. É lícito, por justa ocasião, fazer a imagem do fogo ou da luz como significando a luz inacessível em que se diz que Deus habita, e a glória em que ele aparecerá aos bem-

aventurados no céu. Pois, por meio de muitas dessas semelhanças, a Escritura as apresenta, em Apocalipse 1, 21, 22, etc. E Moisés viu as costas de Deus, a saber, uma glória criada.

8. É lícito representar um anjo em ocasiões justas, em uma semelhança tal como os anjos assumiram em aparições; ou como são descritos em Ezequiel ou em outra parte da Escritura; contanto que não a tomemos por uma imagem de sua verdadeira natureza espiritual, mas por uma representação imprópria deles, semelhante a uma metáfora na fala.

9. É lícito (oportunamente e em circunstâncias adequadas) usar imagens: *1*. Para a memória, *2*. Para uma apreensão mais clara, *3*. Para uma afeição mais apaixonada, mesmo em casos religiosos; o que é comumente chamado de uso histórico delas. Para estes fins, a Bíblia de Genebra, e algumas outras, trazem as histórias bíblicas em imagens impressas; para mostrar aos papistas que não eram contra todas as imagens ou todo uso delas. E assim os homens costumavam pintar o rico epulão em seu banquete, com Lázaro em trapos, sobre as suas mesas, para lembrar-lhes da pecaminosidade da sensualidade. E assim as histórias sagradas são ordinariamente pintadas, como ornamentos úteis de aposentos, os quais podem beneficiar os espectadores.

10. Assim, é lícito honrar a memória de pessoas instruídas, grandes e virtuosas, santos e mártires, conservando suas imagens; e pela contemplação delas ser lembrado do nosso dever e estimulado à imitação delas.

11. É lícito usar hieróglifos, ou imagens que expressem virtudes e vícios, como os homens comumente fazem imagens para decifrar a prudência, temperança, caridade, fortaleza, justiça, etc., e a inveja, preguiça, orgulho, luxúria, etc. Como fazem dos cinco sentidos, e das quatro estações do ano, e das diversas partes da idade do homem, e das diversas classes e qualidades de pessoas, etc.

12. Assim, é lícito representar o diabo e os ídolos, quando isso tende apenas a torná-los odiosos. Pois, assim como não devemos tomar os seus nomes em nossas bocas, isto é, quando isso tende a honrá-los ou a tentar os homens a isso; e no entanto podemos nomeá-los como Elias fez em escárnio, ou como os profetas fizeram por repreensão do pecado; o mesmo ocorre ao fazer representações deles. Assim como um bêbado pode ser pintado em sua sujeira e tolice para trazer vergonha e ódio sobre o pecado.

13. É lícito usar hieróglifos em vez de letras, no ensino de crianças, ou em cartas a amigos; ou fazer imagens para servirem de caracteres em vez de palavras, e assim usá-las mesmo em assuntos sagrados.

14. Assim como é lícito usar sinais arbitrários de profissão mesmo em relação a coisas sagradas, os quais não significam mais do que palavras, e têm por natureza ou costume aptidão para tal uso; enquanto isso não se estender além de abrir nossas próprias mentes; da mesma forma pode ser lícito usar tal imagem de caráter ou hieroglífica para esse fim, quando tiver a mesma aptidão, mas não de outro modo. Assim como uma figura circular ou anel, sendo um hieróglifo de perpetuidade e, portanto, de constância, é usado como uma profissão

significativa de constância no casamento; e assim o recebimento do retrato um do outro poderia ser usado. E assim, ao fazer uma aliança, ou fazer um juramento, o sinal de profissão é deixado ao costume do país; quer signifiquemos o nosso consentimento por gesto, palavras, ação ou escrita. E assim como é lícito fazer uma imagem em um selo que tenha uma significação sagrada (como um coração ardente sobre um altar, uma Bíblia, um santo orando, etc.), bem como escrever um lema religioso em um selo; da mesma forma é lícito colocar este selo em um pacto subscrito com Deus e sua igreja, ou com o nosso rei e país, quando temos um chamado legítimo para selar tal pacto. Mas se a lei ou o costume fizesse de tal selo a insígnia ou símbolo público comum da religião cristã, penso que se tornaria ilícito.

Pelo que sei, o crucifixo poderia ter sido usado arbitrariamente como um selo, ou como um sinal de profissão transitório e arbitrário, assim como a cruz foi pelos antigos no início. Se alguém tivesse me escarnecido por crer em um Cristo crucificado, não sei por que não poderia ter feito um crucifixo por arte, ato ou gesto, para dizer-lhe que não me envergonho de Cristo; tão bem quanto posso dizer-lhe isso por palavra de boca. Mas se a instituição ou costume dos homens fizer disso um símbolo ou insígnia de um cristão, e o entrelaçar no batismo, ou o adjungir como um sinal de dedicação e como o símbolo comum de profissão que cada pessoa batizada deve usar, para significar e declarar que não se envergonha de Cristo crucificado, mas crê nele, e lutará varonilmente sob a sua bandeira contra a carne, o mundo e o diabo até a morte: embora ele chame isso apenas de um sinal de profissão, e diga que apenas significa a sua

própria mente, e não o ato e a graça de Deus; eu desejaria distinguir entre um ato de profissão privado ou arbitrário e uma insígnia comum pública e símbolo de profissão de nossa religião; e diria a ele que penso que a instituição deste último pertence somente a Deus; e que ele fez dois sacramentos para esse fim; os quais são essencialmente tais símbolos e insígnias de nossa profissão, e são sinais de dedicação por parte de quem os recebe; e que Cristo crucificado é a principal graça ou misericórdia dada à igreja, e o seu sacrifício é o seu próprio ato: e, portanto, objetivamente, a graça e o ato de Deus também são aqui significados; e, portanto, por duas razões somadas, temo que este uso do crucifixo seja um pecado: *Primeiro*, por ser uma imagem (ainda que transitória) usada como meio no culto de Deus e, portanto, proibida no segundo mandamento (pois não é uma mera circunstância de culto, mas um ato externo de culto). *Segundo*, porque é um novo sacramento humano, ou tem muito da essência de um sacramento, sendo assim uma usurpação de sua prerrogativa de quem fez os sacramentos: pois, como eu disse, pertence ao rei fazer a insígnia ou símbolo comum de seus próprios súditos, ou de qualquer ordem por ele honrada. E o general distribui as suas próprias cores; e embora se possa arbitrariamente usar outra cor, contudo, se alguém distribuir cores comuns ao seu exército, regimento ou tropa além das dele, para ser o símbolo ou insígnia de seus soldados, penso que ele consideraria isso como ousadia excessiva. Contudo, se apenas um capitão inferior desse cores subordinadas, não para notificar um soldado do exército como tal, mas para distinguir a sua tropa do resto, não seria tanto quanto o outro. Da mesma forma, se um bispo ou governante fizesse apenas um

símbolo pelo qual os cristãos sob seu encargo pudessem ser distinguidos de todos os outros, e não como uma insígnia do próprio cristianismo, embora eu não veja razão para tal distinção, e possa ser falho por outro lado, ainda assim não seria esta usurpação de instituição sacramental de que agora falo. Nem todos os sinais de profissão são símbolos do cristianismo. Cristo já fez bem a sua própria obra; as suas cores, sacramentos ou símbolos são suficientes; não precisamos inventar mais, e acusar as suas instituições de insuficiência; nem criar mais trabalho para nós mesmos na religião, quando deixamos por fazer tanto do que ele nos ordenou.

15. Nem todo abuso de imagens nos justificará a nos separarmos da igreja que as abusa; nem é todo abuso desse tipo idolatria. Se a igreja ou os nossos governantes, contra a nossa vontade, colocarem imagens de forma inconveniente nas igrejas, podemos legitimamente estar lá, contanto que não sejam símbolos de culto a ídolos, ou de uma religião ou culto tão pecaminoso na substância que Deus não o aceite; e contanto que nós mesmos não façamos uso pecaminoso daquelas imagens inconvenientes. Embora a mera tentação e o escândalo as tornem pecaminosas naqueles que as abusam e as colocam; contudo, aquele que não é o autor daquela tentação ou escândalo não deve abandonar o culto de Deus pelo fato de tais coisas estarem presentes, nem deve ser interpretado como consentidor delas, enquanto comparecer apenas para o culto legítimo (e talvez tenha oportunidade adequada em outros momentos para professar a sua discordância).

16. É lícito preservar o amor honesto e sóbrio aos nossos amigos, conservando seus retratos; ou mostrar o nosso amor por meio de monumentos decentes.

17. Onde pudermos usar as próprias criaturas para nos beneficiar pela vista, podemos (ordinariamente) usar as imagens dessas criaturas. Assim como a visão de árvores, frutos, cidades, etc., pode nos deleitar e nos lembrar do poder, sabedoria e bondade de Deus (ou a visão do sol, da lua, das estrelas, etc.); o mesmo ocorre com as figuras das mesmas coisas. E assim como um corpo morto, um esqueleto ou uma caveira pode nos lembrar proveitosamente do nosso fim; o mesmo ocorre com a imagem de qualquer uma dessas coisas, a qual podemos conservar de forma mais conveniente.

18. Não é ilícito orar diante ou em direção a uma imagem, em um aposento onde as imagens são colocadas apenas para ornamento, e não temos respeito a elas como meio ou objeto de nosso culto (exceto por acidente, como mencionado anteriormente).

19. Não é ilícito fazer uma imagem (fora dos casos de mal acidental antes nomeados) para ser *objectum vel medium excitans ad cultum Dei* [objeto ou meio que excita ao culto de Deus], um objeto ou meio de nossa consideração, estimulando nossas mentes a adorar a Deus. (Assim como uma caveira, ou um crucifixo, ou uma imagem histórica de Cristo ou de algum homem santo, sim, a visão de qualquer uma das criaturas de Deus pode ser tão santamente usada a ponto de despertar em nós um afeto de adoração, sendo assim um meio de culto que desperta ou atua eficientemente). Mas criatura alguma, ou imagem (penso eu), pode legitimamente ser feita o meio de culto

ou termo, *in genere causæ finalis* [no gênero de causa final], um meio adorado, ou o termo, ou a coisa que adoramos mediamente, sob o pretexto de representar a Deus, e de que o adoramos nela em última análise. E considero ser esta a coisa proibida diretamente no segundo mandamento; a saber: adorar uma criatura (com mente ou corpo) no ato do culto divino, como representando a Deus, ou como o termo mediador de nosso culto, pelo qual o enviamos a Deus, como se lhe fosse mais aceitável. De modo que é lícito, pela visão de um crucifixo, ser provocado a adorar a Deus; mas é ilícito oferecer-lhe esse culto oferecendo-o primeiro ao crucifixo, como o sinal, caminho ou meio de enviá-lo a Deus.

20. Contudo, uma criatura pode ser honrada ou adorada com o culto que lhe é devido, por meio de tal termo representativo ou imagem. Se o rei ordenar aos seus súditos que se curvem diante de sua imagem ou trono quando ele estiver ausente, como um ato de honra ou culto humano a si mesmo, é lícito fazê-lo, não o tendo Deus proibido. Mas Deus nos proibiu de fazer o mesmo em relação a si mesmo, porque ele não tem imagem, e não está confinado a lugar algum, e para evitar o perigo e a aparência de idolatria.

21. No entanto, é lícito levantar nossas mãos e olhos em direção ao céu, como o lugar da glória de Deus; e não condeno as antigas igrejas que adoravam em direção ao oriente. Mas não era ao céu, ou ao sol, ou ao oriente que adoravam, ou para os quais enviavam o seu culto, como qualquer *terminus medius* [termo médio], ou coisa

mediamente adorada; mas apenas ao próprio Deus, cuja glória está nos céus.

Questão 114. São lícitas as peças teatrais nas quais se personificam os virtuosos e os viciosos?

Visto que isto é um tipo de representação por imagens, a questão pode ser aqui convenientemente tratada. Mas já disse tanto anteriormente sobre peças teatrais e o pecado que nelas se pratica, na Parte 1, Capítulo 18, que nada mais tenho a dizer aqui, senão apenas decidir este caso de consciência específico sobre elas.

Como não desejo empurrar homem algum para extremos, nem perturbar os homens chamando de pecados aquelas coisas que Deus não proibiu, tenho motivos para aconselhar os homens a seguirem, em casos duvidosos, pelo lado mais seguro, muito mais para dissuadi-los do pecado indubitável e, especialmente, de pecados grandes e multiplicados; e, portanto, devo decidir a questão desta forma:

1. Não é absolutamente ilícito personificar outro homem, nem o segundo mandamento proíbe tais imagens vivas nesta extensão. Passo por alto o exemplo da mulher de Tecoa, em 2 Samuel 14; porque a mera história não prova a legitimidade. Mas o fato de Paulo falar como de si mesmo e de Apolo as coisas que concerniam a outros era aprovável; e, assim como Cristo frequentemente ensinava por parábolas, também as suas parábolas eram uma descrição do bem e do mal por meio de história fictícia, como se tais e tais coisas tivessem sido feitas por pessoas que nunca existiram. E esta ficção não constitui falsidade;

pois o ouvinte sabe que não se trata de uma narrativa histórica, mas de uma parábola; e trata-se apenas de uma imagem em palavras, ou uma doutrina pintada. E se uma pessoa e uma ação podem ser fingidas por palavras, não sei onde é proibido representá-las por representação pessoal. Portanto, personificar outro não é simplesmente um pecado.

2. Personificar homens bons em ações boas não é simplesmente ilícito; porque: *Primeiro*, não é ilícito enquanto personificação, como se demonstrou. *Segundo*, nem como mentira; porque não se trata de uma afirmação, mas de uma representação; nem é assim considerada.

3. Personificar um homem mau, em uma ação má, é mais duvidoso; mas parece não ser ilícito em todos os casos. Passando por alto o fato de Davi fingir-se de louco (como de qualidade incerta), é comum entre os pregadores proferir frequentemente as palavras de homens ímpios, como que em seus nomes ou pessoas, para os envergonhar; e Provérbios 5:11-12 aproxima-se disso. E se Jó é uma história ou um diálogo personificando tais oradores é algo de que duvidam os expositores mais instruídos.

4. Penso ser possível conceber e encenar uma comédia ou tragédia que seja legítima e muito edificante. Poderia ser assim organizada por homens sábios.

5. Penso que nunca conheci ou ouvi falar de uma peça teatral, comédia ou tragédia legítima na época em que vivi; e que aquelas agora comumente usadas não são

apenas pecados, mas pecados hediondos e agravados, pelas seguintes razões:

Primeira, elas personificam vícios odiosos de forma comumente viciosa; isto é: 1. Sem necessidade, recitando palavras pecaminosas e representando ações pecaminosas; as quais, assim como eram más na primeira prática, também o são na repetição desnecessária (Efésios 5:3-4, 12: "Mas a fornicação, e toda a impureza, ou avareza (ou cobiça), nem sequer se nomeie entre vós, como convém a santos; nem torpezas, nem parvoíces, nem chocarrices, que não convêm; mas antes ações de graças. — Porque o que eles fazem em oculto até dizê-lo é torpe"). 2. Porque são faladas e encenadas comumente sem aquela vergonha, ódio e dor que deveriam justamente afetar os ouvintes com uma aversão a elas; e, portanto, tendem a reconciliar os homens com o pecado, e a tentá-los a considerá-lo apenas como motivo de esporte.

Segunda, costuma haver tantas palavras materialmente falsas (embora não mentiras propriamente ditas) usadas em tais encenações do bem e do mal que isso se torna desagradável e tende a tentar os homens à ficção e ao falar falso.

Terceira, costuma haver tal multidão de palavras vãs derramadas sobre as circunstâncias que constituem um pecado em si mesmas, e tentam os ouvintes ao mesmo erro.

Quarta, elas costumam misturar expressões ou ações amorosas ou outras expressões e ações de enlaçar que são adequadas para acender as paixões pecaminosas dos

homens, e para serem tentações aos males que pretendem curar.

Quinta, grande parte do tempo precioso é desperdiçada nelas, o qual poderia ter sido muito melhor empregado para todos os fins legítimos que possam pretender.

Sexta, constitui a preferência por uma recreação inadequada e perigosa em detrimento de muitas outras mais adequadas. Tendo-nos Deus permitido tão grande escolha de recreações melhores, não pode ser lícito escolher uma pior. O corpo, que mais necessita de exercício, com a maioria dos espectadores, não tem exercício algum; e a mente poderia ser muito mais proveitosamente recreada de muitas maneiras, pela variedade de livros, de conversação, pela contemplação de Deus e de suas obras, pelos pensamentos antecipados da glória celestial, etc. De modo que é ilícita, por ser inadequada aos seus pretendidos fins.

Sétima, geralmente se adequa melhor às mentes mais carnais, e corrompe mais as afeições e paixões, como a experiência plena o prova: aqueles que mais as amam e usam não são reformados por elas, mas comumente são as pessoas mais desregradas, ímpias e sensuais.

Oitava, as melhores e mais sábias pessoas são as que menos as apreciam, e comumente são as que mais se opõem a elas. E estas são as mais capazes de fazer a experiência sobre o que mais ajuda ou prejudica a alma. Portanto, quando os sensuais dizem: "Nós lucramos com elas tanto quanto com os sermões", apenas falam de acordo com os seus sentidos e paixões. Assim como alguém que sofre de anemia pode dizer que carvão, argila

e cinzas fazem mais bem do que comida; porque não está em condições de julgar tão bem quanto aqueles que gozam de um estado e apetite saudáveis. E raramente agrada à consciência de um homem moribundo lembrar-se do tempo que passou em peças teatrais.

Nona, geralmente gasta-se muito dinheiro com elas, o qual poderia ser melhor empregado e, portanto, é ilícito.

Décima, Deus estabeleceu um meio determinado de instruir as almas, por pais, ministros, etc., o qual é muito mais adequado e poderoso; portanto, esse tempo seria melhor aproveitado. E é duvidoso se as casas de espetáculos não seriam um meio determinado de instituição humana, erguido para o mesmo pretenso uso que a igreja e o ministério de Cristo, e assim estivessem contra o segundo mandamento. De minha parte, não posso defendê-las, se alguém disser que o diabo fez imitativamente dessas as suas igrejas, em competição com as igrejas de Cristo.

Décima primeira, parece-me um pecado hediondo os atores viverem disso como um comércio e função, e serem educados para isso, e mantidos nisso. Aquilo que poderia ser usado como recreação não pode sempre ser transformado em comércio.

Décima segunda, não há menção de que tais peças tenham sido usadas nos tempos bíblicos por qualquer pessoa piedosa.

Décima terceira, os cristãos e igrejas primitivas eram comumente contra elas; muitos cânones ainda podem ser vistos pelos quais as condenavam. Leia apenas o Dr. J. Reignolds contra Albericus Gentilis, e verá testemunhos

irrefutáveis de concílios, pais da igreja, imperadores, reis e de toda a antiguidade sóbria contra elas.

Décima quarta, milhares de jovens em nosso tempo foram arruinados por elas; alguns na força, e muitos aprendizes que extrapolam em suas contas, negligenciam os negócios de seus senhores e se voltam para a embriaguez, a libertinagem e a devassidão confessam que as peças teatrais não foram a menor ou a última das tentações que os derrubaram.

Décima quinta, o melhor que se pode dizer dessas peças é que são controversas e de legitimidade duvidosa; mas existem outros meios suficientes de legitimidade indubitável e incontroversa para os mesmos fins honestos; e, portanto, é pecado fazer o que é duvidoso sem necessidade.

Por todas estas razões, aconselho a todos os que amam o seu tempo, as suas almas, o seu Deus e a sua felicidade que se afastem desses viveiros de vícios e se deleitem na lei e nos estatutos de seu Salvador (Salmo 1:2-3).

Questão 115. É em algum caso ilícito usar os símbolos e insígnias conhecidos da idolatria?

Resposta 1. Ordinariamente é ilícito, sendo a coisa proibida no segundo mandamento. Pois aquele que os usa: 1. É corporalmente idólatra, quaisquer que sejam os seus pensamentos secretos. 2. E é interpretativamente um idólatra, e realmente persuade outros a sê-lo.

2. Contudo, embora nenhum homem possa jamais usar tais símbolos de idolatria *formaliter* [formalmente] *qua*

tales [como tais]; no entanto, *materialiter* [materialmente] ele pode usá-los em alguns casos.

Como:

1. Quando um idólatra toma uma ordenança de Deus e um dever ordenado, e os transforma em símbolo de sua idolatria (como no exemplo anterior dos muçulmanos). Não devemos, por causa disso, abandonar esse dever; mas devemos realizá-lo de tal maneira que se possa desautorizar suficientemente o uso que o idólatra faz dele. Assim como se quaisquer idólatras fizessem um símbolo de alguns textos bíblicos, ou do dia do Senhor, ou do pão e do vinho sacramentais, etc., não devemos, por causa disso, deixar de usá-los.

2. Quando uma coisa indiferente é transformada em símbolo ou insígnia idólatra, embora eu não deva usá-la como os idólatras fazem, contudo, se qualquer ato da Providência Divina fizer com que ela se torne necessária como um dever moral, posso ser obrigado a usá-la, rejeitando a maneira e o fim do idólatra; e então se saberá que não a uso como símbolo deles. Como no caso de um homem que, por fome ou desmaio, estivesse morrendo em um templo de ídolos; eu poderia dar-lhe de comer e beber ali para salvar-lhe a vida, embora tal alimento fosse uma insígnia da idolatria deles, enquanto rejeito os seus fins e uso. A razão é: 1. Porque em tal momento trata-se de um dever natural, e, portanto, não pode ser omitido por medo de escândalo ou de pecado aparente, o que naquele momento não constitui pecado. 2. Porque Cristo nos ensinou, no exemplo de si mesmo e de seus discípulos, que os mandamentos positivos cedem lugar

aos naturais, *ceteris paribus* [permanecendo constantes as demais circunstâncias]. E que o sábado foi feito por causa do homem, e não o homem por causa do sábado; e que devemos aprender o que significa: "Misericórdia quero, e não sacrifício". E se devemos quebrar o repouso do sábado para a vida, sim, para a alimentação de um boi ou jumento, muito mais de um homem; e os aspectos positivos do segundo mandamento devem ser regulados como os aspectos positivos do quarto. 3. E o escândalo em tal caso pode ser evitado declarando-se que rejeito o uso e os fins deles.

Em um país onde curvar-se ou estar descoberto diante do príncipe é um costume civil de honra, se o príncipe fosse um Calígula e ordenasse aos súditos que o adorassem e à sua imagem como a um deus, e fizesse do curvar-se, ajoelhar-se ou estar descoberto a insígnia ou símbolo disso; aqui eu ordinariamente evitaria até mesmo aquilo que antes era um dever, porque era apenas por acidente um dever, e agora interpretado como um pecado hediondo. Mas, caso a vida de qualquer homem dependesse disso, ou se o escândalo sobre a religião por eu negar a honra civil ao príncipe fosse maior e de consequência mais perigosa do que o escândalo da aparência de idolatria, eu realizaria aquela honra civil que realizava antes, e que Deus me ordena realizar ao meu príncipe. Mas evitaria o escândalo protestando abertamente (oportunamente) contra a idolatria.

Questão 116. É ilícito usar a insígnia ou símbolo de qualquer erro ou seita no culto de Deus?

Resposta 1. É ilícito usá-lo formalmente como tal.

2. Mas não materialmente, quando: 1. Existem razões justas e ponderosas para isso. 2. E eu posso desautorizar o erro.

Cada seita de cristãos errantes costuma, consequentemente, errar no culto, e possui alguma insígnia e símbolo de sua seita e erro. Pois: 1. Todas as seitas e pessoas errôneas podem transformar palavras e deveres santos em símbolos de seus erros. 2. Todos os cristãos no mundo, sendo imperfeitos, às vezes erram em matéria ou maneira em seu culto. E aquele que quiser evitar materialmente todas as insígnias ou símbolos de seus erros não terá comunhão com igreja ou cristão algum. 3. Assim como devemos fazer o nosso melhor para evitar todos os seus erros, para que não os escolhamos e os tornemos formalmente nossa própria prática (como tautologias, repetições vãs, desordens, frases inadequadas, etc. Nós mesmos, quando somos os oradores, devemos fazer o melhor que pudermos); da mesma forma não devemos, por causa disso, nos separar daqueles que os usam, nem negar-lhes a nossa comunhão quando os usam; caso contrário, teríamos de nos separar de todos os outros, e todos os outros de nós. 4. Mas, quando estivermos presentes com eles, nossas mentes devem desautorizar todas as falhas da oração mais santa do mundo em que nos unimos: podemos ser obrigados a permanecer com eles e nos unir em tudo o que for bom e justificável, e no entanto, à medida que avançamos, desautorizar em nossas mentes tudo o que sabemos estar errado.

Questão 117. Tornam-se ilícitas para nós todas as coisas indiferentes que forem abusadas no culto idólatra?

Resposta. Deve-se distinguir: *1*. Do símbolo da idolatria de que se falou anteriormente, e outros abusos secundários. *2*. De um abuso cometido em eras passadas ou países remotos, e em nossa própria era e país. *3*. Das razões que nos convidam a usá-los, quer sejam necessárias ou não.

1. O caso dos símbolos ou insígnias não é aqui tratado, mas sim outros abusos.

2. Um abuso cometido na época e local em que vivemos, ou em qualquer outro, que pelo escândalo encorajará outros ao mesmo erro, não deve ser tolerado sem que uma razão muito grande prevaleça visivelmente sobre as consequências ruins.

3. Contudo, em muitos casos, tais coisas indiferentes abusadas podem depois ser legitimamente usadas pelos crentes. Por exemplo:

1. Os nomes podem ser coisas indiferentes, abusadas na idolatria, e no entanto legitimamente usadas por nós; como os nomes Deus, *Deus*, Senhor, santo, justo, bom, templo, altar, sacrifício, sacerdote, céu, sol, lua, Júpiter, Saturno e cem outros; refiro-me a estas letras e sílabas nestes idiomas. Que estes nomes são todos em si mesmos indiferentes parece pelo fato de não serem naturalmente necessários, nem por instituição de Deus, mas sinais arbitrários de invenção e escolha humana; pois podemos facilmente e legalmente criar novas palavras para significar todas as mesmas coisas que estes nomes

significam. E que são abusados na idolatria é notoriamente conhecido; e que no entanto são legitimamente usados, a prática de todos os cristãos, ingleses e latinos, mesmo os mais escrupulosos deles mesmos, o demonstra.

2. E o uso de templos (estes templos individuais que foram usados na idolatria) é lícito.

3. O mesmo se aplica a sinos, púlpitos, cálices, mesas e fontes batismais, e outros utensílios.

4. A própria Bíblia, como sendo este livro individual de preferência a outro, é uma coisa indiferente; no entanto, pode ser lida após ter sido abusada na idolatria.

5. Se o rei quisesse não apenas dar as vestes, mas as moedas, terras, senhorios, casas que foram consagradas ou de outro modo abusadas na idolatria a quaisquer pessoas pobres, ou à maioria dos escrupulosos, eles considerariam legítimo recebê-las e usá-las; sim, é lícito dedicar as mesmas terras e moedas depois a usos santos, e manter o culto religioso.

6. De outro modo, estaria no poder de qualquer idólatra, sempre que quisesse, privar todo o mundo cristão de sua liberdade cristã, e tornar nada indiferente para nós, visto que podem abusar de todas as coisas.

7. Sim, quase nada seria então indiferente, não havendo quase coisa alguma que alguma pessoa em algum momento e lugar não tenha abusado na idolatria.

8. Se a questão for apenas sobre todas as coisas individuais abusadas na idolatria, a decisão agora dada se manterá firme; mas se for também sobre todas as

espécies de tais coisas, seria uma desonra à razão de um homem fazer disso uma questão.

Questão 118. Podemos usar os nomes dos dias da semana com os quais a idolatria honrou os seus ídolos, como domingo, segunda-feira, sábado e os demais? E o mesmo quanto aos meses?

Resposta 1. Seria desejável que o costume fosse alterado; *1.* Porque os nomes foram grosseiramente abusados; *2.* E não temos necessidade deles; *3.* E, assim como os papistas dizem: "Os nossos monumentos, nomes de templos e outras relíquias entre vós provam que a nossa é a religião antiga, e mantêm a posse para nós até que ela seja restaurada", da mesma forma dizem os pagãos a todos os cristãos: "Os próprios nomes de vossos dias e meses provam que a nossa religião é mais antiga que a vossa, e mantêm a posse para nós até que ela seja restaurada".

2. Convém que, com sabedoria, cumpramos o nosso dever em direção à reforma deste abuso.

3. No entanto, o longo costume e a sã doutrina eliminaram de tal modo o escândalo e os efeitos ruins que, antes de ser um motivo de ofensa a qualquer pessoa por uma aparente singularidade, é tão lícito ainda usar estes nomes quanto o foi para Lucas usar os nomes de Castor e Pólux, Júpiter e Mercúrio, de forma histórica.

4. Em tais casos, a verdadeira solução da questão deve ser obtida pesando-se os acidentes e as consequências previstas de forma sábia e imparcial; e aquele que puder

prever qual caminho provavelmente fará mais bem ou mal poderá conhecer satisfatoriamente o seu dever.

Questão 119. É lícito orar em segredo quando entramos pela primeira vez na igreja, especialmente quando a igreja está ocupada com outra atividade?

Resposta 1. Esta é uma coisa sobre a qual Deus não nos deu uma lei particular; mas as leis gerais devem nos regular: "Faça-se tudo decentemente, em ordem e para edificação".

2. Nosso grande e principal objetivo ao vir à assembleia da igreja é nos unirmos a ela no culto público; e é isso que, consequentemente, como nosso grande objetivo, devemos pretender e fazer.

3. Em um lugar onde a superstição faz com que pessoas ignorantes pensem ser uma questão de necessidade começar com uma oração secreta quando a igreja está ocupada com outra atividade, o uso disso é ainda mais escandaloso, pois as incentiva em seu erro.

4. O melhor caminho é chegar antes de o culto público começar, e então aqueles que acham isso mais decente podem fazê-lo sem escrúpulos ou justa ofensa.

5. Mas, assim como o coração de um homem pode elevar uma breve jaculatória enquanto ele caminha pela igreja, sem perder o que mais ele poderia ouvir, da mesma forma um homem pode ser tão breve de joelhos que sua perda será pequena; e se o seu ganho supera a perda daquele pouco tempo, ele próprio pode julgar melhor do

que outrem. Portanto, embora eu prefira manter a concórdia com a assembleia em nossa devoção, contudo estas são coisas nas quais mal convém aos cristãos julgar ou desprezar uns aos outros; e considerarei, de ambos os lados, o julgar e o desprezar aqueles que divergem de nós como um pecado muito maior do que o fazer ou não fazer a coisa em si.

Objeção. Não é isso chamado em Eclesiastes 5:1-2 de "o sacrifício de tolos, que não sabem que fazem mal"?

Resposta. Não: tenho me maravilhado ao ouvir esse texto tão comumente deturpado dessa forma. O texto diz: "Guarda o teu pé, quando fores à casa de Deus; e aproxima-te mais para ouvir do que para dar o sacrifício de tolos...". O que significa nada mais do que ser imaginação e costume dos tolos pensar que agradam a Deus com seus sacrifícios e trazendo algo a ele, enquanto recusam ou negligenciam ouvir os seus mandamentos e obedecer-lhe. Ao passo que a obediência é melhor do que o sacrifício; e o sacrifício dos ímpios é abominação para o Senhor; e o que desvia os seus ouvidos para não ouvir a lei, até a sua oração será abominável; e, porque odeiam a instrução, clamarão e Deus não os ouvirá. Portanto, sê primeiro cuidadoso em ouvir o que Deus te diz, e em aprender a sua vontade e fazê-la, e depois traze o teu sacrifício a ele: deixa a tua oferta diante do altar, e vai reconciliar-te com o teu irmão; obedece primeiro, e depois vem e oferece a tua oferta. Este é todo o significado do texto. Veja também Salmo 50:8, e compare estes textos citados, 1 Samuel 15:22; Provérbios 15:8; 21:17; Mateus 5, etc. Mas se devemos começar com

oração ou com audição quando entramos na igreja, Deus deixou à prudência para ser decidido pelas regras gerais.

Questão 120. Pode o pregador ajoelhar-se no púlpito e fazer as suas orações particulares quando está na assembleia?

Resposta. Esta terá a mesma resposta que a anterior; e, por isso, não cansarei o leitor com mais detalhes.

Questão 121. Pode um ministro orar publicamente em seu próprio nome individualmente, por si mesmo ou por outros? Ou apenas em nome da igreja, como boca dela diante de Deus?

Resposta. É bom ser tão exato na ordem e na decência quanto pudermos; mas aqueles que não querem que as cerimônias de outros homens sejam introduzidas sob esse pretexto não devem introduzir suas próprias doutrinas inventadas.

1. É certo que toda a assembleia vem ali não apenas para ouvir uma oração, mas para orar tanto quanto o ministro; e, portanto, a prática de todas as igrejas no mundo (como se vê em todas as liturgias) é que o ministro fale no plural e comumente ore em nome da igreja. E, assim, ele é tanto o guia quanto a boca deles na oração. Portanto, mesmo quando ele ora por si mesmo, costuma ser mais adequado (ou muito adequado) que ele diga: "Nós te rogamos, concede ao orador o teu auxílio", etc., em vez de "Eu te rogo".

2. E mesmo subjetivamente não é inconveniente falar de si mesmo na terceira pessoa: "Concede-lhe", ou "Concede ao orador o teu auxílio", em vez de "Concede-me".

3. Mas aqueles que estabelecerem uma necessidade em qualquer uma dessas formas, e considerarem o contrário um pecado, devem ter mais conhecimento do que eu para serem capazes de prová-lo.

Pois:

1. No último caso, o ministro não ora em sua própria pessoa, mas apenas por sua própria pessoa, quando diz: "Nós te rogamos, concede-me o teu auxílio", etc.

2. E não conheço palavra de Deus que diga que o ministro é apenas a boca do povo, ou que ele deve falar apenas em nome deles, ou que ele não possa orar por si mesmo ou por eles em sua capacidade ministerial na primeira pessoa.

Pois:

1. Ele é um ministro de Cristo para a igreja, e não o ministro da igreja propriamente. E ele é subordinado a Cristo em seu ofício sacerdotal, bem como em seu ofício de ensino e governo; e os sacerdotes sempre consideravam como seu ofício não apenas falar como a boca do povo, mas como submediadores ou intercessores por eles diante de Deus; e assim como então eram tipos de Cristo por estarem entre Deus e o povo, da mesma forma eram seus oficiais tanto quanto tipos; e assim são os seus oficiais até o dia de hoje; e, assim como ensinam e governam em seu nome por ofício, da mesma forma intercedem em seu nome. Todos os homens confessam

que podem fazer isso em particular; e onde é proibido que se faça em público?

2. E há alguns casos em que é mais adequado que seja assim. Isto é, quando se supõe que a congregação não se une a ele. Como: *Primeiro*, quando toda a igreja caiu em algum erro de julgamento (como todos têm muitos) e ele sabe que eles diferem dele, é mais adequado que ele ore como um subintercessor por eles em sua própria pessoa do que falar como na pessoa deles, os quais ele sabe que não se unem a ele. Pois isso conteria uma falsidade evidente. *Segundo*, se toda a igreja tiver caído em algum pequeno pecado do qual a sedução ainda os impede de se arrependerem, seria melhor confessá-lo e professar tristeza por ele em sua própria pessoa do que na pessoa deles que não se unem a ele nisso. *Terceiro*, quando ele ora por algo para si e para eles que está acima da compreensão deles (como por **Direção** em algumas controvérsias difíceis, etc.), não sei se ele está obrigado a falar no nome deles que não o compreendem.

Portanto, este não é um assunto para os cristãos que não estão possuídos por um temperamento orgulhoso, implicante, presunçoso e briguento censurarem ou desprezarem um ministro; nem deveria alguém introduzir na igreja essa falsa doutrina de invenção humana de que o ministro deve apenas orar em público como a boca do povo. Mas o poder do preconceito é grande.

Questão 122. Pode o nome sacerdotes, sacrifício e altares ser legalmente usado agora em vez de ministros de cristo, culto e santa mesa?

Resposta 1. Aquele que os usa com o desígnio de introduzir a transubstanciação papista e o sacrifício real da missa comete um pecado hediondo em tal desígnio e uso.

2. Em uma época e lugar onde não possam ser usados sem escândalo, ou sem tentar ou encorajar qualquer pessoa em seus erros, o escândalo será um pecado grave.

3. O Novo Testamento usa todos os nomes gregos que traduzimos por sacerdotes, sacrifício e altares, portanto podemos usar os mesmos em grego; e nossa tradução e nomes em português não são intoleráveis. Se "sacerdote" vem de presbítero, não preciso provar isso; se não vem, contudo todos os ministros são subordinados a Cristo em seu ofício sacerdotal tão essencialmente quanto no restante. E em Apocalipse 1:6; 5:10; 20:6, diz-se que somos ou seremos feitos sacerdotes de Deus e para Deus. E em 1 Pedro 2:5, somos "um sacerdócio santo" e, no versículo 9, um "sacerdócio real"; se isso é dito de todos, então especialmente dos ministros.

E a palavra sacrifício é usada para nós e para o culto que oferecemos, em 1 Pedro 2:5; Hebreus 13:15-16; Filipenses 4:18; Efésios 5:2; Romanos 12:1.

E Hebreus 13:10 diz: "Temos um altar do qual não têm direito de comer...", etc. E a palavra é frequentemente usada no Apocalipse, capítulo 6:9; 8:3, 5; 16:7, etc., em relação aos tempos do evangelho. Não devemos,

portanto, ser briguentos contra os meros nomes, a menos que sejam abusados para algum uso ruim.

4. Os antigos pais e igrejas sempre usaram todas essas palavras tão familiarmente, sem qualquer questionamento ou escrúpulo levantado sobre elas, seja pelos ortodoxos ou por quaisquer heréticos de que no momento eu consiga me lembrar de ter lido, que deveríamos ser ainda mais cautelosos em como condenamos as meras palavras, para não darmos de lá vantagem aos papistas para fazerem dizer aos seus seguidores que toda a antiguidade estava do lado deles; o que seria muito fácil para eles provarem, se a controvérsia fosse apenas sobre os nomes. Os extremos e a imprudência apaixonada dão aos adversários grandes vantagens.

5. Os nomes de sacrifício e altar foram usados pelas antigas igrejas não propriamente, mas meramente em alusão aos sacrifícios e altares judaicos e pagãos, juntamente com um uso figurado a partir das razões cristãs dos nomes.

Assim como a Ceia do Senhor é verdadeiramente a comemoração do sacrifício de Cristo; e por isso chamada pelos protestantes de um sacrifício comemorativo; de modo que a nossa controvérsia com os papistas não é se ela pode ser chamada de sacrifício, mas se ela é apenas o sacramento de um sacfício, ou um sacrifício sacramental, comemorativo, ou também um sacrifício real e próprio do próprio corpo e sangue de Cristo. Pois reconhecemos que "Isto é um sacrifício" não é uma fala mais figurada do que "Isto é o meu corpo e sangue".

6. No entanto, deve-se notar que a Escritura usa a palavra sacrifício em relação a nós mesmos, e às nossas ações de graças, e louvores, e obras de caridade, de preferência à Ceia do Senhor; e a palavra sacerdotes, de todos os homens, leigos ou clérigos, que oferecem estes sacrifícios supracitados a Deus. Embora os antigos doutores os usassem familiarmente, por via de alusão, em relação ao sacramento e aos seus administradores.

7. Em uma palavra, assim como nenhum cristão deve usar estas ou quaisquer palavras para falsos fins ou sentidos, ou propósitos enganosos, nem para o escândalo; assim, fora destes casos, as palavras são legítimas; e assim como os pais da igreja não devem ser mais condenados por usá-las do que pelo fato de as palavras (que eles não previram) terem dado vantagem aos papistas para introduzirem um sentido e doutrina ruins; da mesma forma aqueles que agora vivem em igrejas e países onde a doutrina pública professada os livra da suspeita de um sentido ruim papista não deveriam ser julgados nem questionados pelos termos; mas todos os cristãos sóbrios deveriam permitir uns aos outros a liberdade de tais frases sem censuras, ou quebra de caridade ou de paz.

Questão 123. Pode a mesa da comunhão ser disposta em forma de altar e cercada por gradis? E é lícito aproximar-se dos gradis para comungar?

Resposta. A resposta a isto é majoritariamente a mesma que a da questão anterior. *1*. Deus não nos deu nenhum

mandamento ou proibição particular sobre estas circunstâncias; mas sim as regras gerais para unidade, edificação, ordem e decência; se a mesa ficará disposta desta ou daquela maneira, aqui ou ali, etc., ele não determinou particularmente.

2. Aqueles que dispõem a mesa em forma de altar e a cercam com gradis por causa de um desígnio de atrair os homens ao papado, ou de uma forma escandalosa que encorajará os homens ao ou no papado, pecam.

3. Da mesma forma fazem aqueles que cercam a mesa com gradis para significar que os cristãos comuns ou leigos não devem aproximar-se dela, mas ser mantidos à distância; quando Cristo, em sua presença pessoal, admitiu seus discípulos a comungarem à mesa com ele mesmo.

4. Mas onde não houver tais fins, mas apenas o de imitar os antigos que assim faziam, e mostrar reverência à mesa por conta do sacramento, mantendo afastados os cães, impedindo que os rapazes se sentem sobre ela; e a doutrina professada pela igreja condena a transubstanciação, a presença corporal real, etc. (como a nossa faz); neste caso, os cristãos deveriam tomar estas coisas pelo que são, coisas indiferentes, e não censurar ou condenar uns aos outros por causa delas; nem deveria alguém forçá-las sobre aqueles que as consideram ilícitas.

5. E comungar não é apenas lícito neste caso, onde não podemos provar que o ministro peca, mas mesmo quando suspeitamos de um desígnio ruim nele, o qual não podemos provar; sim, ou quando podemos provar que a sua interpretação pessoal do lugar, nome, situação e

gradis é incorreta; pois nos reunimos ali para comungar na e de acordo com a doutrina professada do cristianismo e das igrejas, e de nossa própria profissão aberta, e não segundo cada opinião privada e erro do ministro. Assim como posso receber de um anabatista ou separatista não obstante os seus erros pessoais; da mesma forma posso de outro homem, cujo erro não destrói o seu ministério, nem a ordenança, enquanto eu não consentir com ele, sim, e com a igreja professar a minha discordância.

6. No entanto, *ceteris paribus* [permanecendo constantes as demais circunstâncias], todo homem livre que tem a sua escolha deveria escolher comungar de preferência onde houver mais pureza e menos erro, em vez de fazê-lo com aqueles que se desviam mais da exatidão regular.

Questão 124. É lícito usar os salmos de davi em nossas assembleias?

Resposta. Sim: *1*. Cristo usou-os em sua última ceia, como é mais provável; e ele ordinariamente unia-se aos judeus que os usavam; e o mesmo fizeram os apóstolos.

2. Confessa-se ser lícito lê-los ou recitá-los; portanto, também cantá-los. Pois recitar e cantar não diferem quanto ao objetivo principal.

3. Eles são adequados ao nosso uso, e constituíam a liturgia da igreja judaica, não por uma razão cerimonial, mas por aquela adequação que nos é comum com eles.

4. Somos ordenados no Novo Testament a cantar salmos; e não somos ordenados a compor novos; nem todos podem fazer salmos, quem quer que seja ordenado a

cantar salmos. E se é lícito cantar salmos de nossa própria autoria ou de autoria do nosso próximo, muito mais os de autoria de Deus por meio do seu Espírito em seus profetas.

Objeção. Eles não são adequados a todos os nossos casos, nem a todos na assembleia.

Resposta. 1. Podemos usá-los na medida da adequação que têm aos nossos casos. Você pode se unir a um homem em oração quando ele expressa parte de suas carências, embora não expresse todas. Caso contrário, você não deve se unir a homem algum no mundo.

2. Se homens ímpios estão presentes quando os fiéis falam a Deus, não devemos falar sobre o nosso próprio caso apenas porque eles estão presentes? O ministro nas administrações da igreja fala principalmente no nome dos fiéis, e não dos hipócritas. Deve ele deixar fora de suas orações tudo o que é próprio dos piedosos, meramente porque alguns homens ímpios estão ali? Não mais deve a igreja fazê-lo ao cantar a Deus.

3. Aqueles que não podem falar cada palavra em um salmo exatamente como sendo o seu próprio caso podem, contudo, usá-lo como instrução; de outro modo, não poderiam lê-lo ou recitá-lo.

Mas as objeções sectárias contra o cantar os salmos de Davi são tão frívolas que não cansarei o leitor com mais nenhuma.

Questão 125. Podem os salmos ser usados como orações, louvores e ações de graças, ou apenas

como instrução? Tanto a leitura quanto o cantar deles?

Resposta. O leitor sóbrio que não sabe quais erros os outros defendem se maravilhará de que eu canse os homens com tais questões. Mas frequentemente tenho sido importunado por aqueles que (não tendo outra alternativa para negar a legitimidade de formas escritas e estabelecidas de oração) afirmam que os salmos não devem de modo algum ser lidos ou cantados como orações, mas apenas como escrituras doutrinárias para instrução. Mas que isto seja falso aparece pelo seguinte:

1. Pelo fato de que aquelas que são orações, louvores e ações de graças reais e materiais, e foram escritas para esse mesmo uso, como mostram os títulos, e as que eram assim usadas pelas sinagogas judaicas onde Cristo ordinariamente estava presente, podem ser assim usadas por nós; mas tais são os salmos tanto recitados quanto cantados.

2. E aqueles que somos ordenados a cantar como salmos, e temos o exemplo de Cristo para assim usar (que cantou um hino ou salmo de louvor em sua última ceia), nós também podemos assim usar; mas, etc.

3. E aqueles que pelo Espírito de Deus são capacitados para uso em oração, louvor e ação de graças, e nunca proibidos de assim serem usados, podem por nós ser assim usados; mas tais são os salmos, etc. Não os cansarei com mais nada.

Questão 126. São as nossas melodias da igreja lícitas, sendo de invenção humana?

Resposta. Sim: são uma invenção lícita, permitida por Deus e adequada às regras gerais de edificação. A Escritura não é uma regra particular para tais modos e circunstâncias.

Objeção. Elas geram um prazer carnal pela melodia, o qual não é próprio para a devoção espiritual.

Resposta. 1. Trata-se de um prazer sensitivo legítimo, santificado para um uso santo, não impedindo, mas ajudando grandemente a alma no culto espiritual.

Ou você o chama de carnal porque gratifica as inclinações pecaminosas e corrompidas do homem, ou apenas porque é sensitivo, ou um prazer na imaginação e nas faculdades inferiores. Se for o primeiro: 1. Não há nada nele que seja uma causa necessária de qualquer prazer pecaminoso, nem impedimento algum ao prazer espiritual. 2. Mas uma pessoa luxuriosa transformará todo prazer sensitivo em pecado; nossa comida, nossa bebida, nossas roupas, nossas casas, nossos amigos e nossa saúde; o pão e o vinho no sacramento podem ser assim abusados.

2. Mas você deve saber que, assim como nossos corpos estão aqui unidos às nossas almas, eles agem juntos, e enquanto a parte sensitiva for subordinada à racional, ela é útil a esta, e não um impedimento; quando você passar a ter almas que estão separadas do corpo, você não usará instrumentos corporais; e mesmo assim é incerto para nós se as capacidades sensitivas da alma não a acompanham, e não são por ela usadas. Mas certamente,

no meio tempo, aquele que não usar o sentido não usará a razão. E aquele que não age de forma sensitiva não age como homem: não é pecado ser homem; e, portanto, não o é ver, ouvir, saborear, cheirar, etc. Nem é pecado saborear a doçura em nossa comida ou bebida; nem é um prazer pecaminoso para os olhos contemplar a luz, ou a variedade das belas obras de Deus, ou ter prazer nelas. "Grandes são as obras do Senhor, procuradas por todos os que nelas têm prazer" (Salmo 111:2).

Você não sabe o que é ser homem se não sabe que Deus fez todos os sentidos para serem as portas de entrada de objetos e, assim, de prazer santo na alma. Teria ele nos dado olhos, ouvidos e apetites, e feito as suas criaturas doces e belas, para que tudo fosse pecado ou inútil para nós? Não: todas as coisas são santificadas e puras para os puros. O sentido é o caminho natural para a imaginação, e esta para o entendimento; e aquele que não quiser ter prazer algum sensitivo e natural não terá prazer algum espiritual; e aquele que quiser ter apenas prazer sensitivo, seria melhor não ter prazer algum. É, portanto, uma pretensão tola de espiritualidade sonhar em agir sem os nossos sentidos, ou evitar os deleites que podem e devem ser santificados para nós. A harmonia e a melodia constituem um prazer tão elevado dos sentidos que estão mais próximas dos deleites racionais, se não participando deles, e extremamente adequadas para elevar a mente e os afetos a Deus.

E assim como é a própria natureza da verdadeira santidade ser tão adequada às coisas santas de modo que elas sejam o nosso deleite, e é o genuíno santo, e o melhor dos cristãos, quem mais se deleita em Deus e na

santidade; da mesma forma é esse o melhor meio para nos tornar os melhores cristãos, o qual nos ajuda melhor a alcançar estes deleites; e se alguma coisa na terra é semelhante ao céu, é ter o nosso deleite em Deus. E, portanto, se alguma coisa pode nos tornar celestiais, é aquilo que nos eleva a tais deleites. E, por isso, um coro de pessoas santas, cantando melodiosamente os louvores de Jeová, assemelha-se à sociedade angelical (Salmo 150).

Questão 127. É o instrumental da igreja por meio de órgãos ou instrumentos semelhantes lícito?

Resposta. Sei que nos tempos de perseguição e maior pobreza da igreja nenhum instrumento desse tipo era usado (quando não tinham templos, nem sempre um local fixo de reunião). E que o autor de *Questiones et Responsiones* em Justino Mártir fala contra isso (o que Perkins e outros citam com esse propósito). E admito:

1. Que, assim como está no poder de cristãos fracos e doentes tornar muitas coisas ilícitas aos seus irmãos para não os prejudicarmos, e nos privar de muito, não apenas de nossas liberdades, mas de nossas ajudas; da mesma forma, em abundância de congregações, a música de igreja é tornada ilícita por acidente, devido ao equívoco deles. Pois é ilícito (*ceteris paribus* [permanecendo constantes as demais circunstâncias]) por uma coisa desnecessária causar divisões nas igrejas; mas onde uma parte julga a música de igreja ilícita, para a outra parte usá-la causaria divisões nas igrejas e afastaria a outra parte. Portanto, eu desejaria que a música de igreja não

fosse instalada em lugar algum, senão onde a congregação puder concordar no uso dela; ou pelo menos onde não houver divisão por causa disso.

2. E penso ser ilícito usar tais ritmos de música que sejam leves, ou que a congregação não possa facilmente compreender; muito mais com o propósito de confiar todo o trabalho do canto aos coristas e excluir a congregação. Não estou disposto a me unir a uma igreja onde eu seja excluído desta nobre obra de louvor.

3. Mas a música de igreja simples e inteligível, que não causa divisões, mas com a qual a igreja concorda, de minha parte nunca duvidei de que seja lícita. Pois: *Primeiro*, Deus a instituiu muito depois da lei cerimonial de Moisés, por Davi, Salomão, etc.

Segundo, não é uma cerimônia meramente instituída, mas uma ajuda natural para a vivacidade da mente; e é um dever, e não um pecado, usar as ajudas da natureza e da arte legítima, embora não instituir sacramentos, etc., de nossa própria autoria. Assim como é lícito usar as ajudas confortáveis de óculos na leitura da Bíblia, da mesma forma o é o uso da música para alegrar a alma em direção a Deus.

Terceiro, Jesus Cristo uniu-se aos judeus que a usavam, e nunca disse uma palavra contra ela.

Quarto, nenhuma Escritura a proíbe; portanto, não é ilícita.

Quinto, nada pode ser contra ela, do que eu saiba, senão o que se diz contra as melodias e a melodia da voz. Pois, ao passo que dizem que é uma invenção humana, também o

são as nossas melodias (e métricas, e versões). Sim, não é uma invenção humana, como mostra o último salmo e muitos outros, os quais nos chamam a louvar ao Senhor com instrumentos de música.

E ao passo que se diz que se trata de uma mente carnal de prazer, podem dizer o mesmo de um concerto melodioso e harmonioso de vozes, o qual constitui música mais excelente do que quaisquer instrumentos.

E ao passo que alguns dizem que acham que lhes faz mal, outros dizem de igual modo do canto melodioso; mas, como dizem os homens sábios, acham que lhes faz bem. E por que deveria a experiência de alguma pessoa preconceituosa, presunçosa, ou de um homem incompleto que não sabe o que é melodia, ser colocada contra a experiência de todos os outros e privá-los de todas as ajudas e misericórdias com as quais essas pessoas dizem não encontrar benefício?

And assim como alguns ridicularizam a música de igreja com muitos nomes desdenhosos, o mesmo fazem outros em relação ao canto (conforme testemunham algumas congregações próximas a mim, que por muitos anos o abandonaram e não o toleram; mas o seu pastor é levado a mantê-los unidos pela omissão constante e total do canto de salmos). É um grande mal o que alguns fazem a cristãos ignorantes ao colocar tais fantasias e escrúpulos em suas cabeças, os quais, assim que entram, transformam aquilo em desdém, armadilha e problema, o que poderia ser uma real ajuda e conforto para eles, como o é para os outros.

Questão 128. É o dia do senhor um sábado, devendo assim ser chamado e guardado, e isto de instituição divina? E está o sábado do sétimo dia ab-rogado? Etc.

Resposta. Todos os casos sobre o dia do Senhor (exceto aquelas instruções práticas para guardá-lo, na parte Econômica deste livro) eu coloquei em um tratado específico sobre esse assunto em separado; e, por isso, irei passá-los por alto aqui, remetendo o leitor para eles naquele discurso.

Questão 129. É lícito estabelecer dias santos humanos e observá-los?

Resposta. Falei também sobre isto no tratado supracitado, e em minhas *Disputas de Governo de Igreja e Cerimônias*. Resumidamente: *1*. Não é lícito estabelecer outro sábado semanal, ou dia totalmente separado para a comemoração de nossa redenção; pois isto seria corrigir (pretensamente) as instituições de Deus; sim, e contradizê-lo, que julgou ser apenas um dia em sete a proporção semanal mais adequada.

2. Assim como parte de alguns dias pode ser semanalmente usada em assembleias santas, da mesma forma podem ser usados dias inteiros em ocasiões extraordinárias e justas de oração, pregação, humilhação e ações de graças.

3. A santa doutrina, vida e sofrimentos dos mártires e de outros homens santos constituíram uma misericórdia tão grande para com a igreja que (pelo que eu saiba) é lícito

manter ações de graças anuais em memória deles, e para encorajar os fracos, e estimulá-los à constância e à imitação.

4. Mas dedicar dias ou templos a eles em qualquer sentido mais elevado, como os pagãos e idólatras faziam em relação aos seus heróis, é ilícito; ou de qualquer modo que sugira uma atribuição de divindade a eles, por palavra ou culto.

5. E aqueles que vivem entre tais idólatras devem tomar cuidado para não lhes dar encorajamento escandaloso.

6. E aqueles que temem escrupulosamente tal pecado mais do que há causa não deveriam ser forçados a pecar contra as suas consciências.

7. No entanto, nenhum cristão deveria, sem causa, recusar aquilo que é lícito, nem unir-se às igrejas nos exercícios santos nos dias de comemoração grata dos apóstolos, e mártires, e excelentes instrumentos na igreja; muito menos, de forma petulante, trabalhar e manter abertas as lojas para a ofensa de outros; mas sim persuadir a todos a imitar as vidas santas daqueles santos a quem tributam tais honras.

Questão 130. Até que ponto são as sagradas escrituras uma lei e regra perfeita para nós?

Resposta. 1. Para todos os pensamentos, palavras, afetos e ações de fé divina e obediência (supondo-se ainda a lei da natureza de Deus). Pois não constitui crer em Deus crer naquilo que ele nunca revelou; nem confiar em Deus confiar que ele certamente nos dará aquilo que ele nunca,

direta ou indiretamente, prometeu; nem obedecer a Deus fazer aquilo que ele nunca ordenou.

2. O conteúdo mostrará melhor a extensão; tudo o que é nele revelado, prometido e ordenado, para isso ele é uma regra perfeita. Pois certamente é perfeito em sua espécie e para o seu uso próprio.

3. É uma regra perfeita para tudo o que for de necessidade moral universal; isto é, tudo o que for necessário que o homem creia, pense ou faça, em todas as eras e lugares do mundo, isto é de obrigação divina. Tudo o que o mundo está universalmente obrigado a cumprir (isto é, todos os homens nele), é certo que a lei de Deus na natureza, ou na Escritura, ou em ambas, os obriga a isso. Pois o mundo não tem outro rei ou legislador universal senão Deus.

4. As próprias leis de Deus na natureza e na Escritura constituem uma regra perfeita para todos os deveres do entendimento, pensamentos, afetos e paixões a serem exercidos imediatamente em relação ao próprio Deus; pois ninguém mais é discernidor ou juiz de tais assuntos.

5. Ela contém perfeitamente todas as partes essenciais e integrantes da religião cristã; de modo que nada é por si só, e diretamente, parte alguma da religião cristã que não esteja ali.

6. Ela institui perfeitamente aqueles sacramentos que são os selos da aliança de Deus com o homem, e a entrega dos benefícios, e que constituem as insígnias ou símbolos dos discípulos e da religião de Cristo no mundo.

7. Ela determina qual fé, oração e obediência serão os seus meios e condições estabelecidos de justificação, adoção e salvação. E, assim, o que será professado e pregado em seu nome ao mundo.

8. É um instrumento perfeito de doação ou transmissão do nosso direito a Cristo, e de perdão, e justificação, e adoção, e das assistências do Espírito Santo, e da glória. Como sendo a aliança, promessa ou escritura de doação de Deus.

9. Ela institui certos ministros como os seus próprios oficiais de igreja, e descreve perfeitamente o seu ofício, conforme instituído por ele.

10. Ela institui a forma de sua igreja universal, a qual é chamada de seu corpo; e também de sociedades santas particulares para o seu culto; e prescreve-lhes certos deveres, como o culto comum a ser ali realizado.

11. Ela determina um dia semanal, a saber, o primeiro, para ser separado e usado neste santo culto.

12. É uma regra geral perfeita para a regulamentação daquelas coisas que ela não ordena ou proíbe em particular. Como que tudo seja feito com sabedoria, para edificação, em caridade, paz, concórdia, época adequada, ordem, etc.

13. Ela dá aos magistrados, pastores, pais e outros superiores todo aquele poder pelo qual estão autorizados a nos obrigar, sob a autoridade de Deus, a quaisquer particularidades indeterminadas.

14. É a regra perfeita do julgamento, recompensa e punição final de Cristo, de acordo com a qual ele procederá.

15. É a única lei que é feita por poder primitivo.

16. E a única lei que é feita por sabedoria infalível.

17. E a única lei que é isenta de falhas, e que não contém nada que possa causar dano ao súdito.

18. E a única lei que provém de poder absoluto, a regra de todas as outras leis, e da qual, finalmente, não há recurso.

Até este ponto, as Sagradas Escrituras, juntamente com a lei da natureza, constituem a nossa regra perfeita. Mas não em nenhum dos seguintes aspectos:

1. Não constituem nenhuma revelação particular ou regra perfeita das ciências naturais, como a física, a metafísica, etc.

2. Não servem de regra para as artes, para a medicina, a música, a aritmética, a geometria, a astronomia, a gramática, a retórica, a lógica; nem para as ciências mecânicas, como a navegação, a arquitetura; e para todas as profissões e ocupações dos homens; não, nem mesmo para a agricultura, pela qual obtemos o nosso alimento.

3. Não constituem nenhuma regra particular para todos os deveres mutáveis e subordinados de quaisquer sociedades. Não servirão em lugar de todos os estatutos desta e de todas as outras terras, nem nos dirão quando os prazos devem começar e terminar, nem qual trabalho

cada pai e senhor deve determinar para seus filhos e servos em sua família, etc.

4. Não constituem nenhuma regra completa, em particular, para todos aqueles princípios políticos que servem de base para as leis humanas; como, por exemplo, se cada república deve ser monárquica, aristocrática ou democrática; qual pessoa ou de qual família reinará; quem serão os seus oficiais e juízes, e como serão diversificados; o mesmo ocorrendo quanto ao seu tesouro, munição, moeda, etc.

5. Não constituem nenhuma regra de propriedade em particular, pela qual cada homem possa saber qual é a sua própria terra, casa, bens ou gado.

6. Não constituem nenhuma regra particular para as nossas ações naturais; qual alimento devemos comer; quais roupas devemos vestir; o mesmo aplicando-se ao nosso repouso, trabalho, etc.

7. Não constituem nenhuma lei ou regra particular para nenhuma de todas aquelas ações e circunstâncias relativas à religião ou às próprias ordenanças de Deus, as quais ele apenas ordenou em geral, e deixou *in specie* [especificamente] ou em particular para serem determinadas pelo homem de acordo com as suas leis gerais; mas falaremos destas a seguir.

Questão 131. Quais adições ou invenções humanas na ou sobre a religião, não ordenadas na escritura, são lícitas ou ilícitas?

Resposta 1. As seguintes são ilícitas:

1. Inventar qualquer novo artigo de fé ou doutrina, qualquer preceito, promessa, ameaça, profecia ou revelação, para falsamente atribuí-los a Deus, e dizer que provêm dele ou de sua palavra especial.

2. Dizer que está escrito na Bíblia aquilo que não está, ou que qualquer coisa constitui o sentido de um texto quando não constitui; e, assim, que qualquer coisa constitui um pecado ou um dever pela Escritura quando não constitui. Ou atribuir livros, ou textos, ou palavras apócrifas ao Espírito de Cristo.

3. Fazer qualquer lei para a igreja universal, ou como obrigatória para todos os cristãos; o que constitui usurpar a soberania de Cristo; por cuja usurpação traidora é que os protestantes chamam o papa de anticristo.

4. Adicionar novas partes à religião cristã.

5. Fazer qualquer lei que pertencia propriamente ao Soberano universal ter feito, se é que deveria ter sido feita; ou que implique uma acusação de ignorância, descuido, erro ou omissão em Cristo e nas Sagradas Escrituras.

6. Fazer novas leis para os deveres do coração interno dos homens em relação a Deus.

7. Criar novos sacramentos para o selamento da aliança de Cristo e concessão de seus benefícios nela contidos, e para servirem de *tesseræ* públicas, insígnias ou símbolos dos cristãos e do cristianismo no mundo.

8. Inventar novas condições para a aliança de Deus, e meios necessários para a nossa justificação, adoção e salvação.

9. Alterar o ministério da igreja instituído por Cristo, ou adicionar quaisquer outros que sejam supraordenados, coordenados ou depreciativos ao ofício deles, ou que se apoiem em base pretensa semelhante e para fins iguais.

10. Criar novas sociedades espirituais ou formas de igreja que sejam supraordenadas, coordenadas ou depreciativas em relação às formas de instituição de Cristo.

11. Quaisquer imposições sobre as igrejas (por mais lícita que seja a coisa) que sejam feitas por um poder pretenso não derivado de Deus e do Redentor.

12. Qualquer coisa que seja contrária ao bem e à edificação da igreja, à justiça, caridade, piedade, ordem, unidade ou paz.

13. Qualquer fardo desnecessário imposto sobre as consciências dos cristãos; especialmente como necessário tanto para a salvação, comunhão, liberdade ou paz deles.

14. E o exercício de qualquer poder pretenso como sendo primitivo e não derivado, ou infalível, ou impecável, ou absoluto.

15. Em geral, qualquer coisa que seja contrária à autoridade, matéria, forma, obrigação, honra ou fins das leis de Deus, na natureza ou na Escritura.

16. Qualquer coisa que restabeleça aquelas leis e cerimônias judaicas que Cristo ab-rogou, naquela forma e respeito em que as ab-rogou.

17. Onde houver uma dúvida entre cristãos sóbrios e conscientes de que, ao obedecerem ao homem, possam pecar contra Deus e desobedecer às suas leis, e a matéria

sobre a qual se duvida é confessadamente desnecessária por parte daqueles que a impõem: tão infinita é a distância entre Deus e o homem, e tão inteiramente dependentes dele são os mais elevados, que deveriam ser extremamente relutantes em competir com a autoridade de seu Criador nas consciências dos homens, ou em fazer qualquer coisa desnecessária que tenda a compelir os homens a pisar na autoridade de Deus em suas consciências, preferindo a do homem. Muito mais relutantes deveriam ser em silenciar os pregadores sóbrios do evangelho de Cristo por tais motivos.

Questão 132. É ilícito obedecer em todos aqueles casos em que é ilícito impor e ordenar? Ou em quais casos? E até que ponto os pastores devem ser reconhecidos e obedecidos?

Resposta. Devo solicitar ao leitor que distingua cuidadosamente aqui:

1. Entre a lei de Deus que proíbe os governantes de fazerem o mal, e a sua lei que proíbe os súditos ou homens particulares de o fazerem.

2. Entre a obediência formalmente assim chamada (que ocorre quando obedecemos em consciência porque foi ordenado, sendo a autoridade de quem ordena a razão e o objeto formal de nossa obediência) e a obediência apenas material (que não constitui propriamente obediência, mas o ato de fazer a coisa ordenada por outras razões, e de modo algum pelo fato de ter sido ordenada).

3. Entre a obediência formal ao ofício do governante em geral, e a obediência formal a ele como ordenando esta matéria específica em particular.

4. Entre a autoridade no governante que justificará suas imposições diante de Deus para sua própria justificação, e a autoridade que pode tornar meu dever obedecer-lhe.

E assim respondo:

1. Não seremos julgados por aquelas leis de Deus que constituíam o dever do governante, mas por aquela que constituía o nosso próprio. Não é o mesmo dizer: "Não ordenarás isso", e dizer: "Não farás isso".

2. Tudo o que Deus proíbe absolutamente que os homens façam, nós não devemos fazer, quem quer que o ordene.

3. Existem muitas das coisas mencionadas anteriormente absoluta e sempre ilícitas, por serem más em si mesmas, as quais homem algum pode ordenar ou praticar; e existem algumas delas que são más apenas por acidente, as quais não podem ser ordenadas, mas podem ser praticadas quando acidentes contrários e mais ponderosos prevalecerem.

4. Muitas dessas coisas podem ser feitas materialmente por outras razões (como para o bem da igreja, o avanço do evangelho, a conquista de homens para Deus, a prevenção do escândalo ou de danos a outros ou a nós mesmos, etc.) quando não devem ser feitas em obediência formal, por consciência à autoridade que as impõe (como no caso de serem ordenadas por alguém que não possui poder justo).

5. Nossas ações podem participar da obediência em geral, como sendo ações de súditos, quando não constituem obediência na formalidade plena e perfeita quanto ao aspecto particular. A última página do oitavo livro da obra *Ecclesiastical Polity* [Política Eclesiástica] de Richard Hooker lhe mostrará a razão disto. Aquele que não possui justo poder para me ordenar este ato particular específico, contudo pode ser o meu governante no aspecto geral, e estou obrigado a honrá-lo em geral como meu governante; e desobedecer-lhe em uma coisa que me é lícita praticar, embora não lhe seja lícito ordenar, pode constituir desonra para ele, e uma aparência de desobediência e negação de seu poder. Um pai é proibido por Deus de ordenar ao seu filho que pronuncie uma palavra vã, ou que faça uma ação tola e inútil (muito mais uma ação prejudicial). No entanto, se um pai ordenar a um filho que pronuncie uma palavra vã, ou que faça uma ação tola, o dever de obediência fará com que, naquele momento, isso não seja vão e tolo para ele; sim, se ele lhe ordenar que jogue fora uma taça de vinho ou um pedaço de pão, o que constitui um mal quando feito sem causa, o filho pode estar obrigado a fazê-lo: não apenas porque não sabe se os pais podem ter fins e razões legítimas para a sua ordem (como testar e exercitar a sua obediência), mas também se tivesse certeza de que não era assim; porque ele é um súdito, e honrar um pai constitui um bem tão grande, e desonrá-lo por aquela desobediência pode ter consequências tão ruins que prevalecerão sobre o mal da perda de uma taça de vinho, etc. Contudo, neste caso, o ato de obediência é apenas misto: trata-se de um ato de sujeição ou honra a um pai, porque em geral ele é um governante; mas constitui

apenas materialmente obediência em respeito àquela matéria particular que sabemos que ele não tinha autoridade para ordenar.

6. Neste respeito, portanto, um governante pode possuir tanto poder que induza no súdito a obrigação de obedecer, e no entanto não o suficiente para justificar as suas ordens diante de Deus, nem para poupar a si mesmo da punição divina.

Acrescento isto de forma tão distinta para que ninguém aplique incorretamente a doutrina de Richard Hooker supracitada, em *Ecclesiastical Polity*, Livro 8, Páginas 223, 224:

"Quanto àqueles que exercem o poder inteiramente contra a ordem, embora o tipo de poder que possuem possa ser de Deus, contudo o seu exercício dele é contra Deus e, portanto, não provém de Deus, exceto por permissão, como ocorre com toda injustiça. [...] Usurpadores do poder, pelos quais não nos referimos àqueles que pela violência aspiraram aos postos de mais alta autoridade, mas àqueles que usam mais autoridade do que jamais receberam na forma e maneira mencionadas anteriormente. [...] Tais usurpadores dele, que no exercício de seu poder fazem mais do que foram autorizados a fazer, não podem em consciência obrigar homem algum à obediência."

Para que ninguém conclua daqui que nunca está obrigado em consciência a obedecer aos seus pais, ao seu rei, aos seus pastores em qualquer ponto no qual exerçam mais poder do que Deus lhes deu, julguei adequado falar com mais exatidão sobre esse ponto, o qual necessitava desta

distinção. Pois a base é segura de que *não há poder senão de Deus*; e que Deus não deu a homem algum poder contra si mesmo, contra as suas leis e contra o seu serviço; mas, no entanto, existem muitos casos nos quais Deus vincula filhos e súditos a obedecerem aos seus superiores em matérias que eles ordenaram de forma pecaminosa.

7. Interessa grandemente a todos os cristãos sóbrios, portanto, estarem bem instruídos na lei de Deus, para que possamos saber com certeza quais são aquelas coisas que Deus nos proibiu absolutamente de fazer, quem quer que as ordene, e para distingui-las de coisas que dependem de acidentes mutáveis; para que, assim como as três testemunhas e Daniel (Daniel 3, 6), possamos ser fiéis a Deus, seja o que for que soframos por isso; e no entanto possamos obedecer aos homens em tudo o que for nosso dever para com eles.

Assim, os apóstolos sabiam que homem algum tinha poder da parte de Deus para silenciá-los ou persegui-los por causa do evangelho. Portanto, não obedeceram àqueles que os proibiam de pregar; e no entanto compareciam perante qualquer magistrado que os ordenasse, e obedeciam às suas intimações; e o mesmo podemos fazer nós, mesmo diante de um usurpador ou de um homem particular.

8. O caso principal e mais notável no qual devemos obedecer quando um governante ordena de forma pecaminosa é quando a matéria que ele ordena não é tal que nos seja proibida por Deus, nem fora do âmbito de sua posição e chamado para tratar e ordenar, nem tampouco tal que destrua o nosso dever para com Deus;

mas sim tal que em geral pertence ao seu ofício determinar de acordo com as regras gerais de Deus; mas ele falha na maneira de agir e vai contra aquelas regras; contudo, não a ponto de destruir o dever que devemos a Deus, ou o fim dele.

Por exemplo: não está no poder do governante determinar se haverá pregação ou não, doutrina verdadeira ou falsa, etc. Mas está em seu poder regular as circunstâncias de tempo, lugar, etc. (a serem mencionadas a seguir). Agora, se ele fizer estas coisas visando à ordem, à unidade e à edificação, eu lhe obedecerei formal e plenamente por questão de consciência. Se ele o fizer de modo destrutivo para o fim (como foi dito anteriormente), como dizer: "Vocês se reunirão apenas a vinte milhas de distância", ou "apenas à meia-noite", etc., não lhe obedecerei além do que a necessidade e o bem comum exigirem de mim. Se ele o fizer apenas com uma inconveniência tolerável (como dizer: "Vocês se reunirão apenas em campos abertos", etc.), obedecerei por questão de consciência, visto que sou em geral um súdito obrigado a honrar o magistrado; mas não no que se refere a ele nomear uma circunstância inadequada, e nesse aspecto minha obediência será apenas material.

Não preciso tratar como uma questão distinta se os pastores devem ser cridos ou obedecidos além do que mostram em uma palavra de Deus revelando e ordenando a coisa particular. A fé e a obediência divinas são uma coisa, e as humanas são outra. *1*. Se ele, como pregador, disser: "Isto é a palavra de Deus, creia e obedeça como tal", você deve crer com uma fé humana que é mais

provável que ele saiba o que diz do que você (a menos que: *(1)* Você veja evidência em contrário; *(2)* Ou o consentimento de pessoas mais credíveis seja contrário a ele, e então você não deve de modo algum crer nele). Assim como uma criança crê em seu professor para aprender as coisas por si mesma, da mesma forma você deve aceitar a palavra dele provisoriamente enquanto está aprendendo a saber se é assim ou não. Mas não para repousar nela como certa, nem para considerar a sua crença nele e obediência a ele como um ato de crer e obedecer a Deus formalmente, embora constitua um dever.

Questão 133. Quais são as adições ou invenções dos homens que não são proibidas pela palavra de deus (quer inventadas por governantes ou por homens particulares)?

Resposta. Isto é tratado sob as instruções para o culto; para as quais remeto o leitor, bem como para parte da resposta aos casos anteriores. Contudo, aqui cansar-lhe-ei com a seguinte repetição:

1. Tais invenções e adições são lícitas conforme Deus ordenou aos homens (governantes, pastores, pais ou pessoas particulares) que as fizessem sob a regulamentação de suas leis gerais.

2. Todas essas adições são lícitas à medida que são meramente subordinadas e prestativas às leis e ordens de Deus, e não proibidas por ele, entre as adições proibidas mencionadas anteriormente.

Os exemplos são muitos:

1. Todos os modos de um dever que são necessários *in genere* [no gênero], ou que de uma forma ou de outra devem ser determinados, mas deixados à prudência humana quanto às particularidades. Como: *1*. Se devo (esta semana ou mês) publicar o evangelho falando, ou escrevendo, ou imprimindo. *2*. Se usarei este método, ou aquele, ou outro método neste sermão. *3*. Se usarei estas frases e palavras, ou outras palavras. *4*. Se usarei notas para a minha memória ou não. E se notas longas ou curtas. *5*. Se passarei uma hora ou duas pregando. *6*. Se pregarei com voz forte ou baixa. *7*. Se neste momento deverei me esforçar mais na explicação ou na aplicação, no consolo ou no temor, na repreensão ou na **Direção**, etc. Todas as quais devem ser variadas pela invenção legítima do homem de acordo com as regras gerais de Deus.

2. Também é lícito e necessário que a nossa própria invenção ou a de nosso superior, de acordo com as leis gerais de Deus, determine os sujeitos particulares de nosso ofício, os quais a Escritura não determina particularmente, a saber: *1*. A Escritura não diz aos ministros em qual país, paróquia ou igreja devem despender seus trabalhos. *2*. Nem de quantos devem ser pastores. *3*. Nem sobre qual texto ou assunto devem pregar. *4*. Nor a quais pessoas singulares devem aplicar consolo, conselho ou temor, a esta ou àquela. *5*. Nem a quem devem admitir ao sacramento (mas sim pela regra geral ou descrição). *6*. Nem a quem devem repreender abertamente ou excomungar. *7*. Nem a quem devem absolver. Ela não lhes diz quem são as pessoas às quais

pertence o caráter da Escritura em nenhum desses casos. *8.* Nem se as testemunhas dizem a verdade ou mentira ao acusarem um homem. *9.* Nem se o acusado deve ser considerado culpado de heresia, escândalo ou cisma, etc.

3. Também é uma invenção legítima do homem encontrar, escolher e usar auxílios naturais que sejam úteis para nos promover na obediência às leis de Deus e na prática de seu culto, e que não sejam proibidos por ele. Sim, *in genere* [no gênero] eles são ordenados, e no entanto nunca particularmente determinados na Escritura: como: *1.* O que facilitará a voz de um pregador para falar de modo audível. *2.* A vantagem de um púlpito para estar acima do povo. *3.* O uso de óculos para aqueles que necessitam deles para lerem a Escritura. *4.* A tradução das Escrituras para a nossa língua nativa. *5.* Qual tradução de muitas usaremos nas igrejas. *6.* A impressão da Bíblia. *7.* A divisão dela em capítulos e versículos. *8.* A impressão de bons livros para expor e aplicar a Escritura; comentários, sermões, etc. *9.* As formas de exercícios escolares, disputas, etc., para preparar estudantes para o ministério; e quais livros de teologia os preceptores lerão para os seus alunos, ou que cada estudante terá em sua biblioteca. *10.* A maneira e a melodia de cantar os salmos nas igrejas. *11.* Qual versão ou métrica usar, esta ou aquela. *12.* Qual forma de catecismo (verbal, escrito ou impresso) usar entre muitos na igreja ou família. *13.* Se devemos orar frequentemente nas mesmas palavras ou em palavras variadas. *14.* Se devemos usar palavras de nossa própria composição ou invenção primariamente, ou de autoria de outros homens; e isto por **Direção**, persuasão ou

comando. *15*. Usar uma forma escrita ou impressa, ou nenhuma delas; lê-la no livro ou proferi-la por memória. *16*. Usar apenas formas bíblicas de oração, louvor, salmos e hinos, ou aquelas que são de composição mais recente também. *17*. Imprimir a Bíblia e usá-la com notas marginais e conteúdos, ou sem eles. *18*. Batizar em um rio, poço, piscina ou fonte batismal. *19*. Ter padrinhos ou testemunhas da confiabilidade dos pais e da aliança da criança, ou não. *20*. Com quantos dias de vida as crianças serão batizadas. *21*. Se receberão o nome no batismo, antes ou depois. *22*. Se um dos ministros será preceptor ou instrutor para os restantes que forem mais jovens. *23*. Até que ponto os restantes submeterão os seus julgamentos àquele que for mais velho e mais capaz, e serão governados por ele. *24*. Se haverá diaconisas na igreja. *25*. Se uma igreja terá um ministro, dois ou mais. *26*. Quem serão os homens. *27*. Qual espaço de terreno constituirá os limites da igreja para a coabitação dos membros. *28*. Quantas igrejas vizinhas constituirão um sínodo; e quais serão elas. *29*. De quantos membros um sínodo será composto. *30*. Quem será o presidente, ou se haverá algum, e quem recolherá os votos. *31*. Quem registrará os atos deles, como escriba. *32*. Qual mensageiro os levará para as igrejas. *33*. Quais cartas de correspondência e comunhão serão escritas para as igrejas. *34*. Quando os pastores mudarão de uma igreja para outra; e para qual delas. *35*. Quem será ordenado ministro para pregar, batizar e reunir igrejas. *36*. Quantos serão os ordenadores. *37*. Se haverá música por instrumentos na igreja ou casa para os louvores de Deus; e qual. *38*. Quem guiará o salmo. *39*. Quem lerá. *40*. Por quais palavras será expressa a profissão de fé da

igreja. *41*. Por quais sinais a igreja significará o seu consentimento; quer levantando a mão, levantando-se, curvando a cabeça, ou pela voz, ou por escrito. *42*. Por qual sinal ou cerimônia os homens farão um juramento; quer levantando a mão em direção ao céu, colocando-a sobre um livro, beijando o livro, etc. *43*. Se as pessoas no sacramento se sentarão perto da mesa ou se manterão mais afastadas. *44*. Se o elemento será colocado na mão de cada pessoa, ou se elas mesmas o pegarão. Com muitas outras semelhantes.

4. E é uma invenção legítima determinar meras circunstâncias de tempo e lugar que Deus não determinou na Escritura: como: *1*. Em quantas ocasiões no ano ou na semana o batismo será administrado. *2*. Em qual idade as pessoas serão admitidas à Ceia do Senhor. *3*. Em quais dias e horas da semana haverá palestras ou assembleias de igreja. *4*. Com qual frequência e quando os ministros catequizarão e instruirão o povo em particular. *5*. Em qual hora a igreja se reunirá nos dias do Senhor e receberá o sacramento. *6*. De qual duração serão a oração, a leitura e o sermão. *7*. Em qual hora encerrar os exercícios públicos. *8*. Em quais horas orar em família ou em segredo. *9*. Com qual frequência as reuniões disciplinares serão realizadas para o julgamento dos membros acusados. *10*. Com qual frequência os sínodos se reunirão; e por quanto tempo continuarão. Sobre os dias santos falamos antes.

5. O mesmo deve ser dito em relação aos locais de exercícios santos: *1*. Quais edifícios a igreja terá para tais usos? *2*. Em quais locais estarão situados? *3*. Onde ficará

o púlpito? *4*. Onde ficará a fonte batismal? *5*. Onde ficará a mesa? *6*. Onde cada pessoa do povo se sentará? *7*. Onde os sínodos se reunirão? *8*. Quantos templos haverá em uma cidade? etc.

6. O mesmo deve ser dito de todos os oficiais acidentais e subordinados; como palestrantes, secretários, porteiros, guardas de igreja e muitos mencionados anteriormente.

7. O mesmo deve ser dito dos utensílios da igreja; como mesa, cálices, roupas de linho, púlpitos, fontes batismais, relógio, ampulheta, sinos, assentos, vestes decentes, etc.

8. O mesmo pode ser dito de gestos decentes, não particularmente ordenados; como em qual gesto pregar, em pé ou sentado? Em qual gesto ler? Em qual gesto ouvir? Em qual gesto cantar os salmos? Se com a cabeça coberta ou descoberta? Em qual gesto receber a Ceia do Senhor? (No que a Escritura não nos regula mais do que em relação ao aposento, à hora de comungar, ao número de comungantes, ao local; em tudo o que o exemplo de Cristo não constituiu uma lei particular).

9. O mesmo pode ser dito da ordem: *1*. Se o pastor começará com oração, leitura ou exortação? *2*. Se o povo começará com oração ou jaculatórias em particular? *3*. Se faremos apenas uma ou duas orações longas e contínuas, ou muitas curtas? *4*. Se oraremos imediatamente antes do sermão, e depois, no púlpito ou no local de leitura? *5*. Quando os salmos serão recitados ou cantados, e quantos? *6*. Quantos capítulos serão lidos? e quais e em qual ordem? *7*. Se o batismo será antes, ou depois, ou quando? *8*. Quando os catecúmenos e aprendizes serão dispensados, e os exercícios eucarísticos próprios da

igreja começarão? *9*. Quando as ofertas serão recolhidas? etc.

Mas, ó Senhor, tem compaixão de teu rebanho disperso, o qual é afligido e dividido pela arrogância daqueles pastores que não consideram suficiente, para o exercício de sua dominação, promover todas as tuas próprias santas leis e doutrinas, e fazer os seus próprios cânones em todos estes casos, ou semelhantes; mas necessitam de criar mais trabalho do que tudo isto acarreta, para si mesmos e para os seus rebanhos, resultando naquelas distrações, e dispersões, e ferozes perseguições e contendas que por muitos séculos afligiram as igrejas grega e latina, e muitas outras por todo o mundo.

Questão 134. Quais são os malefícios das adições ilícitas na religião?

Resposta. Infelizmente, muitos e grandes.

1. Elas tendem a destronar Cristo de sua soberania e prerrogativa legislativa.

2. E a elevar o homem, homem cego e pecador, ao seu lugar.

3. E com isso a rebaixar a religião, tornando-a apenas uma coisa humana ou mista (e ela não pode ser mais nobre do que o seu autor).

4. E com isso rebaixam também a igreja de Deus, e o governo dela, enquanto fazem com que seja apenas uma política humana, e não divina.

5. Elas tendem a depor Deus de sua autoridade nas consciências dos homens, e a nivelá-lo ou associá-lo ali apenas com o homem.

6. Elas tendem a conduzir os homens à dúvida e à incerteza sobre a sua religião; visto que o homem é falível, e as suas constituições também podem sê-lo.

7. Elas tendem a banir toda a religião verdadeira do mundo, enquanto o homem, que é tão mau, constitui o criador dela; e pode-se suspeitar que seja mau o que é feito por um autor tão mau.

8. E elimina o temor de Deus e do seu julgamento; pois é ao homem que se deve temer, até onde o homem constitui o criador da lei. E destrói a consolação dos crentes, a qual consiste nas esperanças de uma recompensa da parte de Deus; pois aquele que serve ao homem deve ser recompensado pelo homem; e embora não excluam a Deus, mas o associem consigo mesmos, contudo esta mistura rebaixa e destrói a religião, assim como a mistura de Deus e de mamon no amor dos homens, e assim como metais misturados e rebaixados fazem com a moeda do soberano.

9. Endurece os infiéis e impede a sua conversão; pois não reverenciarão mais de nossa religião do que o que podemos provar ser divino; e quando descobrem que uma parte dela é humana, suspeitam que o restante também o seja, e desprezam tudo; assim como os protestantes fazem com o papismo, pela abundância de enfeites e brinquedos humanos com os quais os vemos exercitar e iludir os seus tolos seguidores.

10. Constitui o grande motor de divisão de todas as igrejas, e de geração e fomento de contendas no mundo cristão.

11. E porque os homens que ordenam querem ser obedecidos, e aqueles que estão absolutamente sujeitos a Deus não obedecerão a ninguém contra ele, custe o que custar (como em Daniel 3, 6; Hebreus 11; Lucas 14:26, 33; Mateus 5:10-12), por isso tem se mostrado a ocasião de perseguições sangrentas nas igrejas, pelas quais cristãos professos atraem a culpa do sangue cristão sobre si mesmos.

12. E com isso tem dolorosamente impedido o evangelho, enquanto os perseguidores silenciaram muitos pregadores dignos e conscientes dele.

13. E por isso tem apagado a caridade nos corações de ambos os lados, e ensinado os que sofrem e os que afligem a serem igualmente amargos em censurar, se não em detestar uns aos outros.

14. E os infiéis, vendo estas dissensões e paixões amargas entre os cristãos, zombam, escarnecem e odeiam a todos eles.

15. Sim, tais causas como estas nas igrejas latina e grega envolveram não apenas imperadores e príncipes contra os seus próprios súditos, de modo que crônicas e livros de mártires perpetuam a sua desonra, assim como o nome de Pilatos está no credo; mas também os colocaram em guerras sangrentas entre si. Estes têm sido os frutos, e esta é a tendência de usurpar a prerrogativa de Cristo sobre a sua religião e culto em sua igreja.

E a gravidade do pecado aparece nestes agravantes:

Primeiro, é uma marca de lastimável ignorância e orgulho quando o pó quer (como Nabucodonosor) exaltar-se contra Deus, para a sua certa infâmia e rebaixamento.

Segundo, mostra que os homens pouco conhecem a si mesmos, ao pensarem que são aptos para serem os criadores de uma religião para tantos outros; e que possuem pensamentos baixos sobre todos os outros homens, enquanto os consideram inaptos para adorarem a Deus de qualquer outra forma que não seja aquela de sua criação; e pensam que todos eles chegarão ao ponto de negar a Deus a ponto de adotar uma religião feita pelo homem.

Terceiro, mostra que carecem de amor para com os outros, ao poderem tratá-los assim por tão pequena ocasião.

Quarto, e mostra quão pouco senso real ou reverência pela religião cristã eles próprios possuem, ao poderem assim rebaixá-la, e igualar as suas próprias invenções com ela.

Quinto, e deixa os homens inteiramente sem desculpa, ao não quererem tomar aviso pelos testemunhos de tantas centenas de anos de experiência da maioria das igrejas pelo mundo. Mesmo quando veem as divisões ainda contínuas das igrejas orientais e ocidentais, e tudo por causa de uma religião humana (nas partes mais disputadas); quando leem sobre os rios de sangue que foram derramados no Piemonte, França, Alemanha, Bélgica, Polônia, Irlanda, e as chamas na Inglaterra, e em

muitas outras nações, e tudo pelas partes humanas da religião dos homens. Aquele que ainda assim prosseguir e não tomar aviso pode ir ler o décimo oitavo e décimo nono capítulos do Apocalipse, e ver qual alegria haverá no céu e na terra quando Deus fizer justiça sobre tais pessoas.

Mas lembre-se de que não falo isso de outros senão daqueles expressamente aqui descritos.

Questão 135. Quais são os malefícios do erro dos homens no outro extremo, que pretendem que a escritura é uma regra onde ela não o é, e negão as coisas lícitas supracitadas, sob o pretexto de que a escritura é uma regra perfeita (dizem alguns, para todas as coisas)?

Resposta. 1. Eles enchem suas próprias mentes com uma multidão de escrúpulos sem causa, os quais, sob os seus princípios, nunca podem ser resolvidos, e assim não dão repouso a si mesmos.

2. Criam uma religião para si mesmos, e a superstição constitui a sua devoção diária; a qual, sendo errônea, não se sustentará unida, mas é cheia de contradições em si mesma; e a qual, sendo humana e má, nunca poderá dar verdadeira estabilidade à alma.

3. Com isso, passam os seus dias em grande parte em angústias melancólicas, e em dúvidas e temores instáveis e perturbadores; em vez dos gozos de uma fé, esperança e amor sólidos.

4. E se escapam disso, esta religião deles torna-se contenciosa, questionadora, censuradora e facciosa, e o seu zelo se volta contra aqueles que divergem de suas superstições e conceitos particulares.

5. E, por causa disso, costumam ser mutáveis e instáveis em sua religião; este ano defendendo uma coisa, e no seguinte outra; porque não há certeza em suas próprias invenções e conceitos.

6. E, por causa disso, continuam caindo em múltiplas facções, porque cada homem cria uma religião para si mesmo, por meio de sua interpretação incorreta da Palavra de Deus; de modo que não há fim para as suas divisões.

7. E causam um grande dano na igreja, ao colocarem os mesmos conceitos perturbadores e divisivos nas cabeças de outros. E os cristãos jovens, e as mulheres, e as pessoas ignorantes e bem-intencionadas, que não são capazes de discernir quem está com a razão, frequentemente se voltam para aquela facção que consideram mais estrita e piedosa (ainda que seja uma facção como a dos nossos quacres). E o próprio bom conceito que têm das pessoas de quem o adotam estabelece um preconceito tão forte em sua mente que argumento ou evidência alguma quase nunca consegue desfazê-lo; e assim a educação, a conversação e a estima humana geram uma sucessão de divisores e perturbadores das igrejas.

8. Pecam contra Deus ao chamarem o bem de mal, e a luz de trevas, e ao honrarem com nomes santos a superstição, que constitui a obra de Satanás.

9. Pecam ao adicionarem à Palavra de Deus; enquanto dizem de uma abundância de coisas lícitas: "Isto é ilícito, e aquilo é contra a Palavra de Deus", e pretendem que o seu "Não toques, não confesses, não manuseies" está nas Escrituras. Pois, enquanto fazem dela uma regra para cada circunstância em particular, devem espremer, forçar e distorcer o texto para encontrar nele todas aquelas circunstâncias que ali nunca estiveram; e assim, por falsas exposições, fazem das Escrituras outra coisa.

10. E quão grande pecado é atribuir as obras de Satanás a Deus, e dizer que todas estas e aquelas coisas são proibidas ou ordenadas na Escritura, e assim mentir contra o Senhor e contra a palavra da verdade.

11. Isso envolve todos os súditos contra as leis e o governo de seus governantes, e os envolve no pecado de negar-lhes a justa obediência; enquanto todo o livro de estatutos deve ser encontrado nas Escrituras, ou então condenado como ilícito.

12. Mantém a desobediência nas igrejas, e causa cismas e confusões inevitavelmente; pois aqueles que não querem obedecer aos pastores, nem unir-se às igrejas até que possam mostrar passagens bíblicas particularmente para cada tradução, método, métrica, melodia e tudo o que se faz, não devem unir-se a igreja alguma no mundo.

13. Traz rebelião e confusão para as famílias, enquanto filhos e servos não devem aprender catecismo algum, não ouvir ministro algum, não prestar contas, não observar horas de oração, não, nem mesmo fazer trabalho algum para o qual não haja uma passagem bíblica particular.

14. Coloca os homens em expectativas entusiásticas e em um culto irracional e escandaloso a Deus, enquanto todos os homens devem evitar todos aqueles métodos, frases, livros e auxílios que não estejam expressa ou particularmente na Escritura, e os homens não devem usar suas próprias invenções, ou prudência, na correta ordenação das obras da religião.

15. Destrói o amor e a concórdia cristã, enquanto os homens são ensinados a censurar todos os outros que usam qualquer coisa no culto de Deus que não esteja particularmente na Escritura, e assim a censurar todos os verdadeiros adoradores no mundo.

16. Sim, tentará os homens, por fim, a se cansar de sua própria religião, porque descobrirão que é algo insatisfatório, desconfortável e cansativo fazer a sua própria obra supersticiosa.

17. E tentarão todos os que atraírem para esta opinião a se cansar também da religião. E, na verdade, se a parte de Deus, que é sábia, boa e agradável, não tivesse prevalecido contra a nocividade da superstição dos homens, que é tola, má e desagradável, a religião já teria sido abandonada como algo cansativo e perturbador; ou, o que é tão ruim quanto, teria sido usada apenas para iludir os homens.

18. Sim, tentará os homens, por fim, à infidelidade; pois Satanás rapidamente os ensinará a argumentar que, se a Escritura é uma regra perfeita e particular para quarenta coisas que ali nunca estiveram, então ela é defectiva, e não provém de Deus, mas constitui um empreendimento

daquilo que não é realizado, e, portanto, não passa de um engano.

19. E a notoriedade e o ridículo deste erro tentarão os profanos a fazerem das pessoas religiosas motivo de escárnio.

20. Por fim, os governantes serão tentados, na igreja e no Estado, a considerar tais pessoas como intoleráveis em todas as sociedades, e como aquelas cujos princípios são inconsistentes com o governo. E nenhum agradecimento se deve a esta opinião se não forem tentados a antipatizar com a própria Escritura e, em vez dela, a recorrerem às tradições dos papistas, e à soberania legislativa da igreja, ou algo pior.

Mas aqui também lembre-se de que não acuso ninguém com tudo isto, senão os descritos anteriormente.

Questão 136. Como saberemos quais partes dos preceitos ou exemplos da Escritura foram destinadas a constituir obrigações universais e constantes, e quais foram apenas para o tempo e as personas a quem foram então dirigidos?

Resposta. Não se deve negar que algumas coisas na Escritura, mesmo no Novo Testamento, não constituem leis, muito menos universais e perpétuas. E a diferença deve ser encontrada na própria Escritura.

1. Tudo aquilo que é certamente de obrigação universal e perpétua constitui apenas uma transcrição da lei universal e perpétua da natureza.

2. E tudo aquilo que traz os caracteres expressos de universalidade e perpetuidade sobre si; e tais são todas as partes substanciais do evangelho; como: "Se não vos arrependerdes, todos de igual modo perecereis" (Lucas 13:3, 5). "Aquele que não nascer de novo não pode ver o reino de Deus" (João 3:3, 5). "Aquele que crer nele não pereça, mas tenha a vida eterna" (João 3:16). "Quem crer e for batizado será salvo; mas quem não crer será condenado" (Marcos 16:16). "Sem a santificação ninguém verá o Senhor" (Hebreus 12:14). "Ide, ensinai todas as nações, batizando-as, etc., ensinando-as a guardar todas as coisas que eu vos tenho mandado" (Mateus 28:19-20). Uma abundância de textos semelhantes traz os caracteres expressos de universalidade e perpetuidade (o que muitos chamam de moralidade).

3. E com estes podemos numerar aqueles que foram dados a todas as igrejas, com mandamentos para que os guardassem e os propagassem à posteridade.

4. E aqueles que possuem uma conexão clara e necessária com estes mencionados anteriormente.

5. E aqueles que claramente possuem plena paridade de razão com eles; e onde é evidente que o mandamento foi dado àqueles tempos e pessoas particulares com base em razões não próprias apenas a eles, mas que eram comuns a todos os outros. Não nego que (como Amesius observa após outros) muitas leis cerimoniais e temporárias são instadas (quando são feitas) com motivos naturais e perpétuos; mas as razões para fazê-las eram mais estreitas, quaisquer que fossem as razões para obedecer-lhes.

Por outro lado, preceitos e exemplos estreitos e temporários: *1*. São desprovidos de todos esses caracteres mencionados anteriormente. *2*. Tratam de materiais de uso temporário. *3*. Ou constituem apenas a ordenação de costumes que já existiam ali, e eram próprios daqueles países. *4*. E muitos discursos são claramente apropriados ao tempo e às pessoas. *5*. E muitas ações foram manifestamente ocasionais, sem qualquer sugestão de razão ou propósito de obrigar os outros à imitação.

Por exemplo: *1*. O fato de Cristo pregar às vezes em um monte, às vezes em um barco, às vezes em uma casa e às vezes nas sinagogas mostra que todas estas formas são legítimas em sua época e em ocasião semelhante; mas ele não teve o propósito de obrigar os homens a apenas uma delas.

2. Da mesma forma, o fato de Cristo dar o sacramento de seu corpo e sangue em um cenáculo, em uma casa particular após a ceia, a ninguém além de ministros, e a ninguém além de sua família, e apenas a doze, e apenas no quinto dia da semana, e no gesto de reclinado, inclinado, sentado; todos estes aspectos são claramente ocasionais e não destinados a obrigar à imitação; pois aquilo de que ele fez uma lei ele separou em seus discursos e ordenou-lhes que o fizessem em memória dele até a sua vinda. E Paulo expõe essa distinção em sua prática, em 1 Coríntios 11.

Da mesma forma, a promessa do Espírito de revelação e de milagres é exposta pelo evento como o selo do evangelho e da Escritura, própria daqueles tempos no que se refere ao aspecto principal.

Da mesma forma, o fato de os cristãos primitivos venderem os seus bens e distribuírem aos pobres, ou depositarem aos pés dos apóstolos, foi claramente apropriado àquele tempo, ou a ocasiões semelhantes, pela razão disso; que era demonstrar repentinamente ao mundo o que a crença no céu por meio das promessas de Cristo podia fazer em todos eles, e quão grande era o amor deles para com Cristo e uns para com os outros, e quão pequeno para com o mundo; e também pela cessação de tal prática quando as perseguições diminuíram e as igrejas alcançaram algum estabelecimento; sim, e de início não era uma coisa ordenada a todos, mas apenas feita voluntariamente.

Da mesma forma, o véu das mulheres, e o costume de beijarem-se mutuamente como sinal de amor, e o fato de os homens não usarem cabelos compridos, constituíam os costumes do país ali ordenados e aprimorados pelos apóstolos em relação às coisas sagradas; mas não introduzidos em outros países que não tinham tal costume.

Da mesma forma, a unção era naqueles países considerada saudável e revigorante para o corpo, e uma cerimônia de iniciação em cargos de grande honra; razão pela qual era usada em relação aos doentes, e a concessão de Deus do dom de curar naqueles tempos era frequentemente conjunta com este meio. De modo que daí surgiu a unção dos doentes; e os cristãos antigos a transformaram em uma cerimônia de iniciação, porque somos reis e sacerdotes para Deus. Ora, estas ocasiões não se estendem àqueles países onde a unção não era de tal uso, valor ou significação.

Da mesma forma, o fato de Paulo se fazer judeu para os judeus, e raspar a cabeça, e purificar-se, e circuncidar Timóteo constituem evidentemente conformidades temporárias em uma coisa então legítima, para a prevenção de ofensa e para o avanço do evangelho, e não leis obrigatórias e perpétuas para nós. E assim, a maioria dos teólogos pensa que o comer coisas sufocadas e sangue foi proibido por um tempo apenas para aqueles que conversavam com os judeus, em Atos 15. Embora Beckman apresente muitas razões para a perpetuidade, as quais não são desprezíveis.

Da mesma forma, o ofício de diaconisas (e alguns pensam que o de diáconos) parece adequar-se àquele tempo, e ao estado e condição dos cristãos. E onde as razões e o caso forem os mesmos, as obrigações serão as mesmas. Em uma palavra, o próprio texto nos mostrará, de uma forma ou de outra, quando um mandamento ou exemplo é universal e duradouramente obrigatório, e quando não o é.

Questão 137. Quanto da escritura é necessário para a salvação ser crido e compreendido?

Resposta. Esta questão é tanto mais digna de consideração para que possamos, ao mesmo tempo, compreender o uso de catecismos, confissões e credos (dos quais falaremos a seguir), e as grandes e ternas misericórdias de Deus para com os fracos, e possamos ser capazes de responder aos sofismas dos papistas contra as Escrituras como insuficientes para serem a regra de fé e

de vida, sob o pretexto de que muito delas é difícil de compreender.

1. Aquele que crê que Deus é verdadeiro, e que a Escritura é a sua palavra, deve necessariamente crer que é verdadeiro tudo o que ele crê ser a sua palavra.

2. Toda a Escritura é proveitosa para o nosso conhecimento, amor e prática; e nenhuma parte dela deve ser negligenciada, mas toda deve ser amada, reverenciada e estudada, em tempo e ordem devidos, por aqueles que dispõem de tempo e capacidade para o fazer.

3. Todas as Sagradas Escrituras, seja quanto à matéria ou às palavras, não são de tal modo necessárias que ninguém possa ser salvo sem crer nelas ou compreendê-las; mas algumas partes delas são mais necessárias do que outras.

4. Não é de necessidade para a salvação crer que cada livro ou versículo na Escritura seja canônico, ou escrito pelo Espírito de Deus. Pois, assim como o cânon dos papistas é maior do que aquele que os protestantes reconhecem, da mesma forma, se o nosso cânon se mostrasse defectivo de qualquer livro, não se seguiria que não poderíamos ser salvos por falta de uma fé suficiente. As igrejas imediatamente após o tempo dos apóstolos não tinham, cada uma delas, todos os escritos deles, mas estes foram reunidos com o tempo, e recebidos por graus, à medida que tinham prova de terem sido escritos por pessoas autorizadas e inspiradas. A Segunda Epístola de Pedro, Tiago, Judas, Hebreus e Apocalipse foram recebidos em muitas igrejas depois do restante. E se algum livro se perder (como a profecia de Enoque, ou a epístola de Paulo aos laodicenses, ou qualquer outra de

suas epístelas não nomeadas no restante), ou se qualquer outro no futuro vier a se perder ou for objeto de dúvida, como Cantares de Salomão, ou a Segunda ou Terceira Epístolas de João, a epístola de Judas, etc., não se seguiria que toda a verdadeira fé e esperança de salvação estivessem perdidas com ele.

Constitui uma controvérsia se 1 João 5:7, e alguns outros versículos particulares, são canônicos ou não, porque algumas cópias gregas os trazem e algumas estão sem eles; no entanto, quem quer que erre apenas nisso pode ser salvo.

5. Existem muitas centenas ou milhares de passagens da Escritura cujo significado um homem pode possivelmente ignorar, e no entanto possuir uma fé salvadora, e estar em um estado de salvação. Pois nenhum homem vivo compreende tudo.

6. A Sagrada Escritura constitui um corpo inteiro e belo, o qual contém não apenas as partes essenciais da verdadeira religião, mas também as partes integrantes, e os ornamentos e muitos acidentes; os quais devem ser distinguidos, e não todos tomados como iguais.

7. Tanto quanto contém os elementos essenciais da verdadeira religião deve ser compreendido e crido de necessidade para a salvação; e tanto quanto contém os elementos integrantes da religião conduz grandemente à nossa salvação, tanto para que sejamos mais seguros quanto melhores cristãos, por dispormos de maiores auxílios para ambos.

Os próprios adjuntos também têm o seu uso para nos tornar cristãos mais adornados, e para promover o nosso conhecimento de coisas maiores.

Questão 138. Como podemos conhecer os fundamentais, essenciais ou quais partes são necessárias para a salvação? E é o caminho dos papistas admissível, os quais (alguns deles) negão essa distinção e estabelecem a diferença apenas nos graus das oportunidades de conhecimento dos homens?

Resposta. 1. A perversidade daqueles papistas não pode significar nada melhor do que o próprio cristianismo não ser necessário para a salvação daqueles que não têm oportunidade de conhecê-lo (como a réplica de Johnson a mim, e Santa Clara, e muitos outros sugerem claramente); e se isso fosse inteiramente verdadeiro e certo, nada importaria para a questão entre eles e nós, a qual é: quais são os elementos essenciais do cristianismo? E o que é necessário para a salvação onde o cristianismo é necessário? Ou onde a religião cristã é tornada conhecida, e os homens podem chegar ao conhecimento dela, se fizerem o melhor que puderem? Este é o verdadeiro estado de nossa controvérsia com eles. E ao passo que eles querem tornar todas as partes da fé e prática cristã igualmente necessárias onde os homens têm capacidade e habilidade para conhecê-las, crer nelas e praticá-las, trata-se de um engano grosseiro, indigno de homens que pretendem ter um conhecimento mediano sobre a natureza da religião; e, desse modo, tornam todos os pecados e erros tão iguais quanto todos os deveres e

verdades. Ao passo que: 1. Não há homem que não tenha algum erro e algum pecado. 2. Não há homem que faça tudo o que era capaz de fazer para compreender toda a verdade. 3. Portanto, não há homem cujos próprios erros não sejam (muitos deles, pelo menos) culpáveis ou pecaminosos. 4. E aqueles que distinguem entre pecados mortais e veniais, e no entanto não querem distinguir entre erros mortais e veniais, ou são cegos, ou querem manter os outros cegos. Assim como não constitui um pecado tão condenável para um homem ter um pensamento vão, ou proferir uma palavra vã, quanto não amar a Deus ou a santidade (não, embora ele fosse mais capaz de ter evitado aquela palavra vã do que de ter amado a Deus); da mesma forma não constitui um pecado tão mortal (isto é, inconsistente com um estado de justificado) errar em um assunto pequeno (como quem foi o pai de Arfaxade, ou em qual ano o mundo foi inundado, etc.) quanto blasfemar contra o Espírito Santo, ou negar que Jesus Cristo seja o Salvador do mundo, ou negar que haja um Deus, ou a vida eterna, ou a diferença entre o bem e o mal. Nem todos os pecados são iguais em magnitude ou perigo. Portanto, nem todos os erros são iguais em magnitude, pecaminosidade ou perigo.

2. E qual sacerdote é capaz de saber a quem aceitar como cristão, e batizável, sob tais termos como estes? Quem sabe exatamente quais oportunidades de conhecimento os outros homens tiveram, e quais impedimentos? E batizarão eles de fato um homem que é pagão porque ele não teve oportunidade de chegar ao conhecimento do cristianismo? Penso que não. Ou negarão eles o batismo a alguém que conhece e crê apenas em todos os artigos do credo, e nos pontos principais da religião, pelo fato de ele

não saber muito mais, o que ele teve oportunidade de saber? Penso que não. Não percebem estes homens como se condenam a si mesmos? Pois não dizem eles mesmos que o batismo para o devido receptor lava o pecado e o coloca em um estado de vida? Ó, quando livrará Deus a sua pobre igreja de enganadores facciosos?

3. Ou o cristianismo é algo discernível, ou nada e indiscernível. Se for o último, então os cristãos não devem ser distinguidos dos pagãos e infiéis. Se for o primeiro, então o cristianismo possui as suas partes constitutivas, pelas quais ele é o que é. E então possui partes essenciais distinguíveis do restante.

4. A palavra "fundamentais" sendo apenas uma metáfora deu margem a enganadores e contendores para criarem uma controvérsia e levantarem poeira sobre isso. Portanto, utilizo propositadamente a palavra "essenciais", a qual não é tão sujeita aos sofismas dos homens.

5. Aqueles são os elementos essenciais do cristianismo que são necessários para o batismo do adulto. Conheça apenas isso, e você responderá a todo o palavreado dos papistas, que clamam por uma lista de fundamentais. E certamente não é hoje desconhecido no mundo cristão o que é um cristão, ou quem deve ser batizado: não o sabem os sacerdotes que batizam todos os que são cristianados no mundo? E por que se chama o batismo de nosso cristianamento, se não nos faz cristãos? E por que prometeu Cristo que "aquele que crer e for batizado será salvo" (Marcos 16:16), se tanta fé quanta é necessária para o batismo não servirá também para o estado de salvação de um homem?

6. A aliança baptismal da graça, portanto, constitui a parte essencial do evangelho e da religião cristã; e todo o restante constitui as partes integrantes, e os acidentes ou adjuntos.

7. Esta aliança contém:

I. Objetivamente: 1. Coisas verdadeiras como tais; 2. Coisas boas como tais; 3. Coisas práticas ou a serem feitas, como tais: os *credenda* [coisas a serem cridas], *diligenda* [coisas a serem amadas] (e *eligenda* [coisas a serem escolhidas]) e *agenda* [coisas a serem feitas]; como objetos do intelecto, vontade e capacidade prática do homem.

Os *credenda*, ou coisas a serem conhecidas e cridas, são: 1. Deus como Deus, e nosso Deus e Pai. 2. Cristo como o Salvador, e nosso Salvador. 3. O Espírito Santo como tal, e como o Santificador, e nosso Santificador (quanto à oferta dessas relações na aliança).

Os *diligenda* são as mesmas três Pessoas nessas três relações como boas em si mesmas e para conosco, o que inclui os grandes benefícios da reconciliação e adoção, justificação, santificação e salvação.

Os *agenda*, na época do batismo, que nos tornam cristãos, são: 1. A real entrega, renúncia ou dedicação de nós mesmos a Deus Pai, Filho e Espírito Santo nessas relações. 2. A promessa ou voto de se esforçar fielmente para viver de acordo com as nossas relações assumidas (embora não em perfeição); isto é, como criaturas para com o seu Criador, e seu Deus e Pai reconciliado; como cristãos para com o seu Redentor, seu Instrutor, seu Governante e seu Salvador; e como receptores

voluntários das operações santificadoras e consoladoras do Espírito Santo.

II. Os objetos lhe dizem quais devem ser os atos de nossa parte: 1. Com o entendimento, conhecer e crer; 2. Com a vontade, amar, escolher, desejar e resolver; e, 3. Praticamente, entregar-se pelo presente, e prometer para o tempo futuro. Estes são os elementos essenciais da religião cristã.

8. O credo constitui uma exposição mais ampla dos *credenda*, e a oração do Senhor dos *diligenda*, ou coisas a serem desejadas, queridas e esperadas; e o decálogo da parte natural dos *agenda*.

9. Não permita que a sua própria ignorância, ou as trapaças dos papistas, confundam a questão sobre os fundamentais quanto à matéria e quanto às palavras de expressão. Uma coisa é perguntar: qual é a matéria essencial ao cristianismo? E outra: quais palavras, símbolos ou sentenças são essenciais a ele? À primeira, já lhe respondi. À segunda, digo: 1. Tomando a religião cristã como ela é, uma doutrina extrínseca *in signis* [em sinais], a essência dela constitui-se de palavras e sinais expressivos ou significativos da essência material. Que sejam tais *in specie* [especificamente] é tudo o que é essencial. E se disserem: "Mas quais são essas palavras?", respondo: 2. Que nenhumas palavras particulares no mundo são essenciais à religião cristã. Pois: (1) Nenhuma língua em particular é essencial a ela. Não é necessário para a salvação que você seja batizado, ou aprenda o credo ou as Escrituras em hebraico, grego, latim ou inglês, contanto que o aprenda em qualquer língua compreendida. (2) Não é necessário para a salvação que

você use as mesmas palavras no mesmo idioma, contanto que ele tenha mais palavras do que uma para expressar a mesma coisa. (3) Não é necessário para a salvação que usemos a mesma (ou qualquer uma única) forma, método ou ordem de palavras, tal como estão nos credos, sem alteração. E, portanto, embora os antigos tenham se apegado tenazmente ao mesmo símbolo ou credo, usaram diversas palavras para expressá-lo. (Como pode ser visto em Ireneu, Tertuliano, Orígenes e Rufino; de modo que é claro que, pelo mesmo símbolo, queriam dizer a mesma matéria, embora expressa em alguma variedade de palavras). Embora evitassem tal variedade que pudesse introduzir variedade de sentido e matéria.

10. Sendo as palavras necessárias: 1. Para fazer o aprendiz compreender; 2. Para dizer a outrem o que ele compreende; segue-se que a grande variedade das capacidades dos homens produz uma grande variação na necessidade de palavras ou formas. Um inglês deve tê-las em inglês, e um francês em francês. Um homem compreensivo pode receber todos os elementos essenciais em poucas palavras; mas um homem ignorante deve ter muitas palavras para fazê-lo compreender a matéria. Para aquele que as compreende, as palavras da aliança batismal expressam todos os elementos essenciais do cristianismo; mas para aquele que não as compreende, o credo é necessário para a explicação; e para aquele que não compreende esse credo, um catecismo, ou exposição mais ampla, é necessário. Esta é a explicação clara desta questão, a qual muitos papistas parecem não querer compreender.

Questão 139. Qual é o uso e a autoridade do credo? E é ele de elaboração dos apóstolos ou não? E é ele a palavra de deus ou não?

Resposta. 1. O uso do credo é ser uma explicação clara da fé professada na aliança batismal. *1.* Para a instrução mais completa das pessoas menos instruídas e daquelas que não tinham conhecimento preparatório, e não podiam compreender suficientemente o significado dos três artigos da aliança: o que é crer em Deus Pai, Filho e Espírito Santo, sem mais palavras. *2.* E para a satisfação da igreja, de que realmente os homens compreendiam o que faziam no batismo, e professavam crer.

2. O credo é a palavra de Deus quanto a toda a doutrina ou matéria dele, seja ele o que for quanto à ordem e composição das palavras.

3. Aquilo é frequentemente pelos antigos chamado de apostólico, o que contém a matéria entregue pelos apóstolos, embora não em uma forma de palavras compilada por eles.

4. É certo que todas as palavras que agora estão em nosso credo não foram ali colocadas pelos apóstolos: *1.* Porque algumas delas não estavam presentes nele senão muito tempo depois de seus dias. *2.* Porque as fórmulas antigas não concordam em palavras entre si mesmas.

5. Não se deve duvidar de que os apóstolos determinaram e usaram um credo comumente em seus dias. E que ele é o mesmo com aquele que agora é chamado de Credo dos Apóstolos e de Credo Niceno no que se refere ao principal; mas não exatamente a mesma composição de palavras, nem tinham eles qualquer composição precisa

de palavras que se possa provar. Mas tudo isso é facilmente provável:

(1) Que Cristo compôs um credo quando fez a sua aliança e instituiu o batismo (Mateus 28:19).

(2) Que na igreja judaica, onde os homens eram educados no conhecimento das Escrituras e na expectativa do Messias, supunha-se que as pessoas tinham tanto conhecimento preparatório que as tornava mais capazes para o batismo, tão logo professassem seriamente crer e consentir com os termos da aliança; e, por isso, eram prontamente batizadas (Atos 2:38-40).

(3) Que isto não se podia supor racionalmente entre os gentios, e as pessoas comuns e ignorantes do mundo. E *ignorantis non est consensus* [não há consentimento daquele que ignora]. Não faz aliança quem não compreende a aliança quanto ao que lhe é prometido, e ao que ele promete.

(4) Que os apóstolos batizaram, e fizeram outros batizarem milhares de pessoas, e estabeleceram muitas igrejas, muito antes de qualquer parte do Novo Testamento ter sido escrita, sim, muitos e muitos anos antes.

(5) Que os apóstolos realizaram o seu trabalho tão bem e melhor do que qualquer um que os sucedeu.

(6) Que os seus sucessores no ministério comum instruíram e catequizaram os homens no significado da aliança batismal (que constitui a fé cristã) antes de batizá-los, de acordo com o que a história da igreja nos indica; sim, mantinham-nos frequentemente por muito

tempo no estado de catecúmenos antes de batizá-los. E depois batizavam apenas duas vezes por ano, na Páscoa e no Pentecostes. E recebiam deles uma prestação de contas sobre a sua tolerável compreensão da religião antes de os receberem na igreja.

(7) Não há dúvida, então, de que os apóstolos faziam com que os candidatos ao batismo compreendessem os três artigos do próprio credo e aliança de Cristo, e dessem alguma conta disso antes de batizá-los, ordinariamente entre os gentios.

(8) Não há dúvida, portanto, de que usavam muitas outras palavras explicativas para fazê-los compreender aquelas poucas.

(9) Não há prova nem probabilidade de que usassem uma composição exatamente das mesmas palavras, e nada mais ou menos; porque tinham de lidar com pessoas de várias capacidades: algumas instruídas, que necessitavam de menos palavras, e algumas ignorantes e menos instruídas, que necessitavam de mais; nem qualquer composição desse tipo chegou às nossas mãos.

(10) Mas é mais do que provável que a matéria explicada por eles a todos os catecúmenos fosse sempre a mesma, quando as palavras não eram as mesmas. Pois as promessas de Deus e as condições do homem são sempre as mesmas (onde o evangelho chega). Embora, desde então, pela ocasião das heresias, algumas poucas cláusulas materiais tenham sido inseridas. Pois todos os cristãos tinham um só cristianismo, e deviam seguir por um só caminho para o céu.

(11) É também mais do que provável que não variassem desnecessariamente as palavras, para não ensinar os homens a variarem a matéria; mas que todos os cristãos, antes do batismo, fizessem a mesma profissão de fé quanto ao sentido, e em grande parte a mesma quanto às próprias palavras; usando de cautela necessária, e no entanto evitando precisão desnecessária de formalidade; mas de modo a obviar heresias condenáveis, para que a profissão cristã pudesse alcançar os seus fins.

(12) Por fim, não há dúvida de que essa prática dos apóstolos serviu de exemplo e foi imitada pelas igrejas, e que assim os elementos essenciais da religião foram, pela tradição do credo e do batismo, entregues por eles mesmos, até onde o cristianismo alcançou, muito antes de qualquer livro do Novo Testamento ter sido escrito; e cada cristão era uma impressão, ou transcrição, ou espécime dele. E que as igrejas seguintes, usando o mesmo credo (inteiramente no sentido, e em grande parte nas palavras), puderam muito bem chamá-lo de Credo dos Apóstolos; como fizeram tanto com o ocidental quanto com o niceno.

Questão 140. Qual é o uso dos catecismos?

Resposta. Ser uma explicação mais familiar dos elementos essenciais do cristianismo, e dos principais elementos integrantes, de uma forma mais ampla do que o fazem o credo, a oração do Senhor e o decálogo; para que os ignorantes possam compreendê-la mais facilmente. Nem todo homem pode extrair da Escritura as matérias mais importantes no método correto, como

distintas de todo o restante; e, portanto, faz parte do trabalho dos instrutores da igreja fazer isso para as mãos e uso dos ignorantes.

Questão 141. Poderia qualquer de nós ter conhecido apenas pelas escrituras os elementos essenciais da religião separados do restante, se a tradição não os tivesse entregue a nós no credo, como de compilação apostólica?

Resposta. Sim: pois a própria Escritura nos diz o que é necessário para a salvação; ela nos descreve a aliança da graça, tanto as promessas quanto as condições; e seria estranho se um volume tão grande não nos dissesse tão claramente o que é necessário para a salvação quanto poucas palavras! A Escritura não contém menos do que o credo, mas sim mais.

Questão 142. Qual é o melhor método de um verdadeiro catecismo ou suma de teologia?

Resposta. Se Deus quiser, direi à igreja a minha opinião sobre isso detalhadamente em um tratado específico em latim, chamado *Methodus Theologiæ*, o que aqui não posso fazer. Direi apenas que, entre toda a grande variedade de métodos usados nestes tempos, penso que nenhum se aproxima mais da ordem da matéria (o que constitui a verdadeira recomendação de um método) do que aqueles que expõem a teologia: *1*. No resumo da aliança batismal. *2*. Nas três sumas explicativas: o credo, a oração do Senhor e o decálogo, com os preceitos do

evangelho adicionados. *3*. Na forma mais ampla, que constitui a Escritura inteira. E que o nosso catecismo comum em inglês, e Paræus ou Ursino, e muitos outros que usam esse método comum e fácil, são mais verdadeiramente metódicos do que a maioria dos que pretendem maior exatidão (embora eu elogie muito a grande diligência de homens como Dudley, Fenner, Gomarus e, especialmente, George Sohnius).

Questão 143. Qual é o uso de diversas confissões ou artigos de fé da igreja?

Resposta. Passarei por alto o uso muito ruim que se faz deles em muitos países, onde opiniões desnecessárias ou incertas são inseridas, e aqueles que conseguem obter favor junto ao poder secular aproveitam-se, sob o pretexto de ortodoxia e uniformidade, verdade e paz, para estabelecerem suas opiniões e julgamentos como regra comum à qual todos devem se curvar, embora sejam mais sábios do que eles próprios; e para silenciarem todos os ministros, e dispersarem e dividirem os rebanhos que não queiram dizer ou jurar como eles fazem, isto é, que eles são homens sábios e estão com a razão.

O uso verdadeiro e recomendável de diversas profissões ou confissões de fé da igreja é: *1*. Ser uma instrução para os mais ignorantes sobre como compreender as Escrituras na maioria dos pontos mais importantes. *2*. Ser uma enumeração daquelas doutrinas contra as quais a nenhum ministro será permitido pregar, e de acordo com as quais ele deve instruir o povo. *3*. Ser um testemunho para todas as igrejas vizinhas ou

estrangeiras, em uma época heterodoxa, contenciosa e suspeita, sobre como compreendemos as Escrituras, para a refutação de escândalos e suspeitas injustas, e para a manutenção da comunhão na fé, na caridade e na doutrina.

Questão 144. Não poderia a subscrição das escrituras inteiras servir para todos os fins supracitados sem credo, catecismos ou confissões?

Resposta. 1. Por subscrever as Escrituras você quer dizer ou, geralmente e implicitamente, que tudo nelas é verdadeiro e bom (embora talvez você não saiba o que nelas contém); ou então, particularmente e explicitamente, que cada ponto nelas é por você compreendido e crido como verdadeiro.

No primeiro sentido, não é suficiente para a salvação: pois esta fé implícita realmente não contém ato algum, senão a crença de que tudo o que Deus diz é verdadeiro; o que constitui apenas o objeto formal da fé, e não passa de crer que há um Deus (pois um mentiroso não é Deus). E isto ele pode fazer, o qual nunca creu em Cristo, ou em uma palavra da Escritura, por não a considerar como a Palavra de Deus; sim, o que não quer crer que Deus proíbe a sua vida bestial. Os infiéis ordinariamente chegam até aqui.

No segundo sentido (de uma fé explícita, ou crença particular real), a crença na Escritura inteira é de fato suficiente, e mais do que qualquer homem vivo pode alcançar. Nenhum homem compreende toda a Escritura.

Portanto, aquilo que nenhum homem possui não deve ser exigido de todos os homens, ou de homem algum, para fins de ministério ou comunhão. Ao passo que: 1. Nenhum homem pode subscrever qualquer tradução da Bíblia afirmando que não seja falha, por ser obra de homem defectível. 2. E poucos possuem tal conhecimento do hebraico, do caldeu e do grego a ponto de serem capazes de dizer que compreendem perfeitamente as línguas originais. 3. E nenhum homem que compreende as palavras compreende perfeitamente a matéria. Segue-se que nenhum homem deve ser forçado ou instado a subscrever todas as coisas nas Escrituras como particularmente compreendidas por ele com uma fé explícita. E a fé implícita não é nem de longe o suficiente.

2. O verdadeiro meio-termo, portanto, constitui o caminho antigo: *1.* Selecionar os elementos essenciais para todos os cristãos, a serem cridos particularmente e explicitamente. *2.* Reunir alguns dos elementos integrantes mais necessários, contra os quais os instrutores não pregarão. *3.* E, para todos os homens, além disso, professar em geral que creem implicitamente em tudo o que puderem discernir ser a santa Escritura canônica, e que tudo o que constitui a Palavra de Deus é verdadeiro; suportando uns aos outros inclusive quanto ao número de livros e textos canônicos.

E constitui grande sabedoria e misericórdia de Deus ter assim ordenado que a Escritura contenha o suficiente para exercitar os mais fortes, e no entanto que os mais fracos possam ser ignorantes sobre o significado de mil sentenças, sem perigo de condenação, contanto que compreendam o cerne ou elementos essenciais, e

trabalhem fielmente para crescer no conhecimento do restante.

Questão 145. Não pode um homem ser salvo se crer em todos os elementos essenciais da religião conforme chegados a ele por tradição verbal, e não como contidos nas sagradas escrituras, as quais talvez ele nunca tenha conhecido?

Resposta. 1. Aquele que crer será salvo, por qualquer caminho que chegue à sua crença; contanto que ela seja sã quanto ao objeto e ao ato; isto é, se contiver todos os elementos essenciais, e estes forem predominantemente cridos, amados e praticados.

2. Sendo as Escrituras os registros da doutrina de Cristo entregues por ele mesmo, por seu Espírito e por seus apóstolos, constitui ofício dos ministros, e dever de todos os instrutores, abrir estas Escrituras àqueles que ensinam, e entregar as particularidades sob a autoridade desses registros inspirados e selados que as contêm.

3. Aqueles que assim recebem verdades particulares, de um instrutor que lhes explica a Escritura, as recebem em subordinação à Escritura, materialmente e quanto à parte do instrutor; embora não formalmente e quanto à sua própria parte; e embora a autoridade da Escritura, por não ser compreendida por eles, não constitua o objeto formal de sua fé, mas apenas a autoridade de Deus em geral.

4. Aqueles que são ignorantes sobre a existência da Escritura sofrem uma grande desvantagem em sua fé.

5. No entanto, não podemos dizer senão que pode ser o caso de milhares serem salvos pelo evangelho entregue por tradição, sem resolverem a sua fé na autoridade das Escrituras. Pois:

1. Este foi o caso de todos os cristãos (quanto ao Novo Testamento) que viveram antes de ele ser escrito; e existem vários artigos do credo agora necessários que o Antigo Testamento não revela.

2. Este pode ser o caso de milhares em países ignorantes, onde a Bíblia, por ser rara, é para a maioria desconhecida.

3. Este pode ser o caso de milhares de crianças a quem se ensina o credo e o catecismo antes de compreenderem o que é a Bíblia.

4. Este pode ser o caso de milhares entre os papistas, onde alguns sacerdotes perversos guardam não apenas a leitura, mas o conhecimento das Escrituras longe do povo, por medo de que sejam ensinados a resolver a sua fé nelas; e lhes ensinam apenas os artigos de fé e o catecismo, como conhecidos apenas pela tradição da igreja.

Questão 146. É a escritura adequada para todos os cristãos lerem, sendo ela tão obscura?

Resposta. 1. Os elementos essenciais e os pontos necessários para a salvação são claros.

2. Somos frequente e veementemente ordenados a nos deleitarmos nela e a meditarmos nela dia e noite; a

esquadrinhá-la; a ensiná-la aos nossos próprios filhos, falando dela em casa e fora, ao deitar-nos e ao levantar-nos, e a escrevê-la nos umbrais de nossas casas, e em nossas portas, etc.

3. Ela é adequada à necessidade e compreensão dos mais humildes, para dar luz aos simples e para tornar sábios os próprios tolos.

4. Os antigos pais da igreja e os cristãos eram todos desta opinião.

5. Todas as igrejas cristãs do mundo costumavam lê-la abertamente a todos, mesmo aos mais simples; e, se podem ouvi-la, podem ler as mesmas palavras que ouvem.

6. Deus abençoou o ignorante eunuco etíope quando o encontrou lendo as Escrituras, embora ele não soubesse o sentido do que lia, e enviou-lhe Filipe para o instruir e converter.

7. Timóteo foi educado no conhecimento das Escrituras em sua infância.

8. Aquilo que está escrito para e por todos os homens pode ser lido por todos os que puderem; mas a Escritura foi escrita para e por todos, etc.

Objeção. Mas existem muitas coisas nela difíceis de compreender.

Resposta. *1*. E existem muitas coisas fáceis de compreender. *2*. Nunca dissemos que os homens não deveriam usar a ajuda de seus instrutores, e tudo o que puderem para compreendê-la. *3*. Não foram esses

instrutores outrora ignorantes? E no entanto leram-na pela ajuda de instrutores; e o mesmo podem fazer os outros. *4.* Assim como o rei, para fins de concórdia, ordena a todos os mestres-escola que ensinem uma só gramática, da mesma forma Deus faz com que constitua o ofício do ministro instruir o povo nas Escrituras. E não seria uma questão indigna de um mestre-escola discutir se os alunos devem aprender pelo seu livro ou pelo seu mestre? Sim, concluir que deve ser pelo seu mestre, e não pelo seu livro; ou que eles nunca devem abrir o livro, senão quando o mestre estiver precisamente ao lado para ensiná-los. A doutrina dos papistas, que nos dizem que as Escrituras não devem ser lidas pelo povo comum, por ser essa a origem de todas as heresias, é tão desumana e ímpia, demonstrando tamanha inimizade contra as Escrituras e contra o conhecimento, que, se não houvesse outra, faria com que os amantes da religião e das almas dos homens orassem fervorosamente a Cristo para salvar os seus rebanhos de tais sedutores, que de forma tão judaica utilizam a chave do conhecimento.

Objeção. But muitos distorcem as Escrituras para a sua própria perdição, e qual heresia não é defendida como que pela autoridade delas?

Resposta. 1. E muitos milhares recebem conhecimento e graça salvadora por elas. A lei do Senhor é perfeita e restaura a alma. Toda a Escritura é proveitosa para instrução, etc., para tornar o homem de Deus perfeito. Ela constitui a semente incorruptível pela qual nascemos de novo, e o leite espiritual com o qual somos nutridos.

2. E não é igualmente verdadeiro: *Primeiro*, que a lei da terra é abusada por todo falso pretendente, advogado e

juiz corrupto? Qual causa, por pior que seja, não é defendida nos tribunais algumas vezes sob o pretexto de lei? E qual ação, por pior que seja, pela qual alguns não pretendam basear-se em lei? O que se segue então? Deve a lei ser proibida ao povo comum por causa disso?

Segundo, não, o que é tanto abusado para a injustiça e o pecado quanto a própria razão? Para qual heresia ou crime não defendem os homens basear-se na razão? Deve a razão por isso ser proibida ao povo comum?

Terceiro, sim, pelo contrário, isto significa que a lei e a razão estão tão longe de serem coisas a serem proibidas aos homens que são de fato aquelas coisas pelas quais a natureza e a necessidade ensinaram a todo o mundo a provar e discernir o certo do errado, o bom do mau; caso contrário, homens bons e maus não concordariam todos assim em pretender apoiar-se nelas e apelar para as suas decisões.

Quarto, se muitos homens são envenenados ou mortos ao comerem ou beberem, se a visão de muitos homens é abusada para desviá-los em direção ao pecado, etc., o caminho não é nada comer senão o que nos é colocado na boca; nem arrancar nossos olhos, ou fechar as pálpebras, e sermos guiados apenas por um sacerdote; mas sim usar ambos com mais cautela, com o melhor conselho e ajuda que pudermos obter.

Quinto, e não percebem estes enganadores que a sua razão defende com igual força que os próprios sacerdotes e prelados nunca deveriam ler a Escritura (e consequentemente que ela deveria ser banida do mundo)? Pois quem que esteja desperto no mundo pode

ignorar que foram sacerdotes e prelados que foram os líderes de quase todas as heresias e facções; que diferem em suas exposições e opiniões, e lideram o povo comum em direção a todas as heresias em que caem? Quem, então, deveria ser proibido de ler a Escritura, senão os sacerdotes e prelados, que as distorcem para a sua própria perdição e para a de outros homens?

Questão 147. Até que ponto deve a tradição, e as palavras dos homens, e o ministério serem usados ou confiados no exercício da fé?

Resposta. *1*. As igrejas e os ministros receberam o evangelho em Escritura da parte dos apóstolos, e o credo como o resumo da fé; e o entregaram a outros, e estes a nós.

2. Os ministros, por ofício, são os instrutores do povo no significado dele, e os guardas das Escrituras, assim como os advogados o são das leis da terra.

Questão 148. Como conhecemos o verdadeiro cânon da Escritura em distinção aos apócrifos?

Resposta. Por estes meios reunidos: *1*. Há, na maior parte, uma excelência venerável especial nos próprios livros, a qual nos ajuda na recepção distinta deles.

2. A tradição da história infalível da igreja nos diz quais livros são aqueles que foram escritos por homens inspirados pelo Espírito Santo, e que selaram a sua doutrina com milagres naqueles tempos; sendo apenas

matéria de fato (quais livros tais homens escreveram a quem Deus deu testemunho), a história infalível da igreja (tal como a que temos para saber quais são os estatutos da terra, e quais são falsificados) constitui uma notificação e prova suficientes.

3. O Espírito santificador ainda em todas as eras e nos cristãos atesta a divindade e verdade da doutrina do corpo principal da Bíblia, especialmente o evangelho; e então, se errássemos sobre a autoridade de um livro particular, isso não derrubaria a nossa fé. Não é necessário para a salvação crer que este texto particular seja divino, mas constitui pecado e tolice duvidar sem causa das partes, quando o Espírito atesta a doutrina e o corpo do livro. Passo por estas coisas brevemente, porque já as tratei mais amplamente em outro lugar.

Questão 149. É a leitura pública da escritura o trabalho próprio de um ministro? Ou pode um leigo ordinariamente fazê-lo? Ou outro oficial?

Resposta. Nos mesmos casos em que mostrei anteriormente que um leigo pode pregar, ele também pode ler as Escrituras. Sobre o que convém consultar as páginas anteriores.

2. Não há dúvida de que se trata de um trabalho que condiz bem com os ministros ou pastores ordenados, e constitui parte integrante de seu ofício; e não deveria ser dispensado por eles quando puderem fazê-lo.

3. Quando necessitarem de ajuda, os diáconos são ministros ordenados, autorizados a ajudá-los em tal trabalho, e são os mais adequados para o fazer.

4. Se em um caso de necessidade um leigo não pode ordinariamente ler a Escritura para a congregação constitui um caso que reluto em determinar, por relutar em supor tal necessidade. Mas se o ministro não puder, e não houver diácono, não posso provar que seja ilícito para um leigo fazê-lo sob a **Direção** do pastor. Vivi algum tempo sob a liderança de um idoso ministro de cerca de oitenta anos de idade (o qual nunca pregava por si mesmo), cuja visão falhava, e por não ter recursos para manter um assistente, recitava ele mesmo de memória as Orações Comuns, e obteve a ajuda de um alfaiate em um ano, e de um debulhador de cereais ou trabalhador diário pobre em outro ano, para ler todas as Escrituras. Se isso não era melhor do que nada, deixo para consideração.

E penso ser comumente aceito que, onde não houver ministro, é melhor para o povo reunir-se e ouvir um leigo ler as Escrituras e alguns bons livros do que ficarem sem auxílios e culto público.

Questão 150. É lícito ler os apócrifos, ou quaisquer bons livros além das escrituras, na igreja? Como homilias, etc.?

Resposta. 1. Não é lícito lê-los como se fossem a Palavra de Deus, ou fingir que sejam as Sagradas Escrituras, pois isso constitui uma falsidade e uma adição à Palavra de Deus.

2. Não é lícito lê-los de forma escandalosa, com um título e de uma maneira que tendam a atrair o povo a crer que são a Palavra de Deus, ou sem uma distinção suficiente deles em relação às Sagradas Escrituras.

3. Se qualquer um dos livros apócrifos (como Judite, Tobias, Bel e o Dragão, etc.) for tão fabuloso, falso e ruim quanto afirmam os nossos escritores protestantes (Reignoldus, Amesius, Whitakers, Chamier e uma abundância de outros), não é lícito lê-los ordinariamente, daquela maneira honrosa pela qual os capítulos chamados lições são comumente lidos nas assembleias. Nem é lícito ler de igual modo livros heréticos, fabulosos ou errôneos.

Mas é lícito ler publicamente escritos apócrifos e humanos, homilias ou sermões edificantes, sob as seguintes condições:

1. Contanto que constituam de fato doutrina sã, santa e adequada à edificação do povo.

2. Contanto que não sejam lidos de forma escandalosa, sem os diferenciar suficientemente do livro de Deus.

3. Contanto que não sejam lidos para excluir ou impedir a leitura das Escrituras, ou qualquer outro dever necessário da igreja.

4. Contanto que não sejam lidos para manter um ministério ignorante e preguiçoso que não pode ou não quer fazer melhor; nem para exercitar a preguiça do ministro e impedi-lo de pregar.

5. E especialmente se a autoridade o ordenar, e o acordo da igreja o exigir, como uma significação de qual doutrina é aquela que professam.

6. Ou se as necessidades da igreja o exigirem; como no caso de não terem ministro, ou não terem quem possa fazer tanto para a sua edificação de qualquer outra forma.

7. Portanto, o uso de catecismos é confessado lícito na igreja por quase todos.

Questão 151. Podem as assembleias da igreja ser realizadas onde não há ministro? Ou qual culto público pode ser assim realizado por leigos? (como entre os infiéis ou papistas, onde a perseguição matou, aprisionou ou expulsou os ministros).

Resposta. *1*. Uma assembleia de tal tipo que não possui pastor, ou ministro de Cristo, não constitui uma igreja em um sentido político, conforme a palavra significa uma sociedade que consiste em pastor e rebanho; mas pode constituir uma igreja em um sentido mais amplo, conforme a palavra significa apenas uma comunidade ou associação de cristãos particulares para mútua ajuda em coisas santas.

2. Tal assembleia deve, nos dias do Senhor e em outros momentos adequados, reunir-se para mútua ajuda e para a adoração pública de Deus, conforme puder, de preferência a não se reunir de modo algum.

3. Nessas reuniões, eles podem realizar tudo o que se segue: 1. Podem orar juntos, sendo um leigo o orador. 2.

Podem cantar salmos. 3. Podem ler as Escrituras. 4. Podem ler alguns escritos santos e edificantes de teólogos, ou repetir sermões de alguns ministros. 5. Alguns que forem mais capazes podem falar para instrução e exortação dos demais, como um mestre de casa pode fazer em sua família, ou os vizinhos para despertarem as graças de Deus uns nos outros, como foi explicado anteriormente. 6. E alguns desses homens podem catequizar os mais jovens e mais ignorantes. 7. Podem, por conferência mútua, abrir os seus casos uns aos outros e comunicar qual conhecimento ou experiência possuem, para o louvor de Deus e edificação mútua. 8. Podem fazer uma profissão solene de sua fé, aliança e sujeição a Deus Pai, Filho e Espírito Santo; e tudo isso é melhor do que nada.

Mas:

1. Nenhum deles pode fazer nada disso como pastor, governante, sacerdote ou instrutor por ofício da igreja. *2.* Nem podem batizar. *3.* Nem administrar a Ceia do Senhor. *4.* Nem excomungar por sentença (mas apenas concordar executivamente em evitar os notoriamente impenitentes). *5.* Nem absolver ministerialmente, ou como por autoridade; nem exercer nenhum dos poderes das chaves, isto é, do governo. *6.* E devem fazer o melhor que puderem para obter um pastor tão logo sejam capazes.

Questão 152. É lícito subscrever ou professar pleno assentimento e consentimento a quaisquer

livros religiosos além da Escritura, visto que todos são falíveis?

Resposta. 1. Não é lícito professar ou subscrever que qualquer livro seja mais verdadeiro ou melhor do que é; ou que não há falha em nenhum que seja falho; ou professar que cremos que qualquer homem mortal seja totalmente infalível em tudo o que escrever ou disser, ou impecável em tudo o que fizer.

2. Porque todos os homens são falíveis, e assim o somos nós ao julgar, não é lícito dizer de quaisquer livros extensos e duvidosos, nos quais não conhecemos falha alguma, que não há falha ou erro neles; visto que somos incertos, e é usual para os melhores homens, mesmo em seus melhores escritos, orações ou trabalhos, serem falhos, como consequência ou efeito de nossa imperfeição culpável comum. Mas podemos dizer que não conhecemos falha ou erro neles, se de fato não conhecemos nenhum.

3. É lícito professar ou subscrever o nosso assentimento e consentimento a qualquer escrito humano que julguemos ser verdadeiro e bom, de acordo com a medida de sua verdade e bondade; assim como, se confissões da igreja que forem sãs nos forem apresentadas para o nosso consentimento, podemos dizer ou subscrever: "Eu considero toda a doutrina contida neste livro como verdadeira e boa". E, ao agir assim, não afirmo a infalibilidade dos autores, mas apenas a veracidade do escrito. Não digo que ele não possa errar, ou que ele nunca erra; mas que não erra nisto, até onde sou capaz de discernir.

Questão 153. Podemos legalmente jurar obediência em todas as coisas lícitas e honestas, quer a usurpadores, quer aos nossos pastores legítimos?

Resposta. 1. Se a questão tratasse da imposição de tais juramentos, eu diria que passaram muitos séculos antes de as igrejas de Cristo (quer sob perseguição, quer em sua prosperidade e glória) conhecerem qualquer prática desse tipo, como a do povo ou dos presbíteros jurarem obediência aos bispos. E quando isso surgiu, a magistratura, os príncipes e os imperadores caíram sob os pés do papa; e o clero cresceu até alcançar o estado em que o vemos no reino romano, chamado igreja. E longe estaria eu de desejar que tais juramentos fossem impostos.

2. Mas, tratando a questão apenas sobre a prestação de tais juramentos, e não sobre a imposição deles, digo que:

(1) Não é lícito jurar obediência a um usurpador, civil ou eclesiástico, *in licitis et honestis* [em coisas lícitas e honestas]; porque constitui sujeitar-nos a ele, e um reconhecimento daquela autoridade que ele não possui; pois não podemos jurar ir além quanto a obedecer ao próprio rei senão em coisas lícitas e honestas; e agir assim em relação a um usurpador constitui uma ofensa ao rei e a Cristo.

(2) Mas se o próprio rei nos ordenar jurar obediência a um usurpador civil subordinado, ele por isso deixa de ser um usurpador e recebe autoridade, e isso se torna o nosso dever. E se aquele que era um usurpador

eclesiástico, *quoad personam* [quanto à pessoa], por não ter um chamado verdadeiro para um ofício legítimo, vier depois a ter um chamado, ou se algo ocorrer que torne o nosso dever consentir e chamá-lo, então o impedimento proveniente de sua usurpação é removido.

(3) Não é lícito, embora o magistrado civil nos ordene jurar obediência mesmo em coisas lícitas e honestas, a um usurpador cujo próprio ofício seja ilícito, ou proibido por Cristo, pelo fato de ele ser tal oficial. Nenhum protestante considera lícito jurar obediência ao papa como papa; nem tampouco pensam aqueles que consideram os presbíteros leigos como um ofício ilícito que seja lícito jurar obediência a eles como tais.

(4) Se alguém que se encontra em um ofício eclesiástico ilícito estiver ao mesmo tempo em outro que seja lícito, podemos jurar obediência a ele no que se refere ao ofício lícito. Assim, é lícito jurar obediência ao papa na Itália como um príncipe temporal em seus próprios domínios; e a um cardeal (como Richelieu, Mazarino, Ximenes, etc.) como ministros do rei, exercendo um poder dele derivado. Assim, é lícito para um inquilino, onde a lei e o costume o exigirem, jurar fidelidade a um presbítero leigo como seu senhorio ou senhor temporal e mestre. E assim os antigos não conformistas, que consideravam a prelazia inglesa um ofício ilícito, mantinham, contudo, ser lícito prestar o juramento de obediência canônica, porque pensavam que era imposto pelo rei e pelas leis, e que não juramos a eles como oficiais que reivindicam um direito divino no governo espiritual, mas como ordinários, ou oficiais constituídos pelo rei para exercerem tanta jurisdição eclesiástica sob a autoridade dele quanto ele

possa delegar; de acordo com o juramento de supremacia, no qual todos reconhecemos o rei como supremo em todas as causas eclesiásticas; isto é, não o pastor supremo, bispo ou portador das chaves espirituais ou governante, mas o governante civil supremo da igreja, o qual possui o poder da espada, e de determinar todas as coisas extrínsecas ao ofício pastoral; e, assim, do governo coercitivo de todos os pastores e igrejas, bem como dos demais súditos. E se a prelazia fosse provada ser totalmente ilícita, não há dúvida de que, pela ordem do rei, podemos jurar ou realizar obediência formal a um prelato como ele sendo oficial do rei. Sobre o julgamento dos não conformistas acerca disto, leia-se Bradshaw contra Canne, etc.

(5) Mas, em tal caso, nenhum juramento a inferiores é lícito sem o consentimento do poder soberano, ou pelo menos contra a sua vontade.

(6) Embora constitua um dever para o rebanho obedecer a cada presbítero, contudo, se eles quisessem fazer todo o povo jurar obediência a eles, todos os cristãos sábios e conscientes deveriam discordar da introdução de tal costume e negar tais juramentos até onde legitimamente puderem; isto é:

1. Se o rei for contrário, devemos recusá-lo.
2. Se ele for neutro ou meramente passivo nisso, devemos recusar, a menos que alguma necessidade aparente para o bem da igreja o exija.

Pois:

1. Isso demonstra orgulho em tais presbíteros.

2. Trata-se de um novo costume na igreja, e contrário à prática antiga.

3. Não é apenas sem autoridade alguma que lhes foi dada por Cristo que exigem tais juramentos, mas também contrário à grande humildade, modéstia e condescendência com as quais ele descreve os seus ministros, os quais devem ser grandes sendo os servos de todos.

4. E tende a corromper o clero para o futuro.

5. E tais novas imposições dão justo motivo aos príncipes e ao povo para suspeitarem de que os presbíteros estão aspirando a alguma exaltação desordenada, ou possuem algum projeto ruim para o avanço de si mesmos.

(7) No entanto, se não for apenas a ambição deles que o impõe, mas quer o rei e as leis o ordenem, quer a necessidade o exija para evitar um mal maior, pode ser lícito e um dever prestar um juramento de obediência a um presbítero ou bispo legítimo; porque: 1. É um dever obedecer-lhes. 2. E não nos é proibido por Cristo prometer ou jurar fazer o nosso dever (mesmo quando possam pecar ao exigirem tal juramento).

(8) Se um ofício for lícito nas partes essenciais, e no entanto contiver partes integrantes ilícitas, ou adjuntos, ou for abusado no exercício, ele não se tornará ilícito por tais adições ou abusos para se jurar obediência ao oficial como tal.

(9) Se um presbítero ou bispo quiser fazer outro presbítero ou bispo jurar obediência a ele sem

autoridade, o caso é o mesmo que o dos usurpadores mencionados anteriormente.

Questão 154. Deve toda a nossa pregação ser baseada em um texto da Escritura?

Resposta. *1*. Em muitos casos pode ser lícito pregar sem um texto; fazer discursos sagrados como os de Gregório Nazianzeno, e homilias como as de Macário, Efraim, o Sírio, e de muitos outros antigos, e como as nossas próprias homilias da igreja.

2. Mas ordinariamente constitui o caminho mais adequado pregar com base em um texto da Escritura. *1*. Porque constitui o nosso próprio ofício ensinar o povo a Escritura. Os profetas traziam uma nova palavra ou mensagem da parte de Deus; mas os sacerdotes apenas guardavam, interpretavam e pregavam a lei já recebida; e nós não somos sucessores dos profetas inspirados, mas, como os sacerdotes eram, instrutores da Palavra recebida de Deus. E esta prática ajudará o povo a compreender o nosso ofício. *2*. E preservará a devida estima e reverência às Sagradas Escrituras, as quais a prática contrária pode diminuir.

Questão 155. Não está a lei de moisés ab-rogada, e todo o antigo testamento fora de uso, e por isso não deve ser lido publicamente e pregado?

Resposta. *1*. A aliança da inocência cessou *cessante subditorum capacitate* [cessando a capacidade dos súditos] como uma aliança ou promessa. E o mesmo

ocorreu com as leis positivas próprias de Adão naquele estado, e de muitas pessoas particulares desde então.

2. A aliança mista de graça e obras, própria dos judeus, com toda a lei judaica como tal, nunca foi feita para nós, nem para o restante do mundo; e para os judeus ela cessou pela vinda e leis e aliança mais perfeitas de Cristo.

3. As profecias e tipos de Cristo, e as promessas feitas a Adão, Abraão e outros sobre a sua vinda em carne, estão todas cumpridas e, por isso, não são úteis para todos os fins de sua primeira realização; e as muitas profecias de coisas e pessoas particulares passadas e idas estão realizadas.

4. Mas a lei da natureza ainda constitui a lei de Cristo; e essa lei nos é amplamente exposta no Antigo Testamento; e se Deus uma vez, para outro uso, disse: "Isto é a lei da natureza", a verdade destas palavras como uma doutrina divina e exposição da lei da natureza ainda é a mesma.

5. A aliança da graça feita com Adão e Noé para toda a humanidade ainda está em vigor quanto aos grandes benefícios e condição principal, isto é, quanto ao perdão dado por ela aos verdadeiros crentes arrependidos, com direito à vida eterna, e quanto à obrigação de obediência sincera para a salvação; embora não quanto à ainda futura vinda de Cristo na carne. E esta lei da graça nunca foi revogada além do que a vinda de Cristo cumpriu e aperfeiçoou; portanto, para o restante do mundo, que nunca pode ter o evangelho ou testamento mais perfeito, como os cristãos possuem, a lei anterior da graça ainda está em vigor. E essa é a lei, conjugada com a lei da natureza, sob a qual o mundo sem a igreja agora se

encontra; sob ela, digo, quanto à força da lei e a uma promulgação anterior feita a Adão e Noé, e a algumas indicações comuns dela em tolerâncias misericordiosas, perdões e benefícios; embora quantos se encontram sob ela quanto ao conhecimento, recepção, crença e obediência dela, e consequentemente são salvos por ela, é mais do que eu ou qualquer homem sabe.

6. Existem muitas profecias de Cristo e da igreja cristã no Antigo Testamento ainda por se cumprirem, e, portanto, constituem a Palavra de Deus para nós.

7. Existem muitos preceitos de Deus para os judeus e para pessoas particulares que lhes foram dados por razões comuns a eles conosco; onde a paridade de razão ajudará daí a colher o nosso próprio dever agora.

8. Existem muitas expressões santas (como nos Salmos) que são adequadas a pessoas em nossa condição, e que provieram do Espírito de Deus; e, por isso, como tais, são adequadas para nós hoje.

9. Mesmo as promessas cumpridas, tipos e profecias continuam sendo palavras de Deus, isto é, a sua palavra dada aos seus vários usos próprios; e embora muito do seu uso tenha mudado ou cessado, o mesmo não ocorreu com tudo: continuam úteis para nós para confirmarem a nossa fé, enquanto vemos a sua realização, e vemos o quanto Deus ainda conduzia a sua igreja à felicidade em um mesmo e único caminho.

10. Por todas estas razões, portanto, podemos ainda ler o Antigo Testamento e pregar sobre ele nas igrejas públicas.

Questão 156. Devemos crer que a lei de moisés algum dia vinculou outras nações, ou que quaisquer outras partes da Escritura as vinculavam ou lhes pertenciam? Ou que os judeus eram toda a igreja visível de deus na terra?

Resposta. Conjugo estas três questões para fins de rapidez de resposta.

I. 1. Algumas das matérias da lei de Moisés vinculavam todas as nações; isto é, a lei da natureza como tal.

2. Aqueles que tinham o conhecimento da lei judaica estavam vinculados colateralmente a crer e obedecer a todas as exposições da lei da natureza contidas nela, e a todas as leis que foram dadas por razões comuns a todo o mundo (como sobre graus de parentesco para o casamento, regras particulares de justiça, etc.). Como no caso de eu ouvir Deus falar do céu a outrem que está ao meu lado: "Não te casarás com a viúva de teu pai; porque isso é abominável"; eu, sendo seu súdito, devo aplicar a mim o que é falado a outro por uma razão comum.

3. Todos aqueles gentios que queriam ser prosélitos, unir-se aos judeus em sua política e habitar entre eles estavam vinculados a serem observadores de suas leis. Mas: *Primeiro*, a lei de natureza como mosaica não vinculava formal e diretamente outras nações. *Segundo*, nem estavam vinculados às leis de sua política peculiar, civil ou eclesiástica, que eram de caráter positivo. A razão é: (1) Porque constituíam um só corpo de leis políticas, dado peculiarmente a um corpo político. Até mesmo o

próprio decálogo era para eles uma lei política. (2) Porque Moisés não foi autorizado ou enviado para ser o mediador ou entregador daquela lei a qualquer nação que não os judeus. E nunca tendo sido, no ato de promulgação, enviado ou direcionado ao restante do mundo, não podia vinculá-lo.

II. Quanto à segunda questão, embora a Escritura como um escrito não vinculasse todo o mundo, contudo: *1*. A lei da natureza como tal, a qual está registrada na Escritura, vinculava a todos. *2*. A aliança da graça foi feita com toda a humanidade em Adão e Noé; e eles estavam vinculados a promulgá-la por tradição a toda a sua descendência. E, sem dúvida, assim o fizeram; quer por palavra (como todos fizeram), quer por escrito também (como é provável que alguns tenham feito, tal como as profecias de Enoque, que é provável que tenham sido entregues por escrito, pois de outro modo não teriam sido preservadas em termos até o tempo de Judas). *3*. E o próprio Deus, conforme mencionado anteriormente, por providências reais, perdoando e concedendo benefícios àqueles que mereciam o inferno, em parte a promulgou por si mesmo. *4*. As nações vizinhas podiam aprender muito pela doutrina e tratamento de Deus para com os judeus.

III. À terceira questão, respondo: *1*. Os judeus eram um povo escolhido por Deus dentre todas as nações da terra para ser uma nação santa e o seu tesouro peculiar, possuindo uma lei e aliança divina peculiar, e muitos grandes privilégios dos quais o restante do mundo era estrangeiro; de modo que foram elevados acima de todos os outros reinos do mundo, embora não em riqueza, nem

em poder mundano, nem em extensão de domínio, mas em uma estima especial para com Deus.

2. Mas eles não eram o único povo a quem Deus fez uma aliança da graça em Adão e Noé, como distinta da lei ou aliança da inocência.

3. Nem eram o único povo que professava adorar o Deus verdadeiro; tampouco a santidade e a salvação estavam confinadas a eles, mas eram encontradas em outras nações. Portanto, embora tenhamos apenas pouca informação sobre o estado de outros reinos em seus tempos, e mal saibamos quais igrejas nacionais (isto é, nações inteiras que professavam fé salvadora) existiam, contudo podemos concluir que havia outras igrejas visíveis além dos judeus. Pois: *Primeiro*, nenhuma Escritura o nega; e a caridade deve então esperar o melhor. *Segundo*, as Escrituras do Antigo Trabalho nos dão um relato pequeno de outros países, mas apenas dos judeus, com alguns de seus vizinhos. *Três*, Sem estava vivo nos dias de Abraão (sim, cerca de 34 anos após a morte de Abraão, e dentro de 12 anos após a morte de Ismael, a saber, até cerca do Ano do Mundo 2158). E um homem tão grande e abençoado como Sem não pode ser considerado como menos do que um rei, e tendo um reino governado de acordo com a sua santidade; e assim, que havia com ele não apenas uma igreja, mas uma igreja nacional, ou reino santo. *Quatro*, e Melquisedeque era um rei e sacerdote santo; e, por isso, tinha um reino santamente governado; e, consequentemente, não apenas uma igreja visível, mas também nacional (supondo que ele não fosse Sem, como pensam os judeus e Broughton, etc.; pois a situação do seu país faz com que muitos

abandonem essa opinião). *Cinco*, e Jó e seus amigos mostram que havia igrejas então além dos judeus. *Seis*, e não se deve pensar que toda a posteridade de Ismael apostatou repentinamente. *Sete*, nem que a posteridade de Esaú não possuía estado de igreja (pois ambos mantinham a circuncisão). *Oito*, nem é provável que a descendência de Abraão por Quetura fossem todos apóstatas, tendo estado outrora na igreja. Pois, embora a promessa especial tenha sido feita à semente de Isaque como a nação santa peculiar, etc., contudo não como os únicos filhos de Deus, ou pessoas em estado de salvação. *Nove*, e as passagens em Jonas sobre Nínive nos dão também algumas indicações nesse sentido. *Dez*, e estando Jafé e a sua semente sob uma bênção especial, não é provável que tenham todos se tornado apóstatas. E o que havia em todos os outros reinos do mundo é pouco conhecido por nós.

Devemos, portanto, tomar cuidado para não concluir (como os judeus orgulhosos estavam, por fim, propensos a fazer de si mesmos) que, pelo fato de serem uma nação escolhida e privilegiada acima de todas as outras, o Redentor, sob a lei da graça feita a Adão, não possuía outras igrejas no mundo, e que não havia ninguém salvo senão os judeus e prosélitos.

Questão 157. Devemos pensar de igual modo acerca das igrejas cristãs de hoje, que elas são apenas elevadas acima do restante do mundo como os judeus eram, mas não o único povo que é salvo?

Resposta. Sendo esta questão mais adequada para outro lugar, sobre qual esperança há de salvação para as pessoas que não são cristãs, eu a tratei propositadamente em outro tratado (em meu *Methodus Theologiæ*), e direi apenas agora: *1*. Que aqueles que não recebem a Cristo e o evangelho revelado e oferecido a eles não podem ser salvos. *2*. Que todos aqueles serão salvos (se é que existem) que nunca tiveram meios suficientes para conhecer a Cristo encarnado e, no entanto, realizam fielmente as condições comuns da aliança da graça conforme foi feita com Adão e Noé; e, particularmente, todos os que são verdadeiramente santificados, que verdadeiramente odeiam todo pecado conhecido, e amam a Deus como Deus acima de tudo, como seu Pai misericordioso, reconciliado e que perdoa, e depositam todas as suas esperanças no céu, na fruição eterna dele na glória, e ali fixam os seus corações, e, por essas esperanças, negam o interesse da carne e todas as coisas deste mundo.

3. Mas quantos ou quem faz isto em todos os reinos do mundo, os quais não possuem o conhecimento distinto dos artigos da fé cristã, não nos é possível saber.

4. Mas (como Tomás de Aquino e os escolásticos ordinariamente concluem esta questão) temos certeza de que a igreja possui esta prerrogativa acima de todas as outras: que a salvação é incomparavelmente mais comum aos cristãos do que a quaisquer outros, à medida que a sua luz, ajudas e meios são maiores. As opiniões de Justino, Clemente de Alexandria, Orígenes e muitos outros antigos sobre a salvação dos pagãos supõe-se que sejam conhecidas. Resumidamente:

1. Parece-me claro que todo o mundo que não é cristão, e não possui o evangelho, não foi pela encarnação de Cristo colocado em uma condição pior do que aquela em que se encontrava antes; mas pode ser salvo nos mesmos termos em que poderia ter sido salvo antes.

2. Que os apóstolos de Cristo estavam em um estado de salvação antes de crerem nos artigos da morte de Cristo pelo pecado, de sua ressurreição, ascensão, concessão do Espírito Santo e vinda de Cristo para julgamento, conforme devem agora ser cridos.

3. Que todos os fiéis antes da vinda de Cristo foram salvos por uma fé mais geral do que a que os apóstolos tinham, por não ser terminada nesta pessoa, Jesus, como o Messias, mas apenas esperavam o Messias que haveria de vir.

4. Que, assim como mais artigos são necessários àqueles que possuem o evangelho do que àqueles que não o possuem, e àqueles desde a encarnação de Cristo que ouvem falar dele do que aos judeus anteriormente, da mesma forma anteriormente havia mais coisas necessárias até mesmo para aqueles judeus (que tinham um credo mais curto do que aquele em que os apóstolos creram antes da ressurreição) do que para o restante do mundo que não possuía promessas, profecias, tipos e leis tão particulares, distintas e completas quanto eles tinham.

5. Que a promessa, aliança ou lei da graça foi feita a toda a humanidade caída em Adão e Noé.

6. Que esta lei ou aliança continua a ter o mesmo teor, e não foi revogada.

7. Que esta aliança concede misericórdia que perdoa, e salvação, e promete vitória sobre Satanás, para e pela semente santa.

8. Que a condição da parte do homem é o arrependimento, e a fé em Deus como um Deus misericordioso que perdoa o pecado e salva o crente arrependido. Mas exatamente quão particular ou distinta devia ser a crença deles na encarnação de Cristo é difícil determinar.

9. Mas, após a encarnação de Cristo, mesmo aqueles que não a conhecem, contudo, não estão pela primeira aliança vinculados a crer que o Messias ainda há de encarnar, ou que o Verbo se fez carne; pois não estão vinculados a crer em uma inverdade, e isso como condição de salvação.

10. Os homens foram salvos por Cristo cerca de quatro mil anos antes de ele ser homem, e ter sofrido, satisfeito ou merecido como homem.

11. Todo o curso da providência real de Deus desde a queda encheu tanto o mundo de misericórdias contrárias ao demérito do homem que constitui uma proclamação universal real da lei da graça que perdoa; a qual se tornou, desse modo, inclusive uma lei da natureza, isto é, da natureza caída e perdoada, assim como a primeira era a lei natural da inocência.

12. Cristo concede uma grande medida de misericórdia àqueles que nunca ouviram falar dele ou não o conhecem; e concede muito mais misericórdia aos crentes do que aquela de que possuem um conhecimento e crença particulares.

13. Não há salvação senão por Cristo, o Salvador do mundo; embora haja mais misericórdia da parte de Cristo do que fé em Cristo.

14. Nenhum homem jamais pôde ser salvo sem crer em Deus como um Deus misericordioso, que perdoa e salva, embora muitos tenham sido salvos sem conhecerem a pessoa de Cristo determinadamente. Pois aquele que se aproxima de Deus deve crer que ele existe, e que se torna galardoador dos que o buscam diligentemente; o qual não faz acepção de pessoas, mas, em qualquer nação, aquele que o teme e faz o que é justo é aceito por ele.

15. Todas as nações da terra que não possuem o evangelho estão obrigadas por Deus ao uso de certos meios e ao aprimoramento de certas misericórdias, com vistas ou tendência à sua salvação. E constitui pecado da parte delas se não os usarem.

16. Deus não estabeleceu meio algum em vão, o qual os homens devam ou não usar, ou usar de forma desesperançada. Mas o seu mandamento para usar qualquer meio para qualquer fim contém (embora não uma promessa explícita, contudo) grande e confortável encorajamento para usar esse meio com esperança.

17. Portanto, o mundo está agora, em comparação com a igreja católica, muito semelhante ao que era antes da encarnação de Cristo em comparação com a igreja judaica; os quais, contudo, tinham de muitas maneiras grande vantagem, embora Deus não fosse o Deus apenas dos judeus, mas também dos gentios, os quais tinham a lei escrita em seus corações, e uma consciência que os acusava ou defendia.

18. Aqueles teólogos exagerados que pretendem ter certeza de que todo o mundo que não é cristão está condenado adicionam à Palavra de Deus, e são grandes agentes de Satanás para tentarem os homens à infidelidade e ao próprio ateísmo, e para dissuadirem a humanidade de discernir a infinita bondade de Deus; e fazem com que muitos neguem a imortalidade da alma, em vez de crerem que cinco partes em seis do mundo hoje, e quase todas antes da encarnação de Cristo, possuem almas imortais criadas propositadamente nelas para serem condenadas, sem qualquer meio proposto e possibilidade natural de remédio; e como sei que derramarão as suas severas censuras sobre estas linhas (o que eu poderia evitar se considerasse isso mais do que a verdade), da mesma forma, com a medida com que medirem, lhes será medido; e outros os condenarão com tanta confiança quanto eles condenam quase todo o mundo; e serei audaz em avaliar que eles são destruidores da igreja por agirem de forma exagerada. Veja mais em meu livro *Vindication of God's Goodness* [Vindicação da Bondade de Deus].

Questão 158. Não deveriam os cristãos adotar apenas a sabedoria da escritura, sem estudarem filosofia e o aprendizado humano dos outros pagãos?

Resposta. Já provei a utilidade do conhecimento comum chamado aprendizado humano por meio de vinte razões em meu livro intitulado *The Unreasonableness of Infidelity* [A Irracionalidade da Infidelidade], Parte 2, Seção 23, Página 163, para o qual remeto o leitor; e direi

apenas agora: *1.* A graça pressupõe a natureza; somos homens na ordem da natureza, pelo menos antes de sermos santos, e a razão existe antes da revelação sobrenatural. *2.* O conhecimento comum, portanto, serve de apoio à fé: devemos conhecer o Criador e as suas obras; e o Redentor nos restaura ao conhecimento devido do Criador: o aprendizado humano, no sentido em questão, é também divino; Deus é o autor da luz da natureza, bem como da graça. Nós temos mais do que os pagãos, mas não devemos, por isso, ter menos, e deitar fora o bem que é comum a eles e a nós; caso contrário, não deveríamos ter almas, corpos, razão, saúde, tempo, comida, bebida, vestes, etc., pelo fato de os pagãos os terem. As obras de Deus são honrosas, procuradas por todos os que nelas têm prazer; e a filosofia física nada mais é do que o conhecimento das obras de Deus. *3.* E o conhecimento de idiomas é necessário tanto para o convívio humano quanto para a compreensão das próprias Escrituras. As Escrituras não contêm uma gramática grega ou hebraica para a compreensão das línguas em que foram escritas, mas nos supõem ensinados nessas línguas por outros meios para que possamos interpretá-las. *4.* O uso do evangelho não é ensinar-nos todas as coisas necessárias a serem conhecidas, mas ensinar-nos, sob a suposição de nosso conhecimento comum, como avançar mais alto em direção ao conhecimento sobrenatural salvador, à fé, ao amor e à prática. A Escritura não nos diz como construir uma casa, arar, semear, tecer ou fazer as nossas obras de arte. Todo aquele que aprende a língua de seu país com os seus pais possui aprendizado humano da mesma espécie que o aprendizado do grego e do hebraico; aquele

que não aprende a ler não pode ler a Bíblia. E aquele que não a compreende nas línguas originais deve confiar nas palavras de outros homens que possuem aprendizado humano, ou então permanecer alheio a ela.

Mas, embora ninguém além de tolos orgulhosos negue a necessidade daquele aprendizado humano que aprimora a natureza, e que serve de apoio ao nosso conhecimento das revelações sobrenaturais, contudo bem nos admoesta Paulo a tomarmos cuidado para que ninguém nos engane com filosofias vãs; e diz que a sabedoria do mundo é loucura para com Deus, e que o conhecimento de Cristo crucificado constitui a verdadeira filosofia ou sabedoria cristã. Pois, na verdade, os filósofos que tateavam na escuridão em busca do conhecimento de Deus frequentemente tropeçavam e introduziam uma abundância de vaidades lógicas e físicas, incertezas e falsidades sob o nome de filosofia, por meras sutilezas e altas pretensões, buscando a glória da sabedoria para si mesmos; ao passo que uma coisa é conhecer as obras de Deus e a Deus nelas, e outra coisa é compor um sistema de física e metafísica contendo uma abundância de erros e confusões, e misturando algumas poucas certezas com uma grande quantidade de incertezas e inverdades, e com cada escola de pensamento derrubando o que as outras afirmavam, e todas elas refutando os métodos e asserções das outras, e nenhuma provando as suas próprias. E a verdade é que, após todas as descobertas recentes, ainda há tanto erro, trevas, incerteza e confusão na filosofia de cada escola pretensa (os peripatéticos, os estoicos, os pitagóricos e platonistas, muito mais os epicuristas, os lulistas e cartesianos, Telesio, Campanella, Patrizzi, Gassendi, etc.) que constitui uma maravilha que qualquer

um que as tenha testado thoroughly possa ser tão fraco a ponto de gloriar-se muito das certezas e métodos de qualquer uma delas, as quais até hoje são tão palpavelmente incertas e cheias de erros certos. Podemos, portanto, fazer uso de todo verdadeiro aprendizado humano, real e instrumental (e feliz é o estudante que se apega às partes certas e úteis, bem distintas do restante, e verdadeiramente as usa para os seus grandes e devidos fins); mas as sutilezas e tolices nas quais alguns gastam as suas vidas por mera ostentação, bem como presunções incertas, deveriam ser muito negligenciadas; e as grandes, certas, necessárias e salvadoras verdades da moralidade e do evangelho devem ser caramente amadas, e agradecidamente abraçadas, e estudadas com diligência, e fielmente praticadas por todos os que desejam provar-se sábios no final.

Questão 159. Se pensarmos que a escritura e a lei da natureza se contradizem em algum ponto, qual delas pode ser o padrão pelo qual a outra deve ser testada?

Resposta. *1*. É certo que elas nunca se contradizem. *2*. A lei da natureza ou é aquela que é muito clara pela evidência natural, ou aquela que é obscura (como graus de parentesco impróprios para o casamento, o mal das mentiras de ofício, etc.). *3*. As Escrituras também possuem as suas partes claras e as mais obscuras. *4*. Uma passagem obscura da Escritura não deve ser exposta contrariamente a uma verdade natural clara. *5*. Um ponto escuro e duvidoso na natureza não deve ser exposto contrariamente a uma escritura clara e certa. *6*. Supor

que haja uma contradição aparente em casos de igual clareza ou dúvida constitui um caso que não se deve supor; mas aquele que tiver tal ilusão deve agir como agiria se pensasse que duas passagens bíblicas fossem contraditórias, isto é, deve estudar melhor a ambas até ver o seu erro; lembrando-se ainda de que a evidência natural possui a vantagem de ser: 1. A primeira em ordem; 2. E a mais comum e recebida por todos; mas a evidência sobrenatural possui a vantagem de ser, na maior parte das vezes, a mais clara e satisfatória.

Questão 160. Não podemos esperar que deus nos dê ainda mais revelações de sua vontade do que as que já foram feitas na escritura?

Resposta. Deve-se distinguir entre: *1*. Novas leis ou alianças para a humanidade, e novas predições ou informações de uma pessoa particular. *2*. Entre o que pode possivelmente ser, e o que podemos esperar como certo ou provável.

E assim concluo:

1. Que é certo que Deus não fará outra aliança, testamento ou lei universal para o governo da humanidade ou da igreja como regra de dever e de julgamento. Porque ele nos disse frequentemente que esta aliança e lei é perfeita e estará em vigor como nossa regra até o fim do mundo.

Objeção. Da mesma forma se dizia sobre a lei de Moisés, que ela deveria permanecer para sempre, sim, sobre muitas cerimônias nela contidas.

Resposta. 1. No original lê-se apenas por eras e eras, ou para gerações e gerações, o que traduzimos por "para sempre", quando significa apenas para muitas gerações. *2.* Em lugar nenhum se diz, sobre a lei de Moisés como tal, que ela deveria continuar até o fim do mundo, ou até o dia do julgamento, como se diz sobre o evangelho. E, *3.* Não se diz que ele nada mais acrescentará ao testamento anterior, mas, ao contrário, que fará uma nova aliança com eles, etc. Mas aqui, no evangelho, ele resolve peremptoriamente contra todas as inovações e adições.

2. É certo que Deus não fará nenhuma nova escritura ou palavra inspirada como regra infalível e universal para a exposição da palavra já escrita. Pois: 1. Isso constituiria uma adição que ele desautorizou; e, 2. Implicaria uma insuficiência no evangelho para os seus fins (como não sendo inteligível) que é contrária à sua perfeição afirmada; e, 3. Seria contrário àquele caminho estabelecido para a compreensão da Escritura que Deus já determinou e estabeleceu para nós até o fim.

3. É certo que Deus dará a todos os seus servos, em suas respectivas medidas, o auxílio e a iluminação de seu Espírito para a compreensão e aplicação do evangelho.

4. É possível que Deus faça novas revelações a pessoas particulares sobre os seus deveres particulares, eventos ou matérias de fato, em subordinação à Escritura, quer por inspiração, visão, aparição ou voz; pois ele não nos disse que nunca fará tal coisa. Como dizer-lhes o que acontecerá a eles ou a outros; ou dizer: "Vá a tal lugar", ou "Habite em tal lugar", ou "Faça tal coisa", o que não é contrário à Escritura, nem coordenado, mas apenas uma

determinação subordinada de algum caso indeterminado, ou a circunstanciação de uma ação.

5. Embora tal revelação e profecia sejam possíveis, não há certeza sobre elas em geral, nem qualquer probabilidade de ocorrerem a qualquer pessoa individualmente, muito menos uma promessa. E, portanto, esperar por isso, ou orar por isso, constitui apenas um presumido tentar a Deus.

6. E todos os cristãos sóbrios deveriam ser tanto mais cautelosos para não serem enganados por suas próprias imaginações, porque a experiência certa nos diz que a maioria em nossa era que pretendeu profetizar, ou ter inspirações, ou revelações, foram pessoas melancólicas, com mentes desequilibradas, próximas à loucura, as quais se provaram iludidas no final; e que tais pessoas desequilibradas continuam propensas a tais imaginações.

7. Portanto, também, todos os cristãos sóbrios devem tomar cuidado para não crerem precipitadamente em cada profeta ou pretenso espírito, para que não sejam desviados da regra sagrada e, antes que percebam, sejam perdidos em expectativas e conceitos vãos.

Questão 161. Não se deve esperar uma terceira regra do espírito santo, ou um reino de amor mais perfeito, como distinto do reinado do criador e do redentor?

Resposta. 1. As obras *ad extra* [externas] e o reinado do Pai, do Filho e do Espírito Santo são indivisos. Mas, no

entanto, algumas coisas são mais eminentemente atribuídas a uma pessoa na Trindade, e algumas a outra.

2. Pela lei e aliança da inocência, o Criador reinava de forma eminentemente onipotente. E o Filho reinava de forma eminentemente sapiente, inicialmente sob a aliança da promessa ou da graça desde Adão até a sua encarnação e a descida do Espírito Santo, e mais plena e perfeitamente depois por meio do Espírito Santo. E o Espírito Santo, desde então, reina nos santos como o Paráclito, Advogado ou Agente de Cristo, e Cristo por meio dele, eminentemente pelo amor santo; o que se dá ainda de forma inicial; mas o mesmo Espírito Santo, pelo amor perfeito, reinará perfeitamente na glória para sempre; exatamente como o Espírito do Pai e do Filho. Nós já temos o reino inicial do amor pelo Espírito, e teremos o reino perfeito no céu; e além do inicial e do perfeito não há outro. Nem se deve esperar o reino perfeito antes do dia do julgamento, ou de nossa remoção para o céu; pois o nosso reino não é deste mundo. E aqueles que vendem tudo e seguem a Cristo fazem a troca por uma recompensa no céu; e aqueles que sofrem perseguição por amor dele devem alegrar-se porque a sua recompensa no céu é grande; e aqueles que socorrem um profeta ou homem justo por amor de Cristo, e que perdem qualquer coisa por ele, terão de fato cem vezes mais (em valor) nesta vida, mas no mundo vindouro a vida eterna. Seremos arrebatados nas nuvens para o encontro do Senhor nos ares, e assim estaremos sempre com o Senhor; e essas são as palavras com as quais devemos consolar uns aos outros, e não com esperanças judaicas de um reino terrestre. E no entanto "aguardamos novos céus e nova terra, onde habita a justiça, de acordo

com a sua promessa". Mas quem serão os habitantes, e em que aquele céu e terra diferirão, e o que teremos então a fazer com a terra, quer sejamos supervisores daquela terra justa (e assim julguemos ou governemos o mundo) assim como os anjos estão agora sobre nós neste mundo, são coisas que ainda não compreendo.

Questão 162. Podemos esperar por milagres no futuro?

Resposta. 1. A resposta à Questão 160 pode servir para esta. 1. Deus pode operar milagres se lhe aprouver, e não nos disse que nunca o fará.

2. Mas ele não nos prometeu que o fará, e por isso não podemos crer em tal promessa, nem esperá-los como algo certo. Tampouco pode alguém orar pelo dom de milagres.

3. Mas, se houver alguma probabilidade de ocorrerem, será para aqueles que estão convertendo nações infiéis, quando puderem ser em parte de uso semelhante ao que foram de início.

4. No entanto, é certo que Deus ainda às vezes opera milagres; mas de forma arbitrária e rara, o que não deve colocar nenhuma pessoa individualmente na expectativa de recebê-los.

Objeção. Não é a promessa a mesma para nós que foi para os apóstolos e cristãos primitivos, se pudéssemos apenas crer como eles creram?

Resposta. 1. A promessa a ser crida vai antes da fé que crê nela, e não aquela fé antes da promessa.

2. A promessa do Espírito Santo foi para a perpetuidade, para santificar todos os crentes; mas a promessa daquele dom especial de milagres foi para um tempo, porque era para um uso especial; isto é, para ser um selo permanente para a verdade do evangelho, do qual todas as eras posteriores podem se convencer no que se refere ao fato, e assim continuar a ter o uso e benefício de tais milagres. E a Providência (cessando os milagres) expõe assim a promessa. E se os milagres tivessem de ser comuns a todas as pessoas e eras, seriam como que não milagres. E vimos que aqueles que com mais confiança creram que os realizariam falharam todos.

Mas escrevi tão amplamente sobre este ponto em uma disputa estabelecida em meu Tratado chamado *The Unreasonableness of Infidelity* [A Irracionalidade da Infidelidade], provando plenamente aqueles primeiros milagres como satisfatórios e obrigatórios para todas as eras seguintes, que devo remeter o leitor para lá.

Questão 163. Deve a Escritura ser testada pelo Espírito, ou o Espírito pela Escritura, e qual deles deve ser preferido?

Resposta. Apresento a questão de forma assim confusa para o benefício daqueles que costumam fazê-lo, para mostrar-lhes como saírem de sua própria confusão. Deve-se distinguir: *1*. Entre o Espírito em si considerado, e a Escritura em si. *2*. Entre as diversas operações do Espírito. *3*. Entre as diversas pessoas que possuem o Espírito.

E assim se deve concluir:

1. Que o Espírito em si é infinitamente mais excelente do que a Escritura. Pois o Espírito é Deus, e a Escritura é apenas a obra de Deus.

2. A operação do Espírito nos apóstolos foi mais excelente do que a operação do mesmo Espírito hoje em nós; por produzir efeitos mais excelentes, e mais infalíveis.

3. Portanto, as Sagradas Escrituras, as quais foram os ditames infalíveis do Espírito nos apóstolos, são mais perfeitas do que qualquer uma de nossas apreensões que venham pelo mesmo Espírito (o qual não possuímos em tão grande medida).

4. Portanto, não devemos testar as Escrituras por nossas apreensões mais espirituais, mas as nossas apreensões pelas Escrituras; isto é, devemos preferir o Espírito inspirando os apóstolos a redigirem as Escrituras, antes do Espírito iluminando a nós para compreendê-las, ou antes de quaisquer inspirações presentes, sendo o primeiro mais perfeito; porque Cristo deu aos apóstolos o Espírito para nos entregarem infalivelmente os seus próprios mandamentos, e para redigirem uma regra para as eras seguintes; mas ele nos dá o Espírito apenas para compreendermos e usarmos essa regra corretamente.

5. Este testar o Espírito pelas Escrituras não constitui colocar a Escritura acima do próprio Espírito, mas é apenas um testar o Espírito pelo Espírito; isto é, as operações do Espírito em nós mesmos e as suas revelações a quaisquer pretendentes hoje, pelas operações do Espírito nos apóstolos, e por suas revelações registradas para o nosso uso. Pois eles, e não nós, são chamados fundamentos da igreja.

Questão 164. Como se deve testar um pretenso profeta ou revelação?

Resposta. 1. Se for contrário à Escritura, deve ser rejeitado como um engano.

2. Se for a mesma coisa que já está na Escritura, nós já a temos revelada de forma mais certa; portanto, a revelação não pode ser senão um auxílio para a fé da pessoa, ou um chamado à obediência, ou uma repreensão de algum pecado; o que cada homem deve crer conforme haja evidência real de que se trata de fato de uma revelação ou visão divina; e, se não for, a mesma coisa continua segura para nós na Escritura.

3. Se for algo que está apenas além da Escritura (como sobre eventos e fatos, ou profecias do que acontecerá a determinados lugares ou pessoas), devemos primeiro ver se a evidência de uma revelação divina é clara ou não; e isso é conhecido: 1. Para a própria pessoa, pelo poder autoatestador e convincente de uma revelação divina, o qual homem algum conhece senão aquele que o tem (e devemos ser muito cautelosos para não tomarmos falsos conceitos como sendo tais). 2. Mas, para si mesmo e para os outros, é conhecido: (1) No presente, por milagres claros e incontestáveis, os quais constituem a atestação de Deus; os quais, se os homens demonstrarem, estamos vinculados (neste caso) a crer neles. (2) Para o futuro, pelo evento, quando as coisas claramente acontecerem de modo a provar que a predição proveio de Deus. Aquele, portanto, que não lhe der, por milagres certos e incontestáveis, uma prova justa de que foi enviado por

Deus, deve ser ouvido com uma crença suspensa; você deve esperar até que o evento mostre se ele diz a verdade ou não: e não agir de modo algum nesse meio tempo sob uma presunção não provada, seja da verdade ou da falsidade de suas palavras.

4. Se você estiver em dúvida se o que ele fala é contrário à Palavra de Deus ou não, você deve ouvi-lo com uma suspeita proporcional, e não lhe dar crédito até que tenha testado se é assim ou não.

5. Constitui uma armadilha perigosa e pecado crer nas profecias ou revelações de alguém apenas porque são pessoas muito santas e o afirmam ou juram com toda a confiança. Pois eles próprios podem estar enganados. Como também tomar delírios ou concepções histéricas ou melancólicas como as revelações do Espírito de Deus, e assim atribuir a falsidade a Deus.

Questão 165. Pode alguém ser salvo se crer que a Escritura contém qualquer equívoco ou erro, e não crer nela totalmente?

Resposta. A parte principal da resposta a isto deve ser buscada no que foi dito anteriormente sobre os fundamentais. *1*. Nenhum homem pode ser salvo se não crer que Deus não é mentiroso, e que toda a sua palavra é verdadeira; porque, na verdade, ele não crê que há um Deus.

2. Nenhum homem pode ser salvo se não crer nos pontos que são essenciais à verdadeira piedade; nem homem

algum que ouve a palavra, que não crê em tudo o que é essencial ao cristianismo, ou à aliança e religião cristã.

3. Um homem pode ser salvou se não crer que alguns livros da Escritura (como Judas, 2 Pedro, 2 João, 3 João, Apocalipse) sejam canônicos, ou a Palavra de Deus; contanto que creia sinceramente no restante, ou nos elementos essenciais.

4. Aquele que pensa que os profetas, historiadores sagrados, evangelistas e apóstolos foram guiados a uma entrega e registro infalível de todos os grandes, substanciais e necessários pontos do evangelho, mas não a uma infalibilidade em cada expressão secundária, frase, citação ou circunstância, desfavorece a sua própria fé quanto a todo o restante; mas no entanto pode ser salvo, se crer na substância com uma crença sã e prática.

Questão 166. Quem são aqueles que atribuem pouco demais à escritura, e quem os que atribuem demais; e qual é o perigo de cada extremo?

Resposta. *I*. Não é fácil enumerar todos os erros em cada extremo; mas apenas dar alguns exemplos de cada um.

1. Atribuem pouco demais à Escritura aqueles que negam ter sido ela redigida por inspiração do Espírito infalível de Deus, e ser inteiramente verdadeira.

2. E aqueles que detraem de algumas partes ou livros dela enquanto creem no restante.

3. E aqueles que pensam que ela não foi dada como uma lei de Deus, e como uma regra de fé e de vida.

4. E aqueles que pensam que ela não é uma lei e regra universal para todo o mundo, mas apenas para algumas partes (supondo-se a pregação dela).

5. E aqueles que pensam que ela é uma lei e regra imperfeita, que deve ser completada com o suplemento de tradições ou revelações.

6. E aqueles que pensam que ela foi adaptada apenas ao tempo em que foi escrita, e não ao nosso, por não prever o que haveria de ser.

7. E aqueles que pensam que ela é culpavelmente defectiva em método.

8. E aqueles que pensam que ela é culpavelmente defectiva em frase, adequação ou elegância de estilo.

9. E aqueles que pensam que ela não contém tudo o que era necessário ou adequado para determinação universal daquele tipo de coisas que ela de algum modo determina universalmente; como, por exemplo, que instituiu dois sacramentos, mas não todos os daquele tipo que são adequados para serem feitos, mas deixou os homens inventarem e fazerem mais da mesma natureza e uso.

10. E aqueles que pensam que ela é adequada apenas para os instruídos, ou apenas para os não instruídos, apenas para os príncipes, ou apenas para os súditos, etc.

11. E aqueles que pensam que ela é apenas por um tempo, e depois, por alteração, a ser aperfeiçoada, como a lei de Moisés o foi.

12. E aqueles que pensam que o papa, príncipes ou prelados, ou quaisquer homens, podem mudá-la ou alterá-la.

II. Atribuem demais (em quantidade, mas pouco demais em virtude) à Escritura:

1. Aqueles que querem estabelecê-la em vez de toda a lei e luz da natureza, como excluindo esta como inútil onde a Escritura está presente.

2. E aqueles que imaginam que ela serve em vez de todas as gramáticas, lógica, filosofia e todas as outras artes e ciências, e que constitui uma regra perfeita e particular para cada governante, advogado, médico, marinheiro, arquiteto, agricultor e comerciante realizar o seu trabalho por ela.

3. E aqueles que imaginam ser ela plenamente suficiente para todos os homens provarem a sua própria autoridade e verdade, sem o uso subsidiário daquela história e tradição da igreja que nos informa sobre os supostos fatos, e deve nos ajudar a saber quais livros são canônicos e quais não; e sem evidência histórica de que estes são os livros verdadeiros que os profetas e apóstolos escreveram, e dos milagres e providências que os atestaram.

4. E aqueles que pensam ser ela suficiente para a sua própria promulgação, ou para a instrução do povo, sem o ministério do homem para preservá-la, entregá-la, traduzi-la, expô-la e pregá-la ao povo.

5. E aqueles que pensam ser ela suficiente para santificar os homens, sem o concurso da iluminação, vivificação e operação interna do Espírito para esse fim.

6. E aqueles que dizem que nenhum homem pode ser salvo pelo conhecimento, crença, amor e prática de todas as partes substanciais do cristianismo trazidas a ele por tradição, pais ou pregadores, que nada lhe digam sobre as Escrituras, mas lhe entreguem as doutrinas como atestadas por milagres e pelo Espírito sem qualquer notícia do livro.

7. E aqueles que dizem que apenas a Escritura deve ser usada quanto a toda a história dos tempos bíblicos, e que é ilícito fazer uso de quaisquer outros historiadores (como Josefo e outros semelhantes).

8. E aqueles que dizem que nenhum outro livro de teologia além da Escritura é útil, sim, ou lícito de ser lido pelos cristãos, ou pelo menos na igreja.

9. E aqueles que dizem que as Escrituras são tão divinas, não apenas na matéria, mas no método e estilo, que não há nada de imperfeição ou fraqueza humana (inculpável) nelas.

10. E aqueles que dizem que o método lógico, e a frase, são tão perfeitos quanto Deus era capaz de fazê-los.

11. E aqueles que dizem que todas as passagens na Escritura, historicamente relatadas, constituem verdades morais; e assim fazem das palavras do diabo a Eva, sobre Jó, a Cristo, etc., todas verdadeiras.

12. E aqueles que dizem que todas as passagens na Escritura eram igualmente obrigatórias para todos os

outros lugares e eras, como para aqueles que primeiro as receberam (como o ósculo de paz, os véus das mulheres, o lavar os pés, a unção dos doentes, as diaconisas, etc.).

13. E aqueles que fazem da Escritura uma regra tão perfeita para a nossa crença que nada deve ser considerado como certo que chegue a nós por qualquer outro caminho (como o conhecimento natural ou histórico).

14. E aqueles que pensam que os homens não podem traduzir a Escritura, transformar os Salmos em métrica, afiná-los, dividir a Escritura em capítulos e versículos, etc., como sendo alterações depreciativas da palavra perfeita.

15. E aqueles que pensam ser ela uma regra particular tão perfeita de todas as circunstâncias, modos, adjuntos e expressões externas de e no culto de Deus que nenhum desses pode ser inventado ou adicionado pelo homem se ali não estiver prescrito; como tempo, lugar, vestimenta, gesto, utensílios, métodos, palavras e muitas outras coisas mencionadas anteriormente.

16. E aqueles que judaicamente imaginam uma multidão de mistérios não provados nas letras, ordem, números e nomes próprios na Escritura (embora eu não negue que haja muito mistério que pouco observamos).

17. Aqueles que dizem que a Escritura é toda ela tão clara que não existem passagens obscuras ou difíceis nelas, as quais os homens corram o risco de distorcerem para a sua própria perdição.

18. E aqueles que dizem que tudo na Escritura é tão necessário para a salvação (mesmo as profecias mais obscuras) que não podem ser salvos os que não as compreendem a todas; ou pelo menos não se esforçam estudiosa e particularmente para compreendê-las.

19. E aqueles que dizem que cada livro e texto deve, de necessidade para a salvação, ser crido como canônico e verdadeiro.

20. E aqueles que dizem que Deus preservou de tal modo a Escritura que não existem leituras variadas e textos duvidosos por causa disso, e que nenhumas cópias escritas ou impressas foram corrompidas (quando Dr. Heylin nos diz que o impressor do rei imprimiu o sétimo mandamento assim: "Cometerás adultério"). Todos estes erram por agir de forma exagerada.

III. Os perigos do primeiro extremo, de detração da Escritura, são estes: *1*. Prejudica o Espírito, que é o autor das Escrituras. *2*. Ataca o fundamento de nossa fé, ao enfraquecer os registros que nos foram deixados para crer; e encoraja os homens a pecarem, ao diminuir a autoridade da lei de Deus; e enfraquece as nossas esperanças, ao enfraquecer as promessas. *3*. Abala o governo universal de Cristo, ao abalar a autoridade ou perfeição de suas leis pelas quais ele governa. *4*. Abre caminho para usurpações e tradições humanas como suplementos às Sagradas Escrituras; e deixa os homens livres para contornarem e corrigirem a Palavra e o culto de Deus, e criarem leis e doutrinas coordenadas de sua autoria. *5*. Impede a convicção e conversão dos pecadores, e os endurece na incredulidade, ao questionar ou enfraquecer os meios que deveriam convencê-los e

convertê-los. *6*. Constitui uma tentação para os homens à maldita adição à Palavra de Deus.

IV. Os perigos de agir de forma exagerada aqui são estes: *1*. Conduz diretamente à infidelidade; pois, quando os homens descobrem que a Escritura é imperfeita ou carece daquilo que eles imaginam ser parte de sua perfeição, e ser realmente insuficiente, por exemplo, para ensinar aos homens física, lógica, medicina, idiomas, etc., estarão propensos a dizer: "Ela não provém de Deus, porque não contém aquilo que finge conter". *2*. Deus é feito o autor de defeitos e imperfeições. *3*. A Escritura é exposta ao escárnio e à refutação dos infiéis. *4*. Os papistas são auxiliados em provarem a sua imperfeição. Mas devo parar, tendo falado sobre este ponto anteriormente na Questão 35, e em parte na Questão 30, 31, 33, de forma mais detalhada.

Questão 167. Até que ponto os bons homens pregam e oram agora pelo Espírito?

Resposta. *1*. Não por tal inspiração de matéria nova da parte de Deus como a que os profetas e apóstolos tiveram para redigirem as Escrituras.

2. Não de modo a excluir o exercício da razão, da memória ou da diligência; as quais devem ser tanto e mais exercitadas do que em relação a quaisquer coisas comuns.

3. Não de modo a excluir o uso e a necessidade da Escritura, do ministério, de sermões, livros, conferências, exemplos, uso ou de outros meios e ajudas.

Mas:

1. O Espírito redigiu aquela doutrina e Escritura que constitui a nossa regra para a oração e para a pregação.

2. Os milagres e obras do Espírito em e pelos apóstolos selam aquela doutrina para nós, e confirmam a nossa fé nela.

3. O Espírito, em nossos pastores e instrutores fiéis, ensina-nos por meio deles a orar e a pregar.

4. O Espírito, por meio da iluminação, vivificação e santificação, concede-nos uma familiaridade habitual com os nossos pecados, as nossas necessidades, com a palavra de preceito e promessa, com Deus, com Cristo, com a graça, com o céu. E concede-nos um hábito de santo amor a Deus, e bondade e gratidão pela misericórdia e fé em Cristo, e na vida por vir, e desejos de perfeição, e ódio ao pecado; e aquele que possui todas estas coisas traz em si um hábito constante de oração; pois a oração nada mais é do que a expressão com a língua destas graças no coração; de modo que o Espírito de santificação constitui, com isso, um Espírito de adoção e de súplica. E aquele que possui liberdade de expressão pode falar aquilo que o Espírito de Deus colocou em seu próprio coração, e fez com que considerasse como a sua maior e mais próxima preocupação, e a coisa mais necessária e excelente em todo o mundo. Este constitui o auxílio principal do Espírito.

5. O mesmo Espírito inclina os nossos corações ao uso diligente de todos aqueles meios pelos quais as suas capacidades possam ser aumentadas; como ler, ouvir e

conferir, e habituarmo-nos à oração, e à meditação, autoexame, etc.

6. O mesmo Espírito ajuda-nos no uso de todos estes meios, para lucramos com eles e para torná-los todos eficazes em nossos corações.

7. O mesmo Espírito concorre com os meios, hábitos, razão e com os nossos próprios esforços para nos ajudar no próprio ato de orar e pregar: 1. Iluminando nossas mentes para sabermos o que desejar e dizer. 2. Atuando em nossas vontades em direção ao amor, ao santo desejo e a outras afeições. 3. Vivificando e estimulando-nos à vivacidade e fervor em tudo. E assim, trazendo os nossos hábitos anteriores em atos, a graça da oração constitui o coração e a alma dos dons; e, deste modo, o Espírito nos ensina a orar.

Sim, o mesmo Espírito auxilia de igual modo, por auxílios comuns, até mesmo os homens maus na oração e na pregação, concedendo-lhes hábitos comuns e atos que ficam aquém da graça salvadora especial. Ao passo que os homens deixados a si mesmos, sem o Espírito de Deus, não possuem nenhuma de todas estas ajudas mencionadas anteriormente. E assim, diz-se que o Espírito intercede por nós por meio de gemidos inexprimíveis; e que ajuda as nossas fraquezas quando não sabemos o que pedir como convém.

Questão 168. Não são as nossas próprias razões, estudos, memória, esforços, livros, formas, métodos e ministério desnecessários, sim, um prejudicial apagar ou prevenir do espírito, e um

estabelecer o nosso próprio caminho em vez da operação do Espírito?

Resposta. 1. Sim; se o fizermos sob o conceito da suficiência de nós mesmos, de nossa razão, memória, estudos, livros, formas, etc., sem o Espírito; ou se atribuirmos qualquer coisa a qualquer um destes que seja próprio de Cristo ou de seu Espírito. Pois tais desdenhadores orgulhosos e autossuficientes do Espírito não podem razoavelmente esperar o seu auxílio. Temo que, entre os homens considerados instruídos e racionais, existam muitos assim, os quais não conhecem a insuficiência ou corrupção do homem, nem a necessidade e o uso daquele Espírito Santo em cujo nome foram batizados, e no qual pretendem crer. Mas pensam que todos os que pretendem ter o Espírito não passam de fanáticos, entusiastas e pessoas presunçosas; quando, contudo, o próprio Espírito diz, em Romanos 8:9: "Se alguém não tem o Espírito de Cristo, esse tal não é dele". E em Gálatas 4:6: "E, porque sois filhos, Deus enviou a nossos corações o Espírito de seu Filho, que clama: Aba, Pai".

2. Mas se dermos à razão, memória, estudo, livros, métodos, formas, etc., apenas o seu devido lugar em subordinação a Cristo e ao seu Espírito, eles estão tão longe de serem apagadores do Espírito que constituem meios necessários em seus locais, e tais meios que devemos usar se é que havemos de esperar o auxílio do Espírito. Pois o Espírito não é dado a um bruto para torná-lo homem, ou racional; nem a um orgulhoso desdenhador, ou preguiçoso negligenciador dos meios designados por Deus, para servir em lugar dos meios;

nem para ser um patrono do vício do orgulho ou da preguiça, os quais ele vem principalmente destruir; mas sim para abençoar os homens em seu uso laborioso dos meios que Deus designou para ele: leia apenas Provérbios 1:20, etc., 2, 3, 5, 6, 8, e verá que o conhecimento deve ser laboriosamente buscado, e a instrução ouvida; e aquele que quiser deitar-se ocioso até que o Espírito o mova, e não despertar a si mesmo para buscar a Deus, ou esforçar-se para entrar pela porta estreita, nem der toda a diligência para tornar firme a sua vocação e eleição, pode descobrir que o espírito de preguiça o destruiu, quando pensava que o Espírito de Cristo o estivesse salvando. Aquele que possui apenas dois artigos em seu credo deve fazer deste o segundo: "Porque é necessário que aquele que se aproxima de Deus creia que ele existe, e que se torna galardoador dos que o buscam diligentemente" (Hebreus 11:6).

Questão 169. Como é que o Espírito santo estabelece bispos sobre as igrejas?

Resposta. 1. Criando o próprio ofício, na medida em que os apóstolos tiveram qualquer participação nele, tendo o próprio Cristo criado o ofício deles.

2. O Espírito Santo nos eleitores e ordenadores direciona-os a discernirem a adequação das pessoas eleitas e ordenadas, e assim a chamarem aquelas que Deus aprova e chama por meio do Espírito Santo nelas. O que foi feito: 1. Pelo dom extraordinário de discernimento nos apóstolos. 2. Pelo auxílio ordinário do Espírito de Deus nos sábios e fiéis eleitores e ordenadores desde então.

3. O Espírito Santo qualifica-os para a obra, por meio de vida, luz e amor devidos, conhecimento, disposição voluntária e capacidade ativa, e assim tanto inclinando-os a ela quanto assinalando as pessoas por meio de seus dons, as quais ele quer que sejam eleitas e ordenadas para ela: o que foi feito: 1. A princípio por dons extraordinários. 2. E desde então por dons ordinários: (1) Especiais e salvadores em alguns. (2) Comuns, e apenas adequados para a instrução da igreja, em outros. De modo que, quem quer que não seja competentemente qualificado não é chamado pelo Espírito Santo: quando Cristo subiu ao alto, deu "dons aos homens, uns para apóstolos, outros para profetas, outros para evangelistas, e outros para pastores e doutores, querendo o aperfeiçoamento dos santos, para a obra do ministério, para edificação do corpo de Cristo", etc. (Efésios 4:7-10).

Questão 170. São os templos, fontes batismais, utensílios, terras de igreja, muito mais os ministros, santos? E qual reverência lhes é devida como santos?

Resposta. A questão trata-se ou *de nomine* [do nome], se é adequado chamá-los de santos; ou *de re* [da realidade], se possuem aquilo que é chamado de santidade.

I. A palavra santo significa em Deus a perfeição essencial, transcendente; e assim ela não entra em nossa questão. Nas criaturas ela significa: 1. Uma natureza divina na criatura racional (anjos e homens), pela qual é feita semelhante a Deus, e disposta para com ele e para o seu serviço, por meio do conhecimento, amor e santa

vivacidade; o que é comumente chamado de santidade real salvadora como distinta da mera relativa. 2. Ela é tomada pela relação de qualquer coisa para com Deus como pertencente de forma peculiar a ele: tão infinita é a distância entre Deus e nós que tudo o que for dele em um sentido especial, ou separado para o seu uso, é chamado de santo; e isso compreende: 1. Pessoas. 2. Coisas.

1. As pessoas são: (1) Ou em geral dedicadas ao seu amor e serviço. (2) Ou especialmente dedicadas a ele em algum ofício especial, o qual é: (1) Eclesiástico. (2) Econômico. (3) Político. Aqueles dedicados a este serviço geral são: (1) Ou sinceramente dedicados (os quais são sempre santificados também no primeiro sentido real). (2) Ou apenas por palavra ou profissão externa.

2. As coisas dedicadas a Deus são: 1. Algumas por sua própria escolha imediata, designação e comando. 2. Ou por **Direções** gerais ao homem para que o faça. E estas são: 1. Algumas coisas de forma mais próxima. 2. Algumas coisas de forma mais remota separadas para ele. Nenhuma dessas coisas deve ser confundida; e assim devemos concluir:

1. Todos os que serão salvos são realmente santos por uma inclinação e natureza divina, e pelo exercício real dela; e relativamente santos em um sentido especial, como dedicados e separados para Deus.

2. Todos os batizados e professores (não apóstatas) são relativamente santos, como verbalmente dedicados e separados para Deus.

3. Todos os que são ordenados para o ministério sagrado são relativamente santos, como dedicados e separados para aquele ofício. E os bem qualificados são também realmente santos, à medida que as suas qualificações são especiais ou comuns.

4. Todos os que são devidamente chamados de Deus para a posição de reis, e juízes, e governantes de famílias são relativamente sagrados, visto que os seus ofícios e eles provêm de Deus e são para ele, e a ele dedicados.

5. Os templos e outros utensílios designados pelo próprio Deus são santos, conforme relacionados a ele por aquela designação.

6. Os templos, utensílios, terras, etc., dedicados e legitimamente separados pelo homem para usos santos são santos, conforme legitimamente relacionados a Deus por aquela separação legítima. Dizer, como alguns fazem, que "são de fato consagrados e separados, mas não santos", constitui um ato de ridícula sabedoria por autocontradição, e pelo uso autoritário da palavra santo de forma contrária ao costume e a si mesmos.

7. Os ministros são mais santos do que os templos, terras ou utensílios, por estarem relacionados de forma mais próxima a coisas santas. E as coisas separadas pelo próprio Deus são mais santas do que as legitimamente separadas pelo homem. E o mesmo ocorre quanto aos dias.

8. As coisas remotamente dedicadas a Deus são santas em seu local e medida distantes; como o alimento, a bebida, a casa, as terras, os trabalhos de cada homem piedoso que, consigo mesmo, dedica tudo a Deus; mas

isto, por ser mais distante, constitui um grau de santidade mais remoto.

II. Cada coisa deve ser reverenciada de acordo com a medida de sua santidade; e isto expresso por sinais, gestos e ações que sejam mais adequados para honrar a Deus, com quem estão relacionados; e assim, estar descoberto na igreja, e usar de porte e gestos reverentes ali, tende a preservar a devida reverência para com Deus e para com o seu culto (1 Coríntios 16:20).

Questão 171. O que é sacrilégio, e o que não é?

Resposta. I. Sacrilégio constitui roubar a Deus por meio da alienação injusta de coisas santas. E é medido conforme as coisas são diversificadas em santidade; como:

1. O maior sacrilégio constitui alienar de forma profana e ímpia uma pessoa à carne e ao mundo, afastando-a de Deus, e do seu amor e serviço, a qual pelo batismo lhe foi dedicada. E assim, todos os cristãos ímpios são amplamente sacrílegos.

2. O seguinte constitui alienar pessoas consagradas do trabalho e ofício sagrado, depondo reis, ou silenciando ou suspendendo injustamente os verdadeiros ministros, ou o fato de eles próprios abandonarem o trabalho de Deus. Este constitui um sacrilégio muito maior do que alienar terras ou utensílios.

3. O seguinte constitui a injusta alienação de templos, utensílios, terras, dias, que foram separados pelo próprio Deus.

4. E o seguinte compreende as coisas que foram legitimamente consagradas pelo homem; conforme mencionado anteriormente nos graus de santidade.

II. Não é sacrilégio: *1.* Deixar o ministério ou outro serviço santo quando a doença, a incapacidade física ou a violência nos incapacitarem inteiramente.

2. Nem alienar templos, terras, bens ou utensílios quando a Providência o tornar necessário para o bem da igreja: assim, o incêndio de Londres causou uma diminuição do número de igrejas; assim, alguns bispos do passado venderam os cálices da igreja para socorrerem os pobres; e alguns príncipes venderam algumas terras da igreja para salvarem a igreja e o Estado nas necessidades de uma guerra legítima.

3. Não é sacrilégio alienar aquilo que o homem dedicou mas Deus não aceitou, nem reconheceu como apropriado a ele (do que a sua proibição de tal dedicação constitui uma prova). Como no caso de um homem dedicar a sua esposa à castidade, ou o seu filho ao ministério, contra a vontade deles; ou se um homem se votar ao ministério sendo inapto e não possuindo chamado; ou se tal quantidade de terras ou bens for consagrada que se torne supérflua, inútil e prejudicial para o bem-estar comum e para o Estado. A alienação nestes casos não constitui pecado.

Questão 172. São todas as reuniões religiosas e particulares, proibidas pelos governantes, conventículos ilícitos? Ou são quaisquer delas necessárias?

Resposta. Embora tanto tais reuniões quanto as nossas prisões nos digam o quanto diferimos hoje sobre este ponto na aplicação dele às pessoas e ao nosso caso presente, contudo não conheço diferença alguma na resolução doutrinária dele entre a maioria dos cristãos sóbrios (o que torna o nosso caso estranho).

Pelo que sei, estamos de acordo:

I. *1*. Que constitui maior honra para a igreja, para a religião, para o próprio Deus, e é mais seguro e edificante realizar o culto de Deus solenemente, publicamente e em grandes assembleias, do que em um canto, secretamente e com poucos.

2. Que constitui, portanto, uma grande misericórdia onde os governantes permitem à igreja tal culto público.

3. Que, *ceteris paribus* [permanecendo constantes as demais circunstâncias], todos os cristãos deveriam preferir tal culto público ao particular; e nenhumas reuniões particulares deveriam ser mantidas se forem opostas ou prejudiciais a tais reuniões públicas.

4. E, por isso, se tais reuniões (ou quaisquer outras que sejam desnecessárias para os fins do ministério, o serviço de Deus e o bem das almas) forem proibidas por governantes legítimos, elas devem ser evitadas.

II. Mas também estamos de acordo: *1*. Que não é o local, mas a presença dos verdadeiros pastores e do povo que faz a igreja.

2. Que Deus pode ser aceitavelmente adorado em todos os locais quando for o nosso dever.

3. Que as antigas igrejas e cristãos em tempos de perseguição ordinariamente se reuniam em segredo contra a vontade do governante, e as suas reuniões eram chamadas de conventículos (e caluniadas, o que motivou o exame de Plínio e o direito que ele lhes fez).

4. Que nenhum ministro deve abandonar e desistir de seu trabalho enquanto houver necessidade, e ele puder fazê-lo.

5. Que onde houver muitos milhares de pessoas ignorantes e ímpias, e os ministros públicos, quer por sua escassez (proporcional ao povo), quer por sua incapacidade, má vontade ou negligência, ou tudo junto, forem insuficientes para todo aquele trabalho ministerial público e particular que Deus estabeleceu para a instrução, persuasão e salvação de almas tão necessitadas, há necessidade de mais auxílio ministerial.

6. Que em casos de real (não simulada) necessidade, aqueles que são impedidos de exercer o seu ofício ministerial publicamente deveriam fazê-lo em particular, se possuírem ordenação verdadeira, e o chamado da necessidade do povo, o desejo e a oportunidade; contanto que o façam daquela maneira pacífica, ordeira e silenciosa que verdadeiramente promova o interesse da religião, e não detraia do ministério e trabalho público legítimo.

7. Que aqueles que são proibidos de adorar a Deus publicamente, a menos que cometam algum pecado certo, são proibidos de tal modo que não devem fazê-lo em tais termos.

8. Que as reuniões particulares que são realizadas sob estes termos mencionados anteriormente, em tais casos de necessidade, não devem ser abandonadas, embora proibidas; embora ainda a honra do magistrado deva ser preservada, e a obediência dada a ele em todas as coisas legítimas. E tais reuniões não são pecaminosas nem desonrosas (para as assembleias); pois, como diz Tertuliano (e Dr. Heylin depois dele): *Cum pii, cum boni coeunt, non factio dicenda est, sed curia* [Quando os piedosos, quando os bons se reúnem, não se deve chamar de facção, mas de assembleia legítima / tribunal]. Até aqui penso que todos concordamos.

E que a Igreja da Inglaterra é realmente desta opinião é certo: *1*. Pelo fato de que eles próprios se congregavam em particular no tempo da usurpação de Cromwell, em direção ao final, quando ele começou a restringir o uso da Oração Comum. *2*. Pelo fato de terem escrito em favor disso: veja Dr. Hide *Of the Church* [Sobre a Igreja], no início. *3*. Porque tanto no reinado de príncipes anteriores, desde a reforma, quanto no dia de hoje, muitos ministros laboriosos e conformistas continuaram a habituar-se a repetir os seus sermões em suas casas, onde muitas pessoas vinham ouvi-los. *4*. Porque a liturgia permite o batismo privado e não restringe nenhum número de estar presente, nem impede o ministro de os instruir no uso do batismo (o qual constitui a suma do cristianismo). *5*. Porque a liturgia ordena a visitação dos doentes e permite ao ministro ali orar e instruir a pessoa de acordo com a sua própria capacidade sobre o arrependimento, a fé em Cristo e a preparação para a morte e para a vida por vir, e não proíbe os amigos e vizinhos do doente de estarem presentes. *6*. Porque a

liturgia e os cânones permitem a comunhão privada com os doentes, coxos ou idosos que não podem vir à assembleia; onde a natureza daquela obra santa deve ser aberta, e a obra eucarística realizada; e alguns devem estar presentes, e o número não é limitado. *7*. E como estes constituem testemunhos expressos de que nem todas as reuniões particulares são desaprovadas pela Igreja da Inglaterra, da mesma forma existem outros exemplos de necessidade natural tais que não se deve supor que ela seja contrária. Como: (1) Para um capitão orar, e ler a Escritura ou bons livros, e cantar salmos com os seus soldados, e com os marinheiros no mar, quando não têm ministro. (2) Existem muitos milhares e centenas de milhares na Inglaterra que vivem tão distantes da igreja, e alguns são tão fracos que raramente podem ir, e algumas igrejas não possuem espaço para um quarto da paróquia; e nenhum dos milhares que agora temos em vista sabe ler, e assim não podem ajudar a si mesmos, nem possuem um ministro que o faça; e milhares que, quando ouviram um sermão, não conseguem lembrá-lo, mas o perdem imediatamente. Se estes que não sabem ler ou lembrar, nem ensinar suas próprias famílias, nem ir à igreja, levarem as suas famílias, muitos deles, à casa de algum vizinho onde o sermão seja repetido, ou a Bíblia ou a liturgia lida, parece-me que a igreja não deveria ser contrária a isso.

Mas deve-se sempre lembrar que: *1*. Os governantes que são infiéis, papistas, heréticos ou perseguidores, que restringem as reuniões da igreja para o prejuízo das almas dos homens, devem ser distinguidos dos prínfipes piedosos que apenas restringem os heréticos e cismáticos reais para o bem da igreja. *2*. E que tempos de heresia e

cisma podem tornar as reuniões particulares mais perigosas do que os tempos de quietude. E assim, até mesmo a igreja escocesa proibiu as reuniões particulares nos dias dos separatistas de tempos recentes. E quando elas causam mais dano do que bem, e são justamente proibidas, sem dúvida, nesse caso, constitui um dever obedecer e evitá-las, conforme mencionado anteriormente.

Questão 173. Quais diretrizes particulares para a ordem dos estudos e dos livros devem ser observadas pelos estudantes jovens?

Pelo fato de a desordem constituir uma desvantagem tão grande para os estudantes jovens, e porque muitos me importunaram para indicar-lhes alguns poucos dos melhores livros, já que não dispõem de tempo para ler, nem de dinheiro para comprar muitos, responderei aqui a estas duas demandas.

1. A ordem de seus estudos é tal que diz respeito a todas as suas vidas, ou tal que diz respeito a cada dia. É a primeira que agora pretendo tratar.

Direção I. O conhecimento de tanta parte da teologia quanta for necessária para o seu próprio dever e salvação é a primeira coisa que você deve aprender (quando tiver aprendido a falar). As crianças possuem almas a salvar; e a razão delas lhes é dada para usarem no serviço do seu Criador e para a sua salvação. *1.* Elas nunca podem começar a aprender cedo demais aquilo para o qual foram feitas e remidas para aprender, e o que todas as suas vidas devem ser empregadas em praticar. *2.* E aquilo que

a necessidade absoluta exige, e sem o qual não há salvação. *3*. E aquilo que deve dizer a um homem o único fim último que ele deve pretender em todas as ações morais de sua vida. Pois a intenção correta do nosso fim é antecedente a todo uso correto dos meios; e até que isto seja feito, o homem não começou bem a viver, nem a usar a sua razão; tampouco tem ele qualquer outro trabalho para a sua razão até que isto seja primeiro feito. Ele vive apenas em um pecado contínuo se não faz de Deus, do bem público e de sua salvação o seu fim. Portanto, aqueles que não querem que as crianças comecem com a teologia querem que elas sirvam ao diabo e à carne. Deus deve ser o nosso primeiro, o nosso último e o nosso tudo.

Não que qualquer corpo ou método exato ou completo de teologia deva ser aprendido tão cedo. Mas: *1*. A aliança batismal deve ser bem aberta e explicada desde cedo, e frequentemente inculcada em seus corações. *2*. Portanto, o credo, a oração do Senhor e o decálogo devem ser abertos a eles desde cedo; isto é, devem ser sabiamente catequizados. *3*. Devem ser ensinados na história da Escritura, especialmente em Gênesis e no evangelho de Cristo. *4*. Devem, com as outras escrituras, ler os livros mais claros e adequados dos teólogos práticos (mencionados a seguir). *5*. Devem ser mantidos na companhia de cristãos adequados, sábios e exemplares, cuja conversação inteira os ajudará no sentido e amor à santidade; e devem ser mantidos estritamente longe de companhias pervertidas e ímpias. *6*. Devem ser frequente, amorosa, familiar, e no entanto seriamente, tratados acerca do estado de suas próprias almas, e feitos conhecer a sua necessidade de Cristo e do seu Santo Espírito, de justificação e renovação. *7*. Devem ser

treinados na prática da piedade, na oração, em discursos piedosos e na obediência a Deus e ao homem. *8*. Devem ser mantidos sob a influência dos ministros de Cristo mais poderosos e proveitosos que puderem ser obtidos. *9*. Devem ser muito estimulados ao estudo de seus próprios corações; a conhecerem a si mesmos; o que é ser homem, ter razão, livre-arbítrio e uma alma imortal; o que é ser filho do decaído Adão, e um pecador não regenerado e não perdoado; o que é ser uma pessoa remida, e santificada, justificada, e um herdeiro adotivo da vida eterna. E, por meio de um exame minucioso, saberem qual destas condições é a sua própria; saberem qual é o seu dever diário; e qual o seu perigo, e quais as suas tantas tentações e impedimentos, e como escapar deles.

Pois, se uma vez a alma for verdadeiramente santificada, então: *1*. A sua salvação está em grande parte assegurada, e o trabalho principal de suas vidas está alegremente iniciado, e eles estão prontos para morrer em segurança quando quer que Deus os chame daqui. *2*. Isso os dotará de um fim correto em todos os estudos e trabalhos de suas vidas; o que constitui uma vantagem indizível, tanto para o seu agrado a Deus quanto para o proveito de si mesmos e de outrem; sem o qual apenas profanarão o nome e a palavra de Deus, e transformarão o ministério em uma vida mundana e carnal, e estudarão e pregarão por riquezas, preferência ou aplauso, e viverão como aquele homem em Lucas 12:19: "Alma, tens em depósito muitos bens para muitos anos; descansa, come, bebe e folga"; e farão da teologia o caminho para o inferno, e estudarão e pregarão a sua própria condenação. *3*. Um coração santo estará sempre sob a influência dos maiores

motivos; e, por isso, será constante e poderosamente impelido (tanto em segredo quanto diante de outros) à diligência nos estudos e em todos os bons esforços. *4*. E tornará tudo doce e fácil para eles, por ser um trabalho nobre e que saboreia o amor de Deus, e a glória infinita para a qual tende. Uma alma santa estará todo o ano ocupada em estudos e trabalhos sagrados, como um bom estômago em um banquete, com constante prazer. E então, oh, quão alegremente tudo prosseguirá! Ao passo que uma pessoa carnal, com uma mente embotada, relutante e cansada, toma de vez em quando um pouco, quando o seu próprio interesse carnal prevalece contra as suas inclinações mais preguiçosas e sensuais; mas nunca o acompanha com afetos sinceros e, por isso, raramente com bom sucesso. *5*. E uma alma santa será um tesouro contínuo e fonte de matéria santa para derramar sobre os outros quando chegarem ao ministério sagrado; de modo que tal pessoa pode dizer mais a partir do sentimento e experiência de sua alma do que outra pode em muito tempo colher de seus livros. *6*. E o que ela disser chegará caloroso aos ouvintes, de uma maneira mais viva e experimental do que costumam falar os pregadores carnais. *7*. E é mais provável que seja acompanhado de uma maior bênção da parte de Deus. *8*. E existem muitas controvérsias na igreja nas quais uma pessoa santa e experiente (*ceteris paribus* [permanecendo constantes as demais circunstâncias]) possui grande vantagem acima de todas as outras para conhecer o que é correto e ser preservada de erros.

Direção II. Que o tempo dos jovens (até cerca de dezoito, dezenove ou vinte anos) seja despendido no aprimoramento de suas memórias, de preferência a

estudos que requeiram muito julgamento. Portanto, que aproveitem esse tempo para obter conhecimento instrumental; tais como as línguas latina e grega em primeiro lugar e principalmente, e depois a hebraica, caldaica, siríaca e árabe; com a mais exata familiaridade com os verdadeiros preceitos da lógica; e que aprendam de memória algum epítome da lógica. Nesse tempo também, que sejam muito versados em história, tanto civil, escolar (de filósofos, oradores, poetas, etc.) quanto eclesiástica. E então, que absorvam tanto das matemáticas quanto os seus estudos mais necessários lhes permitirem tempo para tanto (sempre valorizando o conhecimento de acordo com os vários graus de utilidade).

Direção III. Quando você vier a buscar sabedoria mais profunda e real, junte o estudo da física e da teologia; e não tome a sua física como separada de ou independente da teologia, mas como o estudo de Deus em suas obras, e de suas obras como conduzindo a ele próprio. Caso contrário, você será apenas como um escrivão ou impressor, que faz bem as suas letras, mas não sabe o que significam.

Direção IV. Una toda a *ontologia*, ou conhecimento das entidades reais, em uma única ciência, tanto os espíritos quanto os corpos; sendo Deus tomado como o primeiro e o último, o original, diretor e fim de tudo; e não estude a doutrina dos corpos isoladamente, como separada dos espíritos; pois trata-se de uma separação imaginária e de uma ilusão para as mentes dos homens. Ou, se quiser chamá-los pelos nomes de várias ciências, certifique-se de vincular essas várias ciências de tal modo que a devida

dependência dos corpos em relação aos espíritos, e das naturezas passivas em relação às ativas, possa ainda manter-se discernível; e então elas constituirão uma só coisa enquanto você as chama de diversas.

Direção V. Quando você estuda apenas para saber o que é verdadeiro, deve começar no *primum cognoscibile* [primeiro cognoscível], e assim elevar-se em *ordine cognoscendi* [ordem de conhecer]; mas, quando quiser chegar a ver as coisas em sua ordem correta, por um conhecimento mais perfeito e satisfatório, deve traçar um esquema sintético *juxta ordinem essendi* [segundo a ordem de ser], no qual Deus deve ser o primeiro e o último; o primeiro Governante eficiente e Fim de tudo.

Direção VI. O seu primeiro estudo da filosofia, portanto, deve ser sobre si mesmo; para conhecer o homem. E o conhecimento da alma do homem constitui uma parte tão necessária, tão próxima, tão útil, que deve ocupar tanto o primeiro quanto o maior espaço em toda a sua física, ou conhecimento das obras de Deus; esforce-se, portanto, por ser preciso nisto.

Direção VII. Com o conhecimento de si mesmo, junte o conhecimento do restante das obras de Deus; mas de acordo com a utilidade de cada parte para o seu dever moral; e conforme todas se relacionam com Deus e com você.

Direção VIII. Certifique-se, em todo o seu progresso, de manter um conhecimento distinto das coisas certas e das coisas incertas, perscrutáveis e imperscrutáveis, reveladas e não reveladas; e estabeleça as primeiras como

a sua base, sim, prefira manter o conhecimento delas como a sua ciência da física separadamente, e não permita que nenhuma obscuridade nas restantes o leve a questionar as coisas certas; nem jamais seja tão perverso a ponto de testar as coisas conhecidas pelas desconhecidas, e de argumentar *a minus notis* [a partir do menos conhecido]. Não coloque peso em coisas pequenas ou duvidosas.

Direção IX. A metafísica, como hoje é tomada, constitui uma mistura de conhecimento instrumental e real; e parte dela pertence à lógica (a parte instrumental), e o restante é teologia, pneumatologia e as partes mais elevadas da ontologia, ou ciência real.

Direção X. Ao estudar filosofia: 1. Veja que não negligencie nenhuma das ajudas daqueles que foram antes de você, sob o pretexto de não aceitar nada sob confiança, e de estudar as coisas nuas em si mesmas (pois, se cada homem tiver de começar tudo de novo, como se tivesse sido o primeiro filósofo, o conhecimento fará muito pouca proficiência). 2. Nem tampouco se apegue à crença nua em autor algum, seja ele qual for, mas estude todas as coisas em suas naturezas nuas e evidências próprias, embora pelas ajudas que lhe são proporcionadas por outros. Pois, de outro modo, não constitui ciência, mas crença humana, de quem quer que você a receba.

Direção XI. Tão certos são os numerosos erros dos filósofos, tão incerta uma multidão de suas asserções, tão variadas as suas escolas de pensamento, e tão fácil é para qualquer um derrubar muito do que os outros construíram, e tão difícil estabelecer qualquer estrutura

bela que outros de igual modo não possam deitar abaixo, que não posso persuadi-lo a se alinhar com qualquer espécie ou escola deles que já tenha publicado os seus sentimentos ao mundo. Os platonistas fizeram tentativas muito nobres em suas investigações após o ser espiritual; mas incorreram em muitos fanatismos não provados, e em diversos erros, e carecem das desejáveis ajudas do método verdadeiro. A inteligência de Aristóteles era maravilhosa pela sutileza e solidez; o seu conhecimento era vasto; o seu método (frequentemente) preciso; mas muitas concepções e asserções precárias, sim, errôneas, foram de tal modo colocadas por ele que exerceram uma influência perturbadora e corrompedora em todo o restante. Os epicuristas ou democratistas continuavam sendo, e com justiça, o desprezo de todas as escolas sóbrias; e os nossos somatistas de tempos recentes que os seguem, sim, e Gassendi, e muitos que se intitulam cartesianos, sim, o próprio Descartes, muito mais Berigardo, Régio e Hobbes dão tanto mais valor à mera matéria e ao movimento do que é verdadeiramente devido, e sabem ou dizem tão pouco sobre espíritos, naturezas ativas, poderes vitais, que constituem os verdadeiros princípios do movimento, que diferem tanto dos verdadeiros filósofos quanto um cadáver ou um relógio diferem de um homem vivo. Os estoicos possuíam nobres princípios éticos, e eles (e os platonistas com os cínicos) eram das melhores vidas; mas os seus escritos estão em grande parte perdidos, e pouco de sua física nos é plenamente conhecido, e esta também contém os seus erros. Patrizzi não passa de um platonista tão tomado pela natureza da luz, insistindo nela em termos fanáticos, a ponto de deixar de fora muito mais que deve ser

conjugado. Telesio faz o mesmo por meio do calor e do frio, do céu e da terra, e entre muitas coisas observáveis possui muito que é doentio e de má consequência. Campanella o aprimorou, e possui muitas indicações de melhores princípios (especialmente em suas primalidades) do que todos os outros; mas ele as desenvolve de forma fanática em tantas superestruturas não provadas, vãs e enganosas que nenhum corpo verdadeiro de física pode ser colhido de todas as suas obras. A tentativa que o piedoso Comênio fez em seu pequeno manual possui muito de valor; mas fica muito aquém da precisão. Os filósofos herméticos não possuem método verdadeiro de filosofia entre si; e fazer de seus três ou cinco princípios tantos outros elementos, ou corpos simples, que constituem todos os compostos, e formar um sistema de filosofia sobre as suas suposições não passará de uma futilidade, e não satisfará as mentes criteriosas; especialmente considerando quão defectiva é a filosofia deles pelas suas omissões. Lúlio e os seus seguidores não adaptam o seu método à verdadeira ordem da matéria. Escalígero, Scheggius, Wendelin e Sennert (especialmente em sua obra *Hypomnemata*) eram grandes homens e possuem muitas coisas excelentes; mas muito da filosofia de Aristóteles passa por corrente com eles. Meu digno, instruído e verdadeiramente piedoso amigo, Sr. Samuel Gott, em seu novo livro sobre Gênesis 1 possui muitas excelentes noções, e muito que mal se pode encontrar em outro lugar; mas os parágrafos tediosos, a falta de método e várias particularidades não provadas tornam-na, como todas as obras humanas, imperfeita.

Portanto, se devo direcioná-lo de acordo com o meu julgamento, devo aconselhá-lo: 1. A supor que os filósofos ainda se encontram em muito grandes trevas, e que há muita confusão, defectibilidade, erro, divisão e incerteza entre eles. 2. Portanto, não se dedique absolutamente a nenhuma escola de pensamento deles. 3. Que os seus primeiros estudos de todos eles deixem espaço para a alteração de seu julgamento, e não se fixe apressadamente em nenhum de seus sentimentos como certos, até que tenha ouvido o que outros dizem, e com entendimentos amadurecidos tenha estudado profunda e longamente as coisas em si mesmas. 4. Escolha as certezas e as partes úteis da física que puder alcançar, e faça com que conheçam as suas posições em subordinação aos seus santos princípios e fins; e prefira contentar-se com isso do que perder tempo demais fadigando o seu cérebro por mais.

Fiz alguma tentativa de extrair essa parte, especialmente *de mundo* [do mundo] e *de homine* [do homem], em minha obra *Methodus Theologiæ*, embora espere que ela não satisfaça mais aos outros do que qualquer uma das deles me satisfez.

Direção XII. Quando você tiver bem estabelecido a sua ontologia ou ciência real, revise então a sua lógica e parte instrumental da metafísica; e veja que *verba rebus aptentur* [as palavras se adaptem às coisas]; busque então as suas palavras e noções instrumentais a partir da natureza das coisas. Uma abundância de pessoas confunde-se por adotar noções lógicas em primeiro lugar, as quais são inadequadas para os seres físicos reais.

Direção XIII. Algo da ética pode ser bem aprendido dos filósofos, mas não é nada em comparação com a ética cristã da Escritura.

Direção XIV. Algo da retórica e oratória artificiais deveria ser conhecido; mas a oratória que é mais natural, a partir da evidência das coisas, bem gerida por um bom entendimento e elocução, que contém menos de arte aparente ou afetação, é sempre a mais eficaz e de melhor estima.

Direção XV. A doutrina da política, especialmente da natureza do governo e das leis em geral, é de grande utilidade para todos os que queiram algum dia compreender a natureza do governo e das leis de Deus, isto é, da religião. Embora não haja necessidade de se conhecer o governo e as leis da terra ou de outros países, além do que for necessário para a nossa obediência ou interesses externos, contudo tanto do governo e das leis quanto a natureza e a Escritura tornam comum a todas as formas e países particulares deve ser conhecido por aquele que queira compreender a moralidade ou a teologia, ou que vá algum dia estudar as leis da terra. E constitui um caminho preposterado, e o caminho da ignorância e do erro, para um teólogo estudar as leis de Deus, e um advogado as leis do homem, antes que qualquer um deles saiba em geral o que é uma lei ou o que é o governo, conforme a natureza no-lo notifica.

Direção XVI. Quando você chegar à teologia, não sou a favor do caminho daqueles que gostariam que você começasse com os pais da igreja, e daí formasse um corpo de teologia para si mesmo: se cada jovem estudante tiver de ser colocado em tal tarefa, poderemos ter muitas

religiões rapidamente, mas teremos certamente muita ignorância e erro. Não devemos ser tão cegos ou ingratos para com Deus a ponto de negar que os tempos mais recentes produziram uma abundância de escritos teológicos, incomparavelmente mais metódicos, criteriosos, completos, claros e excelentemente adequados também por aplicação para o bem das almas do que quaisquer que sejam conhecidos por nós desde a escrita das sagradas Escrituras. A reverência à antiguidade possui o seu lugar e uso próprios, mas não deve tornar os homens tolos, não proficientes ou desprezadores das maiores misericórdias de Deus.

Meu conselho, portanto, é que você comece com uma conjunção de catecismos em inglês, e as confissões de todas as igrejas, e os escritos santos práticos de nossos teólogos ingleses; e que você nunca separe estas coisas. Esses livros práticos comumente contêm eles próprios os princípios, e os pressionam de uma maneira de atuação tão calorosa que é mais provável que os tragam ao coração; e até que estejam ali, não são recebidos de acordo com o seu uso, mas mantidos como no pórtico. Obtenha então seis ou sete dos catecismos mais criteriosos e compare-os bem entre si, e compare todas as confissões das igrejas (onde você pode ter certeza de que colocam aquelas que consideram as verdades mais ponderosas e seguras). E com elas leia diariamente os tratados mais espirituais e comoventes para o coração sobre a regeneração, e a nossa aliança com Deus em Cristo, sobre o arrependimento, a fé, o amor, a obediência, a esperança e sobre uma mente e vida celestiais; como também sobre a oração e outros deveres particulares, e sobre as tentações e pecados particulares.

E quando você tiver passado pelos catecismos, leia três ou quatro dos sistemas mais sólidos de teologia. E depois disso proceda para algumas teses maiores, e então para o estudo dos metodistas mais claros e exatos; e não pense que compreende bem a teologia até que: 1. Você a conheça como metodizada e articulada em um esquema devido, e as várias partes dela em seus vários esquemas, visto que você não conhece a beleza ou o verdadeiro sentido das coisas se não as conhece em seus devidos lugares, onde se situam em seus vários respeitos a outros pontos; e, 2. Até que ela seja trabalhada em seus próprios corações e digerida em uma natureza santa; pois, quando tudo estiver feito, é apenas uma vida santa e celestial que provará que você é sábio, e o tornará feliz, e lhe dará paz e conforto sólidos.

Direção XVII. Quando você tiver ido até aí, dedique-se a ler os antigos: 1. E tome-os em ordem conforme viveram. 2. Observe principalmente as partes históricas: quais doutrinas e práticas *de facto* [de fato] obtiveram então aceitação. 3. Alguns devem ser lidos inteiramente, e alguns apenas em parte. 4. Os concílios e a história da igreja têm aqui um lugar principal.

Direção XVIII. Com eles leia os melhores comentadores das Escrituras, antigos e novos.

Direção XIX. E então dedique-se ao estudo das controvérsias da igreja (embora aquelas que os tempos tornam necessárias devam ser examinadas antes). Observe primeiro e principalmente aquelas com as quais as suas próprias consciências e prática exigem a sua familiaridade; e, acima de tudo aqui, leia bem aqueles escritos que confutam os ateístas e infiéis, e que provam

da forma mais sólida a verdade da religião cristã; e depois os que defendem os maiores pontos. E não ache muito despender algum tempo e trabalho na leitura de alguns dos antigos teólogos escolásticos.

Direção XX. Quando você chegar a formar a sua crença das certezas na religião, não adote nada como seguro e necessário que as igrejas antigas não tenham recebido. Muitas outras coisas podem ser tidas por verdades; e na perspicuidade e método os tempos recentes superam em muito os antigos; mas a religião cristã continua sendo a mesma coisa, e, portanto, não devemos ter outra religião nas partes grandes e necessárias senão aquela que eles tinham.

Direção XXI. Lembre-se sempre de que as várias capacidades dos homens dão ocasião a uma grande variedade de deveres. Alguns homens possuem entendimentos claros e fortes por natureza; estes deveriam estudar tanto as coisas quanto os livros; pois possivelmente podem superar e corrigir os seus autores. Alguns são naturalmente de mentes mais embotadas ou menos criteriosas que, por nenhum estudo das coisas, podem alcançar metade da altura que podem atingir estudando os escritos daqueles que são mais sábios do que eles próprios jamais serão. Estes devem aceitar mais sob confiança de seus autores, e confessar a sua fraqueza.

Direção XXII. Depois ou juntamente com todas as controvérsias, seja bem versado nos escritos daqueles conciliadores que pretendem estreitar ou encerrar as diferenças. Pois geralmente são tais que conhecem mais do que os contendores.

Procedo agora a apresentar-lhe alguns nomes de livros.

E agora responderei à questão mais particularmente nesta ordem:

I. Nomear-lhe-ei a mais simples ou menor biblioteca que seja tolerável.

II. A mais pobre (embora não a mais pobre de todas), onde uma adição competente seja feita.

III. A biblioteca do homem pobre, a qual, no entanto, acrescenta algo à anterior, mas fica aquém de uma biblioteca rica e suntuosa.

I. A mais simples biblioteca consiste em:

1. A *Sacred Bible* (Bíblia Sagrada).
2. Uma Concordância (a de Downame sendo a menor, ou a de Newman, *Concordance* [Concordância], sendo a melhor).
3. Um Comentário ou Anotações sólidas, quer as de Diodati (*Diodates* [Comentários de Diodati]), as *English Annotations* (Anotações em Inglês), ou as *Dutch Annotations* (Anotações Holandesas).
4. Alguns catecismos em inglês, como os dois da Assembleia (*Assemblies' two* [Dois da Assembleia]), o do Sr. Gouge (*Mr. Gouge's* [Do Sr. Gouge]), o do Sr. Crook, *Guide* (Guia), a obra *Medulla Theologiæ* (Medula da Teologia) e *Casus Conscientiæ* (Casos de Consciência) de Amesius (que

existem tanto em latim quanto em inglês), e o seu *Bellarminus Enervatus* (Belarmino Enervado).

5. Alguns dos livros em inglês mais sólidos que expõem a doutrina da graça, justificação, livre-arbítrio, dever e obediência; como a obra *Great Propitiation* (Grande Propiciação) do Sr. Truman, a obra do Sr. Bradshaw, *Of Justification* (Sobre a Justificação), o *Sermon of Justification* (Sermão da Justificação) do Sr. Gibbon, nos exercícios matinais em *St. Giles in the Fields* (St. Giles nos Campos), e a obra do Sr. Hotchkis, *Of Forgiveness of Sin* (Sobre o Perdão dos Pecados).

6. Tantos escritores práticos e afetuosos em inglês quantos você puder obter; especialmente as obras do Sr. Richard Allen (*Mr. Richard Allen's Works* [Obras do Sr. Richard Allen]), as do Sr. Gurnall (*Mr. Gurnall's* [Do Sr. Gurnall]), do Dr. Preston, Dr. Sibbs, Sr. Robert Bolton, Sr. Whateley, Sr. Reyner, Sr. Scudder, Sr. T. Ford, o livro do Sr. Howe, *Of Blessedness* (Sobre a Bem-aventurança), o Sr. Swinnock, as obras do Sr. Gouge (*Mr. Gouge's* [Do Sr. Gouge]), *The Practice of Piety* (A Prática da Piedade), *The Whole Duty of Man* (Todo o Dever do Homem), o *Practical Catechism* (Catecismo Prático) do Dr. Hammond, o do Dr. Pearson, *On the Creed* (Sobre o Credo), o do Dr. Downame, *On the Lord's Prayer* (Sobre a Oração do Senhor), a obra do Sr. Dod, *On the Commandments* (Sobre os Mandamentos), a do Bispo Andrews, *On the Commandments* (Sobre os Mandamentos), a obra do Sr. Joseph Brinsley intitulada *True*

Watch (Verdadeira Sentinela), as obras do Sr. Greenham (*Mr. Greenham's Works* [Obras do Sr. Greenham]), as do Sr. Hildersham (*Mr. Hildersham's Works* [Obras do Sr. Hildersham]), as do Sr. Anthony Burgess (*Mr. Anthony Burgess's Works* [Obras do Sr. Anthony Burgess]), as do Sr. Perkins (*Mr. Perkin's Works* [Obras do Sr. Perkins]), as do Dr. Harris (*Dr. Harris's Works* [Obras do Dr. Harris]), as do Sr. Burroughs (*Mr. Burrough's* [Do Sr. Burroughs]), as do Sr. Thomas Hooker (*Mr. Thomas Hooker* [Do Sr. Thomas Hooker]), os sermões do Sr. Pinke (*Mr. Pinke's Sermons* [Sermões do Sr. Pinke]), a de J. Downame, *Christian Warfare* (Guerra Cristã), Richard Rogers, as de John Rogers, *Of Faith and Love* (Sobre a Fé e o Amor), do Dr. Stoughton, Dr. Thomas Taylor, Sr. Elton, Sr. Daniel Dyke (*Mr. Daniel Dike* [Sr. Daniel Dyke]), Jeremy Dyke (*Jeremy Dike* [Jeremy Dyke]), a obra do Sr. J. Ball, *Of Faith* (Sobre a Fé), *Of the Covenant* (Sobre a Aliança), etc., a de Culverwell, *Of Faith* (Sobre a Fé), as do Sr. Ranew (*Mr. Ranew* [Do Sr. Ranew]), Sr. Teate (*Mr. Teate* [Do Sr. Teate]), Sr. Shaw (*Mr. Shaw* [Do Sr. Shaw]), Sr. Rawlet (*Mr. Rawlet* [Do Sr. Rawlet]), Sr. Janeway (*Mr. Janeway* [Do Sr. Janeway]), Sr. Vincent (*Mr. Vincent* [Do Sr. Vincent]), Sr. Doolittle (*Mr. Doelittle* [Do Sr. Doolittle]), os sermões do Sr. Samuel Ward (*Mr. Samuel Ward's Sermons* [Sermões do Sr. Samuel Ward]), do Sr. W. Fenner (*Mr. W. Fenner* [Do Sr. W. Fenner]), as cartas do Sr. Rutherford (*Mr. Rutherford's Letters* [Cartas do Sr. Rutherford]), a *Life and Letters* (Vida e Cartas) do Sr. Joseph Alleine (*Mr. Jos. Allein's* [Do Sr. Jos. Alleine])

e o seu *Treatise of Conversion* (Tratado da Conversão), as obras do Sr. Samuel Clarke intituladas *Lives* (Vidas), e o seu *Martyrology* (Martirológio), os *Morning Exercises* (Exercícios Matinais) em *St. Giles Cripplegate* e em *St. Giles in the Fields*, os sermões do Sr. Benjamin Baxter (*Mr. Benjamin Baxter's Sermons* [Sermões do Sr. Benjamin Baxter]), a obra do Sr. George Hopkins intitulada *Salvation from Sin* (Salvação do Pecado), as obras do Dr. Edward Reynolds (*Dr. Edward Reynolds* [Do Dr. Edward Reynolds]), as do Sr. Meade (*Mr. Meade's Works* [Obras do Sr. Meade]), os sermões do Sr. Vines (*Mr. Vine's Sermons* [Sermões do Sr. Vines]), Henry Smith, Samuel Smith, Thomas Smith, os do Sr. Strong (*Mr. Strong* [Do Sr. Strong]), J. Simmonds; tantos deles quantos você puder obter.

7. E para todo o restante do aprendizado, a *Encyclopædia* (Enciclopédia) de Alstedius isoladamente: supondo-se que você tenha passado pela escola de gramática, e possua os léxicons necessários, especialmente Martinius e o *Critica Sacra* (Crítica Sagrada) de Leigh. Se puder ter mais, obtenha a de Bellarmine, *De Scriptoribus Ecclesiasticis* (Sobre os Escritores Eclesiásticos), a de Cooke, *Censura Patrum* (Censura dos Padres), a de Scultetus, *Medulla Patrum* (Medula dos Padres), Clemente Romano (*Clem. Rom.*), Justino, Tertuliano e Cipriano; a de Helvicus, *Chronologia* (Cronologia), as Anotações de Hammond e Beza (*Hammond's and Beza's Annotations*), com Junius e Tremellius, Calvino sobre o Novo Testamento (*Calvin on the New*

Testament), a de Thaddæus, *Conciliationes* (Conciliações), a de Alstedius, *Definitio et Distinctio* (Definição e Distinção), a de Castaneus, *Distinctio* (Distinção), a de Ursino, *Catechismus* (Catecismo), a de Wendelin, *Theologia* (Teologia), a de Snecanus, *Methodi Descriptio* (Descrição do Método), as Obras de Davenant (*Davenant's Works*), e as de Camero (*Camero's*), as *Teses* de Le Blanc (*Le Blanc's Theses*), a de Grotius, *De Satisfactione* (Sobre a Satisfação), o *Epitome Conciliorum* (Epítome dos Concílios) de Carranza (*Caranza's Epitom. Concil.*), os *Anais* de Usher (*Usher's Annals*), e a sua *Answer to the Jesuit* (Resposta ao Jesuíta), e o seu *De Successione Ecclesiasticorum Statu* (Sobre o Estado de Sucessão dos Eclesiásticos), os manuais de Drelincourt e Poole (*Drelincourt's and Poole's Manual*), o *Corpus Confessionum* (Corpo de Confissões).

II. Quando você puder obter mais, a classe seguinte deve conter todos os anteriores com as seguintes adições:

I. Para os léxicons:

1. Para o latim, além de Goldman, ou Holyoke, ou de preferência o *Morellius* de Hutton, ou Cowper, obtenha o *Onomasticon* (Onomástico) de Martinius.

2. Para o grego, Scapula, Pasor, Leigh, Simpson e o *Lexicon* (Léxico) de Henricpetri.

3. Para o hebraico, Buxtorf, Schindler, Leigh.

II. Para a lógica:

1. *Fasciculus Logicus* (Fascículo Lógico), ou Smith, Keckerman, Burgersdicius.
2. Dos moderados ramistas que incluem ambos, Henry Gutherleth.

III. Para a física:

1. Magirus, Combachius, Burgersdicius, Wendelin e Sennert.
2. Comênio (*Commenius*).
3. Sr. Gott (*Mr. Gott*).
4. Lorde Bacon e Sr. Boyle (*Lord Bacon and Mr. Boyle*).

IV. Mais particularmente, *De Anima* (Da Alma): Tolet, Melancthon, com Vives e Amerbachius (estão impressos juntos em um só livro), o *Hypomnemata* (Subnotações) de Sennert (*Sennerti Hypomnemata*), as *Exercitationes* (Exercitações) de Scaliger (*Scaliger's Exercitationes*).

V. *De Corpore Humano* (Do Corpo Humano): Galeno, Fernelius, Bartholin (*Bartholine*), Harvey, *De Generatione Animalium* (Sobre a Geração dos Animais).

VI. *De Motu* (Do Movimento): Mousnerius, Dr. Wallis.

VII. De astronomia: Gassendi (*Gassendus*), Riolanus.

VIII. De geografia: Cluverius, ou Abbot, Ortelius, Mercator, Heylin, os globos ou mapas *Geographia Nubiensis* (Geografia Nubiense).

IX. De matemática em geral: Euclides (*Euclid*), Barrow, os *Schola* (Escolas) de Ramus com os *Prolegomena* (Prolegômenos) (*Rami Schol. cum Prolegom.*), de Snellius, Bettinus, Herigone.

X. Aritmética em particular: Record, Wingate, etc.

XI. Geometria: Ramus com os comentários de Snellius e de Schoner (*Ramus cum comment. Snellii, and Schoneri*), Metius, Dr. Wallis, etc.

XII. Música: Thomas Morley (*Thos. Morley*), Simpson.

XIII. De cronologia e história geral: a *Chronologia* (Cronologia) de Helvicus (*Helvici Chronol.*), os *Anais* de Usher (*Usher's Annals*), *Idea Historiæ Universalis* (Ideia da História Universal), Bucholtzer, Calvisius, Functius, Jacobus Capellus (*Jacob. Capellus*), Raleigh.

XIV. A história particular é infindável: entre tantas, mal sei o que dizer, além de ler tantas quantas puder; especialmente:

1. Os historiadores romanos (os quais são reunidos).
2. Os historiadores gregos.
3. Diógenes Laércio e Eunápio, *De Vitis Philosophorum* (Sobre as Vidas dos Filósofos).
4. As *Vidas* de Plutarco (*Plutarch's Lives*).

5. Da Inglaterra: Mateus de Paris (*Matth. Paris*), Hoveden, Camden, Speed, as *Collections* (Coleções) de Rushworth (*Rushworth's Collections*).

6. Da França: Thuanus (o qual também inclui a maior parte da história europeia de seu tempo), Commines, Serres.

7. Da Bélgica (*Belgia*): Grimston, e Grotius, e Strada.

8. Da Alemanha: as coleções de Pistorius, Ruberus e Freherus.

9. Da Itália: Guicciardini (*Guicciardine*).

10. A *Turkish History* (História da Turquia) de Knolles (*Knowles's Turkish History*), e Leunclavius.

11. Da Abissínia (*Abassia*): Godignus, e Damião de Góis (*Damianus a Goes*).

12. Da Judeia: as *Viagens* de George Sandys (*George Sandys's Travels*), e Brocardus.

13. Da Armênia e Tartária: Haitho, o Armênio (*Haitho Armenius*), e os restantes no *Novus Orbis* (Novo Mundo), especialmente Marco Polo (*Paulus Venetus*) ali.

14. Da África e Índia: Leo Africanus (*Leo Afer*) e Ludovico di Varthema (*Ludovicus Romanus*).

15. Da China, Sião, Japão, etc.: Varenius, o *Historia Indica* (História Índica) de Maffei (*Maffæi Histor. Indica*) com as cartas dos jesuítas, Alvarez e Martinius.

16. Do Indostão (*Indostan*): Terry.

17. Da Moscóvia (*Muscovy*): Herberstein (*Sigismundus*).

18. Da Suécia: Olaus Magnus (but fabulous [mas fabuloso]).

19. Da Escócia: John Major (*J. Major*), Hector Boece (*Hector Boethius*), Dempster.

20. De antiguidades: o *Romanae Antiquitates* (Antiguidades Romanas) de Rosinus (*Rosinus Rom. Antiquit.*), Godwin, a obra do Sr. Selden, *De Diis Syris* (Sobre os Deuses Sírios) (*Selden de diis Syris*), etc., o *Lexicon* (Léxico) de Ferrari (*Ferrarii Lexicon*).

XV. De história da igreja: Josefo (*Josephus*), Eusébio (*Eusebius*), a *História Tripartida* de Rufino (*Ruffinus Tripartite*), acima de tudo Sócrates e Sozomeno, Orósio (*Orosius*), Sulpício Severo (*Sulpitius Severus*), Teodoreto (*Theodoret*), Vítor de Vita (*Victor Uticensis*), Beda (*Beda*), Tiago de Vitry (*Jacobus a Vitriaco*), Nicéforo Calisto (*Nicephorus Callist.*), Platina e Massonius, *De Vitis Pontificum* (Sobre as Vidas dos Pontífices), Abbas Urspergensis, Sleidan, Micrælius, a obra de Gantius, *Historia Judæorum* (História dos Judeus), o *Martyrologium* (Martirológio) de Molanus, o *Martirológio* de Clarke (*Clarke's Martyrolog.*), Hottinger, o *Catalogus Testium Veritatis* (Catálogo das Testemunhas da Verdade) de Flacius Illyricus (*Illyrici Catalogus Testium Veritatis*), ou o *Mystery of Iniquity* (Mistério da Iniquidade) de Mornay, as obras de Perrin e Morland sobre a *History of Piedmont and the Waldenses* (História do Piemonte e dos Valdenses),

o *Historia Persecutionum Ecclesiae Bohemicae* (História das Perseguições da Igreja Boêmia) (*Histor. Persecut. Bohem.*), os *Anales* (Anais) de Scultetus (*Sculteti Annales*), e o *Curriculum Vitæ suæ* (Curso de Sua Vida), as histórias da igreja escocesa de Knox e Spottiswood (*Knox's and Spotswood's Hist. Scot.*), o *Historia Ecclesiarum Slavonicarum* (História das Igrejas Eslavas) de Regenvolscius (*Regenvolscius Hist. Eccl. Sclavon.*), a de Usher, *Antiquitates Ecclesiarum Britannicarum* (Antiguidades das Igrejas Britânicas) (*Usher's Primordia Eccles. Brit.*), a de Parker, *Antiquitates Britannicæ Ecclesiæ* (Antiguidades da Igreja Britânica) (*Parker's Antiquitates Eccles. Brit.*), a de Melchior Adam, *Vitæ Germanorum Theologorum, Medicorum, Juris-consultorum et Philosophorum* (Vidas dos Teólogos, Médicos, Jurisconsultos e Filósofos Alemães), a *Church History* (História da Igreja) de Fuller, as *Vidas* de Clarke (*Clark's Lives*), muitas vidas particulares, como a de Jewel pelo Dr. Humfrey, a do Sr. Joseph Alleine (*Mr. Joseph Allein's*), etc., a de Bolton (*Bolton's*), etc. Leia também as epístolas de Melancthon, Calvino (*Calvin*), Beza, Saravia.

XVI. De medicina: não estude mais do que obras como as de Horstius, *De Sanitate Studiosorum Tuenda* (Sobre a Saúde dos Estudantes a Ser Defendida), ou Follinus, ou Gratarolus (*Graterolus*), ou um Herbário (*Herbal*), a menos que possa passar inteiramente por ela, para não correr o risco de, por meio de meia habilidade, matar a si mesmo ou a outros; mas adote: 1. Exercício suficiente até transpirar (às vezes de forma mais abundante, no hábito seroso ou pituitoso); 2. Temperança; 3. Uma mente agradável e contente; 4. Calor, e a prevenção do frio

interno e externo; 5. E a experiência como a sua melhor medicina; e não se intrometa com mais coisas sem necessidade, e sem o conselho de um homem muito capaz e experiente.

XVII. De política, direito civil e ética: leia Besoldus, Willius, Danæus, Fragoso, *De Regum Reipublicae* (Sobre as Repúblicas dos Reis), as Obras Teológicas do Sr. Lawson (*Mr. Lawson's Theological Works*), Angelius, Dr. Zouch, o *De Jure Belli* (Sobre o Direito da Guerra) de Grotius, o *Institutiones* (Institutas) de Mynsinger (*Mynsynger's Institut.*), Wesenbeck (*Wesembecius*), o *Lexicon* (Léxico) de Calvino (*Calvin's Lexicon*), a *Ética* de Eustachius (*Eustachius's Ethics*) e a de Pemble (*Pemble's*).

XVIII. Para métodos de teologia: leia a edição de Paræus sobre Ursino (*Paræus's edition of Ursine*), Trelcatius, a *Medulla* (Medula) de Amesius (*Amesii Medulla*), os *Loci Communes* (Lugares Comuns) de Musculus, o Dr. Tully, Georg Sohnius, as Tabelas de Szeged (*Tzegedine's Tables*), as *Institutas* de Calvino (*Calvin's Institutions*), ou a abreviação dele feita por Colonius, a *Theopolitica* (Teopolítica) de Lawson (*Lawson's Theopolitica*), Wollebius, a *Idea Theologiæ* (Ideia da Teologia) de Cluto (*Cluto's Idea Theolog.*).

XIX. Disputas e tratados teológicos os quais considero extraordinariamente claros e sólidos, evitando os extremos em que muitos erram, e expondo a verdade reconciliadora: Strangius, as *Teses* de Le Blanc (*Le Blanc's Theses*), os três livros do Sr. Truman, o *De Satisfactione* (Sobre a Satisfação) de Grotius, a obra do

Sr. Bradshaw sobre a *Justificação*, o *Sermon of Justification* (Sermão da Justificação) do Sr. Gibbon, a do Sr. Hotchkis sobre o *Perdão dos Pecados*, todas as Obras de Davenant (*Davenant's Works*), as de Camero (*Camera's Works*), o *De Natura et Gratia* (Sobre a Natureza e a Graça) de Testardus, todas as Obras de Josué de la Place (*Josue Placæus's Works*), as *Theses Salmurienses* (Teses de Saumur), Amyraldus, Johannes Bergius (*Johan. Bergius*), Conrad Bergius, o *Syntagma Theologiae* (Sintagma de Teologia) de Ludovicus Crocius, o Sínodo de Dort, especialmente os Teólogos Britânicos e de Bremen em seus votos (*British and Breme Divines in suffrag.*), o *Augustinus* (Agostinho) de Jansenius (*Jansenii Augustinus*), todo o Agostinho (*Augustine*), Próspero (*Prosper*) e Fulgêncio (*Fulgentius*), os *Loci Communes* (Lugares Comuns) de Musculus, a obra de Daillé, *De Redemptionis* (Sobre a Redenção), a de Wotton, *De Reconciliatione* (Sobre a Reconciliação), Gataker, a de Woodbridge sobre a *Justificação*, Stillingfleet, a *Answer to the Jesuit's Challenge* (Resposta ao Desafio do Jesuíta) de Usher, e as suas notas *De Redemptione Universali* (Sobre a Redenção Universal), W. Fenner, Robert Baronius, *De Peccato Mortali et Veniali* (Sobre o Pecado Mortal e Venial), Bispo Preston, Whateley, as *Teses* de Vossius (*Vossii Theses*), as Décadas de Bullinger (*Bullinger's Decades*), Robert Abbot (*Rob. Abbot*).

XX. Comentadores (além das Anotações já nomeadas): Beza e Piscator, as Anotações de Junius e Tremellius, Dr. Hammond, Grotius sobre os Evangelhos (*Grotius in Evang.*), Calvino (*Calvin*), especialmente no Novo Testamento, ou as Coleções de Marlorato

(*Marlorate's Collection*) sobre Gênesis, Salmos, Isaías e Novo Testamento, as quais contêm Calvino com outros, o *Critici Sacri* (Críticos Sagrados) do Sr. Poole (*Mr. Pool's Critics*), Ainsworth, Mollerus, Willet, Paræus, Musculus, Lira (*Lyra*), Estius, Jansenius, a Harmonia de Chemnitz (*Chemnitius Harm.*), a do Sr. Cradock (*Mr. Cradock's Harm.*), Maldonado (*Maldonate*), Lorinus, Dickson (*Dixon*), Hutcheson (*Hutchinson*), Drusius, os *Opuscula* (Opúsculos) de Picherellus (*Picherelli Opuscula*).

XXI. Obras de autores que expõem apenas alguns textos difíceis, e reconciliam aparentes contradições: Thaddæus, o *Dubia Evangelica* (Dúvidas Evangélicas) de Spanheim (*Spanhemii Dubia Evangelica*), a *Conciliatio* (Conciliação) de Magrius, a *Symphonia* (Sinfonia) de Sharpe, Bertram, Lucas de Bruges (*Brugensis*), Alba, Walther, Lydius, as obras de Gataker intituladas *Cinnus* (Mistura) e outras, Richardson, o *Myrothecium* (Perfume) de Camero (*Camero's Myrothec.*), com Ludovicus Capellus, Croy, Broughton, Heinsius, os *Miscellanea* (Miscelâneas) de Nicolaus Fuller, Gregory, os *Analecta* (Analectas) de Doughty, a obra de Dietericus, *Antiquitates Biblicæ* (Antiguidades Bíblicas), as *Disquisitiones* (Disquisições) de Caninius, Suicerus, Boys (*Boies*), as Obras de Mede, Weemse, Boot, as *Exercitationes* (Exercitações) de Scultetus.

XXII. Auxílios para compreender as Escrituras: a obra do Sr. Broughton sobre o *Consentimento das Escrituras*, a de Usher sobre a *Septuaginta*, etc., a *Clavis Scripturæ* (Chave da Escritura) de Flacius Illyricus

(*Illirici Clavis Scripturæ*), os tratados supracitados sobre Costumes, todo o Bochartus (*Geographia* [Geografia] e *De Animalibus* [Sobre os Animais]), as *Inquiries* (Investigações) de Brerewood (*Brierwood's Inquiries*), a de Buxtorf, *De Synagoga Judaica* (Sobre a Sinagoga Judaica), Cunæus, Sigonius e Stephano Menochius, *De Republica Hebræorum* (Sobre a República dos Hebreus), Sixtinus Amama (*Sixt. Amama*), o *De Antiquitate Scripturæ* (Sobre a Antiguidade da Escritura) de Juan Eusebio Nieremberg, as Bíblias Poliglotas de várias versões, Ravanellus.

XXIII. Para a defesa da fé cristã contra ateístas e infiéis: Girolamo Savonarola (*Hier. Savonarola*), Van der Meulen (*Vander Meulin*), a obra do Sr. Stillingfleet, *Origines Sacræ* (Origens Sagradas), a de Grotius, *De Veritate Religionis Christianae* (Sobre a Verdade da Religião Cristã), Mornay (*Morney*), a de Camero, *De Verbo Dei* (Sobre a Palavra de Deus), o *Ethnophron* (Etnófron) de Micrælius, Juan Luis Vives (*Lod. Vives*), Ficino com as notas de Ludovicus Crocius (*Ficinus cum notis Lud. Crocii*), a do Dr. Jackson sobre a *Verdade da Escritura*, o *Atheismus Triumphatus* (Ateísmo Triunfante) de Campanella, Lessius, a de Wadsworth sobre a *Imortalidade da Alma*, a do Sir Charles Wolseley contra o ateísmo, *Aut Deus aut Nihil* (Ou Deus ou Nada), além de uma abundância de pais da igreja, John Goodwin sobre as Escrituras.

XXIV. Casos de consciência: além de Amesius, Perkins, Dickson (*Dixon*), a obra de Gregorius Sayrus intitulada *Clavis Regia* (Chave Régia), Azorius, o *Ductor*

Dubitantium (Guia dos Duvidosos) do Dr. Jeremy Taylor (*Dr. Jer. Taylor's Ductor Dubitantium*).

XXV. Concílios: Carranza (*Lydius Caranza*), Crab, Binius (*Binnius*), Spelman, Justellus, Sínodo de Dort (*Synod. Dordr.*).

XXVI. Canonistas e auxílios para compreender os concílios: as Decretais, ou *Corpus Juris Canonici* (Corpo de Direito Canônico), Zabarella, Panormitanus (*Panormitane*), Navarrus, Albaspinæus, Justellus, a obra de Blondel, *De Decretalibus* (Sobre as Decretais), Balsamon, Zonaras e Photius, o *Notitia Episcopatuum* (Notícia dos Episcopados) de Miræus (mas não confiável), o de Chenu, *De Episcopatibus Gallicis* (Sobre os Episcopados Franceses), Filesacus, a *História do Concílio de Trento*.

XXVII. Pais da igreja: Clemente Romano (*Clem. Rom.*), o *Ignatius* (Inácio) de Usher e de Isaac Vossius (*Usher's and Iz. Vossii Ignatius*), Justino Mártir, Ireneu (*Irenæus*), Clemente de Alexandria (*Clem. Alexand.*), Tertuliano, Cipriano, Orígenes (*Origen*), Atenágoras, Taciano (*Tatianus*), Arnóbio com Minúcio Félix (*Arnobius cum Minutio Fœlice*), Lactâncio, Atanásio (*Athanasius*). Estes não são muito volumosos: Optato (*Optatus*), o *Præparatio* (Preparação) e *Demonstratio Evangelica* (Demonstração Evangélica) de Eusébio, tanto de Jerônimo (*Hierom*), Agostinho, e Crisóstomo quanto puder; Hilário de Poitiers (*Hilarius Pictaviensis*), Próspero, Fulgêncio, Vicente de Lérins (*Vincent. Lirinensis*) e (antes deles) Basílio (*Basil*), Gregório Nazianzeno, e Gregório de Nissa (*Greg. Nyssen.*), Epifânio, Ambrósio (*Ambrose*), Paulino de Nola

(*Paulinus Nolanus*), Cassiano (*Cassianus*), Salviano, Genádio de Marselha (*Gennadius Massil.*), Gildas, Cláudio de Turim (*Claudius Turonensis*), Rabano Mauro (*Rabanus Maurus*), Bernardo de Claraval (*Bernard*).

XXVIII. Auxílios para conhecer e compreender os pais da igreja: a *Medulla Patrum* (Medula dos Padres) de Scultetus, a *Censura Patrum* (Censura dos Padres) de Cooke (*Cocu's Censura Patrum*), a *Critica Sacra* (Crítica Sagrada) de Rivet, Dr. James, todas as Obras do Bispo Usher; (mas, acima de tudo, um manuscrito dele que se encontra agora nas mãos do arcebispo de Canterbury); a *Bibliotheca* (Biblioteca) de Sixto de Sena, Possevinus, muitos dos Prefácios e Notas de Erasmo, as obras de Daillé, *De Usu Patrum* (Sobre o Uso dos Padres), e *De Pseudepigraphis Apostolicis* (Sobre os Escritos Pseudoepígrafos dos Apóstolos) e *De Cultu Latinorum* (Sobre o Culto dos Latinos), e sobre Dionísio (*Dionys.*) e sobre Inácio (*Ignatium*), e a maior parte de suas obras, e as Obras de D. Blondel, a de Bellarmine, *De Scriptoribus Ecclesiasticis* (Sobre os Escritores Eclesiásticos), as *Exercitationes* (Exercitações) de Casaubon (*Casaubonis Exercit.*), a de Vedelius, *De Sapientia Veterum* (Sobre a Sabedoria dos Antigos), a de Polidoro Virgílio, *De Inventoribus Rerum* (Sobre os Inventores das Coisas), Albaspina, o *Historia Pelagiana* (História Pelagiana) e *De Symbolis* (Sobre os Símbolos) de Vossius, o *Trias Patrum* (Tríade dos Padres) de Paulis Erinarchus, o *Bibliotheca* (Biblioteca) de Photius, o *Mella Patrum* (Mel dos Padres) de Rouse, De la Cerda, e as notas de muitos outros.

XXIX. Escritores mais recentes e escolásticos: Damasus, Anselmo de Canterbury (*Anselmus Cantuar.*), Guilherme de Paris (*Gulielmus Parisiensis*), Guilherme de Santo Amor (*Guil. de Sancto Amore*), Gerhardus Zutphaniensis (na *Bibliotheca Patrum* [Biblioteca dos Padres]), Tauler (*Thaulerus*), Tomás de Kempis, Lombardo (*Lombard*), Tomás de Aquino (*Aquinas*), Durandus, Duns Escoto (*Scotus*), Ockham, Gregório de Rimini (*Greg. Ariminensis*), Rada, Alvarez, Ruiz, Suarez, Ludovicus a Dola, Ripalda, a *Ética* de Buridano (*Buridane's Ethics*), a *Metaphysica* (Metafísica) de Meurisse, as de Ferrius intituladas *Scholastica Orthodoxa* (Escolástica Ortodoxa) e *Defensio* (Defesa), o de Posewitz, *Theologia Scholastica* (Teologia Escolástica), Dr. Twisse, Strangius, o *De Peccato Mortali et Veniali* (Sobre o Pecado Mortal e Venial) de Robert Baronius (*Rob. Baronii Metaphys.*), Schiebler (*Schiebleri Metaphys.*), Calovius (*Calovii Metaphys. Divin.*), Dr. Barlow (*Dr. Barlow's Metaphys. Exercitat.*), Dr. Henry More (*Dr. More's Metaphysics*).

XXX. Controvérsias (além das mencionadas anteriormente contra pagãos e infiéis):

1. Protestantes e papistas: Bellarmine, Stapleton, Costerus, Becanus, Holden, a obra *Protestant's Plea* (Apologia Protestante) de Brereley, os Diálogos de Richworth e White.

Contra eles: o *Bellarminus Enervatus* (Belarmino Enervado) de Amesius, a obra do Dr. Chaloner, *Credo Ecclesiam Catholicam* (Creio na Igreja Católica), Chamier, Sadeel, Chillingworth, a *Resposta ao Jesuíta* de Usher, e o seu *De Successione Ecclesiarum* (Sobre a

Sucessão das Igrejas), o *Catalogus Testium Veritatis* (Catálogo das Testemunhas da Verdade) de Flacius Illyricus, o *De Ecclesia* (Sobre a Igreja) e o *Mistério da Iniquidade* de Duplessis-Mornay, o de Dr. Field, *Of the Church* (Sobre a Igreja), Whitaker, a de Dr. John White, *Way to the True Church* (Caminho para a Verdadeira Igreja) e a *Defesa*, o de Blondel, *De Ecclesia* (Sobre a Igreja) (em francês); todas as Obras de Daillé; Albertinus, *De Transubstantiatione* (Sobre a Transubstanciação) com a defesa de Claude, Davenant, *De Justitia* (Sobre a Justiça) e *Determinationes* (Determinações), o *Catholica Orthodoxus* (Ortodoxo Católico) de Rivet, a de Pierre Du Moulin, *De Novitate Papismi* (Sobre a Novidade do Papismo) (traduzida para o inglês), a de Pierre Du Moulin Filho, *Resposta ao Phalanx Anglicus*, o *Examen Concilii Tridentini* (Exame do Concílio de Trento) de Chemnitz, a *Conferência com Hart* de Rainolds, e *De Libris Apocryphis* (Sobre os Livros Apócrifos), de John Cosin, Bispo de Durham, sobre o Cânon da Escritura, o Manual de Drelincourt, a de Poole, *Nullity* (Nulidade) e os Diálogos, o do Bispo Downame, *De Antichristo* (Sobre o Anticristo), Stillingfleet, Tillotson, Voetius, *De Desperata Causa Papatus* (Sobre a Causa Desesperada do Papado). Especialmente quanto ao direito dos reis contra eles: William Barclay, Grotius, *De Imperio Summarum Potestatum* (Sobre o Poder das Autoridades Supremas), o do Bispo Bilson, *Of Obedience* (Da Obediência), o do Bispo Carleton, *De Jurisdictione* (Sobre a Jurisdição), de Robert Abbot, o de Goldast, *De Monarchia* (Sobre a Monarquia) (uma multidão de antigos escritores reunidos), e *Constitutiones*

Imperiales (Constituições Imperiais), Marco Antonio de Dominis, Arcebispo de Split, *De Republica Ecclesiastica* (Sobre a República Estética); todas as Obras de Ludovicus Molinæus.

2. Sobre predestinação, graça, livre-arbítrio, os jesuítas, luteranos e arminianos contra os dominicanos, jansenistas e calvinistas. De um lado: Molinæus, Fonseca, a obra de Pennottus, *Propugnaculum Libertatis* (Propugnáculo da Liberdade), Pierre de Saint-Joseph, Armínio, Episcópio, Corvinus, Grevinchovius, Tilenus, Tilenus filho. Do outro lado: Alvarez, Jumel, Jansenius, Twisse, o Sínodo de Dort, a de Pierre Du Moulin, *Anatomia Arminianismi* (Anatomia do Arminianismo), Amesius, Zanchius, etc. Mas os conciliadores são os mais sólidos.

3. De socinianismo e arianismo. A favor deles, os historiadores: Filostórgio e Sandius; debatedores: Volkelius, Socino, Lushington sobre Hebreus. Contra eles: Josué de la Place, Stegman, Botsaccus, o *De Satisfactione* (Sobre a Satisfação) de Grotius, Zarnovecius, e Johannes Junius, *De Satisfactione* (Sobre a Satisfação), Lawson sobre Hebreus, as *Exercitationes* (Exercitações) de Beckman, a de Truman, *Great Propitiation* (Grande Propiciação), Stillingfleet sobre a Satisfação, a de Q. V., *Crellius Refutatus* (Crellius Refutado), Essenius, Hoornbeeck.

4. De justificação, o suficiente foi nomeado anteriormente, no Tópico 19: especialmente Le Blanc, também Pemble, Bispo Downame, Warren.
5. As controvérsias antinomianas e libertinas: a favor: Dr. Crisp, Maccovius em algumas coisas, Saltmarsh,

Crandon, Paul Hobson, Den, Town, Eaton. Contra: Gataker, a obra de Ball sobre a *Aliança*, Anthony Burgess; todos os escritores de justificação elogiados anteriormente no Tópico 19; a de Weld, *History of Antinomians* (História dos Antinomianos).

6. Sobre o batismo infantil: contra: Tombe, Blackwood, Fisher. A favor: Church, Marshall, Whiston, Blake.

7. Do dia do Senhor, ou sábado cristão: contra: Ironside, Heylin, Pocklington, Francis White, Brerewood, Broad. A favor: Dr. Young, Eaton, Cawdrey e Palmer, Dr. Twisse, Hughes, Sprint, Dr. Owen, Sr. George Abbot, Shepard.

8. Da prelazia diocesana: contra: Cartwright, a de Calderwood, *Altare Damascenum* (Altar de Damasco), a de Robert Parker, *De Politeia Ecclesiastica* (Sobre a Política Eclesiástica), Beza, a de Gerson Bucer, *Dissertatio de Gubernatione Ecclesiae* (Dissertação sobre o Governo da Igreja), a de Baynes, *Diocesan's Trial* (O Julgamento do Diocesano), de Blondel, *De Episcopis et Presbyteris* (Sobre os Bispos e os Presbíteros), Salmasius, Smectymnuus. A favor: Petavius, Saravia, George Downame, Bilson, Hooker, Whitgift, Dr. Hammond.

9. Do restante da conformidade inglesa, liturgia e cerimônias: a favor: Dr. John Burgess, Whitgift, Hooker, a de Sprint, *Necessity of Conformity in Case of Deprivation* (Necessidade de Conformidade em Caso de Privação), a de Paybody, *Of Kneeling* (Do Ajoelhar-se), Fulwood, Stileman, Durel, *The Friendly Debate* (O Debate Amigável), *The Ecclesiastical Polity* (A Política Eclesiástica). Contra: Cartwright, a de Parker, *Of the*

Cross (Da Cruz), a de Bradshaw, *Twelve Arguments* (Doze Argumentos), etc., Amesius contra Morton, e o seu *Fresh Suit against Burgess* (Novo Processo contra Burgess), Nichols, as Propostas de Savoy. Contra as novas adições, de Daniel Cawdrey, e uma Apologia em latim, e o Sr. Crofton, e a do Dr. Collinges sobre a *Aliança*, e algumas coisas publicadas secretamente.

10. De erastianismo: a favor: Erasto, Coleman, Hussey, Ludovicus Molinæus (na aparência), Selden, *De Synedriis* (Sobre os Sinédrios). Contra: Beza, a de Gillespie, *Aaron's Rod* (O Cajado de Arão) e *Nihil Respondes* (Nenhuma Resposta), a de Hammond, *Of the Keys* (Das Chaves).

11. De separação: a favor: Johnson, Canne, Ainsworth; e para a semisseparação (da liturgia e dos sacramentos, mas não dos sermões): Robinson. Contra: John Paget, Bradshaw, Gifford, Hildersham, Ball, Gataker, Bernard, Robert Abbot (não o bispo), a de William Allen, *Retraction of Separation* (Retratação da Separação).

12. De independência: a favor: Norton (moderado), Hooker, Allen e Shepard, Burton, *Apologetical Narrative* (Narrativa Apologética), *Reasons of the Dissenters in the Assembly* (Razões dos Dissidentes na Assembleia), o de Dr. Owen, *Catechism* (Catecismo) e o *De Schismate* (Sobre o Cisma). Contra: J. Ball, Rutherford, a Réplica da Assembleia, o dos Ministros de Londres, *Jus Divinum Presbyterii* (Direito Divino do Presbitério), Cawdrey contra o Dr. Owen, etc., Benjamin Camfield contra o Catecismo do Dr. Owen.

31. Reconciliadores. 1. Entre cristãos discordantes em geral: a de Jacopo Acontio, *Stratagemata Satanæ* (Estratagemas de Satanás), Usher em Efésios 4:3, o antigo Vicente de Lérins, a de Rupertus Meldenius, *Parænesis* (Parênese); a obra sociniana, *Veritas Pacifica* (Verdade Pacífica). *2.* Entre protestantes e papistas: Thuanus, Picherellus, Erasmo, Wicel, Cassander, Balduíno, Grotius, Davenport (aliás Franciscus a Sancta Clara), Marco Antonio de Dominis, *De Republica Ecclesiastica* (Sobre a República Eclesiástica), William Forbes, Bispo de Edimburgo, Dr. Hammond, especialmente em Tessalonicenses e Apocalipse; Le Blanc. Veja Peter Heylin sobre a Vida do Arcebispo Laud, Bispo Bramhall. *3.* Entre todos os protestantes, especialmente luteranos, arminianos e as igrejas reformadas: Duræus, Calixtus, a de Hall, *Peacemaker* (O Pacificador) e *Pax Terris* (Paz na Terra), Bispo Morton, Davenant e Hall juntos, a sua *Pacifica* (Pacífica); Amyraldus, Junius, *De Prædeterminatione* (Sobre a Predeterminação) e *Irenicum* (Irenico), a de Hotton, *De Tolerantia* (Sobre a Tolerância), o de Paræus, *Irenicum* (Irênico), Scultetus em Tito, de papistas sobre controvérsias semelhantes: Sarnanus, Suarez, Arriba, Jansenius, Gibieuf, William Camerarius, Scotus a Dola. *4.* De governo da igreja: a *Reduction* (Redução) de Usher, o de John Forbes, *Irenicum* (Irênico), o de Stillingfleet, *Irenicum* (Irênico), o de Hall, *Peacemaker* (O Pacificador) e *Modest Offer* (Oferta Modesta), o de Burroughs, *Cure of Heart Divisions* (Cura das Divisões do Coração), de Matthew Newcomen, *Reconciliation of Presbyterians and*

Independents (Reconciliação de Presbiterianos e Independentes), as Propostas do Sínodo da Nova Inglaterra e a Defesa, Lloyd.

III. Fui tão longe nesta segunda classe que devo acrescentar apenas mais alguns livros para a terceira, para não exceder a capacidade de uma biblioteca de um homem pobre.

1. Adicione, quando chegar aos seus léxicons: Morellius ou Cowper, o de Beckman, *De Originibus Verborum* (Sobre as Origens das Palavras), Phavorinus e Hesychius, e o *Lexicon Heptaglotton* (Léxico Heptaglota) do Dr. Castell.

2. Aos lógicos: Downame, Dietericus, Lublin, Smiglecius, com Aristóteles, Claubergius.

3. À física: Philoponus, Telesio, Le Grand, Descartes, Régis, Heereboord, Scheggius, Gassendi, Patrizzi, Kenelm Digby, White.

4. *De Corpore Humano* (Do Corpo Humano): a *Anatomy* (Anatomia) de Crooke, ou Vesalius, Lower, *De Motu Cordis* (Sobre o Movimento do Coração), Harvey e Wallæus, *De Circulatione Sanguinis* (Sobre a Circulação do Sangue), as Obras de Willis, Needham, *De Formato Fœtu* (Sobre o Feto Formado), Steno, *De Musculis* (Sobre os Músculos), Sylvius, Horne, Bates e Glisson, *Anatomia Hepatis* (Anatomia do Fígado) e *De Rachitide* (Sobre o Raquitismo), Wharton, *De Glandulis* (Sobre as Glândulas).

5. *De Anima* (Da Alma): Claudianus Mamertus, Nemesius (na *Bibliotheca Patrum* [Biblioteca dos Padres]), Platão, Plotino, Fromondus, as *Tusculanae Disputationes* (Disputas Tusculanas) de Cícero, Henry More.

6. De metafísica: Scheibler, Suarez, Timpler, Burgersdicius, Senguerdius, Jacchæus, Gorlæus, Ritschel, Campanella, Meurisse.

7. De cronologia: Petavius, a *Chronologia* (Cronologia) de Usher e o seu *De Anno Macedonico* (Sobre o Ano Macedônico), a *Chronologia* (Cronologia) de Isaacson, a de Simpson, Beroaldus, Carion, Scaliger, *De Emendatione Temporum* (Sobre a Emenda dos Tempos) sobre Eusébio, etc., Dr. Drake; veja o *Index* (Índice) de Bellarmine em *Scriptores Ecclesiastici* (Escritores Eclesiásticos).

8. História. Os gregos e romanos são conhecidos. Da igreja: Evágrio, Gregório de Tours, Paulo, o Diácono, Liutprando, Frodoardo, Cedreno, Curopalates, Ingulph, Otto de Freising, Crantzius, Trithemius, Camerarius, o *Epitome* (Epítome) de Spondano sobre Barônio, o de Lucas Osiander, *Epitome Magdeburgense* (Epítome de Magdeburgo), o *Acts and Monuments* (Atos e Monumentos) de Fox, a de Ebinger, *History of England* (História da Inglaterra), Ingulph, Guilherme de Malmesbury, Mateus de Westminster, Bale, Holinshed, a de Lord Herbert, *Life of Henry VIII* (Vida de Henrique VIII), as Vidas de Eduardo VI, da Rainha Elizabeth por Camden, do Rei Tiago por Wilson, do Rei Carlos, a Vida de Cromwell, a de Prynne, *History of Bishops' Treasons* (História

das Traições dos Bispos) e a de *Canterbury's (Laud's) Doom* (A Condenação de Canterbury [Laud]), a de Heylin, *Life of Laud* (Vida de Laud), a obra *Troubles at Frankfort* (Problemas em Frankfurt), as cartas do *Cabala* (Cabala). De Irlanda: Sir John Temple, a de Dr. Jones, *Of the Rebellion* (Da Rebelião), a do Conde de Orrery, *Answer to a Petition* (Resposta a uma Petição). Da Escócia e outras igrejas: a história de Petræus. Também: o *Turcogræcia* (Turco-Grécia) de Martinus Crusius; o livro de Kircher sobre os coptas, Hornius, o de Archotologia Gothofredus na edição de 1649, o de Rovillius, *Promptuarium Iconum* (Prontuário de Ícones), o de Verheiden, *Icones Theologorum Reformatorum* (Ícones dos Teólogos Reformados) em formato fólio, o de Vossius, *De Historicis* (Sobre os Historiadores), os *Icones* (Ícones) de Beza, os de Hospinian, *Historia Sacramentaria* (História Sacramentária) e *De Origine Templorum* (Sobre a Origem dos Templos), o *Historia Pelagiana* (História Pelagiana) de Vossius, as histórias de Gutherleth, Paræus, Lætus, Pezelius.

9. Medicina. Herbários: Mattioli, Johnson, Gerard, Parkinson, Langham, Monardes. Dispensatórios: o dos Médicos de Londres, Schroderus. Os anatomistas nomeados anteriormente, e Knoblochius. Práticos: Hipócrates, Galeno, Celso, Fernelius, o *Consilia* (Conselhos) de Montanus, Crato em Solenander, *Epistolae et Consilia* (Epístolas e Conselhos), Plater, Forestus, o *Observationes* (Observações) de Schenck, Hollerius, Sennert, Rondelet, Horstius, Frambassarius,

os *Aphorismi* (Aforismos) de Scholtz, Solenander, Epifânio Ferdinando, a de Dodoens, *Praxis* (Prática), Morellius, o *Manual* (Manual) de Schonborn, Dorncrellius, Conringius, *De Fermentatione* (Sobre a Fermentação), Fienus, Gordonius; especialmente Riverius, Prevotius, e se houver tempo, Zacuto Lusitano, Hartman, Quercetanus, Croll, Basil Valentine, Helmont. Para cirurgia: Wilhelm Fabry, Trigaltius, Forestus, Ambroise Paré. Mas os tratados principais de medicina são os que tratam de doenças particulares ou tipos; como de Carolus Piso, *De Morbis Serosis* (Sobre as Doenças Serosas), Eugalenus, Martinius, Sennert, etc., *De Scorbuto* (Sobre o Escorbuto), Dr. Sydenham, *De Febribus* (Sobre as Febres), Dr. Glisson, *De Rachitide* (Sobre o Raquitismo), Willis, *De Fermentatione* (Sobre a Fermentação) e *De Febribus* (Sobre as Febres), Cattierus, *De Rheumatismo* (Sobre o Reumatismo), Marcuccius, etc., *De Melancholia* (Sobre a Melancolia), Schmuzen, etc., *De Calculo* (Sobre o Cálculo), Capellutus, *De Bubonibus* (Sobre as Bubões), de Guarenciers, *De Tabe Anglica* (Sobre a Tísica Inglesa). Da mesma forma Rudius, *De Pulsibus* (Sobre os Pulsos), Forestus, *De Incerto Urinarum Judicio* (Sobre o Julgamento Incerto das Urinas), Sanctorius e Opicius, *De Medicina Statica* (Sobre a Medicina Estática), Deodatus, *De Diætetice* (Sobre a Dietética), Bacon, *De Vita Longa* (Sobre a Vida Longa), Venner, Brunfels.

10. À política, adicione: Tholosanus, Althusius, Arnisæus, Bodin, *De Republica* (Sobre a República), White. À

ética: Buridano, More, Wendelin, Danæus, o *Antonin* (Antonino) de Gataker, Sêneca, os *Ensaios Morais* de Plutarco.

11. Sistemas de teologia: *Synopsis Purioris Theologiæ* (Sinopse da Teologia Mais Pura) de Leiden, Ludovicus Crocius, Polanus, Bucanus, Dudley Fenner, Wendelin, os *Loci Communes* (Lugares Comuns) de Pedro Mártir, as *Theses Sedanenses* (Teses de Sedan), Antoine de La Faye, Melancthon, Gomarus, Pezelius, o *Catechismus Romanus* (Catecismo Romano), o *Corpus Confessionum* (Corpo de Confissões), Alting, as *Disputationes* (Disputas) de Spanheim, Snecanus.

12. Tratados selecionados: Parker, *De Descensu ad Inferos* (Sobre a Descida aos Infernos), Garbut sobre a Ressurreição de Cristo, Bullinger, *De Origine Errorum* (Sobre a Origem dos Erros), Martinius, *De Symbolis* (Sobre os Símbolos) e outras obras, Olevian, *De Fœdere* (Sobre a Aliança), Sanderson, *De Juramento* (Sobre o Juramento), as Obras de Pemble, todas as Obras de Mede, as Disputas Selecionadas de Rivet, as Obras de Zanchii, Dr. Field, todo o Daillé, e Blondel, Turretine, *De Satisfactione* (Sobre a Satisfação).

13. Comentadores: Davenant em Colossenses, Pedro Mártir em Romanos e Coríntios, Pelargus em Mateus, La Faye, Scultetus, Crocius em Efésios, Lutero em Gálatas, Sclater em Tessalonicenses, Cartwright e Fulke sobre as Notas Reinstas, as Anotações de Arthur Jackson, a Paráfrase de Erasmo, Flacius Illyricus, Lightfoot, Tossanus, Melancthon, Rollock, Manton em Tiago e Judas, Amesius em Pedro, Ludovicus de Dieu

no Apocalipse, Mede, Stephens, Napier, Rei Tiago, Brightman; todos estes no Novo Testamento ou em parte dele. E os papistas: Tolet (em Romanos, etc.), Ferus, Lucas de Bruges, Arias Montano, Pererius, Cornelius Musso, Espencæus. No Antigo Testamento: Cajetan, Bonfrere, Pererius, Paulus Fagius, Mersenne, Rivet, Masius, Serrarius, Sanctius, Mercer, Amesius nos Salmos, Amyraldus nos Salmos, Ford nos Salmos, Pemble, Broughton e Parker em Daniel, Attersoll em Números, etc., King em Jonas. Se você quiser mais, veja o *Ecclesiastes* (O Eclesiastes) do Bispo Wilkins, e a *Bibliotheca* (Biblioteca) de Voetius.

14. Auxílios subordinados para compreensão e pregação. Concordâncias: em hebraico, Buxtorf; em grego, Stephens; o *Index* (Índice) de Tossanus; a de Clark, *Holy Oil* (Óleo Santo), o *Ecclesiastes* (O Eclesiastes) e *Gift of Prayer* (O Dom da Oração) de Wilkins, a de Chappell e Zepper, *Method of Preaching* (Método de Pregação), Oliver Bowles, o de Alstedius, *Definitio et Distinctio* (Definição e Distinção), o de Castaneus, *Distinctio* (Distinção) com Reeb, o de Drusius, *Proverbia* (Provérbios) e *Adagia Hebraica* (Adágios Hebraicos), Delrio e Schott, o de Glassius, *Philologia* (Filologia), Zehner, a *Critica Sacra* (Crítica Sagrada) de Capellus, os *Polyanthia* (Polianteia) de Gruterus ou de Langius, Schotanus em Creat., o de Coelestinus, *Apparatus* (Aparelho) e *De Origine Ecclesiae* (Sobre a Origem da Igreja), de Franz, *De Sacrificiis* (Sobre os Sacrifícios), de Wittichius, *De Stylo* (Sobre o Estilo).

15. Da religião cristã; sua defesa, latitude, e comparação dos infiéis e pagãos: Raimundo de Sabunde, *Theologia Naturalis* (Teologia Natural), Pacardus, Tomás de Aquino, *Contra Gentiles* (Contra os Gentios), Pansa, Varenius, *De Religione Indorum* (Sobre a Religião dos Índios), as *Inquiries* (Investigações) de Brerewood, Tomás de Jesús, e Acosta, *De Conversione* (Sobre a Conversão), Breganius, *De Thologia Gentilium* (Sobre a Teologia dos Gentios), o de Vossius, *De Idololatria* (Sobre a Idolatria), o de Vossius, *De Teologia Natura* (Sobre a Teologia da Natureza), Collius, *De Animabus Paganorum* (Sobre as Almas dos Pagãos), Agostino Steuco, Fotherby, Mersenne em Gênesis.

16. Mais casos de consciência: Filliucius, Tolet, *De Sacerdote* (Sobre o Sacerdote), Reginald, Cajetan, Navarrus. Veja Blaise Pascal contra os casuístas jesuítas, e as morais dos jesuítas, as Tabelas sobre os Mandamentos de Downame e de Whateley, Sanderson, *De Juramento* (Sobre o Juramento), e o já mencionado Fragoso.

17. Mais sobre concílios, canonistas e liturgias: o *Jus Orientale* (Direito Oriental) de Leunclavius, o de Bochellus, *Decreta Gallica* (Decretos Franceses), de Sirmond, *Concilia Galliæ* (Concílios da Gália), Longus. O *Actus Conventus Thorunensis* (Atas do Convento de Toruń), o *Formula Concordiæ* (Fórmula de Concórdia) alemão, as Atas da Assembleia de Westminster, os Cânones Ingleses, os *Fasti Siculi* (Fastos Sículos), os *Exercitationes Ecclesiasticae* (Exercitações Eclesiásticas) de Morin.

Zepper, *Politeia Ecclesiastica* (Política Eclesiástica), Hammond, a de L'Estrange, *Alliance of Divine Offices* (Aliança de Ofícios Divinos), *Antiquitates Liturgicæ* (Antiguidades Litúrgicas), as Obras de Cassander, Claude de Sainctes, Gavanto, *De Ritibus* (Sobre os Ritos), Vicecomes.

18. Mais dos pais da igreja: se você os puder obter e ler, poderá encontrar os seus nomes, por exemplo, no livro de Bellarmine, *De Scriptoribus Ecclesiasticis* (Sobre os Escritores Eclesiásticos). Obtenha a *Bibliotheca Patrum* (Biblioteca dos Padres) de De la Bigne, e as Homilias de Macário, Efraim, o Sírio (coisas simples e honestas), Teodoreto, Cirilo de Jerusalém, Cirilo de Alexandria, Isidoro de Pelúsio, Teofilacto e Ecumênio, Sedúlio e Primásio, Remígio, Beda, etc.

19. Mais teólogos escolásticos: Boaventura, Alexandre de Hales, Cajetan, Bannez, Biel, d'Ailly, Francisco de Mayrone, Capreolus, Richard FitzRalph, Bradwardine, Faber Faventinus, Herveus Natalis, Giovanni e Francesco Pico della Mirandola, Francisco de Vitória, Suarez, Vasquez, Albertinus em Tomás de Aquino, Scottellus.

20. Antipapistas: Pappus de suas contradições, Gentillet, o de Bispo Morton, *Apologia* e *Grand Imposture* (Grande Impostura), Buckeridge Roffensis para os reis, Crakenthorpe, Paræus contra Bellarmine, Junius sobre Bellarmine, o de Birkbeck, *Protestant's Evidence* (Evidência do Protestante), de Hunnius, *Ecclesia Romana non est Christiana* (A Igreja Romana não é Cristã), Hotman, *Brutum*

Fulmen (Raio Inofensivo), etc., *Eusebius Captivus* (Eusébio Cativo), Johannes Crocius, *De Schismate* (Sobre o Cisma), Jewel, todo o Whitaker, de Andrews, *Tortura Torti* (A Tortura de Tortus), Wotton, a de Dr. Jeremy Taylor, *Dissuasive* (Dissuasivo).

Nota 1. Que estes livros podem parecer muitos, embora sejam poucos para uma biblioteca completa e rica.

2. Que não constitui o meu conselho que você leia todos estes, ou metade; pois isso serviria apenas como uma armadilha para o pecado e desperdício de tempo; mas um ministro do evangelho deve ter mais livros consigo do que pode ler inteiramente, para usos particulares, e para ver o julgamento do autor ocasionalmente, e para testar as citações de outros homens.

3. Que um ministro não deve estudar a matéria sem o auxílio dos estudos de outros homens por meio de muita leitura; nem ler muito sem estudar a coisa em si mesma.

4. Que, embora um homem não deva falar ou escrever antes de saber o que e como fazê-lo, contudo, exercitar assim o conhecimento que temos o aumenta grandemente. E nenhum ministro deve estar estudando quando deveria estar pregando, orando, catequizando, ou visitando ou instruindo o seu rebanho.

5. São poucas as pessoas que nascem com uma perspicácia adequada para escritos e controvérsias; essas poucas devem ler mais para estarem aptas para isso; as restantes podem adotar as preparações para as quais tenham uso e exercitá-las, a saber, na supervisão pastoral dos rebanhos, e na propagação de verdades simples e

necessárias. E, por isso, embora eu seja alguém de quem se pensou que sobrecarregava os entendimentos dos homens com métodos, distinções, **Direções** e controvérsias, são poucos os que convenço a usá-los; e sou tanto quanto qualquer pessoa favorável à adesão da maioria dos homens a elementos fundamentais simples e a verdades de uso diário, e amo e honro aqueles que não vão além disso, e são fiéis neste trabalho; contanto que não tenham o orgulho de pensar que sabem mais do que sabem, e de questionarem contra o que não compreendem, e de incendiarem a igreja como a ignorância antiga o fez, ao acusar de heresia aqueles que sabiam mais do que eles próprios, quando conseguiram obter apenas o trono ou o voto da maioria.

6. Que, embora eu considere de grande utilidade as sumas de teologia, não conheço nenhum autor cujo método me satisfaça plenamente, de modo a estar de acordo com as Escrituras e com o assunto em si (de outro modo, eu não teria me dado ao trabalho de buscar um método correto e propor as minhas conclusões). E penso que nenhum método comum é mais genuíno do que o daqueles que expõem o credo, a oração do Senhor, o decálogo e os sacramentos como a suma de tudo.

7. Não menciono nenhuma das minhas próprias obras, pois parecerá vaidade; mas, por mais que sejam, não escrevi nenhuma que considerasse desnecessária na época de escrevê-las.

8. Embora ninguém deva ter tanta aptidão para a educação santa dos filhos e governo de famílias quanto os ministros, contudo tão grande é a obra de supervisionar o rebanho, exigindo mais tempo e partes do que tudo o que

possuímos, e tão grandes são as matérias de nossos estudos e trabalhos, exigindo os nossos pensamentos totais e mais sérios, que aconselho calorosamente a todos os que puderem, que vivam solteiros e sem família, para não prejudicarem o seu trabalho por uma mente dividida: pois *nunca se faz bem o que se faz com a mente preocupada*, como verdadeiramente diz Jerônimo.

O homem inteiro e o tempo inteiro são pequenos demais para uma obra tão grande.